



# HOMOS

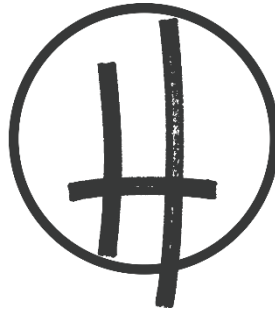
REVISTA ELETRÔNICA DISCENTE



**ISSN 2675-8725**

**2022.1 v.3 n.1**





A Revista Eletrônica *Discente Homos* é uma revista científica da área de História, com periodicidade semestral e fluxo contínuo, ligada ao programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH-UFCG) e tendo como principal objetivo publicar artigos e trabalhos científicos produzidos por alunos de graduação, fomentando a pesquisa acadêmica e a inserção de discentes graduandos nos mundos da pesquisa e da divulgação científica.

Publicada em Maio de 2022  
Última edição em Julho de 2021

## EXPEDIENTE

---

**Diagramação: Franciel dos Santos Rodrigues**

Mestrando em História, PPGH, Universidade Federal de Campina Grande

**Projeto Gráfico: Felipe Cardoso de Souza**

Mestrando, PPGH, Universidade Federal de Campina Grande

**Capa: Felipe Cardoso de Souza**

Mestrando, PPGH, Universidade Federal de Campina Grande

*Foto de capa: Kyle Geib - KG23 (Banco do Creative Commons)*

*“Alphonse Mucha - L25 Clio, 1900.” por KG23 está marcado em CC0 1.0. Para ver os termos, visite <https://creativecommons.org/licenses/cc0/1.0/> Este trabalho foi marcado como dedicado ao domínio público.*

*“Alphonse Mucha - L25 Clio, 1900.” por KG23 é marcado com CC0 1.0 Disponível em <https://search.creativecommons.org/photos/24162fa6b3fe-409c-9d14-afd7f6d0723b> (Acesso em 1 de maio 2021).*

**Editor-Chefe (a): Jessica Kaline Oliveira Santos**

Mestranda em História, PPGH, Universidade Federal de Campina Grande

**Editor-Chefe Adjunto (a): Franciel dos Santos Rodrigues**

Mestrando em História, PPGH, Universidade Federal de Campina Grande

**Secretária administrativa: Maria Letícia Costa Vieira**

Mestranda em História, PPGH Universidade Federal de Campina Grande

**Secretário administrativo: Luiz Gervazio Lopes Junior**

Mestrando em História, PPGH, Universidade Federal de Campina Grande

## REDADORES ORTOGRÁFICOS

---

**Joildo Sousa Costa de Oliveira**

Mestre em Letras, Universidade Estadual do Maranhão

**Mônielly Silva de Medeiros**

Graduada, Letras-Língua Portuguesa, Universidade Estadual da Paraíba

**Mayara Kaline Gomes da Silva**

Graduanda em Letras- Língua Portuguesa, Universidade Estadual da Paraíba

**Daniely Oliveira da Silva**

Graduanda em Letras- Língua Portuguesa, Universidade Estadual da Paraíba



## CONSELHO EDITORIAL

---

**Franciel dos Santos Rodrigues**

Mestrando, PPGH, Universidade Federal de Campina Grande

**Jessica Kaline Oliveira Santos**

Mestranda, PPGH, Universidade Federal de Campina Grande

**Jilton Joselito de Lucena Ferreira**

Mestrando, PPGH, Universidade Federal de Campina Grande

**Mariana Melo Angelino**

Pós-Graduanda, Lato Sensu, Faculdade Descomplica

**Túlio Carlos Silva Antunes**

Mestrando, PPGH, Universidade Federal de Campina Grande

**Victória Melissa da Silva Sousa**

Licenciada/História (UEPB); Letras (UFCG)

**Erykles Natanael de Lima Vieira**

Mestrando, PPGH, Universidade Federal de Campina Grande

**Laiza Rocha Araújo**

Mestranda, PPGH, Universidade Federal de Campina Grande

**José Renan da Silva Sousa**

Aluno especial UFPB/UNIFAL-MG

**Raquel Alves Pereira**

Mestranda em História- PPGH/UEFS

**Rayssa Eutália Gurjão Coutinho Borges**

Mestranda, PPGH, Universidade Federal de Campina Grande

**João Pereira da Silva Neto**

Mestrando, PPGH, Universidade Federal de Campina Grande

**Mirelle Neres Vieira**

Licenciada/História (UEPB)

**Maxciel Joaquim de Santana**

Mestrando, PPGH, Universidade Federal de Campina Grande





**Elielma da Silva Nóbrega**  
Mestranda, PPGH, Universidade Federal de Campina Grande

**Maria Artenisia da Costa Lima**  
Mestranda, PPGH, Universidade Federal de Campina Grande

**Jean Felix Borges**  
Licenciado/História (UEPB)



## SUMÁRIO

---

Editorial.....	13
----------------	----

### Artigos

**Black Power, Dread, Rasta: Constituição identitária do Movimento Rastafári (Barras/PI – 2019)**

*Elida Maria Dias Pereira*.....16

**Higienizando a cidade: O deslocamento das feiras e do matadouro público de Campina Grande – PB (1930 – 1945)**

*Wanderson Rodrigues Vieira da Silva*.....29

**Um estudo acerca de Aníbal Quijano**

*Francielcio Silva da Costa*

*Francisca Cibele da Silva Gomes*.....41

**Jogos Vorazes e a representação do real: Como os signos dos filmes circulam entre os jovens?**

*Teófilo de Oliveira Neto*

*Manoel Alves Neto*.....53

**Nos meandros do ensino de História dos Povos Africanos e Indígenas: um diálogo entre a prática docente, BNCC e relações étnico-raciais em São Luís do Maranhão**

*Ana Caroline Silva Caldas*

*Igor Santos Carneiro*.....69

**As mudanças socioculturais no Pós-Segunda Guerra Mundial: Os movimentos sociais e o renascer do movimento feminista**

*Sofia Malta Viana*

*Thiago Henrique dos Passos Felix*.....84

**Temas da Independência: Uma análise dos temas das peças teatrais encenadas na festa da independência do Recife (1832-1849)**

*Manuel Victor De Lyra Leite Pessoa*.....97



**“You are just the kind of guy we are looking for”: estudo de caso sobre a imagética da supremacia branca no filme Infiltrado na Klan (2018)**

*Larissa Ramos dos Santos*

*João Pedro Mota Salgado* .....115

**Vozes da periferia nas batalhas de Rap: Reexistência da Juventude negra descolonizando o currículo**

*Gabriel Lopes Dantas*.....128

**Mulheres Negras nos Periódicos Negros: Relações de Trabalho e Sociabilidade na Cidade de São Paulo. 1899-1926. (Assis/SP, 2021)**

*Mariana Teles da Silva* .....142

**O meu pai, aquele que me gerou: o discurso de paternidade entre Akhenaton e Aton no período amarniano**

*Lucas Gonzaga de Araújo*.....160

**Aspectos das Leis, Direitos e Sociabilidade da Mulher na Sociedade Otomana**

*Alex Souza Felix* .....178

**Texto/Contexto: Uma leitura de (e sobre) o parque industrial de Patrícia Galvão**

*Julia da Rosa Savian*.....194

**O Naturalismo no Brasil: A narrativa como gênero predominante**

*Ângela Márcia dos Santos Façanha*.....206

**Heroínas Negras do Brasil: A invisibilidade da participação das mulheres negras nas batalhas**

*Luísa Catiele Santos Camões*..... 219

**Contradições em torno do sexo: práticas homoeróticas e crimes de sodomia no México colônia.**

*Arthur Camargo Frêdo*..... 230

**Uma contraposição narrativa sobre a Grande Guerra Patriótica: trauma e silenciamento em “A guerra não tem rosto de mulher” (1985)**

*Beatriz Martinelli Machado*

*Letícia Stiehler Machado*..... 248



**A relação entre o Medievo e o Renascimento: A continuidade de abstrações sobre mulheres e uma análise da identidade feminina**

*Mariana Silva Rodrigues*.....262

**Mulheres Negras nos Periódicos Negros: Relações de Trabalho e Sociabilidade na Cidade de São Paulo. 1899-1926. (Assis/SP, 2021)**

*Mariana Teles da Silva*.....273

**Virgens, prostitutas e as simbologias do corpo (Espírito Santo/ES, 2021)**

*Davi Santos Barros*.....290

**O papel do governo provincial na dinâmica política da República: a atuação de Cícero como procônsul da Cilícia (51 – 50 a.C.)**

*Davi Santos Barros*..... 302

**Por uma história global: Os “Aditamentos” do padre Eckart e a circulação do conhecimento sobre a Amazônia colonial**

*Maurício José Quaresma Silva*..... 318

**Fé, devoção e peregrinação: Festa de São Sebastião de Lagoa de Roça – PB (2005-2020)**

*Edneide Salvador Gertrudes*.....333

**CHINELOS CHILENOS: Como a imprensa brasileira viu a Reforma da Previdência Chilena**

*Alice Motta Nascimento Nogueira*.....345

**A MULHER NA IDADE MÉDIA: SUBMISSÃO, ORDEM E AUTONOMIA – NOTAS TEÓRICAS PARA O DEBATE**

Elias Pedro de Oliveira Neto

*Jamyly Alves dos Santos Siebra*.....352

**SERTÃO PATRIÓTICO: a propagação dos ideais nacionalista por meio da imprensa maranhense (1930-1945)**

*Amanda Natália dos Santos Sousa*

*Marcos Araújo Costa*.....366



Atuação missionária de Paulo de Tarso: uma análise da comunidade cristã de Tessalônica (séc. I d.C.)

*Davi Taylor Pompermayer* .....382

Sociabilidade e ativismo: um estudo do cotidiano dos afrodescendentes nas primeiras décadas do pós-abolição 1900-1920 (São Paulo/2020)

*Bolaji Alves Matos de Paula Xavier*.....395

Onde está Wally? Uma História dos Animais do Paraná Provincial.

*Lucas Araujo de Oliveira Leite*.....412

PALAVRAS AMATORIAS, TORPES E DESONESTAS”: o delito de solicitação no sertão das Jacobinas

*Hortencia Lima Silva*.....425

## Resenhas

Teoria crítica do direito e história: diálogos sobre o escravismo colonial

*João Pedro Passos de Barros Borges*.....439

DISPONIBILIDADE, COMODIDADE E DEPENDÊNCIA: PERDAS E GANHOS, POR MAX JACQUES

*Adrian Marcelo Pereira da Silva*.....444

De *obìnrín* à mulher: colonização britânica e a criação do gênero na sociedade Oyó-iorubá

*Bruna Gonçalves Ferreira*.....450

PELOS CAMINHOS DO AUTORITARISMO NO BRASIL: UM CONTEXTO DO PASSADO NO PRESENTE

*Edneide Salvador Gertrudes*.....456

Plínio Salgado e a direita brasileira no século XX: uma biografia política

*Marconey de Jesus Oliveira*.....461



Antônio Gramsci: Discutindo uma escola unitária do trabalho em Gramsci (proposta, princípios, objetivos e papéis dos professores e alunos)

*Gabriel Bezerra da Silva*.....467

## Relatos de experiência

Relato de Experiência: as animações japonesas como conteúdos pedagógicos e educativos na sala de aula presencial e online

*Caius Costa Amaral de Sousa*

*Carlos Eduardo da Silveira Mazia*.....472

Estágio Supervisionado – Entrevista com uma docente de História no Ensino Médio: Relato de Experiência (Campina Grande/PB, 2021)

*Paulo Ricardo Santos Macêdo*.....486

O Estágio Supervisionado no Ensino de História Remoto em Caxias - MA: um relato de experiência em tempos de pandemia

*Maykon Albuquerque Lacerda*

*Kecianny Araújo Santos*.....498

A monitoria na licenciatura em História – UFTM: contribuições para monitores e discentes (Uberaba/MG, 2021)

*João Pedro Passos de Barros Borges*

*José Victor Andrade Prado*.....510

A MONITORIA NA LICENCIATURA EM HISTÓRIA-UFTM: CONTRIBUIÇÕES PARA MONITORES E DISCENTES (UBERABA/MG, 2021)

*João Pedro Passos de Barros Borges*

*José Victor Andrade Prado*.....523

Desafios da Residência Pedagógica em tempos pandêmicos: perspectivas e análises a partir de uma escola pública de ensino básico da cidade de Caxias-MA

*Kecianny Araújo Santos*

*Taylon Jefferson da Silva Machado*



*Matheus Wilson Silva dos Santos*

*Eloy Barbosa de Abreu*.....536

**Estágio Supervisionado e o ensino de História: A Revista *Fon-Fon!* como recurso didático para entender a Primeira República Brasileira (Campina Grande/PB, 2021)**

*Euarda Oliveira Silva*.....550

**RELATO DE EXPERIÊNCIA EM SALA DE AULA: DONA DULCE - UMA QUEIMADENSE À FRENTE DE SEU TEMPO**

*Ewerton Rafael Raimundo Gomes*

*Nailde da Silva Costa*.....561

**PANDEMIA E ENSINO REMOTO EMERGENCIAL: EXPERIÊNCIAS DO ESTÁGIO DE REGÊNCIA NO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA DE ENSINO NA ZONA RURAL.**

*Elias Pedro de Oliveira Neto*.....571

**Arte de esculpir jovens pesquisadores: um relato de experiência sobre a formação em pesquisa no IFMA**

*Angela Maria Ribeiro da Silva*

*Francisca Márcia Costa de Souza*.....579

## **Entrevista**

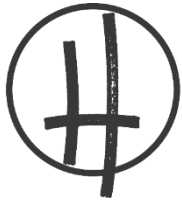
**OS EXCLUÍDOS DO SÉCULO XVII NO BRASIL COLONIAL**

*Professor Dr. Bruno Miranda- UFRPE*.....592



# EDITORIAL





Manter essa revista de pé tem sido árduo, dedicamos esse editorial a cada um que tem se esforçado para manter a engrenagem dessa revista funcionando. Chegamos ao nosso segundo ano, até aqui enfrentamos algumas batalhas, mas nunca perdemos a coragem de tentar, de lutar por um espaço, nos arriscamos no novo, de nos jogarmos de verdade. Nos desdobramos para conciliar nossas obrigações diárias com esse projeto, acreditamos que através dele podemos contribuir academicamente, podemos oferecer a oportunidade que nos faltou enquanto estudantes de graduação, e é por isso que voluntariamente investimos tempo, esforços e nosso próprio dinheiro para que a Homos não pare.

Esse volume foi um grande desafio para nós, alguns membros precisaram se ausentar, outros chegaram para somar, abrimos espaço para os nossos próprios seguidores do Instagram atuar no nosso corpo editorial, tivemos a honra de receber pessoas qualificadas que muito contribuíram. Sem dúvidas, o nosso maior desafio no desenvolvimento desse volume foi aprender do zero como gerir essa revista diante de perdas arteriais, demos o nosso melhor e conseguimos manter a Homos de pé, nos superamos, e tudo isso só foi capaz graças a nossa união, não somos apenas um corpo editorial, somos uma família de 22 membros, cada um dando o seu melhor, compartilhamos conhecimentos, nos ajudamos, e essa união se reflete no nosso crescimento, aqui “ninguém solta a mão de ninguém”, fazer parte dessa grande família é de fato um orgulho.

Ao longo desses anos recebemos muitas mensagens de incentivo, carinho e apoio por parte dos admiradores do projeto e dos autores, sabemos através de testemunhos reais que a revista tem impactado vidas, e esse é um dos motivos que nos encoraja a continuar, são histórias como a da autora Hortência, que diante de um quadro de pós-coma causado por Covid-19 encontrou na Homos o impulso que precisava para seguir sua vida acadêmica. É por todas essas histórias de superação que seguimos firme com nosso propósito de oferecer espaço de escrita.

As vitórias que obtivemos nesses dois anos muito nos alegra, muitos seguidores novos chegaram em nossas páginas em redes sociais, tivemos presenças ilustres em nossas lives que trouxeram grandes contribuições, como, Durval Muniz, Rosilene Montenegro e José Junior. Uma das grandes conquistas foi a vinculação institucional, diante de nossas limitações o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de

Campina Grande nos ofertou esse incentivo que nos faltava, essa parceria certamente será muito frutífera, e dela surgirá muitos projetos que ainda estão em pauta.

Escrevemos essas palavras com olhos marejados, um pouco cansados, mas com o desejo de fomentar pesquisa numa das áreas mais atacadas desse país. Parte das dificuldades que temos é consequência da necrobiopsipolítica e do sistemático epistemicídio das produções de saber e disputa de poder enfrentado pelas humanidades, pela produção científica em tempos de negacionismo, pela precarização da educação pública e por tantos outros motivos. Diante da atual conjuntura, das dificuldades em nos enxergarmos nesses espaços acadêmicos historicamente excludentes, essa revista é um sopro a mais de contra-poder, de disputa numa política de publicações muitas vezes excludente. Nosso desejo é afetar e o afeto é o que nos move.

Jessica Kaline Oliveira Santos

Luiz Gervazio Lopes Junior

Membros do Corpo Editorial  
Maio de 2022



# ARTIGOS





## Black Power, Dread, Rasta: Constituição identitária do Movimento Rastafári (Barras/PI – 2019)

Elida Maria Dias Pereira  
Universidade Estadual do Piauí (UESPI)  
Universidade Estadual de Goiás (UEG)  
E-mail: 0309elidamariadias@gmail.com

O presente artigo tem por finalidade abordar aspectos referentes ao Rastafarismo, um movimento que tem um grande significado para a história da Jamaica e também para a cultura afro e afro-americana. Mediante o fato, surgiu a seguinte indagação: Qual o papel do Rastafarismo durante os movimentos de independência da Jamaica? Além disso, o Rastafarismo é um marco histórico e cultural do povo jamaicano, desse modo, surgiu o interesse em abordar a temática, “Black Power, Dread, Rasta: Constituição Identitária do Movimento Rastafári”, justificando-se pela relevância histórica e cultural que o Rastafarismo manifestou durante a independência jamaicana. Além disso, é necessário conhecer esta cultura pouco retratada em pesquisas acadêmicas, no entanto, quando se fala em rastafári, vários estereótipos surgem na mentalidade popular e geralmente associam aos cabelos com dreads. Existem poucas fontes que abordam o tema, cabendo aos historiadores ampliarem suas linhas de pesquisas. Sendo assim, o presente trabalho servirá como fonte para pesquisas posteriores. Nesse sentido a presente pesquisa tem como objetivo geral: analisar o perfil identitário do Rastafarismo e sua relevância para a Jamaica, e entre os objetivos específicos: buscar entender o processo de expansão do pan-africanismo; identificar a origem do movimento rastafári e verificar a influência religiosa, cultural e política dentro do Rastafarismo para as diversas comunidades. O recorte temporal iniciou-se no ano de 1920, e alargou-se até 1981, ano que Bob Marley faleceu. A metodologia utilizada se pautou em um estudo de cunho bibliográfico através de monografias, teses, artigos e livros. Os principais teóricos utilizados foram Harris; Zeghidour (2010), Débora Bezerra (2012), Stuart Hall (2005), Douglas Araújo (2016) e Fernando Freitas (2018), desse modo, identificou-se os principais pontos referentes ao



pan-africanismo e ao Rastafarismo. No que tange a problematização deste artigo, ela foi respondida ao longo do trabalho confirmando os principais aspectos que contribuíram para a consolidação do movimento rastafári, diferentes visões constituídas pela sociedade. Por fim, enfatizar que o Rastafarismo possui características exclusivas e particulares inegáveis.

**Palavras-chave:** Movimento Rastafári. Identidade. Jamaica. Bob Marley.

## Introdução

O Rastafarismo é um movimento cultural, político e religioso embrionário da Etiópia, mas o pan-africanismo contribuiu para a consolidação do mesmo na Jamaica e possibilitou a entrada de vários adeptos pelo mundo. É praticado em diferentes regiões do Brasil e do mundo, possuindo particularidades. O Rastafarismo vem inspirando vários jovens que assimilam a esses hábitos ancestrais, a cultura, a dança e música, elementos pertencentes a uma identidade que os representam.

Em relação à pesquisa, o presente artigo tem por finalidade abordar aspectos referentes ao Rastafarismo, um movimento que tem um grande significado para a história da Jamaica e também para a cultura afro e afro-americana. Mediante o fato, surgiu a seguinte indagação: Qual o papel do Rastafarismo durante os movimentos de independência da Jamaica? Além disso, o Rastafarismo é um marco histórico e cultural do povo jamaicano, a propósito surgiu o interesse de abordar a temática, “Black Power, Dread, Rasta: Constituição Identitária do Movimento Rastafári”, justificando-se pela relevância histórica e cultural que o Rastafarismo manifestou durante a independência jamaicana. Além disso, é necessário conhecer esta cultura pouco retratada em pesquisas acadêmicas, porque quando se fala em rastafári, vários estereótipos surgem na mentalidade popular e geralmente associam aos cabelos com dreads. Existem poucas fontes que abordam o tema, cabendo aos historiadores ampliarem suas linhas de pesquisas. Sendo assim, a pesquisa servirá como fonte para trabalhos posteriores.

Nesse sentido, a presente pesquisa tem como objetivo geral: analisar o perfil identitário do Rastafarismo e sua relevância para a Jamaica, e entre os específicos: entender o processo de expansão do pan-africanismo, identificar a origem do movimento rastafári e verificar a influência religiosa, cultural e política dentro do Rastafarismo para

as diversas comunidades. O recorte temporal iniciou-se no ano de 1920, e estendeu-se até 1981.

A metodologia utilizada se pautou em um estudo de cunho bibliográfico através de monografias, teses, artigos e livros. Os principais teóricos utilizados e suas respectivas obras foram: Harris; Zeghidour, “História Geral da África, VIII: África desde 1935” (2010), “O movimento rastafári: da Jamaica para identidade e cultura em Fortaleza” de Débora Bezerra (2012), “A identidade cultural na pós-modernidade” de Stuart Hall (2005), “Cultura Rastafari: Um estudo sobre práticas culturais afro-americanas e representações diaspóricas” de Douglas Araújo (2016), “Uma perspectiva Contemporânea sobre o Movimento Rastafári”, de Fernando Freitas (2018), e desse modo identificou-se os principais pontos referentes ao pan-africanismo e ao Rastafarismo.

### Mãe África: a expansão do Pan-africanismo

Os movimentos de resistência como o pan-africanismo acabaram mobilizando a independência de várias colônias inglesas, italianas, francesas e belgas, porque no século XIX construiu-se uma ideologia na visão do europeu de negar a história dos africanos, os mesmos não tinham história, toda uma forma de negação, para subjugar-los e dominá-los. Durante a Segunda Guerra Mundial na medida em que as potências europeias foram enfraquecendo, esses movimentos foram ganhando força na África. Eles começaram a reescrever a própria história, valorizando pontos e aspectos positivos do continente.

O pan-africanismo, como movimento de integração, conheceu um belo impulso nos anos 1920, em testemunho, notemos as atividades do Congresso of British West Africa, as quais conduziram, especialmente, à formação da British West African University, da West African Press Union e da British West African Cooperative Association, assim como àquela de associações estudantis tal qual a West African Students Union (WASU). Ele perdeu o seu poder de atração ao longo dos anos 1930 e 1940, décadas características do apogeu colonial na África. Nos anos 1940, Kwame Nkrumah e George Padmore, em Londres e o senegalês Alioune Diop conferiram-lhe certo vigor. A partir de 1942, ele defendia que todas as colônias da África Ocidental “deveriam antes unir-se e formar uma entidade nacional, totalmente livre do jugo estrangeiro, previamente a ser-lhes possível implantar, de fato e em larga escala, uma cooperação internacional”. Foi justamente o ano 1947 que marcou o nascimento da Présence africaine, movimento cultural que retomava as grandes ideias dos apóstolos do pan-africanismo e do Primeiro Congresso Pan-africano. Os intelectuais negros e europeus reunidos, em torno de Alioune Diop, estiveram na origem de obras fundamentais, tal como Nations nègres et cultures de Cheikh Anta Diop. Para os militantes da Présence africaine, tratava-se de provar que o florescimento da cultura negra era inconcebível em



um contexto de independência política e, que os negros deveriam se unir e se mostrar solidários na luta. Eles deveriam, portanto, distinguir -se do outro, o colonizador, afirmando -se como negros[...] (ASANTE; CHANAIWA, 2010, p. 874).

De todas as representações que estavam associadas aos afrodescendentes e a africanidade, criou-se uma visão positiva da história dos africanos, exaltação de uma nacionalidade africana que acabou impulsionando esses movimentos de independência. Supervalorização da beleza negra, orgulho de sua pele e o slogan do poder negro foram apelos ao orgulho racial.

Após a Primeira Guerra Mundial, durante as negociações do Tratado de Versalhes e a formação da Sociedade das Nações, os negros americanos defenderam energicamente os direitos dos negros africanos. Os africanos sofreram duras retaliações, seus direitos foram violados, e como resposta a essas opressões surgiram movimentos de resistência para alcançar o reconhecimento dos seus direitos e da sua dignidade como cidadãos de seu país. Um desses movimentos foi a luta em prol do desenvolvimento da Etiópia que objetivou convencer os milhares de negros, dos Estados Unidos da América do Norte e das Antilhas. (A. DIOP, 1958. 2 K. NKRUMAH, 1958A. 3 M. BAYEN, 1939 apud. HARRIS; ZEGHIDOUR, 2010).

Joseph E. Harris e Slimane Zeghidour usam as citações acima para mostrar a dinâmica das relações históricas entre a África continental e as suas diásporas, estudada em obras anteriores. A ideologia enraizada no seio desse ambiente de protestos, lutas, ou seja, de movimentos internacionais os quais visavam liberdade e igualdade para atender os anseios dos africanos tanto na África como nos demais continentes.

[...] A ideia de um “salvamento” da África, a provocar a emancipação dos negros e demonstrar a sua capacidade, tanto em se autogovernar, quanto em contribuir para a civilização mundial, impôs-se fortemente na diáspora e provocou o nascimento dos movimentos negros internacionais de libertação [...] Todos esses africanos tinham o desejo de escaparem da opressão econômica e política [...] (HARRIS; ZEGHIDOUR, 2010, p. 850).

Os africanos que foram para a Europa, Ásia e América tinham anseios diferentes. Os motivos foram variados, dentre os mesmos destacam-se um elevado número de jovens na busca por escolarização a nível superior, depois da independência o tipo de emigração mudou, dessa vez o foco foi para técnicos e especialistas capacitados, entres eles destacaram-se: engenheiros, médicos, professores universitários, etc. Os afrodescendentes espalharam-se novamente em diferentes partes do mundo. Os autores abordam que professores e conferencistas africanos ofereceram cursos na Universidade da Papuásia-Nova Guiné, fenômeno chamado “fuga dos cérebros”. E ressaltam que a

África estava privada das suas competências, mas testemunhavam o seu êxito nos planos intelectual, cultural e político.

As mulheres constam como uma nova característica à emigração africana. Uma emigração masculina formada por indivíduos que não tinham formação, constituiu a terceira característica da diáspora moderna. A última categoria fora constituída por exilados políticos. Os autores concluem que os africanos iniciaram a migração em razão da situação socioeconômica e política. E também em busca de melhores condições financeiras, para encontrarem bons empregos.

Os autores indagam sobre a contribuição que os africanos de diferentes países da diáspora teriam traduzido ao pan-africanismo, desde os anos 1930. Segundo HARRIS; ZEGHIDOUR (2010, p. 852.), “O movimento Pan-africanista conheceu uma nítida inflexão em suas atividades na América e na Europa após a realização do Congresso Pan-Africano de Nova Iorque, no ano 1927”. “Contudo nos anos 1930, reagiu vigorosamente à agressão da Itália contra a Etiópia (1935-1941), e à ascensão do fascismo na Europa”. Os conflitos na Etiópia serviram para mostrar a força que o pan-africanismo estava ganhando para intervir em diferentes contextos, pois:

A agressão contra a Etiópia colocou em espetacular evidência a dependência da África em relação à Europa, assim como a hesitação e a ineficácia das grandes potências quando elas deveriam, isoladas ou sob a égide da Sociedade das Nações, tornar respeitáveis a liberdade e a justiça. Uma organização amplamente implantada e muito combatente, o Internacional African Service Bureau (IASB), criado em 1937, soube associar os problemas locais à crise etíope. Com o objetivo de apoiar os negros da Grã-Bretanha, nos campos econômicos e político, bem como no tocante a educação.[...]Os fundadores da Ethiopian Research Council( ERC), William Leo Hansberry, Ralph Bunche e William Steen, cidadãos norte-americanos, o ugandense Hosea Nyabongo e o etíope Malaku Bayen, sabiam que a Etiópia exercia uma considerável atração sobre as populações africanas e que a consciência da herança etíope inspirara uma ideologia de libertação que representava uma poderosa e recorrente afirmação da identidade e da solidariedade africanas no continente na diáspora.(HARRIS; ZEGHIDOUR,2010, p. 852-854).

A Etiópia representou bem os ideais dos fundadores do pan-africanismo. Segundo Harris e Zeghidour a inspiração causada por uma ideologia de libertação serviu como uma arma poderosa de reafirmação da identidade e da solidariedade africanas no continente diaspórico. Várias organizações envolveram-se na causa etíope, merecendo destaque a referida Medical Committee for the Defense of Etiópia, porque:

É preciso igualmente assinalar a contribuição do Medical Committee for the Defense of Etiópia, formado por um grupo de médicos negros originários das



Antilhas e dos Estados Unidos da América do Norte, a trabalho em Nova Iorque. Este comitê fretou um ou dois navios carregados de produtos médicos destinados aos combatentes etíopes. Outros grupos - nos EUA, na Jamaica, em Trinidad e Tobago, no Panamá, em Barbados, em Sainte -Lucie e alhures - distribuíam material de propaganda em favor da Etiópia, organizavam concentrações, afirmando a sua solidariedade vis -à -vis dos etíopes. Esta solidariedade expressou -se naturalmente com força particular junto aos rastafáris, os quais haviam endeusado o imperador Hailé Sélassié e extraído o seu nome de um antigo título, rās TafariII. O apoio dos africanos da diáspora continuou a se manifestar mesmo quando o imperador foi obrigado ao exílio. As coletas de fundos prosseguiram e os afro-americanos engajaram -se, ao menos em uma ocasião, em negociações em caráter privado. Uma delegação foi a Londres e, malgrado as objeções do Departamento de Estado norte-americano, persuadiu o imperador a enviar um emissário aos Estados Unidos da América do Norte, intuindo promover a causa etíope naquele país. [...] Quando Hailé Sélassié retomou o seu trono, em 1941, o governo etíope patrocinou a criação da primeira escola mista do país, fundada por Mignon Ford, [...] (HARRIS; ZEGHIDOUR, 2010, p. 855, 856-857).

Os Estados Unidos da América realizaram ajuda humanitária Pró-Etiópia. É perceptível a participação dos rastafáris no movimento. Os envolvidos na causa continuaram mesmo com a ausência do Imperador exilado. E após o retorno do mesmo, ele patrocinou a criação da primeira escola mista do país, e desse modo, vários afro-americanos foram trabalhar na Etiópia.

Os ideais criados pelos fundadores do pan-africanismo espalharam-se por vários continentes. Dentre as ações desse movimento é pertinente destacar o quinto Congresso Pan-africano. Os discursos que prevaleciam tinham como base a supervalorização afro/beleza, os jovens estavam se reconhecendo e se autodeclarando negros, eles estavam reconhecendo uma nova identidade africana distinta do padrão europeu. Nesse período o pan-africanismo teve o *Status quo* de movimento de libertação. Harris e Zeguidour (2010) afirmam que:

[...]as sucessivas criações de associações e os múltiplos encontros, destinados na Europa, na África e nos Estados Unidos da América do Norte, a coordenarem a ação conduzida em favor dos africanos do continente e dos negros da diáspora, desdobraram-se em 1945 na reunião do quinto Congresso Pan-africano, realizado em Manchester. Este congresso[...], presidido por Du Bois, que coube o êxito de conferir ao pan-africanismo, na qualidade de movimento de libertação, o seu verdadeiro impulso na África, consolidando-se além das fronteiras europeias e americanas[...] Os jovens afro-americanos foram os pioneiros no renascimento de um movimento internacional pela identidade africana. Eles não somente assumiam com orgulho as suas origens, inspirando-se, em seu estilo de vida, nas tradições africanas-vestindo túnicas africanas, usando pérolas e braceletes, penteando-se à africana ou adotando nomes africanos[...]. (HARRIS; ZEGHIDOUR, 2010, p. 860-861).

O objetivo do pan-africanismo foi criar um sentimento de pertencimento à África, visando trazer os africanos de volta ao seu país de origem por meio da reafirmação de

valores, buscando uma unidade em termos políticos, culturais e econômicos. Todos lutavam em nome de uma causa igualitária e justa.

### Gênese do Movimento Rastafári

A origem do Rastafarismo vai de encontro ao surgimento do etíopianismo. Esse movimento é baseado em um mito que retrata a figura de um Messias, salvador, mantenedor descendente do rei Salomão e da rainha de Sabá. Segundo Danilo Rabelo (2006):

A tradição dos reis etíopes descendentes do rei Salomão e da Rainha de Sabá foi iniciada no livro *Kebra Nagast* (ou glória dos Reis), cuja tradução remonta ao século XVI, a partir do original capta encontrado antes de 325 d.C. entre os tesouros de Santa Sofia em Constantinopla (Barrett, 1986, p.107). O livro se divide em cinco partes, todas elas baseadas em relatos bíblicos com algumas alterações: O começo; Salomão e Sabá; O Sião Africano. A queda de Israel e A semente da mulher. A primeira parte compreende do Gênesis ao reinado de Salomão. A seguir aparecem os relatos dos amores entre Salomão e a Rainha de Sabá e as aventuras do filho dessa união. A terceira parte se encontra na Etiópia sob o favor de Deus e a quarta na queda de Israel. Por sua vez, a quinta e última parte narra a vida de Jesus. Na Bíblia, o Primeiro livro de Reis relata apenas a visita da rainha de Sabá ao rei Salomão e o retorno dela ao seu reino. Naquele livro se encontra o motivo da visita; a rainha fora atraída pela fama da sabedoria de Salomão e pelo esplendor do reino de Israel. Por sua vez, o *Kebra Nagast* narra o envolvimento amoroso entre os dois soberanos e as aventuras do filho resultante dessa união, e nomeia a Rainha de Sabá como Makeda e o seu filho como Menelik. A armadilha usada por Salomão para seduzir a rainha Makeda foi minuciosamente narrada pelo *Kebra Nagast*. Após meses de convivência, a rainha converteu-se ao culto de Jeová, Deus de Israel, e desejou retornar ao seu país. Salomão, por sua vez, desejava plantar sua semente na rainha virgem se ela não tomasse nada que havia em seu palácio sem a permissão dele, sendo que ela prontamente concordou com o trato. Em seguida, Salomão lhe preparou um banquete bastante condimentado. A noite, a rainha Makeda sentiu sede e tomou um pouco de água que estava em um jarro perto de sua câmara. Nesse momento, Salomão exigiu que ela se entregasse a ele porque havia tomado algo do seu palácio sem o seu prévio consentimento. A rainha, após o incidente, retornou grávida de Salomão, o qual lhe entregou um anel para dar ao filho deles, como forma de o herdeiro se fazer reconhecer junto ao pai. De volta à Etiópia, Makeda deu à luz a Menelik, o qual cresceu em força, beleza e sabedoria. Ao atingir a idade adulta, Menelik partiu para Jerusalém para encontrar seu pai, levando o anel que o faria ser reconhecido por ele. O rei israelita recebeu seu filho com alegria e honra. Entretanto, o Deus de Israel havia se afastado de Salomão por causa do seu envolvimento com suas esposas e concubinas estrangeiras que introduziram cultos pagãos sob as bênçãos de Salomão. Inspirado por Deus, Menelik furtou a Arca da Aliança contendo as Tábuas dos Dez Mandamentos e deixou uma réplica vazia no templo. Os judeus tentaram em vão recuperar a arca, sendo que Salomão reconhecia ser a



vontade de Jeová que a arca partisse para a Etiópia que então se tornou o verdadeiro Sião (Zion). Menelik, após a morte de sua mãe, subiu ao trono e inaugurou a linhagem salomônica da Etiópia. Esse mito terá suma importância na formação do culto rastafari na Jamaica, a partir de 1930. (RABELO, 2006, p. 119-120).

Na alegoria o autor ressalta a figura de um descendente, outrora desconhecido na linhagem de Salomão. E também se faz necessário abordar a questão da Etiópia como a terra prometida, a qual seria a grande Sião. O herdeiro de Salomão passou a ser o rei da nova terra prometida, levou a arca com os dez mandamentos sagrados para a Etiópia e assim, iniciava-se a dinastia de um descendente direto do sábio Rei Salomão. Rabelo (2006) cita que:

[...] O crescimento do etiopianismo na Jamaica, a partir de 1896, esteve associado à derrota das forças italianas que tentaram invadir a Etiópia. Pela primeira vez, na história moderna os africanos haviam derrotado uma força europeia na Guerra (Scott, 1993, p.21). Para muitos afro-jamaicanos, este fato tornou a Etiópia como símbolo de redenção e liberdade. A importância dos mitos e da própria história etíope servia para contrapor as representações de uma África selvagem, pagã e supersticiosa pelo pensamento ocidental. Após a I Guerra Mundial (1914-1918), o etiopianismo iria influenciar o Garveyismo, um movimento de contestação sociopolítica e racial iniciado na Jamaica[...] A denominação dessa doutrina deriva do sobrenome de seu líder Marcus Garvey (1887-1940), o qual é considerado um herói nacional e um profeta para os rastafáris [...] (RABELO, 2006, p. 120-121).

Dois pontos merecem destaque na narrativa explorada: primeiramente as questões referentes à resistência nos combates na Etiópia; o segundo ponto refere-se à figura de Garvey que é popular na Jamaica, ele iniciou a colheita dos primeiros frutos gerados pelo Rastafarismo. Ele foi considerado um profeta para os Rasta Men.

A gênese do movimento rastafári é ligada ao etiopianismo. Mas como nasceu o Rastafarismo? Quais as ideias defendidas pelos representantes desses grupos? Quem foram os primeiros líderes? Estas são algumas das indagações que surgem quando se fala da cultura Rasta. É pertinente destacar que:

O nascimento do movimento rastafari pode ser situado após o dia 2 de novembro de 1930, quando ocorreu a coroação do rei etíope Hailé Selassié I (1892-1975). [...] a identificação do rei etíope como um Messias negro para redimir os povos africanos pelos rastafáris é atribuída a uma suposta profecia de Marcus Garvey. A identificação de Haile Selassie como a encarnação viva de Deus, a reencarnação de Jesus Cristo é a principal crença partilhada por quase todos os grupos rastafáris. Dentre os primeiros rastafáris, muitos como Robert Hinds, vieram do decadente bedwardismo, cujo líder se encontrava internado num asilo como esquizofrênico, bem como do Garveyismo, como o próprio Hinds e Leonard Howell (1898-1981). Contudo o movimento do rastafarismo está ligado às condições de marginalização econômica, social e

política dos afro-jamaicanos. Por seu caráter contestador e religioso, o movimento milenarista e escapista é encarado como desdém pela sociedade jamaicana. (RABELO, 2006, p. 180).

Os Rastafáris acreditam na figura de um Messias negro, quebrando o estereótipo eurocêntrico do perfil caucasiano de Cristo. O imperador etíope seria a encarnação de Jesus. O movimento tem um lado religioso fortíssimo, mas é considerado como contestador e não bem aceito pela sociedade, porém, existem vários adeptos.

### Do eu ao coletivo: a identidade Rastafári

Vários autores abordam em suas obras conceitos distintos para o vocábulo identidade, para conceituar identidade no contexto do pan-africanismo, fez-se uso do livro de Stuart Hall intitulado com: “A identidade cultural na pós-modernidade”, segundo a abordagem de Hall (2005):

[...]Este conceito descreve aquelas formações de identidade que atravessaram e intersectam as fronteiras naturais, compostas por pessoas que foram dispersas para sempre de sua terra natal. Essas pessoas retêm forte vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de um retorno passado. Elas são obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades. Elas carregam os traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas. A diferença é que elas não são e nunca serão unificadas no velho sentido, porque elas são, irrevogavelmente, o produto de várias histórias e culturas interconectadas, pertencem a uma e, ao mesmo tempo, a várias “casas” (e não a uma “casa” particular). As pessoas pertencentes a essas culturas híbridas têm sido obrigadas a renunciar ao sonho ou a ambição de redescobrir qualquer tipo de pureza “perdida” ou de absolutismo étnico. (HALL, 2005, p. 88-89).

O pensamento de Hall mostra o perfil dos africanos da diáspora do pan-africanismo, o perfil identitário dos negros que saíram da África para outros continentes. Estes passam por um choque cultural, uma dupla consciência é criada, sendo que eles devem assimilar a cultura do outro e mesclar com a sua. Desse modo, esses indivíduos que foram dispersos por diversas partes do globo, assimilam a cultura do outro, mas sempre mantêm um traço de sua cultura ancestral. A lógica do pan-africanismo tinha esse viés de conscientizar os africanos a retornarem aos antigos costumes ancestrais. O Rastafarismo encontra-se nesse âmbito de repatriação e de reafirmação de algumas tradições de seus antepassados da África e, dos fundadores do pan-africanismo e do



próprio Rastafarismo. É comum observar os traços da assimilação cultural rastafári no continente americano, pois:

A comunidade Rastafári tem uma expressiva importância para a Diáspora Africana na América, tendo reflexo em todo o continente e também representatividade no Brasil. Símbolos próprios de sua identidade encontram-se espalhados no país, sobretudo em centros urbanos: pessoas com cabelos em estilo *dreadlock*, adereços contendo as cores da bandeira da Etiópia (verde, vermelho e amarelo foram as cores adotadas pelos Rastas como símbolo de sua identidade), propagandas de shows de bandas de reggae, imagens de Bob Marley grafitadas em muros como símbolo de liberdade de expressão e da cultura afrodescendente, entre outros. (BEZERRA, 2012, p. 18).

A identidade Rasta está se espalhando pelo Brasil, é comum ver estampas de camisas com o rosto de Bob Marley, pessoas ouvindo reggae, usando pulseirinhas, turbantes com as cores da bandeira jamaicana, cabelos com dreads, ou seja, um estilo de vida e uma moda africana estão sendo construídos. Segundo Bezerra (2012):

[...] a identidade cultural (ou nacional) refere-se àqueles aspectos da identidade pessoal que surgem do pertencimento à cultura étnica, racial, linguística, religiosa e, acima de tudo, nacional. O conceito foi construído na Europa no século XIX. Alguns exemplos de efeitos da identidade cultural são a língua, a manutenção de instituições nacionais, festas ou celebrações. (BEZERRA, 2012, p. 21-22).

Bezerra salienta que a identidade cultural tem base nos aspectos da identidade pessoal, gerado pela ideia de pertencimento, no que tange à cultura étnica, racial, linguística, religiosa e nacional. Ele afirma que esses requisitos correspondem a princípios comuns a uma sociedade. O movimento rastafári é um exemplo. Segundo Bezerra (2012):

O movimento Rastafári representa um desdobramento sem precedentes da Diáspora Africana. O grupo exerce papel histórico importante nesse processo, pois eles não só resistiram ao colonialismo como também apresentaram um projeto concreto de identidade, uma forma de vida alternativa que contempla vários aspectos da vivência humana; social, cultural, política, estética e religiosa, entre outros. (BEZERRA, 2012, p. 25-26).

Dessa forma compreende-se que o movimento é carregado de grande importância para identidade construída pós-diaspórica. A forma de vida desse grupo é distinta, seus comportamentos e ideias. Bezerra ressalta a relevância desse movimento como objeto de pesquisa. A construção identitária jamaicana é atrelada ao Rastafarismo. Debora Bezerra cita em seu trabalho intitulado “O movimento Rastafári: da Jamaica para identidade e cultura em Fortaleza”, a visão de vários autores que concordam sobre a relevância atrelada à valorização da herança africana e a construção da identidade e consciência

negra na Jamaica, pois “os Rastafáris estavam rompendo com o ciclo de inferioridade dos elementos africanos presentes na cultura jamaicana, tais como a cor da pele, os cabelos, as roupas ou as tradições religiosas”, Bezerra (2012, p. 44) *apud* Barret (1968, p. 170). A autora conclui utilizando o pensamento de Norris:

Norris descreve a atitude dos Rastas como “quanto mais negro, melhor (1962 p.98), considera que o “único grupo que conseguiu fugir do ciclo vicioso, embora tenham entrado num beco sem saída, são os Rastafáris, que pelo menos têm o conforto e em muitos casos a dignidade mental que acompanha a coragem de suas convicções”.(1962,p.100).O ciclo vicioso que a autora menciona representa aquela dependência da legitimação dos padrões estéticos e culturais pertinentes á Europa, aos quais os Rastafáris e os movimentos nacionalistas negros não se apegam, no qual talvez a marca mais visível seja o uso do cabelo no estilo dread. (BEZERRA 2012, p. 44 *apud* NORRIS 1962, p. 98-100).

Os Rastas têm um estilo de vida único, possuem convicção de afirmarem suas ideias. Lutam para preservar uma identidade que não deve ser mesclada com os padrões europeus. Suas roupas, cabelos, representam uma forma de autovalorização, ou seja, de amor próprio.

O movimento Rastafári gera várias polêmicas no que tange seu conceito, estereótipos, preconceitos, vários pensamentos surgem em torno desse grupo, ele pode ser definido como uma religião, movimento social, político, uma seita, ou um modo de vida, e também pode ser que ele mescle todos esses elementos. No Caribe tem-se um Rastafarismo, utilizado como produto de exportação, com relação ao imaginário do restante do mundo, sendo expressos os cabelos com dreads, também em filmes como “Piratas do Caribe” (com Johnny Depp), uma representação cultural e estética do movimento. E também é importante salientar que o Rastafarismo foi importante para a formação da identidade caribenha, a ponto de ser reconhecida como força significativa para a região. Além dos *dreadlocks*, existe a música reggae, tendo como principal artista e propagador do Rastafarismo e das músicas Rastas, o lendário Bob Marley.

Bob, em suas músicas denunciava as injustiças sociais cometidas contra os negros, o mesmo também teve um papel importante no cenário político, e foi um grande propagador do Rastafarismo pelo mundo. O conhecido Rasta Men usou seu talento musical para protestar e reafirmar os valores do movimento rastafári, até o ano de sua morte em 1981. E não poderia faltar a questão religiosa, pois:

Para os Rastas, a Etiópia representa a Terra Prometida e a África sua terra natal, e não a Jamaica, que eles consideram a terra do exílio. Outra maneira de



manter as raízes africanas foi por meio da religião, um produto do processo de cristianização que ocorreu na Jamaica antes da abolição. Porém, os jamaicanos acrescentaram à mensagem protestante um toque africano. Os Rastas aprofundam a ideia do resgate das raízes africanas de uma maneira sem precedentes ao construir uma identidade religiosa e cultural completamente única, que inclui princípios, uma forma de vestir-se, uma forma rítmica, uma dieta, enfim, um estilo de vida. (BEZERRA, 2012, p. 135).

A autora conclui o parágrafo supracitado afirmando que o Rastafarismo tem a presença africana em todos os seus aspectos, no campo religioso é perceptível a mescla de simbologias afro com o protestantismo, porém, existem particularidades únicas dos Rastas.

### Considerações Finais

Em virtude do que foi mencionado, compreende-se que o Rastafarismo jamaicano é repleto de uma identidade que visa a reafirmação da africanidade, baseada nos ideais dos fundadores do pan-africanismo e etíopianismo. O Rastafarismo é essencial para a identidade cultural e histórica dos jamaicanos no que tange a um estilo de vida, uma manifestação cultural, uma religião, um movimento político.

O presente artigo procurou identificar os aspectos identitários do movimento rastafári e sua relevância para a Jamaica durante o pan-africanismo, ressaltar a contribuição desse movimento como força de resistência durante os movimentos de independência na Jamaica.

No que tange à problematização deste artigo, ela foi respondida ao longo do trabalho, confirmando os principais aspectos que contribuíram para a consolidação do movimento rastafári, diferentes visões constituídas pela sociedade. Por fim, concluímos que se deve enfatizar que o Rastafarismo possui características exclusivas e particulares inegáveis.

### Referências

ARAÚJO, Douglas José Gomes. **Cultura Rastafári: Um estudo sobre práticas culturais afro-americanas e representações diaspóricas.** São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/47679/Disserta%20Douglas%20Jose%20Gomes%20Araujo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 15 jan.2020.

ASANTE, S. K. B; CHANAIWA, David. O Pan-africanismo e a Integração Regional. In: MAZRUI, Ali A; WONDJI, Christophe. **História geral da África, VIII: África desde 1935**,-Brasília; UNESCO,2010.

BEZERRA, Débora Andrade Pamplona. **O movimento rastafári: da Jamaica para identidade e cultura em Fortaleza**. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2012. Disponível em: < <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/7602>>. Acesso em: 15 jan.2020.

FREITAS, Fernando Vieira de. **Uma perspectiva Contemporânea sobre o Movimento Rastafári**. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro,38(2):332-336, 2018. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rs/a/xGmg4MPpHRdZ9L3gKYm8c7L/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em:15 jan.2020.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. -10. ed.-Rio de Janeiro:DP&A,2005.

HARRIS, Joseph E.; ZEGHIDOUR, Slimane. A África e a diáspora negra. In: MAZRUI, Ali A; WONDJI, Christophe. **História geral da África, VIII: África desde 1935**,-Brasília; UNESCO,2010.

MAZRUI, Ali A. Procurai primeiro o reino político. In: MAZRUI, Ali A; WONDJI, Christophe. **História geral da África, VIII: África desde 1935**,-Brasília; UNESCO,2010.



# Higienizando a cidade: O deslocamento das feiras e do matadouro público de Campina Grande – PB (1930 – 1945)

Wanderson Rodrigues Vieira da Silva

Universidade Estadual da Paraíba

wanderson\_silva2011@hotmail.com

O presente artigo tem como objetivo analisar o processo de modernização vivenciado pela cidade de Campina Grande - PB, no período de 1930 – 1945, período em que apontava, na cidade a implantação de projetos de sanitização e modernização do espaço urbano mediante construções, deslocamento e centralização de práticas consideradas impróprias ao seu progresso. Partindo deste viés, temos como foco um estudo voltado para a organização das feiras livres e do antigo matadouro da cidade, locais alvos de interferências de agentes sociais que ao ditar regras descreviam as mesmas enquanto ambientes insalubres, disformes e arcaicos. Tendo as feiras livres como foco central desta pesquisa, utilizou-se para sua concretização estudos com base na história social, usando como referências teóricas os trabalhos de Filho (2009); Araújo (2010); Agra (2010); Aranha (2005); e Souza (2003). Utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, documental e a análise das fontes, com acesso de jornais da época, imagens, artigos, teses e dissertações.

**Palavras-chave:** Campina Grande. Feiras livres. Reforma Urbana.

## Introdução

Ao longo dos últimos séculos diversas cidades do mundo tiveram suas características físicas alteradas em decorrência das reformas urbanas. Assim, como os grandes centros da Europa entre os séculos XVIII e XIX realizaram sua reforma urbana com o propósito de organizar o caos social e urbano promovido por diversos fatores;

dentre os quais tem relação com o avanço do capitalismo, revolução industrial, guerras e epidemias. No Brasil entre os finais do século XIX e XX, essa reforma se deu mediante a necessidade não apenas de preparação para as atividades industriais, mas em favor do controle de doenças, higienização e modernização das diversas cidades do país, que aos poucos desenvolviam - se economicamente.

Inicialmente, os primeiros centros urbanos a realizar a suas reformas estavam localizados no Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Recife, Florianópolis e João Pessoa, consecutivamente as cidades do interior, como se deu em Campina Grande – PB, que apesar de desenvolvida economicamente - e considerada a cidade mais importante do Nordeste - no início do século XX, era tida enquanto arcaica, feia e sem higienização, até a metade da década de 30.

Objetivando situar o leitor de como se deu o processo de modernização da cidade de Campina Grande – PB, este estudo visa realizar tal feito centrando seu olhar a partir da organização das feiras livres existentes no município.

As feiras de Campina Grande, por serem realizadas em diversas ruas da cidade, tornaram- se alvo constante da interferência de diversos agentes da sociedade tais como aqueles ligados a engenharia, arquitetura, ciências naturais e medicina. As crescentes preocupações dos responsáveis legais em relação à modernização das cidades, estão ligadas não apenas em mudar a fisionomia urbana, mas ao discurso que favorece o controle social, erradicação de maus hábitos, afastamento ou centralização de toda ou qualquer atividade considerada imprópria, além dos cuidados com o alto índice de doenças que assombravam a população.

Este escrito está dividido em dois tópicos, o primeiro denominado “Olhares atentos: As Feiras da cidade, antes do Período de Reforma Urbana” busca situar o leitor de como estava organizada a cidade antes do período de reforma urbana, apontando os principais problemas da cidade. No segundo tópico, discutiremos como ficou a organização após a construção e centralização das feiras existentes em diversas ruas, e que ao serem centralizadas e deslocadas com a reforma urbana, mudaram o ambiente urbano.

### **Olhares atentos: As feiras da cidade antes do período de Reforma Urbana**

Campina Grande é considerada uma das cidades mais importantes do interior do Estado da Paraíba, sua localização favoreceu sua fundação e seu crescimento está ligado



ao desenvolvimento econômico advindos do comércio das feiras de gado e cereais, atingindo seu apogeu com o ciclo do algodão no século XX.

Filho (2009) aponta que, em virtude do trabalho e do desenvolvimento econômico, em especial na comercialização do algodão, a cidade, tinha sua relevância exaltada nos discursos de sua elite, que não cansavam de elevá-la à condição de “Rainha da Borborema”. Embora tenha Filho (2009), destacado a importância do comércio de algodão em Campina Grande esta destacava-se, ainda, pelo intenso comércio em suas feiras. As feiras, além de representar uma das principais fontes da economia da cidade, pela comercialização de gêneros diversos, foram alvo de disputas políticas, brigas e lamúrias desde os tempos monárquicos. Conforme informou (ALMEIDA, 1978):

Se o funcionamento era na praça municipal em frente ao mercado de Baltazar Luna, não tinha que duvidar, dominava o partido liberal; se era na rua seridó, defronte ao mercado novo de alexandrino Cavalcanti, subira o partido conservador. Não falhava o informador visível à distância. (ALMEIDA, 1978, Apud FILHO, 2009)

Filho (2009, p.78), comungando com ALMEIDA informa que o deslocamento da feira era realizado de acordo com interesses políticos dos grupos que se alternavam no poder, e que em razão do desenvolvimento econômico, compreendemos que os dois mercados da cidade, o mercado de Baltazar Luna ou (mercado velho) - construído em 1826 - e o mercado de Alexandrino Cavalcante ou (mercado novo) - construído em 1864 - não acompanharam o progresso estrutural com o aumento populacional, reforçando que essas atividades comerciais poderiam ser realizadas em suas principais vias, algo que confrontava – se com o projeto de modernização sonhado por políticos, letrados e médicos, que viam nesses locais ambiente propício à propagação de diversas doenças e problemas sociais.

Afastar ou centralizar as atividades feirantes das principais vias da cidade, tornou-se um dos principais pedidos de todos aqueles que desejavam modernizar e higienizar Campina Grande. Em matéria intitulada “A feira de frutas”, publicada pelo jornal “O Brasil Novo”, em 21 de fevereiro de 1931 verificamos a partir da crítica, a necessidade da construção de um mercado.

Campina precisa já e já de um mercado para frutas. É outro problema de solução inadiável, e que merece especial estudo do esforçado governador da cidade. Basta observar o que seja nossa feira de frutas nos dias invernosos.

Localizada na principal urbe deixa ao seu término, as calçadas completamente manchadas impregnadas de cascas, de tal sorte que as simples varreduras dos encarregados da limpeza pública, não conseguem remover a sujeira deixada com as chuvas as cascas ligadas ao solo entram em decomposição e juntam tal quantidade de mosquitos e fazem tal lama, desprendendo às vezes um cheiro desagradável, que nos dá a impressão de uma pocilga. A impressão não é tão dolorosa para os da terra, mais ou menos acostumados com o quadro, mas, especialmente para os visitantes, os quais tem sempre campina em um conceito mais elevado. E os campinenses ficam humilhados quando vêem os seus hóspedes agarrados às paredes para que não escorreguem nas cascas de frutas disseminadas nos passeios. Nós campinenses já estamos quase acrobatas, pelos contínuos treinos com que evitamos os escorregos [...] (JORNAL BRASIL NOVO, 21 fev. 1931).

A partir da matéria do jornal, é possível compreender como viviam as pessoas que moravam ou transitavam nas principais ruas da cidade, que expostos à falta de higienização, colocavam em risco a saúde dos Campinenses e dos turistas que ali se hospedavam.

As críticas por parte da elite campinense aumentaram consideravelmente pelo fato das atividades feirantes serem realizadas nas proximidades de suas residências, em específico na rua Maciel Pinheiro, local de moradia de letrados e políticos, que nos dias de feira conviviam em meio ao aglomerado urbano. Reforçando que em virtude do seu comércio, Campina Grande foi polo de atração na região Nordeste e um grande aglomerado urbano, bastante criticado por aqueles que desejavam sua modernização.

Assim como a feira de frutas e verduras, a feira de animais também se fazia presente nos perímetros centrais. A matança dos animais na maioria das vezes ocorria nas principais vias ou em suas proximidades, devido à ausência da centralidade dessas atividades.

Filho (2009), aponta que o abatimento dos animais era realizado de forma precária, sem cuidado higiênico ou qualquer quer tipo de preocupação:

Os animais abatidos, sobre o chão, dividem o espaço com o que parece ser galhos e outros matérias que poderiam causar repulsa aos espíritos modernizadores que pelejavam por um determinando projeto de higienização para campina grande, projeto este que colidia frontalmente com práticas como as que essas imagens nos mostram. (FILHO, 2009, p.166).

A partir das considerações do autor é possível compreender a carência higiênica na obtenção de carne na cidade, aumentando ainda mais a insatisfação da elite, que não cansava de reivindicar ao poder público, atenção aos principais problemas existentes. Problemas esses que, segundo a elite, seriam sanados com algumas medidas, dentre elas

a construção de um matadouro, o que de fato tornou-se motivo de diversas querelas, logo após a segunda metade dos anos 30 do século XX.

Embora construído na missão de higienizar a região central de Campina Grande, o projeto da construção do Matadouro, divergia da realidade. Sua localização, estrutura e funcionamento confrontava-se com o plano de urbanização esperado para o município. Este tipo de ação, pode ser compreendido, a partir do diálogo entre o redator Hortensio de Souza Ribeiro e do urbanista Nestor de Figueiredo ao se referir ao matadouro público de Campina Grande e o plano da futura urbanização da cidade. Em matéria publicada pelo jornal Voz da Borborema no dia 7 de maio de 1938:

Achei-o em condições de prejudicar francamente o problema higiênico da cidade, tantos pelos odores emanados de seus produtos, como de suas impurezas, que descerão fatalmente para uma parte da zona condensada da cidade. De modo que eu aconselharia mesmo o Sr. Prefeito a não fazer funcionar por enquanto. [...] (JORNAL VOZ DA BORBOREMA, 7 mai. 1938)

A partir da matéria publicada pelo jornal, é possível compreender que a localização do Matadouro nas proximidades da região central, tornava inviável o progresso da cidade. A geografia do local contribuía para que as ruas se tornem caminho de impurezas e odores, aumentando ainda mais a insatisfação da elite e dos letrados que reivindicavam o não funcionamento das atividades no local.

Ao continuar sua entrevista ao jornal voz da Borborema, Figueiredo, aconselha transferir o matadouro para um bairro mais distante do centro da cidade. Apontado a necessidade do aproveitamento do espaço do Matadouro em outro prédio público. Conforme consta na mesma matéria do jornal:

Mas qualquer deliberação quanto a mudança do matadouro, acredito que não acarretaria com despesa capaz de assustar, porque o edifício poderá facilmente ser transformado numa escola profissional, tão necessária a uma cidade do valor e do progresso de campina grande ou caso venha adotar outra opinião diferente – num quartel ou cadeia de que esta cidade está a carecer. [...] (JORNAL VOZ DA BORBOREMA, 7 mai.1938).

Ainda que tenha o urbanista Nestor de Figueiredo aconselhado a utilização do prédio para funcionamento de uma escola profissional, quartel ou Cadeia pública, como algo necessário ao progresso da cidade, inicialmente o pedido não foi acatado e o matadouro funcionou de forma precária no local por algum tempo. Adauto Rocha, ao



conceder entrevista intitulada “Razões de um boi” ao jornal Voz da Borborema em 04 de junho de 1938, descreve a precária situação do Matadouro Municipal da cidade.

Toda vez que eu passo, por ocasião de minhas viagens com destino ao bairro operário onde moro, situado na estrada do “Cardoso” não deixo de ter muita pena, logo que espio para um circo de pão a pique que serve de curral em que se aprisionam bois, duas vezes por semana, destinadas ao mercado de “carne verde” de Campina Grande. Há, como se vê, ao lado desse cerco em cujo o centro se eleva a lama até o meio das pernas daqueles pacientes filhos de Deus, um terreno atascadico e crivadas de barrocas com águas fedorentas e estagnadas, ao qual, um cego de nascença chamou, um dia, de matadouro Público da senhora da Borborema[...] (JORNAL VOZ DA BORBOREMA, 4 jun.1938).

A partir das considerações de Adauto Rocha, é possível confirmar que o mercado de carnes em Campina Grande, foi construído sem estrutura e higienização adequada para realização de determinada atividade. Adauto, ao longo do discurso crítico, alerta a população campinense pela ausência de higiene no local, reforçando a insatisfação da elite campinense em ter que consumir alimento sem o mínimo de higienização, alertando ainda, que o espaço onde funcionava o matadouro era precário e sem estrutura para funcionamento das atividades.

Apesar de tantas críticas e receios, não tinham outra opção a não ser consumir aquilo que lhes foi ofertado, cabia aos reclamantes aguardar as mudanças esperadas para uma cidade que, em pleno desenvolvimento convivia em meio a falta de higiene, costumes e hábitos repugnantes em pleno progresso.

### **Do progresso à civilidade: as feiras de Campina Grande após a Reforma Urbana.**

Assim como diversas cidades do Brasil, entre os finais dos séculos XIX e início do século XX, iniciaram o projeto de reforma urbana na intenção de higienizar e modernizar as cidades. Em Campina Grande não foi diferente entre as décadas de 30 e 40 do século XX, período em que costumes e hábitos considerados impróprios ao desenvolvimento urbano passaram a ser criticados “em nome do progresso e civilidade campinense” como mostra o trecho a seguir:

Em nome do progresso e da civilidade campinense, costumes antigos passaram a ser questionados e até mesmo ridicularizados em função de práticas novas mais condizentes com o estágio avançado que julgava ter atingido sua elite (FILHO, 2009, p. 77).

A partir das considerações de Filho (2009), verificamos que em virtude do progresso e da civilidade, a elite campinense passou a criticar os principais problemas da cidade. O desenvolvimento econômico, a utilização dos equipamentos modernos, reforçava a necessidade de erradicar maus hábitos, e costumes considerados impróprios ao desenvolvimento da cidade. Souza (2003), aponta que não há nas bibliografias de diversas cidades do Brasil, preocupação da elite com os moradores que vivem em localidades distantes ou subúrbios:

Não há na bibliografia exemplos marcantes de preocupações de letrados com habitações localizadas nos subúrbios, ou em áreas muito afastadas dos centros das cidades; contrariamente, encontram-se nas fontes para Campina Grande e outras cidades brasileiras, discursos em que explicitamente afirma-se que o lugar dos pobres e dos trabalhadores é o subúrbio. Como as áreas centrais eram os lugares que mais se valorizavam, sendo centro comercial e, até um certo momento, local de moradia das elites proprietárias, estas investidas têm uma dimensão tanto sanitária quanto econômica e de segregação social (Souza, 2003 p. 64).

A partir das considerações de Souza (2003), compreendemos que a construção de uma cidade moderna para elite está voltada para a urbanização da região central, local reservado para moradias modernas e higiênicas de sua elite. Destinando aos subúrbios, pessoas pobres, bem como moradia, local de atividade econômico e subsistência. Ou seja, tudo que confronta – se com o projeto de modernização é tido como um dos principais problemas das cidades, dentre os quais podemos citar o conglomerado das feiras nas principais urbanas de Campina Grande.

Sendo um dos principais problemas da cidade na década de 30, as feiras livres existentes em diferentes ruas de Campina Grande, ao terem suas atividades deslocadas e centralizadas para proximidades da rua Vila nova Rainha, representou a elite campinense uma iniciativa higiênica e modernizante. Araújo (2010), reforça que a construção do mercado Central, em 1941, nessa localidade, possibilitou a higienização e modernização das ruas centrais de Campina Grande.

Imagem 1 – Rua Maciel Pinheiro, década de 1940, Campina Grande-PB



Foto: Acervo do Museu Histórico de Campina Grande, 1940.

A imagem acima retrata o cenário da rua Maciel Pinheiro com a praça Eptácio Pessoa, logo após o deslocamento da feira por volta de 1940. A partir da imagem, compreendemos que as atividades feirantes, falta de higiene, bem como o aglomerado urbano, deixaram de existir e as principais reivindicações da elite foram atendidas.

A transferência da feira para uma nova localidade, propiciou a elite campinense um contato com ares de modernidade. Aranha (2005), reforça que a modernidade vivenciada nas cidades do norte Brasil, apesar do seu ritmo distinto dos grandes centros da Europa, deve ser considerada a partir das conquistas materiais, uso coletivo dos equipamentos urbanos que passam a tomar conta do imaginário local, contribuindo para pensar a cidade e seu desenvolvimento.

A partir dessas constatações, os traços do moderno na rua Maciel Pinheiro são observados a partir do alinhamento dos meios-fios, modelação das árvores, espaços de conversas nos canteiros das vias, além dos automóveis estacionados em frente das residências, reforçando que nessas vias habitavam pessoas da elite e experimentavam um contato com símbolos modernizantes.



Assim como a feira de frutas e cereais foram deslocadas para uma região mais afastada das principais ruas da cidade, o matadouro público teve suas atividades deslocadas para o Bairro dos operários (Bodocongó) em 1942, considerado local ideal para realização das atividades, devido às diversas atividades insalubres desenvolvidas pelas fábricas ali instaladas tornando –se, aos olhos do urbanista Nestor de Figueiredo, local ideal para funcionamento do Matadouro, sendo possível confirmar ao longo da entrevista concedida ao jornal voz da Borborema.

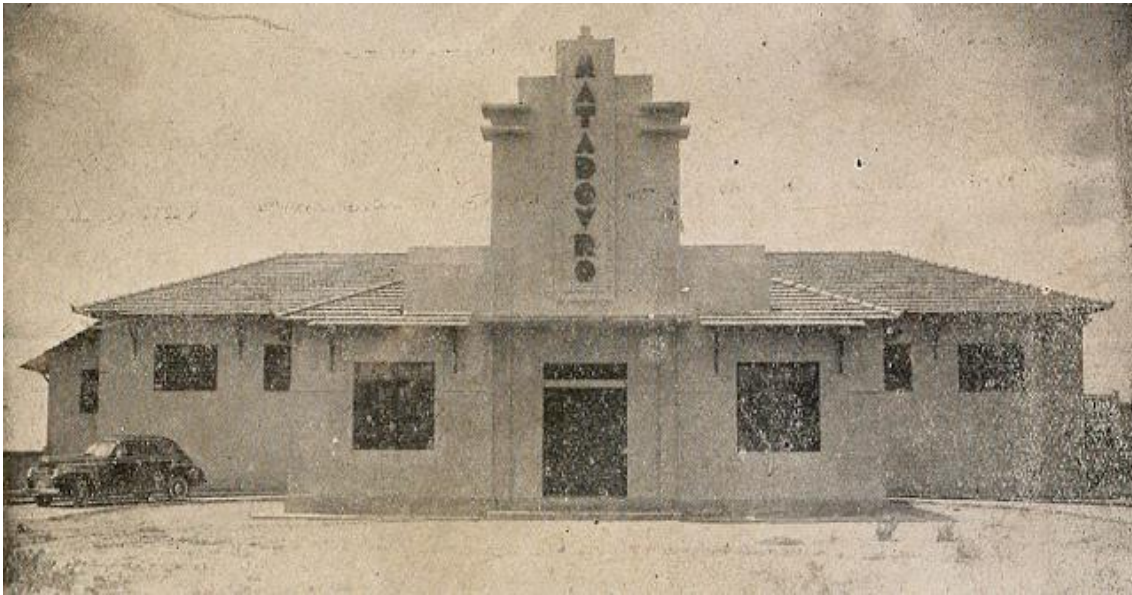
As instalações mecânicas privativa do matadouro seriam facilmente removíveis para outro edifício, o qual deveria então, ser construído em um ponto distante da cidade, em local de fácil acesso ao gado, sem que as boiadas destinadas ao facão do magarete, transitem pelo centro urbano, e deixando – se em respeitosa tranquilidade o campo sagrado do cemitério. O vale do bodocongo, que visitamos há tempos, seria excelente para localização de serviço semelhante. (JORNAL VOZ DA BORBOREMA, 7 mai. 1938).

Além da ausência de higiene e falta de estrutura do Matadouro, a boiada destinada ao abate transitava na região central da cidade, sujando ruas, prejudicando o trânsito entre pedestres e automóveis e colocando em risco a vida de seus moradores.

Agra (2010, p.56) aponta que os aos olhos da elite “os animais, por sua vez, não deveriam circular por nenhum dos espaços já devidamente ocupados pelos carros e pelos pedestres”. A partir da fala de Agra é possível compreender que a introdução de uma nova cartografia urbana para Campina Grande, passou a condenar qualquer prática e hábitos considerados inadequados com o projeto de modernização. Considerado um problema no tocante à higiene social, a circulação de animais pelas ruas da cidade, deveria ser substituída pela passagem de automóveis em suas ruas e calçadas destinadas aos pedestres.

Ao deslocar o matadouro municipal para bairro de Bodocongó, a gestão do prefeito Verniaud Wanderley acatou uma das principais reivindicações dos comerciantes e dos moradores da região central, que não cansavam de demonstrar insatisfação com a estrutura e proximidade do matadouro – atual penitenciária do Monte Santo, com o cemitério nossa senhora do Carmo.

**Imagem 2** – Prédio do Matadouro Público, no bairro de Bodocongó, concluído pela administração do prefeito Vergniaud Wanderley, em 1942, em Campina Grande -PB



FONTE: Imagem do blog Retalhos Históricos (foto enviada por Saulo Araújo).

imagem acima refere -se ao matadouro municipal de Campina Grande, construído sobre o estilo arquitetônico em arte Décor, estilo desenvolvido nos grandes centros da Europa na década de 1920, virou tendência em diferentes cidades do mundo, inclusive nas cidades do Brasil, dentre as quais destacamos a cidade de Campina Grande – PB, no período de reforma urbana.

O novo estilo arquitetônico aos olhos da atual gestão, substituiria traços do período colonial, dando lugar a novas edificações arejadas, iluminadas e modernas. Traços presentes até hoje no prédio da secretaria de finanças – primeiro hotel da cidade e na biblioteca Municipal – antiga prefeitura.

### Considerações finais

Para finalizarmos nossas discussões, conclui-se, a partir desse estudo, que o início da urbanização da cidade de Campina Grande – PB, inicialmente tem relação com a própria capacidade de desenvolvimento econômico e que conseqüentemente possibilitou a formação das atividades nas feiras de gado e cereais, atingindo seu apogeu com o crescimento da cultura do algodão responsável em impulsionar o crescimento

urbano e econômico do município, tornando-a, uma das cidades mais importantes do interior nordestino, em especial nos últimos anos do século XIX, até a metade do século XX, período em que diversas cidades do Brasil começaram a experimentar traços de um mundo moderno, advindo principalmente da Europa. Embora a reforma urbana de Campina Grande tenha ganhado força a partir da década de 30 e 40 do século XX, esta começa desde o início do século, impulsionada com a chegada dos equipamentos modernos que conseqüentemente contribuiu pensar a cidade e seu desenvolvimento a partir das conquistas materiais da qual relata Aranha (2005):

É partir desse novo olhar que a cidade passa a ser pensada enquanto lugar insalubre, feia e sendo alvo de diversas críticas, mudanças se faziam necessárias aos olhos dos políticos, médicos e letrados que ao planejar uma cidade moderna, viam em diversos ambientes um problema social, dos quais podemos citar as feiras livres existentes na cidade. Apresentada enquanto local de aglomeração e propagação de doenças, as feiras livres da cidade ao terem suas atividades deslocadas e centralizadas com a reforma urbana, mudaram não apenas o ambiente urbano dos seus espaços, como passaram a controlar hábitos e o modo de viver de sua população.

Contribuindo no campo historiográfico, este escrito possibilitou que compreendêssemos o processo de higienização e modernização de Campina Grande, principalmente no tocante às organizações das feiras livres com a reforma urbana, abrindo caminhos para entendemos como se deu, ao longo dos tempos, as mudanças urbanas em diferentes cidades do interior do Brasil.

### Fontes

1. Fonte 1 - A feira de Frutas. **Jornal Brasil Novo**. Campina Grande, edição de 21 de fevereiro de 1931 (Acervo do Museu Histórico de Campina Grande).
2. Fonte 2 - O matadouro público e o plano da futura urbanização da cidade. **Jornal voz da Borborema**. Campina Grande, edição de 7 de maio de 1938 (Acervo do Museu Histórico de Campina Grande).
3. Fonte 3 - Razoes de um boi. **Jornal voz da Borborema**. Campina Grande, edição de 4 de Junho de 1938 (Acervo do Museu Histórico de Campina Grande).



4. Fonte 4 - Disponível em: <http://cgretalhos.blogspot.com/2010/07/memoria-fotografica-pc-epitacio-pessoa.html#.XeEOaFVKjcc>. Acesso em: 01 nov. 2021.

5. Fonte 5 - <http://cgretalhos.blogspot.com/2016/05/#.YemCgJjMLIU>. Acesso em: 01 nov. 2021.

### Referências

AGRA, Giscard Farias. **Modernidade aos goles: a produção de uma sensibilidade moderna em Campina Grande – 1904 – 1935**. Campina Grande, EDUFCEG, 2010, 218 p.

ARANHA, Gervácio Batista. **Seduções do Moderno na Paraíba do Norte: Trem de Ferro, Luz Elétrica e Outras Conquistas Materiais e Simbólicas 1880 a 1925/ Gervácio Batista Aranha**. In: ARANHA, Gervácio Batista. **A Paraíba no Império a República: estudos de história social e cultural**. João Pessoa: Idéia, 2005.

ARAÚJO, Silvera Vieira. **Dispensando o Feioso: a construção da Higiene estética de Campina Grande (1930 – 1960)**2010. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Federal de Campina Grande, 2010, p. 138.

FILHO, Severino Cabral. **A cidade revelada: Campina Grande em imagens e história**. Campina Grande, UFCG, 2009.

SOUZA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra. **Campina Grande: Cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil 1930 a 1945**. São Paulo. *Revista Brasileira de História*, n. 46, v. 23, p. 61-92, 2003.

## Um estudo acerca de Aníbal Quijano

Francielcio Silva da Costa  
UESPI- Universidade Estadual do Piauí  
E-mail: fransilva9610@gmail.com

Francisca Cibele da Silva Gomes  
UESPI- Universidade Estadual do Piauí  
E-mail: cs6445758@gmail.com

O presente artigo intitula-se um estudo acerca de Aníbal Quijano, neste sentido este trabalho, abordou de forma acadêmica o sociólogo em questão. Sobre os objetivos que nortearam este estudo, destaca-se analisar as teorias do autor supracitado sobre estudos descoloniais e da teoria crítica, compreender o papel do mesmo enquanto um teórico latino-americano e abordar as suas principais contribuições no campo dos direitos humanos. Com isso, afirma-se que o sociólogo desenvolveu o conceito de colonialidade do poder e também, seu escopo de trabalho foi influente nos campos dos estudos descoloniais e da teoria crítica, demonstrando dessa forma que é um autor e um teórico, bastante relevante e atual e as suas pesquisas são consideradas complexas, holísticas e pertinentes para a América Latina.

**Palavras-chaves:** Aníbal Quijano. Colonialidade do poder. Decolonialismo.

### Introdução

A respeito do tema deste artigo, enfatiza-se que este estudo tratou acerca de Aníbal Quijano considerado um sociólogo e pensador humanista peruano, na qual o mesmo ficou conhecido por ter desenvolvido e aprofundado o conceito de colonialidade do poder e além do mais, seu corpo de trabalho tem sido influente e atuante nos campos específicos dos estudos e pesquisas descoloniais e da teoria crítica.

Sobre os objetivos que nortearam este trabalho, menciona-se: analisar as teorias de Aníbal Quijano sobre estudos descoloniais e da teoria crítica, compreender o papel do autor

enquanto um teórico latino-americano e abordar as principais contribuições do sociólogo no campo dos direitos humanos. Ou seja, mediante estes objetivos, esta pesquisa, foi desenvolvida de forma acadêmica e científica.

No que tange a situação problema que este estudo se pautou, questiona-se: como Aníbal Quijano desenvolveu suas teorias tendo como objetos de pesquisa o eurocentrismo, o colonialismo e a América Latina? Até porque o escritor, em muitos de seus trabalhos e livros que foram publicados e difundidos aos seus leitores, se percebe que este teórico possuiu um elevado interesse, em estar investigando temas e assuntos pertinentes, como por exemplo: eurocentrismo, o colonialismo e a América Latina.

Metodologicamente falando este artigo, utilizou-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico acerca do sociólogo em questão e relacionado a isso também, refletiu-se sobre as teorias e pensamentos deste teórico latino-americano. Com isso, foi desenvolvido este trabalho acadêmico e crítico, tendo como objeto de pesquisa o peruano estudioso e a sua vasta produção escrita.

Em relação ao referencial teórico que fundamentou este estudo e artigo, destacam-se os seguintes autores e teóricos: Ballestrin (2013), Barros (2019) e Quijano (2005) que são estudiosos que debatem através de suas pesquisas, a temática do conceito de colonialidade do poder. Logo, eles fundamentaram academicamente e cientificamente este trabalho.

Já o que nos levou a desenvolvermos esta pesquisa de caráter científico, foi principalmente compreender como o autor peruano, se tornou entre os séculos XX e XXI um cientista social peruano, com elevado prestígio, influência e reputação acadêmica imprescindível no campo das ciências sociais, não apenas em seu país de origem, como também em toda América Latina.

Além disso, este artigo acadêmico e científico se estruturou mediante os seguintes tópicos, dos quais se cita: a introdução, um breve histórico sobre o mesmo, uma abordagem acerca da escrita do pesquisador, o legado do mesmo no campo das Ciências Humanas e as considerações finais. Dessa forma, este trabalho foi escrito e desenvolvido.

Em síntese na introdução desta pesquisa científica, abordou-se de forma específica o autor sociólogo, em seguida na parte que fala de um breve histórico sobre o mesmo explanou-se acerca da biografia deste teórico, já no que tange uma abordagem acerca da escrita do autor debateu-se as principais teses e teorias que este sociólogo peruano desenvolveu em suas obras, e no tópico O legado de Aníbal Quijano no campo



das Ciências Humanas tratou-se das contribuições do sociólogo trouxe para a área de Ciências Humanas em termos de pensamento crítico e por fim nas considerações finais, realizou-se um apanhado geral, do que foi discutido e analisado.

### Breve Histórico sobre Aníbal Quijano

Falando sobre a biografia de Aníbal Quijano, ele nasceu em Yanama que é um Distrito peruano da Província de Yungay, situada no Ancash, pertencente à Região de Ucayali, no Peru na data de 17 de novembro de 1928 e faleceu em 31 de maio de 2018 em Lima, capital do Peru aos 89 anos de idade. Além disso, Aníbal Quijano foi docente da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de San Marcos, Lima, Peru e concomitantemente a isso, foi considerado criador do Centro de Investigações Sociais do Peru.

Enfatizando-se inicialmente a questão das Ciências Sociais e a América Latina, destaca-se que este encontro entre Ciências Sociais e a América Latina, se deu institucionalmente falando logo, depois do contexto histórico da Segunda Guerra Mundial. Para isso, afirma-se que:

Historicamente, o encontro entre ciências sociais e América Latina foi institucionalizado depois da Segunda Guerra Mundial. Em particular, nas décadas de 1960 e 1970, a sociologia latino-americana teve uma farta produção original cuja ressonância ultrapassou as fronteiras do continente e instaurou um espaço no conjunto na república mundial das ciências sociais. Os últimos cinquenta anos da história do pensamento crítico latino-americano confundem-se com biografias de intelectuais de uma geração de sociólogos engajados, que atravessaram um período de transição histórica e de derrotas políticas diante das vicissitudes do capitalismo periférico na região. A trajetória de Aníbal Quijano (1930-2018) é um exemplo incontornável que se confunde com a história das ciências sociais na América Latina. Com uma vasta e densa produção intelectual de mais de meio século, entre inflexões teóricas e utopias políticas, a contribuição do sociólogo peruano é uma das mais profícuas para o debate teórico que aflige o destino do continente. (RUBBO, 2019, p. 241-242).

Neste aspecto, a maior parte da produção intelectual do autor peruano, se insere em uma conjuntura histórica marcada evidentemente, pelo fato dos últimos cinquenta anos da história do pensamento crítico latino-americano mesclarem-se biografias de intelectuais de uma geração de sociólogos dedicados, que percorreram um período de

transição histórica e de insucessos políticos, diante das dificuldades do capitalismo periférico e suburbano na região.

Com a morte do sociólogo, na data de maio de 2018, se percebe uma grande quantidade de seminários com depoimentos e análises, que foi feita em universidades consideradas latino-americanas, com o objetivo de homenagear e condecorar sua obra.

“Aníbal Quijano é parte de uma geração de cientistas sociais que não apenas testemunhou as fases de institucionalização da sociologia no continente” (RUBBO, 2019, p. 243). Em outras palavras, o sociólogo também, acompanhou os encontros e desencontros da sociologia com as sociedades latino-americanas, agitadas pelos ciclos históricos da Revolução Cubana de 1959 e pela contrarrevolução chilena do ano de 1973.

Além disto, a circulação internacional do autor, em várias universidades da América, como docente e pesquisador visitante, possibilitou assim uma análise diferenciada e holística acerca dos descaminhos históricos das ciências sociais no que se refere à América Latina, do qual ele foi parte integrante e participante.

“Suas primeiras produções nas décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pelo ambiente intelectual da capital chilena” (RUBBO, 2019, p. 246). Neste aspecto, Santiago, capital do Chile, foi um núcleo irradiador transnacional das ciências sociais no território latino americano, em um contexto histórico em que a produção teórica latino-americana, aumentou consideravelmente.

Em Santiago capital do Chile, o escritor sociólogo vivenciou, transitou e analisou conjuntamente com personalidades associadas, ao que se convencionou denominar de teoria da dependência – uma nova interpretação e explicação da inserção e subordinação dos países, considerados da periferia capitalista. Atrelado a isso, ocupou o cargo de pesquisador do Programa de Investigaciones sobre Urbanización y Marginalidad, na División de Asuntos Sociales, deliberada pelo espanhol José Medina Echavarría.

É interessante pontuar que no decorrer de suas idas e vindas ao Peru, Aníbal Quijano, na década de 1970, foi expulso do país e teve que se exilar no México, em virtude principalmente da vigência do governo militar de Juan Velasco Alvarado, que governou o Peru de 1968 a 1975. Ao se exilar no México, criou respectivamente a revista Sociedad y política, que vigorou entre os anos de 1972 a 1983 que se caracterizou por não possuir vínculos partidários, logo a revista Sociedad y Política tornou-se um relevante espaço de debate e discussão, relacionada à esquerda intelectual peruana e latino-americana, da

qual cujas páginas defendiam evidentemente uma diversidade de perfis quanto de pontos de vista.

“Quijano analisa que as elites dirigentes dos Estados independentes não tinham interesses em comum com os índios, negros e mestiços, sendo que estes representavam cerca de 90% da população desses países” (BARROS; RODRIGUES, 2019, p. 296-297). Neste sentido, destaca-se que o sociólogo, durante a década de 1970, atinge uma nova roupagem enquanto intelectual público, tanto que para isso o mesmo, escreve vários ensaios, com o intuito de intervir politicamente nas modificações e transformações sociais, pelas quais a sociedade peruana passava neste contexto histórico.

Aborda-se que Aníbal Quijano, foi docente visitante do Centro de Investigaciones Sociales (CIS) na Universidad de Puerto Rico, na região das Antilhas no ano de 1981. Logo, neste mesmo ano, publicou um artigo intitulado Sociedad y sociología en América Latina (Notas para una discusión) na própria Revista de Ciencias Sociales, na qual é apresentada a primeira reflexão e análise considerada mais sistemática acerca do contexto de crise, permeado pela sociologia e pela sociedade latino-americana.

De um modo geral, salienta-se que o texto do sociólogo, mais representativo e significativo da sua experiência internacional, foi uma conferência apresentada e exibida no Seminário denominado, CLACSO piensa CLACSO da XII Assembleia Geral Ordinária que ocorreu em dezembro de 1985, na capital do Uruguai Montevidéu.

Explica-se que o pensamento de Quijano, durante a década de 1980, era na verdade a expressão de uma mudança de dimensões majoritariamente políticas e econômicas, para um espaço marcado pela reflexão da cultura e da história como mediações importantes no novo debate latino-americano, que se formava nesta conjuntura histórica.

### **Uma abordagem acerca da escrita de Aníbal Quijano**

Sobre a escrita de Aníbal Quijano, ela é considerada holística e complexa, em virtude do campo de abordagem conceitual deste teórico, envolver diversos temas e assuntos como, por exemplo: o conceito de colonialidade do poder, a identidade latino-americana, o colonialismo, globalização, relações de poder e outras questões sociais pertinentes. Além do mais, o autor elaborou questionamentos e indagações de cunho



político e epistemológico, acerca de tensões latentes na história da teoria social latino-americana, especialmente a respeito do marxismo.

Em seu texto intitulado “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina” de Aníbal Quijano (2005), se percebe inicialmente um debate, no que tange a questão da globalização. Neste sentido, cita-se que:

A globalização em curso é, em primeiro lugar, a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial. Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a idéia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo. Esse eixo tem, portanto, origem e caráter colonial, mas provou ser mais duradouro e estável que o colonialismo em cuja matriz foi estabelecido. Implica, conseqüentemente, num elemento de colonialidade no padrão de poder hoje hegemônico. No texto abaixo, o propósito principal é o de colocar algumas das questões teoricamente necessárias sobre as implicações dessa colonialidade do poder com relação à história da América Latina. (QUIJANO, 2005, p.117).

Mediante esta citação supracitada, elenca-se que a globalização, é o resultado direto de um processo que se iniciou acima de tudo, por meio da formação da América e do capitalismo de âmbito colonial, moderno e eurocêntrico como um novo padrão de poder mundial. Neste aspecto, um dos eixos principais desse padrão de poder, é a categorização social da população mundial, pautada na ideia de raça humana.

Em relação ao tema da colonialidade do poder, afirma-se que é um conceito no qual diz respeito à inter-relação entre as formas modernas de exploração e dominação, e o processo europeu de expansão colonial. Dessa forma, a colonialidade do poder envolve as práticas e legados do colonialismo europeu em ordens sociais e formas de conhecimento, avançado em estudos pós-coloniais, decolonialidade e estudos subalternos latino-americanos, mais importantes para Aníbal Quijano. Logo, o autor identificou, descreveu e tratou do legado vivo do colonialismo nas sociedades contemporâneas e modernas, na forma de discriminação social que persistiu ao colonialismo formal e assim, se tornou integrado nas ordens sociais progressivas e sucessivas.

Aprofundando mais ainda o debate acerca do assunto da colonialidade do poder, é interessante a afirmação do autor Wendell Ficher Teixeira Assis no trabalho

denominado “colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo”. Na qual, Wendell Ficher Teixeira Assis (2014), salienta que:

A colonialidade na apropriação da natureza é vista, portanto, como expressão de novos mecanismos de poder, que se traduzem na existência de formas hegemônicas de se conceber e explorar os recursos naturais, considerando-os unicamente como mercadorias, ao mesmo tempo em que evidencia o aniquilamento de modos subalternos de convívio com o meio ambiente, bem como a perpetuação e justificação de formas assimétricas de apropriação dos territórios. (ASSIS, 2014, p.624).

Logo, a colonialidade do poder reconhece as ordens hierárquicas de cunho racial, político e social impostas pelo colonialismo europeu na América Latina, que indicam valor para certos povos e sociedades enquanto proíbem outros. Nesta perspectiva, o autor destaca que a estrutura colonial de poder, trouxe como consequência uma espécie de sistema de castas, na qual os espanhóis se classificaram no ápice e aqueles que conquistaram na base, em razão de seus distintos traços fenotípicos e uma cultura possivelmente inferior.

Enfatiza-se que o autor decolonial, compreende a ideia de raça particularmente no que se refere à formação das estruturas de poder, até porque fica possível perceber, que ao longo do tempo histórico, a concepção de raça foi envolvida, propriamente, para dar forma a tais estruturas de poder. Neste ponto de vista, o que era evidenciado padrão para o pesquisador peruano é de extrema relevância, para explicar a ligação entre raça e o sistema liberal capitalista contemporâneo e atual.

O conceito de raça, nesta lógica, foi engajado fundamentalmente de maneira a conceder legitimidade e autenticidade à questão da imposição da conquista colonial, a partir da criação de um discurso, em que o binarismo inferior e superior, se correlacionava, respectivamente, à dicotomia colonizado e colonizador. Ou seja, a ideia de raça e sua distinção ajudou para naturalizar, o que era propagado por este discurso de âmbito colonial.

“Sua constituição ocorreu associada à específica secularização burguesa do pensamento europeu e à experiência e às necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado” (QUIJANO, 2005, p. 126). Com isso, Aníbal Quijano partiu de uma renovação da História da América e também, da articulação do modelo colonial de poder e assim, delineou de que forma o eurocentrismo, compreendido enquanto um modo de controle da subjetividade mundial constituiu um

empobrecimento, do imaginário histórico e político, que se demonstrou essencial para as derrotas dos povos e sociedades, começadas no contexto histórico da década de 1960.

De um modo geral, o eurocentrismo representa uma perspectiva de mundo e de sociedade, baseada em valores europeus, colonizadores ou racistas. Além disso, este conceito de eurocentrismo descreve e retrata o processo, no qual a Europa se instituiu como o centro de poder no mundo, sobretudo devido à colonização. Porém, mesmo depois do término do período histórico colonial, diversos aspectos sociais, ainda continuam marcadamente eurocêntricos.

Todavia, em um pequeno trecho da obra *Modernidad, identidad y utopia en América Latina*, de 1988, Aníbal Quijano cita o debate europeu a respeito da modernidade e pós-modernidade e o estadunidense no que concerne antimodernidade da seguinte forma:

O problema, não obstante, é que os profetas da “pós-modernidade” e da anti modernidade não somente nos convidam a celebrar os funerais das promessas liberadoras da razão histórica e de sua específica modernidade, mas principalmente a nunca mais considerar questões implicadas nessa modernidade, não voltar à luta pela liberação da sociedade contra o poder e aceitar no futuro unicamente a lógica da tecnologia e do discurso do poder. (QUIJANO, 1988, p. 20).

Segundo o autor e teórico, a crítica e a análise da modernidade na América Latina não resultavam somente em uma negação da razão histórica, e na verdade na superação da razão instrumental. Em outras palavras, a primeira representava uma razão formada através do ideário da libertação, ao passo que a segunda, baseou-se no utilitarismo e no exercício da dominação.

### **O legado de Aníbal Quijano no campo das Ciências Humanas**

Explicando o legado de Aníbal Quijano no campo das Ciências humanas, pontua-se que este legado, é bastante abrangente, fértil e holístico até porque seus estudos e pesquisas envolveram áreas, como a Sociologia, a Filosofia e a História. Atrelado a isso, o sociólogo trouxe para o âmbito da academia científica e universitária, novas teses e teorias com assuntos e temáticas variadas e diversificadas, que nos fazem refletir e pensar acerca da América Latina, como um todo.

“A formação de relações sociais fundadas nessa idéia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços, e redefiniu outras” (QUIJANO, 2005, p. 117). No que tange esta citação, percebe-se que o assunto que está sendo debatido, é a ideia de raça. Diante desta perspectiva, afirma-se que a contribuição do autor, para o pensamento decolonial, possui como elemento primordial a categoria raça.

Além disso, também foi um autor e teórico essencial no sentido de destacar como o racismo é invisibilizado e sutil dentro da América Latina, simultaneamente a isso, o processo colonial é sobretudo caracterizado pelo racismo e também, são feitas as classificações sociais, mediante o processo da colonialidade do poder.

“Falecido em maio de 2018, o cientista social peruano Aníbal Quijano alcançou alto prestígio e reputação acadêmica indiscutíveis nas ciências sociais” (RUBBO, 2018, p. 391). Ele foi considerado um grande pensador e intelectual latino-americano, que possuiu uma perspectiva bastante refinada e sofisticada, acerca da dependência da região, evitando assim reducionismos economicistas e reconhecendo a relevância do conceito de raça e racismo, para além da questão étnica, na estruturação do sistema mundo moderno e das sociedades, desse mundo.

Pontua-se que a produção científica de Aníbal Quijano, foi elemento relevante do grupo modernidade/colonialidade. Ou seja, o grupo modernidade/colonialidade foi formado majoritariamente por autores latino-americanos, que foram incumbidos pela conceituação e respectiva expansão e difusão da chamada teoria decolonial. Logo, essa expansão se deu principalmente para fora da América Latina e também, envolveu várias áreas do conhecimento.

“O objetivo principal deste artigo é o de apresentar a constituição, a trajetória e o pensamento do Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), constituído no final dos anos 1990” (BALLESTRIN, 2013, p. 89). Constituído por meio de intelectuais latino-americanos, situados em diferentes universidades das Américas, o Grupo Modernidade/Colonialidade fez um movimento epistemológico, importante para a renovação crítica das ciências sociais, no que tange a América Latina no século XXI.

De um modo geral, o autor desenvolveu e organizou uma pertinente pesquisa, para o entendimento e a compreensão da formação da modernidade. Com base em uma análise histórica de desenvolvimento do capitalismo a partir do colonialismo e sua expansão à globalização do século XXI, ao inserir categorias fundamentais, a fim de compreender



melhor o próprio sistema ocidental europeu de pensamento ocidental. Para isso, o docente César Augusto Baldi, explana que segundo Aníbal Quijano, “não há modernidade sem colonialidade, mas também não há colonialidade sem falar de raça”.

Bragato (2014) fala que “a categoria da colonialidade permite, assim, uma leitura dos direitos humanos fundada no projeto da visibilidade, reconhecimento e respeito dos seres humanos, rejeitando as dicotomias e as hierarquizações”. (BRAGATO, 2014, p. 225). Com isso, a teoria crítica e o pensamento de(s)colonial de Aníbal Quijano, colaborou no processo de reconhecimento dos direitos humanos do século XX. Direitos, estes, que podem ser compreendidos como consequência direta de séculos de luta. Lutas não só pela concretização dos direitos, no entanto pela própria condição de humanidade, várias vezes, retirada de povos e sociedades que foram oprimidas, ao longo do tempo histórico.

### Considerações Finais

Em virtude do que foi mencionado neste artigo, salienta-se que a principal contribuição teórica de Aníbal Quijano, é o seu conceito de colonialidade do poder. Em outros termos, a colonialidade do poder parte da ratificação que a modernidade capitalista, tem sua gênese na conquista colonial da América, que delinearía profundamente o sistema-mundo por ele elaborado.

No que tange a situação problema que este estudo se baseou, ela foi respondida ao longo deste trabalho, pois, o autor, em muitos de seus trabalhos e livros desenvolveu suas teorias tendo como objetos de pesquisa, o eurocentrismo, o colonialismo e a América Latina. Além do mais, o escritor sociólogo trouxe reflexões importantes acerca de temas como eurocentrismo, o colonialismo e a América Latina.

Com relação aos objetivos geral e específicos que nortearam este artigo, enfatiza-se que eles foram atingidos e alcançados ao longo desta pesquisa científica, até porque foi analisado as teorias do autor peruano sobre estudos descoloniais e da teoria crítica, compreendeu-se o papel do estudioso enquanto um teórico latino-americano e abordou-se as principais contribuições do mesmo, no campo dos direitos humanos.

Abordando-se os resultados obtidos com esta pesquisa, afirma-se que o escritor peruano, em seus livros e obras, debateu temas e assuntos complexos e variados, tais como: colonialidade do poder, a identidade latino-americana, o colonialismo, globalização, relações de poder, a ideia de raça, a questão da modernidade e o

eurocentrismo. Neste sentido, o pesquisador refletiu e analisou estes temas e assuntos de forma holística, crítica e abrangente trazendo assim novas concepções e visões acerca da América Latina.

Baseado no que foi elencado e explicado neste artigo acadêmico, afirma-se que o conceito de descolonialidade abrange uma forma de pensar, produzir e reconhecer conhecimentos que não fazem parte da lógica da colonialidade, da mesma maneira que busca afastar pressupostos e teses de cunho eurocêntrico. Já o pensamento decolonial, tem como finalidade refletir de forma crítica acerca de relações de poder e de colonialidade, no que tange o âmbito do conhecimento, e também, se preocupa com a formação de saberes que empoderem os conhecimentos vistos, como oprimidos e subalternizados.

## Referências

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. **Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo.** Caderno CRH, Salvador, v. 27, n. 72, p. 613-627, Set./Dez. 2014.

BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial.** Revista Brasileira de Ciência Política, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117.

BARROS, João Roberto; RODRIGUES, Layra Fabian Borba. **Uma abordagem do racismo brasileiro a partir de Quijano.** ODEERE – Revista do Programa de Pós Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade. ISSN: 2525-4715 – Ano 2019, Volume 4, número 8, Julho – Dezembro de 2019.

BRAGATO, Fernanda. **Para além do discurso eurocêntrico dos direitos humanos: contribuições da descolonialidade.** Revista Novos Estudos Jurídicos – Eletrônica, Vol. 19 – n. 1 – jan-abr 2014.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2005.

QUIJANO, Aníbal. **Modernidad, identidad y utopia en América Latina**. Lima: Sociedad y Política, 1988.

RUBBO, Deni Alfaro. **Aníbal Quijano e a racionalidade alternativa na América Latina: diálogos com Mariátegui**. *Estudos Avançados* 32 (94), 2018.

RUBBO, Deni Alfaro. **Aníbal Quijano em seu labirinto: Metamorfoses teóricas e utopias políticas**. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 21, n. 52, set-dez 2019, p. 240-269.

## Jogos Vorazes e a representação do real: Como os signos dos filmes circulam entre os jovens?

Teófilo de Oliveira Neto  
Universidade Federal de Campina Grande  
E-mail: teofilo.oliveira@estudante.ufcg.edu.br

Manoel Alves Neto  
Universidade Federal de Campina Grande  
E-mail: manoel.neto@estudante.ufcg.edu.br

O presente artigo tem como objetivo, através das manifestações ocorridas no Oriente Médio e no Norte da África – denominadas de Primavera Árabe –, analisar as representações dos símbolos da franquia de filmes Jogos Vorazes na repercussão desses movimentos e discutir como esses materiais impactaram e impactam a sociedade, a partir de uma revisão bibliográfica da literatura para construir essa investigação e uma análise dos longas-metragens e seus personagens. Para fundamentar esse diálogo, foi feito um parecer entre os filmes e as ideias dos autores Aumont, Foucault, Candido, Santanella, Deleuze e Napolitano, além de matérias jornalísticas publicadas. Através dos dados levantados, pôde ser confirmada a importância dos filmes nos movimentos e juntamente a influência das forças midiáticas no período.

**Palavras-chave:** Jogos Vorazes. Literatura. Movimentos. Primavera Árabe.

### Introdução

*Jogos Vorazes* é uma franquia cinematográfica, do gênero distópico, adaptada dos livros de Suzanne Collins. Suas sequências são: *Em Chamas* e *A Esperança*, sendo esse último livro adaptado aos cinemas em duas partes, *Jogos Vorazes: A Esperança* e *Jogos Vorazes: A Esperança O Final*. A franquia teve distribuição feita pela Lions Gate Entertainment



Corporation e seus filmes dirigidos por Gary Ross (primeiro filme) e Francis Lawrence (segundo ao quarto).

Sua história é centrada em Panem, uma nação que no passado seria a América do Norte, dividida em 12 distritos e a Capital. Seu governo é uma ditadura totalitária e seu presidente é chamado de Snow. Antes de iniciar a trama do filme, houve uma guerra originada pelo distrito 13, entretanto a Capital sai vitoriosa e o destrói. Como punição e uma forma de lembrar a todos os outros distritos que eles são subordinados e subjugados por ela, a Capital cria os jogos vorazes: um evento anual televisionado em toda Nação no qual cada distrito é obrigado a tributar em um evento chamado “colheita”, duas pessoas de sexos diferentes, entre doze a dezoito anos, chamados de tributos, é enviados à capital para lutarem em uma arena até a morte.

Os filmes em questão serão objetos de estudo pelo fato da circulação e uso dos seus signos serem usados entre os jovens em sociedades e contextos diferentes. Esse estudo não se trata de uma análise da história como instrumento do cinema, mas do cinema como aspecto do mundo que cria sentido e influência os contextos históricos e a sociedade, o que Napolitano chamou de “o cinema na História”.

A força das imagens, mesmo quando puramente ficcionais, tem a capacidade de criar uma "realidade" em si mesma, ainda que limitada ao mundo da ficção, da fábula encenada e filmada. A experiência social do cinema e da televisão apoia sua força nesse pacto, ainda que os mecanismos de consciência possam ser diferentes para cada um dos dois meios. (NAPOLITANO, 2011 p. 237)

Dessa forma, a abordagem aplicada será analisar o que levou a criadora da obra e a produção do filme a elaborar tais signos já que “o filme seria um documento afeito a uma ‘contra-análise’ da sociedade, crítica da História Oficial” (NAPOLITANO. 2011, p. 243). Ademais, também será feito uma análise destes signos dentro da obra e a forma que foram significadas pelos jovens.

### Jogos Vorazes, um clássico contemporâneo

*Jogos Vorazes* teve uma grande circulação e aceitação pelo mundo, tendo seus signos ressignificados e influenciando seu público. Nesse sentido, será necessário investir nos três aspectos já citados: visão da criadora e produtores do filme, a obra em si e a recepção do público.

Em uma entrevista no ano de 2008, Suzanne Collins discorre sobre a inspiração que a levou a escrever a trilogia *Jogos Vorazes*. Além de Panem ser uma referência à política adotada em Roma do clássico “Pão e circo” (*Panem et circenses*), a autora fala que diversos outros aspectos da Roma a inspiraram, como as batalhas entre gladiadores, nomeações de personagens já que eles recebem o nome de imperadores romanos e a própria política que originou o nome da Nação.

A cultura grega também está presente: O mito de Teseu e o Minotauro inspirou a seleção dos tributos. Contudo, a ideia para a criação da trilogia surgiu quando a autora estava vendo TV. Mudando de canal aleatoriamente, passou de um noticiário sobre a guerra no Iraque para um *reality show* de crianças competindo entre elas. Por seu pai ter participado da guerra do Vietnã quando Collins era criança, ela ainda carregava esse peso da infância e este momento entre um programa e outro a fez refletir sobre, de um lado, a guerra e, de outro, como as pessoas dão bastante atenção aos entretenimentos enquanto coisas horríveis aconteciam.

Ao estudar Foucault, Deleuze afirma que o saber e o discurso como produtores de sentido partem de combinação de ver e falar, daquilo que é visível e enunciável, necessitando assim, de uma combinação entre ambos para que o saber seja possível. (DELEUZE, 2006, p. 60) Isso explica o saber que levou Collins a escrever sua obra, pois, ela precisou ver vivenciar, para criar o seu discurso.

A nação de Panem é composta por 12 distritos e a Capital, como já foi dito. Cada um deles é responsável de suprir a Capital através de subsídios. O distrito 12, sendo o mais pobre de todos, e o principal da trama, é responsável pelo minério e carvão. Quanto mais distante da Capital, mais pobre é o distrito. Os mais próximos são responsáveis pela tecnologia e policiamento da capital, criando um certo vínculo a ela, além de terem uma qualidade de vida melhor que os outros, porém, ainda assim, subordinados a ela. A alusão à organização social também é perceptível em *Jogos Vorazes*, pois quanto mais próximo da Capital, mais desenvolvido é o distrito, sendo os mais distantes, como o 11 e 12, marginalizados. A relação entre a organicidade de Panem no filme é bastante semelhante à dos grandes centros urbanos da atualidade. Essa divisão social de Panem conceituada como quadriculamento que é uma organização hierarquizada para facilitar o controle e obediência de uma sociedade (FOUCAULT, 1987, p 169).

O presidente Snow governa através do medo e da opressão usando-se muito da propaganda para controle da nação e construir a imagem de um Estado forte e soberano.

Notamos isso no próprio slogan usado por ele: “Panem hoje, Panem amanhã, Panem sempre!”. Esse aspecto é uma característica das sociedades de controle. O uso midiático é usado para controlar a Capital e os distritos e tornar um jogo banal em que adolescentes lutam até a morte em algo normal, um entretenimento anual. Já nos distritos, todos são obrigados a assistirem suas crianças morrerem.

A trilogia representa, de forma potencializada, a ideia presente em Foucault (2012), de princípio regulador da conduta humana. A organização social apresentada na narrativa se pauta na ideia de adestramento e disciplina, primeiro de cada um dos habitantes e, a partir deles, de cada um dos distritos em que estão. (ARBOLEYA, LOTTERMANN, 2016, p. 6 *apud*. FOUCAULT, 2012).

A protagonista da história é Katniss Everdeen, uma garota de 16 anos que perdeu seu pai e se torna responsável por cuidar de sua irmã mais nova, Prim, e de sua mãe, a Sra. Everdeen, abalada pela morte de seu marido. Após sua irmã ser selecionada para participar dos jogos vorazes, Katniss se oferece como tributo. O outro tributo do distrito 12 é Peeta Mellark, um jovem padeiro. Há um triângulo amoroso entre os dois e o melhor amigo de Katniss, Gale Hawthorne, porém, sem muito destaque em uma trama que tem a premissa de abordar questões mais sensíveis que clichês amorosos.

Cândido qualifica em sua obra a importância de relacionar um personagem à realidade, para criar aspectos humanísticos:

A personagem deve dar a impressão de que vive, de que é como um ser vivo. Para tanto, deve *lembrar* um ser vivo, isto é, manter certas relações com a realidade do mundo, participando de um universo de ação e de sensibilidade que se possa equiparar ao que conhecemos na vida. (CANDIDO, 1970, p. 65).

As atitudes de Katniss durante o torneio enfraqueceu a autoridade da capital perante os distritos e acabou despertando o espírito revolucionário que há muito tempo havia cessado. É em *Em Chamas* que os movimentos revolucionários ganham força, adotando Katniss, o tordo – representado também pela protagonista, e um gesto de três dedos com a mão no alto como símbolo da revolução. Suas atitudes, suas virtudes e sua caracterização, de uma pessoa comum que não tem forças extraordinárias, é que faz o espectador admirá-la.

Para Deleuze, o cinema é uma forma de pensamento expressas por imagens em movimento. Dessa forma, o autor faz uma comparação entre cinema e filosofia: uma quer pôr movimento no pensamento enquanto a outra põe na imagem. (DELEUZE, 1996 p.75-

76). O autor ainda atribui ao cinema a tarefa de criar conceitos, que “não estão dados nos filmes”, através das imagens “no próprio conceito existe uma relação com a imagem e na imagem uma relação com o conceito; por exemplo, o cinema sempre quis construir uma imagem do pensamento, dos mecanismos do pensamento. E ele não é nada abstrato para isso, ao contrário.” (DELEUZE, 1996 p.83). Deleuze se aproxima do conceito de Peirce sobre signos em sua obra e afirma:

Com efeito, o que se poderia chamar de Ideias são essas instâncias que se efetua ora nas imagens, ora nas funções, ora nos conceitos. O que efetua a Ideia é o signo. No cinema, as imagens são os signos. Os signos são as imagens consideradas do ponto de vista de sua composição e sua gênese. É a noção de signo que sempre me interessou. O cinema faz nascer signos que lhe são próprios e cuja classificação lhe pertence, mas, uma vez criados, eles voltam a irromper em outro lugar, e o mundo se põe a “fazer cinema”. (DELEUZE, 1996 p.83).

Enquanto a semiologia de Pierce buscava a relação entre a linguística e os signos, Deleuze se aproxima de seu conceito para explicar a relação das imagens cinematográficas, consigo mesma, com seus objetos e com seus possíveis intérpretes. Dessa forma, dois conceitos importantes para se entender seu pensamento é o de Imagem Movimento e Imagem Tempo. O primeiro, de forma simplória, é a representação do real, de forma natural e ordenada, o mundo como ele é. O segundo, para o autor, surge com a crise do primeiro, aqui o real não é quem molda o cinema, mas o cinema que o faz com o real, criando sua própria representação de mundo. Nesse novo tipo de cinema, Deleuze também vem afirmar que surge, o que ele chama de Potência do falso. Esse conceito é referente a forma que os filmes abordam a realidade, não deixando claro o que é real ou falso. (SILVA, *et al.*, 2011, p. 4-5 apud SANTAELLA, 1995) O cinema faz nascer signos que lhe são próprios e cuja classificação lhe pertence, mas, uma vez criados, eles voltam a irromper em outro lugar, e o mundo se põe a “fazer cinema”. (DELEUZE, 1996 p.83). Entendendo o conceito de Imagem Tempo, fica mais fácil compreender quando Deleuze fala sobre “conceitos que não estão dados”, pois, essa nova categoria de cinema não segue os padrões do Imagem Movimento, o real é apresentado de outra forma.

Tendo em vista que, a representação não será totalmente o que o objeto é, porém, ele determina o signo.

Defino um Signo como qualquer coisa que, de um lado, é assim determinada por um Objeto e, de outro, assim determina uma ideia na mente de uma pessoa, esta última determinação, que denomino o Interpretante do signo, é desse modo, mediamente determinada por aquele Objeto. Um signo, assim, tem



uma relação triádica com seu Objeto e com seu Interpretante. (PEIRCE *apud* SANTAELLA, 2000, p. 12).

Visto que o cinema cria seus próprios signos, é preciso, ao estudar essa área, se atentar para a semiologia. O signo não é inato ao ser humano, ele é a representação de um objeto, a realidade, (objeto dinâmico) e essa relação entre os dois geram uma, o próprio signo (objeto imediato),

### Signos e suas representações: Jogos Vorazes em Ação

Em 2014, ocorreu um golpe de estado na Tailândia pelo militar Prayuth Chan-ocha. A partir de então, iniciou-se um período de violações dos direitos humanos, censura de veículos de comunicação e centros acadêmicos, aglomerações em locais públicos com mais de cinco pessoas, passou a ser proibido e houve várias prisões sem explicação. Devido à situação opressora imposta pelo governo, os tailandeses adotaram, de *Jogos Vorazes*, o símbolo de três dedos com a mão erguida, usado pela primeira vez em uma reunião contra o golpe, em Bangkok, ao mesmo tempo gritando “democracia” e “liberdade”.

Figura 1 Nachacha Kongudom, fazendo saudação com três dedos usada no filme ‘Jogos Vorazes’ em frente a cinema em Bangcoc, na Tailândia, durante protesto.



Foto: Sakchai Lalit. ROCCO, 2018.

Figura 2 – Estudantes detidos por fazerem o gesto do filme ‘Jogos Vorazes’ durante um discurso do primeiro-ministro da Tailândia, Prayuth Chan-ocha.



Foto: Bangkok Post. G1, 2014.

Figura 3 - Cartaz colocado frente a um shopping mostra o rosto do general Prayuth Chan-ocha, líder do golpe de Estado.



Fonte: Agência Efe. Opera Mundi, 2014.

Figura 4 – Saudação de três dedos, braço estendido e dedo mínimo dobrado, Jogos Vorazes, adaptação da trilogia literária de Suzanne Collins.



Fonte: Murray Close. Rolling Stone, 2013.

Em jogos vorazes, este gesto representa uma homenagem aos mortos, entretanto, após Katniss usá-lo na colheita, evento em que são sorteados os tributos, e na arena, quando sua amiga Rue morre, acaba virando símbolo de resistência e da revolução contra o governo de Panem.

Em novembro de 2014, mês de estreia do terceiro filme da saga, as manifestações e o uso do gesto na Tailândia voltaram a se intensificar. Alguns estudantes vestidos com camisetas “não queremos o golpe” fizeram o gesto durante um discurso de Prayuth Chan-ocha, em Bangkok, e acabaram presos. Natchacha Kongudom, uma das estudantes, disse ao Jornal The Bangkok Post: “O sinal dos três dedos mostra que estou exibindo meu direito básico de viver.” E no mesmo dia, também em Bangkok, três membros de organizações de manifestantes que compraram diversos ingressos para distribuí-los na rua também foram presos. Após isso, a rede de cinema, Apex, cancelou as exibições do filme.

De acordo com Deleuze (1990, p. 4 *apud*. FOUCAULT, 1987) “Foucault afirmou que com a passagem das sociedades de soberania surgiu a sociedade disciplinar com Napoleão, caracterizada pela constituição de meios de enclausuramento: prisões, escolas, oficinas, hospitais”. Mais tarde, afirma que entramos nas sociedades de controle, que não adotam os mesmos métodos da sociedade de disciplina, agora, a informação é utilizada para suprimir as liberdades das pessoas.

O cinema já foi utilizado como um instrumento controlador de massas em governos totalitários, como na Alemanha Nazista. Hitler se utilizou dessa ferramenta para “demonizar” os judeus e justificar seus interesses, recebendo apoio popular, o mesmo foi feito na Itália fascista. Nesses casos, temos exemplos das sociedades de controle descritas por Foucault. Para Deleuze, essas são as sociedades de controle. Portanto, nesse contexto, ele afirma que, algo que se volte contra uma ditadura é uma contra-informação, um ato de resistência, comparando-se a uma obra de arte. Essa afirmação é a partir do conceito criado por André Malraux, que, a arte é a única coisa que resiste a morte, dessa forma, para Deleuze há uma relação entre contra-informação e uma obra de arte, pois, qualquer coisa que se volte contra algum tipo de opressão é algo que resiste. (DELEUZE, 1990, p. 5)

Como se percebe, o conceito de contra-informação pode ser utilizado tanto no caso da Tailândia, quanto dentro do universo de Jogos Vorazes, já que é ambientado dentro de um país que vive uma ditadura caracterizada pela sociedade de controle, onde a informação é usada como forma de controle, e os símbolos e meios de comunicações, posteriormente, são usados contra o governo.

Francis Lawrence, diretor do filme, em entrevista para o *The Sydney Morning*, em 2014, disse: “Estávamos filmando quando os primeiros protestos começaram. Em parte foi animador pensar que algo que acontece no filme pode ser tão simbólico para as pessoas e para a liberdade. Mas quando alguém é detido por algo que está no seu filme, é perturbador”. E no site BuzzFeed News afirmou: “Há com certeza uma intenção nos filmes de mostrar que mesmo uma só pessoa pode fazer diferença. Mesmo se precise acontecer uma revolução, nunca é preto no branco. Não é simples. É por isso que eu temo quando vejo gente agindo e sendo presa. Porque eu espero que elas entendam as consequências que terão de enfrentar, sejam elas justas ou não.” No mesmo site, a produtora Nina Jacobson também fala sobre: “Acho emocionante que o nosso filme tenha se tornado parte da linguagem de resistência. Isso é poderoso e incrível”.

O site *Época* procurou a opinião de alguns intelectuais sobre o ocorrido e a influência que teve o filme. O professor Marcos Napolitano comentou:

Esse tipo de filme de aventura pode iniciar uma consciência crítica, mas ela ainda está muito longe do que poderíamos chamar de senso crítico. Esses produtos não têm a obrigação de aprofundar uma reflexão social, então costumam apresentar um olhar muito superficial, despolitizado e genérico do que é resistência, sistema e rebeldia. No fundo, há pouco questionamento

político nesses filmes e o poder e a sociedade são representados sem maiores complicações. (NAPOLITANO, 2014)

Entretanto, o autor ainda afirma que os símbolos de rebeldia vistos nos cinemas podem influenciar os espectadores dependendo do contexto histórico e social em que estejam. (NAPOLITANO, 2014) “O cinema interage com outros aspectos e experiências culturais. A capacidade de reflexão se aprofunda em diálogo com o ambiente de trabalho, a participação comunitária, a escola e a família” Napolitano também atenta para o grande perigo de romantizar demais um filme:

Sem um pouco de romantismo, não há vontade de combate a opressão. Mas excesso de romantismo pode prejudicar um debate sobre as relações que regem a sociedade e esvaziar o ato de rebeldia. Quando o coração quente se conecta com a cabeça fria é que as coisas começam a ficar interessantes. (NAPOLITANO, 2014)

A antropóloga da PUC-SP, Silvia Borelli, concorda com a última colocação de Napolitano. Borelli descreve Katniss como uma pessoa comum que vive em um contexto social difícil e devido às situações impostas pela a capital, a protagonista é obrigada a assumir um papel contra ela para proteger quem ama, sem esperar recompensas ou privilégios, muitas vezes extrapolando os limites da condição humana, psicológica e física, “Todos esses elementos são reconhecidos em qualquer sociedade, não importa o momento histórico”.

Sobre o gesto, Borelli fala que sua representação simbólica no filme e a identificação de Katniss como uma defensora dos oprimidos fizeram os tailandeses se apropriarem dos três dedos levantados para se expressarem contra o governo de um jeito mundialmente compreensivo.

O símbolo funciona porque está sendo empregado de um jeito coletivo. Mas a decisão de fazer política por meio de um conhecimento cultural vem do contexto político e social da Tailândia. Não podemos dizer que essa ação teria o mesmo sentido se conduzida em um país com democracia, por exemplo. (BORELLI, 2014)

Por fim, Borelli diz que nesses tipos de trama, é comum que o espectador misture conhecimentos racionais com ficcionais, porém isso não quer dizer que ele irá tomar uma ação sem antes desenvolver um engajamento político.

Tendo em vista que “A tarefa da crítica é formar conceitos, que evidentemente não estão dados no filme, e que, no entanto, só convém ao cinema” (DELEUZE, 1996 p. 75)



seria viável analisar críticas sobre o filme, pois, elas têm bastante circulação pelos veículos de comunicações e são formadoras de opiniões.

O site *Omelete* é um dos maiores do Brasil sobre a cultura pop. Em 2012, ele afirmou que “a adaptação de *Jogos Vorazes* (que, diferente do livro, abandona o foco exclusivo em Katniss e revela os bastidores do controle governamental) distancia-se de qualquer comparação recente pelos questionamentos e por não usar o espetáculo como fetiche.” E em 2014, dentro da crítica ao segundo filme da trilogia, o site afirma que muitos dos espectadores não percebem o tema que é abordado e que a obra merece uma análise profunda por tratar questões tão delicadas.

Mais recente, no Brasil, durante a última eleição presidencial, circulou nas redes sociais imagens e referências ao filme em forma de *memes* e com intuito de fazer campanha contra o candidato Jair Bolsonaro (PL):

Figura 5 – Piada relacionando a última eleição para presidente e o filme *Jogos Vorazes*



**Flagrare** 🔥  
@Flagrare

2018: Né possível que o Bolsonaro ganha a eleição  
2019: Ele não pode fazer isso, pode?  
2020: Espero que meu distrito ganhe os jogos vorazes

1:32 PM · 16 de mar de 2016 · Twitter Web Client

Fonte: @Flagrare, Twitter, 2016.

Um dos cartazes de divulgação *Em Chamas* (2013) trouxe Katniss apontando uma flecha e o tordo queimando atrás. E No lado superior da imagem a frase “*Remember who the enemy is*” (lembre-se quem é o inimigo):

Figura 6 – Pôster de divulgação do filme Jogos Vorazes – Em Chamas



Fonte: Lions Gate Entertainment. Adoro Cinema, 2013.

A dona do canal no *Youtube* Chiclete Violeta, Vick, em 2015, fez um vídeo intitulado “*A hipocrisia de Jogos Vorazes*”, sendo feito uma análise desta imagem. Para Vick, Katniss está apontando a flecha para o espectador, para a sociedade, que é representada no filme pela capital, e ambos são os inimigos citados no cartaz. Quanto ao título do vídeo, é referente a insatisfação da *youtuber* de símbolos do filme serem usados para comercializar cosméticos, sendo que, uma das críticas à sociedade em *Jogos Vorazes* é a valorização da estética e da propaganda como forma de controle.

Para Walter Benjamin (2018), a percepção sensorial não é definida apenas naturalmente, mas também historicamente. Um conceito que ele usa para explicar isso é o de “aura” do objetivo que se perde ao longo do tempo primeiro devido ao fato da filmagem não conseguir captar tudo, realmente o que aconteceu, e segundo devido às diversas interpretações que vão aparecendo ao longo do tempo e terceiro por causa do movimento maciço que o cinema originou de enormes quantidades pessoas consumirem arte ao mesmo tempo. Dessa forma, também podemos perceber que o público tem um papel preponderante em relação ao sentido do filme. A dinâmica de significação da realidade entre o filme e o público para ele é ilimitada e devido ao fato do público procurar o cinema para se entreter ele absorve totalmente a experiência.

Comparando os casos da Tailândia, onde os adolescentes se apropriam de símbolos do filme para protestarem, a afirmação do site Omelete acerca da falta de senso

crítico no Brasil sobre as representações do filme em forma de *memes* para impulsar uma campanha eleitoral e a representações feitas no Chiclete Violeta confirmam a afirmação Borelli sobre o contexto social influenciar a representação do filme, tendo em vista que nos quatro casos a significação e os usos dos símbolos foram de formas diferentes.

### Considerações finais

Como vimos, a representação de um determinado objeto depende do contexto histórico e social que o representante está inserido. Os filmes nem sempre tem o propósito de abordar aquilo que foi representado, porém, o discurso da escritora mostra que ela explorou características da realidade introduziu em sua obra e a equipe responsável pela adaptação, declarando que sua intenção era inspirar as pessoas.

Possa ser que essa não era sua intenção e a autora apenas quis se aproveitar do impacto que o filme causou e fez esta afirmação, mesmo assim, a fundamentação teórica abordada é comprovada, pois, tanto a autora, quanto a equipe responsável pelo filme, trouxeram aspectos do mundo a partir da visão que eles têm dele, de um tempo sombrio em que vivemos, mas de uma forma simbólica, Imagem Tempo segundo Deleuze, e os espectadores reagiram e assimilaram os signos produzidos de forma diferente, dependendo da situação social e dos contextos históricos em que estavam inseridos. Percebemos que em todos os casos, os signos são interpretados de forma diferente, essa é a ação intersubjetiva do ser: criar diversos significados para uma única coisa.

### Fontes

1. Fonte 1 – Sakchai Lalit (<https://www.rocco.com.br/revolucionarias-bruxas-e-guerreiras-sobre-heroinas-e-historias/>)
2. Fonte 2 – Bangkok Post (<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/11/manifestantes-imitam-gesto-de-jogos-vorazes-e-sao-detidos-na-tailandia.html>)
3. Fonte 3 – Agência Efe (<https://operamundi.uol.com.br/noticia/35528/jogos-vorazes-inspira-protesto-de-tres-dedos-contra-golpe-de-estado-na-tailandia>)
4. Fonte 4 – Murray Close (<https://rollingstone.uol.com.br/edicao/edicao-86/jogos-vorazes-em-chamas-luta-pela-vida-dificultada/>)
5. Fonte 5 – Flagrare (<http://twitter.com/flagrare/status/710141694109425664>)

6. Fonte 6 – Adoro Cinema (<http://www.adorocinema.com/filmes/filme-196666/>)

## Referências

ARBOLEYA, V, LOTTERMANN, V. **História, verismo e distopia em Jogos Vorazes**. Revista Trama, v. 12, n. 27, p. 358-377, Paraná 2016.

AUMONT, Jacques. **A Imagem**. Tradução de Estela dos Santos Abreu e Claudio C. Santoro. 6 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. 1ª Ed. L&PM. São Paulo – SP. 2018

BORGO, E. Jogos Vorazes – Em Chamas | Crítica, 2012. **Omelete**. Disponível em: <https://www.omelete.com.br/filmes/criticas/jogos-vorazes-critica>>. Acesso em: 28 Set. 20121

BORGO, E. Jogos Vorazes – Em Chamas | Crítica, 2013. **Omelete**. Disponível em: <https://www.omelete.com.br/filmes/criticas/jogos-vorazes-em-chamas-critica>>. Acesso em: 29 Set, 2021.

CANDIDO, Antônio. **A Personagem de Ficção**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1970.

CARRERA, Isabela. Jogos Vorazes e a Tailândia: A arte pode estimular o senso crítico dos jovens. **Época**. 2014. Disponível em: <https://epoca.globo.com/ideias/noticia/2014/12/jogos-vorazes-e-tailandia-arte-pode-bestimular-o-senso-critico-dos-jovensb.html>>. Acesso em: 29 Set. 2021.

DELEUZE, G. O ato da criação. [27/06/1999]. São Paulo: **Revista da Folha de São Paulo**. Entrevista traduzida por José Marcos Macedo.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Editora Brasilense, São Paulo – SP. 2006

DELEUZE, G. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

FOCAULT, M. **Vigiar e punir**. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

GOMES, V. Jogos Vorazes na Tailândia, 2014. **Revista Fórum**. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/jogos-vorazes-na-tailandia/> >. Acesso em: 1 dez, 2018.

MANIFESTANTES imitam gesto de ‘Jogos Vorazes’ e são detidos na Tailândia. **G1**, Mundo. Disponível em: < <http://glo.bo/1ysf20Y>>. Acessado em 19 de Out. de 2021.

NAPOLITANO, Marcos. Fontes audiovisuais: a história do papel. In. PINSKY, Carla. PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 3ª ed. São Paulo, SP: Contexto, 2011[2005], p. 235-289.

RAPOSO, Vanessa. Sobre Heroínas e História. **Rocco Jovens leitores**. Disponível em < <https://www.rocco.com.br/revolucionarias-bruxas-e-guerreiras-sobre-heroínas-e-histórias/>>. Acessado em 19 de Out. de 2021

SILVA, Alexandre Rocha da. ARAÚJO, André Corrêa da Silva de. **Semioses do movimento e do tempo no cinema**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2011.

SANTAELLA, Lucia. **A Teoria Geral dos Signos**. 2 ed. São Paulo, SP: Guazelli, 2000.

SILVIA, V. Jogos Vorazes inspira protesto de três dedos contra golpe na Tailândia. **Opera mundi**. 2014. Disponível em: <<https://operamundi.uol.com.br/noticia/35528/jogos-vorazes-inspira-protesto-de-tres-dedos-contra-golpe-de-estado-na-tailandia>>. Acesso em: 01 Out., 2021

SUZANNE Collins desvenda Jogos Vorazes, 2012. **YouTube**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aOIJfkCdvNQ&t=3s>>. Acesso em: 01 Out, 2021.



VIOLETA, C. A hipocrisia de Jogos Vorazes, 2015. **YouTube**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZyACw95jCFA> >. Acesso em: 01 Out., 2021.

# Nos meandros do ensino de História dos Povos Africanos e Indígenas: um diálogo entre a prática docente, BNCC e relações étnico-raciais em São Luís do Maranhão

Ana Caroline Silva Caldas  
Universidade Estadual do Maranhão  
anacaroline233@gmail.com

Igor Santos Carneiro  
Universidade Estadual do Maranhão  
igorsantosuema@gmail.com

A relevância do trabalho consiste em abordar os problemas que ainda existem a respeito do ensino dos povos indígenas e africanos, que sofrem duros golpes advindos de uma sociedade conservadora, que insiste em negar suas contribuições para o país. Dessa forma, temos como objetivo problematizar a forma como o professor de História do ensino fundamental está lidando com as exigências e mudanças propostas pelas leis 10.639/03 e 11.645/08, bem como a BNCC e a análise dos livros didáticos escolhidos pela escola. Entre os passos metodológicos foi possível a realização de entrevistas com os representantes da Secretaria de Educação e com o docente. Além disso, organizamos uma bibliografia adequada para debater o tema. Foi possível concluir que, o ensino de história da África e povos indígenas ainda deixa a desejar, mas temos conhecimento de que é necessário mais tempo para perceber se os objetivos serão efetivamente atingidos, bem como a necessidade de um trabalho conjunto entre secretaria, escolas e educadores.

**Palavras-chave:** Educação básica. Diversidade. Relações étnico-raciais.

## Introdução

O presente artigo deriva da experiência fora do contexto acadêmico, que no decorrer de seis meses, em 2019, prestamos atividades para a disciplina de Prática Curricular na dimensão Educacional, presente na grade curricular do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e presidida pela prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sandra Regina Rodrigues dos Santos, responsável por nos orientar durante os trabalhos realizados para concluirmos a disciplina. Dentre as atividades, estão as análises dos livros didáticos, visitas semanais à escola de educação básica Sotero dos Reis na cidade de São Luís e entrevistas com o docente e funcionários da Secretaria Municipal de Educação (SEMED).

A escola Sotero dos Reis, fundada em 1937, possui como patrono Francisco Sotero dos Reis – professor autodidata –, um dos principais expoentes da educação ludovicense e brasileira, que deixou um legado incalculável à língua portuguesa ao escrever, em 1862, *Pastillas de Grammatica Geral*, considerada por muitos historiadores a primeira gramática brasileira. Atualmente, a escola Sotero dos Reis possui 890 (oitocentos e noventa) alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos, com turnos matutino e vespertino.

Ao selecionar a instituição de ensino, atribuímos ênfase nos estudos referentes aos povos africanos e indígenas, formação continuada, análise do livro didático escolhido pela escola e um breve diálogo sobre a implementação da BNCC, que orienta os conteúdos de História da educação básica no Brasil e atua como uma bússola para os docentes. Além disso, sabe-se que a formação continuada dos professores é um fator crucial para que estes se mantenham atualizados para lidar com as diferenças sociais, étnicas, regionais e econômicas. O livro didático também é um pilar na educação, sendo utilizado como principal recurso para o ensino, algo que não o isenta de críticas no que tange ao ensino das populações historicamente marginalizadas.

As temáticas de História da África, cultura afro-brasileira e povos indígenas ganharam mais atenção nas instituições escolares devido a Base Nacional Comum Curricular. Entretanto, é importante entendermos que isso só aconteceu devido às leis 10.639/03 e 11.645/08, que têm como principal objetivo fazer com que os/as docentes

abordem a presença e as concepções de identidades plurais que envolvem os povos africanos/as, afro-brasileiros/as e indígenas na constituição da história do Brasil. As leis citadas estão interligadas com o ensino de História, pois enfatizar a presença dessas populações na constituição da história brasileira é possibilitar espaço para discussões ainda presentes no contexto contemporâneo como, por exemplo, o racismo, intolerância religiosa, machismo e subalternização de negros/as e indígenas.

Sendo assim, dividimos este trabalho da seguinte forma: primeiro, uma breve análise historiográfica, em seguida uma teorização a respeito da BNCC, currículo e diversidade, posteriormente uma análise dos livros didáticos e, para finalizar, as entrevistas realizadas na Secretaria Municipal de Educação e na Instituição Sotero dos Reis.

### **A subalternização dos povos africanos e indígenas na historiografia brasileira**

A relação entre povos africanos e indígenas do Brasil possui como pano de fundo o contexto da colonização portuguesa, que alimentou durante séculos um regime colonial de escravidão africana e expropriação dos territórios indígenas. Apesar de serem tratados de formas diferentes pelos colonizadores lusitanos, ambas as categorias eram o “outro”, ou seja, o inferior. Isso se refletiu no processo de construção das narrativas históricas brasileiras pós-independência.

Durante séculos, a história do Brasil foi contada do ponto de vista do colonizador e a questão identitária foi abordada somente levando em consideração o Império Português. Por exemplo, para Varnhagen, um dos primeiros a pensar a História do Brasil, a nacionalidade brasileira era filha direta da presença portuguesa enraizada na América. Esse autor escreveu no período imperial e chegou a publicar três tomos de História Geral do Brasil (1858), que enfoca a importância de Portugal na consolidação da identidade brasileira, o que consistiu em um apagamento da presença africana e indígena.

Varnhagen era sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil e tinha o apoio do governo imperial para produzir conteúdo histórico sem cerceamento. Hebe Mattos (2017) descreve o pensamento do historiador em relação aos indígenas e africanos:

Varnhagen afirmava-se pessimista em relação às possibilidades morais e civilizacionais dos índios sem que fossem coagidos pelo uso da força e fazia o elogio do papel civilizador da escravidão e da expansão imperial europeia. Apesar de descartar de uma maneira geral explicações racialistas (lembremos de que são homens como nós) e preferir pensar em termos civilizacionais, considerou os índios selvagens, verdadeiros homens caídos, muito menos evoluídos no plano civilizacional do que aqueles a quem chamava de nossos africanos, considerados bárbaros (MATTOS, 2017, p. 38).

Podemos notar a visão dominante sobre os indígenas e africanos que imperava naquele momento durante o período imperial, mais precisamente em 1858. É importante lembrarmos que naquele momento a escravidão ainda estava longe de ser abolida, portanto, narrativas que a caracterizavam como “civilizadora” eram bem-vindas para agradar uma elite escravista que dominava o país. Caminhando para o século seguinte, Capistrano de Abreu foi um importante historiador que viveu na virada do século XIX para o XX e usava como referência Varnhagen, mas estava decidido a fazer uma narrativa diferente, porém o que nos interessa é como ele interpretava os africanos e indígenas.

Em sua obra “Capítulos de História Colonial” (1907), Capistrano de Abreu, segundo Mattos (2017, p. 43), não problematizou o tráfico e a escravidão, já abolida desde 1888, bem como houve uma “quase naturalização, da instituição da escravidão em todo o livro, apesar de sua presença constante na narrativa”. Ele se referia ao genocídio indígena como “fato misterioso” e olhava para os povos autóctones e africanos sob a perspectiva do servilismo:

Não atribui, porém, à atuação jesuíta o declínio da escravidão indígena. Coloca, ao invés, pioneiramente em destaque o desastre demográfico que se seguiu ao contato, assinalado como fato misterioso e até agora inexplicável, que condena ao desaparecimento os povos naturais postos em contato com povos civilizados. Na narrativa, o desaparecimento demográfico dos índios teria trazido como consequência o aumento da importação africana (MATTOS, 2017, p. 44).

Entretanto, diferentemente de Varnhagen, Capistrano trouxe a mestiçagem dos portugueses com africanos como um ponto diferenciador na identidade brasileira em comparação com outras nações, o que nos dá gancho para o próximo pensador, o sociólogo nordestino Gilberto Freyre, que influenciou e contribuiu para a consolidação



da identidade brasileira como mestiça e até mesmo com a ideia, problemática, de democracia racial. Freyre possui vasta obra onde aborda temas como a colonização lusitana na América e a mestiçagem entre africanos e portugueses. Um de seus livros mais conhecidos, *Casa Grande e Senzala* (1933), foi por muito tempo referência nos estudos acadêmicos em várias áreas como História, Sociologia e Antropologia, mas atualmente é problematizado por considerar o processo de mestiçagem algo ameno e por tratar Portugal como uma nação paternalista. Porém, tentaremos destacar o pensamento geral de Freyre a respeito dos indígenas e africanos.

Em sua obra “Um brasileiro em terras portuguesas” (1953), Gilberto Freyre (2010, p. 43) descreve o português como possuidor de “corpo macho vigoroso” e que “multiplicou-se em corpos pardos, amarelos, morenos, no Oriente, nas Áfricas, na América; e a esses corpos comunicou sua qualidade de Português e transmitiu sua alma cristã”. Além de romantizar a mestiçagem que, como sabemos foi resultado da violência contra mulheres indígenas e africanas, ele ressalta a importância do português em relação a religiosidade, porém sabemos que os africanos escravizados e indígenas eram possuidores de religiões próprias e que foram obrigados a aceitar o cristianismo.

Importante ressaltar que Gilberto Freyre fala de dentro do período republicano e, apesar da distância de Varnhagen, seus pensamentos em alguns pontos convergem. Em outra obra, “Aventura e Rotina”, publicada por Freyre também em 1953, após uma viagem pelo continente africano, ele afirma que “duvida muito da possibilidade desse desenvolvimento ‘normal’ de grupos primitivos em áreas já invadidas ou apenas tocadas pela civilização europeia” (2010, p. 45). Além de tratar os povos africanos como primitivos, Freyre utiliza a Europa como ponto de referência para a civilização e desenvolvimento. Para o sociólogo pernambucano, foi o português um “assimilador da África negra e não apenas da morena e árabe. Assimilador de índios [...] no Brasil” (FREYRE, 2010, p. 114).

Como se pode notar nesta pequena exposição com os três pilares da construção de narrativas brasileiras – sabendo que não foram os únicos –, a história foi construída sob a visão do colonizador, que mesmo após a independência os africanos e indígenas foram descritos como subservientes e assimilados por Portugal. A violência que esses povos sofreram foi romantizada e a colonização se tornou o início da história de várias etnias que já possuíam religiosidade e história própria. Atualmente, os professores de

História precisam estar atentos para educar as crianças da melhor forma possível e atender as demandas sociais para que afro-brasileiros/as e indígenas não se vejam nos livros e aulas como meros coadjuvantes, escravizados, incivilizados ou bárbaros.

### Diversidade, BNCC e formação continuada

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. A BNCC estabelece conhecimentos, competências, habilidades e espera que todos os/as estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica. O documento é orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNs) que visam à formação humana para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Com as finalidades tecidas pela BNCC, espera-se que a temática indígena e afro-brasileira seja seguida nos livros didáticos, pois abordar tais temas suscita a formação de uma sociedade pautada na equidade.

Os grupos dominantes possuem influência nos processos de construção e disseminação do conhecimento, sendo os professores cada vez mais colocados à parte na tomada de decisões, e com a BNCC não foi diferente. O currículo é sempre alvo de discussões intensas e do interesse de quadros dirigentes de um país. Os educadores, principalmente da educação básica, se veem encurralados, confusos e despreparados no processo de debate. Quando o currículo finalmente é colocado em prática, outro problema tende a aparecer: a ausência de investimento necessário para a adequação e preparação dos docentes. Como aponta Sacristán:

O currículo tem sido um campo de decisões do político administrador, uma tradição fortemente centralizadora, e o escasso poder do professorado na regulação dos sistemas educativos, sua própria falta de formação para fazê-lo, fazem com que as decisões básicas sobre o currículo sejam da competência da burocracia administradora (SACRISTÁN, 2000, p. 33).

Os grupos hegemônicos possuem uma agenda específica para a educação. Estariam eles comprometidos em reparar a subalternização histórica dos afro-brasileiros/as e indígenas? A BNCC apresenta como base a diversidade, conceito que parece ter sido esvaziado de sentido, sempre presente nos debates atuais, mas muito ameaçado pelo conservadorismo ascendente no Brasil, como pontua Windyza Ferreira (2015, p. 303) “[...] aliados aos populistas autoritários, que representam o fundamentalismo cristão em oposição ao multiculturalismo, diversidade de expressões familiares e diversidade de gênero”. Cerne de preconceitos diversos, homofobia, racismo, machismo, intolerância religiosa etc., como o professor deve lidar com isso? Arriscamos a dizer que a ausência devida de formação continuada para esses grupos seja uma tática do quadro dirigente estatal para continuar esvaziando o sentido do termo diversidade, pois, o que aparenta ser uma crise no processo educativo, soa mais como um projeto que visa retroceder conquistas alcançadas.

Atualmente, os cursos de graduação em História tentam abarcar diferentes narrativas históricas por meio de autores/as africanos/as e historiadores/as que versam sobre a história do ponto de vista indígena e de outros agentes subalternizados, mas não podemos ignorar os profissionais formados há décadas atrás e que não obtiveram tamanha pluralidade metodológica, como pontua Selva Fonseca (2003, p. 60) “nos cursos superiores [...] predominam uma diversificação de abordagens, [...] nas escolas de ensino fundamental e médio as práticas conduziam a transmissão de apenas uma história, uma versão”.

### Breve análise dos livros didáticos

A hostilidade gerada contra negros/as e indígenas é ensinada e aprendida em ambientes privados e públicos que repercutem o racismo estrutural no Brasil. Especificamente nos ateremos à esfera pública, no qual temos o ensino de história – aliada ao livro didático –, responsável pela formação do aluno/a na educação básica:

O livro didático é hoje o principal instrumento utilizado em sala de aula, tanto pelos professores como por alunos. É nele que o conteúdo escolar encontra-se sistematizado e os conhecimentos e técnicas fundamentais para dada

sociedade é transmitida para as novas gerações (BITTENCOURT, apud MAGALHÃES, 2000, p. 80).

O professor entrevistado por nós leciona nas turmas de 7º e 9º ano e por isso os livros analisados aqui correspondem aos que ele utiliza, que nos foi cedido pela Editora FTD, cujo nome da Coleção é Vontade de Saber História. Visitamos a editora, localizada no bairro Monte Castelo, e conversamos com um dos administradores que nos ensinou a navegar pelo site, explicou as formas alternativas de acesso ao livro didático e aos vídeos dos próprios organizadores do material. Dividimos e analisamos o conteúdo reservado para os povos africanos no livro do 7º ano e o conteúdo referente às populações indígenas presentes no livro do 9º ano do ensino fundamental.

A parte do livro para o 7º ano, reservado para os povos africanos é o capítulo três. Os temas abordados seguem o proposto pela BNCC: Islamismo, servidão em África, Reino de Gana, Império do Mali, Reino Songai, Reino Iorubá e Reino do Benin. A coleção foi organizada pelos graduados em História: Adriana Machado Dias e Marco César Pellegrini. Conta também com a presença da doutora em História Keila Grinberg, especialista em História do Brasil e escravidão atlântica.

O capítulo se abre com um mapa de excelente tamanho, aliás durante todo o capítulo os mapas estão presentes, que consistem na localização dos reinos africanos entre os anos 500 e 1600. Na seção “Orientações Gerais”, a orientação é que o professor trabalhe a diversidade étnica, religiosa e linguística do continente africano e há oferta de referências adequadas para tal abordagem, sendo elas, o africanista Alberto Costa e Silva e a coleção de História Geral da África, organizada por intelectuais africanos e a Unesco. As referências são consistentes para o ensino na rede básica, como pontua Vincent Defourny ao apresentar o volume II de História Geral da África.

Nessa perspectiva, a UNESCO e o Ministério da Educação acreditam que esta publicação estimulará o necessário avanço e aprofundamento de estudos, debates e pesquisas sobre a temática, bem como a elaboração de materiais pedagógicos que subsidiem a formação inicial e continuada de professores e o seu trabalho junto aos alunos (DEFOURNY, 2010, p. 9).

O capítulo apresenta uma linha cronológica, aos moldes temporais do ocidente, sem levar em conta a divisão do tempo autóctone, que mostra a durabilidade dos reinos africanos ao longo do século VI e XVI. Para o professor Djibril Tamsir Niane (2010, p. 28) “é um período privilegiado, em que a África desenvolve culturas originais e, sem perder sua personalidade, assimila influências do exterior”. O livro didático prossegue enfatizando as rotas transaarianas, o comércio a longa distância e as trocas culturais entre os povos africanos, importante para demonstrar que a África nunca foi estática.

A religiosidade é trabalhada de forma ampla, começando pelo Islamismo que é bastante explorado, porém pouco se enfatizou a forma como entrou em África, na qual sentimos a falta em abordar temas como a intolerância ao islã. O cristianismo no Congo também é citado, mas é a religiosidade Iorubá, autóctone do continente africano, a grande protagonista, o capítulo conta com muitas imagens e características de alguns orixás. Entretanto, o diálogo com a religiosidade brasileira não aconteceu, sendo que a influência dessa religião em terras americanas é forte até a atualidade. A intolerância religiosa mais uma vez foi ignorada, problematizações que seriam oportunas.

De forma geral, o conteúdo do livro propõe diversidade, o que pode contribuir para romper com as narrativas que inferiorizam a história da África, e aborda questões cruciais para os estudos dos povos africanos como a religiosidade, economia, organização social, tradicionalismo, oralidade e escravidão dentro do continente. Conseguiram enfatizar as características sem inferiorizar os africanos, mostrando que eles já eram pautados em lógicas diferentes dos europeus, mas que isso não precisa ser tomado como algo ruim. Contribuição importante para desfazer a ideia de que, na trilha de M. Amadou e M'Bow (2010, p. 21), “durante muito tempo, mitos e preconceitos de toda espécie esconderam do mundo a real história da África. As sociedades africanas passavam por sociedades que não podiam ter história”. Porém, sublinhamos que há um silenciamento a respeito do papel feminino nas sociedades africanas, ponto crucial para debatermos questões importantes, como a presença da mulher nos processos históricos.

No que concerne ao livro didático Vontade de Saber História, para os alunos do 9º ano do ensino fundamental, este ressalta a importância em situar a presença dos povos indígenas nos períodos posteriores à colonização, com destaque a relevância que esses povos exerciam na sociedade brasileira do início do período republicano aos dias atuais. O indígena não é apresentado como bárbaro, selvagem ou antropófago, ao contrário,



apresenta-se como ativo na sociedade como, por exemplo, sua resistência durante a ditadura militar brasileira. Além disso, aborda sua participação atualmente, no qual o livro didático suscita debates a respeito da demarcação de terras indígenas, estimulando aos estudantes a reflexão crítica sobre a importância da garantia do direito à terra aos povos nativos.

Apesar da inserção dos povos indígenas em eventos históricos, a forma como foram apresentados falha em alguns aspectos: 1) houve a categorização dos povos indígenas como um grupo homogêneo; 2) o livro didático carece de recursos imagéticos acerca dos povos indígenas; 3) as relações de gênero não são abordadas em momento algum pelo livro didático e 4) há pouco conteúdo e reflexões críticas.

Embora os indígenas tenham ganhado maior visibilidade nos livros didáticos, a forma de representá-los não sofreu grandes alterações, e essa maior exposição serve, em grande medida, para reforçar alguns estereótipos arraigados no senso comum. Portanto, como pontua Nobre (2017, p. 198), apesar do avanço da Lei 11.645/08, “o próximo passo é enriquecê-la, problematizando e diversificando [...] para tentar nos aproximar o máximo possível da experiência histórica dos 253 (duzentos e cinquenta e três) diferentes povos indígenas que vivem no Brasil atualmente, [e] outros que já não existem”.

Apesar de abordar as temáticas sobre os indígenas de acordo com a BNCC, o livro didático carece de aprofundamentos sobre as populações autóctones, ocasionando na ideia de homogeneidade e atraso do indígena na história.

[O imaginário brasileiro diz] que os índios são ignorantes, os negros são indolentes, os nordestinos são atrasados, os portugueses são burros, as mulheres são naturalmente inferiores, mas, simultaneamente, declarar que se orgulha de ser brasileiro porque somos um povo sem preconceitos e uma nação nascida da mistura de raças (CHAUÍ, 2014, p. 90-91).

Uma vez que o livro didático não aborda com profundidade discussões políticas, econômicas e culturais dos povos originários antes da ideia de “Brasil”, com pouca ênfase nos povos que foram e são importantes para a história cultural, social e econômica do Brasil, notamos que o livro não conseguiu romper com as imagens e narrativas comumente presentes no senso comum brasileiro na atualidade.

## Diálogos entre docente e SEMED

Entramos em contato e visitamos a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e a Instituição Sotero dos Reis para contatarmos o professor Romário Araújo (nome fictício). Pretendemos expor as informações colhidas aqui em um diálogo cruzado ao invés de separadamente, além de preservar as identidades dos profissionais que aceitaram participar das entrevistas.

Durante a entrevista com profissionais da SEMED, foi perguntado se a secretaria tem planejado formações continuadas a serem ofertadas aos professores a fim de prepará-los para cumprir com os objetivos da BNCC. Em síntese, foi nos respondido que inicialmente os esforços estão sendo concentrados nos grupos de trabalho dos diversos componentes curriculares, estes são formados por técnicos e professores da rede municipal. Quando a etapa final dos procedimentos for atingida acontecerá consulta pública e, posteriormente, a formação dos professores da rede.

Questionamos o professor de História Romário Araújo, da escola Sotero dos Reis, sobre a questão das formações continuadas e a tomada de decisões acerca da BNCC. O docente afirmou que deseja ter a oportunidade de participar de formações que a SEMED vier a oferecer, mas problematiza ao dizer que a secretaria não proporciona tempo livre para que os docentes possam efetivamente participar desses eventos, pois o que ele nota é uma grande preocupação em manter o educador dentro da sala de aula. Este é um problema recorrente na educação básica do Maranhão, a SEMED tende a não liberar os professores de suas atividades para que eles possam comparecer em cursos de formação continuada, o que diminui o interesse dos/as docentes nas oportunidades que surgem.

Perguntamos se a SEMED tem percebido interesse dos docentes no que tange a BNCC e nos foi respondido que os professores da área de humanas são os mais receptivos às propostas da Base. Já o professor Romário afirmou que, como de costume, as decisões são tomadas de “cima para baixo”. Ele ouviu falar bastante na BNCC, porém se sente excluído dos processos de debates e informações oficiais sobre o tema, além do despreparo para debater sobre, mas que, ao participar da seleção de livros para o Fundamental II (2019) na escola em que trabalha, ele levou em consideração alguns

questos, tais como: a linguagem, a divisão dos capítulos, a interdisciplinaridade e as atividades propostas.

Questionamos qual será a maior dificuldade que a SEMED enfrentará para a implantação da BNCC, e nos foi respondido que se trata de uma discussão teórico-metodológica, isto implica em uma construção que demanda tempo, sendo este o maior desafio. O professor Romário concorda com isso, para ele será necessário muito trabalho das secretarias de educação e dos educadores e isso demanda tempo.

A respeito dos conteúdos referentes aos povos africanos e indígenas, a SEMED afirma que serão trabalhados seguindo duas abordagens centrais: diversidade cultural e diversidade étnico-racial, com apoio de cartilhas que estão sendo elaboradas, e tratam sobre questões africanas e indígenas. A responsável pela elaboração é uma professora, com circulação nos ambientes escolares e acadêmicos, porém não foi nos informado se ela possui formação específica nos eixos temáticos.

Perguntamos ao professor Romário se ele detém alguma formação exclusiva para trabalhar com os conteúdos que envolvem os indígenas e povos africanos. O docente afirmou que seu maior contato com as temáticas aqui analisadas foi durante a formação acadêmica na disciplina Teorias da História, que possibilitou contato com aportes teóricos e metodológicos sobre os assuntos. Todavia, é importante ressaltar que esta disciplina não possui como finalidade discorrer sobre as temáticas africanas e indígenas. Pelo contrário, é uma disciplina que provoca debates em torno da produção historiográfica, na maioria das vezes sob uma perspectiva ocidental. Mas, entendemos que o professor, na época em que estava na graduação, não obteve oportunidade de cursar disciplinas exclusivas para os povos africanos e indígenas devido à ausência delas na grade curricular do curso.

Questionado a respeito de como pretende ensinar sobre os povos indígenas e africanos, o professor afirmou desenvolver as temáticas com seus alunos seguindo a cronologia historiográfica tradicional baseada na Escola Francesa, do qual pretende fazer com que os alunos sejam capazes de compreender esses povos como sujeitos históricos atuantes, buscando valorizar a história e os costumes. O docente também reafirmou a importância de tratar com muita responsabilidade e cuidado este eixo da história, pois além de suscitar debates identitários e representativos, a temática também evoca problemas como intolerância religiosa, racismo, xenofobia e machismo.

## Considerações finais

Levando em consideração os dados levantados e cruzados com nossa análise historiográfica e referencial teórico concluímos que o ensino de história da África e povos indígenas ainda deixa muito a desejar, entretanto, os esforços da Escola Sotero dos Reis, do professor envolvido e da Secretaria Municipal de Educação de São Luís - MA não devem ser ignorados. Temos conhecimento de que é necessário mais tempo para concluir se os objetivos no que concerne às leis 10.639/03 e 11.645/08 e a BNCC serão efetivamente atingidos. Será necessário um trabalho conjunto entre secretaria, escolas e educadores. Além disso, cursos de formação continuada serão necessários para atualizar os conhecimentos dos docentes que se formaram há muito tempo, pois como o professor explicou durante a entrevista, muitos não tiveram disciplinas exclusivas sobre as temáticas aqui abordadas.

No tocante ao livro didático, que é responsável por um leque de informações sobre culturas de variados povos, bem como eventos históricos que moldaram a história, notamos que os povos africanos foram mais privilegiados no quesito diversidade, mesmo havendo um silenciamento do papel feminino e de problematizações necessárias, como a intolerância religiosa. Acerca dos povos indígenas, estes foram generalizados, com poucas imagens e pluralidade exígua de assuntos.

## Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Base Nacional Curricular Comum**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <http://download.basenacionalcomum.mec.gov.br/>.

CHAUI, Marilena. Brasil: mito fundador e sociedade autoritária. In: ROCHA, André. (Org.) **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014 (Escritos de Marilena Chauí). P

DIAS, A. M.; GRINBERG, K.; PELLEGRINI, M. C. **Vontade de saber: história 7º ano ensino fundamental: anos finais.** 1 ed. São Paulo: Quinteto Editorial, 2018.

DIAS, A. M.; GRINBERG, K.; PELLEGRINI, M. C. **Vontade de Saber: história 9º ano ensino fundamental: anos finais.** 1 ed. São Paulo: Quinteto Editorial, 2018.

FERREIRA, W. B. O conceito de diversidade no BNCC: relações de poder e interesses ocultos. **Retratos da Escola, Brasília**, v. 9, n. 17, p. 299-319, jul./dez. 2015.

FONSECA, S. G. **Didática e prática de ensino de história: Experiências, reflexões e aprendizados**, Campinas, SP: Papirus, 2003.

FREYRE, G. **Aventura e Rotina: sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação.** São Paulo: É Realizações, 2010.

\_\_\_\_\_. **Um brasileiro em terras portuguesas: introdução a uma possível lusotropicologia.** São Paulo: É Realizações, 2010.

HISTÓRICO DA BNCC. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/histórico>. Acesso em: 21 jul. 2020.

LOPES, C. (Org.) **Desafios contemporâneos da África: o legado de Amílcar Cabral.** São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

MATTOS, H. **Colonização e escravidão no Brasil: memória e historiografia**, in: FRAGOSO, J. L. R.; GOUVÊA, M. F. (Org.) 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.



MOKTAR, G. **História geral da África II: África antiga**. 2º ed. Brasília: UNESCO, 2010.

MAGALHÃES, Leandro, Henrique. O índio brasileiro no livro didático. **Hist. Ensino**, Londrina, v.6, p. 73-89, out. 2000.

NOBRE, Felipe Nunes. **Nos meandros do (re)conhecimento: a temática indígena em livros didáticos de História no contexto de implementação da Lei 11.645/08 (2008- 2014)**. 2017. Dissertação (Mestrado de Educação) – Universidade Federal de Pelotas (Ufpel). Pelotas, RS, 2017.

NIANE, D. T. **História geral da África IV: África do século XII ao XVI**. 2º ed. Brasília: UNESCO, 2010.

SILVA, Vitor Ferreira da. O livro didático e as sociedades indígenas. **Textos e Debates**, Boa Vista, n.32, p. 125-134, jan./jun. 2019.

SACRISTÁN, J. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3º ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

# AS MUDANÇAS SOCIOCULTURAIS NO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: OS MOVIMENTOS SOCIAIS E O RENASCER DO MOVIMENTO FEMINISTA.

Sofia Malta Viana

Universidade Federal do Espírito Santo

soofia.malta@gmail.com

Thiago Henrique dos Passos Felix

Universidade Federal do Espírito Santo

thiagofelix12.26@gmail.com

Esse trabalho propõe analisar as mudanças socioculturais que ocorreram a partir de 1950, propiciando o surgimento de movimentos sociais. No primeiro momento, buscou-se descrever como o novo agente social – o jovem – ascendeu no cenário mundial, a partir da contestação de valores da cultura dominante, iniciando um Movimento de Contracultura e também de formação de uma “Nova Esquerda”. Por fim, analisa-se a retomada de um movimento feminista que surge intrinsecamente a esse cenário de mudanças socioculturais e de reivindicações. Nesse sentido, utilizou-se como metodologia o estudo das fontes e o levantamento de dados, realizando uma revisão bibliográfica de autores que analisam e discutem o período e as temáticas abordadas. Dessa forma, a partir das reflexões desses intelectuais, buscou-se expor essa “desordem social” que questionou as relações de poder vigentes e propiciou a construção de novas formas de pensar a sociedade no período conhecido como Guerra Fria e sua posterioridade.

**Palavras-Chaves:** Contracultura. Nova Esquerda. Movimento Feminista.

## INTRODUÇÃO

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, dois países, que na guerra haviam lutado como aliados, saíram consagrados como as potências mundiais – Estados Unidos da América e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Nesse contexto, o globo vivenciou, durante 46 anos, um conflito ideológico, denominado Guerra Fria, que o polarizou entre o bloco capitalista, liderado pelos estadunidenses, e o bloco socialista, representado pelos soviéticos.

Na tentativa de demonstrar uma superioridade nacional, os dois países buscaram, por meio da corrida armamentista, corrida espacial e pelos planos de ajuda econômica, conquistar por intermédio da política e da economia a maior parte de territórios. Dessa forma, a disputa hegemônica de poder ocorreu ideologicamente, sem existir uma declaração de guerra oficial entre as duas nações. De fato, as guerras desse período tiveram palco no Oriente, como o caso da Guerra da Coreia (1950-1953) e a Guerra do Vietnã (1955-1975), onde as duas potências indiretamente guerrearam em lados opostos.

Apesar das tensões ideológicas e do constante perigo de uma iminente guerra ocidental, essa “pacificação” vivenciada entre os países do Ocidente, juntamente com um *boom* da economia global, fruto do capitalismo e da conseqüente melhoria das condições de vida nos Estados do “Bem-Estar Social”, propiciou transformações sociais e culturais profundas. Desse novo contexto mundial emergiu um novo grupo social – os jovens – marcados por uma ampla diversidade, com acesso à informação e a educação universitária, em um ambiente de trocas internacionais propiciadas pelos meios de comunicação. Reivindicando por mudanças, romperam com a forma social e política, não aceitando o estabelecimento de limites culturais, sexuais e sociais que regiam as gerações anteriores, encaminhando assim a sociedade para uma nova forma de compreensão do mundo.

De maneira geral, esse momento foi marcado por discursos e posicionamentos contestatórios, reorganizando os aspectos sociopolíticos impostos pela Guerra Fria no que podemos chamar de “desordem social”. Nesse novo contexto, emergem-se novos protagonistas, novas formas de ver e pensar, principalmente sobre as relações de poder na sociedade, ampliando as discussões para momentos mais constantes, e trabalhando a

complexidade e interconexão do debate, a fim de construir novas formas de desenvolver a sociedade. (ADELMAN, 2016, p.28).

### A ERA DE OURO: OS ANOS DE 1950 A 1970

A juventude surge, no pós-Segunda Guerra Mundial, como o novo agente social independente criando uma cultura jovem específica que vai de oposição às antigas gerações. Esse grupo aumentou expressivamente no Ocidente, a partir do fenômeno do *baby boom* - termo que identifica os jovens nascidos entre os anos de 1940 e 1960 - devido à melhoria das condições de vida das sociedades pós-1945. Um dos principais espaços que esses passaram a ocupar foi o meio acadêmico, que na época possuía um sistema de ensino atrasado e conservador além de estruturas físicas que não conseguiam comportar a quantidade de novos estudantes que se matricularam.

Hobsbawm (1995, n.p) destaca a entrada de grande contingente de jovens na universidade tanto dos países desenvolvidos - como EUA, França, Alemanha e Itália - assim como também nos países considerados de Terceiro Mundo, ressaltando que essa massa estudantil se tornaria, na década de 60, a maior força reivindicatória do mundo. O *boom* mundial proporcionou que famílias de classes mais abastadas pudessem proporcionar uma educação integral a seus filhos, na expectativa de que estes conseguissem empregos mais bem remunerados, levando a uma elevação de seu *status* social.

Nos campi ou nas cidades universitárias, esses conglomerados de rapazes e moças, passaram a expressar suas ideias e opiniões que, a partir das novas tecnologias de comunicação, romperam as barreiras, demonstrando o descontentamento político e social desses grupos. Diferente dos estudantes anteriores à Segunda Guerra que se demonstravam, em sua grande maioria, apolíticos ou de direita, essa nova força estudantil, que surge na década de 50, não aceitando nenhuma forma de limitação ou autoridade, inclinou-se para a esquerda.

Importante ressaltar o abismo geracional causado entre esses grupos universitários do pós-guerra e seus pais. Estes, vindos de um período de guerra e de incertezas, como crises econômicas e alta taxa de desemprego, viam nos anos da “Era de

Ouro”, impressionantes melhorias que se traduziam em uma forma de conformidade com os valores tradicionais e conservadores estabelecidos dentro do formato da família nuclear – homem e mulher casados e com filhos. Entretanto, os jovens da década de 50 começaram a demonstrar seu descontentamento com esse modelo de vida padronizado na cultura da Guerra Fria, e massivamente forçado sobre essa juventude, tanto pelo meio acadêmico como pelos novos meios de comunicação.

Nesse contexto, nos Estados Unidos, o Movimento Beat surge em meados da década de 50 a partir da insatisfação de jovens escritores com o American Way Of Life:

Os beats articulavam, através da sua arte e suas vidas, uma crítica social que inspiraria às próximas gerações uma contribuição considerável num contexto da sociedade norte-americana que não só carecia de tradições anarquistas, socialistas, comunistas ou “esquerdistas” fortes, tais como as que existiam na Europa, mas que também estava sob a vigilância cruel do período macartista. Os beats atacavam diretamente o conformismo da época, satirizando as noções de propriedade moral e da obediência do bom cidadão norte-americano que cumpria com seus deveres familiares e patrióticos e, assim, desafiando a normatização que os meios de comunicação (em especial, a televisão, que era “fato novo” à época) impunham com uma força particular (ADELMAN, 2016, p.30).

Do outro lado do Atlântico, na Europa Ocidental, a boemia também atingiu os grandes centros urbanos de países como a Inglaterra, França, Alemanha e Itália. Hobsbawm (1995, n.p) descreve que o Estado de “Bem-Estar Social” inglês do pós-guerra proporcionou uma melhoria de vida as famílias da classe trabalhadora, e os jovens, tendo acesso às faculdades públicas, como o caso dos *art colleges*, também começaram a procurar novas formas de se expressar por meio da cultura popular. Enquanto isso, nos países que foram palco de regimes totalitários, os jovens também procuravam se distanciar das antigas gerações. Na França, os discursos libertários dos *situacionistas* começaram a ganhar visibilidade.

Essa nova maneira de ver e entender o mundo se espalhou globalmente e caracterizou a “cultura jovem” da década seguinte. Procurando uma forma diferente do que entendiam como “vida normal” – padrões de cultura burguesa e branca – esse movimento realizou uma troca com a cultura negra norte-americana e a classe trabalhadora branca. Não obstante, foi na década de 50 que teve palco o primeiro protesto social no contexto da Guerra Fria: o movimento pelos Direitos Civis dos negros. Merece destaque a importância que esse teve para os demais que iriam se desenvolver ao longo

da década de 60, legitimando os protestos em massa além de demonstrar a imoralidade da discriminação.

Já na virada da década, caracterizada por novas maneiras de expressão política e pelo surgimento de novos movimentos sociais, é formada a organização Estudantes para uma Sociedade Democrática (SDS), nos Estados Unidos, que defendia uma democracia participativa, a justiça socioeconômica e resistiam ao alistamento forçado para a Guerra do Vietnã. A oposição desses grupos juvenis vai se apresentar também no campo da política, visto que esses novos agentes sociais estavam decepcionados com os regimes que apostaram na “Velha Esquerda”, conduzindo esses jovens de grupos sociais distintos a criar uma “Nova Esquerda” mundial.

Fossem jovens alemães lutando contra aspectos do passado fascista do seu país, estudantes franceses em revolta contra aspectos autoritários das universidades francesas ou jovens norte-americanos contrários à guerra do Vietnã, essas pessoas possuíam uma visão de transformação social total, mas muito diferente daquela centrada na tomada do poder do Estado ou na apropriação dos meios de produção pelo proletariado industrial, através da ação de partidos políticos agindo em nome dos outros. Poderia se tratar da “última grande utopia”, como muitos afirmam, mas destacavam-se por uma visão da transformação que, em lugar de subjugar o indivíduo à coletividade (como acontecia brutalmente nos países sob regime estalinista), partia da transformação do indivíduo e das relações sociais cotidianas para sonhar e estabelecer novas formas de organização coletiva anti-hierárquicas e antiburocráticas. (ADELMAN, 2016, p. 39-40).

Propondo um novo sentido à vida, jovens dos mais diversos setores sociais, tanto nos EUA como na Europa, passaram a integrar o grupo de ativistas da “Nova Esquerda” mundial que defendia um projeto político baseado nas transformações diárias da vida social a partir de relacionamentos mais livres e comunitários. Dessa revolução mais ampla, difusa e de cunho cultural, que extrapolou os limites tradicionais da política, emergiu o Movimento Contracultural.

Inicialmente, o fenômeno é caracterizado por seus sinais mais evidentes: cabelos compridos, roupas coloridas, misticismo, um tipo de música, drogas e assim por diante. Um conjunto de hábitos que, aos olhos das famílias de classe média, tão ciosas de seu projeto de ascensão social, parecia no mínimo um despropósito, um absurdo mesmo. Rapidamente, no entanto, começa a ficar mais claro que aquele conjunto de manifestações culturais novas não se limitava a estas marcas superficiais. Ao contrário, significava também novas formas de pensar, modos diferentes de encarar e de se relacionar com o mundo e com as pessoas. Enfim, um outro universo de significados e valores, com suas regras próprias. (PEREIRA, 1983, p. 8).



Miriam Adelman (2016, p. 59) afirma que a família nuclear se tornou o eixo fundamental de crítica do movimento por representar um incentivo, mediante a pressão, aos elementos do capitalismo, como o consumo e a competitividade, a hierarquização da instituição humana e o controle sobre os indivíduos e as singularidades que os compunham. Cabe ressaltar também a insatisfação desses novos grupos juvenis com a Guerra do Vietnã (1955-1975), primeiro conflito mundial que foi televisionado pelos meios de comunicação, inflando e marcando a união dos mais diversos movimentos em protestos e manifestações pacíficas contra a violência da guerra e o alistamento forçado de jovens para servir na mesma.

Na cinematografia, os personagens interpretados por James Dean marcam essa juventude entendida como “rebeldes sem causa”. No âmbito musical, o destaque era do estilo *rock* que tem seu ápice por volta de 1956 e 1968 - inicialmente, com a figura de Elvis Presley, e já nos anos 60, com os Beatles e a música de Bob Dylan. Hobsbawm (1995, n.p) afirma que os ícones como Janis Joplin, o grupo Rolling Stones, Bob Marley, Jimmy Hendrix, entre outros, marcaram a “autonomia” dessa nova juventude, cujo heróis tinham suas vidas acabadas cedo, simbolizando essa fase como transitória. Essa nova “cultura jovem” - que também marcava as formas de se comunicar, o vestuário e os relacionamentos - ultrapassou as barreiras físicas e sociais.

Os grandes festivais de rock, como o de Woodstock e o de Altamont, vão aglutinar imensos aglomerados de jovens principalmente pelos integrantes do *Movimento Hippie*, com os lemas de “Paz e Amor” e “Faça Amor, Não Faça Guerra”. Os hippies defendiam uma vida comunitária sensorial psicodélica em grande contato com a natureza e a liberdade sexual. Em 1967, por meio do surgimento do Youth International Party, a figura do *hippie* se torna politizada - os chamados *yippie* - fazendo a convergência entre a revolução política e a revolução cultural.

[...] a grande utopia do movimento *hippie* da construção, no mundo aqui e agora, do seu paraíso de paz e amor. Para tanto, era fundamental que eles conseguissem escapar, de algum modo, aos limites da sociedade e da cultura ocidentais. E este era, na verdade, o sentido de sua filosofia do *drop out* [...] Para os *hippies*, “cair fora” dessa camisa-de-força ocidental significava ganhar um outro lugar, fugindo então simultaneamente ao cerco do espaço físico, institucional e lógico deste mundo ocidental. É por aí que se pode entender melhor os três grandes eixos de movimentação que marcavam sua rebelião - da cidade, a retirada para o campo; da família para a vida em comunidade, e do racionalismo científico para os mistérios e descobertas do misticismo e do psicodelismo das drogas. (PEREIRA, 1983, p. 81-82).

Essa nova cultura juvenil, fomentadora da “Revolução Cultural”, teve seu sucesso a partir de três novidades: primeiro pelo fato de a juventude passar a ser considerada uma etapa de desenvolvimento humano pleno, sendo que nas décadas seguintes a 1960 isso foi marcado pelo movimento de diminuição da idade eleitoral para dezoito anos em alguns países. Outro ponto é o alto poder aquisitivo dessa massa juvenil que, em uma época de pleno emprego, passaram a encontrar e consumir massivamente novos símbolos materiais ou culturais de identidade. Por fim, o internacionalismo dessa “moderna” juventude. Esses fatores - difundidos por meio de discos e fitas, pela circulação global de imagens, pelos encontros dos jovens turistas e pela agitação nos campi das universidades - tornaram possível a consagração dessa cultura jovem mundial que, reivindicando mudanças de cunho sexual e social, revolucionaram os antigos valores tradicionais da sociedade. (HOBSBAWM, 1995, n.p)

O ano de 1968 marca o ápice desses movimentos que eclodiram no mundo inteiro. Em um contexto no qual as culturas e nações eram afastadas e extremamente diferentes, os jovens, mesmo se rebelando por questões distintas umas das outras, tinham em comum a noção de como manifestar a profunda indignação com a ordem estabelecida. Os movimentos pelos direitos civis, contra a guerra e feministas nos EUA, os movimentos operário e estudantil que ocorreram na França e na Itália, a Primavera de Praga ocorrida na antiga Tchecoslováquia, entre outros acontecimentos, demonstraram que essa combustão global não havia sido planejada ou organizada. (KURLANSKY, 2005, p. 13-14).

## O RENASCIMENTO DO MOVIMENTO FEMINISTA

Segundo Joana Maria Pedro (2008), a historiografia, ao retratar os acontecimentos de 1968, tende a menosprezar ou até menos apagar o movimento de mulheres dentro desse contexto. As poucas exceções de autores que relatam alguma forma de organização feminista na década de 60 e dentro dos movimentos sociais discutidos anteriormente, o fazem como uma exceção, um movimento a parte do que estava acontecendo. Entretanto, a mobilização de mulheres como um grupo que lutava por causas próprias, teve antecedentes anteriores a 1968.

A principal obra que retornou com os questionamentos sobre a posição da mulher na sociedade, embasando o que chamamos atualmente de segunda “onda” feminista, foi o livro da filósofa Simone de Beauvoir, “O Segundo Sexo”, de 1949. Nele, a autora discorre sobre como o *status* da mulher foi sendo construído, em todos os âmbitos sociais, para ocupar a posição de outra em relação ao homem. Dessa forma, o homem seria o centro do universo e a mulher estaria sempre em relação assimétrica a ele. A máxima “Não se nasce mulher, torna-se”, serviu de base para a construção das teorias feministas das décadas seguintes.

Apesar das mudanças socioculturais que ocorreram nas décadas de 50 e 60, ao analisar a situação da mulher, percebe-se contradições. Mesmo com a entrada expressiva das casadas no mercado de trabalho e também do ingresso de jovens meninas na educação superior, ainda circulavam nos meios de comunicação de massa, uma imagem feminina ligada ao ambiente doméstico com as mulheres exercendo, dentro da família nuclear, os papéis de mãe e esposa. Entretanto, esses mesmos meios também difundiam imagens sobre a sexualidade feminina e a ocupação de espaços por essas mulheres que antes era de domínio exclusivamente masculino. Isso despertou um imaginário feminino em que era possível fugir das funções impostas pelo casamento e pela maternidade. (ADELMAN, 2016, p. 35).

Dentro dos movimentos sociais e políticos, as contradições também eram existentes. Como participantes da “Nova Esquerda”, as mulheres começaram a demonstrar constante insatisfação com as estruturas machistas. Segundo Carla Cristina Garcia (2011), as mulheres eram invisibilizadas como líderes e a tomada de decisões era feita pelos homens. Existia menosprezo e sarcasmo quando eram colocados em pautas assuntos referentes ao sexismo e a opressão sofrida pelas mulheres nos diversos âmbitos. Cabia então a essas, exercerem funções ligadas ao ambiente doméstico, como servir café, ou trabalhar em setores secundários como datilógrafas.

As mulheres formavam força reivindicatória expressiva tanto no Movimento da Contracultura como na formação da “Nova Esquerda” mundial. Entretanto:

Aspecto fundamental da rebelião dos jovens e da contracultura, a “revolução sexual” ainda não buscava a revolução feminista, o que colocava as mulheres numa situação muito difícil que muitas perceberam e comentaram: desenvolveu-se, dentro da cultura jovem da época, uma quase obrigação das

mulheres estarem sexualmente disponíveis para os homens. Na verdade, tal situação liberava para muitos homens antigas atitudes masculinas vinculadas a uma cultura de exploração sexual, sem sequer terem de se preocupar com o desejo e o prazer das parceiras [...] (ADELMAN, 2016, p. 64).

Nesse sentido, Adelman (2016) afirma que o início do Movimento de Libertação das Mulheres se deu com a ruptura com os grupos que formavam a Nova Esquerda e também com os movimentos radicais, tanto dos estudantes como dos negros, devido a dominação masculina que ainda permeavam nessas organizações. Pedro (2018) sustenta que, diferente da “primeira onda”, que reivindicou os direitos políticos das mulheres, a chamada “segunda onda” do feminismo priorizou as lutas que reivindicavam o direito ao corpo, ao prazer e contra a subordinação das mulheres pelos homens – o patriarcado.

Nos Estados Unidos, em 1963, Betty Friedan publicou o livro “A Mística Feminina” em que descreve a domesticidade obrigatória da mulher de classe média norte-americana como a causa do mal-estar que essas passavam: ansiedade, depressão, alcoolismo, entre outras doenças autodestrutivas, isso devido a um problema que ainda não tinha nome. Três anos depois, em 1966, a ativista fundou a Organização Nacional para as Mulheres – NOW. Betty, que foi também a primeira presidente da organização, lutou contra a exclusão da mulher na esfera pública e por igualdade entre os sexos. Essa instituição de feminismo liberal foi formada de acordo com:

1) O descontentamento de mulheres de classe média – as quais descobriram que era impossível conseguir empregos profissionais ou subir na carreira profissional: por mais que se esforçassem valiam sempre menos que um homem. 2) A insatisfação das militantes brancas pela maneira como foram tratadas dentro do movimento pelos Direitos Cívicos e dentro do grupo Estudantes por uma Sociedade Democrática. Dentro destes movimentos, ocupavam apenas funções como de datilógrafas, preparavam o chá e eram consideradas como objetos sexuais. 3) A contracultura, a “política da experiência” e “essa sensibilidade política, algo totalmente novo, que produziu tantos grupos distintos em meados dos anos sessenta.” (MITCHELL. 1977, p. 19-20 apud PEDRO, 2008, p. 65-66).

Em 1967, uma vertente radical do feminismo norte-americano se desenvolve a partir de grupos como *Redstockings*, *New York Radical Women* e *New York Radical Feminists*. Para as mulheres radicais, sendo importante ressaltar as autoras Kate Millet e Shulamith Firestone, era necessário transformar, além do espaço público, o doméstico, por ser dentro do lar onde a dominação patriarcal se apresenta de forma mais forte. Apesar de terem surgido inicialmente nos EUA, esse tipo de feminismo radical se espalhou para a Europa rapidamente. Para Garcia (2011), as grandes contribuições dessa ala, além da

revolução na teoria política feminista, foram os protestos públicos, a formação de grupos de autoconsciência e a fundação de centros alternativos de ajuda.

Os chamados *consciousness raising groups* tornaram-se lugares em que mulheres, por meio do relato da situação de vida uma das outras, conseguiram compreender a opressão a que elas estavam expostas na sociedade moderna construindo a máxima feminista da segunda onda “o pessoal é político”. Afastadas dos grupos dominados pela política masculina, essa organização autônoma de mulheres passa a debater as doutrinas políticas e sociais da “Nova Esquerda” e do Movimento da Contracultura lançando um olhar para a realidade social de opressão das mulheres. Esse espaço de discussão dominado pelas mulheres permitia uma nova liberdade nas relações impostas e reproduzidas pela cultura patriarcal. (ADELMAN, 2016, p. 65-66).

Entre os movimentos que ocorreram em 1968, destacam-se os protestos públicos nos EUA que se beneficiaram dos meios de comunicação para sua ampla repercussão mundial. Organizado pelo *New York Radical Women*, mulheres marcharam em protesto contra o concurso do Miss América que estava sendo realizado em Atlantic City. Na tentativa de quebrar com o tradicional padrão de beleza, elas lançaram nas latas de lixo os objetos símbolos da restrição da liberdade feminina como sutiãs, sandálias de salto e pinças de sobrancelha. Enquanto isso, outro protesto acontecia também em Arlington, onde, usando da teatralidade, mulheres norte-americanas performaram uma espécie de “enterro” dessa tradicional feminilidade ao coroarem um carneiro como Miss América.

Na Europa, essa separação dos movimentos políticos e culturais para a criação de um movimento feminista também pode ser observada. Na Alemanha, Helke Sanders, ao fazer seu discurso no congresso da Liga Estudantil Socialista, em 1968, levantando questões ligadas ao sexismo, foi ridicularizada pelos homens que integravam a liga. A partir desse acontecimento, as mulheres se repartiram no Conselho das Mulheres em Frankfurt e no Conselho de Ação para a Liberdade da Mulher em Berlim. Na Holanda, o “Dolle Minas”, que aceitava apenas a participação das mulheres, abusava da teatralização em seus protestos. Na França, a primeira organização feminista começou como um grupo pequeno de marxistas. (PEDRO, 2008, p. 72).

Importante ressaltar também como esse movimento que chamamos de “segunda onda” feminista chegou nos países do Cone Sul. Pedro (2008) afirma que antes de 1968 são poucas as identificações que se tem com um movimento feminista estruturado. Apesar

das mulheres da América do Sul terem tido participação nos movimentos estudantis e na “Nova Esquerda” que combatiam os regimes civis-militares implantados em países como Brasil e Argentina, a “segunda onda” do movimento feminista vai influenciar as reivindicações das mulheres da América do Sul a partir dos anos 70. Muito se deve ao fato de que, exiladas pelas ditaduras implantadas nos governos latinos, essas mulheres tiveram contato, tanto na Europa como nos EUA, com os movimentos feministas que já existiam nesses países.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hobsbawm (1995, n.p) apesar de perceber, nas décadas de 60, transformações suficientes na sociedade, caracterizando assim uma “revolução cultural”, afirma que essa foi possível devido ao triunfo do indivíduo sobre o grupo social. O ser humano, ao romper com as antigas formas de relação da sociedade e com a padronização dos comportamentos esperados, caminharam em direção à construção de uma “sociedade anômica”. Dentro desse contexto, cabe ressaltar três aspectos: os jovens como força nos processos reivindicatórios, o auxílio da globalização na divulgação das mobilizações e a continuidade das lutas do movimento feminista.

A juventude, na medida que foi sendo considerada um agente social independente e politizado, principalmente os grupos que frequentavam as universidades, passaram a questionar os padrões sociais que limitavam e prendiam o indivíduo dentro de esferas específicas da sociedade. Os campi ou cidades universitárias foram um espaço de debate, em que os jovens, primeiramente insatisfeitos com a educação conservadora, e depois ampliando seu campo de insatisfação para outros setores sociais e políticos, passaram a questionar a ordem existente.

Tendo contato com outros de mesma idade, que também manifestavam alguma forma de inconformidade com a situação vigente, esses grupos passaram a se identificar com causas específicas e cobrarem por mudanças. Dessa forma, a fase juvenil passa a ser entendida como um estágio de formação completa do indivíduo, não sendo apenas um período de transição caracterizado por uma imaturidade, para a vida adulta.



Atualmente, os jovens voltaram a ser uma grande força reivindicatória, dando voz ao inconformismo da sociedade e ocupando o debate público, ao defender mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais que visam a construção de um mundo melhor. Os protestos e manifestações nas ruas continuam sendo utilizados como modo de conseguir visibilidade para as lutas travadas, entretanto, dois novos mecanismos se tornaram essenciais para a fortificação do ativismo jovem – a internet e as redes sociais.

A corrida armamentista e espacial entre os dois blocos que disputavam a hegemonia do poder – EUA e URSS – propiciou um amplo desenvolvimento dos conhecimentos científicos e, conseqüentemente, a produção de novos meios de comunicação. O processo de globalização por intermédio dos meios de comunicação em massa – no caso dos anos 60, a televisão – permitiu que os jovens ativistas, mesmo distantes, percebessem que tinham experiências e reivindicações comuns. Os protestos eram amplamente televisionados, fazendo com que a juventude, em diferentes nações, se conectasse com causas que, mesmo a milhares de quilômetros de distância, tinham similaridades com as suas.

Nos dias atuais, a internet assume papel de destaque enquanto meio de mobilização. O uso massivo das mídias sociais colabora com as lutas devido a rapidez e a abrangência em que as informações conseguem chegar a qualquer parte do mundo. Mais que isso, atinge sujeitos heterogêneos, que passam a interagir e se manifestar de forma facilitada, compartilhando seus próprios pontos de vista. O processo de disseminação da informação tornou-se mais democrático e as redes sociais passaram a ser usadas como mecanismo de mobilização política, social e cultural.

Por fim, o movimento feminista formado por diversos grupos de mulheres que, buscando por relações calcadas na equidade entre os gêneros, se mobilizaram para reivindicar seus direitos e terem suas causas representadas – apesar de estarem presentes nas ondas revolucionárias dos movimentos sociais, a presença do patriarcado minimizava suas demandas. Dessa forma, ao formarem grupos específicos para debater a sua própria condição, as mulheres construíram novas teorias ligadas à submissão feminina na sociedade, instituindo assim conceitos como o do patriarcado e gênero. O estudo sobre a experiência social feminina passou a ser debatido dentro dos centros acadêmicos, por meio de disciplinas específicas voltadas para a análise histórica do papel da mulher na sociedade.

Diferente dos outros movimentos sociais, essas mulheres mantiveram sua efervescência nas décadas posteriores a 1960, mais ainda, o feminismo passou a ter novas vertentes para analisar as intersecções que marcam a opressão dos mais diversos tipos de mulher, destacando assim o impacto que raça e a classe tem no grau de subjugação dessas. No campo político, novos direitos foram adquiridos em muitos países, como o direito ao divórcio e ao aborto. O movimento feminista, ao questionar os papéis sociais instituídos a mulher, foram de extrema importância não só para a conquista de direitos para seu grupo específico, mas para a revolução cultural e moral de forma ampla.

## REFERÊNCIAS

ADELMAN, Miriam. *A Voz e a Escuta: Encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea*. São Paulo: Blucher, 2016.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. 2.v. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

GARCIA, Carla C. *Breve história do feminismo*. São Paulo: Claridade, 2011.

HOBBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KURLANSKY, Mark. *1968: o ano que abalou o mundo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *O que é contracultura*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

# TEMAS DA INDEPENDÊNCIA: UMA ANÁLISE DOS TEMAS DAS PEÇAS TEATRAIS ENCENADAS NA FESTA DA INDEPENDÊNCIA DO RECIFE (1832-1846)

Manuel Victor De Lyra Leite Pessoal  
Universidade Católica de Pernambuco  
Manuel.2019106078@unicap.br

O presente trabalho busca fazer uma análise dos temas de peças teatrais encenadas na Festa da Independência do Recife, entre os anos de 1832 e 1846. Com a chegada da Família Real Portuguesa no Brasil, em 1808, o teatro torna-se uma importante ferramenta para difusão de ideias e costumes da burguesia emergente. Ir ao espaço logo passou a ser associada a uma prática da alta sociedade parisiense, e nisso o espaço passou a receber inúmeras cobranças quanto aquilo que se representava, sendo então visto como uma espécie de “Escola da Moral”. Com a Independência e as festas em comemoração à data, os teatros podiam ser um importante meio para difusão de ideias e símbolos que moldavam o novo Estado Nacional. Para identificação das peças encenadas na festa, coletamos e analisamos anúncios de apresentações teatrais que faziam parte da Festa da Independência, publicados no periódico Diário de Pernambuco no período estudado. Seguimos então pela verificação da circularidade das peças anunciadas em periódicos de todo o Brasil e Lisboa, o que nos permitiu ter mais informações sobre as peças, resultando nos textos encontrados e analisados. As encenações teatrais eram partes importantes do festejo, encerrando as noites, e as peças escolhidas traziam temas que muito se associavam com as ideias discutidas pelos personagens da política da época.

**Palavras-chave:** Brasil Imperial. Festa da Independência. Teatro. Pernambuco.

## Introdução

É notável hoje o quanto o cinema ou até mesmo as redes sociais são ferramentas poderosas na difusão de ideias, sejam aquelas construídas pelo campo do saber, sejam aquelas costumeiramente praticada no senso comum. Para o historiador estadunidense

Douglas Kellner (2001), a mídia, como forma dominante da cultura, fornece material de identidade, modelando opiniões políticas e comportamentos sociais, trazendo símbolos do que significa ser homem, mulher, bem-sucedido ou fracassado, poderoso ou impotente. Kellner (2001) chega a nos lembrar o quanto filmes como Rambo acabaram por aumentar exponencialmente o número de alistamento militar nos EUA, com jovens desejando ser sua própria versão do soldado. Ao olharmos para o século XIX, sobretudo no Brasil, seria o teatro a dita “forma dominante de cultura”, que preencheria o lugar de representar ideias, costumes e identidade cultural em forma de entretenimento?

O teatro era provavelmente uma das manifestações artísticas mais relevantes daquele tempo, sendo principalmente consumida pelas elites econômicas e políticas. Em muitos casos, viajantes e memorialistas que decidiram escrever sobre esse tempo, tratavam o teatro como o único “entretenimento honesto” da primeira metade do século XIX – ainda que “ser honesto” representasse muito mais uma visão elitista. Ao falar sobre a cena teatral em Pernambuco do início do século XIX, o historiador Felipe Souza percebe que “o que deixava o administrador (do teatro) furioso, parecia divertir a plateia, que diante do que ele entendia por insolência, reagia com dobrados aplausos e imensos benefícios” (SOUZA, 2018, p. 32). Essa discrepância entre os “idealizadores do teatro” e seu público também é notado pelo teatrólogo Valdemar de Oliveira, que ao falar sobre o mesmo contexto, percebe que o Brasil passava por um período de “desajustamento” entre o que se desejava do teatro e o que ele era de fato:

Abre-se, nessa época, um grande hiato na vida de Pernambuco, modificando-lhe hábitos sociais, traçando-lhe novos rumos, agitando sua vida política. Essa fase tem início com a chegada da Família Real ao Brasil. O desajustamento geral vem refletir sobre as nossas atividades teatrais (OLIVEIRA, 1977, p. 15).

Desses “desajustamentos”, aquele que parece ter maior impacto nas atividades teatrais era a chegada de estrangeiros nas províncias brasileiras. Isso porque com esses estrangeiros vinham novos hábitos da alta sociedade parisiense, nação símbolo de evolução e civilidade para os brasileiros naquele tempo. E como nota Oliveira (1997), “ia-se ao teatro, em Paris; era preciso ir-se ao teatro, no Recife” (OLIVEIRA, 1977, p. 52). Se o teatro era ou não a forma dominante de cultura, era sim um espaço onde as elites creditava o papel de ser “formadora moral” do ser humano, e qualquer coisa que fugisse muito desse aspecto certamente estaria “desajustada”. Quem lê os jornais oitocentistas há de notar que ao falar sobre o teatro, logo-lhe atribuem a característica de ser ele

“pedagógico”, sendo uma “escola de costumes e da polidez, verdadeiro espelho da vida, o mais decente e agradável dos divertimentos públicos” (Jornal “O Espelho Diamantino”, 1827, apud MAINETE, 2016, p. 31).

O teatro passaria não só a ser largamente consumido, como estaria envolto de uma série de novas expectativas “higienistas”, a fim de moldar a arte e deixá-la em sintonia com as elites locais. Nossa curiosidade para entender como se articulava essa “escola da moral” no teatro oitocentista foi mote para iniciamos essa pesquisa. Optamos por tecer nossas considerações, a partir da análise de textos teatrais de peças encenadas nas festas cívicas feitas em homenagem ao 07 de Setembro, data da independência do Brasil, que ocorreu na cidade do Recife, entre os anos de 1832 a 1846. Era esse um evento de grande mobilização social, com desfiles de rua, beija-mão, bailes, teatro e etc. Faziam parte de um calendário de festividades oficiais que, no entendimento da historiadora Lídia Santos, servia para:

Reafirmar as conquistas que moldavam o Estado Nacional, e também garantir a participação política de cada um. Criar o hábito de festejar a data anualmente foi importante para criação de símbolos que estimulassem o pertencimento à nação (SANTOS, 2018, p. 90).

Sendo uma “escola da moral”, o teatro poderia ser um ambiente muito útil para a proliferação desses símbolos que moldavam o Estado Nacional. Ao analisar as apresentações teatrais na festa da independência do Rio de Janeiro, a historiadora Josiane Sampaio (2017) acredita que o teatro também fizesse parte do projeto de construção da nação, onde as “apresentações teatrais imbricavam-se com a política e se teatralizavam no espaço público, principalmente nos espetáculos para comemorações de datas cívicas, como o dia 7 de setembro” (SAMPAIO, 2017, p. 1). A pressão em cima daquele que traria as atrações teatrais para o festejo cívico deveria ser maior do que num dia corriqueiro de teatro, e certamente não seria tão bem tolerado que as peças ali apresentadas estivessem em “desajuste” com os desejos das elites locais. Por isso, acreditamos que o teatro encenado nesses festejos traz uma boa oportunidade para entendermos quais eram as ideias que se tentavam incutir nas cabeças das pessoas que viviam nos oitocentos.

Para levantar quais foram as atrações teatrais no festejo da independência, analisamos os periódicos pernambucanos publicados nos oitocentos. No jornal “Diário de Pernambuco”, anualmente se publicava um anúncio do teatro que trazia as atrações teatrais feitas em homenagem a Festa da Independência. O espaço teatral que anunciou

as peças analisadas – sendo também o espaço que mais teve anúncios do teatro para a festa cívica – fora o Theatro de São Francisco, também chamado pelos memorialistas de Casa da Ópera. Na cidade do Recife, geralmente se comemorava a independência nos dias 6, 7 e 8 de setembro, e em quase todos esses dias se anunciava atrações teatrais. A partir de uma análise desses anúncios, fora possível traçar um perfil de como se organizava as atrações teatrais na Casa da Ópera durante os anos estudados, que consistia em um pequeno rito, formado pela seguinte ordem:

- 1º Abertura dos espetáculos feita por uma orquestra;
- 2º Drama ao quadro do imperador vigente (D.Pedro I ou D.Pedro II), onde no fim se canta o hino nacional e as autoridades da província dão vivas a independência;
- 3º Uma peça de teatro, possivelmente de três atos, sem um gênero especificado;
- 4º Nos intervalos dos atos da peça se faziam entremezes, que consistia em duetos, músicas, danças, recitas de poesia e etc.

Nosso objeto de análise é o 3º elemento: as peças teatrais. Escolhemos cerca de 6 textos que acreditamos corresponderem integralmente ou parcialmente as peças que foram anunciadas. Na Tabela 1 a seguir, delimitamos o jornal e a data que foram anunciadas as peças da festa da independência que analisamos, o dia que se apresentou na festa e qual texto encontramos que corresponde a essas peças.

Tabela 1 – textos encontrados para análise

Ano	Referência do anúncio da festa da independência	Dia encenado na festa	Título da peça no anúncio	Texto encontrado	Autor
1832	1832.09.07 Diario De Pernambuco n 469.	07.09.1832	Haroun Al Raschid ou O necessário, e o supérfluo	<i>Azendai, ou le nécessaire et le superflu</i>	Louis-Charles Caigniez (1818)
1833	1833.09.07 Diario De Pernambuco n 194.	07.09.1833	Jozé 2º visitando os cárceres	O imperador Joze II visitando os carceres da Alemanha*	João Xavier Pereira da Silva (1837)
1836	1836.09.07 Diario De Pernambuco n 194	08.09.1836	Jozé 2º Imperador de Alemanha passando revista aos cárceres		
1834	1834.09.05 Diario De Pernambuco n 479.	08.09.1834	O Bruto de Roma	Bruto	Voltaire (1806)



1842	1842.09.07 Diario Novo n 32.	07.09.1842	D. João I. Mestre d'Alvíz, ou D. Leonor Telles, a Lucrecia Borgia portuguesa	O grão mestre D'Aviz	João Xavier Pereira da Silva (1854)
1845	1845.09.05 Diario De Pernambuco n 197.	08.09.1845	O Galucio Portugues ou Amor e Gloria	<i>Le Pioupiou, ou La Gloire et L'Amour</i>	M. Varner (1838)
1846	1846.09.05 Diario De Pernambuco n 197.	08.09.1846	O Espião de Veneza	Angelo, tirano de Pádua	Victor Hugo (1835)

\*A mesma peça foi encenada em 1833 e 1836.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Seguimos algumas abordagens que nos permitiram associar os textos encontrados as peças que foram anunciadas na festa da independência do Recife. Primeiro, verificamos a circularidade das peças em periódicos de todo o Brasil. Chegamos a levantar cerca de 349 anúncios que mencionavam atrações teatrais com nomes semelhantes àquelas anunciadas na festa do Recife. Esse material nos forneceu toda uma gama de novas informações sobre essas peças, como: nome do autor, nome dos personagens, sinopses, resumos, nome do tradutor, etc. Também serviu de fonte duas bibliografias sobre o teatro no Brasil e em Portugal no século XIX: A tese da teatróloga Licinia Ferreira (2019) sobre o teatro português da Rua dos Condes, que traz uma tabela das peças apresentadas nesse teatro entre 1778 e 1882. Essa tabela traz informações pertinentes para nossa pesquisa, como o nome da peça, autores, nome das versões da peça em outros idiomas, nome do autor que traduziu o texto em outra língua, etc; E também o artigo de Iglesias Magalhães (2016) sobre a circulação das peças de Voutaire no Brasil. Em seu artigo, o autor menciona que a peça “Bruto” de Voutaire é uma adaptação de uma história real, e que esse personagem histórico recebera inúmeras adaptações para o teatro, porém o texto de Voutaire foi o que predominou em circulação no Brasil.

Após juntarmos essas informações sobre as peças anunciadas para festa da independência do Recife, comparamos as com os textos encontrados e analisados nessa pesquisa. Grande parte das informações sobre as peças se comprovaram nos textos encontrados, o que nos permitiu especular que os textos encontrados foram base para as peças encenados na festa da independência. É necessário dizer que alguns textos encontrados não estão em português, e logo nossa análise se limitou ao texto estrangeiro que fora traduzido para o português e encenado no Recife. As informações colhidas que julgamos mais relevantes para identificação do texto foram especificadas na Tabela 2 abaixo:

Tabela 2 – Informações sobre as peças anunciadas na festa da independência do Recife comparadas com as informações dadas pelos próprios textos encontrados

Ano	Título da peça no anúncio da festa	Referência com informações da peça	O que informa?
1832	Haroun Al Raschid ou O necessário, e o supérfluo	Periódico “Diário de Pernambuco (PE)”, 20.08.1832	Informa que o autor é Luís José Baiardo e informa que a peça foi encenada em Lisboa.
		Tese de Licínia Ferreira (2019)	Informa que a peça “Azendai ou O necessário e o supérfluo” é um melodrama escrito por Louis-Charles Caigniez, com tradução de Luís José Baiardo. E informa que a peça se apresentou em Lisboa.
		Peça: <i>Azendai, ou le nécessaire et le superflu</i> , de Louis-Charles Caigniez (1818)	Traz um melodrama de Louis-Charles Caigniez, e também traz que um dos personagens se chama “Haroun Al Raschid.
1833	Jozé 2º visitando os cárceres	Periódico “Diário de Pernambuco (PE)”, 07.09.1833	Anúncio da festa da independência. Informa os nomes dos personagens da peça, que são: Joze 2o imperador da Alemanha; O cavalheiro Deston seu secretário; Stolfi governador; O Barão Carlos Broscalk; Carolina Brascalk; Gertrudes Baroneza de Sexatel; Leonor Toller Baroneza encarcerada; Montzoschi Assassino; Beker carcereiro; Tereza sua filha; Capitão das Guardas; Um alcaide: João Baptista Lopes Guimaraes; figurantes como guardas e soldados.
		Periódico “Diário de Pernambuco (PE)”, 02.06.1838	Informa-se que a peça contém 3 atos.
		Peça: O imperador Joze II visitando os cárceres da Alemanha, de João Xavier Pereira da Silva (1837)	Traz os nomes dos personagens da peça, que são idênticos aos anunciados na festa da independência, e traz uma peça em 3 atos.
1834	O Bruto de Roma	Artigo de Iglesias Magalhães (2016)	Informa que o autor que escreveu a peça mais conhecida no século XIX sobre a história de Bruto foi Voutaire, e que sua peça foi a que teve maior circulação no Brasil. Informa também que o gênero da peça é “tragédia”.
		Peça: “Bruto”, de Voltaire (1806)	Traz uma peça do gênero “tragédia”, de autoria de Voutaire.
1842	D. João I. Mestre d’Alviz, ou D. Leonor Telles, a Lucrecia Borgia portuguesa	Periódico “Diário do Rio de Janeiro (RJ)”, 10.01.1838	Informa um resumo da peça que muito se assemelha ao texto “O grão mestre D’Aviz”.
		Periódico “Diário de Novo (PE)”, 07.09.1842	Anúncio da festa da independência. Informa os nomes dos personagens da peça, que são: O Conde Andeiro; Embaixador de Hespanha; Conde de Barcellos; D. Ruy Pereira; D. Alvaro Paes; D. Nuno Alvares Pereira; O Mestres d’Alviz; A Rainha D. Leonor; D. Constança; D. Violante.
		Peça: “O grão mestre D’Aviz”, de João Xavier Pereira da Silva (1854)	Traz os personagens da peça, que são: O Conde Andeiro; Comendador Lourenço Martins; Conde de Barcellos; D. Ruy Pereira; D. Alvaro Pires de Castro; D. Nuno Alvares Pereira; O Mestres d’Alviz; D. Martinho; D. Henrique Manuel; Silvestre Esteves; O escrivão da puridade; Afonso Annes; Jorge Valente; Manuel da Mitra; D. Leonor; D. Branca; D. Duce; Tia Martinha e Maria da Enxara (nota-se que os personagens que foram mencionados no anúncio da festa da independência estão quase todos iguais, porém nesse texto tem mais personagens do que os trazidos no anúncio).

1845	O Galucio Portugues ou Amor e Gloria	Tese de Licinia Ferreira (2019)	Informa-se que a peça “Galucho ou amor e glória”, é uma farsa de autoria de Varner, tradução de João Batista Ferreira.
		Peça: “ <i>Le Pioupiou, ou La Gloire et L’Amour</i> ”, de M. Varner (1838)	Traz um texto em francês, de autoria de Varner, e informa que a peça é uma comédia.
1846	O Espião de Veneza	Periódico “Diário de Pernambuco (PE)”, 29.07.1846	Informa que a peça “O espião de Veneza” é de autoria de Victor Hugo. Também se informa os nomes dos atos da peça, e também a quantidade de atos: Ato 1: O Baile e a chave/Ato 2: A capela e a chácara/ Ato 3: O cutelo e o veneno/ Ato 4: O engano e a morte. (os títulos dos atos fazem referência aos acontecimentos descritos nesses mesmos atos na peça “Angelo, tirano de Pádua”).
		Periódico “Diário de Pernambuco (PE)”, 14.06.1848	Informa que a peça “O grande espião de Veneza ou Angelo o tirano do Padua” irá se apresentar no teatro do Recife, nos mostrando um possível segundo título da peça anunciada na festa da independência.
		Peça: “Angelo, tirano de Pádua”, de Victor Hugo (1835)	Traz um texto em 4 atos, de autoria de Victor Hugo, e que se passa na cidade de Veneza.

Fonte: Elaborado pelo autor

Sabendo que os textos que analisamos nesse trabalho podiam não ser necessariamente a versão que foi encenada, e sim uma versão estrangeira que foi traduzida; e sabendo que, em se tratado de teatro ser uma arte feita ao vivo, e por isso o texto nem sempre poderia ser representado fielmente no palco; optamos por não trazer nessa pesquisa uma análise aprofundada de cada um dos textos. O que traremos é uma análise geral dos temas abordados nesses textos teatrais, a fim de conjecturar uma noção ampla das representações sociais daquilo que foi encenado no teatro pernambucano em homenagem à Festa da Independência. Na falta de folhetins que descrevessem esses espetáculos (os folhetins teatrais em Pernambuco só vão aparecer, ainda que timidamente, no início da década de 50 dos oitocentos), e por ser o teatro uma arte efêmera que, diferente de um quadro, livro, ou filme, pouco deixa para a posteridade, a análise desses textos teatrais acaba por ser uma das poucas possibilidades para se analisar as representações sociais no teatro.

O nosso aporte teórico partiu dos estudos sobre representações sociais, como já mencionamos. Para o psicólogo social Abric (2000), a representação social tem por função definir a identidade e permitir a proteção de especificidade dos grupos, bem como guiar comportamentos e práticas, definindo o que é lícito, tolerável ou inaceitável em um dado contexto social. Tais representações não podem ser vistas alheias as estruturas de poder, e por isso optamos por fazer uma análise comparativa das ideias levantadas nas peças com os ideais políticos que circulavam na época. Nisso, outro importante teórico para nossa pesquisa foi o historiador marxista Thompson (1988), que vai perceber que as

elites se utilizam de mecanismo teatrais para poder controlar os costumes da sociedade a qual pertence, pois sentem a necessidade de “induzir” melhores hábitos para acostumar as multidões a submissão, para que só assim estes poderem sustentar os lazeres, conforto e prazeres dos mais afortunados. Seguindo essas duas linhas teóricas, buscamos analisar as representações sociais presentes nos temas das peças teatrais da Festa da Independência do Recife (1832-1846), comparando com as principais ideias políticas que circulavam no Brasil durante o período estudado.

### A pedagogia de um teatro em dia de festa cívica

O primeiro elemento que podemos destacar é a presença de um rei como personagem em quase todas as peças, só não aparecendo na peça “*Le Pioupiou*”. Nesse sentido, a crítica ao poder do rei estava entre os temas principais. O termo “tirano” comumente podia estar atrelado a um poderoso quando este se apresentava como ambicioso, como no caso de Júlio César da peça “*Bruto*”, que é representado como “tirano” por desejar expandir o Império Romano, ainda que Roma seja representada na peça como uma nação “detentora da moral”. O debate da peça circula em torno da pátria (fidelidade) a Roma, governada por um tirano expansionista, mas que está em guerra contra Porsena. Tarquínio, rei de Porsena, deseja que o protagonista da peça, Tito, um romano influente, ajude o seu reino a invadir Roma, traíndo sua pátria, sob promessa de que poderia ficar com Túllia, sua filha, e quem Tito ama profundamente. O texto trata de descrever Tarquínio também como tirano, por mais que não explique o porquê. Mas isso faz com que a decisão de Tito sobre trair sua pátria seja pautada apenas no seu amor por Tullia, e não por uma “causa justa”. O protagonista, porém, cogita de fato traí-la, tamanha a falta de significado que tinha de ser fiel a um tirano.

Outra forma de crítica era colocar a tirania como mera consequência do poder, e isso podemos ver, por exemplo, no personagem “Ângelo”, na peça “*Ângelo, tirano de Pádua*”. O personagem, ao falar de si mesmo, diz ser alguém que pelo simples fato de ser rei sempre deva temer sofrer um golpe. E por sempre temer sofrer um golpe, Ângelo sente que precisa agir de forma cruel com seus inimigos. Poderíamos dizer que, indiretamente, o texto diz que ser rei era “poder demais” para uma única pessoa, tanto poder que estaria sempre na eminência de sofrer um golpe, pois todos o ambicionariam. O personagem, movido por esse temor, parecia não enxergar as razões de seu medo. O medo apenas

estava ali, e por isso ele precisava ser cruel, porém ao ser cruel, deixava ainda mais irado os seus inimigos, e ao deixar mais irados seus inimigos, mais temeroso ficava Ângelo. A peça mostra Ângelo sendo traído de fato, mas não por ser um rei, e sim por suas práticas tiranas. No fim, é como se o próprio poder o levasse a crueldade.

Era corriqueira a crítica ao despotismo no século XIX, principalmente a partir do período regencial, na década de 30 dos oitocentos. O historiador Marcus Carvalho (2009), em trabalho sobre os movimentos sociais ocorridos em Pernambuco entre 1831-1848, nos dar uma noção das ideias que circulavam por aquela província. O autor percebe que com a queda do imperador D. Pedro I, o pensamento liberal ganha bastante força, permanecendo relevante na mentalidade política pernambucana mesmo após D. Pedro II subir ao trono, em 1840. Eram dois grupos que encapavam esse tipo de crítica: os liberais moderados, que defendiam a presença de uma monarquia constitucional, e uma vertente radical desses, os “liberais exaltados”, traziam ainda projetos de uma república federalista, com as províncias tendo maior autonomia frente a metrópole. Uma das principais acusações feitas por esses grupos ao poder central, sobretudo a antiga gestão de D. Pedro I, era dele ser um tirano despótico. Usava-se desse argumento justamente para justificar as revoltas contra o poder central, que tanto marcaram o período regencial no Brasil, e também a década de 40 dos oitocentos em Pernambuco. As festas cívicas acabavam dando espaço para se trazer essas críticas, como podemos ver no trecho de uma Glosa recitada na festa da independência de 1831, no ano da abdicação de D. Pedro I:

Deu grito a INDEPENDÊNCIA  
 Fez-se nosso Defensor,  
 Ah! Perjuro, Ah! Traidor  
 Como iludiste a inocência  
 Em breve com a violência  
 Tirania, e opressão  
 Masmorra, força, grillão  
 Recompensas aos brasileiros  
 Aos que jurao verdadeiros  
 Manter a Constituição [...] (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 14/09/1831).

Não era só de “tiranos” que se faziam as peças de teatros. As peças tratavam de fazer representações idealizadas de um monarca, discutindo inclusive como seria um “bom rei”. A peça que nos parece melhor representar isso é José II visitando o cárcere na Alemanha, justamente no personagem José II, um imperador alemão. A peça circula em torno de uma visita do imperador ao presídio da cidade fictícia de Sultzbah, onde ele

avaliará alguns casos para julgar se os presos merecem clemência real, ou até mesmo uma pena mais dura. Dentre os vários detentos que seriam julgados, uma presa chamada Carol é acusada injustamente por um crime que ela não cometeu, mas está presa em razão de uma conspiração de Stolti, governador da cidade, que desejava a morte da mulher. Alguns personagens acabam descobrindo a trama do governador e tentam avisar ao rei, mas fazê-lo desconfiar do governador da cidade era muito difícil. A peça se desenrola justamente no julgamento de Carol e de outros presos, testando a capacidade de José II em julgar “de forma correta” a situação desses presidiários, sem cair na dissimulação do governador.

O personagem do imperador alemão é representado como alguém que não gosta de ser bajulado, pois, segundo o próprio, a bajulação é fruto da mentira, e ao seu lado ele só quer a verdade. Sua função de imperador, em suas palavras, não é ostentar títulos e luxo, e sim ser útil ao povo, punindo os culpados e arrancando os aflitos da infelicidade. Ele diz saber muito bem que os mais pobres sempre sofrem mais com as injustiças, e que por isso dependem mais de sua intervenção nos julgamentos. É alguém contra a crueldade, por ser esta uma tirania que nunca é atributo da justiça. Isto é o que o personagem diz e aparenta para todos, porém em seu íntimo, trazido em alguns textos que representam o pensamento do imperador, vemos que o personagem sente um grande fardo por ser imperador e ter que enfrentar tantas injustiças e dissimulações. Porém, ele acredita ter uma função sagrada, escolhida por Deus, e seu trabalho pela justiça deve ser incansável, até que esta se cumpra.

A imagem do imperador é um dos elementos mais significativos nos festejos cívicos, e é de se esperar que as peças teatrais falassem sobre ela. Como já trouxemos aqui, a noite de teatro na festa contava com um rito a um quadro do imperador, além de um drama recitado a ele. A historiadora Iara Carvalho (1999) afirma que a festa da independência fazia parte de uma construção política que ligava o rei aos seus súditos, e não como a comemoração da independência. Já o historiador Hadrik Kraay (2010) percebe que a partir da década de 1830, em decorrência das sucessivas crises do império, a festa da independência passava a ser apropriada como uma resposta popular as práticas arbitrárias da monarquia, tratando o monarca como servo da nação. Esta assertiva de Kraay (2010) talvez seja o que mais se aproxima da representação dada ao imperador nas peças encenadas. Afinal, mantinha ele ainda no seu lugar de rei, dando-lhe algumas faces “populares”, numa crença de que seu governo seria “justo”. Na prática, o discurso burguês



esperava apenas um rei que mantivesse a hierarquia social, associando essa ideia as “virtudes” de um bom monarca.

Em certa medida, as peças de teatro pareciam servir também de pão em circo aos menos privilegiados pelo poder. E sobre esse quesito, queremos trazer mais dois temas bastante abordados no teatro: o amor e a virtude. O amor surge como principal motivação dos personagens, movendo a própria história da peça. O amor fazia Tito, da peça “Bruto”, duvidar de seu patriotismo a Roma. Em “Ângelo Tirano de Padua”, Victor Hugo nos apresenta uma trama romântica envolvendo quatro personagens: Ângelo, Tisbe, Rodolfo, Catarina. Ângelo era um déspota esclarecido, casado com Catarina, mas tinha Tisbe como amante e seu verdadeiro amor. Tisbe era uma atriz de passado pobre e fama de interesseira, o que seria uma vítima fácil das desconfianças de Ângelo, mas o rei está tão apaixonado que não desconfia da amada. A atriz, porém, era secretamente apaixonada por Rodolfo, um descendente de uma família real que fora deposta por Ângelo. Rodolfo e Tisbe tinham um envolvimento amoroso, mas logo sabemos que Rodolfo só se aproximava de Tisbe, porque desejava se aproximar de Ângelo e vingar-se. Logo, a peça nos revela, por fim, que Catarina, esposa de Ângelo, era um antigo amor de Rodolfo, tirada de suas mãos justamente pelo tirano. Catarina vive triste com seu casamento, pois está longe do seu verdadeiro amor. Rodolfo sente ódio por Ângelo, principalmente por ter lhe tirado o seu amor. Porém Rodolfo não sabia que Catarina vivia, e ela também não sabia onde Rodolfo estava. E com esse plot, eis que a peça nos apresenta um misterioso personagem chamado “Homodei”, que começa a fazer uma série de revelações aos personagens sobre os segredos dos seus supostos amantes, gerando uma série de intrigas envolvendo amor e vingança.

As peças traziam justamente a temática da dor do amor não correspondido, geralmente protagonizada por personagens representando as camadas mais pobres da sociedade. A forma como os protagonistas chegavam a conseguir concretizar seu amor era quando eles mostravam ser virtuosos, e daí uma pessoa rica, um rei ou um comerciante, compensava essa “virtude” lhe fornecendo dinheiro, emprego, liberdade, que possibilitaria a concretização desse amor. Podemos ver esse arco do “pobre virtuoso” presente nas peças *Le Pioupiou*, *Jozé II* e *Azendai*. Comentaremos um pouco sobre a peça *Azendai, ou le nécessaire et le superflu*. Na peça, temos a história de Azendai, um homem pobre vendedor de cestas, que depois de salvar o Califa Haroun Al Rashid de um assalto, é recompensado pelo mesmo com todo dinheiro que fosse suficiente para suprir Azendai

do que lhe era necessário. Azendai era alguém que só queria o mínimo para sobreviver: uma casa pequena para se acomodar confortavelmente, comida no fogão e roupas simples. Porém, no decorrer da peça, o vendedor de cestas conhece Zaide, por quem se apaixona perdidamente. Zaide porém não era alguém que se contentava com o necessário. Ela queria sempre mais e mais luxos e coisas supérfluas, e Azendai ficava aflito por não ter o necessário para isso. Eis que o protagonista passa a achar necessário atender todos os desejos de Zaide, e Harun decide bancar tudo.

A moral da peça seria: Azendai não era alguém supérfluo, característica associada na peça a alguém que gostava de ostentar luxo e comprar várias coisas. Era alguém simples, que só queria o necessário, e por isso era representado na obra como alguém “virtuoso”. Porém ele se deixava levar pelo amor que sentia pela mulher, e por isso buscava suprir seus desejos, ainda que fossem “supérfluos”. Na última cena da peça, Harun aconselha Azendai a casar-se com Zaide e guardar tudo que dera a ele. Diz que todo homem que deseja algo deve guardar o seu “pecado” e permanecer em seu lugar, além de nunca se exhibir com as coisas que tem. Eis então que Azendai “percebe” que já tem todo o necessário para viver com sua amada, sendo tudo conquistado por ser ele sempre alguém virtuoso, além de corajoso.

Outro texto sobre essa temática é *“Le Pioupiou, ou La Gloire et L’Amour”*. A história se centra em Pitois, um soldado de baixo escalão, que entra para o exército na expectativa de angariar alguma nobreza, para poder assim conquistar um amor. Ele era um ex-cozinheiro do interior da França e apaixonado por sua antiga profissão. Mas por ela ser de pouco prestígio, ele decide tentar algo mais “nobre”, seguindo a carreira militar. Logo, é sabido que Pitois abandonara não só a profissão que amava, como também uma namorada chamada Catarina, por quem era apaixonado. Eis então que uma nobre francesa chamada Madame Verteuil entra em contato com Pitois e o convida para um encontro. Sabemos então que a amada de Pitois, Catarina, trabalhava para Madame Verteuil e sabia que Pitois estava na capital. A nobre deseja reunir o casal, mas antes deseja testar Pitois para saber se ele era uma boa pessoa. Com esse plot, a peça explora a jornada de Pitois até o encontro com a Madame Verteuil, trazendo uma série de obstáculos que acabavam por testar a “índole” de Pitois, gerando diversas situações cômicas. Pitois é incentivado a roubar uma mulher rica, a se envolver com uma mulher casada, ou até mesmo a trocar o amor de sua vida por uma mulher mais rica, pois assim teria possibilidades de ascender socialmente. O personagem não cai em nenhuma das

“armadilhas”, e acaba “recebendo” a aprovação da Madame Verteuil, que não só une o casal como contrata Pitois para ser seu cozinheiro, algo representado como uma “grande conquista” para o então ex-soldado Pitois. Representa-se o protagonista sendo recompensado, por mostrar ser uma pessoa “moralmente correta”.

A temática do amor irracional à pátria ou mesmo conjugal era tema comum das peças românticas que chegavam ao Brasil perto da metade do século XIX. Em estudo sobre a formação da literatura no Brasil, Júlio Ferreira (2012) explica que o romantismo vai valorizar sentimentos heroicos e patrióticos, representando mais seus sentimentos íntimos e apaixonados, em detrimento de ideias universais e essencialmente moralistas, típico do período clássico, anterior ao romântico. O gênero teatral comum dessas peças românticas era o melodrama, que fora associado diretamente a pelo menos duas das seis peças analisadas, mas que muito facilmente poderia ser o gênero de todas elas. O teatrólogo Patrice Pavis (1947) traz uma crítica pertinente ao gênero em seu dicionário do teatro, e nos ajuda a entender como se dava os usos da virtude como meio de resolução dos problemas sociais. Para o autor, o melodrama oculta os conflitos sociais de sua época, naturalizando os “medos” socialmente construídos e alimentando utopias felizes. Tais ideias serviam como alienação das massas, para que estas não questionassem os burgueses recém-estabelecidos na hierarquia social. Em resumo, o melodrama seria para o autor:

Gênero traidor da classe à qual parece querer dirigir-se - o povo -, o melodrama chancela a ordem burguesa recentemente estabelecida universalizando os conflitos e os valores e tentando produzir no espectador uma "catarse social" que desestimula qualquer reflexão ou contestação e que esteja pelo menos ao alcance do povo. O melodrama sempre será um meio de instrução para o povo porque pelo menos este gênero está ao seu alcance (PAVIS, 1947, p. 239).

### Considerações finais

É notável que os temas dos textos aqui trabalhados muito se relacionavam com as discussões políticas que ocorriam na época. E sendo assim, poderíamos trazer como consideração final que o empresário do teatro, ao escolher quais atrações teatrais seriam encenadas na Festa da Independência, levaria em consideração os projetos políticos e de

nação que circulavam na época. De alguma forma, acreditamos que a data exigia mais do empresário que, ao escolher as peças encenadas, que estas fossem para além do mero entretenimento. Esses textos acabam sendo evidências do papel civilizador que tinha o teatro oitocentista, sobretudo na difusão de uma discussão recorrente na época no que diz respeito a própria história da independência: o papel do imperador. Nesse sentido, nota-se que os temas das peças circulavam entorno de ora criticar os comportamentos despóticos de monarcas e suas consequências, ora representar (quicá orientar) valores caros a sociedade, que poderiam fazer sujeitos em dificuldades serem reconhecidos por suas “virtudes”. O teatro acabava servindo perfeitamente como instrumento de alienação política: delegava os males da sociedade à monarcas absolutistas e a falta de virtude do povo, fechando-se aos reais problemas do novo projeto político centrado nas oligarquias locais, que não incluíam o povo em seus projetos “liberais”.

## Jornais

1. Biblioteca Nacional Digital Brasil (BNDB) – Acervo da Hemeroteca Digital (Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>).

- Diário do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 10/01/1838,
- Diário de Pernambuco, Pernambuco, 14/09/1831, 20/08/1832, 07/09/1832, 07/09/1833, 05/09/1834, 07/09/1836, 02/06/1838, 05/09/1845, 05/09/1846, 29/07/1846, 14/06/1848
- Diário Novo, Pernambuco, 07/09/1842

## Textos teatrais

CAIGNIEZ, Louis-Charles. *Azendai, ou le nécessaire et le superflu*. Chez Fages, livreiro, na Loja de Peças de Teatro, boulevard Saint - Martin, nº. 29, em frente à rua de Lancry. 1818. Disponível em <https://play.google.com/books/reader?id=x-hKAAAACAAJ&pg=GBS.PAI>. Acesso em: 13 ago. 2021.

HUGO, V. ÂNGELO, *tirano de Pádua*. Drama em três jornadas. Escrito em francês, y traduzido al castellano. Madrid. Imprenta de Repullés. Ano de 1835. Disponível em: <https://play.google.com/books/reader?id=0NfTebjt2-8C&hl=pt&pg=GBS.PPI>. Acesso em: 13 ago. 2021.

SILVA, J. X. P. da. *O grão mestre D’Aviz*. Drama histórico: original português, em 3 atos. Lisboa. Na imprensa silviana. 1854. Disponível em <https://play.google.com/books/reader?id=CacRAAAAYAAJ&hl=pt&pg=GBS.PPI>. Acesso em: 13 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. *O imperador Joze II visitando os cárceres de Alemanha*. Drama em três actos. Lisboa: 1837. Na Imp. De J.N. Esteves, e Filho: Rua dos capelistas número 31. C. Disponível

em: <https://play.google.com/books/reader?id=NK8DAAAAYAAJ&hl=pt&pg=GBS.PP1>. Acesso em: 13 ago. 2021.

VARNER, M. *Le Pioupiou, ou La Gloire et L'Amour*. Comédie en deux actes, mêlée de couplets. Représentée pour la première fois, à Paris, sur le théâtre du Palais-Royal, le 31 mars 1838. Disponível em: [https://play.google.com/books/reader?id=j\\_9eAAAACAAJ&hl=pt&pg=GBS.PA197](https://play.google.com/books/reader?id=j_9eAAAACAAJ&hl=pt&pg=GBS.PA197). Acesso em: 13 ago. 2021.

VOLTAIRE. *Bruto*. Tragédia de M. De Voltaire, traduzida em versos portugueses. Calcuta: impressa por A.Thomson, numero. 17, radha-bazar. 1806. Disponível em: <https://play.google.com/books/reader?id=MqsGAAAAQAAJ&hl=pt&pg=GBS.PP1>. Acesso em: 13 ago. 2021.

## REFERÊNCIAS

ABRIC, J. C. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. (Org.). *Estudos interdisciplinares de representação social*. 2. ed. Goiânia: AB, 2000.

CARVALHO, I. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo — 1780-1831*. São Paulo: UNESP, 1999.

CARVALHO, M. Movimentos sociais: Pernambuco (1831-1848). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil imperial*. Volume II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

FERREIRA, J. F. V. *Romantismo: A Formação da Literatura Brasileira*. Revista Vozes dos Vales da UFVJM: Publicações Acadêmicas – MG – Brasil – Nº 02 – Ano I – 10/2012. Reg.: 120.2.095-2011 – PROEXC/UFVJM – ISSN: 2238-6424 – [www.ufvjm.edu.br/vozes](http://www.ufvjm.edu.br/vozes). Disponível em: [http://site.ufvjm.edu.br/revistamultidisciplinar/files/2011/09/ROMANTISMO-A-FORMA%2087%2083-DA-LITERATURA-BRASILEIRA\\_j%20balio-fl%20alvio.pdf](http://site.ufvjm.edu.br/revistamultidisciplinar/files/2011/09/ROMANTISMO-A-FORMA%2087%2083-DA-LITERATURA-BRASILEIRA_j%20balio-fl%20alvio.pdf). Acesso em: 13 ago. 2021.

FERREIRA, L. R. *O Teatro da Rua dos Condes - 1738-1882*. Escola. Faculdade de Letras. - Portugal - séc.18-19. Teses de doutoramento – 2019. Apêndice do trabalho. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/41781>. Acesso em: 13 Agosto 2021.

KELLNER, D. *A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

KRAAY, H. *A Invenção do Sete de Setembro, 1822-1831*. Almanack Braziliense. São Paulo, nº11, p. 52-61, mai. 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11738/13513>. Acesso em: 13 ago. 2021.

MAGALHÃES, I. *O tradutor dos abomináveis princípios: José Pedro de Azevedo Sousa da Câmara e a circulação dos escritos de Voltaire em Portugal e no Brasil (1790-1834)*. História (São Paulo) v.35, e101, 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/his/a/ZqkFSgd8JFJfWbt99cyjPXP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 ago. 2021.

MAINENTE, R. A. **Reformar os costumes ou servir o público**: visões sobre o teatro no Rio de Janeiro oitocentista. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. São Paulo, 2016. Disponível em: [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/150203/mainente\\_ra\\_dr\\_fran.pdf?sequence=3&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/150203/mainente_ra_dr_fran.pdf?sequence=3&isAllowed=y). Acesso em: 13 ago. 2021.

OLIVEIRA, V. de. **O Capoeira**: um teatro do passado. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. I Concurso Nacional de Monografias – 1976 1º e 2º Lugares. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1977.

PAVIS, P., 1947. **Dicionário de teatro**; tradução para a língua portuguesa sob a direção de J. Guinsburg e Maria Lúcia Pereira. 3. ed - São Paulo: Perspectiva. 2008.

SAMPAIO, J. N. M. **Espetáculos teatrais cívicos no festejo da Independência e a revolta no Teatro Constitucional no pós Abdicação em 1831**. XXIX de História Nacional. Simpósio: “contra os preconceitos: história e democracia”. 2017. Disponível em: [https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1490126009\\_ARQUIVO\\_TEXTO\\_PARA\\_PRESENTACAO\\_ANPHU-2017-JOSIANENUNESMSAMPAIO2017.pdf](https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1490126009_ARQUIVO_TEXTO_PARA_PRESENTACAO_ANPHU-2017-JOSIANENUNESMSAMPAIO2017.pdf). Acesso em: 13 ago. 2021.

SANTOS, L. R. dos. **Luminárias, músicas e “sentimentos patrióticos”**: Festas e política no Recife (1817-1848). Tese (doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1994.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2021.

SOUZA, F. A. e. **A ÓPERA EM MEIO AOS ENREDOS SOCIAIS DO RECIFE**. In: DESLANDES, Sérgio; PAULA, Karuna Sindhu de. **Ópera no Recife**: Vozes, Bastidores, Espectadores. TITIVILLUS editora. Primeira edição, Recife, 2018.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

## “You are just the kind of guy we are looking for”: estudo de caso sobre a imagética da supremacia branca no filme Infiltrado na Klan (2018)

Larissa Ramos dos Santos

Unimontes - Universidade Estadual de Montes Claros

larissaramoss97@gmail.com

João Pedro Mota Salgado

Unimontes - Universidade Estadual de Montes Claros

joaopems97@gmail.com

O presente trabalho tem como objetivo analisar a construção da imagética da supremacia branca no filme *Infiltrado na Klan* (2018), do diretor norte-americano Spike Lee. A utilização do cinema como objeto histórico, algo já debatido na academia por diversos autores, tais como José d'Assunção Barros e Marc Ferro, nos abre diversas possibilidades quando se trata da compreensão e da construção de conhecimento histórico. Junto a isso, os postulados acerca da Cultura Visual e da História Cultural nos permitem também pensar a visualidade como uma importante dimensão dos processos sociais, que se demonstram neste estudo de caso nas discussões trazidas, tanto pelo diretor quanto pela película em si, acerca de discursos e grupos de supremacistas brancos nos Estados Unidos. Nos atemos, então, a analisar as representações de tais discursos no filme em questão, que gira em torno da jornada de um policial negro infiltrado em um setor da Ku Klux Klan, dos Estados Unidos, na década de 1970, uma época marcada por violentas tensões de cunho racial.

**PALAVRAS-CHAVE:** Representação. Cinema. Supremacia Branca.



## Introdução

Em meio aos cumprimentos e discursos protocolares, que marcavam as premiações da 91ª cerimônia do Oscar, realizada em fevereiro de 2019, nos EUA; um momento em específico destoou dos demais. O cineasta Spike Lee, em sinal de júbilo, já que, após algumas nomeações, finalmente conseguia uma estatueta; literalmente pulou nos braços do amigo Samuel L. Jackson, responsável por anunciar ao público presente no Teatro Dolby, em Hollywood, e para os milhões de espectadores no mundo, o vencedor na categoria de “melhor roteiro adaptado”.

Spike Lee, juntamente com seus coprodutores Charlie Watchel, David Rabinowitz e Kevin Willmott, receberam o prêmio pelo trabalho feito no filme *Infiltrado na Klan* (2018). Película inspirada em um livro homônimo, que baseado em acontecimentos reais, narra a história de um policial negro que conseguiu infiltrar, e consequentemente sabotar, um setor da Ku Klux Klan. O movimento estadunidense, fundado depois da Guerra de Secessão (1861-1865), mundialmente conhecido por defender correntes reacionárias e extremistas, conectadas a uma suposta supremacia branca. (KARNAL, 2010).

A vitória de Spike Lee, bem como sua simples presença na solenidade, veio para dar mais força, a um movimento que, somente nos últimos anos, vem ganhando sua devida atenção, que é a luta das minorias por mais espaço no Oscar, e por consequente, na indústria cinematográfica de massa. Essa falta de representatividade, sobretudo na questão do negro, é sintomática a uma conjuntura político-social racista. Já que a produção fílmica, assim como qualquer produção humana, acaba por ser reflexo de seu meio. (FERRO, 1977.) Uma sociedade que inviabiliza aos negros direitos básicos de cidadania, de certo, dificultará que os mesmos possuam lugar de destaque no universo das artes. (ALMEIDA, 2019).

Dessa forma, a proposta nestas páginas é (tendo como estudo de caso o filme *Infiltrado na Klan*) analisar como a arte do cineasta Spike Lee reagiu a um momento em que marchas de extrema-direita, amparadas por uma omissão do presidente Donald Trump, desfilavam sem pudor pelos EUA. Para tal, nosso recorte de tempo se limitará entre 2016 e 2019, contemplando assim, a eleição presidencial em que Trump foi eleito, os manifestos supremacistas na Virgínia e a 91ª cerimônia do Oscar.

Por mais que nosso estudo de caso ambiente eventos ocorridos na década de 1970, entendemos que a crítica (e sátira) de Lee se direciona tanto aos racistas atuais (com seus diferentes graus de intransigência) quanto a uma Klan que, no início do século XX, contava com milhões de membros ativos. (SALDANHAS, 2013). Algo que é perceptível, tendo em vista as metáforas usadas em momentos do filme, estéticas de personagens e *takes* com reportagens não-ficcionais. Todas essas questões que serão melhor discutidas a posteriori. Dessa forma, nos amparando em estudos ligados a terceira geração da *École des Annales*, entendemos que o cinema, por toda carga narrativa e abrangência que possui, nos serve como uma chave de leitura sobre variadas questões sociais, se configurando, portanto, como uma fonte histórica.

O historiador e musicólogo José d'Assunção Barros possui uma extensa bibliografia com reflexões sobre fontes históricas que outrora foram deixadas de lado (tal como a música e os filmes). Em sua obra *Cinema e história: Considerações sobre o uso historiográfico de fontes filmicas* (2011), Barros nos traz a seguinte consideração:

“Vale dizer, o cinema é “produto da história” e, como todo produto, um excelente meio para a observação do “lugar que o produz”, isto é, a sociedade que o contextualiza, que define sua própria linguagem possível, que estabelece seus fazeres, que institui suas temáticas. Por isso, qualquer obra cinematográfica – seja um documentário ou uma ficção – é sempre portadora de retratos, de marcas e de indícios significativos da sociedade que a produziu (...) [isso] inclui todos os gêneros filmicos possíveis. A mais fantasiosa obra cinematográfica de ficção carrega (...) ideologias, imaginários, relações de poder, padrões de cultura (BARROS, 2011, p. 180).”

Destarte, o trecho apresentado acima delimita bem o que pretendemos buscar na pesquisa. Uma vez que, como veremos, o “lugar” de onde Spike Lee vem, bem como suas vivências e convicções políticas, fazem com que seu filme tome todo esse caráter combativo pelo qual ficou marcado.

Nos cabe reforçar que até mesmo os filmes que, ao contrário do *Infiltrado na Klan*, não tragam uma mensagem política propriamente dita, não devem ter seu potencial como objeto histórico menosprezado. Todo filme, por mais simples que pareça ser, ainda carrega um discurso que é fruto do seu tempo. “O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram. (LE GOFF, 2010, p. 538.)

Voltando a comentar sobre a cerimônia do Oscar, destacaremos aqui a fala do cineasta Spike Lee. O artista, tido como um ícone afro-americano, pautou todo um histórico de opressão e de dificuldades para o povo negro, tudo a partir de um exemplo familiar. Lee também tratou de falar sobre desafios a serem enfrentados na atualidade. Um monólogo aguerrido que, de certa forma, abordou as mesmas questões tratadas no filme:

Eu quero agradecer Tonya, Jackson e Satchel. A palavra do dia é “ironia”. O dia: 24. O mês: fevereiro, que é também o mês mais curto do ano, também é o mês da história negra. O ano: 2019. O ano:1619. História... sua história. 1619, 2019. Há 400 anos nós fomos roubados da mãe África e trazidos para Jamestown, Virginia, escravizados. Nossos ancestrais trabalharam na terra. Eles não podiam ver a manhã e nem a noite. A minha avó, Zimmie Shelton Rita, que viveu por 100 anos, se formou na Universidade Spelman, mesmo sendo filha de uma escrava. Minha avó, que economizou 50 anos de seguro social, para enviar seu primeiro neto... ela me chama de Spiky Poo... ela me colocou na Universidade Morehouse e na NYU Grad Film. Universidade de Nova York! Diante do mundo, eu gostaria de referenciar os ancestrais que construíram esse país, e também os nativos que sofreram genocídios. Conectemos com nossos ancestrais. Tenhamos amor, sabedoria e recuperemos nossa humanidade. Será um momento poderoso. As eleições presidenciais de 2020 estão logo ali. Vamos todos nos mobilizar! Vamos todos estar do lado certo da história, fazer a decisão moral entre o amor e o ódio. Vamos fazer a coisa certa! Vocês sabem que eu tinha que ter ganhado aquela vez! (Spike Lee, em seu discurso após a premiação de “melhor roteiro adaptado”, pelo filme *Infiltrado na Klan*, na 91ª cerimônia do Oscar).

A mensagem de Spike Lee, que em outros momentos, já havia usado da sua notoriedade para fazer críticas semelhantes, foi um dos momentos mais comentados da premiação. Por mais que o artista não tenha referenciado diretamente Donald Trump, o presidente dos Estados Unidos, se sentindo ofendido pela declaração, chegou a afirmar que a fala de Lee foi um “ataque racista” à sua pessoa.

Seria legal se Spike Lee pudesse ler suas anotações, ou melhor ainda, não ter que usar anotação nenhuma; ao fazer um ataque racista ao seu presidente, que fez mais pelos afro-americanos (reforma da justiça criminal, números de desemprego mais baixos da história, cortes fiscais etc.) do que quase qualquer outro presidente. (Postagem na conta oficial do presidente Donald Trump, na rede social *twitter*, um dia após o Oscar).

Além de fazer um resgate do seu passado (e do passado do seu país) e ressaltar a importância de votar consciente. Já na parte final do seu discurso da vitória, Spike Lee tratou de fazer uma referência ao filme *Faça a coisa certa* (1989), roteirizado, dirigido e produzido pelo mesmo. A película, gravada no Brooklyn, lugar onde o cineasta viveu, foi

indicada a categoria de “melhor roteiro original” no 62º Oscar. A produção, tal qual a grande maioria das que compõe a extensa filmografia de Lee, aborda a temática racial, sobretudo a questão do negro nos EUA. Dessa forma, buscando uma conscientização acerca do racismo e dos demais problemas sociais presentes no seu país.

Como a crítica costuma pontuar, Spike Lee, tem como uma das suas características, o fato de trazer abordagens que fujam de estereótipos, destoando das velhas representações racistas, pelas quais os atores negros foram (e ainda são) submetidos na sétima arte. “Os filmes de Lee transcodificam os discursos de orgulho e afirmação do negro e apresentam figuras de negros fortes que resistem ao racismo e lutam pela criação de uma identidade própria.” (KELLNER, 2001, p. 220).

Voltando a falar da 91ª cerimônia do Oscar, que premiou o filme que nos serve de objeto, cabe destacar que a solenidade foi marcada pela quebra de alguns recordes. Já que se tornou, ao longo de toda história do evento, a com mais premiações para profissionais negros (sete ao todo) e para mulheres (quinze estatuetas). A organização, depois de anos recebendo duras críticas pela padronização nos vencedores e indicados, começava a dar sinais de mudança. Uma demonstração de que, finalmente uma autocrítica pairava pelos corredores da AMPAS. Grupo que, por sua vez, tem como arquétipo que mais prevalece o de “homem, branco e com idade superior a 50 anos”.

Outro campeão da noite, o filme *Green Book: O guia* (2018), que levou a premiação de “melhor roteiro original” e a de “melhor filme”, cujo enredo narra a amizade de um pianista negro com seu motorista branco, também pautou o racismo nos Estados Unidos. Porém, parte da crítica indicou controvérsias no filme, afirmando que a produção possuía uma visão assimilacionista das tensões raciais, além de colocar o negro como passivo nas situações cotidianas, fazendo com que o filme inteiro fosse visto pela ótica do personagem branco.

A recepção do filme *Green Book: O guia* por parte do público fez com que se reaquecesse um debate, cuja pauta reforçava que para além da importância da representatividade e de se discutir sobre racismo nos cinemas, é necessário que roteiristas, diretores e produtores negros estejam na vanguarda.

O próprio Spike Lee deu sinais que não concordou com o veredito dado pela Academia, chegando até mesmo a ser flagrado de costas para o palco, enquanto os

produtores do filme recebiam o prêmio. A internet destacou que outros artistas afro-americanos presentes no Teatro Dolby, como Samuel L. Jackson e Jordan Peele, também não tiveram uma boa reação depois da divulgação do vencedor. Após a premiação, Lee foi questionado pela BBC acerca da sua postura. O cineasta, com a ironia que lhe é característica, respondeu: “Vocês são britânicos, certo? Então vou dar uma resposta britânica... não é o meu tipo de chá”.

Um outro filme que obteve destaque na noite foi o *Pantera Negra* (2018), até então único filme da *Marvel Comics Universe* a conquistar um Oscar (ganhou em três categorias) e primeiro filme de super-herói a ser indicado para a categoria de “melhor filme”. Profissionais negros compuseram a maior parte da equipe de produção, bem como do *casting*, rendendo mais quebras de recordes, já que deram contraste a um evento que já foi rotulado como sendo “branco demais”. Ruth E. Carter foi a primeira mulher negra a ganhar o prêmio de “melhor figurino” e Hannah Beachler foi a primeira a ganhar na categoria de “melhor design de produção”.

A cerimônia do Oscar de 2019 ainda daria destaque a outro super-herói negro; já que o filme *Homem-Aranha no aranhaverso* (2018), que ganhou a estatueta de “melhor animação”, trouxe como protagonista o personagem Miles Morales, o primeiro negro a vestir o manto do Homem-Aranha. Morales apareceu pela primeira vez nos quadrinhos em 2011. Segundo seus desenvolvedores, a criação do personagem foi influenciada pela eleição presidencial de 2008, nos EUA, cujo vencedor foi Barack Obama, que seria reeleito quatro anos mais tarde. O herói, nascido no Brooklyn possui ascendência hispânica, visto que sua mãe é natural de Porto Rico. Cabe destacar que, o distrito nova-iorquino é uma confluência de vários grupos, sendo ele composto por negros, latinos, asiáticos, judeus, dentre outros. Diversidade retratada por Spike Lee no supracitado “*Faça a coisa certa*”.

Ainda falando sobre hispânicos, seria difícil dissertar sobre a premiação sem mencionar o diretor Alfonso Cuarón que recebeu, pelas mãos do também mexicano Guillermo del Toro, o prêmio de “melhor filme estrangeiro”, pelo seu trabalho em *Roma* (2018). A película, ambientada na década de 1970 no México, narra a vida de uma família de classe média, sob o ponto de vista da sua doméstica. Uma jovem indígena, que além das obrigações profissionais, ainda tem que lidar com uma vida pessoal conturbada. Segundo Cuarón, *Roma* (que é o nome do bairro de classe média em que o filme se

ambienta) se trata de uma crítica às duras condições de trabalho que as empregadas domésticas têm que enfrentar no seu país, e no mundo como um todo.

Curiosamente, essa hegemonia de diretores mexicanos no Oscar, composta pelos dois diretores já citados e Alejandro Iñárritu, vencedor de duas estatuetas, é contemporânea a um período em que as tensões entre EUA e México estão nos tabloides mundiais. O presidente Donald Trump, com sua agenda ultranacionalista, muitas vezes evoca um discurso xenofóbico para com os latinos, cogitando até mesmo a construção de um muro ao sul da fronteira. Os “três amigos”, como são conhecidos os premiados diretores mexicanos, também adotam uma postura contrária ao atual presidente estadunidense, o que os aproxima do supracitado, e foco da pesquisa, Spike Lee.

Depois dessas reflexões sobre a relevância do Oscar de 2019 para os negros e latinos, voltemos a analisar o filme *Infiltrado na Klan*. Sendo que desde já destacamos que, devido a metragem da película e a paginação que dispusemos, seria um tanto quanto inviável fazer uma análise minuciosa, bem como traçar paralelos com o livro que serviu de inspiração (onde há muitas diferenças). Dessa forma, optamos por fazer uma análise mais geral da obra, nos atentando para alguns momentos que o público considerou como sendo mais marcantes.

### **Infiltrado na Klan: a imagética da supremacia branca e o ativismo negro em contraste**

A história em questão se passa na cidade de Colorado Springs, nos anos 1970, e se inicia com o protagonista Ron Stallworth (John David Washington) se inscrevendo para trabalhar na polícia local. Tão logo o jovem se apresenta, é recebido com certa desconfiança pelos oficiais, e algo que chama atenção nessa cena é quando Ron é perguntado sobre como reagiria, caso um dos outros policiais o chamasse de *nigger* (termo racista em inglês, equivalente a *crioulo*), diante do fato de que ele seria o primeiro negro a compor a corporação na cidade. A primeira tensão racial mais direta dentro do ambiente policial já se desenrola nos primeiros momentos de Stallworth na delegacia (9:21-10:40), onde é interpelado por um colega, que se refere ao jovem, de maneira racista e pejorativa, como *officer toad* (policial sapo).

Tendo iniciado sua carreira policial trabalhando na sala de registros, Ron logo tem seu pedido para atuar em um caso de investigação, atendido, em ocasião da vinda de Stokely Carmichael para um evento da associação de estudantes negros da cidade. O convidado em questão, já tendo adotado o nome Kwame Ture, se trata do ex-presidente do *Student Nonviolent Coordinating Committee* (Comitê Não Violento de Coordenação Estudantil, SNCC na sigla original) e ex-primeiro ministro do *Black Panther Party* (Partido dos Panteras Negras), ambos grupos de ativismo negro por direitos civis e contra o racismo e a violência policial nos Estados Unidos. Sabendo da poderosa oratória de Carmichael e levando fé no que o diretor do FBI, J. Edgar Hoover, havia dito há poucos anos, sobre o Partido dos Panteras Negras consistirem em a maior ameaça interna aos Estados Unidos, a polícia de Colorado Springs teme os possíveis efeitos que o ativista possa incitar entre as pessoas negras da cidade. Por isso, Ron é designado a comparecer ao evento como agente disfarçado, de modo que o departamento de polícia possa monitorar o que ali for dito.

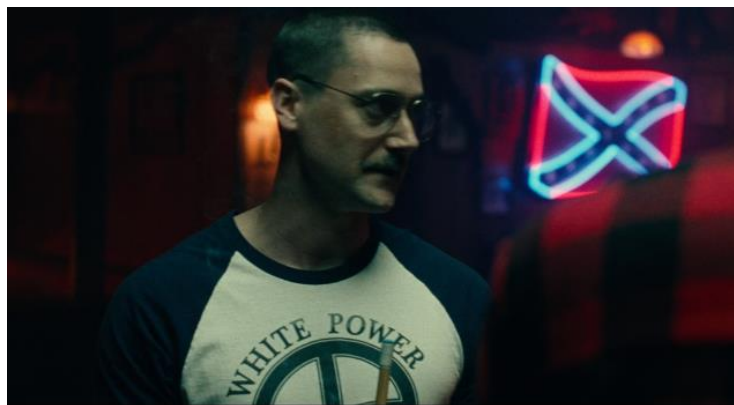
Durante o evento, Stallworth conhece Patrice Dumas (Laura Harrier), jovem ativista, líder do movimento de estudantes negros, que logo se torna o interesse amoroso do protagonista. Posteriormente, durante uma das cenas do casal, Spike Lee nos traz algumas referências ao cinema de *blaxploitation*, gênero cinematográfico proeminente na década de 70, sobretudo dentre a comunidade negra (BOGLE, 2016). Patrice é quem, no decorrer da trama, sempre questiona moralmente Ron sobre seu trabalho na força policial, instituição responsável pela violência e repressão infligidas ao povo negro estadunidense, e representados como porcos pela propaganda do Partido dos Panteras Negras. É válido ressaltar que a personagem foi adicionada à história pelo diretor, em referência às jovens que compunham os principais quadros do ativismo negro nas décadas de 60 e 70 nos Estados Unidos, tais como Angela Davis, Elaine Brown e Kathleen Cleaver, dentre tantas outras.

Continuando como agente investigativo, Ron se depara com um anúncio da Ku Klux Klan em um jornal local, ao que imediatamente entra em contato por telefone. O jovem se passa por um homem branco, e se utiliza de uma retórica racista marcada pelo ódio a um suposto homem negro que teria cometido um crime sexual contra a irmã do personagem branco encarnado. Algo inesperado acontece, e Ron acaba convidado a conhecer os membros da organização, porém, por obviamente não pode comparecer



pessoalmente, envia o colega Flip Zimmerman (Adam Driver), um homem branco judeu. E assim se inicia a empreitada de investigação da organização supremacista branca.

Conduzido por Felix (Jasper Pääkkönen), Flip chega ao local do encontro e é recebido por Ivanhoe (Paul Walter Hauser) e Walter Breachway (Ryan Eggold), líder local da KKK. A simbologia da imagética supremacista branca começa, então, a se fazer presente no filme, uma vez que o bar onde os personagens se encontram é decorado com bandeiras dos Estados Confederados. Neste momento, Walter está vestindo uma camiseta com uma imagem da Cruz Celta e os dizeres *white power* (poder branco).



Walter Breachway (Ryan Eggold) e Bandeira dos Estados Confederados ao fundo 39min42s

Os símbolos presentes no frame acima são comumente utilizados por grupos supremacistas brancos e neonazistas nos Estados Unidos, e remontam tanto a episódios do passado do país quanto ao nazismo em si. A bandeira vermelha, com duas listras azuis estreladas cruzadas em X, foi utilizada como “bandeira de batalha” dos Estados Confederados, durante a Guerra de Secessão ou Guerra Civil Americana (1861-1865), em que onze estados do sul tentaram se separar dos estados do norte, buscando manter a escravidão como principal instituição lucrativa (KARNAL, 2010). Organizações como *Sons of Confederate Veterans* (Filhos de Veteranos Confederados) adotaram a bandeira como símbolo de herança sulista, mas a bandeira também serviu como potente símbolo de escravidão e supremacia branca, o que a tornou muito popular entre supremacistas brancos nos séculos XX e XXI.

O outro símbolo, uma cruz quadrada cercada por um círculo, comumente conhecida como Cruz Celta, é inspirada em um símbolo utilizado por nazistas

noruegueses e adaptada após a Segunda Guerra Mundial por diversos grupos neonazistas e supremacistas brancos, sendo utilizada como logo do *Stormfront*, maior e mais antigo site supremacista branco ainda ativo no mundo. É importante ressaltar que este símbolo foi corrompido de sua origem, onde era ligada ao cristianismo em regiões como a Irlanda. Já a frase “*white power*”, que acompanha o símbolo na camisa do personagem, foi cunhada nos anos 60 por George Lincoln Rockwell, líder do Partido Nazista Americano, em resposta ao grito *Black Power* (*poder negro*), idealizado por Stokely Carmichael, então membro dos Panteras Negras, e que se popularizou mundialmente, ligado ao movimento negro.

À medida que a investigação avança e Flip passa a conviver mais com os outros membros da KKK, vemos sempre a presença não só de símbolos e imagens, mas também de discursos relacionados à supremacia branca. Os personagens estão constantemente preocupados com a reafirmação da superioridade em conjunto com discursos de ódio em relação a pessoas negras. Uma cena que explicita esse direcionamento do ódio contra a negritude se dá quando os homens vão praticar tiros, utilizando como alvos imagens estereotipadas de crianças negras, conhecidas nos Estados Unidos como *gollywog* ou *pickaninny*. Esse tipo de representação, muito comum na primeira metade do séc. XX, consiste em um dos muitos estereótipos racistas presentes na mídia daquela época e que, de certa forma, ainda perdura no imaginário estadunidense. (RIBEIRO, 2019)



Ron ao lado das figuras de pickaninny 01h02min33s

Em seguida, um dos momentos mais tensos do filme se dá quando Ron é escalado para fazer a segurança pessoal de David Duke, então grão-mago da Ku Klux Klan, por

ocasião de sua vinda a Colorado Springs para a cerimônia de iniciação dos novos membros da organização. O clima de apreensão gira em torno, além da óbvia questão racial que separa os dois, também da possibilidade de que Ron e Flip sejam desmascarados, já que o oficial branco será um dos participantes do evento. A ironia do momento fica por conta do contato por telefone que Stallworth vinha estabelecendo com Duke, que revelou ter vontade de conhecer pessoalmente o suposto colega. Além de tudo isso, o dia do fatídico evento também é marcado por ser a data de execução de um atentado dos membros da KKK contra Patrice.

A cerimônia de iniciação dos novos membros nos fornece inúmeras possibilidades de análise acerca da simbologia da organização e da supremacia branca em si, porém, iremos nos ater aqui ao que ocorre entre os momentos 1:34:16 e 01:42:37. Em um poderoso trabalho de contraposição de cenas, Lee nos apresenta, ao mesmo tempo, o evento da KKK e uma reunião da associação de estudantes negros, que conta com a presença de Jerome Turner (Harry Belafonte), que relata seu testemunho do linchamento de Jesse Washington. O chocante episódio ocorreu em 1916, em Waco (Texas), onde o jovem neuroatípico e de apenas 16 anos, foi coagido pela polícia a confessar um crime que não havia cometido: o estupro de sua patroa branca. Considerado culpado, por um júri inteiramente branco, Jesse foi arrastado para fora do tribunal e linchado por centenas de pessoas. O jovem teve o corpo queimado e partes de seus restos mortais vendidas como *souvenirs* do evento, além de fotos de seu cadáver transformadas em cartões postais.

A composição das cenas em que Turner aparece compartilhando seu relato se torna ainda mais impactante, pois o mesmo, já em idade avançada, se encontra cercado por jovens mulheres negras ativistas que seguram imagens do trágico evento ali narrado. Mais uma referência de Lee à potência das mulheres dentro dos movimentos de organização negra. Outro fato que chama atenção é a escolha do ator para esse papel, uma vez que Harry Belafonte foi um importante artista e ativista político dentro das causas raciais nos Estados Unidos, tendo sido amigo pessoal e apoiador de Martin Luther King Jr durante a luta por direitos civis na década de 60.



Jerome Turner (Harry Belafonte) compartilhando seu testemunho 01:33:55

Quando nos voltamos, então, para a cerimônia de iniciação da KKK percebemos a maneira como o diretor coloca em questão a força do cinema enquanto produção de narrativas. Uma vez que os membros da organização assistem a uma projeção de *O Nascimento de uma Nação* (1915), filme famoso tanto por retratar os personagens negros sob caricaturas de atores brancos pintados de preto, prática chamada *blackface*, tanto pela romantização do surgimento da Ku Klux Klan (BOGLE, 2016). É escandalosa a euforia dos novos membros, bem como de suas esposas e acompanhantes, diante das representações de seus fundadores na tela, em cujas cenas aparecem protagonizando o linchamento de um homem negro que teria estuprado uma mulher branca, mais uma vez se fazendo presente a narrativa do homem negro como animalesco criminoso sexual. Ao final da cena, os novos membros iniciados performam uma saudação, com brados de “*white power*” e braço direito estendido, num gesto que se assemelha muito ao conhecido “*Heil Hitler*”, utilizado para saudar o líder nazista.



Saudação white power 01:42:08

Já nos momentos finais da película, após a frustrada tentativa de atentado contra Patrice, que acabou, pelo contrário, resultando na morte de Felix e Ivanhoe. Spike Lee novamente faz um instigante jogo de cenas, ao conduzir o olhar do/a espectador/a sob a imagem de Ron e Patrice pelo corredor do apartamento do jovem, até uma janela, por onde observamos ao longe uma cruz incendiada, tática de demonstração de poder da Ku Klux Klan, como uma possível forma de intimidação ao casal.



Cruz incendiada pela KKK, 02:05:32

O diretor, então, finaliza o filme compilando uma sequência de filmagens e fotografias, tanto a marcha de supremacistas brancos, acontecida na Universidade de Virginia, em Charlottesville (Virginia), em 11 de agosto de 2017, como de manifestações do movimento *Black Lives Matter* (*Vidas Negras Importam*). Assim como registros de confronto físico entre ambas forças, seguidas por um pronunciamento do presidente

Donald Trump, que equiparou as duas manifestações, qualificando ambas como ruins, no dia 12 de agosto de 2017. Nas cenas referentes à marcha, observamos a presença de alguns elementos-chave da imagética supremacista branca, como a bandeira dos Estados Confederados e bandeiras nazistas, entre outras.



Manifestantes supremacistas brancos em Charlottesville 02:07:19

Mais uma vez emblemático, Spike Lee faz do último *take* do filme uma nova afirmação de protesto, ao posicionar de cabeça para baixo a bandeira dos Estados Unidos da América, que gradativamente se torna preto e branca, numa menção à inversão de valores que ocorre ao longo dos anos em solo estadunidense, bem como uma afirmação do descontentamento do diretor do filme em relação ao que seu país teria se tornado.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Spike Lee uma vez destacou que “todos os diretores são contadores de histórias, por isso a motivação é contar a história que quero contar. Isso que eu amo”. Por meio desse estudo de caso, podemos perceber o quão o diretor alia a vivência e a militância à sua arte. Lee consegue em uma única manobra trazer o entretenimento (com roteiros sólidos e personagens complexos) mas também fazer críticas à sociedade racista em que vive. O artista, percebendo a relevância que possui por ocupar um espaço por muito

tempo negado aos seus iguais, imprime um discurso de afirmação do povo negro em suas obras, como vimos em *Infiltrado na Klan*.

A história que o cineasta quer contar, é a que muitas vezes acaba sendo ignorada por certos setores da sociedade, e até mesmo por um presidente, como podemos ver. Uma narrativa onde supremacistas nostálgicos da Alemanha Nazista e dos Estados Confederados da América (que mesmo distantes temporalmente possuem algumas congruências ideológicas), seguem manifestando seu ódio. Mas a história que Lee quer mostrar também é uma história de resistência, em que esses mesmos sujeitos podem ser derrotados, dá mesma forma que Duke foi derrotado por Stallwoth.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio. *Racismo Estrutural*. Polém Livros. 2019.

BARROS, José d'Assunção. *Cinema e História: considerações sobre o uso historiográfico das fontes filmicas*. Comunicação & Sociedade. 2011

BOGLE, Donald. *Toms, Coons, Mulattoes, Mammies and Bucks: an interpretive history of blacks in american films*. Bloomsbuty Academic. 2016.

FERRO, Marc. *Cinema e História*. Paz & Terra. 2012.

KARNAL, Leandro. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007.

KELLNER, Douglas. *A cultura da Mídia: Estudos Culturais*. EDUSC. 2001

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: FONSECA, Thaís. *História e Memória*. Editora da Unicamp, 2003.

RIBEIRO, Carlos Eduardo. *O polêmico OscarSoWhite: Os estereótipos e as representações imagéticas dos afro-americanos no cinema e na premiação do Oscar*. Unimontes. 2019.

SALDANHAS, Viviane. *A Ku Klux Klan e a instauração do medo nos EUA*. UFPR. 2013.



## VOZES DA PERIFERIA NAS BATALHAS DO RAP: REEXISTÊNCIA DA JUVENTUDE NEGRA DESCOLONIZANDO O CURRÍCULO

Gabriel Lopes Dantas

Graduando em Licenciatura plena em História

pela Universidade Estadual da Paraíba

[gabriel\\_lopes91@hotmail.com](mailto:gabriel_lopes91@hotmail.com)

Este artigo tem por finalidade ressaltar a importância do rap como linguagem educacional. Nessa perspectiva, as músicas de rap que será trabalhado neste estudo, tem como proposta dialogar com a juventude negra em sala de aula, procurando refletir a respeito das dificuldades enfrentadas pelos jovens negros em seus meios sociais. Baseamo-nos na lei 10.639/2003, nos autores Vaz (2014) e Almeida (2018) no sentido de pensar a inclusão do rap para trabalhar com a temática da cultura afro-brasileira no contexto escolarizado. A partir do diálogo entre o rap e juventude negra, será relatado como essa fonte dialoga com o viés juvenil. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, onde trabalhamos como fonte o estilo musical rap. Essa pesquisa propõe pensar no campo educacional e social, como o rap pode contribuir com práticas educativas movedoras da inclusão de sujeitos negros, através da educação antirracista e produção de informações sociais sobre a condição juvenil da negritude e suas historicidades. Conclui-se que ao propor a inclusão educativa do rap no currículo escolar, possibilitamos uma ação dialógica entre os saberes produzidos no âmbito social por este estilo musical na sala de aula, pois o rap é uma ferramenta importante para trabalhar sobre a memória e identidade do povo preto e periférico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Juventude Negra. Escola. Rap.

## INTRODUÇÃO

O debate em torno das juventudes é fundamental para entender o lugar geracional destes sujeitos sociais e históricos no cenário nacional. Partindo desta perspectiva, as juventudes se colocam na sociedade a partir de suas compreensões de mundo, leitura social, política e do contexto vivencial de onde estão inseridos. Este trabalho busca debater sobre a ausência de determinados temas sociais referente a juventude negra em sala de aula, conseqüentemente como criam problemas educacionais e sociais como, por exemplo: sentimentos de segregação, racismo e uma história excludente.

Partindo deste pressuposto, torna-se fundamental focalizar nas culturas juvenis na educação, a exemplo do estilo musical rap, afinal, faz parte das práticas da juventude negra. Logo, podem ser problematizadas no contexto educacional e contribuir para compreensão destas juventudes, do que tratam, seus desejos, suas lutas e suas perspectivas, com base na forma como entendem e se relacionam com rap.

Este artigo busca discutir sobre o rap e sua relação com a educação, observando como a musicalidade do rap é educativa e transporta marcas da negritude, concepção de vida e lugar de jovens negros/as diante da sociedade. O rap influencia os jovens negros/as das camadas populares, pois as letras são em sua maioria de crítica social e tem recepção da juventude, tornando-se um importante meio de educar, podendo ser incluso no currículo e praticado na escola, na articulação juvenil, no reconhecimento de saberes oriundos das periferias e das práticas dos jovens negros/as.

A intenção é mostrar a importância do rap para a aprendizagem histórica, por meio das rimas e ritmos que este estilo apresenta. Relacionar e comparar a criticidade, problematização e ensino educacional nas letras de rap. Trata-se de um artigo de reflexão sobre a inclusão educativa do estilo musical supracitado no espaço escolar. Para desenvolvimento deste estudo, usamos dados e reportagens da internet, também trabalhamos a partir das perspectivas dos autores como Vaz (2014) e Almeida (2018). Do ponto de vista metodológico, a pesquisa é bibliográfica e documental.

A proposta é discorrer sobre o currículo, numa perspectiva de uma educação antirracista. Deste modo levanta-se os seguintes questionamentos: como trabalhar temas para a juventude negra se sentir acolhida no contexto educacional, haja vista, sua

realidade social? Nesse trabalho, será apresentada uma possibilidade, para construir uma educação mais inclusiva para o povo negro. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, em que fazemos reflexões sobre a temática da juventude e sua inclusão educacional, considerando o lugar do rap enquanto conteúdo formador desta juventude.

Evidentemente, trabalhamos sobre a questão do rap com a origem e importância para as comunidades, e como o povo preto e periférico constrói as suas reexistências. E levando em consideração importância do rap no contexto escolar, e como usar as letras poéticas em ritmos, para debater e fazerem os jovens sentirem-se incluídos. Conclui-se que o rap e suas letras críticas é uma grande ferramenta para a construção da identidade e memória negra, logo, tornasse um instrumento educacional para o rompimento da História Única (ADICHIE, 2009).

## **RAP É COMPROMISSO**

*“Minha poesia vem das ruas que os anjos não costumam frequentar”.*

*Sérgio Vaz*

No Slam da Sujeira no ano de 2017, a poeta de slam que possui vulgo de “Sereia” recita a seguinte frase: “Tão falando por aí que rap não tem cor, que samba não tem cor. Estranho quando é criação de branco vocês se orgulham, quando é de preto vocês escondem quem originou”. Atualmente, o rap vem ocupando vários espaços da camada da sociedade, se popularizando bastante entre a juventude de classe média e alta, principalmente através das poesias acústicas produzidas pela Pineapple, uma das maiores produtoras de rap atualmente no Brasil (no sentido de popularização). Partido desse pressuposto, o rap possui sua cor e sua origem, e não deve ser esquecido ou apagado, afinal, compreendemos a existência do racismo no Brasil e é notório os seus danos. Logo, a História do rap não pode ficar esquecida em uma prateleira empoeirada na biblioteca de uma universidade.

Inicialmente, é necessário compreender que o rap faz parte dos elementos ligados ao hip-hop que surge nos Estados Unidos da América, através da diáspora de jamaicanos em meados do início da década de 1970, marginalizados por conta da sua etnia preta,

instalaram-se nos guetos, e através da sua cultura buscaram a reexistência para enfrentar a opressão na qual viviam. (SANTOS, MENDONZA, E ELIAS, 2003, p. 5). Nesse momento, o único lugar para reunião e propagação da cultura desse povo era a rua. Por isso, o hip-hop é considerado uma cultura de rua, através dos seus elementos como: o rap, que já foi citado; grafite; break e DJs.

O hip-hop é oriundo das periferias dos Estados Unidos, espaços de marginalização, no sentido de estarem a margem da sociedade, justamente, por maior parte dessa comunidade ser negra. Em uma vivência muito parecida com o rap no Brasil, nos Estados Unidos, a fundação do rap através do hip-hop é originária em espaços de péssima condição habitacional, abandono estatal e, conseqüentemente, o rap surge em um espaço onde a criminalidade era gritante. Nessa perspectiva, o rap é fundado com bastante força em Nova Iorque nos Estados Unidos, especificamente no bairro do Bronx. (CORNINIANI, 2002, p. 5).

Um fato que não deve ser esquecido eram as lutas desenvolvidas por meio do que hoje é chamado de Movimento Negro, através das lutas pelos direitos civis nos Estados Unidos da América, onde há vários nomes como protagonistas dessas lutas, como é o caso do pastor Martin Luther King Jr. que foi assassinado em 1968, Al Hajj Malik Al-Shabazz, mais conhecido como Malcolm X que também foi assassinado em 1965, e o próprio partido Panteras Negras que possuía embasamento no socialismo revolucionário. Essas influências das lutas pelos direitos civis foram base para a formação do rap, afinal, como já foi discorrido, o rap surgiu por meio do afro-americano que já sofria com a segregação fora todo o contexto de opressão praticada pelo estado, ao território periférico dos produtores de rap.

Nesse contexto, em 1973 é fundado o Universal Zulu Nation, através do DJ Afrika Bambaataa que é considerado o padrinho do hip-hop, no bairro do Bronx. A fundação é feita justamente por uma grande influência da luta pelos direitos civis dos Estados Unidos, e também por conta da grande pobreza que ocupava o bairro do Bronx, juntamente com o racismo e violência juvenil. Então, a Universal Zulu Nation tornasse o primeiro coletivo de hip hop a auxiliar uma comunidade através de trabalho comunitário misturando com elementos artísticos e compressão política. (LOUREIRO, 2016, p. 236). Nino Brown, destaca a gigantesca importância que a Universal Zulu Nation possui até os

dias de hoje, através do documentário “É tudo nosso: o hip-hop fazendo história (2007)”, por meio da seguinte expressão:

“A gente nunca pode esquecer o nome desse cara. Porque ele sofreu muitas perseguições. Até hoje a Zulu Nation é perseguida pelo FBI, pela CIA e pela SWAT, porque simplesmente o governo americano não suporta a Zulu ali no Bronx há mais de 30 anos. E isso é uma luta!”

O rap, por meio do hip hop, chega no Brasil fortemente na década de 1980, porém se populariza de fato na década de 1990 de forma abrangente a níveis internacionais. Segundo Macedo (2011, p. 271), os mais diversos estilos formam a musicalidade que o rap pode proporcionar. No Brasil, a sua popularidade é em alta na década de 1990, através de jovens da periferia através dos bailes black que ocorriam em São Paulo, organizado por meio do produtor do grupo Racionais’Mcs, Mil Salles (CORNINIANI, 2002). E aos poucos vai conquistando as ruas através do break.

Algo típico do Brasil com a chegada do rap é a formação do hibridismo com outras musicalidades relacionadas à cultura popular, como é o caso do repente e embolada, algo muito parecido com as Batalhas de Rap, conhecidas como Batalhas de Sangue, que seguem uma mesma linha (não metricamente) de uma rima improvisada, no caso do rap, através de um beat, já no caso do repente e embolada normalmente através de um pandeiro. E assim como foi no início da década de 1970 no Estados Unidos, no Brasil as letras de rap surgem repletas de vivência em espaços urbanos periféricos, violência policial e racismo.

Por fim, vale ressaltar que quando o rap ocupa São Paulo, logo há um movimento de identificação dos jovens negros e periféricos com a musicalidade supracitada, como é discorrido abaixo:

Logo em sua recepção no Brasil, o rap foi entendido como algo próprio do negro, pois as imagens e referências que chegavam dos *rappers* estadunidenses tinham esse perfil; ou seja, a população negra das periferias de São Paulo foi naturalmente atraída por um movimento cultural feito ‘por’ e ‘para’ negros desde a sua gênese africana (RIGHI, 2011, p. 53).

Essa citação do Righi (2011), traz à tona as contribuições e as relevâncias que as letras críticas do rap possuem. Compreendendo que a maioria dos jovens negros da favela

apresentam dificuldades do acesso à educação ou também do problema educacional, que muitas das vezes permanecem no erro de reproduzem uma história única que geram grandes problemas na identidade e memória do povo preto, como aponta a escritora nigeriana Adichie (2009).

Compreende-se que “A falta de reconhecimento pode gerar o ressentimento, uma vez que elementos como autoestima e orgulho são também formadores de identidades”. (ARMOND, 2016 *apud* ADAMEC, 2014: p. 94). Logo, se a autoestima e o orgulho são também essenciais para a construção da identidade, a relevância do rap por meio de suas letras que elucidam a história e autoestima do povo preto é certa na reelaboração da identidade dos jovens pretos e periféricos.

Ademais, o rap se torna essencial para a construção da memória, pois “desde um ponto de vista prático, a memória dos homens e dos animais é o armazenamento e evocação de informação adquirida através de experiências; a aquisição de memórias denomina-se aprendizado”. (IZQUIERDO, 1989, p. 89). É a memória dos acontecimentos e dos fatos que pode ser analisado através da escuta da musicalidade do rap, aquilo que as letras denunciam e ressaltam, após as informações serem armazenadas na população, é criada a possibilidade da compreensão dos fatos sobre a vida. Não devesse esquecer, que o autoconsumo do rap pode levar seguinte reflexão; “como pelo efeito de uma filiação contínua, o sentimento de nossa identidade” (CANDAUI, 2019 *apud* HALBWACHS, 1994, p. 16-17). Ou seja, gera contribuições também para a identidade, que é formada pela constante afirmação de significados pelas contribuições pertencentes as letras de rap.

## MÚSICAS QUE EDUCAM: O RAP COMO MATERIAL DIDÁTICO-PEDAGÓGICO NO DIÁLOGO COM A JUVENTUDE NEGRA

Nesse âmbito, é necessário a reflexão acerca da Lei 10.639/03 que altera a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional 9394/1996, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio. Afinal, isso é um avanço muito importante para educação.

É preciso efetivar essa lei diariamente na sala de aula para que os alunos negros e negras se sintam inclusos educacionalmente, e também se aceitem, como por exemplo: se forem alisar o seu cabelo crespo, que seja por questão de gosto pessoal, e não por conta

de uma estética branca que é mais aceita. Para que jovens negros procurem saber cada vez mais sobre sua cultura e ancestralidade, para aquele jovem negro, que não se reconhecia, assuma a sua identidade.

Logo, é necessário que o educador abandone a “Santa Trindade”, que seria o giz de cera, lousa e o livro didático (NASCIMENTO, 2005, p. 01). E como uma ferramenta auxiliadora, o rap já mostra sua efetividade na retomada da identidade e da memória, que são furtadas diariamente através do racismo, que gera uma violência seja diretamente ou indiretamente, e qualquer tipo de violência é a negação do direito à vida.

[...] uma criança pode achar “desvantajoso” ter nascido negra ou indígena ou pertencer a um grupo étnico-racial mais discriminado. Os efeitos disso são a negação e o esquecimento de suas histórias e culturas. Portanto, nosso compromisso é construir um lugar justo, igual e sem discriminação para nossas crianças. (UNICEF, p. 5, 2010).

Atualmente, o rap segue sendo bastante presente a nível nacional. Está presente majoritariamente nas periferias, através do que é chamado de “Batalha de Sangue”, onde um MC rima improvisadamente contra outro MC. As Batalhas de Sangue vêm conquistando muito a periferia que é um local esquecido pelo Estado brasileiro, onde a desigualdade social é “gritante”. Vem sendo através das batalhas, que muitas das informações chegam a periferia, ocorre os combates aos preconceitos, lutas contra o racismo e ajuda a comunidade, onde a batalha está inserida e atuando.

Como por exemplo, a “Batalha do Pedrega” que ocorre no bairro do Pedegral na cidade de Campina Grande, Paraíba, que vem organizando uma atividade extremamente importante no cotidiano da comunidade perante essa pandemia do COVID-19. Organizaram o que chamaram de “fábrica de sabão e máscara”. Estão recolhendo cestas básicas e equipamentos digitais para doarem a comunidade. A ideia de recolher cestas básicas é para doarem as famílias que estão em extrema vulnerabilidade dentro da comunidade, já os equipamentos digitais são para as crianças, adolescentes e jovens de extrema vulnerabilidade para que possam dar continuidade com suas aulas nas escolas de forma remota. Esse tipo de política de uma autoajuda dentro das comunidades, mostram que se o Estado brasileiro não ajuda as camadas inferiores, estas se organizam para suprir suas próprias necessidades de forma coletiva, mostrando aos governantes que a luta da periferia não é apenas resistir, mas também de reexistir.



Hoje, a periferia e os jovens negros que não são de movimentos sociais, partidos e movimentos estudantis, através das batalhas de rap, a sociedade periférica vêm denunciando todo o preconceito que vivem e retrocessos que ocorrem dentro da periferia. Caracterizando a nova forma de reexistência, pois se o Estado tenta silenciar as periferias de alguma forma, elas se organizam para que isso não aconteça (diretamente ou indiretamente). E esse vem sendo o papel primordial das Batalhas de rap, visibilizar e escancarar para todo o Brasil as angústias, as dores e os sofrimentos dos negros e periféricos.

Após, toda essa contextualização, acredito que seja importante trabalhar o rap, em sala de aula. Os jovens estudantes das escolas já se sentem familiarizados com esse estilo musical, principalmente os integrantes da escola pública, que em sua maioria são jovens periféricos (onde as batalhas estão inseridas). E outro fato extremamente importante, é que o rap em sala de aula estaria cumprindo a Lei 11.645/08, que é o ensino da cultura afro-brasileira, haja visto, que o rap, nasceu e é “marcado” com a etnia negra.

## AS CONTRIBUIÇÕES DAS LETRAS DE RAP PARA A EDUCAÇÃO

Na música Lei Áurea do rapper carioca: Borges, ele fala o seguinte: “Perder seu pai em meio a oitenta tiros/Crescer na sombra de uma mãe solteira/Olhos de ódio reluzem saudade/Lei Áurea liberta, não traz igualdade”. Borges com essa letra, inicialmente, se refere ao carro do músico Evaldo dos Santos Rosa que teve seu carro atingido por mais de 80 tiros, no dia 07 de abril de 2019. Ele se refere a política de genocídio que está ocorrendo no Brasil, fazendo o levantamento que a Lei Áurea “libertou” os escravizados, mas não trouxe igualdade entre brancos e negros.

Esse genocídio é denunciado por Abdias de Nascimento desde a década de 1970, através da sua obra “*O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado (1978)*”. Esse mesmo termo; “genocídio”, também é utilizado CPI da Câmara dos Deputados que investigou o assassinado de jovens negros (2015) e da CPI do Senado que investigou a morte de jovens (2016). Ou seja, há um reconhecimento da existência do genocídio da juventude negra, desde os movimentos negros da década de 1970 e agrava-se com o passar dos tempos.

Trago o seguinte dado que reforça essa afirmação a respeito do genocídio populacional dos corpos pretos e pretas; O Atlas da Violência (2017), organizado por Lima e Bueno et al (2017), mostram que: “de cada 100 pessoas que sofrem homicídio no Brasil, 71 são negras. Jovens e negros do sexo masculino continuam sendo assassinados todos os anos como se vivessem em situação de guerra” (p. 30).

Na música: Eles Não Ligam Pra Gente, dos artistas Cesar MC, Ducon, Azzy e Diomedes Chinaski, com produção do Slim. O Cesar MC tem uma rima extremamente relevante: “Entre o fogo e o chicote /Ficam nossas memórias /Num país especialista em como deletar histórias /Museu em chamas /O luto é sempre dobrado /Na pele de quem já nasceu com o passado apagado. ” Nessa parte da música, o Cesar MC, relata sobre a escravização, quando se remete em um país que é “especialista em deletar histórias”, é justamente sobre a história do povo negro, e por fim, é ressaltado que pessoas negras já nascem com o passado apagado. Uma crítica direta ao sistema educacional, que reproduz uma estrutura criada pela burguesia, que é seletiva e escolhe o conteúdo que querem reproduzir nas escolas, que na maioria das vezes serve a seus interesses próprios.

A manipulação da memória é construída através dos recursos oferecidos pelas narrativas. Enquanto a memória dos detentores do poder recebe o título de memória oficial, os outros grupos têm sua memória marginalizada e a transmissão dela possui menor alcance. Desta maneira, o esquecimento dentro de uma narrativa é utilizado para negligenciar alguns conteúdos e enfatizar outros. (VAZ, 2014, p.109).

Por fim, a música do mineiro Gustavo Pereira Marques, mais conhecido pelo nome artístico: Djonga, em sua música “Olho de Tigre”, ele rima a seguinte frase: “Quem tem minha cor é ladrão/Quem tem a cor de Eric Clapton é cleptomaniaco”. Djonga, é um homem negro, quando ele afirma que aqueles que possuem sua cor é ladrão, ele está se referindo ao estereótipo que a sociedade colocou sobre a etnia negra. Já a referência utilizada por ele nesse verso; “Eric Clapton”, é um homem branco, guitarrista, nascido no Reino Unido, onde ele discorre que quem é branco e realmente pratica furtos, muitas das vezes é “considerado” cleptomaniaco (Um transtorno de controle de impulsos que resulta em um impulso irresistível de roubar).

Algo que pode exemplificar o fato acima, está presente na matéria do G1 de Campinas, publicada em 2019, que discorre sobre a atitude tomada pela juíza criminal,

Lissandra Reis Ceccon, de Campinas no estado de São Paulo, que ocorreu em 2016, enquanto julgava um crime de latrocínio (roubo seguido de morte), e julgou dessa seguinte forma: "O réu não possui o estereótipo padrão de bandido, possui pele, olhos e cabelos claros, não estando sujeito a ser facilmente confundido." Quando ela se remete a "estereotipo padrão de bandido", ela quer se referir a população negra, estereotipada e taxada como bandido diariamente no Brasil. Nessa perspectiva trago uma frase na qual o Almeida (2018) discute sobre o racismo, baseado na "raça":

É uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios, a depender ao grupo racial ao qual pertençam. (ALMEIDA, 2018, p.25).

Djonga nesse trecho também debate sobre como socialmente a imagem do homem negro é construída por meio das matérias de jornais, TV e rádio. Sobre os estereótipos de ladrão apenas para etnia preta, como se fosse um padrão criminal. Nesse âmbito, ele constrói uma crítica social, analisando que branco não é considerado bandido, é apenas um cleptomaniaco. Afinal, em uma sociedade construída com base racista, bandido é apenas o outro: o outro "não branco".

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário romper com uma educação única (ADICHIE, 2009), que siga uma linha teórica de exaltação apenas de uma cultura europeia ou norte americana. É imprescindível, uma educação que seja voltada para a população que mora dentro da periferia e para a juventude negra. Uma educação que trabalhe com o conhecimento do povo em sua amplitude. O racismo não pode ser reproduzido nas escolas e em nenhum espaço, precisa ser combatido. É extremamente necessário ser trabalhado sobre essa temática na educação, para que desde cedo, as crianças sejam educadas e formadas para não reproduzirem.

O rap, tem uma função primordial, apresenta uma linguagem coloquial, repleta de gírias, onde a juventude se identifica bastante. Quando o rap é trabalhado em sala de aula,

o jovem chega até a ficar surpreso, porque ele mesmo sabe como o rap é marginalizado no sentido negativo, dos estereótipos que as sociedades impõem, que demonstram o quão racista ainda a sociedade é.

Rap e educação andam de lado a lado. Essa afirmação não é sobre o rap está ocupando as escolas, pois na realidade ainda há muita resistência ao rap dentro da sala de aula. Porém, o rap continua levando a educação para dentro da periferia através da sua lírica e métrica. Conclui-se que o rap é um instrumento de resistência e de denúncia, contra a opressão imposta pelo racismo e também pelo sistema capitalista. Auxiliar na reconstrução da identidade furtada pelo sistema burguês, que durante o século XX no Brasil através da eugenia do Francis Galton invadiu todas as camadas populares, com a política de embranquecimento que conseqüentemente aumentou a miscigenação que também é um fruto do estupro de mulheres negras e indígenas. O que atualmente vem tornando pessoas negras deslocadas etnicamente por não se reconhecerem e usufruírem termos como o “moreno”, “mulato”, etc. O rap com suas letras de empoderamento e desconstrução do ideal de apagamento da etnia negra, vem reeducado a sociedade a se reconhecerem e assumirem suas raízes. Esse movimento é extremamente educativo, seja reconhecido ou não pelas escolas, afinal, o rap nunca precisou possuir reconhecimento da burguesia, acadêmicos ou governo, para exercer a sua função, com ou sem apoio, o rap existe e educa.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ARMOND, V. R. L. D. F. **Um Estado sem nação: o IHGB e a construção da identidade nacional brasileira no século XIX.** 2016. 54 f. Monografia (Bacharelado em Ciência Política)—Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

BORGES, **Lei Áurea** (Prod. L3ozin), [S.l.]. Mainstreet Records, 2020. 1 vídeo (2:45min). Publicado pelo canal Borges. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=oZ5cXFJPXDA&tab\\_channel=Borges](https://www.youtube.com/watch?v=oZ5cXFJPXDA&tab_channel=Borges) . Acesso em : 12 set. 2020.

BRAILE, B. Policial não é herói. PISEAGRAMA, Belo Horizonte, n. 11, p. 74 - 83, 2017.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Comissão parlamentar de inquérito destinada a apurar as causas, razões, consequências, custos sociais e econômicos da violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil CPI – violência contra jovens negros e pobres. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015.

CARMO, B. A pobreza brasileira tem cor e é preta. TETO. 21 nov. 2017. Disponível em: <https://www.techo.org/brasil/informe-se/a-pobreza-brasileira-tem-cor-e-e-preta/>.

Acesso em: 26 set. 2020.

CERQUEIRA, D.; LIMA, R. S. de; BUENO, S. et al. Atlas da violência 2017. Rio de Janeiro: IPEA-FBSP, 2017.

CESAR MC eles não ligam pra gente. [S.l.: s.n.], 2018. 1 vídeo (7:31min). Publicado pelo canal PineappleStormTV. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=k8OGwL6PuS4&ab\\_channel=PineappleStormTV](https://www.youtube.com/watch?v=k8OGwL6PuS4&ab_channel=PineappleStormTV) . Acesso em: 12 set. 2020.

CLEMENTE, A. F. TRANÇA AFRO – a cultura do cabelo subalterno. 2010, 15 p. (Monografia) - Universidade de São Paulo - USP Escola de Comunicações e Artes – ECA Centro de Estudos Latino Americano sobre Cultura e Comunicação – CELACC Curso de Especialização em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos, São Paulo.

CORNIANI, F. R. Rap: Manifestação popular urbana. Trabalho apresentado no NP17 – Núcleo de Pesquisa Folkcomunicação, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/810525db99d562a5b835cd1b84a692af.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021.

Decisão em que juíza de Campinas diz que réu não tem 'estereótipo padrão de bandido' viraliza. G1. Distrito Federal, 01 de mar. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2019/03/01/decisao-onde-juiza-de->

~~campinas-diz-que-reu-nao-tem-estereotipo-padrao-de-bandido-viraliza.ghtml~~. Acesso em: 26 de nov. 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro. Edições Paz e Terra.

(36.<sup>a</sup> ed. 2003; 1.<sup>a</sup> ed. 1970).

IZQUIERDO, I. **Memórias**. *Estud. av.*, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 89-112, ago. 1989. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/RySVv73ft5r4qj9KP4F8xcB/?lang=pt> . Acesso em: 10 jul. 2021.

LOUREIRO, B. R. C. **Arte, cultura e política na história do rap nacional**. Resenha: TEPERMAN, Ricardo. *Se liga no som: as transformações do rap no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2015. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, v. 63, p. 235-241, 2016.

MACEDO, I. **A linguagem musical Rap: expressão local de um fenômeno mundial**. *Tempos Históricos: Tempos Históricos*, Cascavel, v. 15, p.261-288, 2011.

NASCIMENTO, A. do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Prefácio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Nino Brown em Toni C. **É tudo nosso: o hip-hop fazendo história**. Documentário. São Paulo, 2007.

Perfil #22 - Djonga - Olho de Tigre (Prod. Malive/Slim), [S.l.: s.n.], 2017. 1 vídeo (4:43min). Publicado pelo canal PineappleStormTV. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=0D84LFKiGbo&ab\\_channel=PineappleStormTV](https://www.youtube.com/watch?v=0D84LFKiGbo&ab_channel=PineappleStormTV) . Acesso em: 12 set. 2020.

RIGHI, J. V. **Rap: Ritmo e Poesia Construção identitária do negro no imaginário do rap brasileiro**. 2011. 515f. Tese (Doutorado) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

SANTOS, A. R. dos; MENDONZA, B. A. P. ; ELIAS, J.. **O rap reinterpretando na rima o dia a dia da comunidade**. 2003. Trabalho apresentado no Núcleo de Folkcomunicação, XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Belo Horizonte/MG, 02 a 06 de setembro de 2003. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/40442192583802985609385885297389135823.pdf> Acesso em: 10 jul. 2021.

VAZ, C. F. **Reflexões sobre a memória e o esquecimento da influência africana durante a Belle Époque brasileira**. *Psicologia e Saber Social*, 3(1), 96-111, 2014.



# Mulheres Negras nos Periódicos Negros: Relações de Trabalho e Sociabilidade na Cidade de São Paulo. 1899-1926. (Assis/SP, 2021).

Mariana Teles da Silva

Universidade Estadual Paulista - UNESP

marianateles126@gmail.com

O presente trabalho tem como objetivo apontar os avanços nos estudos sobre as mulheres negras nos periódicos no pós-abolição em São Paulo, entre os anos 1899 e 1926. Nossas fontes primárias são: a Imprensa Negra Paulista, em especial dois jornais que circularam no estado de São Paulo; O Menelik de 1915-1917 que circulou na cidade de São Paulo; e o Getulino de 1923-1926 que circulou na cidade de Campinas, interior de São Paulo. Através das análises totais desses jornais, feitas a partir da leitura completa de ambos, e com o apoio de obras já publicadas sobre o tema, como a tese de mestrado de Miriam Nicolau Ferrara de 1986 e a tese de mestrado de Gilmar Luiz de Carvalho de 2009, buscamos entender o olhar da comunidade negra sobre diversas questões e sobre os membros da comunidade, em especial as mulheres negras.

**Palavras-chave:** Mulheres Negras. Imprensa Negra

## Introdução

A abolição da escravatura por lei ocorreu no Brasil em 13 de maio de 1888 e foi sancionada pela Princesa Dona Isabel, filha de Dom Pedro II, concedendo assim a liberdade total aos escravizados que viviam no território brasileiro. Antes, porém, houveram meios paliativos de liberdade até a abolição do sistema escravista, meios esses que nunca foram pensados de maneira totalmente benéfica aos escravizados. A Lei do Ventre Livre, de 187, na prática ainda permitia que o senhor se recusasse a aceitar a indenização do governo quando a criança atingia a idade de 8 anos, podendo assim permanecer com ela até os 21 anos de idade, mesmo que tivesse nascido livre. Igualmente a Lei Visconde de Rio Branco, de 1885, que era de pouca eficácia, já que a maioria dos escravizados não chegavam a idade de sessenta anos, e os que chegavam, após serem livres permaneciam com os senhores pois não tinham subsídio para sobreviver. Mesmo com as

leis estabelecidas, e outros processos de liberdade, como *O Movimento dos Caifazes*, em São Paulo, encabeçado inicialmente por Luís Gama e posteriormente por Antônio Bento de Souza e Castro; por parte das instituições governamentais vigentes na época, o fator econômico foi a principal causa para o fim da escravização. Segundo Thomas Skidmore (1976) a continuação da escravatura era um atraso ao desenvolvimento do Brasil segundo o modelo do liberalismo econômico, apenas com a abolição da escravatura o Brasil poderia valer-se do trabalho livre e assim colaborar para o avanço da América do Sul. Joaquim Nabuco em sua obra *O Abolicionismo* com a primeira publicação em 1883, elencou os motivos que segundo ele levaria o Brasil a decidir pelo fim da escravização. O fator econômico é a principal razão, visto que a escravização arruinava economicamente o país, impossibilitava seu progresso material, impedia a imigração, habituava-se a servidão, afastava as máquinas, excitava o ódio entre classes, produzia uma aparência ilusória de ordem, bem-estar e riqueza a qual encobria os abismos de miséria e destruição (NABUCO, 2012). Assim, os ex-escravizados não receberam qualquer tipo de subsídio dos antigos senhores, do Estado, da Igreja ou de qualquer instituição existente. No círculo do trabalho, durante a expansão urbana, principalmente em São Paulo; graças às lavouras cafeeiras, a imigração européia foi fortificada.

Com o crescimento urbano, foram negadas oportunidades para homens e mulheres negras, agora libertos, na busca de empregos "qualificados". A inviabilização dessas pessoas contribuía, principalmente, com a chegada de imigrantes europeus entre 1870 e 1930, fizeram com que fossem em buscas de trabalhos marginalizados. Além disso, nos primeiros anos após a abolição, a população negra enfrentou a coerção policial a fim de manter o controle social da metrópole. De acordo com Emília Viotti da Costa (2010), multiplicaram-se leis estaduais e regulamentos municipais, onde houve novamente restrições às festividades como batuques, congados e outras. Há também medidas contra vadios e desocupados e aos comércios ambulantes realizados por ex-escravizados.

### **As mulheres negras**

Quando analisamos a situação da mulher negra no pós-abolição, precisamos antes pensar os caminhos que eram postos a essas mulheres quando o sistema escravagista ainda estava vigente em solo brasileiro. Segundo Maria Helena Pereira Toledo Machado (2018):

Nas pesquisas sobre a escravidão, ainda é comum notar que especialistas se referem aos escravos de forma geral, como se estes fossem isentos de gênero e sexo, e pudessem ser inseridos numa categoria única. Condições de vida, trabalho, saúde, relações sociais e comunitárias são frequentemente descritas como características de um modo de vida do escravo, sem que em nenhum momento se mencionem as diferenças de homens e mulheres. (MACHADO, 2018, p. 353).

Ainda segundo a autora, um exemplo é a maternidade na escravidão. Esse foi um dos fatores que tornou distintas as experiências de homens e mulheres escravizadas, visto que somente às mulheres foi imposto o papel de "dupla produtora da riqueza escravista" (MACHADO, 2018, p. 356). Isso significa que enquanto "trabalhadoras" geravam riquezas aos senhores em seu trabalho braçal e também quando estavam grávidas, pois o corpo da mulher escravizada pertencia ao seu senhor. Logo, seus filhos – na maioria das vezes frutos de estupro – também faziam parte da propriedade do mesmo. Apesar da abolição da escravização, as mulheres negras continuaram a percorrer os dois caminhos: o da raça e o do gênero. Isto é, embora homens e mulheres tenham sido atingidos com a imigração europeia, a desvalorização e invisibilização de seus corpos, nosso enfoque recai sobre a mulher negra, dado que:

“A condição da mulher no pós-abolição acabou repercutindo de uma maneira diferente em comparação aos homens. A classe social, raça e gênero eram fatores decisivos para a “classificação” desses sujeitos, em relação ao papel da mulher, a sua história foi desvalorizada.” (BORTONCELLO, 2018, p. 3)

Devido a massificação da presença imigrante em São Paulo, as mulheres negras em sua maioria foram levadas à esfera do trabalho doméstico. Conforme Bergman de Paula Pereira (2012), esse trabalho era constituído por variadas atividades, como lavadeiras, cozinheiras, babás e outras. Desse modo, formavam uma organização social de trabalho diversificada, muitas vezes trabalhavam em troca de moradia e alimentação ou compunham contratos de serviços mensais pautados na informalidade.

Apesar da marginalização imposta para esses corpos negros em diversos meios, inclusive "intelectual" como as teses de branqueamento e eugenia, que visavam o desaparecimento de fenótipos negros da sociedade brasileira, criando-se até mesmo debates internacionais sobre nação, raça e relações inter-raciais, como o Congresso Internacional das Raças, de 1911 em Londres. Homens e mulheres negras tentavam reconstruir suas vidas, pois os mesmos continuaram a existir, trabalhar, criar vínculos, comunidades; afinal, *nem tudo era italiano* nos dizeres de Carlos José F. Santos (2003).

## Mobilização negra

De acordo com Rafael Fizon (2012), como resultado da marginalização imposta, tanto em São Paulo como em outras cidades, surgiram diversos espaços sociais de identidade negra como, bairros de negros, times de futebol de negros e clubes recreativos. Isso deu-se também porque em muitos ambientes, tidos como "brancos", a entrada de pessoas negras era proibida. "Estas associações, por sua vez, cumpriam o papel de produtoras de uma identidade específica, de um "nós", negros, em oposição a "eles", brancos (SANTOS, R. F. E. 2012: 44. Apud. DOMINGUES, 2005). Segundo Lúcia Helena Oliveira Silva e Regina Célia Lima Xavier (2019), esses espaços sociais são caracterizados como associativismo negro, já que são formas de unificação da comunidade negra na elaboração de uma organização para melhores condições de vida. Um exemplo de associativismo negro é o *Grêmio Dramático e Recreativo Kosmos* fundado na cidade de São Paulo, em 15 de novembro de 1908. Foi uma iniciativa de jovens negros, que cientes do racismo praticado por clubes gerenciados por brancos, resolveram empenhar forças a criar um espaço próprio promovendo frequentes bailes, saraus, sessões de teatro e outros (DOMINGUES, 2009).

*A imprensa negra paulista* emerge desses espaços: de associações culturais e, um pouco mais tarde, também da militância política. O movimento negro emerge também do *meio negro* e tem na imprensa uma de suas expressões. Quando tratamos de periódicos como *Clarim da Alvorada*, *Voz da Raça*, *Progresso*, *Getulino*, estamos trabalhando com **meios de expressão do movimento negro paulista**, que compunha parte da imprensa negra paulista. Como diz Flávio Gomes: "a 'imprensa negra' é a parte mais conhecida e citada da mobilização negra nas primeiras décadas republicanas. (GOMES, 2005) (SANTOS, R. F. E. 2012, p. 45. Apud. GOMES, 2005; grifo nosso)

Isto é, a imprensa negra tornou-se um grande meio de acesso do movimento negro, pois a partir destes, uma nova narrativa acerca da vida, do cotidiano e dos pensamentos de pessoas negras passa a ser elucidado nas páginas dos jornais.

## A Imprensa Negra Paulista

Com base nos estudos de Miriam Nicolau Ferrara, o histórico da imprensa negra é dividido em três períodos: o primeiro período, de 1915 a 1923; o segundo de 1924 a 1937 e o terceiro de 1945 a 1963:

No primeiro período (1915/1923), há tentativa de integração do negro na sociedade brasileira e a formação de uma consciência que mais tarde irá ganhar força. Com a fundação do jornal *O Clarim da Alvorada*, em 1924, o segundo período atinge seu ápice em 1931 com a organização da *Frente Negra Brasileira*, e em 1933 com o jornal *A Voz da Raça*. Este período termina com o Estado Novo. O momento das grandes reivindicações políticas marca o terceiro período (1945/1963), com elementos do grupo negro se filiando a partidos políticos da época ou se candidatando a cargos eletivos. (MOURA, 1988, p. 208. Apud. FERRARA, 1986, grifo nosso).

Ferrara, que foi uma das primeiras pesquisadoras a estudar os jornais negros ainda na década de 1980, classificou 56 jornais da imprensa negra.

Vale ressaltar que nosso trabalho tem como enfoque o Estado de São Paulo, com a periodização do primeiro período, de 1915 a 1923, com os jornais *O Menelik* (1915) e *Getulino* (1923). Mas apesar dos jornais estarem postos no mesmo período classificado por Ferrara, ambos diferem muito da concepção empregada no primeiro período. Na ideia presente na tese de mestrado de Gilmar Luiz de Carvalho, *A Imprensa Negra Paulista entre 1915 e 1937*, do ano de 2009, e apontada também na tese de mestrado de Ruan Levi Andrade Reis, *Letras de fogo, barreiras de lenha - A Produção Intelectual Negra Paulista em Movimento (1915-1931)*, do ano de 2017, os dois jornais estão "a frente" de seu período classificatório:

Mesmo respeitando o parecer de alguns autores, para os quais a imprensa negra entre 1915 e 1923 se preocupava majoritariamente com pequenas notas, falecimentos, casamentos, festas religiosas, quermesses e mexericos, [...] consideramos que o aspecto crítico de um jornal pode aparecer até na significação contida em seu título, em sua organização administrativa, na preocupação e no cuidado com os leitores, bem como na missão a ser transmitida. (CARVALHO, 2009, p. 77-78, grifo nosso).

Isso porque *O Menelik*, por mais que não exemplifique ou faça uso de palavras mais atenuadas, é um jornal reivindicatório desde o seu título. Ao criar-se com o nome "O

Menelik", e com subtítulo: "Orgam mensal, noticioso, literário e crítico dedicado aos homens de cor", o mesmo já impõe sua própria reivindicação. Embora suas notícias sejam majoritariamente pequenas notas, falecimentos, entre outros, houve a necessidade de criação do periódico para este fim também. Os jornais da imprensa comum não noticiavam festas negras, casamentos da comunidade negra. Logo, a objeção de O Menelik cabe na ideia de o simples existir desses fatos também. Declarar quantos anos fizera alguém da comunidade, ou que alguém colou grau, é também uma forma de oposição. A vida daquelas pessoas negras acontecia, não somente com as notícias ruins e racistas colocadas pela imprensa comum.

Em Getulino, também se encaixa na ideia defendida pelos citados acima, já que nele são encontradas virtudes que são postas apenas com o surgimento de "O *Clarim da Alvorada*", como estabilidade na gestão do jornal e nas publicações, mensagens diretas, cooperação com diversos integrantes da imprensa negra paulista (CARVALHO, 2009: 110). "Lá estão as festas, aniversários, acontecimentos sociais; lá está o intelectual negro fazendo poesias; lá estão os protestos contra o preconceito de cor e a marginalização do negro. Nessa trajetória refletem-se as inquietações da comunidade e lá se encontram os conselhos para o negro ascender social e culturalmente." (MOURA, 1988: 205).

Mesmo com variações, diferentes ordens cronológicas, todos os jornais da imprensa negra são reivindicatórios a sua maneira. Dado que, escrever, divulgar e manter um periódico apenas com questões da comunidade negra era incansavelmente difícil em uma época que, por exemplo, as teses de branqueamento ainda se perpetuavam com muita força.

## O Menelik

Circulando em São Paulo, O Menelik foi um dos precursores dos jornais da Imprensa Negra entre os anos de 1915 e 1917. Segundo consta no próprio jornal, o mesmo fora criado no dia 18 de julho de 1915, a convite de Deocleciano Nascimento em uma reunião realizada em sua residência na Rua da Graça, n° 207. "Fundou-se então este jornal, o qual buscou adquirir um nome, que não deveria, mas era esquecido dos Homens de cor, é esse nome, o de Menelik II, o grande rei da raça preta, falecido em 1913. Surgiu então a fundação deste jornal com a denominação de O Menelik" (O Menelik, 17 de out. 1915, n.1, p.1).

Homenageado com o nome do jornal paulista, Menelik II viveu entre 1889 e 1913, foi imperador da Abissínia – atual Etiópia. Em março de 1896, liderou os etíopes na Batalha de Adwa, onde expulsou os italianos de seu território, também foi responsável pela modernização do país, colocando em xeque os ideais do imperialismo sobre sua região (MARQUES, 2011. Apud. AKAPAN, 1985). Segundo José Correia Leite, os negros em São Paulo eram apelidados de "meneliks", possivelmente de forma ofensiva (CARVALHO, 2009. Apud. FERRARA, 1986).

As funções técnicas do jornal foram estabelecidas e divulgadas no primeiro exemplar do mesmo. Como presidente, Reginaldo Maximo Gonçalves; como secretário, Octaviano Ferraz; como tesoureiro, Marceano Marques de Oliveira; como procurador geral, Paulo de Souza Lima; como repórteres, Theophilo Gonçalves de Freitas, José Luiz Sampaio e José Paulino; como redator chefe e redator secretário, respectivamente, Deocleciano Nascimento e Geralcino de Sousa. A função do jornal também é explicada:

É mensal, porque destina aparecer de mês a mês; É noticioso para travarmos conhecimentos de fatos que se dão e passam sem prévio conhecimento da classe nossa; É crítico (só entre a classe) para colher os ditos filosóficos que navegam nos lábios desse povo; É literário para mostrar ao mundo as sabedorias que ocultamente vagueiam no cérebro da classe; É dedicada aos homens de cor para prestar-lhes homenagens. (O Menelik, 17 de out. 1915, n.1, p.1).

É a partir dessa estruturação exposta, que identificamos como o conceito crítico e organizativo já se faz presente na primeira fase da Imprensa Negra.

Os números 1 e 3 de O Menelik, respectivamente datados em 17 de outubro de 1915 e 01 de janeiro de 1916, possuem uma expressiva participação feminina em comparação aos outros dois exemplares de números 13 e 14, respectivamente de 29 de janeiro de 1917 e 11 de fevereiro de 1917. Essa participação feminina na folha acontece por meio de poemas e versos, vistas como colaborações, além de serem "homenageadas" enquanto mães, esposas, namoradas, filhas.

Uma vez que percebemos a forte presença da produção poética dos homens negros nos jornais dos "homens de cor", como muitos se intitulavam à época, nos seus poemas fica evidente a figura da mulher enquanto tema-objeto. Às vezes alvo de amores, correspondidos ou não. [...] Mas a mulher, nos poemas



apresentados até agora, apareceu sempre como objeto. Como mãe de alguém, filha de alguém, esposa de alguém, objeto de desejo de alguém. E esse "alguém", é bom reforçar, é sempre um homem. (REIS, 2018, p. 3).

A partir das análises feitas no primeiro número, no centro da primeira página há um poema chamado "Regozijo", escrito por Deocleciano Nascimento e dedicado à "A' Exma. Sra. D. Maria José de Almeida, distinta oradora e presidente do Clube 13 de Maio de S. Paulo". O poeta não poupa elogios à D. Maria José, chamando-a de "talentosa", "gentil" e "admirada". Outro escrito, intitulado como "Lembrança" é dedicado à memória de Hortência Ferreira. Nele lamenta-se a morte da moça ainda muito jovem: "*É no céu o seu lar agora!... E, o seu leito de rosas virginais: Estas vicejam quando a lembrança da terra suspira, chamando o nome Hortência!*", esse escrito também é assinado por Deocleciano Nascimento.

Em relação a ditos próprios, ainda no primeiro número do jornal, na coluna "*ideias para fusadas*", é cobrado o envio de colaborações à algumas mulheres:

Cumprimenta as senhoritas Izaurinha e Brasília, distintas e inteligentes normalistas; e aguarda ser correspondido com a colaboração de cada uma; Srtas Paulina da Rocha e Angelina Pinto - Estou de mal, de mal e de mal, com ambas porque esqueceram de mandar colaborações prometidas; porém essas pazes serão feitas quando eu receber as promessas; D. Emilia Cardozo - Leia, faça o obsequio - O Menelik - , na próxima tiragem, sim!" (O Menelik, 17 de out. 1915, n. 1, p 3).

Já na coluna correspondente à "*Caixa de Balaio*", assinada por D'eoie (possivelmente algum pseudônimo de Deocleciano), são realizados agradecimentos às mulheres que enviaram escritos ao O Menelik: "*D. Leopoldina. Agradecissimo pelas composições que nos enviou. Damos com este a descrição, quanto o soneto está em análise.*" ; "*D. Ignez do A. Sim senhora! O Menelik, nomeia-a sua colaboração efetiva, no ramo de versos da ordem de Pé Quebrado.*" Essas duas mulheres que recebem os agradecimentos têm seus escritos publicados na página 4 do mesmo número. "*Thema da Vida*" é um poema conto escrito por Leopoldina Dias, datado em janeiro de 1913, Santos. O poema trata sobre o desabrochar de um amor e o fim triste do mesmo. Há também o poema "*Versos de Pé Quebrado*", escrito por Ignez do Amaral, que retrata as ilusões do amor. O poema de Amaral foi tão bem recebido que O

Menelik nomeia-a como colaboradora efetiva, como demonstrado acima. Apesar de serem “simples” poemas, eles são a expressão intelectual dessas mulheres negras, visto que elas não tinham um espaço maior nos editoriais dos jornais.

Há uma sessão especial dedicada especialmente as leitoras do jornal, respectivamente nos números 1 e 3. Essa sessão indica que o periódico se importava com a comunidade feminina que o acompanhava, fazendo valer-se de sua leitura.

«O Menelik», depois de passar quarenta dias sem o carinhoso afeto de vossas mãos delicadas - o berço gentil de sua alma, teve saudades de vós. E voltando novamente, aninhando-se ao lado da generosidade - beleza feminina, eil-o. Eil-o jurando que d'ora avante virá todos os primeiros Domingos de cada mês trazer-vos novidades das estrelas e espera ser recebido com os habituados e graciosos sorrisos de vossos lábios de rosa! Enquanto que o seu humilde redator atira aos vossos mimosos pés mil beijos de gratidão. (O Menelik, 01 de jan. 1916, n. 3, p. 1).

Na sessão intitulada em "Pelos Salões" é descrito que “*Foram eleitos no 15 de novembro as seguintes diretorias para reger-o durante o ano presente*” - “*Diretoria de Damas*” e uma sucessão de nomes de mulheres é posta, exercendo o cargo de presidentas, secretárias, tesoureiras e mais. Nesse mesmo número também é anunciado um chamado para um “concurso de beleza feminina”. Os concursos de beleza em jornais da imprensa negra eram comuns e muito populares, em alguns exemplares, ao final de cada concurso eram realizadas festas em grêmios recreativos, para comemorar o sucesso do concurso e as vencedoras do mesmo. Esses concursos buscavam exaltar a beleza das mulheres negras da comunidade, precisamente das mais jovens, pois o anúncio do mesmo destinava-se a “moça mais bela”.

## Getulino

Com circulação em Campinas, interior de São Paulo, o *Getulino* é produzido entre os anos de 1923 e 1926. Segundo o próprio jornal:

Foi a 29 de Julho do ano pretérito que se fundou entre nós o "Getulino." Há um ano que seus fundadores, cheios de entusiasmo pela ideia [...] - Emancipar moralmente seus irmãos, que outrora escravizados, embrutecidos, abjetos, não podiam dar cumprimento ao sublime imperativo da caridade bíblica [...] Bons

sentimentos e melhores intenções guiavam esse **pugilo de bravos**: A ideia de serem úteis aos seus, dando-lhes propícias ocasiões de se desenvolverem intelectualmente, ofertando-lhes um pequeno jornal que agasalharia em suas colunas as lucubrações, os ensaios tímidos e os grandes surtos em todos os campos da ciência letras e artes, desta plêiade de homens pretos, que sob a honrosa folhagem da árvore da liberdade, engrandecem este solo abençoado [...] (Getulino, 20 de dez. 1924, n.64, p.1).

O nome do periódico foi uma homenagem a Luiz da Gama, pois esse era um pseudônimo do mesmo, sendo inclusive nome de uma obra literária dele próprio, *Primeiras Trovas Burlscas de Getulino* de 1859. Fora citado diversas vezes em periódicos da imprensa negra, sendo homenageado e lembrado pela classe de homens de cor, Lino Guedes – redator chefe de Getulino – por ser um grande admirador de Gama, publicou um ensaio sobre o abolicionista, *Luís Gama e sua individualidade literária*, de 1924 e também participou de uma campanha pela construção de uma “herma a Luiz da Gama” em 1928.

Diferente de outros periódicos da época, o Getulino teve um número estável de publicações. Seu primeiro ano em 1923 contém 23 números, e o ano de 1924 possui 64, houve uma interrupção em 1925, retornando em 1926 com apenas um número. Muitos assuntos eram abordados no periódico, entre eles estava a denúncia contra o preconceito racial, a integração à nacionalidade brasileira, a educação e o trabalho. Sobre os assuntos abordados, vemos novamente que em *Getulino* é possível identificar o viés reivindicatório que Gilmar Luiz de Carvalho (2009) indica em sua tese de mestrado, já citada anteriormente, onde as demandas relativas a comunidade negra são abordadas mais explicitamente, além de dar ênfase ao preconceito e a discriminação racial sofrida.

No ano de seu aparecimento em 1923, Getulino coloca-se responsável por um Concurso de Beleza, onde dos números 2 ao 10 acompanhamos a quantidade de votos que as participantes recebem, e também descobrimos o que as mesmas, caso alcancem o primeiro, segundo e terceiro lugar, receberiam como prêmio. Esses prêmios são oferecidos pelos principais anunciantes de Getulino, um barrete pela Casa Gerin, um porta-joias e um calendário artístico pela Casa Genoud, um vidro de extrato da Casa Mousinho e um Colar Camafeu da Casa Iracema.

No número 11 do folhetim, o concurso anuncia sua vencedora: em primeiro lugar, Laís de Moraes com 1755 votos; em segundo, Alice de Campos com 1456; e em terceiro, Luiza Andrade com 1260 votos. Com o concurso encerrado, no folhetim de número 12, fotos das participantes dos três primeiros lugares e outras que tiveram um número

considerável de votos estampam as páginas do jornal. Um baile em comemoração ao sucesso e as vencedoras do concurso é realizado, exemplificado nos números 13, 14 e 15 do periódico. Como exposto anteriormente os concursos de beleza visavam exaltar a beleza das mulheres negras da comunidade, e em sua maioria apenas moças jovens participavam. Analisando as fotos das ganhadoras e das que obtiveram bons números de votos em Getulino, todas as mulheres estavam em certos padrões de beleza. Eram magras, altas, jovens e se vestiam com decoro. Mas apesar de seguirem alguns padrões impostos a muitas mulheres, as participantes fugiam do principal esperado pela sociedade da época: não eram brancas. A importância do concurso se dá em demonstrar que há beleza dentro da comunidade negra, que essas mulheres possuíam seus dons de encantamento e que mesmo não sendo brancas, podiam ser lindas, educadas e inteligentes. Assim, os estereótipos empregados as mulheres negras (raivosas, feias, mal-educadas) eram minimamente abalados com a ajuda desses concursos.

Alguns artigos, poemas e apontamentos presentes na folha são escritos por mulheres. Um deles está presente no número 5, o poema “Luz e liberdade” assinado pela professora Maria Augusta dos Santos. O pequeno texto aborda a intelectualidade, a cultura e a educação como meio de exaltação da classe negra. Outro escrito da professora é encontrado no número 7 e chamava-se “Pelo progresso feminino”. Nele cita-se a pátria e as funções da mulher na sociedade que, segundo a autora, deveria ser uma boa mãe que se sacrifica por seu filho para que ele pudesse crescer e tornar-se um homem de bem, patriota, que caminhará em busca do progresso e da paz. Esse poema expressa como as mulheres negras eram vistas na sociedade paulista, a base central na vida de um homem, é aquela que educa, que cuida, que se casa. A mulher negra era vista como a responsável por toda uma estrutura, mantém o futuro “possível” ao cuidar de seus filhos e maridos.

Em diversos números do jornal campineiro são encontradas colunas, sem nome ou qualquer tipo de assinatura, onde se revelam casos de preconceito racial sofridos pela comunidade negra ou até mesmo lembretes diários de como a pessoa negra deve se comportar diante da sociedade. Em específico, alguns números merecem destaque, como o exposto abaixo que denuncia alguns jornais da imprensa comum e anúncios policiais que se utilizam de palavras atenuadas para noticiar casos relacionados às pessoas negras:

Lendo acatados jornais, não só daqui como de quase todo o Brasil, depreendemos que os trinta milhões de habitantes brancos que habitavam esse formoso torrão, iluminado pelo Cruzeiro do Sul, em sua totalidade não são nacionais. Porque? Indagarão surpresos os nossos leitores. É desejo dos

noticiaristas e do escrevente policial, que sem cerimônia escrevem: "O nacional Fulano de tal, foi atropelado pelo auto;" "Beltrana e Siorana, nacionais, por motivos superfinos desavieram-se de razões, etc. etc. Com guia da policia foi internado na Santa Casa o nacional Y" Não seria mais bonito, para não dar ideia de que predomina ainda alguma coisa do triste período porque passou o nosso País, que foi o da escravidão, que se substituindo a palavra nacional por preto? (Getulino, 23 de set. 1923: n. 9, p. 1. grifo nosso).

De acordo com Reis (2017), a imprensa comum mantinha em seus jornais notícias sensacionalistas sobre a comunidade negra, fazendo com que imagens preconceituosas fossem relacionadas a classe. Esse comportamento era originário do período escravocrata, um exemplo é o jornal A Província de São Paulo criado em 1875, que mais tarde em 1880, torna-se o Estado de São Paulo (Estadão). Até 1884, o periódico ainda publicava anúncios de vendas e leilões de escravizados, além de denunciar escravizados fugitivos (SILVA, 2017: 306-311).

Em outros números do jornal, há uma denúncia frequente sobre a violência policial proferida contra mulheres negras moradoras de um cortiço localizado no bairro do "Frontão". Nesse trecho de Getulino, podemos notar a distinção que a polícia encarregada de lidar com as mulheres do cortiço fazem entre negras e brancas, persistindo assim, uma perseguição exclusiva a mulheres negras.

Aplaudimos com desassombro toda e qualquer ação da Polícia, mormente quando vem ela concorrer para o progresso de nossa terra. O mesmo apoio dispensado nas anteriores campanhas não podemos emprestar á que ultimamente iniciou a Polícia, contra as "pretas desocupas" (?) que foram "guindadas" pelos "diversos agentes que percorreram vários cortiços, no bairro do Frontão, prendendo as mulheres ali residentes que se ocupavam em nada fazer! Cremos que a intenção da Autoridade não é melindrar quem quer que seja quando se trata de estabelecer a ordem... Mas.. segundo o noticiário dos jornais, parece que, unicamente por elas ser pretas, morar em cortiço e não ter ocupação, (o que não é verdade) é que lhes movem guerra. Conhecemos muitas brancas que também residem em cortiço e sem ocupação porque não se obriga a essas que procurem emprego? Para não parecer exclusivismo, perseguição mesmo seria digno de louvores se a Polícia fornecesse á imprensa uma nota com este sub-título: "A polícia está agindo contra o mulhério desocupado". (Getulino, 4 de nov. 1924: n. 15, p. 2. grifo nosso).

A denúncia permanece sendo exposta, mas nesse trecho abaixo a falta de oportunidades de emprego para mulheres negras também é apontada, visto que, os anúncios dos jornais sobre essas vagas, apareciam com o aviso: “prefere-se branca”; fazendo com que essas mulheres fossem tidas como desocupadas. Segundo Oliveira e Pimenta (2016), esse tipo de anúncio estava constantemente presente na imprensa comum e contribuíram para a manutenção de uma mentalidade preconceituosa contra a população negra. Analisando *O Correio Paulistano* fundado em 1854 e *O Estado de São Paulo* de 1890, é possível encontrar alguns anúncios onde claramente explicita-se “prefere-se branca”; “prefere-se estrangeira”; referindo-se a candidatas ao trabalho doméstico.

Voltamos ainda hoje a defender as nossas irmãs de cor, injustamente acoimados de **vagabundas desocupadas**, quando os tais anúncios inibitórios dos jornais terminados com aquela "ladainha" - **Prefere-se branca - as impossibilitam procurar serviço...** E grande e geral mesmo, a grita de falta de pagem, criada, copeira e cozinheira, não só em Campinas, como em todo o interior, as quais vão para S. Paulo, onde seus afadigosos serviços são bem remunerados, gozando estas da regalia de aos domingos e feriados fazer uma só refeição tento portanto tempo de cuidar de seus pobres, mas honestos lares... Si Campinas e todas as cidades que lutam com a falta de empregadas, adotarem o uso da Capital, cessa [...] (Getulino, 25 de nov. 1923: n. 18, p.1)

Nesse trecho é possível observar que o autor ou a autora da coluna considerava a capital de São Paulo um local com menos chances de algo parecido acontecer. Isso é visto em outros números do periódico, segundo consta no número 20, de 9 de dezembro de 1923, a *Light and Power* – conhecida como *Light São Paulo*, era a empresa responsável pela geração e distribuição de energia elétrica e transporte público por bondes na capital paulista – havia dispensado todos os seus funcionários estrangeiros devido a inúmeras greves e contratado apenas pessoas negras para o serviço. Essa atitude fez com que a comunidade negra campineira acreditasse que em São Paulo o preconceito racial era combatido e as oportunidades de emprego eram as mesmas.

Por outro lado, em 21 de setembro de 1924, no número 53 do jornal campineiro, *Benedicto Florencio* em seu texto “Os pretos em São Paulo” denuncia a capital paulista. A partir de uma carta assinada por Bernardo Vianna, a denúncia explica que o mesmo não consegue emprego na capital por ser preto, mesmo que chegue primeiro que os demais candidatos a vaga. Outras edições são feitas por Florencio, abordando a vida da comunidade negra na capital.

Há também no jornal campineiro textos, poemas e outros, a fim de dizer às mulheres como devem comportar-se na sociedade. Um exemplo é o texto assinado por J. Augusto Marques, onde sugere que as mulheres não imitem os cabelos das artistas do cinema mudo, apelidado como “cabelos á bébé”:

[...] Isto de cabelos á bébé é muito bonito para artistas da cena muda, jovens que, pela influencia do meio, bebem e fumam, praticando toda a sorte de desatinos que a sua carreira artística requer, mais nunca para uma moça que sonha com um ideal mais santo, com um futuro mais risonho o qual seja o de colaborar como esposa na escala descente!" "[...] E fazendo esse apelo às minhas gentis patrícias, o torno extensivo às senhoritas da minha raça, digo, as senhoritas de cor, que, também levadas pela influencia da moda, já começam a se apresentar com os seus cabelos cortados á bébé, querendo também imitar artistas de cinema... [...]"

Nesse trecho, podemos observar que J. Augusto Marques não se dirige apenas às mulheres negras, mas a toda a classe mulheril. Essa diferenciação ocorre com o uso da palavra “patrícias” e logo depois “senhoritas de cor”. As críticas aos cabelos, roupas ou jeitos femininos estavam interligadas com a função social que a mulher visava exercer na sociedade. Aquelas que usam os “cabelos á bébé” bebem e fumam, mas aquelas que querem “um futuro mais risonho” não podem deixar influenciar-se pelas “bébés”. Ou seja, essa padronização da aparência feminina é um controle social sobre as mulheres, pois as mesmas devem exercer a função social imposta, manter-se íntegras, tornar-se esposas e mães.

### Considerações Finais

Com a análise dos dois periódicos podemos nos colocar em algumas questões centrais: as mulheres negras estavam sim presentes nos jornais, mas essa presença em maioria se dá apenas em segundo plano. Essas mulheres negras não possuíam voz ativa dentro dos editoriais dos jornais, sendo apenas colocadas como colaboradoras, aparecendo esporadicamente em algumas colunas. Elas são sempre postas em representação, ou seja, é sempre o homem negro que fala por ela. São poucos os relatos em auto-representação, quando elas falam por si mesmas.

Além da diferenciação de época entre O Menelik e Getulino – pois ambos foram criados em tempos históricos diferentes –, há também uma significativa diferença na presença de mulheres negras nos dois periódicos. Em O Menelik, elas são colocadas

prioritariamente como objetos, isso porque são sempre retratadas como algo de alguém, seja mãe, filha ou esposa. As mulheres que conseguem expor suas ideias em algumas colunas do jornal paulista, majoritariamente, falam sobre amor ou desilusões com o mesmo. Não cabe a nós decidirmos se esse era um espaço benéfico ou não, mesmo que falando apenas sobre amor, até aquele momento esse era o espaço dado a elas. Essas poesias e poemas são a expressão da intelectualidade de mulheres negras, dessa maneira sabemos que essas mulheres pensavam e perpassavam por diversas questões, além dos problemas relacionados ao preconceito racial existente. Já em Getulino, a mulher alcança um espaço de maior aparição, consegue expor sua opinião sobre assuntos predominantemente discutidos por homens, como o futuro da comunidade negra no Brasil. Além disso, alguns textos presentes no jornal campineiro colocam a mulher negra como o alicerce da família. É ela quem cuida de seus maridos e filhos, logo é ela que prepara um futuro melhor ao dedicar-se a eles, pois cabe a eles as melhorias da comunidade.

Um aspecto interessante ao tratarmos desses dois periódicos são os seus respectivos cabeçalhos: “Orgam mensal, noticioso, literário e crítico dedicado aos homens de cor” encontrado no primeiro número de O Menelik, datado em 17 de outubro de 1915; e “Orgam para a defesa dos interesses dos homens pretos”, cabeçalho de Getulino em 05 de agosto de 1923. Isso demonstra que os editores dos jornais estavam dispostos a exercer função exclusiva para os homens negros, mesmo que as mulheres também fossem leitoras dos jornais, a primeira vista e em primeiro momento o que se percebe é que a “elite” negra paulista não incluía as mulheres negras nesse espaço. Essa “elite” negra paulistana não acontecia de forma econômica, mas sim por meio da educação e da escolaridade, estavam presentes nos jornais e desejavam ser vistos de uma maneira melhor por possuírem escolaridade. Nesses jornais era sempre colocado que os homens negros deveriam educar-se, enquanto as mulheres negras deveriam casar, ter filhos e cuidar da família.

Aqui podemos entender que esses “conselhos” dados às mulheres negras dedicasse a grupos sociais diferenciados, visto que para muitas o trabalho era a única opção de sustento da família e por isso acabaram sendo maioria no trabalho doméstico. Então, essa função de alicerce da família colocada sobre às mulheres negras ocorria por dois lados: permanecer em casa e cuidar de maridos e filhos ou trabalhar e contribuir/ser a renda da família. Por isso, aquelas que – mesmo em minoria – apareciam nos jornais como colaboradoras possivelmente pertenciam a uma camada social mais favorecida, que conseguiu estudar, em relação àquelas que precisavam trabalhar para sustentar a si e os



seus. Mas entendemos que mesmo trabalhando, a mulher negra deveria seguir com algumas questões impostas, como o modo de se vestir, se comportar e deveria também almejar um futuro familiar.

Assim sendo, as mulheres negras tiveram pouco espaço na Imprensa Negra Paulista foram apenas colocadas como colaboradoras, vistas apenas como tema-objeto, aquela que deveria ser enaltecida a partir da visão do outro e não de si mesma. Apesar do espaço pequeno, tudo que as mulheres negras escreveram nesses jornais têm sua significação, pois trata-se do entendimento, de suas palavras em assuntos que julgaram importantes para serem expostos. As mulheres negras no pós-abolição permaneciam como suas ancestrais, buscando meios de sobrevivência, seja pelo trabalho ou pela educação, sendo criticadas ou defendidas pelos homens negros, correspondendo ou não à expectativas impostas. Essas mulheres continuaram a exercer função primordial na luta de emancipação e liberdade de pessoas negras, mesmo que nos jornais da Imprensa Negra Paulista sua voz não tenha sido ouvida com tanto afinco.

## REFERÊNCIAS

BORTONCELLO, Sara Carolina Noce. **Gênero, Cor e Classe: a invisibilidade da mulher no Pós-abolição**. In: HISTÓRIA E DEMOCRACIA: PRECISAMOS FALAR SOBRE ISSO, 24., 2018, Guarulhos. Anais do XXIV Encontro Estadual de História – ANPUH-SP. Guarulhos, 2018.

CARVALHO, Gilmar Luiz de. **A Imprensa Negra Paulista entre 1915 e 1937: características, mudanças e permanências**. Dissertação de Mestrado em História Econômica. São Paulo: FFLCH/USP, 2009.

COSTA, Emília Viotti da. **A Abolição**. 9.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

DOMINGUES, Petrônio. **Os clubes e bailes blacks de São Paulo no pós-abolição: notas de pesquisa**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009.

\_\_\_\_\_. **Lino Guedes: de filho de ex-escravo à "Elite de Cor"**. Bahia, Salvador: Afro - Ásia, n° 41, 2010.

FERNANDES, Florestan, 1920-1995. **A integração do negro na sociedade de classes: O legado da "raça branca"**. 5. ed. vol. 1. - São Paulo: Globo, 2008.

FERRARA, Miriam Nicolau. **A imprensa negra paulista (1915-1963)**. Dissertação de Mestrado em Sociologia. São Paulo:FFLCH/USP, 1986.

GOMES, Flávio dos Santos. **Negros e política (1888-1937)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Mulher, corpo e maternidade**. In: Vários Autores, SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.), GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

MARQUES, Alexandre Kohlrausch. **Etiópia: Um Símbolo de Africanidade**. Pernambuco, Petrolina: Historien, n° 4, out/abr. 2011.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

OLIVEIRA, Kelly Cristina de; PIMENTA, Sonia Maria de Oliveira. **O racismo nos anúncios de emprego do século XX. Linguagem em (Dis)curso**. LemD, Tubarão, SC, v. 16, n. 3, p. 381-399, set./dez. 2016.

PEREIRA, Bergman de Paula. **O desenvolvimento do trabalho doméstico a partir da legislação trabalhista do Estado Novo**. In: TRABALHO, CULTURA E MEMÓRIA, 21., 2012. Campinas. Anais do XXI Encontro Estadual de História – ANPUH-SP. Campinas, 2012.

REIS, Ruan Levy Andrade. **Letras de fogo, barreiras de lenha - A Produção Intelectual Negra Paulista em Movimento (1915-1931)**. Dissertação de Mestrado em História Social. São Paulo: FFLCH/USP, 2017.

\_\_\_\_\_. "A quem me compreender" - A produção poética feminina nas páginas da **Imprensa Negra Paulista (1915-1930)**. Sobral, Ceará: Revista Historiar. Vol. 10, n° 8, jan/jun. 2018.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Nem Tudo Era Italiano - São Paulo e pobreza (1890-1915)** - 2.ed. São Paulo: Anablume Editora e Comunicação / FAPESP, 2003.

SANTOS, Rafael Fizon Eugenio dos. **A África na Imprensa Negra Paulista (1923-1937)**. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: ICHF/UFF: 2012.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**; tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SILVA, Juremir Machado da. **Raízes do conservadorismo brasileiro: a abolição na imprensa e no imaginário social**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

SILVA, Lúcia Helena Oliveira; XAVIER, Regina Célia Lima. **Historicizando o Associativismo Negro: Contribuições e Caminhos da Historiografia**. Florianópolis: Revista Mundos do Trabalho, vol. 11, 2019.

# O meu pai, aquele que me gerou: O discurso de paternidade entre Akhenaton e Aton no período amarniano.

Lucas Gonzaga de Araújo  
Centro Universitário Internacional  
lucas25155749@gmail.com

Este estudo pretende analisar o deus Aton, divindade solar elevada em detrimento aos outros deuses no episódio Amarniano, durante o reinado de seu filho Akhenaton (1353-1335 a.C.), da XVIII dinastia (1550-1307 a.C), conforme a cronologia proposta por John Baines e Jaromir Málek (1996, p.45). As manifestações do deus se apresentam através das fontes, como é o caso de hinos, estelas funerárias e monumentos. Neste estudo procuramos investigar sobre o deus Aton, nas estelas de fronteira do ano cinco, com o objetivo de analisar e compreender como o discurso de Akhenaton a respeito do comportamento do deus, e também sua relação divina como filho de Aton, nos proporciona uma nova interpretação sobre o Aton e justifica as ações reais por intermédio do deus, compreender a paternidade utilizada como discurso de favorecimento político, utilizando a metodologia de análise quantitativa textual e dessa forma sua contribuição nos estudos de política e religião no mundo antigo.

**Palavras-chave:** Akhenaton. Egito Antigo. Paternidade. Estelas de Fronteira

## **Introdução**

Deuses presentes no contexto da história egípcia, não são nenhuma exceção ou particularidade inovadora sob o olhar das discussões de pesquisadores. Entretanto, é fundamental observarmos a relação entre “homens e deuses”, “humano e o religioso”, essas esferas nos dão perspectivas para se pensar melhor a sociedade. O estudo sobre o Egito

Antigo em uma dimensão religiosa nos traz visões muito amplas, dentro do que nos legou essa sociedade, através das formas de se pensar o mundo, das explicações mitológicas e de sua forma de vivenciar sua religião.

Dessa forma, é importante, ao realizarmos qualquer análise a respeito de religiões, compreendermos a sua função em contexto com aquela sociedade, buscando observar seu real protagonismo, impactos e rupturas, pois cada religião contém a sua singularidade dentro de um processo religioso.

Este artigo tem como objetivo analisar a imagem do deus Aton no episódio amarniano e o como discurso de paternidade utilizado por Akhenaton foi expresso nas fontes, fornecendo uma nova interpretação do demiurgo.

No contexto analisado, levamos em consideração o processo da solarização na XVIII dinastia e que teve seu apogeu durante o reinado de Amenhotep IV (c. 1353-1335 a.C.), segundo filho de Amenhotep III, que no início de seu reinado, mudou seu nome de Amenhotep IV que significa “Amon está satisfeito” para Akhenaton - aquele que serve ao disco solar (CARDOSO, 2001, p.117). O monarca enaltece o deus Aton como divindade máxima em detrimento aos outros deuses do panteão egípcio, e para tanto, mandou construir uma nova cidade na região do médio Egito, Akhetaton, que significa “o horizonte de Aton” para ser a nova capital do Egito e para adorar o novo deus (COELHO, 2015, p.70).

Aton tem o seu nome diretamente associado ao episódio amarniano, pelo qual popularmente é conhecido e, conseqüentemente, as visões acerca do deus se formam em torno de certa exclusividade, relacionada ao período, entre o que se conhece com base nas fontes expressas em Amarna comparada a fontes que mencionam os deuses anteriores a este período.

Neste artigo, pretendemos compreender a representação e a complexidade das manifestações de Aton no discurso de paternidade de Akhenaton, em dois momentos. No primeiro momento, observamos o contexto do processo histórico relacionado ao deus e as fontes que o demonstram em suas representações anteriores ao período de Amarna. No segundo momento, o foco se dará na compreensão dessas manifestações no período Amarniano, através da análise bibliográfica e da análise de uma das estelas de fronteira do ano cinco, que contém o texto da “Primeira Proclamação Real”.

### Aton: Uma breve cronologia.

É difícil estabelecer uma linha cronológica sobre o deus, devido à escassez das fontes, porém um dos registros no mínimo mais antigo relacionado ao deus está no conto de *Sinuhe* ou com a nomenclatura egípcia Sanehet, no início da XII dinastia, ao relatar a morte do faraó Amenemhat I e conter no texto a referência clara ao Aton (LAMB, 2008, p.26).

Para compreendermos essa manifestação, observamos os seguintes trechos textuais: "Que o medo de ti se mantenha (se repita) nas terras (baixas) e altas, pois tu subjugaste tudo o que o disco solar compreende!" (CARDOSO, 1998, p. 137). Nesse momento, o protagonista se refere diretamente ao monarca, é possível inferir por meio do texto, que se refere a uma saudação e uma reafirmação da soberania do faraó. Nesse caso, Senusert I que sucedeu Amenemhat I.

A participação de Aton é perceptível quando o texto expressa o termo "disco solar" que é diretamente a interpretação da divindade, mas não é mencionado diretamente, ele é referenciado no contexto solar. Para Coelho (2017, p.15), Aqui itn que é a palavra utilizada no conto é diretamente relacionado ao sol como corpo celeste, sem que se faça menção alguma à divindade Aton, e que é similar em outro trecho: "O disco solar se levanta devido ao amor por ti" (CARDOSO, 1998, p. 138). Diferentemente do primeiro caso, este configura uma expressão direta que reflete em expressões divinas, ou melhor, que liga a divindade do panteão e o monarca divinizado, o ato não é exceção na história egípcia, pois é comum essa atrativa em vários documentos, como por exemplo, em hinos, onde são mais comuns o uso dessas expressões. Podemos compreender que os hinos pertenciam a uma categoria literária, onde frequentemente os deuses eram bajulados, enaltecendo seus atributos mais característicos e seu prestígio dentro do panteão (CHAPOT, 2013, p.120).

Nas duas citações, como podemos observar, a figura de Aton é citada, relacionando com o "disco solar" de forma sinótica, mesmo que em situações diferentes. As expressões dialogam entre si, entretanto, mesmo que o texto destaque o "disco solar", não ocorre aqui uma personificação de Aton enquanto deus, a questão de sua divindade

não foi demonstrada. Diferentemente desta citação onde vemos uma personificação do disco solar ao divino dentro da representação: “Ele voou para o céu e uniu-se ao disco solar. O corpo divino misturou-se com aquele que o fez.” (CARDOSO, 1998, p. 128).

O trecho relata sobre a morte do faraó Amenemhat I, e neste sentido Aton aparece referenciado como o disco solar. Além disso, é compreendido como uma divindade criadora, pois Amenemhat I voou para o céu se unindo a ele, o corpo divino sendo o faraó, e aquele que o fez, sendo o disco solar, neste caso o Aton.

Ainda que Aton apareça no trecho representado como uma divindade criadora, sua associação direta ao panteão se dará no início da XVIII dinastia, no reinado do faraó Ahmés (c. 1550-1525 a.C.), e a fonte que nos demonstra essa expressão que define e legitima Aton a ser associado como imagem de deus solar no contexto da solarização, mesmo que ainda não apareça com o determinativo de deus na inscrição é uma estela que corresponde ao reinado do mesmo, conhecida como “a estela de Ahmés” onde as divindades solares são não somente nomeadas, mas suas atribuições também são destacadas.

Na estela são citadas as divindades: Kepri, Rá, Atum e o Aton, no texto que se encontra gravado na estela o faraó se compara aos deuses pode ser lido da seguinte forma: “como Rá (quando ele) se levanta, como Aton (quando ele) brilha, como Khepri (quando ele) aparece nos olhos, seus olhos nas faces são como Atum no leste do céu” (TAWFIK, 1973, p. 78). É possível observar que enquanto, Rá se levanta, Kepri aparece nos olhos, e olhos nas faces serão como Atum, Aton não efetua nenhum tipo de ação ou localização, nem a leste ou a oeste do céu. Ele apenas brilha, desta forma é nítida a diferenciação na interpretação desses deuses.

Segundo Lamb (2008, p.26), na morte de Amenhotep I, também é utilizada a expressão poética que unifica o corpo divino aquele que o criou, no caso o disco solar, enquanto que seu sucessor Tuthmosis I, escolhe como um de seus títulos a seguinte nomenclatura: “Hórus-Rá, boi divino com chifres afiados, que vem de Aton”.

No desenvolvimento dessa cronologia, com Tuthmosis IV, o Aton aparece referenciado como o deus das batalhas, associando o deus a questão bélica e, portanto, Aton é aquele que faz o faraó reinar sob os domínios egípcios. Dessa forma, traz todos os seus dominados para a luz do disco solar.

Com o reinado de Amenhotep III, as referências ao Aton se tornam cada vez mais numerosas, e Aton já é considerado um deus dentro do panteão. Um desses exemplos pode ser visualizado com o nome dado por Amenhotep III a uma de suas barcas reais, nomeando-a como “Radiante de Aton”, no contexto das comemorações do seu XI ano de reinado, no palácio de Malkata. Além disso, ao menos um de seus filhos ao ser nomeado teve seu nome sendo um composto do nome de Aton.

Percebemos então como a imagem relacionada ao deus Aton passa por um constante crescimento, e um aumento de sua importância nas representações e até mesmo enquanto a qualificativo de Deus dentro do panteão, sobre esse processo Lamb que me parece ter razão relata:

Houve um progressivo aumento das menções e da importância de Aton como uma divindade única durante o período. Esse é um dos aspectos da crescente crença na ideologia do culto solar, além de manifestações de tal fato nos textos religiosos que aparecem nas tumbas dos reis e de seus servidores mais próximos. O novo conceito de Rá e que ele é mais do que um Deus solar, ele é o universo que assimilou todos os outros deuses em seu ser: ele é “o Deus único que se fez para a eternidade”. (LAMB, 2008, p. 27).

Após o reinado de Amenhotep III e o aumento das menções, como já foi tratado aqui anteriormente, a imagem de Aton dentro dessa cronologia chega ao período de Akhenaton, que durante seu reinado constroi a cidade de Akhetaton, e episódio este no qual Aton é popularmente conhecido e posterior a este mesmo episódio Aton se tornará esquecido.

De todo o modo, é nesse período relacionado ao governo de Akhenaton, na cidade de Akhetaton, que teremos a maior quantidade de fontes a respeito do deus Aton. Sendo elas representadas na arte, na arquitetura presente na cidade, e até mesmo na escrita, como por exemplo, é o caso dos hinos, estelas funerárias e estelas de fronteira. A respeito das estelas de fronteira, analisaremos essas questões mais adiante.

### A primeira proclamação real, análise da fonte



Prosseguiremos para a análise, de uma fonte em específico, sob o olhar das estelas de fronteira, e que nos trazem informações indispensáveis na fundação de Akhetaton, nos dedicaremos à fonte que se refere às estelas de fronteira do ano 5, também conhecidas como estelas K, M e X.

Os monumentos foram organizados em dois grupos, os quais se fundamentavam em discursos proferidos pelo faraó Amenhotep IV/Akhenaton ao longo dos anos de construção da cidade de Amarna. Deste modo o grupo 1 compreende as chamadas "proclamações iniciais", datadas do quinto ano de reinado, e o grupo 2, que abarca as "proclamações tardias", referentes ao ano seis, mais explícitas e enfáticas em relação ao que o faraó almejava para o berço do disco solar (CHAPOT, 2015, p. 62- 63).

O grupo de estelas do ano cinco, que utilizaremos aqui como fonte, onde o texto possui poucas diferenças ao efetuar a tradução, sendo assim, trabalharemos com a "primeira proclamação real", traduzida para a língua portuguesa, por Liliane Cristina Coelho, 2015, que em sua tese de doutorado, fez a análise dessas fontes possibilitando que essas informações fossem melhor observadas.

O decreto que conhecemos, então, como Primeira Proclamação foi gravado inicialmente em duas estelas, denominadas M e X, que se localizam nos limites norte e sul da cidade de Akhetaton, na margem leste do Nilo. A "Primeira Proclamação" é um texto longo distribuído em 21 colunas e 80 linhas.

Uma terceira estela foi posteriormente encontrada contendo o mesmo texto, trata-se da estela K. Entretanto, a estela K não se encontrava em bom estado de conservação quando foi encontrada em 1891. Mas era a estela que ocupava a posição mais alta dentre as estelas de fronteira e nela há também a representação de uma cena na qual o rei, a rainha e uma das princesas adoram ao deus Aton, tendo sido adicionadas outras duas princesas posteriormente na representação imagética.

O método de análise que será empregado nesta pesquisa, é o de análise textual quantitativa, que foi demonstrado por Carreira (2004), no artigo "Textos da Religião de Aton", onde o autor ao realizar a análise nos hinos ao Aton, consegue extrair informações importantes para se compreender o Atonismo, ao quantizar informações-chaves que demonstram relações presentes nos textos, porém os hinos possuem a função de demonstrar a adoração e a devoção, como observamos anteriormente, é uma das

características que define a função dos hinos. As estelas de fronteira, não possuem essa característica como fator indispensável de composição, mas é comum os monarcas expressarem valores religiosos nessas composições.

Dividiremos essa análise em três momentos, observando três aspectos distintos: o primeiro, os qualificativos de Aton, empregados nas referências feitas ao demiurgo; o segundo, as relações, comparações entre Akhenaton e o Aton, para vislumbrar essa questão e sua expressividade no texto. E por último, os ordenamentos que serão construídos em Akhetaton por ordem real e que seriam orientados pelo próprio Aton.

### Qualidades do divino

O texto analisado demonstrou uma enorme quantidade de referências às qualificações do demiurgo, é preciso pensar que o texto faz parte das estelas de fronteira, que trazem a periodização da fundação de Akhetaton, [o horizonte de Aton], consigo. Em sequência, demonstraremos quais são essas expressões e a quantidade de menções contabilizadas, nos dando interpretações acerca da expressividade de Aton aos olhos de Akhenaton e a importância que tinha para o monarca evidenciar esse relacionamento com a nova divindade em seu governo.

Tabela 01 - Qualificativos de Aton na Primeira Proclamação Real.

Qualificativos de Aton	Quantidade de menções
Amoroso	4
Belo	3
Bondoso	4
Eterno	6
Grande	3
Iluminador	1

Orientador	4
Pai	15
Provedor	3
Radoso	6
Senhor	7
Vivo	6

Elaborado por: Lucas Araújo, 2021.

É perceptível a quantidade de referências que demonstram as qualidades do divino aqui enaltecido, o que não era incomum os egípcios elevarem elogios aos deuses, pelo contrário, era uma prática muito comum na sociedade. Porém, observamos com base nesses apontamentos a quantização.

Grupo I (0 a 5) = *Iluminador, Amoroso, Belo, Bondoso, Grande, Orientador e Provedor.*

Grupo II (6 a 10) = *Eterno, Radoso, Senhor e Vivo.*

Grupo III (11 +) = *Pai.*

O grupo I, primeiro dos grupos a ser observado, traz menções que são encontradas em menor número no texto, e podem ser considerados como “Qualificativos de Apoio” a propagação de uma nova imagem da divindade cultuada em Akhetaton, como parte da reforma que já era evidente no programa real de Akhenaton desde o ano um de seu reinado (FERREIRA, 2018, p. 65).

Por mais que o grupo um reflita os qualificativos de menor quantização de menções no texto, esses são os qualificativos mais abundantes nas fontes amarnianas, em geral, pois aqui encontramos características e funções do Aton, em sua amplitude de exercícios e manifestações. Sendo assim, é possível inferir que esses são qualificativos que indispensavelmente refletem o que era Aton na visão de Akhenaton por natureza, o demiurgo era naturalmente o provedor, orientador e iluminador e que se apresentava de forma amorosa, bondosa como expressão de sua manifestação, sendo belo e grande.

O grupo II apresenta uma quantidade menor de expressões, porém mencionadas em uma quantidade superior às do primeiro grupo, essas menções tem o alcance entre 6 a 10 menções ao longo do texto, aqui os qualificativos excedem a função simplista e permeiam a visão divina, aspectos relacionados à eternidade do demiurgo, a radiação solar, pois é a forma condensada de se entender o deus, que é o único senhor na nova organização política-religiosa em Amarna, e o monarca frisa a importância de compreender que o Aton é um deus vivo.

Este segundo grupo fortalece a questão divina demonstrando um deus estruturado com os determinativos de divindade máxima, e a necessidade de reafirmar seu posicionamento fica evidente, um reflexo de soberania descrito por Akhenaton a respeito do deus, e compreendemos esta como uma das formas de aumentar seu próprio poder.

O grupo III, sendo este o grupo com o maior número de menções acima de onze, é o grupo que contém o menor número de expressões, uma para ser mais exato, a de pai, a expressão com o maior número de referências observadas, e esta que relaciona o monarca como filho do demiurgo, engendrado por ele.

O monarca, enquanto líder político, também se auto-declarava como filho da divindade solar e esta relação era evidente em outras fontes do período Amarniano.

Cantores, músicos, gritai de alegria. No pátio do santuário do benben E em todos os templos de Akhetaton, O lugar da verdade em que te comprazes. Em cujo centro te ofertamos alimentos. O teu sagrado filho entoa-te louvores, Ó Aton que vives nas alturas E todas as criaturas saltam [de alegria] diante de ti. O teu augusto filho rejubila Ó Aton que vives todos os dias alegre no céu. O teu descendente, o teu augusto filho, Único em Ré: O filho de Ré não cessa de exaltar a sua beleza Neferkhpruré Uaenré. (LICHTHEIM, 1976, p. 91-92).

No presente trecho do “Pequeno Hino ao Aton”, fica nítida a relação de paternidade que Akhenaton demonstra ter com seu deus. Nesse sentido, Aton é pai e mãe ao mesmo tempo. O faraó foi engendrado pela divindade e além de filho, Akhenaton, faz com que a representação dessa relação com o deus possa aparecer como uma tríade formada por Aton, Akhenaton e Nefertiti, sendo, de certa maneira, algo comum no Egito, pensando no exemplo de outras tríades familiares representadas no período como é o caso da tríade do deus Amon (FERREIRA, 2018, p.62). Então, é possível perceber as

possibilidades que essas fontes nos levam a compreender e nos ofertam, no sentido de conhecermos essa relação familiar que o Faraó assume com o deus.

Mais do que compreender a relação paterna que exerciam entre o deus e o faraó. Fica evidente na observação do *grupo III*, a importância que Akhenaton queria transparecer, deixando claro e reafirmando sua descendência divina, dado esta a menção de maior relevância na fonte, e claramente podendo ser compreendido como uma forma de aumentar seu poderio político, através desse relacionamento.

## 2.2 A Relação Aton e Akhenaton.

Para Assmann (2001. p. 10-12), Akhenaton expressa uma relação de muita intimidade com o deus, uma vez que ele seria o maior conhecedor do deus. Portanto, sua maior representação devido essa nova organização, política e religiosa.

Observemos agora, nesse momento, as demonstrações de comparações, relações e ações entre o demiurgo e seu filho, expresso no texto das estelas.

Tabela 02 -Relações/Comparações/ações entre Aton e Akhenaton.

Relações/ações/comparações	Quantidade de menções.
Aquele que enaltece o nome de Aton	3
Amado por Aton	2
Como Aton	2
Está sobre o trono de seu pai	1
O Aton me aconselhou/Ordenou.	5
O Aton está desejoso	2
O Aton está satisfeito	2

O meu pai/ aquele que gerou.	25
Os raios de Aton sobre ele	4
Ele não levanta para outro rei	1

Elaborado por: Lucas Araújo, 2021.

Nesta tabela, os grupos também podem ser divididos para auxiliar na compreensão, porém apenas dois grupos já serão o suficiente dadas às menções e sua devida quantização ao longo do texto.

Grupo I ( 0 a 5) = “Aquele que enaltece o nome de Aton”, “Amado por Aton”, “Como Aton”, “Está sobre o trono de seu Pai”, “O Aton me aconselhou/ordenou”, “o Aton está desejoso”, “O Aton está satisfeito”, “Os Raios de Aton sobre ele”, “Ele não levanta para outro Rei”.

Grupo II (6 a +) = “O meu Pai/aquele que gerou”

O grupo I abarca todos os conceitos desta tabela com exceção de apenas um, que demonstra uma diferença enorme de quantização a nível de menções ao longo do texto, é perceptível, porém uma dinâmica fluida entre o deus e o rei.

Na visão vertical sentido superior - inferior, do deus ao rei vemos que: O Rei é amado por Aton, Os raios de Aton sobre ele, Ele não levanta para outro Rei, o Aton me aconselhou/ordenou.

Na visão Horizontal: O Aton está desejoso, O Aton está satisfeito.

Na visão vertical Inferior-Superior, vemos do Rei ao deus: Aquele que enaltece o nome de Aton, como Aton, Está sobre o trono de seu Pai.

A dinâmica das relações é clara nesse sentido, um fortalecimento da imagem familiar-religioso, proposto entre ambos, um fortalecimento da comparação resulta no reflexo político na nova forma de governo, e isso demonstra o pensamento de Akhenaton com relação a essa associação.

O grupo II reforça mais uma vez a questão da paternidade divina, é interessante que dentro dessa reformulação linguística, Akhenaton dá ênfase em demonstrar a relação

de paternidade, e tal ação se torna evidente e inegável, o Rei utiliza da escrita e da linguagem para reforçar sua visão.

Ao contrário do que se pensou, o faraó não tinha a intenção de popularizar a escrita: o exclusivismo latente em sua reforma tentava tornar a linguagem ainda menos acessível para grande parte da sociedade. Akhenaton encarou as mudanças linguísticas como algo complementar a sua nova visão de mundo, algo que pudesse enaltecer seu papel destacado dentro da religião amarniana, enfatizando a tentativa de divinização do monarca em vida. (CHAPOT, 2013, p. 120.)

O rei promove a sua divinização em vida, e essa divinização não remete há um novo fator e sim, deriva de seu nascimento uma vez que o mesmo é o filho da divindade e se torna assim, o único que conhece o seu pai, nascido dele, gerado por ele e semelhante a ele.

Akhenaton se torna assim, o maior representante terrestre daquele que o gerou, e reina por meio da tutela de seu pai celestial que o aconselha e o ordena os seus direcionamentos na sua casa em Akhetaton.

E dessa forma, Akhenaton manda materializar esses ordenamentos, o rei faz ações e ordena construções que demonstrem a glória do demiurgo, pois estando o Aton desejoso, seu filho, o fará ficar satisfeito.

Dessa forma, no texto verificamos que ações Akhenaton desenvolverá no sentido de agradar o seu pai, e que por sua vez, iluminará o trono do filho, através da monumentalidade Akhenaton fortalece seu poder político na forma de governar o Egito.

### **Os ordenamentos reais.**

Nos textos, compreendemos também as ordens reais expressas no ano cinco, para a construção de Akhetaton, e a solidificação das imagens de Aton enquanto divindade máxima, através do que foi projetado por seu filho.

Neste momento, verificaremos quais foram esses ordenamentos, listados na tabela abaixo.

Tabela 03 - Ordenamentos Akhenaton/ Aton.

Aton	Akhenaton
Construção de Akhetaton	Oferendas
Casa do Aton	Cerimônias
	Palácio para o Aton
	Templo de Aton
	Sombra da Grande Esposa Real
	Casa da Alegria
	Rendimentos
	Oblações

Elaborado por: Lucas Araújo, 2021.

Para a compreensão desta tabela também seguiremos a mesma linha metodológica, por mais que no caso desta tabela a mesma não apresente a quantização de menções dessas ações. Variam entre 1 a 2, em sua quantidade, na expressão textual.

Todavia, ambas remetem um extremo significado, pois são os ordenamentos e que serão realizados dentro do espaço de Akhetaton. Nesse sentido, podemos fazer a leitura da tabela dividindo o seu conteúdo em dois grupos.

Grupo I (Aton) = *Akhetaton, Casa do Aton.*

Grupo II (Akhenaton) = *Oferendas, Oblações, Cerimônias, Rendimentos, Palácio para o Aton, Templo de Aton, Sombra da Grande Esposa Real e a Casa da Alegria.*

Os grupos neste momento são um pouco mais objetivos, é possível verificar uma correlação entre ambos, que parte do Aton direcionando o faraó, a respeito da construção de uma nova cidade, como é evidente no texto:



(Então) Sua Majestade disse a eles: “Eis aqui o Aton! O Aton está desejoso de que seja feito para ele --- como um monumento com um nome eterno e para sempre! Agora, este é o Aton, o meu pai, quem me aconselhou [sobre isto], (a saber) Akhetaton. (COELHO, 2015, p.82).

Parte de Aton, a ordem da construção de acordo como discurso de Akhenaton, sendo assim, o filho atende o desejo de seu pai, e realiza para o mesmo, todos os monumentos citados no segundo grupo. Dessa forma, o rei aumenta sobremaneira a visão a respeito do deus, promove a imagem do demiurgo e a sua própria imagem, se tornando relacionados e compartilhando de um reinado de duplo governo, onde o deus se torna rei do Egito por intermédio do Faraó. E o Faraó se torna deus solarizado através do demiurgo, sendo no Faraó a maior representação terrestre do deus, uma vez que o Aton só é conhecido por intermédio dele.

A relação que se estabelece entre o deus e o monarca é sui-generis. A inversão do direcionamento do olhar, induzida pelos raios do disco solar, diviniza o faraó. Se, antes, o rei do Egito era mostrado tanto em suas caracterizações humanizadas quanto em suas aparições divinizadas, agora, suas sucessivas associações imagéticas com elementos divinos e com o poder fornecido pelo deus Aton escondem sua faceta humana. Esse acontecimento transforma a hierarquização canônica entre a divindade e o monarca (FERREIRA, 2018, p.102).

Dessa forma, entendemos que Akhenaton e sua relação direta com o deus, fica registrada nas ações que o mesmo ordena em nome de deus e para o deus, criando assim o fortalecimento de seu nome.

Analisando o conjunto dessas três tabelas elaboradas para a análise, fica mais claro pensar nas reflexões divinas, sobre o deus Aton no episódio Amarniano e o como o mesmo será apresentado por seu filho, nessa nova formulação político-religiosa.

E vemos como é intimamente ligado o ciclo dessas relações, através dos textos das estelas de fronteira do ano cinco, e suas demonstrações físicas. Os qualificativos do deus conotam o como o Rei o compreendia e como o mesmo, pretendia que o deus fosse vislumbrado, dessa forma encontramos no deus de acordo com a análise, às suas atribuições, pois nele se concentra aspectos que anteriormente pertenciam a outras divindades.

O Aton ordena a construção de sua cidade, de acordo com a justificativa de Akhenaton, e assim, o monarca segue as demais realizações. O texto pode ser compreendido de certa forma como uma justificativa, para a fundação da cidade, e a relevância e a importância do deus, neste novo cenário de reorganização cósmica proposto pelo monarca.

A Relação paterna, no qual o filho agrada o seu pai, também aparece como fator indispensável, para essa nova formulação, também sendo uma justificativa das ações do rei ao longo de seu reinado.

Fazer essas análises, sobretudo Amarna, apresentam complexidades que buscam aqui serem melhor compreendidas a fim de se estabelecer, respostas às dúvidas que existem ao se pensar no período de Amarna, e no caso dessa pesquisa os reflexos da divindade de Aton, o único e resplandecente senhor da eternidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo foi observado, em um primeiro momento, um breve histórico a respeito do deus Aton, e, sobretudo suas primeiras representações. Desde as primeiras fontes que o mencionam no conto de Sanehet, até a sua manifestação mais conhecida, no período do faraó Akhenaton, na XVIII dinastia. Fica demonstrado o percurso da divindade egípcia, e do aumento da relevância de sua importância, nos reinados que o sucedem. O deus não é uma exclusividade de Akhenaton, e sim, fruto de um processo histórico, tendo grande representatividade, no reinado de seu pai, Amenhotep III.

Akhenaton intensifica a importância do deus, durante seu reinado, elevando o demiurgo a divindade máxima, na sua nova reorganização cósmica do universo, o que é expresso por intermédio das fontes disponíveis no espaço.

A análise quantitativa acerca do texto demonstrou sua amplitude para se pensar nas reflexões do demiurgo, e através dos resultados é possível inferir que Akhenaton utilizou a imagem de Aton, para justificar sua reforma, aprofundando, fortalecendo e centralizando o seu poder político-religioso, como fazia parte de seu projeto de governo desde o ano um de seu reinado.

E essa justificativa inicia quando é demonstrado que o Aton orientou e ordenou a Akhenaton sobre a construção da cidade de Akhetaton, no desejo de possuir uma casa para si, como fica evidente, através das estelas, partindo dessa primeira vontade do deus, Akhenaton realiza as transformações realizadas, promove a imagem do deus lhe atribuindo à soberania máxima.

A segunda justificativa utilizada por Akhenaton é relacionada à paternidade do deus que assumindo uma posição de Pai e ao mesmo tempo mãe, teria gerado o seu único filho, o unigênito do divino e o único que conhece o seu pai diretamente. Akhenaton solidifica suas ações em relação ao Pai, através da monumentalidade, com o objetivo que suas obras viessem a enaltecer o Aton e carregar seu nome para a eternidade, através de seus feitos em Akhetaton.

Assim, o Rei aumenta o nível de sua divindade em vida, pois o rei é como o Aton, ele se assemelha ao seu pai, nas suas colocações, demonstrando uma nova forma de poder, não vista antes na história do antigo Egito.

Mesmo com toda essa projeção, política e religiosa levada e propagada por Akhenaton, a reforma não durou por longo tempo, aproximadamente vinte anos até a mesma ser abandonada. Porém, através das fontes fica o legado de Akhenaton e seu testemunho para a posteridade, do rei do Egito que governou como deus solarizado, através da divindade de seu pai, e o deus que outrora era uma divindade secundária no panteão se torna rei do Egito através de seu filho.

Os estudos acerca das estelas de fronteira nos dão base para essas afirmações, porém os mesmos podem ser observados em diversos outros questionamentos. Esse estudo buscou de forma objetiva, refletir e responder questionamentos feitos a respeito da divindade solar em Amarna, propondo uma reflexão a respeito do único e resplandecente Senhor da Eternidade, Aton.

#### Fontes:

1. **A Primeira Proclamação: Tradução corrida.** Tradução utilizada do texto da estela K.(p. 109-115).
2. **Liliane Cristina Coelho, Mudanças e Permanências no Uso do Espaço: A cidade de Tell El-Amarna e a questão do urbanismo no Egito Antigo,** Tese de Doutorado,

Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015

## REFERÊNCIAS

ASSMANN, Jan. *The search for a God in Ancient Egypt*. Londres: Cornell University Press, 2001.

BAINES, J.; MÁLEK, J. *O mundo egípcio: deuses, templos e faraós*. Madrid: Ediciones del Prado, 1996.

CARDOSO, Ciro F. *Sete Olhares sobre a Antiguidade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_ “De Amarna aos Ramsés.” Rio de Janeiro, Phoînix/UFRJ. Ano VII, 2001.

CARREIRA, Paulo. Textos da Religião de Aton. *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, Lisboa, Ano III, 2004.

CHAPOT, Gisela. *O Grande Hino ao Aton e a Expressão da Teologia Amarniana*. *Revista Mundo Antigo*, Rio de Janeiro, Ano II, V. 2, N° 04, 2013

\_\_\_\_\_ *A família real amarniana e a construção de uma nova visão de mundo durante o reinado de Akhenaton (1353-1335 a.C.)*. Vol. 1. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015

COELHO, Liliane Cristina. *O Deus Aton e a Solarização da Religião Egípcia durante o Reino Novo (1550-1070 a.C.)*. In: BAKOS, Margaret Marchiori.; SILVA, Maria Aparecida de Oliveira (Eds.). *Deuses, Mitos e Ritos do Egito Antigo*. Balti: Novas Edições Acadêmicas, 2017.

\_\_\_\_\_ *Mudanças e Permanências no Uso do Espaço: A cidade de Tell El-Amarna e a questão do urbanismo no Egito Antigo*, Tese de Doutorado. Programa

de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015

FERREIRA, Carolina velloza. *A imagem, o faraó e o deus na época de Amarna, continuidades e rupturas; Egito século XIV a.c.* 2018. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

LAMB, Vanessa Martins. *Arqueologia histórica egípcia no período de Amarna.* Dissertação de Mestrado, Programa de Pós graduação em História da Faculdade de filosofia e ciências Humanas,. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

LICHTEIM. Miriam. *Ancient Egyptian Literature, A Book of Readings*, vol. II, Los Angeles/ Berkeley/Oxford, University of California Press, 1976.

TAWFIK, S. *Aton Studies 1: Aton before the Reign of Akhenaten*. MDAIK. Mainz/Rhein: Verlag Philipp von Zabner,

# Aspectos das Leis, Direitos e Sociabilidade da Mulher na Sociedade Otomana

Alex Souza Felix

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Alex.souza@estudante.ufcg.edu.br

A partir das últimas duas décadas o ocidente produziu, através de diversos veículos e formas de comunicação, uma elaborada rede discursiva da qual foi inventada uma ideia generalizante e depreciativa dos valores, aspectos da cultura muçulmana e da religiosidade islâmica. Uma das principais imagens elaboradas é a da misoginia islâmica nos padrões dos atos dos grupos radicais como o Talibã ou a Al Qaeda. O presente artigo tem por objetivo explicar os elementos da cultura otomana/muçulmana na qual se encontram uma série de direitos e possibilidades que, dentro do seu contexto histórico e comparativo, demonstram uma cultura significativamente avançada no âmbito da igualdade e liberdade feminina. Para este fim, o presente trabalho buscou utilizar referências do Alcorão, de tradutores desse mesmo livro sagrado, trabalhos de autoras muçulmanas e obras sobre o Império Otomano de forma geral, partindo da discussão teórica da construção de identidade com base em Zygmunt Bauman.

**Palavras-Chave:** Islã. Império Otomano. Mulheres. Direitos

## INTRODUÇÃO

11 de setembro de 2001 é uma data que acabou por ser do tipo que dispensa apresentações no mundo ocidental. O evento que ceifou três mil vidas marcou, para muito além do paradigma estadunidense, um novo fôlego na construção discursiva de inimigo do ocidente capitalista. A partir desse momento, surge mais um capítulo de afirmação e

reafirmção do ser americano e, daquele momento em diante, do ser mulçumano. Toda uma religiosidade milenar ligada a um império também milenar e responsável por toda uma série de inovações técnicas, culturais e burocráticas, enquanto a Europa ainda se encontrava como pequenos feudos agrários, passa a se tornar um reflexo dialético do que seria o Ocidente. A cultura muçulmana seria, nesse discurso, a cultura da barbárie, do atraso, da ignorância, da irracionalidade e violência.

“Afim de contas, a autoconsciência de um povo, da sua diferença e autonomia, das suas características particulares e singulares, nasce muitas vezes da sua comparação com o «outro» como forma de se auto-definir em termos daquilo que é, ou não.” (QUATAERT, 2008, p.18).

O que percebemos é a formação de uma nova identidade que busca extrapolar os níveis das fronteiras internacionais e sociais em torno de uma ideologia que unificaria diferentes grupos sociais dentro desse projeto. O ser americano não se limita ao ser estadunidense, mas a convocação dos indivíduos ocidentais pela proteção do ser ocidental agora contra esse tal ser mulçumano. As diferenças e disputas sociais ou as identidades, tal qual são percebidas e tratadas na pós-modernidade em sua liquidez, sejam étnicas, xenófobas, de gênero e tantas outras “deveriam” ser postas de lado nessa disputa contra o que seria um inimigo em comum do ocidente. (BAUMAN, 2011, p.17-18). O ser ocidental seria uma identidade que superaria e unificaria todas sob este novo contexto pós 2001.

“fato de que essas rematadas ficções se prestam facilmente à manipulação e à organização das paixões coletivas nunca foi mais evidente do que em nosso tempo, quando a mobilização do medo, do ódio e do asco, bem como da presunção e da arrogância ressurgentes — boa parte disso relacionada ao islã e aos árabes de um lado, e a “nós”, os ocidentais, do outro —, é um empreendimento em escala muito ampla.” (SAID, Edward. *Orientalismo - O Oriente Como Invenção do Ocidente*. p.6).

Essa construção, no entanto, como já foi trabalhada em outras obras acadêmicas, não é totalmente uma novidade. A narrativa do mulçumano enquanto esse ser quase vilanesco, e em diversas produções hollywoodianas de fato é um vilão, surge através dos

européus, a partir da grande formação do império turco e com o início de sua derrota, em 1683, quando os mesmos são derrotados em Viena.

“Qualquer que possa ter sido o significado étnico da palavra «turco», este cedo se perdeu, vindo o termo a ser sinônimo de «muçulmano». Tornar-se turco queria dizer converter-se ao Islamismo.” (QUATAERT, Donald O Império Otomano Das Origens Ao Século XX, Edições 70, 2008. p.15).

A construção dos signos que passa a definir, apesar da utilização do termo “visto com os próprios olhos”, não surge apenas da busca da compreensão deste outro. É necessário ressaltar que esta elaboração discursiva nunca é neutra, muito distante disso, busca atender um conjunto de demandas. Demandas estas de afirmação de si próprio. Para que uma coisa não seja, é preciso antes que algo tenha sido, e vice-versa. Para que haja distinção, aquele outro representa todos os aspectos que não somos e, principalmente, aquilo que se considera ruim. Em outras palavras, a composição deste discurso prioriza acima de tudo a relação dialética entre os sujeitos envolvidos.

“(…) quando os europeus procuraram definir-se a si mesmos, fizeram-no, em parte, caracterizando-se segundo aquilo que não eram. Os europeus fizeram dos Otomanos o repositório do mal; identificaram as características que queriam possuir, atribuindo as contrárias ao seu inimigo. Foi, portanto, a crueldade em oposição à humanidade; a barbárie em contraste com a civilização; os infiéis contra os verdadeiros crentes. Podia saber-se quem se era através da caracterização de quem e daquilo que se não era (nos primórdios do Islamismo e no século VII d.C., os habitantes das regiões que hoje conhecemos como Inglaterra, França e Alemanha atribuíram esse papel do «outro» aos muçulmanos dos territórios árabes). No imaginário dessas populações europeias, cuja identidade estava ainda em formação, descrevia-se os Otomanos (os outros) como portadores de qualidades que os indivíduos civilizados (nós) não possuíam/não podiam possuir. No espírito do mundo europeu, os Otomanos ora eram terríveis, selvagens e «vis», ora tarados sexuais, devassos e dissolutos.” ((QUATAERT, Donald O Império Otomano Das Origens Ao Século XX, Edições 70, 2008, p.19).



IMAGEM 1: Charge The Real Suicide Bomb



Forkum. ([http://www.lem.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=1173 & evento=37](http://www.lem.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=1173&evento=37), 2005).

IMAGEM 2: O cavalo de Troia islâmico



Autor Desconhecido (Fonte: <https://profroslibaracal.wordpress.com/2015/11/19/voce-conco-rda-com-essa-charge/>, 2015).

Ambas as charges ilustram a identidade construída sob o oriente mulçumano. A primeira trata do surgimento dos debates acerca da xenofobia crescente em relação aos mulçumanos, de forma a propor que o multiculturalismo seria algo que traria uma espécie de ruína alegorizada pelo cinto de dinamite na figura do mulçumano. Nota-se que, como

discutido anteriormente, os indivíduos da charge são de grupos étnicos distintos envolvidos com a questão do terrorismo. Por não defenderem acima de tudo o projeto de sociedade moderna ocidental e problematizar questões étnicas e culturais, estes seriam mortos. Já a segunda charge, ganhou destaque em 2016 e, trata de uma temática levantada até pelo então presidente dos EUA Donald Trump e grupos políticos de direita. Trata-se de uma teoria da conspiração baseada em um discurso de ódio xenofóbico de que os refugiados do Oriente Médio são membros de grupos terroristas que estariam invadindo secretamente as potências globais. Estas duas charges representam uma insignificante fração da larga produção imagética do Oriente Médio, todavia ambas trazem dois dos grandes elementos ditos sobre estes povos: violência e ameaça.

Presenciamos uma construção histórica discursiva de séculos de uma visão, de uma ideia de povo indissociável de sua religião, cuja as construções são de um pensamento generalizante e condenatório da religiosidade muçulmana mundo afora, que resultou em ataques violentos e até mortes, como o caso da Nova Zelândia em 2019 com 49 mortos. Contudo, um dos mais significativos elementos de condenação na atualidade, no mundo pós-moderno, é o machismo extremista dentro da doutrina muçulmana, principalmente após a retomada do Talibã no Afeganistão em 2021 com a saída das tropas estadunidenses.

É uma representação constituída por estereótipos, esquematizações reducionistas e por confusões conceituais, todavia, uma análise mais atenta da cultura otomana/muçulmana demonstra que esta ideia sobre a religiosidade e cultura árabe em sua totalidade não é tão precisa quanto é pensado. Ao contrário, durante séculos as mulheres muçulmanas ou Otomanas gozavam de um relativo (ênfase na relatividade) avanço no âmbito dos direitos e liberdades durante séculos do grande império, ainda mais se comparado a sociedade europeia judaico-cristã na mesma época. O presente texto busca explicitar esses aspectos que surgiram a partir da sociedade otomana e que foram eliminados ou distorcidos por grupos radicais, em grande maioria, da segunda metade do século XX. A realidade do Islã e das sociedades muçulmanas possui muito mais nuances e frequentemente não correspondem às ideias estabelecidas.

## Do Alcorão

Partimos, então, da principal fonte que embasou todo um código de conduta e hierarquização de poder. Em linhas gerais, o alcorão é o compilado de escritos do profeta Maomé produzido por volta de 650 d.C. no califado Omar. Divide-se 114 suras (algo próximo à capítulos) que por sua vez são repartidos em ayat (algo equivalente aos versículos da bíblia cristã). A partir da compilação desses textos e da influência do profeta Maomé, formou-se os primeiros agrupamentos que deram origem ao, então, futuro Império Otomano que conquistará praticamente toda a região do mediterrâneo num sistema de governo organizado por califados. Estes mesmos sempre buscaram uma justificativa hereditária ligada ao profeta Maomé para legitimar o poder e influência. Uma das especificidades desse império é a aceitação de outras doutrinas religiosas dentro de suas fronteiras, dentre elas encontra-se o judaísmo e cristianismo.

O Alcorão representou uma profunda mudança social ao estabelecer uma série de normas, leis, paradigmas, percepção de mundo, hierarquias, distinções, igualdades, ética e tantos outros aspectos sociais e espirituais fundamentados numa crença monoteísta e na experiência de vida do profeta Maomé (MHOMED, Imran. 2019). Dentre as primeiras mudanças, as mulheres deixam de ser vistas apenas como propriedade dos homens e é abolido completamente a prática de matar crianças do sexo feminino que era comum na época. Em "Le Génie de L'islam initiation à ses fondements, sa spiritualité et son histoire", o autor Tariq Ramadan propõe a existência de cinco formas de interpretação do texto sagrado:

1. literalistas, que leem as fontes sem considerar as perspectivas históricas e oferecem pouco lugar à razão;
2. tradicionalistas, que vão considerar os estudiosos antigos;
3. reformistas, que devem considerar a razão para compreensão dos textos, da *Ijtihad* e das Ciências;
4. racionalistas, que afirmam que a razão deve se impor à autoridade dos textos e desenvolver um pensamento secularista;
5. míticos, que fazem uma leitura pela inteligência do coração e se dedicam à purificação e liberdade do ser;

O fato da existência de um texto escrito não implica numa unidade de pensamento, muito longe disso, as cinco formas de interpretação mencionadas produziram formas de pensamento distintas e até conflitantes nos mais diversos assuntos, desde espiritualidade até organização social e, em especial, o dever/natureza feminina e masculina. Se por um lado houveram grupos que a partir do Alcorão defenderam um projeto no qual as mulheres são sujeitas a total submissão e controle dos seus corpos pelos homens, como o caso do Talibã, por outro, as demais correntes chegaram a promover um discurso de igualdade de gênero a frente de sua época.

"Quanto aos muçulmanos e às muçulmanas, aos fiéis e às fiéis, aos consagrados e às consagradas, aos verazes e às verazes, aos perseverantes e às perseverantes, aos humildes e às humildes, aos caritativos e às caritativas, aos jejuadores e às jejuadoras, aos recatados e às recatadas, aos que se recordam muito de Deus e às que se recordam d'Ele, saibam que Deus lhes tem destinado a indulgência e uma magnífica recompensa." (Alcorão 33:35).

Nos últimos anos, houve uma produção focada na análise do discurso do Alcorão, grande parte de autoria de mulheres muçulmanas, que buscam desconstruir o discurso e a interpretação dessa religiosidade como nada além ou principalmente misógena. É inegável que de fato existe um trecho do livro sagrado que confere o direito ao homem de agressão física à esposa, contudo Fatima Mernissi, ativista marroquina feminista, argumenta que:

"não achou tradição que o próprio Profeta alguma vez tivesse levantado a mão contra alguma das suas mulheres, e sugeriu que a permissão dada pelo Profeta para o uso da violência contra as mulheres foi sob a influência de Omar ibne Alcatabe (o controverso segundo califa do Islão, 634-644), conhecido pela sua misoginia." (Mernissi, Fatima (1987). *The Veil and the Male Elite: a Feminist Interpretation of Women's Rights in Islam* - Perseus Books, 1987. [S.l.]: Perseus Books. pp. 154-157)

Em complemento à fala de Mernissi, importa-se ressaltar o destaque de Francirosy, na qual nota-se uma contradição nas doutrinas Alcorão, porém, esta contradição se daria pela inserção posterior ao que foi passado pelo Profeta e, neste caso, a fé islâmica só poderia se basear na própria figura de Maomé por ser a figura mais

próxima ao divino. Logo, seu comportamento é o mais próximo das próprias leis divinas e deveriam assim ser seguidas.

“um dos hadices que narra a história de um companheiro de o Profeta que perguntou ao Mensageiro: “O que você diz [aconselhar] sobre nossas esposas?” ao que o Profeta respondeu: “Divida com elas a mesma comida que você tem para si mesmo, e vista-as com a qual você se veste, e não as bata, e não as injurie”. (BARBOSA, Francirosy Campos. Violência doméstica: o que o Islam nos ensina a respeito? Instituto da Cultura Árabe, 2020. Disponível em: <https://icarabe.org/node/3952>. Acesso em: 15 de outubro de 2021).

Não somente em interpretações, mas também em vários trechos é explicitado a total rejeição de qualquer forma de violência, física ou moral, para as mulheres. No caso do divórcio, encontramos uma variedade de elementos interessantes que vão desde sua contemplação dentro da própria instituição religiosa, ao seu desenrolar e a previsão de uma ética contra possíveis formas de vingança por parte do marido, diga-se de passagem, que, em diversos casos, esta é a razão por trás de feticídios, por exemplo:

“Uma mulher, que se preocupa que seu casamento não pode continuar, informa as autoridades sobre esta situação. Se as autoridades concordarem com ela neste ponto elas dão à mulher o direito de divorciar -iftida-. Se a mulher decide se divorciar, ela devolve ao marido qualquer coisa que ela pegou dele como mehr. A expressão apoiada no verso: “algo de tudo quanto lhes haveis dotado” pode ser entendida como tanto a quantidade total de mehr ou como uma parte específica dele. O valor a ser pago é decidido pelas autoridades. Se o marido é decidido não ser culpado e ter cumprido seu dever como um marido, a mulher é suposta para reembolsar a quantidade inteira.” (BAYINDIR, Abdúlaziz. Quais os Direitos da Mulher no Divórcio?. Islão e Alcorão, 2017. Disponível em: <https://www.islaoalcorao.com/os-direitos-da-mulher-no-divorcio/>. Acesso em 14 de Outubro de 2021).

“Não as tomeis de volta com o intuito de injuriá-las injustamente, porque quem tal fizer condenar-se-á. Não zombies dos versículos de Deus e recordai-vos das Suas mercês para convosco e de quanto vos revelou no Livro, com sabedoria, mediante o qual vos exorta.” (Alcorão, versículo: 231).

O livro sagrado islâmico também apresenta uma dinâmica diferente entre os gêneros na apresentação do mito da origem da vida e criação do mundo. Diferente da concepção cristã, onde a mulher (Eva) surge a partir do homem (Adão) em função da

necessidade deste segundo e com o propósito de auxiliá-lo (Gênesis), no Alcorão utiliza-se um pronome sem gênero para designar o ser de origem (nafs) de ambos que, segundo Ahmed Ali, significa alma, ser, célula, etc. Neste sentido, o ser mulher e o ser homem não possuem uma desigualdade “natural” intrínseca, ao contrário, sua composição possuem as mesmas raízes míticas.

Em outra comparação, o islã apresenta um pensamento ético sobre as relações sexuais. O sexo não possui uma conotação negativa ou vergonha como a lógica profundamente enraizada no imaginário ocidental. Não obstante, a associação dessa promiscuidade negativa ligada à mulher e ao corpo feminino, na qual o homem aparece por diversas vezes como vítima, também não aparece dentro da doutrina islâmica.

“O fato que os princípios da liberdade e democracia humana deveriam governar as condutas morais também é visto como justo e correto, como no caso da política. O sentido intrínseco disso é que os seres humanos deveriam fazer frente a seus instintos inatos e desejos naturais, da mesma maneira como um governo justo e democrático o faz com respeito ao povo.

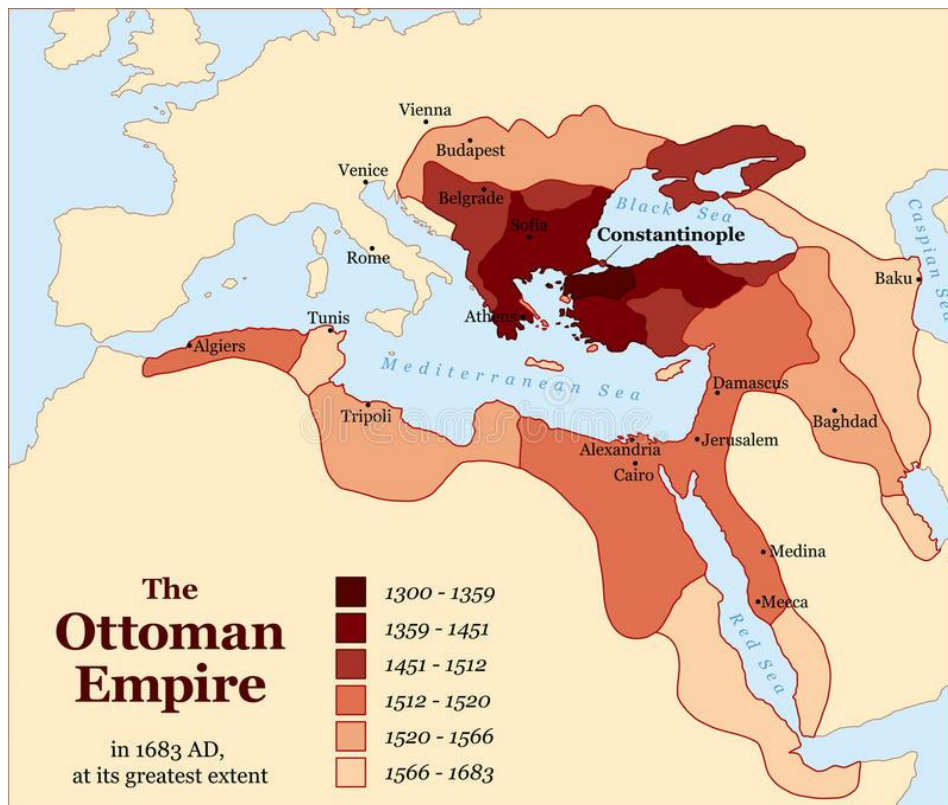
(...) O Islam trata as questões do comportamento sexual a partir da mesma base ética que é comumente reconhecida hoje em dia na regularização das atividades econômicas e políticas. Pois, os indivíduos são propensos a cometer verdadeiros erros em função de suas vidas sexuais serem regidas com base em seus próprios juízos morais. Podem, por meio de uma concepção equivocada ou por capricho, ignorar a necessidade de manter uma preocupação democrática pelos princípios éticos frente a seus problemas individuais, que surgem em circunstâncias que evidenciam a falta de toda restrição ou reserva pessoal e um completo caos.” (MUTAHHARI, Murtaza. A Ética Sexual no Islam e no Mundo Ocidental. Portal Arresala, A Essência do Conhecimento Islamico, 2017. Disponível em: <https://www.arresala.org.br/biblioteca/a-ética-sexual-no-islam-e-no-mundo-ocidental>. Acesso em: 13 de Outubro de 2021.).

A culpa e a vergonha do corpo no mundo cristão derivam do gênesis. Nele, a culpabilidade deste traço, assim como de muitas mazelas do mundo, deriva da mulher (Eva) responsável pelo pecado de desobedecer ao Deus cristão. Por essa razão, todas “precisam” se submeter a uma rígida etiqueta de encobrir as próprias partes naturais do corpo, porém, o homem ainda segue sendo feito a imagem e semelhança de Deus e criado pelo próprio desejo dele e não em razão de outro. A mulher passa, no mundo cristão ocidental, a ser a responsável pela promiscuidade e desvios de caráter do homem. Esta é uma ideia tão bem enraizada no imaginário Ocidental que mesmo hoje, em casos de estupro, a vítima é questionada por autoridades e familiares pelas roupas que veste ou

pelo lugar que frequenta. Neste caso, o criminoso pode ser inocentado pelo crime por ter sido induzido pela vítima a fazer o ato, mesmo quando esta deixa claro a inexistência do consenso.

## Da Sociedade Otomana

IMAGEM 3: Mapa do Império Otomano em 1683



FURIAN, Peter Herme. (CanStock, 2013).

Ao longo da formação de um império, leis e normas comportamentais são criadas e alteradas ao longo do tempo, ainda mais considerando a longevidade do império otomano, não seria de nenhuma surpresa que os califados eventualmente se contradissem em suas respectivas legislações. Direitos conquistados e outros retirados, mesmo que em ambos os casos as elites locais recorrem à mesma fonte, o Alcorão, para legitimar sua decisão. O processo de ressignificação e de novos horizontes de sentidos sempre surgem pluralmente. A partir disso, talvez cabe lembrar a contribuição de Certeau:

"O desígnio que um grupo elabora traduz-se imediatamente por uma constelação de referências. Elas podem existir apenas para ele, isso não mesmo será indispensável para que haja comunicação. (...) A toda vontade construtiva (e todos os grupos a pressupõem), são necessários sinais de reconhecimento e acordos tácitos acerca das condições de possibilidade para que lhe seja aberto um espaço onde se desenvolva. Os pontos de referência organizam iniciativas. Um mapa permite viagens. Representações aceitas inauguram uma nova credibilidade, ao mesmo tempo que a exprimem". (Certeau, 1999, p.34).

Em 2021, a Suíça aprovou uma lei que proíbe diretamente a utilização da burca em espaços públicos. Contudo, o país não é pioneiro nesse tipo de lei. Outros países europeus aprovaram o mesmo tipo de lei sob o argumento da luta contra o terrorismo. A lei em si não possui fundamento, pois nunca houve caso de ataque onde sequer o culpado usasse a tal vestimenta ou que a mesma vestimenta tivesse qualquer tipo de ligação ao ataque. Grupos de esquerda e de mulheres islâmicas criticaram a lei, apoiada por extremistas de direita, sob acusação de apenas promover a xenofobia.

A burca é um elemento que ganha força na lei de uso obrigatório para as mulheres na região do Oriente Médio no século XX com o surgimento dos grupos radicais. No Alcorão a vestimenta não é mencionada. As regras de vestimentas descritas no livro sagrado limitam a ideia de vestir-se dignamente. As leis otomanas eram omissas quanto ao que deveriam compor a vestimenta feminina, contrariamente a indumentária masculina onde vemos, por exemplo, a lei de 1829 que obrigava o uso de turbantes ou chapéus idênticos. O guarda roupa feminino islâmico durante esses séculos seguiu os padrões de ética de cada localidade do vasto império juntamente dos movimentos de moda. Conquanto, o aporte teológico que apoia a mentalidade implícita da política que força a utilização da burca ou que promova uma espécie de vergonha do corpo feminino encontra-se no livro sagrado cristão. Segundo a Bíblia:

"Mas, se para a mulher é coisa indecente tosquiarse ou raparse, que ponha o véu. O homem, pois, não deve cobrir a cabeça, porque ele é a imagem e glória de Deus, mas a mulher é a glória do homem. Porque o homem não provém da mulher, mas a mulher do homem. Porque também o homem não foi criado por causa da mulher, mas a mulher por causa do homem." (1 Cor 11:6-9).

Não poderíamos deixar de mencionar as formas de aprendizado do islamismo. Este elemento contrastante com a metodologia cristã influenciou significativamente o



status da mulher islâmica. Enquanto as imagens se tornaram um dos elementos centrais para a cristianização das massas da população europeia e o conteúdo escrito da bíblia apenas começou a ser acessível a partir das reformas protestantes no século XVI, o islamismo priorizou o entendimento a partir da leitura. Dessa forma, encontramos dentro do Império Otomano um elevado índice de alfabetização, tanto dos adeptos masculinos quanto feminino. A importância da leitura é tamanha na cultura islâmica que encontramos nas mesquitas textos inteiros cravados nas paredes por todo o templo.

IMAGEM 4: Escrita em Parede de Mesquita



HEGAZI, Rania. (Can Stock, 2018).

Donald Quataert cita em sua obra que as famílias otomanas passaram a desejar que as filhas possuíssem educação formal. As elites já contavam com quase todas as filhas frequentando instituições privadas, no entanto, já na década de 1940 uma a cada três garotas em idade escolar possuía algum grau de instrução do ensino público. Todavia, o ensino superior até a Primeira Guerra Mundial mantinha-se exclusivamente para o público masculino. A grande maioria das mulheres no serviço público ocupavam cargos nas escolas oficiais femininas e na Escola de Belas Artes, apesar de existirem alguns exemplos de mulheres exercendo funções políticas. Nilufer, por exemplo, mulher do sultão Oran (1324-1362), o segundo governante otomano, desempenhou o cargo de governadora de uma cidade recém-conquistada. Outros exemplares importantes citados por Quataert na consolidação do poder governante incluem:

“Murad IV assumiu o controle pessoal no período final da sua regência (1623-1640) - fato invulgar para um governante do século XVII. Todavia, nos primeiros anos, foi Kösem, sua mãe, quem habilmente reabilitou as finanças do Estado após um grave período inflacionista. Até aos reinados de Mahmud II e Abdülhamid II, no século XIX, deixou de haver na história otomana sultões que tivessem comandado efetivamente o Estado e as forças militares. Mehmed V (1648-1697) pôde tornar-se sultão embora fosse ainda criança porque não era necessário que reinasse de fato. Em vez disso, simboliza um sistema que funcionava em seu nome. A autoridade pertencia a sua mãe (a referida Kösem), a outros membros da casa real e, à data, a membros de proeminentes casas senhoriais de Istambul, fora do palácio. Assim, entre 1550 e 1650, aproximadamente, a política e sua implementação deixaram de recair sobre a figura do sultão; no entanto, na sua capital, Istambul, o Estado central ainda governava os assuntos.” (QUATAERT, Donald O Império Otomano Das Origens Ao Século XX, Edições 70, 2008. p.42).

A lei islâmica, além de contemplar a possibilidade de educação feminina, também garantia o total direito à propriedade privada. Esse direito, porém, foi revogado a partir das reformas imperiais do século XIX. Em decorrência dessa legislação, mulheres cristãs viúvas tendiam a buscar os tribunais islâmicos para partilha dos bens, pois estes também conferiram prioridade para a esposa do falecido na distribuição dos pertences e propriedades. Não somente em casos de partilhas de bens, mas em outros casos, as mulheres, principalmente as não-muçulmanas, buscaram os tribunais islâmicos. Diferentemente do caso cristão e judeu, o islã exige o consentimento das mulheres no casamento. Quando a mesma era contra o matrimônio, a lei islâmica poderia anular o casório independente das outras partes envolvidas. Percebe-se uma significativa diminuição dos direitos femininos com as reformas que substituíram as leis islâmicas pelas seculares.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O primeiro aspecto que consideramos importante ressaltar é pensar no Alcorão como um projeto social. Este projeto revolucionou em diversos sentidos as relações de poder e de gênero naquilo que se compreendeu como sociedade otomana. No entanto, esta herança é pouco ou nada mencionada em grandes meios de comunicação que buscam sintetizar o ser árabe para uma massa de telespectadores distantes daquela cultura, na melhor das hipóteses, aparecem como uma espécie de nota de rodapé. Em decorrência disso, percebe-se um grande esforço da comunidade árabe, tanto homens quanto mulheres, em desmistificar a visão pejorativa da religiosidade islâmica e da cultura árabe

como um todo para o mundo não-árabe. Aqui cabe a função de historiador de resgatar aquilo que é esquecido ou propositalmente não falado para fins de autopromoção de um outro projeto de sociedade, a sociedade ocidental. Este esforço, justifica-se quando encontramos não somente crimes de violência contra pessoas dessa cultura, mas também leis que de uma forma outra vão perseguir os costumes desses povos. A sociedade otomana trouxe em si elementos de hierarquização das relações entre homem e mulher diferente ao que se tornou comum no mundo ocidental europeu judaico-cristão que ainda hoje comera a reconquista do território dos "terríveis otomanos" pelas mãos de cavaleiros templários.

## FONTES

1. [http://www.lem.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto= 1173 & evento=37](http://www.lem.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=1173&evento=37), 2020. Acesso em: 19 de out. de 2021.

2. <https://profroslibaracal.wordpress.com/2015/11/19/voce-concorda-com-essa-charge/>, 2015. Acesso em: 19 de out. de 2021.

3. FUJIAN, Peter Herme. (Disponível em: <https://pt.dreamstime.com/ilustra%3%A7%C3%A3o-stock-hist%C3%B3ria-das-aquisi%C3%A7%C3%B5es-do-imp%C3%A9rio-otomano-de-turquia-image90810344>). Acesso em: 19 de out. de 2021.

4. HEGAZI, Rania. escrita árabe na parede da mesquita sultão de hassan. Disponível em: [https://pt.dreamstime.com/raniahegazi\\_info](https://pt.dreamstime.com/raniahegazi_info). Acesso em: 19 de out. de 2021.

5. O Alcorão Sagrado, Edição em português, 2020.

6. A Bíblia Sagrada, edição em português, 2020.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Francirosy Campos. **Violência doméstica: o que o Islam nos ensina a respeito?** Instituto da Cultura Árabe, 2020. Disponível em: <https://icarabe.org/node/3952>. Acesso em: 15 de out. de 2021.

BAUMAN, Z. **A cultura no mundo líquido moderno**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2011.

BAYINDIR, Abdúlaziz. **Quais os Direitos da Mulher no Divórcio?**. Islão e Alcorão, 2017. Disponível em: <https://www.islaoalcorao.com/os-direitos-da-mulher-no-divorcio/>. Acesso em 14 de out. de 2021.

CERTEAU, M. de. **Invenção do cotidiano**. Vol. 1: Artes de fazer: Volume 1 Capa comum, 2014. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

EDWARD W. S. **Orientalismo - O Oriente Como I** -. São Paulo: Companhia de Bolso, Nova Edição, 2003.

MERNISSI, F. (1987). **The Veil and the Male Elite: a Feminist Interpretation of Women's Rights in Islam** - Perseus Books, 1987. [S.l.]: Perseus Books.

MOHAMMAD, I. **O direito das mulheres no Islão**. Nascido do Sol, 2019. Disponível em: <https://sol.sapo.pt/artigo/643121/o-direito-das-mulheres-no-islao->. Acesso em: 15 de out. de 2021.

MUTAHHARI, M. **A Ética Sexual no Islam e no Mundo Ocidental**. Portal Arresala, A Essencia do Conhecimento Islamico, 2017. Disponível em: <https://www.arresala.org.br/biblioteca/a-etica-sexual-no-islam-e-no-mundo-ocidental>. Acesso em: 13 de out. de 2021.

QUATAERT, D. **O Império Otomano Das Origens Ao Século XX**. Lisboa: Edições 70, 2008.

PAULA, S. **Tratamento dispensado à mulher em países islâmicos não tem fundamento no texto religioso: Alcorão não autoriza a discriminação**. Folha de São Paulo, 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2701200204.htm>. Acesso em: 15 de out. de 2021.

<https://istoe.com.br/donald-trump-denuncia-o-cavalo-de-troia-da-imigracao/>, 2016. Acesso em: 15 de outubro de 2021.

## TEXTO/CONTEXTO: UMA LEITURA DE (E SOBRE) PARQUE INDUSTRIAL, DE PATRÍCIA GALVÃO

Julia da Rosa Savian  
Universidade Estadual do Centro-Oeste  
juliadarosasavian@gmail.com

O presente trabalho teve como objetivo compreender como *Parque Industrial*, de Patrícia Galvão, se inscreve no contexto de 1930, bem como de que maneira se pretendia intervir neste contexto por meio da escrita. Para isso, postularam-se como objetivos específicos encaminhar uma análise do sistema literário e do campo político em que se insere a obra; compreender a trajetória da autora e sua relação com estes; discutir o narrado e os efeitos da narrativa. Percorreu-se um caminho crítico-analítico, baseando-se principalmente nas contribuições de Antônio Candido. Concluiu-se que *Parque Industrial* inscreve-se no contexto de 1930 a medida em que consiste em uma publicação panfletária, que trata do proletário, ao mesmo tempo que o visa como público-leitor, bem como se sustentou que se pretendia intervir neste contexto por meio da denúncia da exploração do trabalhador e da tipificação dos personagens, mobilizados com um caráter representativo e exemplar.

**Palavras-chave:** História. Literatura. Parque Industrial.

### INTRODUÇÃO

O presente artigo orienta-se partindo do pressuposto de que há uma relação dialética entre o texto e contexto. Cabe mencionar que este exercício não se trata de uma tentativa de resumir a produção literária às condições históricas que a rodeiam. Ao contrário, trata-se de assumir as relações entre sociedade e a obra, assim como entre a sociedade e o escritor. Assim, para o desenvolvimento deste, é notável a influência dos planteamentos de Antônio Candido em *Literatura e Sociedade* (1965/2006).

Deste modo, pretende-se refletir sobre a relação entre a história, a literatura e a sociedade, mediante a inserção da obra literária nesta rede de significações. Portanto,

mesclam-se aspectos externos e internos, visto que “a integridade da obra não permite adotar nenhuma dessas visões dissociadas; e que só podemos entender fundindo texto e contexto, numa interpretação dialeticamente íntegra (CANDIDO, 2006, p.13).

Especificamente, busca-se compreender como *Parque Industrial*, de Patrícia Galvão, se inscreve no contexto de 1930, bem como de que maneira se pretendia intervir neste contexto por meio da escrita. Para isso, percorreu-se um caminho crítico-analítico, que não pode ser outra coisa que não qualitativo. Deste modo, para dar conta deste objetivo, observou-se a historicidade da produção, a materialidade da obra e a trajetória da autora, da mesma maneira que se desenhou paralelos com outras publicações e discutiu-se o narrado e os efeitos da narrativa.

## CONSIDERAÇÕES HISTÓRICO-LITERÁRIAS

*Parque Industrial* (1933), primeiro romance de Pagú, foi escrito em 1932, durante seu refúgio na casa de Oswald de Andrade e publicado sob o pseudônimo de Mara Lobo, em janeiro do ano seguinte. O livro foi escrito para ser lido por trabalhadores, muito em decorrência do contexto político da época: o VI Congresso Mundial da Internacional Comunista de 1928 e o III Congresso do PCB ressoam na publicação de *Parque Industrial* (RIBEIRO, 2018).

Parte dos comunistas brasileiros, ao repensarem à estratégia de frente única e o papel do trabalhador do campo, consideravam que o Brasil estaria em um período de transição entre a economia agrária e a economia industrial, devendo, portanto, canalizar seus esforços para o proletariado urbano (ROIO, 2002). Esta tese encontrava apoio na realidade social dada à industrialização, notadamente concentrada na cidade de São Paulo e suas cercanias (CANO, 2012).

Além disso, com o crescimento da classe trabalhadora, há uma exacerbação da luta de classes. Por conseguinte, há também uma mudança nos movimentos trabalhistas, que passavam de reivindicações de cunho assistencialista para um sindicalismo mais organizado e mais à esquerda, valendo-se de greves e moções, como também da organização de congressos e manifestos (CANO, 2012). Igualmente, assiste-se a várias revoltas, como “as de 1922, 1924 e 1930, além da famosa Coluna Prestes, que viveu de 1924

a 1927, resistindo às derrotas militares frente às tropas oficiais, no Brasil, e de 1927 a 1929 no exílio, aguardando uma anistia” (CANO, 2012, p.85).

Para mais, o decênio de 1930 é marcado pelo nazifascismo e, no Brasil, pelo populismo trabalhista de Getúlio (LAFETÁ, 2000). Com a ascensão do nazifascismo, assiste-se uma polarização política, em que as soluções pós-Primeira Guerra parecem resumir-se a extrema-direita de um lado, e a extrema-esquerda de outro (BUENO, 2001). Sabe-se que a literatura não é imune a estas mudanças. Do mesmo modo, observa-se uma divisão na produção romanesca, seja pela baliza simplista entre romance regional/social e romance psicológico/intimista, ou por análises mais cuidadosas que, igualmente, verificam diferentes caminhos percorridos pelos intelectuais do período.

No próprio modernismo, se observa uma mudança de paradigma, em que se passa de um projeto estético para um projeto ideológico. Isto é, em um primeiro momento o modernismo centrava-se em um projeto estético, que apesar de buscar a brasilidade e ampliar as representações do povo brasileiro não dispunha de uma aspiração revolucionária (LAFETÁ, 2000). Já na década de 1930 o modernismo passa por uma politização, adotando um projeto ideológico que visava transformação social (LAFETÁ, 2000).

É nesse contexto que se inaugura o romance proletário, com obras como *Parque Industrial* (1933), de Patrícia Galvão, *Cacau* (1933), de Jorge Amado, *Serafim Ponte Grande* (1933) de Oswald de Andrade e *Os Corumbas* (1933), de Amado Fontes (CHAVES, 2014; RIBEIRO, 2018). Desses, em *Parque Industrial* aborda-se a vida das trabalhadoras do Brás, em *Cacau* trata-se da vida dos trabalhadores das fazendas do sul da Bahia, em *Serafim Ponte Grande* há uma sátira da burguesia, enquanto em *Os Corumbas* se versa sobre a transição de uma família do interior de Sergipe à Aracaju.

Embora não se possa dizer que o proletário não aparecia como personagem antes deste movimento, pode-se afirmar que anteriormente este aparecia como um elemento folclórico e/ou que seus conflitos não eram solucionados por uma via revolucionária (BUENO, 2001). Exemplo disso é *O Gororoba* (1931), de Lauro Palhano, que traz o proletário para o primeiro plano, mas dá a trama uma solução católica (BUENO, 2002).

De modo geral, romance proletário por excelência diferencia-se de outras obras com personagens de origem popular pela opção à esquerda, por certo senso de imoralidade e pela ausência de um protagonista, uma vez que diferentemente do romance burguês, não tratava de um indivíduo combatendo a estrutura social, mas de um coletivo



(BUENO, 2001). Entre os romances proletários, *Cacau* e *Os Corumbas* tornaram-se *best-sellers*. Ao seu turno, *Parque Industrial* não foi nenhum sucesso e mesmo tendo recebido esparsas críticas positivas, o livro não chamou muito a atenção, tampouco provocou grandes debates no seu tempo.

*Parque Industrial*, foi rotulado como “pequeno-burguês”, ao mesmo tempo em que foi criticado por seu conteúdo demasiadamente político; também foi criticado pelo enfoque em mulheres operárias, uma vez que se interpretou que a autora pretendida dar cabo à revolução resolvendo a “questão sexual”; para mais foi criticado por “incapacidade estética” e enquadrado em uma categoria documental de literatura (RIBEIRO, 2015).

Depois disso, o silêncio público perdurou até 1978, quando o crítico norte-americano Keneth David Jackson publicou um artigo sobre a produção literária de Patrícia Galvão (RIBEIRO, 2015). A partir dos anos de 1980, surgiram outros esforços para recuperar a obra e a trajetória de Patrícia Galvão, dos quais, salienta-se a publicação da antologia *Pagú vida-obra* (1982) de Augusto de Campos, mas não se pode deixar de mencionar as produções cinematográficas, como *Eternamente Pagú* (1987) e a canção *Pagú*, de Rita Lee e Zélia Duncan (JOVIANO, 2014).

## PATRÍCIA GALVÃO E PARQUE INDUSTRIAL

Patrícia Galvão (1910 – 1962), apesar de muitas vezes resumida à qualidade de musa, participou ativamente do grupo dos modernistas ligados à Antropofagia, bem como teve intensa participação política entre as décadas de 1930 e 1950 (JOVIANO, 2014). Pagú, podendo também ser Zazá, Patsy, K.B Luda, Arial, Mara Lobo, Pati, Solange Sohl, Leonnie, PT, Gim, King Shelter, G. Léa e, finalmente, Patrícia Galvão, foi escritora, tradutora, jornalista, desenhista e militante política (CHAVES, 2014).

Nascida no Brás, filha de família imigrante italiana, frequentou a Escola Normal. Introduzida ao meio modernista por Raul Bopp — o poeta que a apelida de Pagú — começa a colaborar com a Revista Antropofágica desenhando. Nesse contexto, aproxima-se de Oswald de Andrade, com quem passa a viver e tem um filho, Rudá.

Pagú não tarda a apresentar-se a causa comunista e exigem-lhe a proletarização. Ao ser considerada como pequeno-burguesa pelo Partido, ouve à ordem de proletarizar-se, assumindo diversos postos como o de empregada doméstica, ajudante de alfaiate,

lanterninha de cinema e metalúrgica. Igualmente, acata a proibição de desenvolver trabalhos intelectuais e de manter relações com burgueses, entre eles, Oswald de Andrade.

Em Santos, é presa distribuindo manifestos na rua. Em resposta as notícias que associavam sua prisão ao comunismo, o Partido declara que Pagú não passava de uma agitadora individual, sem relações com a organização. Rejeitada, afasta-se do Partido e escreve *Parque Industrial*, ao mesmo tempo em que se exilava na casa de seu parceiro. Assina o romance como Mara Lobo, imprimindo nele tanto seu fervor militante como traços autobiográficos.

*Parque Industrial* se constitui como uma colagem, apresentando a vida proletária urbana, em especial, a vida do proletariado feminino paulista (RISÉRO, 2014). Seu palco, o Brás, bairro industrial de São Paulo, insere a narrativa no emblema da industrialização, endossado pelo ritmo da escrita que sugere a velocidade da cidade moderna. Em termos estéticos, o livro parece beber tanto do modernismo como do realismo socialista, podendo ser observada a pretensão estética modernista convivendo com o engajamento político aos moldes socialistas.

Do modernismo, nota-se a influência desde o “plano macro estético da estrutura da obra até ao nível micro estético dos arranjos frásicos, entrando pela seleção vocabular e não deixando escapar sequer os recursos à metonímia e ao *ready-made* linguístico” (RISÉRO, 2014, p.36). Assim, o texto é composto de maneira fragmentária, como um conjunto de cenas da vida proletária, que ao mesmo tempo em que remonta ao fluxo oswaldiano, remonta também ao tempo do capital.

Ainda, o realismo socialista pode ser visto pelo seu caráter panfletário e pelo “frágil fio da utopia social e da valorização da coletividade em detrimento da subjetividade de seus personagens” (CHAVES, 2014, p.41). Deste segundo, ao contrário do típico romance soviético, não incorpora os clichês de uma classe autoconsciente e unificada, nem mesmo de um herói positivo (RIBEIRO, 2018). Assim, a classe operária é, em *Parque Industrial*, de todas as mentalidades: “Conscientes. Inconscientes. Vendidos” (GALVÃO, 2013, p.20)

Como obra panfletária, foi escrita para ser lida pelos trabalhadores. Essa assertiva verifica-se, não apenas pelo contexto, pela opção política da autora ou por suas influências, mas também pela diagramação. Em termos de diagramação, nota-se a presença de espaços em branco, possivelmente para agregar algo de ordem à escrita ao

demarcar o intercalar das cenas, tornando o texto mais acessível (JOVIANO, 2014). Além disso, observam-se ausências nas marcações numéricas e grafias de diferentes tamanhos, que podem cooperar para marcar o universo da narrativa, facilitando o entendimento (JOVIANO, 2014).

Visando o mesmo fim, a escrita recorre à da incorporação do coloquial e da linguagem popular, bem como se vale de frases curtas, que dão um ritmo de leitura específico. Endossa-se a este ritmo, um tanto quanto mecânico, os títulos, que por sua vez, estão postos em caixa baixa e espaçados, como os usados por Oswald em *Serafim Ponte Grande*, que podem favorecer uma expressividade mecanista. Em suma, a obra foi escrita tendo em vista um público não habituado à leitura. Além disso, pode-se também sustentar o caráter panfletário da publicação pela tipificação das personagens.

## O NARRADO E A NARRATIVA

Apesar das personagens serem retratadas de maneira coletiva, ou melhor, sem se recorrer a uma individualização propriamente dita, pode-se dividi-las em três grupos: os trabalhadores conscientes, os inconscientes e os burgueses (RIBEIRO, 2015). Dos conscientes, destacam-se Otávia e Rosinha Lituana, que dão testemunhos sobre a militância, estando a primeira associada a esta desde o início da história e a segunda integrada a causa revolucionária ao desenrolar da narrativa. Entre os inconscientes está Corina, a quem se acompanha passar do ateliê à prisão e Eleonora, mulher proveniente do proletariado, que esquece suas origens ao se aburguesar. Por fim, entre os burgueses, destaca-se Alfredo Rocha, apresentado como um burguês proletarizado, que “lê Marx e fuma um Partagas no apartamento rico do Hotel central” (GALVÃO, 2013, p.36).

Rosinha Lituana, imigrante da Lituânia, faz parte de um movimento migratório que trouxe populações assoladas pela guerra a trabalhar nos campos brasileiros. Subjugada à violência dos senhores dos campos de café, migra com a mãe para a cidade. No Brás, começa a trabalhar na fábrica de tecidos ainda criança, rememorando-a como o lugar onde compreendeu a luta de classes e conheceu o sindicato. Assim, a personagem tipifica a passagem do mundo agrário para o industrial, além de compor o rol das personagens conscientes. Rosinha, apesar de jovem, é construída como uma agitadora profissional, como uma líder.

Como personagem, é apresentada ao leitor explicando o mecanismo de exploração capitalista:

— O dono da fábrica rouba de cada operário o pedaço maior do dia de trabalho. É assim que enriquece à nossa custa! / — Quem foi que te disse isso? / — Você não enxerga? Não vê os automóveis dos que não trabalham e a nossa miséria? / — Se você fizer isso sozinho, irá para a cadeia e o patrão continuará passeando noutro automóvel. Mas felizmente existe um partido, o partido dos trabalhadores, que é quem dirige a luta para fazer a revolução social. / — Os tenentes? / — Não. Os tenentes são fascistas. / Então o quê / — O Partido Comunista... (GALVÃO, 2013, p. 14).

A militância de Rosinha perpassa toda a narrativa: seja nos diálogos com outros trabalhadores, na panfletagem ou nas greves. Ao fim, delatada para a polícia e sendo estrangeira, é deportada. Contudo, conforta-se partindo da premissa internacionalista do movimento operário:

— Você é estrangeira! / Mas ela não conhece outro país. Sempre dera o seu trabalho aos ricos do Brasil! / Sorri numa amargura. Vão levá-la para sempre do Brás... Que importa? Ela ouvira dos próprios defensores do presidio social: — Pobre não tem Pátria! / Mas deixar o Brás! Para ir aonde? Aquilo lhe dói como uma tremenda injustiça. Que importa! Se em todos os países do mundo capitalista ameaçado, há um Brás/ Outros ficarão. Outras ficarão. / Brás do Brasil. Brás de todo mundo (GALVÃO, 2013, p. 58).

Por sua vez, Otávia, trabalhadora da indústria têxtil, tem sua integração revolucionária a partir de seu contato com Rosinha e figura a alegoria da educação política. Enquanto Rosinha é introduzida à narrativa consciente, Otávia “não perde um momento. Lê. É um livro de propaganda” (GALVÃO, 2013, p. 18). Dedicada e disciplinada, a personagem é construída como exemplar, como um modelo ético de conduta (RIBEIRO, 2015). Além de sua dedicação à leitura, participa ativamente da militância, sacrificando a comemoração do carnaval para dobrar manifestos e Alfredo pelo Partido.

Ao tratar dos trabalhadores inconscientes, Pagú enfatiza a ilusão das mulheres. Tanto a personagem Corina, como Eleonora se envolvem com homens que lhes poderiam garantir alguma ascensão social. Eleonora, passa pelas “*portas de ouro da grande burguesia*”, enquanto Corina tem uma trajetória diferente. Contudo, não só pelo fim se diferenciam as personagens: Eleonora é branca, vai à Escola, seu pai ganha seiscentos mil reis e sua mãe “fora educada na cozinha de uma casa feudal, donde trouxera a moral, os preceitos de honra e as receitas culinárias” (GALVÃO, 2013, p. 25); Corina é mulata e

trabalha em um ateliê, ganhando *cem paus*, dinheiro utilizado por seu padrasto alcoólatra e violento.

Corina, grávida de Arnaldo, é posta para fora de casa. Não sabe onde vive Arnaldo, nem outro nome que não seja o primeiro e dispendo apenas do número de seu automóvel, não tem a quem recorrer. Na fábrica, pedem-lhe para que aborte, de modo a manter seu emprego: “— Abortar? Matar meu filhinho? / [...] — Sua safadona! Então, vá se raspando. No meu ateliê, há meninas. Não posso misturá-las com vagabundas” (GALVÃO, 2013, p. 32). Recusa-se a abortar, sendo despedida. Não obstante, ainda acreditando que Arnaldo se casará com ela:

— Corina, você não percebe quem é o Arnaldo? Ele não passa de um horrível burguês! Logo se saciará de você! Eles são sempre assim... / — Mas nós somos noivos... / — Ele nunca se casará com você. Ele não terá coragem de procurar uma esposa fora de sua classe. O que ele faz é seduzir as pequenas como você que desconhecem o abismo que nos separa dele. [...] Corina ouve, mas não acredita e se aborrece (GALVÃO, 2013, p. 32).

Arnaldo, diferentemente das expectativas de Corina, ao saber que esta perdeu o emprego “deixa cair uma nota e grita desembraiando: — Não perca! São cem paus” (GALVÃO, 2013, p.33). A desilusão a faz buscar o suicídio. Encontrada no caminho, é levada para um bordel no Brás. Já na Maternidade, dá à luz a “*um monstro, sem pele*”, que acaba morrendo. Corina é acusada de tê-lo matado, sendo presa. Enquanto isso, Arnaldo exime-se da culpa: “— O Arnaldo se desenroscou? / — Claro! Jurou que o filho não era dele. E o número do automóvel também! Depois, ela tinha saído de um bordel para a maternidade... Ele agora trouxe uma tourazinha do Sul. / E a crioula? Cadeia” (GALVÃO, 2013, p.49).

Apesar do fim de Corina parecer trágico aos olhos contemporâneos, para o momento da escrita parece bastante plausível. Encontram-se muitas *Corinas* nos processos criminais de defloramento. Mulheres, seduzidas por seus pretendentes a cederem a virgindade por promessas de casamento ou juras de amor. Por sua vez, o fim da prostituição também não era desconhecido por estas mulheres, principalmente para aquelas de classes baixas, judicialmente consideradas como desonradas. Logo, o que se assiste passar com Corina, não se resume a uma ficcionalização trágica.

Diferentemente de Corina, Eleonora planeja casar-se depois de sua formatura e para isso preserva sua virgindade: “Ela nunca pensara em ceder completamente. Lhe daria tudo, menos a virgindade. Assim, ele se casaria. Ela não seria trouxa como as outras”

(GALVÃO, 2013, p. 25). Contudo, não o pode: “Abatida, de olhos úmidos. Ele aperta ainda o corpo machucado” / — Choras? / — Claro que não. / — Vais te casar com um homem rico... / Ela não acredita em mais nada. Não fala nada” (GALVÃO, 2013, p. 25). Eleonora pensa que Alfredo não se casará, crê que precisará “esconder dos pais e arranjar um trouxa” (GALVÃO, 2013, p. 26). Apesar disso, casam-se. Indo *para a sociedade*, Eleonora vislumbra-se com a burguesia, esquecendo-se de suas origens:

— A Lolita Cintra acha que você tem dinheiro bastante para me dar mais conforto. / — Você não acha confortável o Esplanada? Já? Desculpe! Pensei que tinha me casado com uma normalista do Brás! / — Alfredo! Você me ofende... / — Bem! Vamos mudar de assunto. / — Ela vai me mostrar no Pacaembu uma casinha futurista. Para um casal... / — Sei. Custa duzentos contos! É do Tinoco... / — Mas é para visitas, Alfredo! Para podemos dar festas. No Carnaval... / — No Carnaval eu vou para o Brás... / — Para o Brás eu não volto... / É chique! Você vai. (GALVÃO, 2013, p. 27).

Eleonora, incorpora-se muito bem a vida burguesa, demonstrando inteligência e elegância. Por outro lado, Alfredo vê sua esposa tornar-se medíocre:

— Escute, Eleonora. Tirei você de uma casa onde ao menos se trabalhava para viver. Você acreditou na comédia da alta roda. Contaminou-se. Atolou na lama desta burguesia safardana! Talvez fosse eu o culpado. Você entraria por qualquer porta. Ou por debaixo do pano! Você nunca se conformaria em trabalhar. E a burguesia mal se defende. Pois fique nela. Eu saio! (GALVÃO, 2013, p. 51).

Alfredo divorcia-se, deixando metade de sua fortuna a ela. Eleonora parece ser um retrato de um subalterno seduzido pelo capital, apresentando-se, em certa medida, como uma mulher indolente e amoral (RIBEIRO, 2015). Para mais, outros personagens inconscientes podem ser vistos como um mau exemplo, como Pepe, que não entende a importância da politização, sendo conduzido ao lumpemproletariado (RIBEIRO, 2015). Além disso, é Pepe que, em troca de dinheiro, delata Rosinha, demonstrando certa falta de moralidade.

Por último, os burgueses aparecem predominante nos clubes, “*onde se gasta a mais-valia*”. Destes, Alfredo Rocha destaca-se por sua proletarização. Inicialmente casado com Eleonora, ao desenrolar da estória aproxima-se de Otávia. Desde sua primeira interação com Alfredo, Otávia demonstra desconfiança:

— O que acha de sua profissão? Está contente? / — Estou. / — Eu sou rico, mas me interesso por sua classe... por você... / Ela pensa em Corina. Todo burguês é assim mesmo. / — Não acredita? / — Se acredito... Mas prefiro deixar os vestidos. / — Eu desejaria conversar com você... / — Tenho que trabalhar. / — Você pensa que estou querendo abusar de uma trabalhadora? Engana-se. Pessoalmente você não me interessa... É a sua classe. / — Claro! Somos nós que lhe damos este luxo! / — Você se engana... Este conforto me pesa. / Otávia levantou-se, saiu. (GALVÃO, 2013, p. 37).

Ao atrair-se pela vida no Brás e repudiar sua própria classe, Alfredo integra-se ao Partido e une-se ao proletariado: “Veste a blusa escura que sempre romanticamente ambicionara e que agora a sua ideologia e a sua situação econômica autorizam e indicam” (GALVÃO, 2013, p. 66). Mesmo proletarizando-se e tornando-se companheiro de Otávia, Alfredo não é bem aceito:

O camarada Alfredo está procurando fazer uma cisão na massa, temos provas. Com a sua habilidade ele está querendo tomar a direção do movimento grevista. É um perigo! Ele pende ao caudilhismo! Precisamos desmascará-lo... inutilizá-lo! É trotskista! (GALVÃO, 2013, p. 68).

Os trabalhadores, esperam sua palavra de Otávia, que não tarda a tomar partido: “— Todos os camaradas sabem que ele é o meu companheiro. Mas se é um traidor, eu o deixarei. E proponho a sua expulsão do nosso meio” (GALVÃO, 2013, p. 68). Deste modo, expulso por ser apontado como trotskista, Alfredo parece simbolizar a relação inconciliável entre a burguesia e o proletariado.

Biógrafos e comentadores indicam Alfredo como a figuração de Oswald, enquanto salientam as similitudes entre Otávia e Pagú, bem como de Rosinha com Rosa Luxemburgo, filósofa e economista marxista, ou Rosa Brickman, militante comunista de Santos. A parte disso, defende-se que a construção das personagens se relaciona mais com o efeito educativo que se buscava que com uma pretensão autobiográfica, uma vez que a autora não mobiliza as personagens para falar de si.

Ao contrário, conclui-se que as personagens são mobilizadas com um caráter representativo e exemplar. Por meio destas se apontam os excessos da burguesia, a exploração do trabalhador e a organização dos trabalhadores como via de mudança. Os proletários, construídos com base na dicotomia alienado-revolucionário, apresentam tanto o ímpeto revolucionário como ensinam que uma solução que vise o indivíduo ao invés da classe tende ao erro, seja por corrupção moral ou por outras consequências.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o proposto, no presente artigo buscou-se compreender como *Parque Industrial*, de Patrícia Galvão, se inscreve no contexto de 1930, bem como de que maneira se pretendia intervir neste contexto por meio da escrita. Viu-se que este é um contexto de efervescência política, que culmina em uma polarização entre extrema-direita e extrema-esquerda. Além disso, viu-se que se assiste a uma transição entre a economia agrária e a economia industrial, havendo uma exacerbação da luta de classes e um maior comprometimento do Partido Comunista com o proletariado urbano. Agrega-se a isto, o engajamento político de Patrícia Galvão, intimamente relacionada com o comunismo e com a causa proletária, não apenas em termos teóricos, mas em termos práticos, dispondo a autora de uma vivência na classe. Deste modo, defende-se que *Parque Industrial* inscreve-se no contexto de 1930 a medida em que consiste em uma publicação panfletária, que trata do proletário, ao mesmo tempo que o visa como público-leitor. Para mais, sustentou-se que se pretendia intervir neste contexto por meio da denúncia da exploração do trabalhador e da tipificação das personagens, mobilizadas com um caráter representativo e exemplar.

## REFERÊNCIAS

BUENO, L. **Uma História do Romance Brasileiro de 30**. 2001. p.953. Tese de Doutorado. Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001

BUENO, L. Os três tempos do romance de 30. *Teresa*, n. 3, p. 254-283, 2002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/magma/article/view/154406>. Acesso em: 04, jun. 2021.

CANDIDO, A. **Literatura e Sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.

CANO, W. Da década de 1920 à de 1930: transição rumo à crise e à industrialização no Brasil. *R. Pol. Públ.* São Luís, v.16, n.1. p.97 – 90, jan./jun. 2012. Disponível em:



<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/1179>.

Acesso em: 04, jun. 2021.

CHAVES, C. M. **De Pagú à Patrícia Galvão: Itinerários de uma modernista comunista na Era Vargas**. 2014. p. 84. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em Letras: Teoria Literária e Crítica da Cultura. Universidade Federal de São João del Rei. São João del Rei: 2014.

GALVÃO, P. **Parque Industrial**. São Paulo, Editora Cintra: 2013.

JOVIANO, L. H. S. **Pagú: escritos literários e inscrições históricas**. 2014. p.184. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários. Faculdade de Letras. Universidade de Juiz de Fora. Juiz de Fora: 2014.

LAFETÁ, J. L. **1930: a crítica e o modernismo**. São Paulo: Editora 34, 2000.

RIBEIRO, J. C. **Literatura e política no romance de Patrícia Galvão**. 2015. p.129. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em Teoria Literária e Literatura Comparada. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo: 2015.

RIBEIRO, J. C. Influxos políticos em Parque industrial: a forma literária da dissidência. *Magma*, v.25, n.14, p. 85 – 101. 2018.

RISÉRIO, A. Pagu: vida-obra, obra vida, vida. *Em: CAMPOS, A. (org.) Pagu Vida-Obra*. São Paulo: Companhia das Letras: 2014, p.31 – 50.

ROIO, M. D. Os comunistas, a luta social e o marxismo (1920 – 1940). *In: RIDENTI, M. REIS, D. A (org.) História do Marxismo no Brasil: Volume V — Partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002, p.11 – 68.

## O Naturalismo no Brasil: A narrativa como gênero predominante

Ângela Márcia dos Santos Façanha  
Universidade Regional do Cariri – URCA  
angelafricanha2308@gmail.com

Cópia ou uma nova estética. Essas são as discussões que giram em torno da escola e estética naturalista no meio acadêmico brasileiro, uma vez que esta teve sua origem na sociedade francesa no século XIX, tendo como principal escritor e pensador da forma estética dos romances naturalista o francês Émile Zola, sendo transplantada ao cenário literário brasileiro em meio às grandes modificações que ocorriam na sociedade brasileira na segunda metade do século XIX. Desta forma, trazemos uma discussão abordando as diferentes visões em torno da estética naturalista que se desenvolveu no Brasil, buscando compreendermos como as condições próprias da sociedade brasileira influenciou na estética literária desenvolvida nas letras brasileiras. Para tanto foi utilizado as discussões de Flora Süssekind (1984); Antonio Candido (1993); Haroldo Ceravolo Sereza (2012); Rita Chapski (2014).

**Palavras-chave:** Naturalismo; Século XIX; Cópia ou nova estética.

### Para início de conversa

Conforme Antonio Candido (2004, p. 63 - 64) começa a surgir no Brasil a partir de 1870, um “movimento de novas idéias (sic.) filosóficas e literárias” baseadas nas ciências naturais em voga durante o século XIX, como o Positivismo, o Evolucionismo e o Determinismo, o que deu origem, segundo o crítico, ao desenvolvimento do naturalismo nas letras brasileiras. Esta nova escola literária, tendo como projeto estético-ideológico a representação do comportamento humano e social em suas obras (SILVA, 2016, p.17), teve o primeiro romance publicado sob este viés em 1881, *O mulato*, de Aluísio Azevedo.

O naturalismo surge no Brasil em um contexto social e político, do fim do século XIX, marcado por transformações que estavam modificando as bases da sociedade até então essencialmente ruralista, elitista e escravocrata. Desta forma, trazemos uma discussão na tentativa de entendermos como os acontecimentos sociais, políticos e econômicos da segunda metade do século XIX contribuíram para o desenvolvimento da estética naturalista na Literatura brasileira. Em outras palavras, como os valores éticos presentes no meio social brasileiro contribuíram para a construção da forma estética naturalista adotada no Brasil, uma vez que, de acordo com Antonio Candido (2000), o ético, o social torna-se não somente o tema ou o conteúdo de uma obra, mas exerce a função também de responsável pela construção da arquitetura estética da obra. Haja vista que para o crítico a literatura é uma arte que mantém relações diretas com o meio social, no qual foi produzida (CANDIDO, 2000). Compreendemos também, que os valores sociais contribuem na construção estética de uma determinada escola literária. Analisaremos, assim, as relações entre Literatura e Sociedade, através da análise dos principais acontecimentos desse período. Procurando entender os discursos presentes na sociedade e como esse meio social favoreceu modificações nas características naturalistas desenvolvidas no país, e qual a contribuição do gênero narrativo para a divulgação dos ideais desta estética.

### **A estética naturalista**

O naturalismo, como escola literária, teve sua origem no século XIX na França, em um período de modificações na sociedade europeia, como o declínio da classe burguesa e a luta da classe baixa pelos seus direitos sociais. Ao longo de seu desenvolvimento teve como principal representante o francês Émile Zola. Mônica Silva (1981, p. 8), na sua dissertação de mestrado, afirma que o naturalismo corresponde em suas características estéticas ao período de sua origem. Tendo sua estética literária relacionada aos acontecimentos da segunda metade do século XIX, sendo marcada, assim, pelas modificações sociais Pós Revolução Industrial, pelo crescimento do capitalismo com suas consequências socioeconômicas e pelo desenvolvimento das ciências naturais (SILVA, 1981, p. 9-11).

Tais acontecimentos, segundo a autora, influenciaram no surgimento do “naturalismo [...] em resposta ao estímulo da época que se reflete no assunto e no estilo”

da nova estética (SILVA, 1981, p. 12). Ainda de acordo a estudiosa, a estética naturalista que, se desenvolveu na França durante as últimas décadas do século XIX, tem sua origem atrelada a uma “tendência realista” que vigorou durante esse período. Sendo esta tendência caracterizada “pelo realismo mimético, pelo materialismo, pela objetividade, pelos assuntos do cotidiano, pelo factual e pelo típico”, que a distingue do idealismo romântico da primeira metade do século, dando origem a três estéticas literárias distintas, a saber, “realismo, naturalismo e impressionismo” (SILVA, 1981, p. 14).

Desta tendência geral, conforme Silva, surgiu “o realismo objetivo” que deu origem ao naturalismo, enquanto estética, que vai distinguir-se das demais “pelo exagerado enfoque dado à realidade exterior, conhecida pela observação” (SILVA, 1981, p. 15). Caracterizada pela objetividade das descrições que “se evidencia pelo cunho cientificista característico da época” como o Positivismo; o Evolucionismo e Determinismo. Tendo, segundo Silva, um maior foco para a descrição de grupos sociais até então não representados na literatura (SILVA, 1981, p. 15 -16).

Sendo o naturalismo distinto das demais estéticas, pela análise realizada, por meio da objetividade, do “homem, da vida, da sociedade, do mundo, do credo e da literatura com um estilo todo próprio” (SILVA, 1981, p. 19). A objetividade científica dá a essa estética um maior enfoque à vida social nos seus piores momentos, o homem é descrito a partir de suas fraquezas, assim como toda a sociedade é vista mediante seus problemas (SILVA, 1981, p. 22). O que leva ao surgimento de uma descrição fotográfica da realidade nas obras naturalistas, marcada pela neutralidade e imparcialidade do escritor. Contudo, sendo a obra literária um objeto estético que se desenvolve por meio de ato/atividade discursiva de um autor que, conforme Bakhtin (2011; 1993), é caracterizado como autor-criador, um centro valorativo, que toma a realidade e a recria de acordo com os seus valores, as obras desenvolvidas sob a estética naturalista não podem ser caracterizadas pela neutralidade e/ou imparcialidade do escritor.

As temáticas desenvolvidas no naturalismo eram essencialmente retiradas por meio de observações constantes dos escritores às classes sociais baixas. O que de acordo com Michael Korfman (2006, p. 56) deu-se devido estar presente no naturalismo “uma concepção ampla e não discriminatória, um ‘registro fiel’ e documental” da realidade. Sendo natural a presença na literatura naturalista de assuntos e temas pertencentes à classe proletária.

Em decorrência desse método de análise do meio social e do homem proposto pelo naturalismo, vigora nos romances dessa estética “uma linguagem que é coloquial, simples, natural e até vulgar; pois retrata o determinismo entre o meio e o homem” (SILVA, 1981, p. 24). Fazendo com que ocorra uma descrição detalhada dos acontecimentos e da vida, de forma objetiva, sem a presença de um idealismo, que era marcante nas narrativas do período romântico, dando destaque as relações cotidianas “em detrimento das idéias (sic.) e pensamentos” (SILVA, 1981, p. 24). Com isso, conforme Silva, nesta estética literária os temas abordados e as metodologias utilizadas na produção, baseados nas ideias científicas da época, ganham um destaque maior comparados “a forma e ao estilo” literário (SILVA, 1981, p. 25).

Entendendo, de acordo com os autores mencionados até aqui, ser o naturalismo uma estética literária que teve suas características e ideais baseados nos acontecimentos histórico-sociais da sua época, e nas ciências naturais surgidas nesse período. Tendo como principais características a objetividade baseada no cientificismo, neutralidade e imparcialidade do escritor nas observações e descrições do homem e da sociedade mediante as ideias positivistas, deterministas, evolucionistas etc., que, contudo, como vimos anteriormente, estas obras sendo objetos estéticos sendo marcadas pela presença de um autor-criador, visto como centro valorativo (BAKHTIN, 2011), não podem ser caracterizadas pela imparcialidade e neutralidade dos escritores. Far-se-á necessário entendermos como ocorreu à incorporação dessa escola e estética literária em um meio social distinto daquele que forneceu material para sua origem. Passaremos agora a tentativa de entendermos como a estética naturalista foi adotada no Brasil, levando-se em consideração o contexto da sociedade brasileira da segunda metade do século XIX.

### **A estética naturalista no Brasil**

A entrada do naturalismo na literatura brasileira, segundo Leonardo Mendes e Pedro Catharina, ocorreu “num momento de transição – bem menos turbulento do que na França [...]” (2009, p. 115). A estética literária naturalista chega ao Brasil durante a segunda metade do século XIX dentro de um contexto social distinto daquele que deu origem ao seu desenvolvimento. O contexto social e político em que o naturalismo foi introduzido no país era o do surgimento de uma pequena burguesia, mediante a urbanização ainda precária, da passagem do trabalho escravo ao trabalho livre, da

mudança de tipo de Regime Político, fim da Monarquia e início da República. Ainda era um contexto social basicamente regido por interesses de uma elite dominadora do poder, que era economicamente mantida pelo desenvolvimento agrário e pela mão de obra escrava, algo distinto do contexto francês.

Considerando-se o contexto social brasileiro do século XIX, e a sua diferença perante o contexto europeu e, sobretudo, o francês que deu origem ao naturalismo, é marcante na crítica ao naturalismo desenvolvido no Brasil uma constante avaliação dessa estética enquanto cópia. Conforme Haroldo Ceravolo Sereza, em seu estudo de adaptação da estética e do método naturalista (2012), esta foi uma estética que foi lida pelos críticos no Brasil como “uma literatura menor, calcada em preconceitos e utilizadora de uma fórmula importada e inadequada à realidade nacional” (2012, p. 21). O naturalismo desenvolvido no Brasil foi de uma forma unânime visto pelos críticos como um plágio do naturalismo francês.

As obras literárias naturalistas brasileiras ao serem analisadas pelos críticos, sempre são vistas enquanto cópia. Seja ela uma “cópia servil” que representa fielmente ao ideal naturalista francês, seja uma “cópia torta” do modelo ao segui-lo. O que denota, conforme Sereza, que para os críticos nem sempre o naturalismo brasileiro vai ser uma cópia fiel ao modelo francês, mas vai ser sempre uma cópia, “cuja sua originalidade só pode advir da incapacidade de o escritor aplicar numa outra sociedade os ditames da escola francesa” (SEREZA, 2012, p. 22).

Ao analisarem o naturalismo brasileiro enquanto cópia, os críticos deixam de lado as influências do meio social do Brasil. Esquecendo que ao entrar em uma nova sociedade, onde existem novas características e anseios sociais, necessariamente, esta estética, que tem como ideal a representação do meio social, do homem e de suas relações de forma objetiva e descritiva, possa ter passado ou sofrido alguma adaptação nesse novo meio. Podendo ter adquirido novas características, uma vez que “o escritor naturalista se pretende, antes de tudo, um observador do espaço que busca descrever”, sendo natural que ocorresse uma adaptação da estética naturalista ao meio, haja vista que é uma nova sociedade a ser descrita (SEREZA, 2012, p. 200).

Para Sereza, o método de produção literária naturalista baseado no método experimental de Émile Zola, no qual o romancista torna-se um observador da realidade e um experimentador (ZOLA, 1979), “faz mais sentido ainda neste projeto ficcional quando muda o dono da pena e o lugar onde ele escreve” (SEREZA, 2012, p. 208-209). Mediante

o local e quem escreve é natural que ocorram algumas modificações, afinal cada sociedade tem suas próprias questões sociais a serem observadas e descritas a partir desse método, e cada “dono da pena” é um novo centro valorativo que observa a realidade e a recria na produção da obra.

Para Tânia Pelegrini (2014) a sensação de estranheza ou a ideia de cópia do naturalismo brasileiro dá-se devido os intelectuais brasileiros terem seus estudos realizados até o fim do século XIX na Europa. Sendo natural terem como base ideias desenvolvidas no meio intelectual europeu. Segundo a autora este sentimento de inadequação de ideias englobava tanto “questões econômicas e políticas” como “também culturais e estéticas” (PELEGRINI, 2014, p. 121).

Quanto à adoção do naturalismo no Brasil, Flora Sússekind em sua dissertação, na qual a autora faz um estudo quanto à continuação de uma estética naturalista na literatura brasileira (1984), diz que o naturalismo desenvolvido no Brasil a partir da segunda metade do século XIX passou por algumas modificações. Sendo a primeira a sua integração “as necessidades ideológicas do país” (SUSSEKIND, 1984, p. 50), o que também Pelegrini afirma ser a primeira modificação do romance realista/naturalista (2014, p. 121). A incorporação dos ideais da estética naturalista aos valores ideológicos presentes no meio social brasileiro. Para Sússekind, para compreendermos como ocorreram as “transformações da ideologia naturalista” é necessário entendermos as circunstâncias que permitiram a sua entrada na cultura literária do país (1984, p. 50).

Ora, o que tínhamos no Brasil em seu contexto socioeconômico, político e cultural por meio das transformações, tais como a proibição do tráfico de povos africanos em 1850, e, em consequência, a abolição da escravidão em 1888 por meio da Lei Aurea e as discussões, que desde a Independência, giravam quanto à Proclamação da República, que veio a ocorrer no dia 15 de novembro de 1889, o que ocorriam nesse período era a necessidade de uma construção de um ideal de nacionalidade. O país em meio às constantes modificações ocorridas no meio político e econômico que atingiam as questões sociais e culturais estava marcado por contradições sociais, étnicas e culturais no seu meio. Nesse sentido, segundo Sússekind, ocorre uma escolha por “qualquer pensamento que ajude a estabelecer um conjunto de identidades, leis e semelhanças” (1984, p.53).

Entendemos assim, que em um contexto marcado por divergências quanto à ideia de nação fosse realizado uma escolha por uma estética que podia atender a um ideal de

construção identitária por meio da descrição do real. A ideologia naturalista com seu discurso representativo da realidade por meio das descrições objetivas adentrou no país e na sua cultura em um contexto que, embora não fosse idêntico ao que lhe deu origem, lhe proporcionava material para a sua realização. Não sendo a estética naturalista apenas adotada por acidente ou uma cópia.

Para Sússekind o naturalismo desenvolvido no Brasil não se reduz a uma cópia do naturalismo francês, tendo em vista que, no Brasil o naturalismo passou por nova construção ideológica, uma vez que estava sendo empregado em um novo contexto social, com visões e valores ideológicos distintos da sociedade francesa (SUZZEKIND, 1984, p. 59). O naturalismo que se desenvolveu no Brasil encontrou e adequou-se à novas ideologias de acordo com os acontecimentos da época. O que, para Mendes e Catharina (2009, p.16-17), não quer dizer que Zola e sua obra, sendo o principal escritor do naturalismo e autor do Romance experimental, no qual descreve um método de realização da estética naturalista (ZOLA, 1979), não tenham contribuído para o desenvolvimento do naturalismo no Brasil. Mas que o desenvolvimento dessa estética no país também ocorreu por critérios próprios ao contexto brasileiro.

Consonante a isso, Rita Chapski (2014) afirma que “o naturalismo no Brasil não se prestou a plagiar o movimento naturalista francês, [...], pois aquele se revestiu da nossa própria realidade social, do momento histórico” (2014, p. 12). A sociedade brasileira dava condições para o desenvolvimento dessa estética. Tânia Pelegrini, no seu estudo quanto à introdução da literatura realista, englobando nesse estudo o naturalismo como parte dessa estética realista afirma que,

Os processos sociais e culturais especificamente brasileiros tiveram forças suficientes para constituir uma complexa e contínua rede de influências residuais, dominantes e emergentes, que ajudam a elucidar e precisar a **função** que desempenhou aqui a literatura realista. De modo bastante geral, nossa defasagem em relação à matriz europeia, o modelo de então, devida à situação pós-colonial, leva a elaborar uma literatura “nova” (2014, p. 123. **Negrito da autora**).

Entendemos assim, que as condições sociais próprias ao Brasil do século XIX contribuíram para o surgimento de uma nova literatura, realista/naturalista, que, embora seguindo um modelo europeu, adequou-se às condições nacionais.

Podemos perceber como essa adaptação ao meio social brasileiro ocorreu por meio das construções discursivas e representações presentes nos romances que tinham por



base a descrição do real ocorrendo através de referências realizadas a fatos extraliterários como em *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo (2007), no qual encontramos na construção estética da obra a presença da alegorização de Brasil presente nas visões de mundo que permeavam a sociedade oitocentista frente ao ideal de miscigenação e racialização. Tais discursos, de acordo com Sússekind, são discursos e representação que ganham seus sentidos no meio social (1984, p. 107). Os discursos da sociedade brasileira do século XIX entram na economia das obras naturalistas desse período como um elemento estrutural que permite o desenvolvimento da narrativa, tendo em vista que é através desse discurso representativo da sociedade que se desenvolve a estética, marcando uma influência do meio na estética literária naturalista.

Compreendendo que o naturalismo não adentrou a literatura brasileira apenas como cópia, encontrando um contexto social que permitiu o seu desenvolvimento. E que segundo Mônica Silva (1981, p. 36) as características locais influenciam em uma estética literária, assim como as características europeias influenciam na literatura de outro país, produzindo, segundo a autora, “um elemento híbrido, ou seja, um naturalismo diferente do naturalismo francês, pelo menos parcialmente diferente”, far-se-á necessário entender como as adequações ao novo contexto social podem ser percebidas na estética naturalista brasileira.

Quanto às adaptações sofridas pelo naturalismo no Brasil Mônica Silva afirma que a estética naturalista desenvolvida no país se distingue da estética francesa quanto ao conteúdo. “O naturalismo brasileiro se desvincilha do europeu no que toca ao conteúdo”, isto é, no que diz respeito aos assuntos abordados conforme ao novo meio social, “porém não no que toca a forma e ao método”, ou seja, a maneira de produzir os romances, por meio da observação, utilizando as ideias científicas do período (SILVA, 1981, p. 46). Permanecendo no naturalismo brasileiro uma “visão do homem, da vida, do mundo e da própria literatura presentes no naturalismo francês” por meio da objetividade científica como sua principal característica (1981, p. 44). A estética continua com suas características básicas.

No entanto, esses novos conteúdos que no Brasil marcou o naturalismo como afirma Silva (1981), e que de acordo com Sereza (2012, p. 251) são assuntos sociais marcados principalmente pela presença da questão racial, entendemos que dá a esta estética particularidades literárias que não são encontradas no naturalismo francês, uma vez que, de acordo com Antonio Candido, as questões éticas de uma sociedade podem

adentrar na forma literária por meio do conteúdo, mas que marca uma nova construção da forma estética literária que se apresentará através da linguagem. Desse modo, o ético (social) torna-se não somente o tema da obra, o conteúdo, mas também o responsável pela construção da arquitetura estética da obra (CANDIDO, 2000). Compreendemos assim, que por meio dos conteúdos abordados no naturalismo brasileiro, a estética naturalista passou por modificações, principalmente na linguagem, mas não somente no material, como também na forma estética das obras naturalistas.

Ainda de acordo o crítico Antonio Candido no seu texto *de cortiço a cortiço* (1993), no qual o autor faz uma análise das relações de filiação e dialética entre os romances *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo, e *L'Assommoir*, de Émile Zola, o principal fator que distingue os dois romances é a presença no romance brasileiro de uma representação do país na busca de uma construção de identidade. O que para o crítico é um fator que distingue, não só os dois romances, mas toda a estética naturalista que vigorou na França e no Brasil. A presença da busca por representar o país na tentativa de construção de identidade, é algo singular, segundo Candido (1993), na história da literatura brasileira desde o Romantismo. No naturalismo “isso é notório [...]”, por ter sido esse um movimento, “que desejou uma narrativa empenhada, cheia de realidade, e que no Brasil contribuiu de maneira importante pelo fato de ter dado posição privilegiada ao meio e a raça como forças determinantes” (CANDIDO, 1993, p. 152). O que para Sussekind (1984) vai ser a principal característica da estética literária naturalista brasileira. Funcionando “no sentido de *representar* uma identidade para o país, de apagar via ficção, as divisões e dúvida” (SUSSEKIND, 1984, p. 43, *itálico da autora*).

Essa busca por uma identidade nacional, como afirma Sussekind (1984) e Candido (1993), deu-se devido ser o naturalismo incorporado à cultura literária brasileira em um período de modificações do país marcado por fortes diferenças sociais. Para que ocorresse essa construção de ideia de nação, de acordo com Mendes e Catharina, passou-se a “construir a ideia de nação como uma identidade composta por pessoas diferentes” que provinham de classes sociais diferentes. O que já era algo próprio da estética naturalista europeia, que, no entanto, no Brasil vai ser marcado pela presença de personagens “negros, mulatos, pardos, todos aqueles que até então eram excluídos dos salões românticos ou que neles apareciam como esfumatura”, ou seja, como sombras (PELEGRINI, 2014, p. 131).

Para Silva et. ali (2014) embora o naturalismo brasileiro tenha influência do europeu, no Brasil esta estética tem “uma origem social e histórica delimitada”. Não “possuindo as mesmas bases sociais”, da estética desenvolvida na Europa, o que “acaba promovendo uma determinada produção que se diferencia da versão europeia” (2014, p. 45), sendo umas das principais características do naturalismo brasileiro, “além da realidade como pano de fundo da narração” a focalização das descrições a partir dos indivíduos (SILVA; VIANA; SOUZA, 2014, p. 45), o que também afirma Sussekind (1984, p. 120). Ou seja, é realizada a análise dos aspectos sociais de forma individual, e não a partir da coletividade como no naturalismo francês (SILVA; VIANA; SOUZA, 2014, p. 46).

Porém, conforme os autores, a focalização do individual estava baseada a partir dos valores sociais. Buscando por meio do individual a representação do meio, da coletividade, e da própria ideia de nação (SILVA; VIANA; SOUZA, 2014, p. 46 – 48). Compreendemos que vai existir na estética naturalista brasileira uma valorização do individual que, no entanto, vai ser marcada por questões sociais.

### **Para fim de conversa**

Entendemos que o naturalismo no Brasil, ao contrário do que muitos críticos, dentre eles Nelson Werneck Sodré (1965), afirmam que tenha sido um plágio ou uma cópia do naturalismo francês, adentrou no país e se desenvolveu num contexto social que dava condições para o seu desenvolvimento. Podemos concluir, assim, que o naturalismo brasileiro consistiu em uma estética que ao ser adotado e adaptado ao contexto sociocultural do Brasil ganhou algumas modificações que conferiram a sua estética literária características distintas do naturalismo francês. Embora seguindo o método de observação e descrição do meio proposto por Zola, o seu escritor de maior destaque.

O que tivemos no Brasil foi um naturalismo em que ganhou espaço a busca pela representação da nação, utilizando, para tanto, as descrições do meio social em conjunto com as descrições individuais de forma documentária. Tentando conferir ao país que se encontrava com inúmeras contradições sociais uma ideia de identidade única e forte. Estando presente o discurso vigente na sociedade da época nas narrativas e a presença de temáticas até então consideradas indignas para ser tratada na literatura. Dando ao

naturalismo brasileiro uma forma estética através da linguagem distinta do naturalismo francês.

Nessa estética, tendo como ideal a busca pela construção de identidade nacional, o gênero narrativo ganha um maior destaque. Marcando sua predominância devido ser através das narrativas de formas descritivas, usando o objetivismo científico, que se constrói o ideal de nação, e que é apresentado a sociedade as características dessa estética que vigorava no país.

Sendo essencial, para a construção dessa identidade nacional como um dos ideais do naturalismo brasileiro, a presença de “uma ficção que se apoia nas últimas novidades científicas, complementam-se e asseguram aos leitores suas identidades e nacionalidade” (SUSSEKIND, 1984, p. 94). Esse gênero narrativo vai ganhar destaque devido à utilização, para a disseminação das características naturalistas na sociedade brasileira, de uma linguagem por meio de uma estética do visível (SUSSEKIND, 1984, p. 99). Com essa estética do visível, de acordo com Sussekina, é construído o discurso mediante analogias com o real. No qual, busca-se a representação da sociedade e do homem de forma objetiva e descritiva por meio do discurso narrativo, em que o narrador se apresenta por meio de sua linguagem como um conhecedor da realidade do país.

## FONTES

1. AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. São Paulo: Ciranda cultural, 2007.
2. ZOLA, Emile. *O romance experimental e o naturalismo no teatro*. 1 ed. Trad. Italo Caroni; Célia Barretini. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979. Disponível em: [http://www.usp.br/cje/depaula/wp-content/uploads/2017/03O-Romance-Experimental\\_Zola-ilovepdf-compressed.pdf&ved](http://www.usp.br/cje/depaula/wp-content/uploads/2017/03O-Romance-Experimental_Zola-ilovepdf-compressed.pdf&ved). Acesso em: 06 de abril de 2020.

## REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. O autor e personagem na atividade estética. IN et. ali. BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Introdução e tradução do russo: Paulo Bezerra. 6 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. **Para uma filosofia do ato**. Tradução: Carlos Alberto Faraco e Cristovão Tezza da edição americana: *Toward a Philosophy of the act*. Austin: University of Texas Press, 1993. Tradução destinada exclusivamente para uso didático e acadêmico.

CANDIDO, Antonio. **Iniciação à literatura brasileira**. 4 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. 8 ed. São Paulo: T.A Queiroz; Publifolha, 2000.

CANDIDO, Antonio. **O discurso e a cidade**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1993.

CHAPSKI, Rita. **Revisitação do romance *o cortiço*, de Aluísio Azevedo: da estética naturalista à estética tropicalista**. 2014. 91f. Dissertação (Mestrado em Literatura e Crítica Literária) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

KORFMAM, Michael. Observação científica e o romance como experimento. **Terra roxa e outras terras**. V. 8, p. 51 – 66, 2006.

MENDES, Leonardo; CATHARINA, Pedro Paulo Garcia Ferreira. Naturalismo, aqui là – bas. **O eixo e a roda**. V. 18, n. 1, p. 119 – 127, 2009.

PELEGRINI, Tânia. Moda importada: introdução do realismo no Brasil. **Itinerários**, Araraquara, n. 39, p. 117 – 132, jul./dez. 2014.  
. Acesso em: 27 de fevereiro de 2020.

SEREZA, Haroldo Ceravolo. **O brasil na internacional naturalista adequação da estética, do método e da temática naturalistas no romance brasileiro do século 19**. 2012, 271f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós – Graduação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SILVA, Einstein Augusto; VIANA, Nildo; SOUZA, Renato Dias. A gênese social do naturalismo brasileiro. **Estácio de Sá Ciências Humanas**. V. 2, p. 37 – 50, 2014.

SILVA, Mônica Back Barbosa da. *O naturalismo em o cortiço de Aluísio de Azevedo e Maggie de Stephen Crane*. 1981. 192f.

SILVA, Paulo Ricardo Moura da. *O naturalismo como técnica de representação realista: uma proposta teórico – crítica para *BaléRalé* de Marcelino Freire*. 2016, 205f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós – Graduação, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2016.

SODRÉ, Nelson Werneck. *O Naturalismo no Brasil*. Editora Civilização Brasileira S. A. Rio de Janeiro, 1965.

SUSSEKIND, Flora. *Tal Brasil, qual romance? Uma ideologia e sua história: o naturalismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

# Heroínas Negras do Brasil: A invisibilidade da participação das mulheres negras nas batalhas

Luísa Catiele Santos Camões  
Universidade do Estado da Bahia  
luisacamoes@outlook.com

A partir da leitura do texto “A participação das mulheres nas lutas pela Independência política na América Latina”, de Maria Ligia Coelho Prado, surgiu a inquietude sobre a discussão da mesma temática, mas a partir da vertente das mulheres afro-brasileiras. O presente artigo tem como objetivo evidenciar as tentativas de silenciamento e invisibilidade das mulheres negras pela história, assim como de forma geral, é colocada em um lugar de subalternidade. Para melhor compreensão sobre este lugar de subalternidade utilizo obras de Collins (2016) e Prado (2014). É apresentado a importante discussão da participação das mulheres negras nos confrontos históricos, o exemplo de algumas dessas mulheres e como suas respectivas biografias acabaram sendo negligenciadas por alguns historiadores, para isto, trago contribuições de Arraes (2017) e Reis (2012). Ademais, foram utilizados como referencial artigos, livros e sites. O fato da ausência de registros sólidos leva alguns estudiosos a desacreditar na existência de algumas dessas mulheres, além do reforço da ideologia patriarcal historiográfica, onde o ato heroico dos homens acaba sendo mais significativo do que das mulheres, principalmente quando falamos sobre mulheres negras. Como resultado, é notório que apesar dos esforços as histórias das mulheres afro-brasileiras continuam sendo invisibilizadas, entretanto é necessário continuar a lutar pelo direito a voz, pois reconhecer a história e a luta dessas mulheres além de trazer representatividade, pode mudar o modo como nos reconhecemos enquanto negras.

**Palavras-chave:** Mulher negra. Luta. Negligencia. Resistência.

## INTRODUÇÃO

Historicamente, desde o período da escravidão, foi criada uma hierarquia social baseada em raça e sexo que posicionou homens brancos no topo, mulheres brancas em

segundo, homens negros em terceiro, dividindo lugar algumas vezes com as mulheres brancas a depender das circunstâncias, e em último as mulheres negras. Ou seja, há uma grande dificuldade da mulher negra ser vista como sujeito, posicionando-a em um lugar de subalternidade. Patricia Hill Collins nos oferece uma visão interessante sobre esse lugar do outro e a necessidade de mulheres negras se autodefinirem:

A insistência de mulheres negras autodefinirem-se, autoavaliarem-se e a necessidade de uma análise centrada na mulher negra é significativa por duas razões: em primeiro lugar, definir e valorizar a consciência do próprio ponto de vista autodefinido frente a imagens que promovem uma autodefinição sob a forma de “outro” objetificado é uma forma importante de se resistir à desumanização essencial aos sistemas de dominação. O status de ser o “outro” implica ser o outro em relação a algo ou ser diferente da norma pressuposta de comportamento masculino branco. Nesse modelo, homens brancos poderosos definem-se como sujeitos, os verdadeiros atores, e classificam as pessoas de cor e as mulheres em termos de sua posição em relação a esse eixo masculino branco. Como foi negada às mulheres negras a autoridade de desafiar essas definições, esse modelo consiste de imagens que definem as mulheres negras como um outro negativo, a antítese virtual da imagem positiva dos homens brancos (COLLINS, 2016, p. 105).

A maior parte das histórias que costumamos escutar e estudar tem como papel principal homens que recebem o título de “heróis da pátria” pela participação nas lutas, descobertas, conquistas, enquanto as mulheres ficam em segundo plano, isso quando são citadas. “Por um lado, a constância da permanência dos heróis nacionais era ligada às questões políticas, de outro, estava à perspectiva dominante na época, que conferia fundamentalmente aos ‘grandes homens’ a realização de feitos históricos”. (PRADO, 2014, p.2). A ideologia patriarcal historiográfica instaurou-se durante o fim do século XIX e o início do XX, onde a historiografia oficial deu visibilidade apenas aos homens como os principais nas lutas. Apesar da historiografia contemporânea ter aberto novos campos de estudos, é notório que a presença de mulheres ainda é ofuscada.

Como exemplo inicial trago duas lideranças negras femininas cujas histórias são cercadas de incertezas, e apesar de serem conhecidas por alguns, suas biografias ainda sofrem negligências por parte de estudiosos. Elas são: Dandara, líder quilombola que articulava as estratégias de Palmares e lutava ao lado do marido Zumbi; Luiza Mahin considerada uma das maiores lideranças negras contra a escravidão na Bahia do século XIX, esteve envolvida na Revolta dos Malês (1835) e na Sabinada (1837-1838), e mãe do abolicionista Luiz Gama.



## DANDARA DOS PALMARES

A história de Dandara é cercada de dúvidas, pois há poucos dados sobre sua vida e por esse motivo ela é apresentada por muitos como uma lenda de Palmares. Descrevem-na como uma mulher guerreira, dominante da capoeira e que lutava em todas as batalhas geradas por ataques ao quilombo no século XVII. Não há registros sobre o nascimento da mesma, se foi no Brasil ou no continente africano, mas sabe-se que chegou ainda menina ao quilombo. Além de exercer as atividades cotidianas como caça, agricultura e cuidar dos três filhos, Dandara era uma das estrategistas que cuidava dos planos e da resistência do quilombo.

Sobre algumas das participações em lutas ao lado de Zumbi, a escritora Jarid Arraes traz em verso poético:

Certa vez, numa viagem  
Sugeriu a invasão  
Da cidade de Recife  
No meio de um sopetão  
E Zumbi ficou chocado  
Até mesmo impressionado  
Por tamanha ambição (JARID ARRAES, 2017, p. 50).

Há relatos sobre a liderança de Dandara, nos quais a mesma estava sempre em busca da liberdade dos seus semelhantes, nisso, senzalas eram arrombadas e plantações de cana queimadas, gerando prejuízos aos senhores de escravos, e assim Palmares ia aumentando sua força, influência e provocando cada vez mais medo e ódio nos senhores.

Dandara cometeu suicídio jogando-se de uma pedreira direto ao abismo, por volta de 1694, quando foi presa. Preferiu a morte à escravidão. Segundo a antropóloga Maria de Lourdes Siqueira, em entrevista a coluna do O Globo Sociedade (2014), “Dandara é a mais representativa liderança feminina na República de Palmares. Participou de todas as batalhas, de todas as lutas, de tudo que lá foi criado, organizado, vivido e sofrido. Sabe-se pouco sobre as suas origens: onde nasceu, de onde veio. Alguma literatura diz que ela tinha ascendência na nação africana de Jeje Mahin.”.

## LUIZA MAHIN

Quando falamos de Luiza Mahin não é tão diferente. Nascida em Costa Mina, na África, no início do século XIX, pertencia à tribo Mahin Africana Nagô e foi trazida para

o Brasil como escrava. Esteve envolvida na articulação de revoltas e levantes de escravos que agitaram a então Província da Bahia nas primeiras décadas do século XIX. Aliás, se o levante dos malês tivesse sido vitorioso, ela teria sido reconhecida como Rainha da Bahia. Apesar de não ter registros oficiais sobre a participação da mesma nas revoluções, o primeiro documento onde Luiza é descrita é uma carta do abolicionista Luiz Gama, filho da mesma, endereçada ao jornalista Lúcio de Mendonça.

A historiadora Lúcia Fonseca Ferreira (2001) fez a análise dessa carta e segundo a autora, a figura materna descrita por Luiz Gama se torna uma personalidade legendária pela forma que é tratada. Nesse documento Gama afirma,

Sou filho natural de uma negra, africana livre, da Costa da Mina (Nagô de Nação) de nome Luiza Mahin, pagã, que sempre recusou o batismo e a doutrina cristã. Minha mãe era baixa de estatura, magra, bonita, a cor era de um preto retinto e sem lustro, tinha os dentes alvíssimos como a neve, era muito altiva, geniosa, insofrida e vingativa. Dava-se ao comércio—era quitandeira, muito laboriosa, e mais de uma vez, na Bahia, foi presa como suspeita de envolver-se em planos de insurreições de escravos, que não tiveram efeito. Era dotada de atividade. Em 1837, depois da Revolução do dr. Sabino, na Bahia, veio ela ao Rio de Janeiro, e nunca mais voltou. Procurei-a em 1847, e 1856, em 1861, na Corte, sem que a pudesse encontrar. Em 1862, soube, por uns pretos minas, que conheciam-na e que deram-me sinais certos que ela, acompanhada com malungos desordeiros, em uma “casa de dar fortuna”, em 1838, fora posta em prisão; e que tanto ela quanto seus companheiros desapareceram. Era opinião dos meus informantes que estes “amotinados” fossem mandados pôr fora pelo governo, que, nesse tempo, tratava rigorosamente os africanos livres, tidos como provocadores. Nada mais pude alcançar a respeito dela (Apud MOUZAR, 2006: 66).

Negra livre, de nação nagô, recusava o batismo e a doutrina cristã. Não se sabe do destino de Luiza, entretanto há a possibilidade de sua participação em outros levantes na capital do Império, mas que tenha sido capturada, detida e deportada para África. Acredita-se que Luiza tenha conseguido fugir, indo parar no Maranhão.

A falta de fontes concretas que comprovem a existência dessas duas mulheres acaba criando conflitos entre alguns historiadores, pois só há relatos avulsos de suas vidas. Tanto Dandara quanto Luiza Mahin acabaram sendo alvos de desinteresse dos historiadores da época, e atualmente ainda há grande dificuldade de recuperar suas biografias pois não há esforços ou historiadores interessados em analisar as traduções orais como fonte historiográfica.

Isso fica perceptível na passagem do texto de João Reis quando diz:

Numa curta passagem de seu artigo de 1901 sobre os malês, Etienne Brazil escreveu: “O fim primordial era aclamar uma rainha, depois do extermínio da raça branca”. Convenhamos que, num texto de 57 páginas, o autor foi brevíssimo sobre o que considerava o objetivo principal do movimento de 1835.

Não sei onde Brazil foi buscar essa ideia, um tanto extravagante, de que homens muçulmanos se dariam ao exaustivo trabalho de exterminar a raça branca para colocar no poder uma mulher, aliás pagã, como se verá num minuto. Obviamente nada consta, nesse sentido, na vasta documentação existente sobre a rebelião. Nenhuma Luiza, aliás, foi incluída em quaisquer das listas de presos por envolvimento no levante. A única mulher com este nome que encontrei em 1835 foi uma liberta, presa provavelmente em novembro para ser deportada por crime não específico, mas de forma alguma por insurreição (REIS, 2012, p.301).

Assim sendo, Luiza Mahin é vista como um grande mito, como exemplo do papel das mulheres negras na luta pela liberdade de todos e contra a classe dominante. Ela teria sido uma mulher que romperia o patriarcado do islã e que havia liderado uma revolta, um exemplo perfeito para toda comunidade negra e trabalhadora do país e quiçá do mundo por suas características que sobressaem o imaginário.

## MARIA FELIPA DE OLIVEIRA

Em vista disso, também pode-se citar a grandiosa Maria Felipa. Nascida no começo do século XIX na Ilha de Itaparica, vivia como pescadora e marisqueira e participou pela luta da independência da Bahia, a qual liderou cerca de duzentas pessoas, entre elas índios e mulheres negras na queima de quarenta embarcações dos portugueses que atacavam a ilha. Entretanto, pelo fato de ser fora dos padrões impostos pela sociedade, sendo mulher negra, pobre e líder de um grupo armado, não é reconhecida como heroína mesmo depois dos grandes feitos. Arraes traz com enorme força e sensibilidade em versos poéticos a revolta do esquecimento sobre as heroínas negras:

Nos registros brasileiros  
A injustiça predomina  
E o danado esquecimento  
Na injustiça se culmina  
Pois ainda não se acha  
Tudo o que se examina.  
Esquecidas da História  
As mulheres inda estão  
Sendo negras. Só piora  
Esse quadro de exclusão  
Sobre elas não se grava  
Nem se faz uma menção (JARID ARRAES, 2017, p. 97).

Em análise dos discursos de alguns biógrafos – em sua maioria masculinos – sobre a representação das mulheres nos livros, podemos perceber como sua visão contribui para apagar a memória das mulheres rebeldes:

“Nas narrativas a linguagem empregada evidencia os objetivos edificantes dos textos e nos apresenta um retrato de mulher ideal, construído como exemplo para as gerações contemporâneas e futuras. As mulheres eram modestas, dedicadas, altruístas, generosas e abnegadas. Em torno delas, foi moldado um padrão de respeitabilidade a partir do qual sua vida ganhava um lugar digno na galeria das figuras nacionais.” (PRADO, 2014, p.18).

Mulher, negra, pobre, essas são as características de um grupo que teve participação significativa no processo de libertação da Bahia, mas infelizmente permanece sendo ignorado sob vários aspectos. E mesmo sem comprovação documental sobre a vida de Maria Felipa, a sua existência está registrada através da memória do povo de Itaparica.

### ESPERANÇA GARCIA

A história de Esperança Garcia chama a atenção, por ser uma das poucas escravas a ser alfabetizada, além da coragem de escrever uma carta ao governador do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, onde ela denunciava os maus tratos que ela, seu filho e suas companheiras sofriam por parte do feitor. Escrava, confiscada aos padres jesuítas no final do século XVIII, e que depois da expulsão dos mesmos pelo Marquês de Pombal, passaram-na à administração do governo do Piauí, onde foi levada a força, da Fazenda Algodões onde vivia, para uma fazenda. Apesar de sua importância histórica, infelizmente não se sabe quase nada sobre sua vida e acaba sendo mais uma a cair no esquecimento.

A carta é datada de 6 de setembro de 1770. Há afirmações de que a carta original se encontra em Portugal, e uma cópia foi encontrada no arquivo público do Piauí pelo historiador e pesquisador Luiz Mott:

“Outra minha importante descoberta arquivística foi um pequeno documento, uma única página escrita à mão, todo cheia de garranchos com muitos erros de português: trata-se de uma petição escrita em 1770, por uma escrava do Piauí, Esperança Garcia. Trata-se do documento mais antigo de reivindicação de uma escrava a uma autoridade. Documento insólito! Primeiro por vir assinado por uma mulher, já que mulher escrever antigamente era uma raridade. As mulheres eram vítimas da estratégia de seus pais, mantê-las distante das letras, a fim de evitar que elas escrevessem bilhetinhos para os seus namorados. Segundo, por se tratar de uma petição escrita por uma mulher negra.” (MOTT, 1979).

É válido lembrar que, tendo em vista a importância dada à petição de Esperança Garcia, por força da Lei. nº 5.046, de 7 de janeiro de 1999, ficou instituído o dia 6 de setembro como sendo o “Dia Estadual da Consciência Negra” no Piauí.

Carta, versão original:

“Eu sou hua escrava de V. Sa. administração de Capam. Ant<sup>o</sup> Vieira de Couto, cazada. Desde que o Capam. lá foi adeministrar, q. me tirou da fazenda dos algodois, aonde vevia com meu marido, para ser cozinheira de sua caza, onde nella passo mto mal. A primeira hé q. ha grandes trovoadas de pancadas em hum filho nem sendo uhã criança q. lhe fez estrair sangue pella boca, em mim não poço esplicar q. sou hu colcham de pancadas, tanto q. cahy huã vez do sobrado abaccho peiada, por mezericordia de Ds. esCapei. A segunda estou eu e mais minhas parceiras por confeçar a tres annos. E huã criança minha e duas mais por batizar. Pello q. Peço a V.S<sup>a</sup>. pello amor de Ds. e do seu Valimto. ponha aos olhos em mim ordinando digo mandar a Procurador que mande p. a fazda. aonde elle me tirou pa eu viver com meu marido e batizar minha filha q.  
De V.Sa. sua escrava Esperança Garcia”

Carta, versão léxico atualizado:

“Eu sou uma escrava de V.S<sup>a</sup>. administração de Capitão Antônio Vieira de Couto, casada. Desde que o Capitão lá foi administrar, que me tirou da Fazenda dos Algodões, onde vivia com meu marido, para ser cozinheira de sua casa, onde nela passo tão mal. A primeira é que há grandes trovoadas de pancadas em um filho nem, sendo uma criança que lhe fez extrair sangue pela boca; em mim não posso explicar que sou um colchão de pancadas, tanto que caí uma vez do sobrado abaixo, peada, por misericórdia de Deus escapei. A segunda estou eu e mais minhas parceiras por confessar a três anos. É uma criança minha e duas mais por batizar. Pelo que peço a V.S<sup>a</sup>. pelo amor de Deus e do seu valimento, ponha aos olhos em mim, ordenando ao Procurador que mande para a fazenda onde ele me tirou para eu viver com meu marido e batizar minha filha.  
De V.S<sup>a</sup>. sua escrava, Esperança Garcia”

Dentre as diversas leituras da referida petição pode-se constar a existência de uma mulher negra escravizada que era alfabetizada e estava ciente da possibilidade de reivindicar o direito de ser tratada com humanidade. Mulher, negra, escravizada e autora do "primeiro Habeas Corpus" que se tem registro no Brasil e somente no ano de 2017 foi reconhecida como a primeira advogada do estado pela seccional piauiense da OAB.

## MARIANA CRIOULA

Outra história pouco conhecida e muito válida a ser citada é a de Mariana Crioula. Escrava, vivia em Paty do Alferes, região do Rio de Janeiro, trabalhava como costureira e mucama para a senhora Francisca Xavier, cuja era dona das fazendas Maravilha e Freguesia, além disso, Mariana era uma das escravas de confiança da casa-grande. No ano de 1838, ela participou da maior revolta do Rio de Janeiro, que foi liderada por Manoel Congo, onde reuniu cerca de trezentos escravos das fazendas vizinhas.

Mesmo sendo casada com José, escravo que vivia na lavoura, ao juntar-se com os fugitivos, tomou a liderança do grupo e foi aclamada rainha junto a Manoel Congo.

O grupo adentrou nas matas e foram parar em Santa Catarina, na Serra da Mantiqueira, onde mais tarde foram pegos em uma emboscada pelas tropas comandadas por um coronel da Guarda Nacional. Em meio a prisão, Mariana agiu com astúcia e passou a negar que era a líder e que fora influenciada a seguir com os outros fugitivos. Com tudo, ela foi absolvida e levada de volta a fazenda, mas teve que assistir a morte de Manoel Congo por enforcamento.

## TEREZA DE BENGUELA

Em 2014, foi decretada a Lei nº 12.987 pela então presidente Dilma Rousseff, como o Dia Nacional de Tereza Benguela e da Mulher Negra. Tereza de Benguela ou “Rainha Tereza”, como era conhecida no Vale do Guaporé (atual fronteira entre Mato Grosso e Bolívia), viveu durante a o século XVII como líder do Quilombo de Quariterê após o assassinato do seu companheiro.

De acordo com fontes históricas, a rainha Tereza

governava esse quilombo a modo de parlamento, tendo para o conselho uma casa destinada, para a qual, em dias assinalados de todas as semanas, entravam os deputados, sendo o de maior autoridade, tido por conselheiro, José Piolho, escravo da herança do defunto Antônio Pacheco de Moraes. Isso faziam, tanto que eram chamados pela rainha, que era a que presidia e que naquele negral Senado se assentava, e se executavam à risca, sem apelação nem agravo (Anal de Vila Bela do ano de 1770, apud AMADO e ANZAI, 2006, p. 140).

Segundo documentos da época, o quilombo abrigava negros e indígenas e sobreviveu durante duas décadas. No ano de 1770 durante o ataque, a rainha Tereza foi capturada pelos soldados

posta aí em prisão, pá vista de todos aqueles a quem governou naquele reino, lhe diziam estas palavras injuriosas, de forma que, envergonhada, se pôs muda ou, para melhor dizer, amuada. Em poucos dias expirou de pasmo. Morta ela, se lhe cortou a cabeça e se pôs no meio da praça daquele quilombo, em um alto poste, onde ficou para memória e exemplo dos que a vissem (Anal de Vila Bela do ano de 1770, apud AMADO e ANZAI, 2006, p. 140).

Tereza de Benguela é, assim como outras heroínas negras, um dos nomes negligenciados pela historiografia nacional, mas nos últimos anos devido ao engajamento do movimento de mulheres negras e à pesquisa e resgate documental, que até então não

foram devidamente estudados, a história nacional vem sendo recontada e multiplicam-se as narrativas que revelam a formação sociopolítica brasileira.

## MULHERES MALÊS

A Revolta dos Malês aconteceu entre os dias 24 e 25 de janeiro de 1835 como resultado dos diversos debates feitos entre os malês em seus encontros nas casas de africanos libertos, onde além de compartilhar de sua doutrina religiosa – o islã – reuniam-se para aprender a ler e escrever em árabe, faziam refeições rituais, celebravam o calendário islâmico, mas também descarregavam as tensões e debatiam sobre os problemas de opressão e exploração que eram vividos. As motivações que levaram a revolta foram, fundamentalmente, a luta em defesa da soltura de escravos, liberdade religiosa e o fim da opressão. Para a elite escravocrata, fazer parte do islã era um enorme ato de rebeldia, já que as religiões de matrizes africanas eram proibidas. Isso faz com que as ideias de uma revolta comecem a amadurecer e o desejo de tomar o poder vai ganhando ainda mais força.

Apesar de fazerem parte das revoltas, as mulheres africanas não assumiam posições por conta da ideologia e práticas conservadoras acerca do papel das mulheres, assim, a posição de subalternidade era revelada na doutrina corânica. Entretanto, o Islã negro foi obrigado a fazer concessões ao setor feminino, por conta de interpretações divergentes e o não cumprimento completo das doutrinas. Isso se tornou algo revolucionário, dando força para o fato de Luiza Mahin ter sido conhecida como uma das líderes mais importantes dos malês e assim como ela, Teresa e Agostinha defendiam seus companheiros de luta. Outra mulher que também é citada como participante das revoltas dos malês foi Emereciana, que tinha sido acusada de distribuir anéis malês ou anéis da “sociedade malê”, assim como Edum, Maria Chagas e Maria da Conceição, que foram acusadas de alimentar rebeldes, principalmente na noite do levante. Salienta-se ainda que as escravas de ganho faziam com que as informações chegassem não só em Salvador, mas em todo recôncavo baiano, pois, os negros que estavam nas fazendas sabiam o momento certo de se juntarem à revolta.

A partir de leituras sobre a Revolta dos Malês, a escritora, dramaturga e diretora Heme Costa criou a peça teatral de nome “Mulheres Malês”, juntamente com o grupo Loca de Teatro, sobre o Levante do Rio Joanes que aconteceu algum tempo antes da

Revolta dos Malês, trazendo como ponto principal as mulheres que fizeram parte dessa rebelião. O espetáculo chegou a participar do projeto Se Mostra Interior, realizado pela Fundação Cultural do Estado da Bahia e se apresentou no teatro da Gamboa Nova, em Salvador, Bahia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esses são exemplos de algumas mulheres insurgentes que inspiram, mas que infelizmente ainda tem suas vozes silenciadas por parte da sociedade machista, racista, misógina e branca. É notório como as histórias das mulheres afro-brasileiras acabam sendo invisibilizadas mesmo com todos os esforços, e até hoje lutam para não caírem em total esquecimento por parte da nação. Reconhecer a história e a luta dessas mulheres além de trazer representatividade, pode mudar o modo como nos reconhecemos enquanto negras. Por causa da bravura dessas e de tantas outras mulheres que aqui não foram citadas, hoje temos a possibilidade lutar com mais força e sermos ouvidas, mesmo que tentem nos calar.

É como traz Bianca Santana (2019), no livro “Vozes Insurgentes de Mulheres Negras”:

Mulheres negras que, mesmo tratadas como “coisa”, nunca perderam sua humanidade. E foram e são infinitas as tentativas de nos mostrar o “nosso lugar”, de relegar nossas necessidades, de nos tornar subumanas. Enquanto registro histórico, a leitura desses escritos é fundamental para dimensionarmos a nossa luta. Não é sem incômodo que percebemos a contemporaneidade de pensamentos e ações por anos combatidos pela luta antirracista. “O cativo moral para nós negros ainda perdura”, alertou-nos Antonieta de Barros em 1934, em um texto que poderia ter sido escrito hoje (SANTANA, 2019, p. 12).

Que a luta de nossas ancestrais e as nossas passe a ter mais visibilidade e traga para as jovens negras, desta e das futuras gerações, inspiração para continuar conquistando seu espaço, seja nas ruas, universidades, escolas, ampliando nossa representatividade. Enquanto isso, seguimos lutando para que nossas vozes jamais sejam silenciadas.

## REFERÊNCIAS

ARRAES, Jarid. **Heroínas Negras do Brasil: em 15 cordéis**. ed. São Paulo: Pólen, 2017.



\_\_\_\_\_. A participação das mulheres nas lutas pela Independência política na América Latina In: PRADO, Maria Ligia Coelho. *América Latina no Século XIX: Tramas, Telas e Textos*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014, p.29-51.

\_\_\_\_\_. Quem foi Esperança Garcia: Um pouco da história dessa mulher guerreira "Esperança Garcia", 2013. Disponível em: <http://esperanca-garcia.blogspot.com/p/esperanca-garcia.html>. Acesso em: 27 set. 2021.

COLLINS, Patricia Hill. *Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro*. Sociedade e Estado, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.

FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de Almeida. Negros do Guaporé: o sistema escravista e as territorialidades específicas. In: *Revista do Centro de Estudos Rurais – UNICAMP*, v.5, nº2, setembro de 2011

FERREIRA, Lígia Fonseca. *Luiz Gama: um abolicionista leitor de Renan*. In: *Estudos Avançados* 21, 2007.

LIMA, Dulciclei da Conceição. *Luiza Mahin: história, mito, ficção? Repensando uma figura enigmática*. In: *Revista África e Africanidades – Ano IV – n. 13 – Fev. 2011*.

REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SANTANA, Bianca. *Vozes Insurgentes de Mulheres Negras: do século XVIII à primeira década do século XXI*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2019.

SANTOS, Ale. *O racismo da academia apagou a história de Dandara e Luisa Mahin*. 2019.

TINOCO, Dandara. *Descrita como heroína, Dandara, mulher de Zumbi, tem biografia cercada de incertezas*. 2014.

## Contradições em torno do sexo: práticas homoeróticas e crimes de sodomia no México colonial

Arthur Camargo Frêdo

Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – Campus Santa Mônica

Email: arthur.fredo29@gmail.com

O presente trabalho investiga as perspectivas sob as quais as práticas sexuais homoeróticas, especificamente aquelas ocorridas em território mexicano durante o período colonial, têm sido abordadas pela historiografia recente. O principal objetivo foi entender, através desses textos, as formas com as quais o sexo e, sobretudo, a homossexualidade masculina foram vivenciados no cotidiano do México colonial entre os séculos XVI e XVIII e, também, buscou-se compreender quais as possíveis contradições envolvidas nesses processos. Para tanto, foram estudadas as produções de diferentes autores(as) que analisaram tanto as legislações europeias e coloniais referentes ao sexo, bem como os casos de sodomia ocorridos no contexto estudado. Foi realizada, portanto, uma revisão historiográfica de caráter preliminar sobre tal temática. Sugere-se, em um primeiro momento, que as práticas homoeróticas, apesar de criminalizadas e punidas, não deixaram de acontecer no território mexicano. Por fim, foi possível evidenciar a presença de uma lacuna na historiografia brasileira concernente ao estudo dessa temática.

**Palavras-chave:** Sexo. Homossexualidade. Sodomia. América Espanhola.

### Introdução

No final da Idade Média e no início da Idade Moderna o sexo consistia uma preocupação coletiva em território europeu? Como a questão da sexualidade dos povos ameríndios foi e está sendo documentada pela historiografia? De que forma os povos nativos que compunham o que hoje chamamos de México vivenciaram sua sexualidade durante o período colonial? Quais os possíveis conflitos entre as perspectivas dos indígenas referentes à sexualidade e àquelas propagadas pelos invasores espanhóis? Há produções historiográficas que apontam para a existência de fontes que indicam a

ocorrência de relacionamentos homoafetivos entre os membros de sociedades indígenas que habitavam aquela região? Essas são, em síntese, as questões-problema que guiarão minha exposição.

Vale sublinhar que os apontamentos feitos a seguir têm como objetivo central reunir em texto as principais discussões realizadas dentro das humanidades concernentes à problemática das relações homoafetivas ocorridas em território americano ao longo do período colonial, sobretudo em casos relativos ao “pecado nefando” – o pecado impronunciável, cujo nome não pode ser dito (MOTT, 2016, p.68). A tentativa é de lançar possíveis apontamentos sobre as questões postas pela historiografia que trata do tema e, sobretudo, indicar questionamentos que possam contribuir com as discussões realizadas até o momento.

Assim, busquei coletar e debater de forma crítica as análises já existentes a respeito dos casos de sodomia ocorridos no México colonial entre os séculos XVI e XVIII – também chamado de Nova Espanha. Dessa forma, pretende-se, primeiro, comentar sobre o processo de construção de um saber sobre o sexo na Europa entre o final da Idade Média e o início da Idade Moderna e que foi, supostamente, trazido à caravela para as Américas; em seguida, buscar-se-á entender como os autores selecionados apresentam o outro lado da história, qual seja, a visão dos ameríndios sobre o que nomeamos, hoje, de comportamentos homoafetivos; e, finalmente, apontar sobre as possíveis intersecções entre o chamado projeto colonial, tentativas de controle e repressão do sexo e da sexualidade e as relações homoeróticas.

### **O processo de construção de um saber a respeito do sexo na Europa cristã medieval**

Embora em sua acepção hoje dominante o vocábulo *sexo* designe os atos e práticas sexuais, nem sempre foi assim. Como nos ensina Raymond Williams, o significado que se atribui às palavras não é pré-determinado: ele tem sua própria historicidade e está conectado com os movimentos dialéticos do seu contexto de produção. Foi apenas no século XIV que a palavra *sexo* entrou para a língua inglesa, tendo como sua precursora imediata “*secus* ou *sexus* (a seção masculina ou feminina da humanidade)” (WILLIAMS, 2007, p.370, grifos do autor). Com o passar dos anos, o sentido da palavra se alterou até chegar ao que, atualmente, compreendemos como uma ação ou relação física/corporal.

Esse desenvolvimento é comum à palavra *sexualidade*, descrita cientificamente desde o final do século XVIII. Nesse tópico buscarei comentar, a partir da bibliografia escolhida, como foi construído um saber a respeito do sexo na Europa cristã medieval, processo em que há a definição daquelas práticas sexuais que são permitidas e, também, daquelas que devem ser interditas.

Mas, afinal, de quais formas se falava sobre o sexo naquele contexto? Havia algum debate em torno dos comportamentos não heteronormativos? Ao analisar as raízes do discurso homofóbico na Europa cristã medieval, Iñaki Balzán argumenta que desde Justiniano (482-565) existia legislações que dispunham sobre as práticas homossexuais *enquanto* delitos:

O primeiro a legislar contra a sodomia foi Justiniano. Com efeito, no *Corpus Iuris Civilis* são compiladas diversas constituições que proíbem a sodomia, impondo a pena de morte e argumentando que se trata de algo diabólico, contrário à natureza e que põe em perigo a segurança pública (BALZÁN, 2007, p.435, grifos do autor).

O que se anunciava, desde esse momento, era a tentativa de se controlar e criminalizar uma prática sexual específica através da criação de disposições jurídicas que versavam sobre o sexo – processo que, como será visto adiante, é intensificado com o desenvolvimento do direito canônico. Vale ressaltar que nesse contexto não havia o entendimento dessas relações como desempenhadas por homens homossexuais, ou seja, não havia essa nomeação e o significado que ela carrega na contemporaneidade. De acordo com Gruzinski,

desde o século XIX os chamamos de homossexuais, com a conotação médica que isso implica; em outro contexto, eles seriam chamados de ‘putos’, usando um termo que já corria durante o século XVII. Nessa mesma época, as autoridades coloniais preferiam os vocábulos mais técnicos de sodomitas ou sométicos ou a referência quase metafísica ao ‘pecado nefando’ (GRUZINSKI, 1986, p.256, tradução nossa).

Desse modo, sodomia e pecado nefando eram os principais termos para designar “o amor que não ousa dizer o nome” (WILDE apud MOTT, 1994, p.1). Entretanto, foi

apenas no século XIII que a sodomia se converteu em preocupação pública e coletiva na Europa. Por quais razões? Balzán esclarece que

A partir da segunda metade do século XIII, graças à recepção do direito romano e à sistematização do direito canônico realizada por decretalistas como Graciano, se produziu um grande desenvolvimento do direito real e municipal. Nesse sentido, foram dados importantes passos em direção ao regulamento de muitas questões que preocupavam a sociedade. Entre essas questões se encontrava, obviamente, a conduta sexual, que anteriormente havia sido de domínio exclusivo dos decretalistas. [...] Além desse desenvolvimento do direito real e municipal, também no século XIII se deu a mudança definitiva de atitude a respeito da homossexualidade: a partir de agora já não seria tolerada e aqueles que incorressem em tais condutas sexuais desviantes sofreria uma dura sanção, a pena de morte. (BALZÁN, 2007, p.436, tradução nossa).

Soma-se a isso um processo crescente de criminalização de certos grupos e comportamentos que, não à toa no mesmo contexto em que há o adensamento das reflexões em torno do direito, passaram a ser enquadrados como perigosos e passíveis de punição. Cria-se, já no século XI, um cenário de perseguição a tais sujeitos que eram vistos como uma ameaça à expansão do feudalismo e à moral cristã. Era necessário que estes dissidentes fossem vigiados, perseguidos e penalizados em nome da lei. Essa estrutura repressiva atinge, inicialmente, os leprosos, os hereges e os judeus. No século XIII, como visto acima, os sodomitas se juntam aos demais. E, nos últimos séculos do medievo – devido também à decadência do sistema de organização feudal – pobres, ociosos e vagabundos entram no rol dos criminosos.

Cabe retomar o papel que a Igreja desempenhou, enquanto instituição, na tentativa de regulamentar os comportamentos sexuais. É necessário compreender que, nesse contexto, as disposições jurídicas não estavam apartadas da doutrina eclesiástica. Marialba Pastor esclarece que a “justiça partiu dos supostos teológicos, da interpretação das leis divinas cuja exclusividade era possuída pelos teólogos e, por tal motivo, [...] as mais notáveis criações do pensamento filosófico-jurídico castelhano da época’ foram obras de notáveis teólogos” (TOMÁS Y VALIENTE, 1969 apud PASTOR, 2013, p. 167, tradução nossa). Assim, o conteúdo que informava a discussão e o regimento das leis tinha um substrato de matriz cristã. Não havia uma distinção clara entre o poder judiciário e a fé individual, discussão sintomática do tempo presente. O paradigma que

se impunha para a interpretação daquela sociedade era, portanto, marcadamente religioso.

E, retomando uma das proposições iniciais, de que maneira o sexo se inscrevia nessas legislações? Para a Igreja cristã medieval, argumenta Balzán,

as relações sexuais, portanto, estavam condicionadas, para ser moralmente aceitáveis à procriação e esta dentro do casamento. [...] Além disso, [se] adverte dos perigos inerentes em caso de não se proceder deste modo: se considera que as relações sexuais são algo natural, tal como alimentar-se, mas se realizadas fora do casamento seria o mesmo que comer algo envenenado, o que provocaria a morte física; porém, no caso da sexualidade não conjugal o que ocorre é a morte espiritual, já que aqueles que a praticam ficam privados da graça e sem ela a salvação da alma é impossível. (BALZÁN, 2007, p. 438, tradução nossa).

Seguindo esse raciocínio, o pecado nefando adquire sua especificidade:

No caso do demoníaco vício sodomítico, é uma conduta sexual contrária à natureza por opor-se [...] ao intercâmbio entre o macho e a fêmea, algo comum a todos os animais, e porque não contribui com a conservação da vida humana. Assim, tanto na ordem operacional como na especulativa resulta em um erro grave e torpe ou um pecado agir contra o uso do prazer venéreo determinado e estabelecido pela natureza e que é inerente ao homem. (BALZÁN, 2007, p. 443, tradução nossa).

E se a sodomia era considerada uma prática transgressora deveria, como consequência, ser punida. Balzán explica que, nesse aspecto, tal comportamento sexual consistia, de uma só vez, um pecado e um crime:

Neste ponto convém recordar que a lei humana ou positiva devia adequar-se às prescrições da lei natural para ser justa e a sodomia era considerada, pelos teólogos, moralistas e pregadores, uma conduta sexual antinatural. Finalmente, as leis civis que perseguiram a sodomia eram leis penais mistas, porque afetam ao mesmo tempo a jurisdição interna das pessoas, ligada a lei divina, e a jurisdição externa, ligada à lei humana e positiva: é um pecado e um delito ao mesmo tempo. (BALZÁN, 2007, p.444, tradução nossa).

Isso revela, em um primeiro momento, que não apenas se falava sobre sexo na Europa cristã medieval como, muito além disso, buscava-se esmiuçar através das

disposições jurídicas quais práticas sexuais eram permitidas ou não. As relações homoafetivas convertem-se, com o desenvolvimento das normas jurídicas comentadas pelo autor, em um comportamento pecaminoso, de acordo com a lei divina, e que, portanto, carecia de controle e correção. Além disso, os sodomitas passam a ser encarados como inimigos públicos, como um mal a ser extirpado. E, para isso, existiam castigos que, apesar das particularidades regionais, tinham em comum o uso de técnicas violentas: a sentença de morte não era a exceção; pelo contrário, os sodomitas eram frequentemente queimados vivos, enforcados e extraviados para locais longínquos (BALZÁN, 2007, p.436-437).

Cabe comentar, por fim, que a problematização feita em relação ao dito ou não dito no que tange às práticas sexuais no contexto analisado recai no questionamento da hipótese repressiva, como definida por Michel Foucault. Segundo o filósofo, a hipótese repressiva em torno do sexo consiste – de forma bastante simplificada – um conjunto de ideias que postulam que a partir do século XVII, com o início da formação das chamadas sociedades burguesas, houve a consolidação – embora esse processo histórico, como visto, tenha suas raízes no medievo – de um regime de repressão pautado na censura, interdição e negação de tudo aquilo que poderia conter alguma conotação sexual.

Ao analisar essa proposição, Foucault conclui que, muito pelo contrário, o que de fato ocorre desde o início do século XVII é “uma verdadeira explosão discursiva” em torno do sexo (FOUCAULT, 2020, p.19), distanciando-se da hipótese repressiva. Não que o sexo não tenha sido alvo de censura ou que seja ilusório pensar que houve a instauração de práticas e discursos que objetivaram controlar o sexo; é inverídico, porém, crer que a interdição é o “elemento fundamental e constituinte a partir do qual se poderia escrever a história do que foi dito do sexo a partir da Idade Moderna” (FOUCAULT, 2020, p.17).

Todavia, controlar, perseguir, censurar e condenar à morte os praticantes de sodomia era efetivo? Quer dizer, será que as legislações que versavam sobre tais práticas atingiam, ao fim e ao cabo, seu objetivo de coibir o pecado nefando? Isso quer dizer que os desejos de homens e mulheres em se relacionar com parceiros(as) do mesmo gênero foram, de fato, reprimidos por força das instituições? Não havia pontos de fuga ou práticas de resistência por parte desses sujeitos? Até esse momento, analisamos brevemente como o sexo era compreendido durante o final da Idade Média e o princípio da Idade Moderna tendo como referencial a perspectiva engendrada pelas instituições

européias. Resta-nos entender, a seguir, se, e de qual forma esse imperativo da criminalização das sexualidades desviantes serviu ao projeto colonial espanhol nas Américas e, também, como as sociedades ameríndias entendiam e vivenciavam os relacionamentos homoeróticos.

### **Do outro lado do Atlântico: experiências com as práticas homoeróticas no território mexicano**

É sabido pelos/pelas estudiosos(as) das humanidades que o processo de invasão e dominação do continente americano encabeçado pelas nações europeias no final do século XV é fruto de um longo processo histórico que envolveu conflitos de interesses entre os colonizadores, embates entre os próprios colonos que se amontoavam em solo americano e, também, uma série de negociações complexas entre as sociedades nativas e os invasores europeus – que englobou táticas variadas de resistência e de aliança entre tais grupos. Não se deve incorrer no erro de homogeneizar esses sujeitos; não podemos enquadrar indígenas e europeus de modo a resumi-los a características pré-determinadas e monolíticas.

As diferentes etnias indígenas tinham seus interesses próprios no seio daquela nova sociedade que se anunciava e, por seu turno, também os colonos pelejavam entre si para saber qual passo tomariam visando a continuidade do empreendimento colonial – ou almejando alcançar seus interesses pessoais. Inclusive, é importante questionar se havia um regimento bem estruturado que embasava o projeto de colonização das diferentes nações europeias nas Américas. Vale lembrar que cada nação contava com estratégias e objetivos próprios, o que implica no reconhecimento das desigualdades que permeavam essas nações. Afinal, pode-se falar em *projeto* colonial? Os processos de colonização ocorridos nas Américas foram associados, por parte de estudiosos como Caio Prado Jr. e Celso Furtado – que saíram em defesa de um “sentido manifesto” da colonização, em que a economia colonial era vista como indispensável para o desenvolvimento do capitalismo na Europa, ignorando a dinâmica econômica interna das colônias (FRAGOSO, 2012, p.107-108) –, a um objetivo essencialmente mercantil que buscava o enriquecimento das metrópoles através da exploração da mão de obra e dos recursos naturais das regiões invadidas. E, nesse sentido, vale duvidar se essa definição cabe para explicar tais eventos.



Ao analisar a invasão portuguesa no atual território brasileiro, João Fragoso e Maria de Fátima Silva Gouvêa lançam reflexões interessantes a respeito. A questão maior seria, em grande verdade, saber “como aquela torre de Babel com sua precária administração central se transformou numa sociedade” (GOUVÊA, FRAGOSO, 2009, p. 41). Para tanto, os autores usam o conceito de “monarquia pluricontinental”. Em síntese, “apesar de sustentado pelos proventos comerciais ultramarinos, não tinha por lógica ou sentido, se preferirem, um projeto mercantil, mas antes valores afeitos ao Antigo Regime como a defesa da cristandade, o serviço ao príncipe e um ethos aristocrático guerreiro” (GOUVÊA, FRAGOSO, 2009, p. 40). E, mais adiante, ressaltam que essa organização

se torna uma realidade graças à ação cotidiana de indivíduos que viviam espalhados pelo império em busca de oportunidades de acrescentamento social e material; indivíduos que não se colocam passivos diante das regras gerais e que se utilizam das fraturas existentes no permanente diálogo travado entre regras gerais e locais. (GOUVÊA, FRAGOSO, 2009, p. 43).

Apesar de fugir do escopo que nos interessa nesse artigo, é importante resgatar esse paralelo com a realidade da América portuguesa, pois, guardadas as devidas semelhanças e diferenças com a América espanhola, sugere que não se devem entender os processos de colonização das Américas como um empreendimento *essencialmente* mercantil e que levava em consideração *apenas* a agência dos colonizadores e os interesses da Coroa. Olhar dessa forma é, em certo sentido, adotar a narrativa que privilegia a visão de mundo dos grupos dominantes e, mais do que isso, fornece uma leitura turva da realidade. Esta, por sua vez, era muito mais complexa. E, como veremos a seguir, pensar nos casos de sodomia ocorridos no México nos ajuda a tornar aquele passado mais verossímil visto que narra a experiência de sujeitos invisibilizados pela historiografia, além de evidenciar que controlar os corpos de homens e mulheres que viveram naquela sociedade era, também, parte do empreendimento colonial espanhol.

Serge Gruzinski é um dos intelectuais que denuncia o silêncio que encobre a vivência dos homens e das mulheres homossexuais que compunham a Nova Espanha. Sobre isso, o historiador diz que “poucos se interrogaram e se interrogam sobre a sorte daqueles homens que desejavam e amavam aqueles de seu próprio sexo. Eram os únicos que pagavam com a morte o que era apenas a manifestação de sua singularidade”

(GRUZINSKI, 1896, p.255, tradução nossa). Luiz Mott, por sua vez, contribui com a crítica de Gruzinski:

O “pecado nefando”, isto é, aquele cujo nome não pode ser mencionado – e muito menos praticado! – foi considerado pela moral judaico-cristã como mais grave do que os mais hediondos crimes antissociais, como por exemplo, o matricídio, a violência sexual contra crianças, o canibalismo, o genocídio e até o deicídio – todos pecados-crimes mencionáveis, enquanto só o abominável pecado de sodomia foi rotulado e tratado como *nefandum* (MOTT, 1994, p.1, grifos do autor).

Entretanto, os vestígios do período – como esculturas em ouro e peças de cerâmica variadas que estampavam cenas homoeróticas (MOTT, 1994, p.3) – indicam que a sexualidade era uma preocupação inerente àquela sociedade. Já foi esclarecido acima que as instituições europeias buscavam regular as práticas sexuais. E, como era de se esperar, esse aparato repressivo foi aplicado, também, do outro lado do Atlântico. Vale sublinhar que os projetos de expansão marítima se inserem em um conjunto amplo de alterações sociais, culturais e econômicas que fervilhavam na Europa justamente na transição da Idade Média para a Idade Moderna. Essas aventuras só foram possíveis com a mudança gradual da noção de virtude que, tributária da sociedade antiga e apropriada e reatualizada pelo cristianismo, tinha como base, de início, a contenção dos impulsos e que, em seguida, passou a designar a prevalência do ímpeto sobre a contenção (MARQUES, 2017, p.42).

E esses acontecimentos não passaram ao largo dos interesses dos homens e das mulheres que coloriam aquela realidade. Muito pelo contrário, como aponta Cañizares-Esguerra, havia um público ávido pelo consumo de conteúdos literários – se assim posso dizer – que narrassem a geografia, a fauna e a flora e, sobretudo, os habitantes do Novo Mundo (CAÑIZARES-ESGUERRA, 2011). Não à toa as edições impressas dos relatos de cronistas e filósofos viajantes continham ilustrações. O recurso visual é, ele também, responsável por conferir credibilidade àquele universo que os escritores buscavam construir. Inclusive, as gravuras, que deveriam acompanhar a linguagem escrita dessas narrativas, contavam também sua história. Como afirma Flavia Tatsch

Imagem e escrita, assim imbricadas, procuravam cumprir uma mesma função expressiva e comunicativa na formação da ideia desse Outro que ora se apresentava. A alteridade americana começou a ser formada não por uma observação etnológica, mas por uma projeção que lhe era exterior. (TATSCH, 2012, p.46).

Assim, a partir dessas produções é possível compreender quais traços interessavam e despertavam a curiosidade daqueles sujeitos. E, nesse ponto, é curioso notar que a sexualidade dos povos nativos era um aspecto digno de ser relatado pelos cronistas. Peter Sigal, ao analisar os relatos de cronistas espanhóis e fontes escritas pelos maias (como os livros de *Chilam Balam*) que viviam na península de Iucatã, comenta que os escritores espanhóis usavam seus conhecimentos sobre as comunidades locais a fim de disputar poder e influência dentro do universo colonial. Todavia, acredito que a maior contribuição do estudo de Sigal seja esmiuçar como os maias compreendiam o que chamamos hoje de homossexualidade.

Segundo o autor, as relações sexuais entre homens não apenas eram comuns no seio da organização maia, bem como faziam parte do universo simbólico que conferia sentido às suas práticas cotidianas. Aqui, vale destacar a importância dos comportamentos homoeróticos – inclusive distinguidos entre aqueles que desempenhavam a posição passiva e ativa durante o sexo – nos ritos de guerra, nos cultos religiosos e nos papéis de gênero. Sigal argumenta que

Para os maias, a diferença entre o parceiro ativo e o passivo era central. O parceiro ativo era visto simbolicamente como um modelo de masculinidade: ele era o conquistador, o vencedor na guerra. Embora ele pudesse ser desqualificado se viesse de um grupo odiado, sua masculinidade era afirmada por sua conquista. Quando o discurso era relacionado à guerra, as evidências de uma dicotomia hierárquica [entre os parceiros] ativo/passivo eram muito fortes. (SIGAL, 2002, p.31, tradução nossa).

Ademais, essas práticas tinham a função de conectar os nobres com o plano sagrado. Vale ressaltar que a sociedade maia era estratificada: havia uma distinção entre os plebeus (*commoners*) e os nobres; a relação entre eles se pautava em um sistema de dívidas em que os plebeus pertenciam aos nobres e deveriam trabalhar para estes e, ainda, pagar os devidos tributos, enquanto os nobres, em contrapartida, forneciam proteção aos plebeus no plano sagrado e eram responsáveis por liderar a comunidade em eventuais

guerras (SIGAL, 2002, p.32-33). Além disso, apesar dos rearranjos em decorrência da colonização, eram os nobres que detinham o monopólio do poder político. Nesse ponto, Sigal traça um relevante paralelo entre os comportamentos sexuais e as diferenças de classe e *status* entre os maias de Iucatã:

Os desejos dos nobres estavam relacionados com o sagrado e com poder político. Os desejos e atos sexuais dos plebeus eram menos importantes nestes textos e na sociedade maia como um todo. Os plebeus eram frequentemente percebidos como agentes sexuais que não poderiam controlar a si mesmos. O discurso sexual dos maias enfatizou diferenças de classe e *status*. (SIGAL, 2002, p.34, tradução nossa).

E, ainda nesse aspecto,

Enquanto não está claro se os atos sexuais ocorreram, os símbolos representam a ideia de que os líderes eram obrigados a ensinar os jovens seus deveres sexuais. Esses rituais de pederastia permitiam aos líderes afirmar seu poder sobre outros nobres da comunidade. Essa dinâmica foi destinada a controlar os nobres e seus comportamentos sexuais, mas também para manipular os desejos dos plebeus. Estes foram representados como testes de conhecimento dos nobres nos quais apenas o autêntico [nobre] era capaz de responder as questões postas. Essa troca de conhecimento e (simbolicamente) de sêmen protegia as pessoas de líderes ilegítimos (SIGAL, 2002, p.33, tradução nossa).

Essa prática simbólica do sexo homoafetivo pode ser compreendida como uma forma de resistir à dominação colonial na medida em que era praticada, mesmo após a invasão, dentro da sociedade maia visando à manutenção do poder dos líderes locais, como pontua Sigal:

Os regulamentos sexuais simbólicos para os nobres estendiam-se às tentativas, nas margens do domínio colonial, de aproveitar o poder do sagrado. A fim de ganhar esse poder, xamãs e curandeiros afirmaram seu controle sobre os deuses estuprando-os. (SIGAL, 2002, p.33-34, tradução nossa).

Portanto, se acreditava que ao estuprar e penetrar os deuses – menos como um ato sexual consumado e mais como um ritual simbólico – os nobres adquiriam o imenso

poder proveniente do universo sagrado: em síntese, o “estupro de um deus era uma maneira de aproveitar o poder da esfera sagrada” (SIGAL, 2002, p.34, tradução nossa).

Serge Gruzinski, por seu turno, buscar resgatar a experiência de homens que se relacionavam sexualmente com outros homens a partir da leitura de processos criminais referentes a casos de sodomia ocorridos nas cidades mexicanas de Puebla e na Cidade do México entre os anos de 1657 e 1658. Naquele cenário, os homossexuais eram acusados de perverter a ordem da sociedade colonial e, além disso, eram associados à sujeira, à peste e às epidemias de tal forma que as relações homoeróticas passam a consistir um problema no nível da organização cotidiana – ou seja, como um empecilho ao funcionamento dos regimentos morais, políticos e econômicos impostos pelos colonizadores – e, ainda, como um perigo a ser eliminado urgentemente daquelas comunidades. Isso fica expresso, por exemplo, nos sentimentos dos funcionários envolvidos nos julgamentos dos casos de sodomia captados por Gruzinski:

Repulsão, ignorância, impotência e também medo. Um medo que reflete um conceito empregado pelas autoridades, o de cumplicidade, que implica uma associação ou conluio de delinquentes e, muitas vezes, designa grupos que o Estado considera como perigosos. É o caso, por exemplo, dos negros suspeitos de revolta, ou dos índios idólatras. (GRUZINSKI, 1986, p.262, tradução nossa).

O autor sublinha que as autoridades coloniais reconheciam o fenômeno da homossexualidade em dois níveis: “do ato individual, considerado como pecaminoso e o de grupo, ao reunir os indivíduos que o cometem” (GRUZINSKI, 1986, p.26, tradução nossa). E, mais adiante, indica a complexidade envolvida nos julgamentos – em nível institucional e, também, nas relações e trocas ordinárias – dos sodomitas:

Estes indícios bastam para assinalar a complexidade de atitudes frente os ‘sodomitas’ e talvez, distinguir ao menos três componentes: uma rejeição religiosa, um medo político e social, e um desprezo pela pessoa em si; sendo o ato, o grupo e a pessoa, os alvos da rejeição, e contra os quais se exerciam o ódio, a exclusão e a repressão. (GRUZINSKI, 1986, p. 265, tradução nossa).

Uma constatação importante de Gruzinski refere-se à diversidade de etnias e dos grupos sociais daqueles que figuram entre os indiciados por sodomia. Índios, mestiços e espanhóis constituem, respectivamente, os três grupos com maior incidência nos

processos analisados pelo historiador e, quanto aos ofícios, domésticos e escravos, estudantes e vendedores ambulantes são, nesta ordem, os principais grupos acusados em número de ocorrência. E, apesar da lacuna de dados concretos sobre os membros das elites locais, pode-se conjecturar que esse comportamento não era exclusivo dos grupos e das profissões indicadas acima. Como salienta o autor, “membros do clero também estiveram envolvidos. Para eles, a discrição prevaleceu, o que não nos impediu de descobrir pegadas de suas penas nos arquivos da Inquisição” (GRUZINSKI, 1986, p.270, tradução nossa).

De acordo com um documento da Inquisição investigado por Sigal, quatro padres foram acusados, no ano de 1774, por terem cometido comportamentos impróprios – leia-se denunciados por se relacionar sexualmente com outros homens. Isso revela, em primeiro lugar, que membros do clero não ignoravam seus desejos de se envolver afetivamente com pessoas do mesmo gênero e, segundo que, apesar dos privilégios que gozavam, não passaram ilesos das denúncias de sodomia. Ora, quem imaginaria uma contradição dessas! Sobre esse ponto, cabe um paralelo com a realidade brasileira. De acordo com as investigações de Luis Mott, a prática de sodomia

Teve seus adeptos em todas classes, raças e etnias do Brasil Colonial, sendo praticado tanto nas mansões senhoriais, como nos casebres de escravos e livres pobres; nas casernas, igrejas e mosteiros masculinos e femininos; na zona rural e urbana, incluindo tanto interações esporádicas e fortuitas, com diferentes parceiros, quanto relações estáveis, algumas por décadas seguidas (MOTT, 1994, p.8).

Até essa altura, discutimos a concepção dominante sobre o sexo e sobre as práticas homoeróticas formuladas pelas instituições europeias e impostas nos domínios coloniais e, também, como essas práticas ocorriam em solo americano. Além disso, vimos como os maias que viveram na península de Iucatã, atual México, compreendiam a homossexualidade masculina. Nos resta, agora, apontar algumas conclusões sobre os levantamentos realizados.

### **Considerações finais**

O que foi exposto até aqui nos leva a concluir que as práticas sexuais “desviantes”, precisamente as relações sexuais homoafetivas, não foram introduzidas em terras

americanas pela colonização espanhola. Adotar o discurso de que foram os europeus os responsáveis por difundir a experiência da homossexualidade nas Américas é ignorar a realidade concreta dos sujeitos que ocupavam essas terras antes de sua invasão. Como visto, entre os maias que habitavam a península de Iucatã – mesmo com os colonizadores já em solo mexicano – a homossexualidade não apenas era um fato, como era um comportamento de suma importância para a cosmovisão daquela sociedade. Os rituais sagrados, o planejamento da guerra e os papéis de gênero passavam por representações que envolviam a prática sexual homoafetiva.

Além disso, assim como no continente americano, as práticas homoeróticas existiam na Europa. Novamente, não é arbitrária a decisão jurídica de punir esses comportamentos, configurando-os como crime. Para que um crime seja instituído, é necessário que aquilo que se pretende criminalizar exista concretamente, ou seja, que aconteça no cotidiano.

Entretanto, apesar do aparato institucional repressivo que foi instituído tanto na Europa, como na América Espanhola, tais práticas sexuais não foram eliminadas, não caíram no esquecimento, não deixaram de ser postas em prática por aqueles que as desejavam. Assim, mesmo sendo alvo de ações jurídicas e de repulsa coletiva, os comportamentos homoeróticos não deixaram de ser praticados. Observa-se, ainda, que controlar e condenar essas práticas fazia parte da investida dos colonizadores espanhóis. Regular esses desejos era essencial para que fosse difundida a ideologia cristã ao passo que havia a tentativa de se dissolver e alçar à categoria de pecado as práticas sexuais “desviantes” desempenhadas pelos povos locais.

Não se pode ignorar, contudo, que homens e mulheres homossexuais que viveram naquele contexto sofreram com as retaliações impostas. Não nos esqueçamos de que houve sim casos de homossexuais queimados vivos, ou extraviados do local em que cometeram o crime: as punições de fato ocorreram. É necessário, todavia, enxergar de forma conjunta o outro lado da história, através da perspectiva daqueles que resistiram, exercício feito pelos autores utilizados ao longo desta pesquisa. Esse medo que supostamente pairava a cabeça dos homossexuais tinha como única consequência a contenção de seus desejos? Será mesmo que esses dispositivos repressivos os impeliam à negação de suas sexualidades?

E, se os movimentos históricos são dialéticos, não devemos encarar aquele passado de forma homogênea, considerando apenas a narrativa dominante e as consequências dela derivadas. Pensar nesse sentido seria afirmar que não houve práticas de resistência por parte dos “pecadores” e, indo além, seria acreditar que esses sujeitos sequer existiram e que, naquele universo, reinava uma comunidade movida efetivamente pelo controle, pela contenção e pela repressão das práticas homoeróticas. O que, como visto, não coaduna com os fatos. Afinal, se essas práticas eram perseguidas e punidas constata-se, evidentemente, que elas existiam e, mais do que isso, que eram um problema para o bom funcionamento da sociedade colonial.

A história não é rígida. Os processos não são feitos de passos e estratégias bem definidas e milimetricamente arquitetadas. Como sugere Gruzinski, ao lado desse perigo que envolvia a assunção da homossexualidade, havia uma plasticidade das condutas sexuais e afetivas impostas pela clandestinidade que envolvia esse meio criado e frequentado pelos homossexuais. Havia uma busca intensa pelo prazer, que ultrapassava as diferenças de idade, de etnia e de classe. O autor conclui que além “dessa sociabilidade que esboçam as fontes, pressentimos a existência de uma subcultura que tem sua geografia secreta, sua rede de informação e informantes, sua linguagem e seus códigos” (GRUZINSKI, 1986, p.278, tradução nossa). Esse meio deve ser caracterizado como subversivo na medida em que “escapa das redes, dos laços institucionais que estruturam a sociedade colonial” (GRUZINSKI, 1986, p.278, tradução nossa). Finalmente,

ainda que se trate indubitavelmente de um meio marginal, excluído e clandestino, não está totalmente desligado da sociedade que o reprime. [...] De fato, através da pluralidade étnica e social de seus integrantes, este meio está em contato permanente com muitos dos distintos setores da sociedade da Nova Espanha. Então acaba sendo espaço privilegiado e até mesmo excepcional de aculturação, tanto pela multiplicidade de laços como pela indiscriminação que prevalece em sua escolha. (GRUZINSKI, 1986, p.279, tradução nossa).

É curioso pensar que as produções sobre essa temática sejam, ainda, escassas. Essa foi, inclusive, uma dificuldade que chamou atenção durante o levantamento bibliográfico realizado para esta pesquisa. É difícil encontrar estudos, sobretudo em língua portuguesa, que se preocupam em discutir as relações homoeróticas entre àqueles(as) que compunham a América espanhola. Há, portanto, uma lacuna na historiografia brasileira



concernente ao estudo dessa temática. Seria um assunto que pouco atrai os pesquisadoras e pesquisadores brasileiros? Quais possíveis razões para que a sexualidade, enquanto categoria de análise e como traço constituinte da experiência dos sujeitos históricos, seja pouco considerada nos trabalhos acadêmicos dentro das ciências humanas? Os historiadores e historiadoras tem se ocupado com essas análises? E, ainda, isso não denuncia uma realidade que transborda os muros da academia? Melhor dizendo: desconsiderar tanto esses personagens enquanto grupo identificado pela sexualidade – as/os homossexuais –, bem como ignorar ou achar menos relevante a sexualidade como categoria útil para a análise histórica não configura um pensamento um tanto quanto conservador e, em certo sentido, homofóbico?

Considerar a categoria de sexualidade em nossas análises não deve ser um movimento necessário apenas àqueles(as) pesquisadores e pesquisadoras que se preocupam com a história de pessoas não heterossexuais. Afinal, a heterossexualidade não deve ser referencial de neutralidade: ser heterossexual é uma dentre as variadas possibilidades de se viver a sexualidade. Patricia Hill Collins denuncia incisivamente que não se deve pensar a opressão como um traço exclusivo de tal ou qual grupo social:

Apenas quando percebermos que existem poucos/as que são puramente vítimas ou opressores, e que cada um de nós experimentamos uma variedade de punições e privilégios de um sistema de opressão múltiplo que enquadra nossa vida, estaremos em condição de ver a necessidade de novas formas de pensamento e ação. (COLLINS, 2015, p.14).

Não se deve, pois, aderir “a comparações e hierarquizações de opressões – o proverbial ‘sou mais oprimido que você’ – nos prende em uma perigosa dança em que competimos por atenção, recursos e supremacia teórica” (COLLINS, 2015, p.14). Ademais, há um sintoma no ambiente acadêmico que se manifesta na hierarquização de certas produções teóricas que são, supostamente, mais rebuscadas e complexas do que outras e que, portanto, ganham destaque nesse espaço. Como critica Bell Hooks “um dos muitos usos da teoria no ambiente acadêmico é a produção de uma hierarquia de classes intelectuais onde as únicas obras consideradas realmente teóricas são as altamente abstratas, escritas em jargão, difíceis de ler e com referências obscuras” (HOOKS, 2013, p.89).

Façamos, portanto, a devida crítica a esse movimento que coloca em segundo plano certas produções em detrimento de outras que são supostamente superiores pelo seu grau de erudição e rebuscamento. Ao lado desta crítica, é importante que resgatemos, enquanto pesquisadores e pesquisadoras, a experiência daqueles sujeitos do passado que lutaram, que resistiram e que nos ensinaram a continuar lutando por um presente e por um futuro que se pretenda justo, igualitário e livre de quaisquer opressões. Resistamos.

## Referências

BAZÁN, Iñaki. La construcción del discurso homofóbico en la Europa cristiana medieval. In: *En la España Medieval*, vol. 30, Madri, 2007.

CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. *Como Escrever a História do Novo Mundo: histórias, epistemologias e identidades no Mundo Atlântico do Século XVIII*. São Paulo: Edusp, 2011.

COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e reflexão. In: MORENO, Renata (Org.). *Reflexões e práticas de transformação feminista*. São Paulo: SOF, 2015.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Boitempo, 2019.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. – 10ª ed. – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FRAGOSO, João. Modelos explicativos da chamada economia colonial e a ideia de Monarquia Pluricontinental: notas de um ensaio. In: *História*, v.31, n.2, São Paulo, 2012.

\_\_\_\_\_; GOUVÊIA, Maria de Fátima. Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI–XVIII. In: *Tempo*, v. 14, n. 27, Niterói, 2009.

GRUZINSKI, Serge. *A colonização do imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. Las cenizas del deseo. Homosexuales novohispanos a mediados del siglo XVII. In: ORTEGA, Sergio (Org.). *De la santidad a la perversión: o de porqué no se cumplía la ley de Dios em la sociedade novohispana*. Cidade do México: Editorial Grijalbo, 1986, p.255-281.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

MARQUES FILHO, Luiz César. Vasari e a Superação da Antiguidade: do Nec Plus Ultra ao Plus Ultra. In: RAGAZZI, A. et. al. (Orgs.). *Interdisciplinaridade sobre o Renascimento Italiano*. São Paulo: Editora Unifesp, 2017, p.15-48.

MOTT, Luiz. Etno-história da homossexualidade na América Latina. **Comunicação** apresentada no “Seminário-Taller de História de las Mentalidades y los Imaginarios”, realizado na Pontificia Universidad Javerina de Bogotá, Colômbia, Departamento de História e Geografia, 1994. online <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/article/viewFile/12016/7631>. Acesso em: 12 de outubro de 2021.

\_\_\_\_\_. Homofobia: uma praga cristã. In: **E-hum**, v. 9, n. 2, Belo Horizonte, 2016.

PASTOR, Marialba. Los pecados de la carne en las polémicas sobre el Nuevo Mundo. In: **Historia y Grafía**, n. 40, Cidade do México, 2013.

SIGAL, Peter. Gender, Male Homosexuality, and Power in Colonial Yucatán. In: **Latin America Perspectives**, vol. 29, n. 2, Los Angeles-Riverside, 2002.

TATSCH, Flavia Galli. O frontispício da carta de Colombo e o início da associação do Homem Selvagem com o indígena. In: FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira (Org.) **História da América: historiografia e interpretações**. Ouro Preto: EDUFOP/PPGHIS, 2012.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2007.

## Uma contraposição narrativa sobre a Grande Guerra Patriótica: trauma e silenciamento em “A guerra não tem rosto de mulher” (1985)

Beatriz Martinelli Machado  
Universidade do Estado de Santa Catarina  
beatrizmartinelli2104@gmail.com

Letícia Stiehler Machado  
Universidade do Estado de Santa Catarina  
leticiaastiehlerm@gmail.com

As mulheres foram excluídas da história tradicional em ambientes de poder, como a Guerra. O livro “A Guerra não tem rosto de mulher” é publicado como uma contestação da grande História produzida na União Soviética no Pós Guerra, através da narração literária e de entrevistas com mulheres que participaram do conflito. Este artigo analisa o livro como fonte, discutindo questões de memória envolvidas na produção do livro, seu contexto histórico e discussões de gênero e políticas, no que tange a participação feminina na Guerra e as reverberações do silenciamento político no Pós Guerra. A metodologia utilizada fundamenta-se em autores que entendem a literatura como fonte histórica, sendo o principal autor Ferreira (2019). Assim, é possível entender a literatura como uma narrativa sobre produção de uma memória social e pensar a participação das mulheres na Guerra, revelando traumas e tensões que foram suprimidos pela história. A literatura busca encontrar um sentido para os acontecimentos do passado que repercutem com intensidade no presente.

**PALAVRAS CHAVE:** História das mulheres; Fonte literária; A Guerra não tem rosto de mulher; Segunda Guerra.

### INTRODUÇÃO

A escolha do tema se deu após leitura do livro “A Guerra não tem rosto de mulher”, da autora Svetlana Alexievitch, que se mostrou uma fascinante fonte para o estudo sobre

a participação das mulheres na Segunda Guerra Mundial, a repercussão deste evento e seus desdobramentos na vida das mulheres da sociedade soviética do período pós guerra, levando em conta principalmente a análise do período de publicação do livro, na década de 1980. Assim, a pesquisa se pretende relevante para a reflexão sobre a construção de uma memória coletiva na obra de Svetlana Alexievitch, a partir do interesse da autora por esses relatos e a emergência de uma nova perspectiva sobre o acontecido; busca-se, assim, melhor compreender os motivos que contribuíram para a condição em que estas mulheres se encontravam, visto o seu emudecimento, ou silenciamento, ao retornarem do conflito.

O objetivo do presente artigo é analisar trechos do livro “A guerra não tem rosto de mulher”, composto por relatos de mulheres soviéticas que lutaram na Segunda Guerra Mundial, através de entrevistas feitas pela jornalista e autora Svetlana Alexievitch (2016). A análise do livro como fonte trabalhará as questões de memória envolvidas na produção do livro, seu contexto histórico e as questões de gênero e políticas, no que tange a participação feminina na guerra e as reverberações do silenciamento político no Pós Guerra.

Partindo da ideia de que as mulheres ocupam um lugar à margem da historiografia tradicional, surge o questionamento: como pode-se compreender a obra de Svetlana — e a reflexão sobre a construção de memória a partir do gênero —, tendo em vista a disputa sobre a historiografia soviética no contexto de sua publicação?

## O TRAUMA SILENCIADO

Quando se trata do ponto de vista da História Tradicional, é preciso, além de indicar sobre o que aborda, apontar também os assuntos que dela ficam de fora. Ao longo do tempo, a historiografia muito se modificou no que diz respeito ao foco em diferentes perspectivas. Se tradicionalmente foi dada maior relevância para narrativas políticas, factuais, sobre grandes homens — em sua maioria heterossexuais e brancos —, as renovações historiográficas e os questionamentos do século XX, tanto sobre a epistemologia da História, quanto sobre a própria existência do sujeito moderno e seus desdobramentos, trouxeram o ponto de vista de grupos historicamente marginalizados e excluídos da História, assim como sua ascensão para a possibilidade de também participar da historiografia.

As mulheres, excluídas da História Tradicional, e designadas ao espaço privado da vida, no qual só lhes caberiam sentimentos enternecidos, são esquecidas e silenciadas quando ocupam espaços públicos ou de poder, considerados majoritariamente masculinos, como no caso da Guerra; um ambiente de primazia da violência masculina, em que outros seres humanos devem ser tratados como inimigos e que a negação da vida se torna rotineira. Nesse sentido, Michelle Perrot (1988, p.161) discute a exclusão e o argumento usado para justificar essa condição feminina:

A constituição de um espaço político, em larga medida inseparável do “público”, com uma dupla exclusão: os proletários, as mulheres. Os homens proletários, depois de 1848, de bom grado retomam por conta própria a postura excludente burguesa contra a capacidade política das mulheres. Única justificativa: argumentar sobre a diferença dos sexos. É um discurso naturalista, que insiste na existência de duas “espécies” com qualidades e aptidões particulares. Aos homens, o cérebro (muito mais importante do que o falo), a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão. Às mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos.

Desta maneira, busca-se justificar a exclusão das mulheres da esfera pública e de espaços de poder, ou de prestígio social, tradicionalmente ocupados por homens. A Guerra, nesse sentido, é entendida como um campo de definições políticas, medição de força bélica entre Estados e violência, na qual as capacidades que se designavam as mulheres, como a sensibilidade e os sentimentos não seriam úteis, nem mesmo adequadas.

O livro “A Guerra não tem rosto de mulher” é publicado como uma contestação da grande História produzida na União Soviética no pós Guerra, na medida em que a autora constrói sua narração literária e se posiciona politicamente a partir do recolhimento de relatos de mulheres que participaram da Segunda Guerra Mundial. Contando suas experiências em diversos cargos, de cozinheiras e lavadoras, até soldados, tanquistas, sapadoras e franco atiradoras, a memória destas mulheres se revela através do olhar da autora, tratando sobre a dor e o silenciamento por muito tempo impelidos pela narrativa da Grande Guerra Patriótica, heroica e, acima de tudo, masculina.

É importante perceber como o livro não nasceu do acaso, e possui intencionalidade definida pela história da escritora. Svetlana Alexievitch, nascida na Ucrânia soviética, em 1948, conviveu diretamente com as consequências da Guerra, que tinha como uma de suas principais características a ausência de um grande número de

homens, que haviam morrido no front, enquanto sobrava às mulheres a função de povoar as vilas. Desta forma, o imaginário da autora foi formado desde a infância a partir da perspectiva feminina sobre a guerra, o que ia de encontro ao discurso oficial popularizado e, além disso, desejado, como cita no trecho: “A vila de minha infância depois da guerra era feminina. Das mulheres. Não me lembro de vozes masculinas. Tanto que isso ficou comigo: quem conta a guerra são as mulheres. Choram. Cantam enquanto choram” (ALEXIEVITCH, 2016, p. 8).

A autora é motivada a partir desta experiência, com o contraponto entre uma História masculina e sua vivência entre mulheres para a produção de sua obra. O trabalho de recolhimento de entrevistas e rememoração proporcionam questionamentos sobre diversos temas, e provavelmente o principal deles, o apagamento e o silenciamento feminino após a Guerra. A autora traz à tona o que denomina como uma “guerra feminina”, sem heróis ou grandes façanhas, com cheiros, gostos e nuances diferentes da guerra travada entre os homens, em que as mulheres possuíam consciência de viver uma experiência que não coincidia com a vivida por aqueles que acabaram protagonizando as narrativas históricas.

O pós guerra, continuou trazendo divergências neste sentido, e não facilitou para que a História da Guerra, ou neste caso, as histórias, fossem realmente contadas da perspectiva das mulheres. O discurso único do Partido não deixava espaço para brechas ou questionamentos que pudessem colocar em xeque a perspectiva ufanista e heroica da Grande Guerra Patriótica. Parte-se, portanto, da obra citada, e de seu conteúdo, para investigar os motivos que permitiram uma quebra no silenciamento feminino tempos depois da grande Vitória, que se mostrou tão marcante, de maneira a entender os caminhos do trauma através da análise histórica do livro como fonte.

## A OBRA, O PRESENTE E A HISTÓRIA

Antes de ser possível pensar no conteúdo e nas informações presentes nos relatos, é importante entender a utilização de uma obra literária como fonte histórica. A autora parte de uma inquietação sobre a história coletiva das mulheres que sofreram com a Guerra, em um momento em que a História como ciência começava a se abrir para os campos da pequena história, vista de baixo, contada não por grandes nomes, mas por pessoas comuns, descrevendo e problematizando seu cotidiano. Além disso, no contexto soviético, a década de 1980 representou grandes mudanças políticas e sociais que

culminaram no fim da União Soviética e que puseram em xeque verdades absolutas que haviam sido produzidas pelo Partido, com maiores liberdades na imprensa e diminuição da repressão militar interna.

O uso da literatura como fonte para História, implica ao historiador uma análise da fonte como monumento, ou seja, a análise feita pelo historiador deve ser tanto do conteúdo textual quanto do contexto de produção da obra, uma vez que esses elementos estão interligados e refletem sobre a sociedade daquele período, naquele lugar.

O historiador dedicado ao uso de fontes literárias pode optar pela análise textual (interna) ou pelo contextual (externo). Dependendo da problemática construída, dar-se-á maior ou menor ênfase a cada uma. O que caracteriza a operação historiográfica é a interpretação das fontes em determinadas circunstâncias sociais, isto é, nos contextos, que só podem ser reconstruídos, ainda que de modo parcial, lacunar ou aproximado, pela mediação de outros textos. Texto e contexto não configuram polos comunicáveis, ao contrário, é possível ler as marcas da sociedade e da cultura no interior dos escritos, e de outro lado, compreender o significado deles na sociedade (FERREIRA, 2020, p. 82).

É imprescindível também que a análise do livro não seja feita de modo a atender o que está escrito na obra como verdade absoluta, não passível de interpretações e críticas, mesmo que ela não seja pretendida como pura ficção, como é o caso. Dessa maneira, o papel do historiador é confrontá-las com outros registros que permitam a contextualização da obra para assim se aproximar dos múltiplos significados da realidade histórica (FERREIRA, 2020 p. 77). Mesmo em um livro contendo entrevistas de pessoas que vivenciaram uma experiência, ainda há seleções, e a escolha de um implica na omissão de outro.

Lançado pela primeira vez em 1985, depois de ter sido negado por algumas editoras russas, o livro da jornalista bielorrussa tem uma intencionalidade marcada. O contexto de publicação é marcado tanto pela grande instabilidade na política e economia soviética que se alastrou durante os anos da década de 1980, quanto pelos movimentos democratizantes no leste europeu que levaram ao fim da União Soviética em 1991. O livro põe em xeque a narrativa popular e hegemônica que lembrava a participação soviética na Segunda Guerra Mundial, e os esforços bélicos e populacionais para derrotar a Alemanha nazista, o que, devido ao imenso sacrifício, se popularizou neste território como Grande Guerra Patriótica.



Nesse sentido, a obra pretende construir, a partir do dissenso com o imaginário geral, uma memória coletiva não apenas sobre a participação das mulheres na Guerra, — silenciada por muito tempo —, mas também a história de uma guerra distinta, que permanecia na lembrança destas mulheres. Para tanto, é necessário articular os conceitos de memória individual e memória coletiva para que se possa entender a relação da escritora e de suas entrevistadas com as memórias de guerra, a intencionalidade do livro e a diferenciação entre memória e História. Dessa forma, os conceitos de memória individual e coletiva defendidos por Perosa Junior (2018, p.193) são:

A memória coletiva pode ser definida como uma lembrança coletiva que é conformada pelas diferentes memórias individuais, mas que não é meramente a soma destas. A memória individual pode ser definida como um ponto de vista sobre a memória coletiva – que muda de acordo com o lugar e o tempo que o indivíduo ocupa. Essa memória coletiva nasce das experiências vividas por diferentes grupos. Ela só pode se manter enquanto memória pela interação dos indivíduos que experimentaram aqueles eventos e só pode ser lembrada de forma coletiva pela interação e contato desses mesmos indivíduos.

A autora escreve um livro a partir de relatos, e utiliza da fala de mulheres que, através das memórias individuais sobre a guerra, construíram uma memória coletiva, ou seja, só analisando as vivências de cada mulher é que se pode entender a experiência desse grupo no evento. A autora tem a intenção de produzir uma memória sobre a participação das mulheres na Grande Guerra Patriótica tendo em vista a seleção dos relatos e os seus comentários, formando uma narrativa de diferença sobre o tema dependendo do gênero de quem vivenciou a Guerra, uma visão que procura legitimar ao longo da obra.

A partir da análise da obra literária, esse artigo se enquadra no estudo da História do Tempo Presente, na medida em que esta parte de um evento pontual, como a Segunda Guerra, que representa uma grande catástrofe na vida da população da União Soviética, tratando de um tema extremamente sensível, quando levamos em conta seu silenciamento sistemático. Além disso, o uso massivo de relatos que representam o testemunho das pessoas que estiverem presentes no contexto, ou seja, é uma literatura que se constrói a partir da memória individual das entrevistadas.

Porém, não poder-se-ia falar do uso da História oral na escrita do livro no sentido científico, já que as entrevistas são recolhidas por uma jornalista, que não possui pretensões de produzir uma análise historicamente crítica do discurso ou do contexto

político e se limita a expor e comentar sobre os encontros e emoções vividos na presença destas mulheres, de uma perspectiva bastante pessoal. Porém, analisando do ponto de vista historiográfico, é possível perceber na obra um tipo de literatura que busca a construção de uma memória coletiva — a partir dos relatos individuais —, devido a uma demanda social e que, desta maneira, se entrelaça, na escrita deste artigo, com o estudo histórico do Tempo Presente, no que toca o seu contexto de produção e publicação, entendendo a obra como uma fonte histórica.

A Segunda Guerra como acontecimento político, e mais do que isso, a participação borrada da história das mulheres neste conflito, transitam entre a necessidade do esquecimento, e ao mesmo tempo o desejo de manifestar o vivido, em busca da superação. Este tipo de paradoxo pode ser entendido nos motivos que levam à publicação da fonte, como explica Rouso (2016, p.174) que trata, sobre a História do Tempo presente, a partir de outra dualidade: a espera por um distanciamento, e a urgência de compreender a história, ou seja, o que foi presenciado por atores que ainda se fazem presentes e que podem oferecer o privilégio do relato.

Estas duas oposições marcam a análise desta fonte; é preciso apreender a História, assim como o trauma, em movimento. Reconstruir a partir de experiências concretas um contexto mais amplo do que o apresentado nos relatos, não por serem falsos, mas por configurarem memórias pessoais. Além disso, esta é uma literatura com intencionalidade, publicada em uma época específica, que apresentou esta possibilidade de escrita. Para isso, é necessário exercitar uma operação que assuma a subjetividade da obra, e, de certa maneira, da própria análise histórica, dada sua intransponível insígnia de gênero, sem que estas comprometam o exame da fonte. Desta maneira, analisa-se as peculiaridades apontadas pela autora na obra, procurando entender o que significa para autora e para seu tempo a participação da mulher na Guerra.

## UMA GUERRA FEMININA

A participação das mulheres na Guerra é um fato incontestável, como se pode comprovar através de fontes como documentos oficiais de alistamento, fotos e relatos. Faz parte do senso comum imaginar mulheres em certas posições, principalmente ligadas à enfermagem, ao cuidado do soldado ferido, na retaguarda. “A Guerra não tem rosto de mulher” traz a perspectiva de mulheres que ocupam estes cargos, mas também demonstra o alargamento das possibilidades durante a Segunda Guerra, quando, movido pela

necessidade de frear o avanço alemão, o governo soviético iniciou uma campanha de incentivo e inserção das mulheres em cada vez mais posições no exército, como se demonstra em um trecho durante uma conversa com um historiador

No Exército soviético lutaram aproximadamente 1 milhão de mulheres. Elas dominavam todas as especialidades militares, inclusive as mais 'masculinas'. Surgiu até um problema linguístico: as palavras 'tanquista', 'soldado de infantaria', 'atirador de fuzil', até aquela época, não tinham gênero feminino, porque mulheres nunca tinham feito esse trabalho. O feminino dessas palavras nasceu lá, na Guerra... (ALEXIEVITCH, 2016, p. 6)

A autora advoga pela construção de um imaginário sobre a Guerra mais ligado às vivências femininas, ao contrário do que estava posto nos discursos oficiais e tradicionais sobre estas. A subjetividade feminina proposta pela escritora, derivada tanto da própria socialização sexista, que as coloca em posição de sensibilidade e feminilidade inerentes, quanto de fatores biológicos, como a gravidez e a menstruação, fatores que permitem traçar uma outra maneira de vislumbrar a experiência da Guerra e também outros aspectos para além do conflito.

Desta maneira é apresentado o conceito de Guerra feminina, uma experiência, segundo Alexievitch (2016, p. 10) que “tem suas próprias cores, cheiros, sua iluminação e seu espaço sentimental. Suas próprias palavras. Nela, não há heróis nem façanhas incríveis, há apenas pessoas ocupadas com uma tarefa desumanamente humana”. É possível entender a partir do trecho a busca pela configuração de uma narrativa que difere do que foi, segundo o discurso hegemônico, experimentado pelos homens que participaram da Guerra, ou mesmo por aqueles que ouviram ou leram sobre ela na maior parte dos discursos e das literaturas.

Há um problema em relacionar as experiências descritas no livro com a verdade, pois este é uma literatura, mas também em considerá-las homogêneas, como se todas as mulheres tivessem experimentado as mesmas situações, ou da mesma forma. A autora faz seleções entre as diversas entrevistas que colhe, as divide e agrupa, de acordo com a sua intencionalidade, de maneira que a obra também acaba por generalizar as experiências femininas. É importante perceber os temas tradicionalmente femininos que se destacam como o amor, a família, o casamento, a sensibilidade “feminina”, como pode ser percebido em:

Dizia para nós que durante a guerra precisavam de soldados, e apenas soldados. Eram necessários soldados..., Mas também queríamos ser bonitas... Durante toda a guerra tive medo de que mutilassem minha perna. Eu tinha pernas bonitas. Para um homem, e daí? Não é tão terrível, mesmo perder uma perna. Ele será um herói do mesmo jeito. Um noivo! Mas se uma mulher é mutilada, seu destino está decidido. Destino de mulher..." (ALEXIEVITCH, 2016, p. 178)

Eu sonhava com o amor. Queria uma casa e uma família. Que a casa cheirasse a crianças pequenas. As primeiras fraldas eu cheirei, cheirei, não me cansava nunca. Cheiro de felicidade. Felicidade de mulher. Na guerra, não há cheiros femininos, são todos masculinos. A guerra tem cheiro de homem. (ALEXIEVITCH, 2016, p. 228)

Estes, como diversos exemplos, esboçam temas que se repetem de maneira propositada. Ao construir a Guerra feminina, a autora apela à imagem da mulher feminina e a contrapõe com o que era delas exigido nos campos de batalha: praticamente abdicar de sua feminilidade em prol de algo maior, a pátria. A recorrente dualidade entre a feminilidade e o estado de Guerra, impelem uma essencialização do feminino, o que pode acabar naturalizando os pontos destacados como parte inerente da vida das mulheres. É sempre imprescindível perceber que a construção social de atributos tais quais a beleza, a docilidade, a sensibilidade e a maternidade romantizada são sistemáticas e intencionais, serve a um propósito, que inclusive na historiografia exerce o papel de muitas vezes negar às mulheres o espaço do protagonismo.

O "ofício do historiador" é um ofício de homens que escrevem a história no masculino. Os campos que abordam são os da ação e do poder masculinos, mesmo quando anexam novos territórios. Econômica, a história ignora a mulher improdutiva. Social, ela privilegia as classes e negligencia os sexos. Cultural ou "mental", ela fala do homem em geral, tão assexuado quanto a Humanidade. Célebres – piedosas ou escandalosas –, as mulheres alimentam as crônicas da "pequena" história, meras coadjuvantes da História! (PERROT, 1988, p.174)

Este, portanto, é um fator diretamente ligado à marginalização causada por questões de gênero; uma discussão que é abordada de maneira intencional por Alexievitch, mesmo que ela acabe por reforçar certos estereótipos ao longo do livro. Sua escrita, e a escolha de relatos, trazem apontamentos sobre a diferença entre as vivências de gênero de maneira explícita. Tanto nas experiências vividas na Guerra quanto na maneira de narrá-las, podemos perceber as diferenças quanto à socialização entre homens e mulheres, no que toca a maneira como este evento é lembrado. Em diversas passagens,

por exemplo, as entrevistadas contam como seus maridos revisaram com elas os nomes das batalhas e onde aconteceram, para que lembrassem do “jeito certo”, sem que o trauma fosse trazido à tona, que se opõe ao “jeito feminino” de narrar construído pela escritora.

Com estes elementos pode-se entender como a Guerra Patriótica, e a Vitória, mesmo tendo como característica a grande participação das mulheres, foram moldadas politicamente de acordo com objetivos oficiais do Partido; sua verdade oficial podou as memórias possíveis de acordo com o desejo do Estado, silenciando as vozes femininas. A Guerra é uma representação universal, que deveria ser exaltada e utilizada politicamente, e o universal, construído e conservado pelos homens, é masculino.

### UM CONTEXTO POSSÍVEL

É necessário observar as discrepâncias em vários aspectos entre a época em que a Guerra aconteceu e a efetiva publicação do livro. Na fonte pode-se encontrar diversas passagens sobre o imaginário soviético no que diz respeito à honra, à coragem e ao patriotismo. Muitas das entrevistadas contam as histórias de como se voluntariaram para participar ativamente da guerra, mesmo antes de completarem dezessete anos, pois sentiam o apelo da noção de dever para com seu povo e sua pátria. Isso não era por acaso, como fica explícito em trechos da fonte como “Somos de uma geração que acreditava que há coisas maiores do que a vida humana. A pátria e a Grande Ideia. Bom, e Stálin também. Para que mentir? É como dizem por aí, não dá para separar a letra da música.” (ALEXIEVITCH, 2016, p. 84). Mentos e corações eram movidos em direção à possibilidade da utopia comunista que começara com a Revolução de 1917, e a luta na Guerra fazia parte deste caminho.

Desde a morte de Lênin, em 1924, Stalin se tornara uma grande figura simbólica como governante da União Soviética; um líder forte, para o que deveria ser um igualmente forte Estado. Seu governo, como também a manutenção do socialismo então implantado, exigiam da população submissão ao poder do Estado, e a ditadura imposta por Stalin utilizava o terror, com elementos como a censura, prisões e banimento para evitar possibilidades de ascensão de qualquer política alternativa (HOBSBAWN, 1995). Não apenas o Estado atuava na supressão, mas também na disseminação da ideologia do Partido único, por meio da produção de cartazes, dos discursos dirigidos ao povo, da construção da narrativa como um todo.

Neste contexto, a participação na Guerra e a Grande Vitória não significaram necessariamente paz, e sim, segundo Afanásiev (1996) uma afirmação sobre a força política e beligerante da URSS, algo que não deveria e nem poderia ser abalado, principalmente dentro de seus territórios geográficos e de influência, já que a narrativa sobre o êxito na guerra contava com disputas em relação às perspectivas ocidentais, principalmente dos Estados Unidos. De acordo com os planos do governo, a vitória significou um reforço à ditadura de Stalin sem que isso definisse de maneira alguma uma conjuntura pacífica para os territórios dominados, ou para os cidadãos que de alguma forma não concordavam com suas políticas.

Após a morte de Stalin em 1953, há uma sucessão de governos e também de gerações. As percepções da população nas décadas de 1970 ou 1980 já não são mais as mesmas do que eram durante a Segunda Grande Guerra. Hobsbawn (1995), descreve sobre como os bolcheviques que nasceram após a revolução e seus desdobramentos mais diretos não partilhavam da mesma cultura política de esquerda da geração anterior, seguia-se ordens para manter o Partido, mas não necessariamente se acreditava nos ideais comunistas com o mesmo vigor, em especial após a morte da simbólica figura de Stalin, dos desgastes econômicos e sociais ocorridos durante a Guerra Fria.

Os desdobramentos da política do Partido reverberaram, como esperado, na produção historiográfica, que, da mesma maneira que os pronunciamentos oficiais, se pretendia verdadeira e incontestável. Um horizonte de possíveis objeções à narrativa governamental apenas foi alcançado quando a URSS passava por mudanças devido ao enfraquecimento político, após manifestações como a Primavera de Praga, que fizeram estremecer o autoritarismo vigente, que já não possuía um culto ao líder tão forte como havia sido na época de Stalin.

A Guerra não tem rosto de mulher foi publicado pela primeira vez em 1985, em um contexto de desmantelamento do regime, tendo em vista a dissolução da União Soviética em 1991. Sob o governo de Gorbatchov, a partir de 1985, foram postas em prática as famosas reformas Perestroika e Glasnost, tratando respectivamente sobre a descentralização e modernização da economia, e uma maior transparência do governo, com maiores chances de liberdade de expressão para o povo. O ambiente desta época era mais propício do que jamais havia sido desde o nascimento da autora, para que algum tipo de contestação à história oficial fosse publicada.

A historiografia produzida pelo Partido, e a história que foi determinada ao imaginário social estavam associadas às ideias do heroísmo e o amor à pátria como valores soviéticos, o que exaltava a experiência da Guerra como necessária e importante para a consolidação da imagem de poder e força da União Soviética e de seu povo. Tanto o trauma quanto as diferenças de gênero não faziam parte da historiografia tradicional. As mulheres haviam lutado, servido, e ganhado condecorações assim como os homens, entretanto suas perspectivas sobre o acontecimento não eram relevantes na medida em que não refletiam a narrativa oficial, não acrescentavam ao que era pretendido; a guerra interrompia suas vidas, socializadas a partir de ideias de feminilidade, maternidade e beleza, que não condiziam com o ambiente de batalhas, ao contrário de características tradicionalmente masculinas que se encaixavam melhor no discurso de verdade objetivado pelo Partido, o discurso universalizante sobre a Guerra Patriótica.

Alexievitch (2016) utiliza de sua experiência de imersão na narrativa do Partido e ao mesmo tempo das discrepâncias em relação ao que ouvira das mulheres que a cercavam, para desenvolver uma maneira diferente de escrever sobre a Guerra — uma construção masculina —, de maneira a focar nas vivências femininas e suas singularidades, a partir da narrativa de uma mulher que também conviveu com as consequências políticas e sociais desta

Já aconteceram milhares de guerras — pequenas e grandes, famosas e desconhecidas. E o que se escreveu sobre elas é ainda mais numeroso. Mas... foi escrito por homens e sobre homens, isso ficou claro na hora. Tudo o que sabemos da guerra conhecemos por uma “voz masculina”. Somos todos prisioneiros de representações e sensações “masculinas” da guerra. Das palavras “masculinas”. Já as mulheres estão caladas. Ninguém, além de mim, fazia perguntas para minha avó. Para minha mãe... (ALEXIEVITCH, 2016, p. 9)

É através do caminho com destaque à perspectiva de gênero que o trauma da Guerra é abordado pela autora, contando diversas histórias de mulheres e homens, que foram apagadas do discurso oficial. A construção da Guerra e da Vitória, objetos universalizantes, que pretendiam contemplar o povo soviético como um só, é questionada por Alexievitch, que procura produzir um sentido para a sua realidade, em meio a um momento ímpar da história da URSS, em que as exigências de transparência e de abertura política não podiam ser ignoradas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso de uma fonte literária gera um trabalho que exige esforço, mas que possibilita muitos caminhos. A localização histórica do conteúdo dos relatos, assim como da época de publicação do livro se complementam em uma narrativa sobre intenção e a produção de uma memória social, possível apenas devido a conjunturas de contestação e questionamentos, como se pode observar nos últimos anos da União Soviética.

Alexievitch apresenta em sua obra o dissenso para com as posições elogiosas sobre a participação soviética na Guerra e sobre o que aconteceu após dela, a partir da experiência feminina, que não estava completamente interligada aos objetivos da história oficial. A partir da perspectiva de gênero, da participação das mulheres na Guerra, traz à tona os traumas que foram suprimidos pelo governo, e as tensões que existiam em relação às narrativas vigentes.

A utilização e seleção feitas pela autora das experiências das mulheres entrevistadas, traz de maneira sensível a possibilidade de reflexão sobre um discurso que procura construir uma memória coletiva e que, desta maneira, busca encontrar um sentido para os acontecimentos do passado que, justamente por marcarem na memória, repercutem com tanta intensidade no presente.

## FONTE

ALEXIEVITCH, Svetlana. *A guerra não tem rosto de mulher*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFANÁSIE, Yuri N.. La otra guerra: historia y memoria soviética ante la Gran Guerra Patriótica. *Asociacion de Historia Contemporanea*, S.L, v. 95, n. 22, p. 27-43, 1996. Tradução: Světlana Samárina.

ANDRADE, Émile Cardoso; MATOS, Thayza Alves. O SILENCIAMENTO DO TESTEMUNHO FEMININO EM A GUERRA NÃO TEM ROSTO DE MULHER DE SVETLANA ALEKSIÉVITCH. In: GRAZIOLI, Fabiano Tadeu (org.). *A Expressividade e Subjetividade da Literatura*. Ponta Grossa: Atena, 2019. p. 41-48.

FERREIRA, Antônio Celso. Literatura: a fonte fecunda. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (org.). *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2020. p. 61-91.



HOBBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos: o breve século xx: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

PEROSA JR. Edson José, A narrativa de eventos traumáticos na história do tempo presente: os desafios para o historiador. **Diálogos**, v.22, n.1, (2018), 190 – 204.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

ROUSSO, Henry. A contemporaneidade no cerne da historicidade. In: **A última Catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo**. Rio de Janeiro: FGV, 2016, p.165-21

# A relação entre o Medievo e o Renascimento: A continuidade de abstrações sobre mulheres e uma análise da identidade feminina

Mariana Silva Rodrigues  
UFMA  
marirodri.hst@gmail.com

Este artigo tem por objetivo relacionar os períodos históricos Idade Média e Renascimento, tendo em vista a continuidade entre os dois. Caracteriza-se a análise de como o Renascimento categorizava as mulheres, destacando suas identidades e evidenciando relações com o Medievo, identificando assim, as relações entre os dois períodos que em muitos casos ainda se encontram opostos. Para isso, o arcabouço teórico conta com DELUMEAU (1994), BURKE (2008) e OLIVEIRA (2009), de forma a entender como os processos de formação de identidade feminina e História das Mulheres são indissociáveis para entender contextos histórico-sociais mais abrangentes.

**Palavras-chave:** Mulheres. Continuidade. Idade Média. Renascimento. Opostos.

## Introdução

Os estudos acerca da História das mulheres na década de 70 incitaram questionamentos sobre a ausência de fontes documentais que pudessem reconstruir o passado feminino. A partir dessa ideia, a escassez de fontes resultou em questões maiores, dentre elas a problematização sobre o chamado “esquecimento” da História das Mulheres, substituído pelo “apagamento”. Nesse contexto, conteúdos clássicos que formam a grade curricular da educação básica, como é o caso do Renascimento — termo adotado no presente trabalho, mas que possui problemática de conceituação — passa por interrogativas sobre a presença das mulheres inseridas nesse período e suas respectivas identidades associadas.

O Renascimento, que por muito tempo foi conceituado a uma gama de alterações sociais e mentais, com oposição à falta de racionalidade advém de conceitos cristalizados desde a educação infantil. Tais concepções sofreram alterações, uma vez que, continuidades com a Idade Média foram cada vez mais confirmadas do que alterações. Peter Burke (2008) classifica o conceito como mito, já que os homens eram mais tradicionais do que pensavam, tendo em vista as transformações sistêmicas que

aconteceram no período. Apesar das novas configurações sobre o período, a ideia de inovação em oposição às trevas da Idade Média ainda é recorrente. Nessa conjectura de conceitos, a identidade feminina permanece em muitos casos uma incógnita de presença.

Os estudos sobre a História das Mulheres funcionam, assim, como forma de reiterar a presença feminina em setores que foram mascarados pelo anonimato, por vezes voluntário, como forma de ocultar a personalidade feminina que era passível de consequências quando divergia do limiar estabelecido. Isso porque, as proibições da presença das mulheres em diversos setores eram naturalizadas pela maioria que consentia com a visão patriarcal e androcêntrica. A categoria de gênero que surge pela relação entre as divergências encontradas em ações ou mentalidades que visam entender os processos de construção feminina e masculina dissociada de fatores biológicos vem sendo estudados para se entender hierarquias socialmente construídas.

O Renascimento, que apesar de sustentado por muito tempo como a evolução e desenvolvimento humano por meio do exercício da lucidez, tinha o progresso que pressupunha tal espaço de tempo não contemplando de maneira igualitária a mulher, e muito menos suas produções que eram escassas em comparação a produções masculinas, já que violava o código de conduta do qual as mulheres eram sujeitas. De acordo com essa premissa, desenvolve-se a questão da presença feminina no Renascimento, sua relação com conceitos ideológicos conectados com a tradição medieval, e conseqüentemente, com abstrações dispostas na época, pensando em uma continuidade entre os períodos.

### **O Renascimento em pauta**

Ao discorrer sobre a categoria de “mito” atribuída ao Renascimento, Peter Burke (2008) indica que em função de duas razões a conceituação faz sentido. A primeira, descritos por historiadores como Burckhardt, o Renascimento faria oposição à Idade Média, e o segundo entendido como uma história em que o passado justificaria o estado atual. Conseqüentemente, tais ideias justificariam o caráter mitológico do termo Renascimento. A denominação revolucionária atribuída ao período que ainda constitui o imaginário sobre a época não passava de um “movimento gradual no qual cada vez mais os indivíduos se tornaram progressivamente insatisfeitos com elementos de sua cultura” (BURKE, 2008, p. 41).

Peter Burke atribui ao Movimento Renascentista a característica de tentar reviver a cultura clássica especificamente na arquitetura, em que as igrejas cruciformes foram substituídas por circulares do tempo dos romanos, nas pinturas, em que descrições eram utilizadas como meio de reconstruir quadros em uma perspectiva linear e na língua estudada, o latim clássico. Portanto, a atração pelo período clássico e a insatisfação com o que fazia parte do cenário social da época renascentista desvinculavam-se de forma gradual da Idade Média, e assim, formava sua especificidade.

O final da Idade Média apresentou assim, uma espécie de transformação que se ausentava do caráter excludente e dicotômico de completa improdução cultural *versus* extensa produção. Os processos que compunham a história fazem jus ao princípio de movimento e não o regido por quebras, já que muitas vezes o Renascimento dependeu em grande escala da propaganda que os sujeitos faziam de si mesmos na época, desembocando entendimentos que atualmente dividem as duas concepções a respeito das épocas, apesar dos estudos que se opõem a isso.

O Humanismo era pautado na superioridade intelectual do homem enquanto ser racional e que tem o dever de exercitar suas capacidades. Conseqüentemente, o conceito de *literatura*, até no contexto de jornais oitocentistas brasileiros, por exemplo, remetia à educação, assim como, as *letras* eram associadas a esse Movimento Humanista. Devido a isso, observa-se a plasticidade da qual os conceitos possuíam. Assim como as produções, discussões sobre a dignidade da mulher envolviam o entorno social, que de acordo com Peter Burke indica que “em certo sentido do termo, o Feminismo teve origem no Renascimento” (BURKE, 2008, p. 26). A afirmação consta certa hesitação colocando em perspectiva a fluidez que o conceito apresenta pra época, uma vez que da forma como é entendido em sua gênese, o Feminismo difere em diversos aspectos da maneira atual.

É certo que houve produções femininas italianas no século XVI que demonstram a presença feminina, como por exemplo, Vittoria Colonna (1492-1547) e Isotta Nogarola de Verona (1418- 1466), posto que, acerca da segunda autora, os homens “se recusavam a tratá-las da mesma maneira que tratavam os homens” (BURKE, 2008, p. 45). Assim, é possível inferir o paradoxo que o Renascimento traz às concepções de mulher, isso porque, apesar das transformações que ocorreram, o desmerecimento, e conseqüentemente a presença de comportamentos misóginos eram evidentes, ainda que ao mesmo tempo o feminino fosse pauta discursiva.

Christine de Pizan, em *Le Livre de la Cité des Dame* (1405), defende a igualdade entre homens e mulheres, confirma a existência de escritos de mulheres não unicamente desde o Renascimento. Sendo assim, o caráter singular do Renascimento é a forma como esses trabalhos confluem com transformações que se iniciaram desde o fim da Idade Média desenvolvendo-se em articulações de como a estética feminina é por vezes mais contemplada, apesar disso, não inserida sua identidade como sujeito produtor.

Delumeau afirma que no Renascimento “a civilização fez-se menos antifeminista” (DELUMEAU, 1994, p. 23), ao entender que o processo que faz parte das concepções sobre as mulheres sofreu alterações que não necessariamente apresentaram uma quebra e uma origem, mas uma diminuição de subjugações que as mulheres sofriam em uma progressão lenta. E dessa forma, se difere da perspectiva posta por Peter Burke sobre o caráter feminista do período.

O Renascimento como resultado de transformações no medievo, conforme Delumeau (1994) aponta, o progresso do indivíduo toma espaço com a união de duas instâncias, técnica e espiritual. E em decorrência do desenvolvimento do aspecto espiritual, a individualidade humana, assim como, a característica estrutural do Cristianismo. “Numa história do individualismo religioso não se pode deixar em silêncio o drama de Joana Darc” (DELUMEAU, 1994, p. 143), já que mesmo sacramentada conforme o dogma cristão católico sofreu penas por negar que sua individualidade fosse corrompida ao não ir contra sua verdade de ouvir vozes, sendo morta na fogueira. Já que, obrigada a negar sua individualidade e morta por isso, o fogo — com simbolismo de purificação de acordo com o Cristianismo Católico — representava essa obrigatoriedade de uma inexistência individual. De modo que, enquanto a existência feminina estivesse pautada com a figuração de dependência intrínseca, sua vida não era contestada, do contrário, a culpabilidade era precisa.

Sobre essas divergências entre o ser mulher e a construção de sua identidade na Idade Média e Renascimento, “Segundo a Escolástica, a mulher é considerada um ser humano, embora inferior ao homem. De facto, na comunidade renascentista, não se conhecem muitos argumentos contra este conceito...” (OLIVEIRA, 2009, p. 32). As intersecções entre os dois períodos aparecem como análise da interpretação de como o Renascimento e o Medievo atuam em completa consonância, uma vez que, sendo entendidas como progressões lentas e/ou produtos, as predisposições mentais se convergem em muitos aspectos sobre como era vista a categoria feminina.

## As identidades associadas ao feminino

Alinhando o sentido de que a identidade em geral consome uma ideia que se molda pela pluralidade de construção do “eu”, respeitando as diversas heterogeneidades, sendo caracterizada pela dinâmica, já que, trata de sujeitos históricos, mais especificamente o ser feminino. Na conjuntura da própria identificação feminina enquanto sujeito como ativo em sua própria vida, variáveis alteraram a formação do caráter individual feminino, e pra isso, é preciso ter em perspectiva alguns fatores que limitavam a liberdade feminina.

Na dicotomia religiosa as ideias destinadas à identidade da mulher estariam sujeitas a duas concepções: uma relacionada à mulher perspicaz, amaldiçoada e pecadora, com Eva como seu símbolo de atitudes, e outra imagem relacionada à Virgem Maria, que no Cristianismo Católico representa a pureza virginal de uma serva de Deus. Conseqüentemente, essa dicotomia isolava a complexidade da mulher enquanto sujeito múltiplo e a colocava como presente unicamente em uma das concepções dispostas. Nesse sentido, sujeitas ao matrimônio ou para a vida eclesiástica, quando não faziam parte desse cenário automaticamente sua posição vinha a ser questionada.

Dessa maneira, a historiografia recente identificou no Renascimento a descoberta da criança, da família, no sentido estrito da palavra, do casamento e da esposa (DELUMEAU, 1994). Homogeneizada enquanto ser humano, a mulher era venerada ou objeto de medo. E, portanto, enquanto suas ações divergissem das prerrogativas sociais, meio pelo qual sua inferioridade era alimentada e retificada, a força das repressões aumentava, da mesma maneira que a lógica da contestação de uma ideologia que rege um meio.

No século XVI, o exercício da individualidade e com ela a salvação individual de acordo com a Igreja Católica é possível a partir do valor dos sacramentos, enquanto que para os protestantes, na relação direta com Deus (LEBRUN, 2009). Em suma, quando se trata do Matrimônio, um dos sacramentos fundamentado pelo Catolicismo conta com a participação em peso da comunidade, visto que, tinha o objetivo de procriação, como também, se apresentava como única saída para promover realizações para as mulheres, dentro das limitadas possibilidades. No Protestantismo, com a figura de Lutero, ainda que exaltando em seus escritos a figura da mulher, tendo sua composição enquanto ser resumida à completa bondade ou maldade, como acontecia na ortodoxia católica,

limitava-a ao casamento, uma vez que, eram abolidas as casas monásticas — que em muitos casos eram vistas como possibilidade de desenvolvimento pelas mulheres — de acordo com as determinações.

Para atribuir legitimidade ao patriarcado, considerações fisiológicas e mentais eram formuladas para comprovar a necessidade de sujeição feminina, e assim “o homem definiu-se como apolíneo e racional por oposição à mulher dionisíaca e instintiva, mais invadida que ele pela obscuridade” (DELUMEAU, 2009, p. 464). Com o anonimato de sua configuração corpórea e complexidade de sua formação, associou-se o desconhecido ao demoníaco, atribuindo ao pecado aquilo que refutava as regras preestabelecidas.

No Humanismo houve uma grande expansão da educação, tendo em vista a razão como meio de desenvolvimento humano. Entretanto, em uma comparação aos homens, evidentemente, o público feminino não se equiparava ao acesso. Ao lidar com o empecilho de ordem biológica, a monetária também fazia frente ao desenvolvimento cognitivo feminino. E por isso, é sustentável afirmar que, embora o teor educacional dos seres humanos em geral fosse incentivado, inclusive das mulheres, essa educação tinha o objetivo de servir ao lar e família, e dessa forma, à formação da mulher enquanto esposa.

O Renascimento na Inglaterra instigou extensa mudança, as convergências são nítidas entre os Textos Sagrados e a produção humanista (OLIVEIRA, 2009). Em função disso, a formação de manuais de conduta e uma produção que se preocupou em grande parte em como reduzir a liberdade feminina fizeram parte desse contexto, assim como na Idade Média, em que são encontrados registros de uma produção que se destina à moral. Fracamente isentada de aperfeiçoar suas qualidades de desenvolvimento, poucos cenários eram possíveis.

Entendendo que a partir de reflexões do presente nasce a necessidade de se entender o passado, questionamentos sobre o porquê a passividade feminina na Idade Média — que não corresponde à realidade — ainda é tão recorrente no imaginário, ponto importante para remeter à categorização dos períodos, uma vez que no Renascimento há uma evocação da racionalidade do ser humano. Ainda que na Idade Média houvesse a possibilidade de estudo entre as mulheres, era exceção, assim como no Renascimento em que “muitas mulheres de famílias abastadas começaram a sua educação acadêmica: as filhas de Sir Thomas More, Catherine Parr, Maria Tudor, Isabel I, Lady Jane Grey, a Condessa de Pembroke, Mary Roper, Lady Mary Worth” (OLIVEIRA, 2009, p. 11), se

destacando essencialmente a aristocracia e nobreza que fazia com que essa possibilidade fosse satisfeita.

No Renascimento, mulheres patrocinavam artes como pintura, que por volta do século XV estavam incluídas nas chamadas artes mecânicas e possuíam uma relação estritamente comercial, em que “o dinheiro tem uma importância considerável na história da arte” (BAXANDALL, 1991, p. 12). Isso infere ao poder aquisitivo das mulheres que tinham probabilidade de acesso, isso porque, implicitamente ou explicitamente, falar de mulheres evoca também identificar relações de poder. Na Idade Média, a mulher assumia funções de subsistência, isto porque “nas aldeias, as mulheres trabalhavam nos campos, cuidavam dos animais e das tarefas domésticas, deixando frequentemente os filhos sozinhos” (OLIVEIRA, 2009, p. 15), sendo conseqüentemente acusadas de infanticídio em muitos casos. A posição de mulher como atuante no funcionamento da casa, e assim, agente ativo, como também as punições que sofria decorrente de seu exercício de subsistência denunciam a realidade contraditória em que eram subordinadas.

Ao estender o Estado Monárquico como efeito de espelho com a estrutura do ciclo familiar, Le Roy Ladurie (1994) pensa na monarquia como forma de sistema patrimonial e patriarcal. De forma a estender e permitir identificar o quanto as relações entre os membros familiares e estruturantes da monarquia assemelham-se com a organização em que o pai ou monarca assume cargo de chefia, sendo legitimado socialmente e só assim, tendo efeito. De forma que o poder subordina o relacionamento com os sujeitos que fazem parte de cada esfera. Quando se trata do feminino, observam-se em posição excepcional monarcas mulheres, tendo em vista as enormes tentativas de deposição.

### Periodização e identidade feminina

A construção de um paradigma renascentista cultuou por muito tempo a instauração e ascensão de um regimento marcado pela característica racionável. Apesar desse sentido que amplia as determinações sociais, é preciso salientar que:

O período do Renascimento significou a amplificação do desenvolvimento das capacidades masculinas, mas para a mulher foi a debilitação no seu campo intelectual e profissional, pois enquanto no feudalismo a mulher marcou presença, operando em diversas profissões e gozando de algum poder, as transformações políticas, sociais e culturais que ocorreram no fim da Idade Média, romperam com o sistema feudal e, desta forma, na Renascença a posição da mulher sofreu um declínio. (CREMASCO, 2019, p. 2)



Apesar da apresentação de declínio que Cremasco (2019) aponta sobre as mulheres, a reação entre as relações entre o medievo e Renascença é tida como a primeira definida por funções desempenhadas por mulheres. Quanto às atividades desempenhadas, a expansão limítrofe que era submetida o sujeito feminino encarrega de transmitir a ausência de mobilidade da qual a mulher era sujeita, e, portanto, o rompimento se deu em um distanciamento de atividades que eram destinadas a mulheres, substituídas por atividades masculinas.

Historiadores como Michelet e Burckhardt examinaram o Renascimento como grande transformação social, o que punha em questão o caráter retrógrado cronológico da Idade Média, tendo em vista a grande difusão de uma ordem social regida pela religião, de forma que, suas práticas oporiam os nivelamentos sociais possíveis. O que indica a construção mental de períodos que se formularam por uma forte oposição de constituição social. Dentro da perspectiva feminina, se lança possibilidades das quais fazem parte a suposição das mulheres nessa passagem temporal também mudarem seu papel na constituição social, a hipótese de que as transformações apenas contemplariam os homens ou ainda a ideia de que essa mudança abrupta não confere com o vivido.

Quando Burke confere o caráter gradativo do período conseqüentemente se pensa nos sujeitos históricos que fazem parte dessa linha temporal, assim como os critérios entram em consonância dos dois períodos, marcado pela lentidão nos processos. Le Goff, inspirado por uma conceituação de longa Idade Média identificada dos séculos IV ao XVIII afirma que “As mudanças não se dão jamais de golpe, simultaneamente em todos os setores e em todos os lugares”. (LE GOFF, 2005, p. 66). Em consonância a isso, a categoria feminina, sofreu em escala maior a ausência das transformações que o período indicou por muito tempo. No Renascimento, a evolução das possibilidades sociais femininas tinha caráter quase que inalterado frente à Idade Média:

Em termos da perspectiva teológica sobre a mulher, as convenções estabelecidas pela tradição patrística e pela Escolástica mantêm-se praticamente inalteradas durante o Renascimento. Poucos são os argumentos dissonantes veiculados durante o período e, mesmo esses, pouca expressão conseguem junto da comunidade acadêmica e dos teólogos ingleses, de forma a impor um ritmo de mudança. (OLIVEIRA, 2009, p. 41)

As atuações femininas em perspectiva para entender os cenários em longa escala de tempo em muitos aspectos sofrem extenso impedimento de análise. Isso porque, passíveis de multiplicidade, e, além disso, obscurecidas pelo anonimato obrigatório, não apresentam grandes variáveis para análise, não podendo ser conceituadas como objeto

ausente ou isento de historicidade, mas constituído de fontes que não floresceram em seus ambientes, ou sequer tiveram oportunidade de esclarecimentos. Ainda que o campo de estudos referente à História das Mulheres caminhe com muito impulso atualmente de reconstituição do passado, as consequências que jazem as mulheres em diversos períodos históricos apresentam inúmeros empecilhos que remetem a uma gama de sociabilidades das quais as mulheres faziam parte.

Linda Nochlin (2016) que trata sobre a ausência de grandes mulheres artistas, atribui possibilidades dentro de uma suposta feminilidade na representação iconográfica por parte das mulheres, assim como uma suposta genialidade inerente ao indivíduo atribuído ao sexo masculino em extensa maioria. Ao analisar a semântica textual da pergunta que é feita: “Por que não houve grandes mulheres artistas?”, a autora evidencia a característica parcial da formulação da pergunta. Sofonisba Anguissola (1532-1625), Lavinia Fontana (1552-1614) e Artemisia Gentileschi (1593-1692), por exemplo, filhas de pintores ou nascidas no seio nobre do recorte temporal renascentista, qualificam grandes evidências que integram o desenvolvimento artístico, tendo em vista os mecanismos de estrutura social.

De acordo com uma análise entre os períodos em transição e o poder simbólico pelo qual a mulher era submetida, pode-se argumentar em favor de uma supressão de existência e posteriores dificuldades de reconstituições de passado. Enquanto que haja aberturas atuais, em contrapartida as sujeições inferem uma digressão no processo de uma reconstituição. Consequentemente, entender a História como ambiente que legitimou o domínio e as relações de poder é argumentar contra os anteriores e possíveis posteriores empecilhos que possam surgir na trajetória de estudo sobre a História das mulheres para entender contextos maiores.

Tedeschi argumenta sobre "a construção históricofilosófica dos vários discursos que em certa época conferiram um caráter científico e natural aos papéis da mulher, do que significa ser mulher" (TEDESCHI, 2008, p. 12), identificando a construção semântica de discursos que estão intimamente ligados com o exame do sujeito feminino e sua representação social em cada época, tendo em vista as constâncias e oposições que fazem parte do que atualmente se atribui ao conceituado por muito tempo como segundo sexo.

Quando Le Goff sintetiza que “o Renascimento não representa, para mim, um período particular: ele constitui o último renascimento de uma longa Idade Média” (LE GOFF, 2015, p. 72), parece reforçar em termos gerais a ideia de que as continuidades entre

a formação dos sujeitos históricos também constituem a formação do Renascimento, visto que, eles compõem o determinado período. Gerido na Idade Média, o Renascimento então se forma pela relação entre as duas esferas, e assim, a do sujeito feminino plural.

As correntes historiografias demonstram claramente a progressão em que as temáticas sobre as mulheres adquirem espaço. Com a positivista sua presença é nula, já que não fornece subsídios para a compreensão da mulher e sua identidade em exame. A historiografia dos *Annales* propriamente não insere as mulheres como objeto de estudo, mas promove abertura para que posteriormente seja feita, após isso, mulheres operárias em análise na história social, e, por conseguinte nota-se a *Nova História*, que em termos gerias, engendrou o processo de inserção feminina específica nos estudos históricos.

Entendendo que a individualidade da mulher não deve ser associada com a coletividade de quaisquer outras, é necessário entender os problemas que a homogeneização traz para a análise metodológica através de sujeitos históricos. De modo que, a constituição da mulher enquanto indivíduo pressupõe sua constituição enquanto sujeito social, e, portanto, pensar exclusivamente em um caráter biológico com vistas a diferenciá-la do homem desqualifica os fatores que fazem parte do desenvolvimento histórico, a considerar suas estruturas sócias, possibilidades e contextos.

### Considerações finais

Por muito tempo nas sombras daqueles que regiam regras, puniam pela transgressão e moldavam o caráter social, a pluralidade feminina ficou isolada ao mártir de ser aquilo que desejavam que fosse. Ainda que, a obsessão pela oposição aos sexos influa em ações de cunho binária, opondo as duas categorias como inimigas, é certo que em nada corresponde com a transformação ou regressão dos efeitos disso no passado.

A tentativa de sempre polarizar pessoas, grupos ou períodos, como acontece com a Idade Média e Moderna assumem no âmbito da historiografia sentidos comuns que inibem a multiplicidade e esclarecimentos metodológicos inclusive sobre a perspectiva feminina em análise. A diabolização, silenciamento e repressão da extensão da mulher indicam em ambos os períodos a contínua face no que se denominam os estereótipos dados aos períodos, também englobam os indivíduos que fizeram parte daquele contexto.

Como forma de entender as relações entre especificidades necessárias para caracterizar uma época, o estudo de sujeitos em posição de sujeição, assim como, estudos

de casos dão acesso a essa gama de desconstrução com vistas a oferecer um cenário maior e mais complexo. Isso porque, trabalhar com períodos é entender práticas, abstrações e nesse caso, diretamente correlacionadas às práticas medievais, tanto no que tange a similitudes e disparidades. Paradoxalmente, apresentando uma continuidade entre os dois períodos, de forma que devido a construções que minimizam os sujeitos históricos femininos que o compõem, a categoria feminina como em efeito cadeia sofre com a demarcação temporal que está sujeita de forma que sua existência foi/é pautada por restrições. De modo que no Renascimento sua estética e possibilidade maternal são glorificadas, enquanto sua produção ou inserção em ambientes comuns aos masculinos são contestadas.

### Referências

- BAXANDALL, Michael. **O olhar renascente: pintura e experiência social na Itália da Renascença**. Paz e Terra, 1991.
- BURKE, Peter. **O renascimento**. 1.ª edição: Texto & Grafia, Lda. Lisboa, 2008.
- CREMASCO, Renata Lima. **As mulheres invisíveis na arte renascentista**. 2019.
- PIZAN, Christine. **The book of the city of ladies**. Penguin UK, 1999.
- DELUMEAU, Jean. **A Civilização do Renascimento**. Lisboa: Estampa, 1994, v 1.
- DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.
- LEBRUN, François. **As reformas: devoções comunitárias e piedade pessoal**. In: CHARTIER, Roger (Org.). **História da Vida Privada: Da renascença ao século das luzes, V. 3**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, pp. 76-112.
- LE GOFF, Jacques. **A História Deve Ser Dividida em Pedacos?**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- LE ROY LADURIE, Emmanuel. **O Estado Monárquico. França 1460-1610**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- NOCHLIN, Linda. **Por que não houve grandes mulheres artistas**. São Paulo: Edições Aurora, 2016.
- OLIVEIRA, Susana. **A mulher do renascimento inglês: segundo a escolástica e a tradição medieval**. 2009. Tese de Doutorado. Universidade Aberta.
- TEDESCHI, Losandro Antonio. **História das mulheres e as representações do feminino**. Curt Nimuendajú, 2008.

# Mulheres Negras nos Periódicos Negros: Relações de Trabalho e Sociabilidade na Cidade de São Paulo. 1899-1926. (Assis/SP, 2021)

Mariana Teles da Silva  
Universidade Estadual Paulista - UNESP  
marianateles126@gmail.com

O presente trabalho tem como objetivo apontar os avanços nos estudos sobre as mulheres negras nos periódicos na pós-abolição em São Paulo, entre os anos 1899 e 1926. Nossas fontes primárias são a Imprensa Negra Paulista, em especial dois jornais que circularam no estado de São Paulo; O Menelik de 1915-1917 que circulou na cidade de São Paulo e o Getulino de 1923-1926 que circulou na cidade de Campinas, interior de São Paulo. Através das análises totais desses jornais, feitas a partir da leitura completa de ambos, e com o apoio de obras já publicadas sobre o tema, como a tese de mestrado de Miriam Nicolau Ferrara de 1986 e a tese de mestrado de Gilmar Luiz de Carvalho de 2009, buscamos entender o olhar da comunidade negra sobre diversas questões e sobre os membros da comunidade, em especial as mulheres negras.

**Palavras-chave:** Mulheres Negras. Imprensa Negra. Menelik. Getulino.

## Introdução

A abolição da escravatura por lei ocorreu no Brasil em 13 de maio de 1888 e foi sancionada pela Princesa Dona Isabel, filha de Dom Pedro II, concedendo assim a liberdade total aos escravizados que viviam no território brasileiro. Antes, porém, houveram meios paliativos de liberdade até a abolição do sistema escravista, meios esses que nunca foram pensados de maneira totalmente benéfica aos escravizados. A Lei do Ventre Livre, de 1871 na prática, ainda permitia que o senhor se recusasse a aceitar a indenização do governo quando a criança atingia a idade de 8 anos, podendo assim permanecer com ela até os 21 anos de idade; mesmo que tivesse nascido livre. Igualmente a Lei Visconde de Rio Branco, de 1885, que era de pouca eficácia já que a maioria dos

escravizados não chegavam à idade de sessenta anos; e os que chegavam, após serem livres permaneciam com os senhores pois não tinham subsídio para sobreviver. Mesmo com as leis estabelecidas, e outros processos de liberdade, como *O Movimento dos Caifazes* em São Paulo encabeçado inicialmente por Luís Gama e posteriormente por Antônio Bento de Souza e Castro; por parte das instituições governamentais vigentes na época, o fator econômico foi a principal causa para o fim da escravização. Segundo Thomas Skidmore (1976) a continuação da escravatura era um atraso ao desenvolvimento do Brasil segundo o modelo do liberalismo econômico, apenas com a abolição da escravatura o Brasil poderia valer-se do trabalho livre e assim colaborar para o avanço da América do Sul. Joaquim Nabuco em sua obra *O Abolicionismo* com a primeira publicação em 1883, elencou os motivos que segundo ele levaria o Brasil a decidir pelo fim da escravização. O fator econômico é a principal razão, visto que a escravização arruinava economicamente o país, impossibilitava seu progresso material, impedia a imigração, habituava-se a servidão, afastava as máquinas, excitava o ódio entre classes, produzia uma aparência ilusória de ordem, bem-estar e riqueza a qual encobria os abismos de miséria e destruição (NABUCO, 2012). Assim, os ex-escravizados não receberam qualquer tipo de subsídio dos antigos senhores, do Estado, da Igreja, ou de qualquer instituição existente. No círculo do trabalho, durante a expansão urbana, principalmente em São Paulo; graças às lavouras cafeeiras, a imigração europeia foi fortificada.

Com o crescimento urbano, foram negadas oportunidades para homens e mulheres negras, agora libertos, na busca de empregos "qualificados". A inviabilização dessas pessoas, contribuía principalmente com a chegada de imigrantes europeus entre 1870 e 1930, fizeram com que fossem em busca de trabalhos marginalizados. Além disso, nos primeiros anos após a abolição, a população negra enfrentou a coerção policial a fim de manter o controle social da metrópole. De acordo com Emília Viotti da Costa (2010), multiplicaram-se leis estaduais e regulamentos municipais, onde houve novamente restrições às festividades como batuques, congados e outras. Há também medidas contra vadios e desocupados e aos comércios ambulantes realizados por ex-escravizados.

### **As mulheres negras**

Quando analisamos a situação da mulher negra no pós-abolição, precisamos antes pensar os caminhos que eram postos a essas mulheres quando o sistema escravagista

ainda estava vigente em solo brasileiro. Segundo, Maria Helena Pereira Toledo Machado (2018):

Nas pesquisas sobre a escravidão, ainda é comum notar que especialistas se referem aos escravos de forma geral, como se estes fossem isentos de gênero e sexo, e pudessem ser inseridos numa categoria única. Condições de vida, trabalho, saúde, relações sociais e comunitárias são frequentemente descritas como características de um modo de vida do escravo, sem que em nenhum momento se mencionem as diferenças de homens e mulheres. (MACHADO, 2018, p. 353)

Ainda segundo a autora, um exemplo é a maternidade na escravidão; esse foi um dos fatores que tornou distintas as experiências de homens e mulheres escravizadas, visto que somente às mulheres foi imposto o papel de "dupla produtora da riqueza escravista" (MACHADO, 2018, p. 356). Isso significa que enquanto "trabalhadoras" geravam riquezas aos senhores em seu trabalho braçal e também quando estavam grávidas, pois o corpo da mulher escravizada pertencia ao seu senhor, logo seus filhos – na maioria das vezes frutos de estupro – também faziam parte da propriedade do mesmo. Apesar da abolição da escravização, as mulheres negras continuaram a percorrer os dois caminhos: o da raça e o do gênero. Isto é, embora homens e mulheres tenham sido atingidos com a imigração europeia, a desvalorização e invisibilidade de seus corpos, nosso enfoque recai sobre a mulher negra, dado que: “A condição da mulher no pós-abolição acabou repercutindo de uma maneira diferente em comparação aos homens. A classe social, raça e gênero eram fatores decisivos para a “classificação” desses sujeitos, em relação ao papel da mulher, a sua história foi desvalorizada.” (BORTONCELLO, 2018, p. 3)

Devido a massificação da presença imigrante em São Paulo, as mulheres negras em sua maioria foram levadas à esfera do trabalho doméstico. Conforme Bergman de Paula Pereira (2012) esse trabalho era constituído por variadas atividades, como lavadeiras, cozinheiras, babás e outras. Desse modo, formavam uma organização social de trabalho diversificada, muitas vezes trabalhavam em troca de moradia e alimentação, ou compunham contratos de serviços mensais pautados na informalidade.

Apesar da marginalização imposta para esses corpos negros em diversos meios, inclusive "intelectual" como as teses de branqueamento e eugenia, que visavam o desaparecimento de fenótipos negros da sociedade brasileira; criando-se até mesmo

debates internacionais sobre nação, raça e relações inter-raciais, como o Congresso Internacional das Raças, de 1911 em Londres. Homens e mulheres negras tentavam reconstruir suas vidas, pois os mesmos continuaram a existir, trabalhar, criar vínculos, comunidades; afinal, *nem tudo era italiano* nos dizeres de Carlos José F. Santos (2003).

### Mobilização negra

De acordo com Rafael Fizon (2012), como resultado da marginalização imposta, tanto em São Paulo, como em outras cidades, surgiram diversos espaços sociais de identidade negra como, bairros de negros, times de futebol de negros, clubes recreativos; isso deu-se também porque em muitos ambientes, tidos como "brancos", a entrada de pessoas negras era proibida. "Estas associações, por sua vez, cumpriam o papel de produtoras de uma identidade específica, de um "nós", negros, em oposição a "eles", brancos (SANTOS, R. F. E. 2012: 44. Apud. DOMINGUES, 2005). Segundo Lúcia Helena Oliveira Silva e Regina Célia Lima Xavier (2019), esses espaços sociais são caracterizados como associativismo negro, já que são formas de unificação da comunidade negra na elaboração de uma organização para melhores condições de vida. Um exemplo de associativismo negro é o *Grêmio Dramático e Recreativo Kosmos* fundado na cidade de São Paulo em 15 de novembro de 1908. Foi uma iniciativa de jovens negros, que cientes do racismo praticado por clubes gerenciados por brancos, resolveram empenhar forças a criar um espaço próprio promovendo frequentes bailes, saraus, sessões de teatro e outros (DOMINGUES, 2009).

*A imprensa negra paulista* emerge desses espaços: de associações culturais e, um pouco mais tarde, também da militância política. O movimento negro emerge também do *meio negro* e tem na imprensa uma de suas expressões. Quando tratamos de periódicos como *Clarim da Alvorada*, *Voz da Raça*, *Progresso*, *Getulino*, estamos trabalhando com meios de expressão do movimento negro paulista, que compunha parte da imprensa negra paulista. Como diz Flávio Gomes: "a 'imprensa negra' é a parte mais conhecida e citada da mobilização negra nas primeiras décadas republicanas. (GOMES, 2005) (SANTOS, R. F. E. 2012, p. 45. Apud. GOMES, 2005; grifo nosso)

Isso é, a imprensa negra tornou-se um grande meio de acesso do movimento negro, pois a partir destes, uma nova narrativa acerca da vida, do cotidiano e dos pensamentos de pessoas negras passa a ser elucidado nas páginas dos jornais.



## A Imprensa Negra Paulista

Com base nos estudos de Miriam Nicolau Ferrara, o histórico sobre a imprensa negra, foi dividido em três períodos: o primeiro período, de 1915 a 1923; o segundo de 1924 a 1937 e o terceiro de 1945 a 1963:

No primeiro período (1915/1923), há tentativa de integração do negro na sociedade brasileira e a **formação de uma consciência que mais tarde irá ganhar força**. Com a fundação do jornal *O Clarim da Alvorada*, em 1924, o **segundo período atinge seu ápice em 1931 com a organização da Frente Negra Brasileira**, e em 1933 com o jornal *A Voz da Raça*. Este período termina com o Estado Novo. **O momento das grandes reivindicações políticas** marca o terceiro período (1945/1963), com elementos do grupo negro se filiando a partidos políticos da época ou se candidatando a cargos eletivos. (MOURA, 1988, p. 208. Apud. FERRARA, 1986; grifo nosso).

Ferrara, que foi uma das primeiras pesquisadoras a estudar os jornais negros ainda na década de 1980, classificou 56 jornais da imprensa negra.

Vale ressaltar que nosso trabalho tem como enfoque o Estado de São Paulo, com a periodização do primeiro período, de 1915 a 1923, com os jornais *O Menelik* (1915) e *Getulino* (1923). Mas apesar dos jornais estarem postos no mesmo período classificado por Ferrara, ambos diferem muito da concepção empregada no primeiro período. Na ideia presente na tese de mestrado de Gilmar Luiz de Carvalho, *A Imprensa Negra Paulista entre 1915 e 1937*, do ano de 2009, e apontada também na tese de mestrado de Ruan Levi Andrade Reis, *Letras de fogo, barreiras de lenha - A Produção Intelectual Negra Paulista em Movimento (1915-1931)*, do ano de 2017, os dois jornais estão "a frente" de seu período classificatório:

Mesmo respeitando o parecer de alguns autores, para os quais a imprensa negra entre 1915 e 1923 se preocupava majoritariamente com pequenas notas, falecimentos, casamentos, festas religiosas, quermesses e mexericos, [...] **consideramos que o aspecto crítico de um jornal pode aparecer até na significação contida em seu título, em sua organização administrativa, na preocupação e no cuidado com os leitores, bem como na missão a ser transmitida**. (CARVALHO, 2009, p. 77-78; grifo nosso).

Isso porque, *O Menelik* por mais que não exemplifique ou faça uso de palavras mais atenuadas, é um jornal reivindicatório desde o seu título. Ao criar-se com o nome "*O Menelik*", e com subtítulo: "Órgão mensal, noticioso, literário e crítico dedicado aos homens de cor"; o mesmo já impõe sua própria reivindicação. Embora suas notícias sejam majoritariamente pequenas notas, falecimentos, entre outros; houve a necessidade de

criação do periódico para este fim também. Os jornais da imprensa comum não noticiavam festas negras, casamentos da comunidade negra; logo, a objeção de O Menelik cabe na ideia da simples existência desses fatos também. Declarar quantos anos fizera alguém da comunidade, ou que alguém colou grau, é também uma forma de oposição. A vida daquelas pessoas negras acontecia, não somente com as notícias ruins e racistas colocadas pela imprensa comum.

Em Getulino, também se encaixa a ideia defendida pelos citados acima, já que nele são encontradas virtudes que são postas apenas com o surgimento de O Clarim da Alvorada, como estabilidade na gestão do jornal e nas publicações, mensagens diretas, cooperação com diversos integrantes da imprensa negra paulista (CARVALHO, 2009: 110). “Lá estão as festas, aniversários, acontecimentos sociais; lá está o intelectual negro fazendo poesias; lá estão os protestos contra o preconceito de cor e a marginalização do negro. Nessa trajetória refletem-se as inquietações da comunidade e lá se encontram os conselhos para o negro ascender social e culturalmente.” (MOURA, 1988: 205).

Mesmo com variações, diferentes ordens cronológicas, todos os jornais da imprensa negra são reivindicatórios a sua maneira. Dado que, escrever, divulgar e manter um periódico apenas com questões da comunidade negra era incansavelmente difícil em uma época que, por exemplo, as teses de branqueamento ainda perpetuavam com muita força.

## O Menelik

Circulando em São Paulo, O Menelik, foi um dos precursores dos jornais da Imprensa Negra entre os anos de 1915 e 1917. Segundo consta no próprio jornal, o mesmo fora criado no dia 18 de julho de 1915, a convite de Deocleciano Nascimento em uma reunião realizada em sua residência na Rua da Graça, n° 207. “Fundou-se então este jornal, o qual buscou adquirir um nome, que não deveria, mas era esquecido dos Homens de cor, é esse nome, o de Menelik II, o grande rei da raça preta, falecido em 1913. Surgiu então a fundação deste jornal com a denominação de O Menelik” (O Menelik, 17 de out. 1915, n.1, p.1).

Homenageado com o nome do jornal paulista, Menelik II viveu entre 1889 e 1913, foi imperador da Abissínia – atual Etiópia. Em março de 1896, liderou os etíopes na batalha de Adwa, onde expulsou os italianos de seu território; também foi responsável

pela modernização do país, colocando em xeque os ideais do imperialismo sobre sua região (MARQUES, 2011. Apud. AKAPAN, 1985). Segundo José Correia Leite, os negros em São Paulo eram apelidados de "meneliks", possivelmente de forma ofensiva (CARVALHO, 2009. Apud. FERRARA, 1986).

As funções técnicas do jornal foram estabelecidas e divulgadas no primeiro exemplar do mesmo. Como presidente, Reginaldo Máximo Gonçalves; como secretário, Octaviano Ferraz; como tesoureiro, Marciano Marques de Oliveira; como procurador geral, Paulo de Souza Lima; como repórteres, Theophilo Gonçalves de Freitas, José Luiz Sampaio e José Paulino; como redator chefe e redator secretário, respectivamente, Deocleciano Nascimento e Geralcino de Sousa. A função do jornal também é explicada:

É mensal, porque destina aparecer de mês a mês; É noticioso para travarmos conhecimentos de fatos que se dão e passam sem prévio conhecimento da classe nossa; É crítico (só entre a classe) para colher os ditos filosóficos que navegam nos lábios desse povo; É literário para mostrar ao mundo as sabedorias que ocultamente vagueiam no cérebro da classe; É dedicada aos homens de cor para prestar-lhes homenagens. (O Menelik, 17 de out. 1915, n.1, p.1).

É a partir dessa estruturação exposta, que identificamos como o conceito crítico e organizativo já se faz presente na primeira fase da Imprensa Negra.

Os números 1 e 3 de O Menelik, respectivamente datados em 17 de outubro de 1915 e 01 de janeiro de 1916, possuem uma expressiva participação feminina em comparação aos outros dois exemplares de números 13 e 14, respectivamente de 29 de janeiro de 1917 e 11 de fevereiro de 1917. Essa participação feminina na folha acontece por meio de poemas e versos, vistas como colaborações; além de serem "homenageadas" enquanto mães, esposas, namoradas, filhas.

Uma vez que percebemos a forte presença da produção poética dos homens negros nos jornais dos "homens de cor", como muitos se intitulavam à época, nos seus poemas fica evidente a figura da mulher enquanto tema-objeto. Às vezes alvo de amores, correspondidos ou não. [...] Mas a mulher, nos poemas apresentados até agora, apareceu sempre como objeto. Como mãe de alguém, filha de alguém, esposa de alguém, objeto de desejo de alguém. E esse "alguém", é bom reforçar, é sempre um homem. (REIS, 2018, p. 3)

A partir das análises feitas no primeiro número, no centro da primeira página há um poema chamado "Regozijo", escrito por Deocleciano Nascimento e dedicado à "A' Exma. Sra. D. Maria José de Almeida, distinta oradora e presidente do Clube 13 de Maio de S. Paulo". O poeta não poupa elogios à D. Maria José, chamando-a de "talentosa"; "gentil e admirada". Outro escrito, intitulado como "Lembrança", é dedicado a memória de Hortência Ferreira. Nele lamenta-se a morte da moça ainda muito jovem: "É no céu o seu lar agora!... E, o seu leito de rosas virginais: Estas vicejam quando a lembrança da terra suspira, chamando o nome Hortência!" esse escrito também é assinado por Deocleciano Nascimento.

Em relação a ditos próprios, ainda no primeiro número do jornal, na coluna "ideias parafusadas" é cobrado o envio de colaborações à algumas mulheres:

Cumprimenta as senhoritas Izaurinha e Brasília, distintas e inteligentes normalistas; e aguarda ser correspondido com a colaboração de cada uma; Srtas. Paulina da Rocha e Angelina Pinto - Estou de mal, de mal e de mal, com ambas porque esqueceram de mandar colaborações prometidas; porém essas pazes serão feitas quando eu receber as promessas; D. Emilia Cardozo - Leia, faça o obsequio - O Menelik -, na próxima tiragem, sim!" (O Menelik, 17 de out. 1915, n. 1, p 3).

Já na coluna correspondente à "Caixa de Balaio", assinada por D'eoie (possivelmente algum pseudônimo de Deocleciano), é realizado agradecimentos às mulheres que enviaram escritos ao O Menelik: "D. Leopoldina. Agarradicíssimo pelas composições que nos enviou. Damos com este a descrição, quanto o soneto está em análise."; "D. Ignez do A. Sim senhora! O Menelik, nomeia-a sua colaboração efetiva, no ramo de versos da ordem de Pé Quebrado." Essas duas mulheres que recebem os agradecimentos, têm seus escritos publicados na página 4 do mesmo número. "Thema da Vida" é um poema conto escrito por Leopoldina Dias, datado em janeiro de 1913, Santos. O poema trata sobre o desabrochar de um amor e o fim triste do mesmo. Há também o poema "Versos de Pé Quebrado" escrito por Ignez do Amaral, que retrata as ilusões do amor. O poema de Amaral foi tão bem recebido que O Menelik a nomeia como colaboradora efetiva, como demonstrado acima. Apesar de serem "simples" poemas, eles são a expressão intelectual dessas mulheres negras, visto que elas não tinham um espaço maior nos editoriais dos jornais.

Há uma sessão especial dedicada especialmente as leitoras do jornal, respectivamente nos números 1 e 3. Essa sessão indica que o periódico se importava com a comunidade feminina que o acompanhava, fazendo valer-se de sua leitura.

«O Menelik», depois de passar quarenta dias sem o carinhoso afeto de vossas mãos delicadas - o berço gentil de sua alma, teve saudades de vós. E voltando novamente, aninhando-se ao lado da generosidade - beleza feminina, eil-o. Eil-o jurando que d'ora avante virá todos os primeiros Domingos de cada mês trazer-vos novidades das estrelas e espera ser recebido com os habituados e graciosos sorrisos de vossos lábios de rosa! Enquanto que o seu humilde redator atira aos vossos mimosos pés mil beijos de gratidão. (O Menelik, 01 de jan. 1916, n. 3, p. 1).

Na sessão intitulada em "Pelos Salões" é descrito que "*Foram eleitos no 15 de novembro as seguintes diretorias para reger-o durante o ano presente*" - "*Diretoria de Damas*" e uma sucessão de nomes de mulheres é posta, exercendo o cargo de presidentas, secretárias, tesoureiras e mais. Nesse mesmo número também é anunciado um chamado para um "concurso de beleza feminina". Os concursos de beleza em jornais da imprensa negra eram comuns e muito populares, em alguns exemplares, ao final de cada concurso eram realizadas festas em grêmios recreativos, para comemorar o sucesso do concurso e as vencedoras do mesmo. Esses concursos buscavam exaltar a beleza das mulheres negras da comunidade, precisamente das mais jovens, pois o anúncio do mesmo destinava-se a "moça mais bela".

## Getulino

Com circulação em Campinas, interior de São Paulo, o *Getulino* é produzido entre os anos de 1923 e 1926. Segundo o próprio jornal:

Foi a 29 de Julho do ano pretérito que se fundou entre nós o "Getulino." Há um ano que seus fundadores, cheios de entusiasmo pela ideia [...] - Emancipar moralmente seus irmãos, que outrora escravizados, embrutecidos, abjetos, não podiam dar cumprimento ao sublime imperativo da caridade bíblica [...] Bons sentimentos e melhores intenções guiavam esse **pugilo de bravos**: A ideia de serem úteis aos seus, dando-lhes propicias ocasiões de se desenvolverem intelectualmente, ofertando-lhes um pequeno jornal que agasalharia em suas colunas as lucubrações, os ensaios tímidos e os grandes surtos em todos os campos da ciência letras e artes, desta plêiade de homens pretos, que sob a honrosa folhagem da árvore da liberdade, engrandecem este solo abençoado [...] (Getulino, 20 de dez. 1924, n.64, p.1)

O nome do periódico foi uma homenagem a Luiz da Gama, pois esse era um pseudônimo do mesmo, sendo inclusive nome de uma obra literária dele próprio, *Primeiras Trovas Burlescas de Getulino* de 1859. Fora citado diversas vezes em periódicos da imprensa negra, sendo homenageado e lembrado pela classe de homens de cor; Lino Guedes – redator chefe de Getulino – por ser um grande admirador de Gama, publicou um ensaio sobre o abolicionista, *Luís Gama e sua individualidade literária*, de 1924 e também participou de uma campanha pela construção de uma "herma a Luiz da Gama" em 1928.

Diferente de outros periódicos da época, o Getulino teve um número estável de publicações. Seu primeiro ano em 1923 contém 23 números, e o ano de 1924 possui 64; houve uma interrupção em 1925, retornando em 1926 com apenas um número. Muitos assuntos eram abordados no periódico, entre eles estava a denúncia contra o preconceito racial, a integração à nacionalidade brasileira, a educação e o trabalho. Sobre os assuntos abordados, vemos novamente que em *Getulino* é possível identificar o viés reivindicatório que Gilmar Luiz de Carvalho (2009) indica em sua tese de mestrado, já citada anteriormente, onde as demandas relativas à comunidade negra são abordadas mais explicitamente, além de dar ênfase ao preconceito e a discriminação racial sofrida.

No ano de seu aparecimento em 1923, Getulino coloca-se responsável por um Concurso de Beleza, onde dos números 2 ao 10 acompanhamos a quantidade de votos que as participantes recebem, e também descobrimos o que as mesmas, caso alcancem o primeiro, segundo e terceiro lugar, receberiam como prêmio. Esses prêmios são oferecidos pelos principais anunciantes de Getulino, um barrete pela Casa Gerin, um porta joias e um calendário artístico pela Casa Genoud, um vidro de extrato da Casa Mousinho e um Colar Camafeu da Casa Iracema.

No número 11 do folhetim, o concurso anuncia sua vencedora: em primeiro lugar, Laís de Moraes com 1755 votos; em segundo, Alice de Campos com 1456; e em terceiro, Luiza Andrade com 1260 votos. Com o concurso encerrado, no folhetim de número 12, fotos das participantes dos três primeiros lugares e outras que tiveram um número considerável de votos estampam as páginas do jornal. Um baile em comemoração ao sucesso e as vencedoras do concurso é realizado, exemplificado nos números 13, 14 e 15 do periódico. Como exposto anteriormente os concursos de beleza visavam exaltar a beleza das mulheres negras da comunidade, e em sua maioria apenas moças jovens

participavam. Analisando as fotos das ganhadoras e das que obtiveram bons números de votos em Getulino, todas as mulheres estavam em certos padrões de beleza; eram magras, altas, jovens e se vestiam com decoro. Mas apesar de seguirem alguns padrões impostos a muitas mulheres, as participantes fugiam do principal esperado pela sociedade da época: não eram brancas. A importância do concurso se dá em demonstrar que há beleza dentro da comunidade negra, que essas mulheres possuíam seus dons de encantamento e que mesmo não sendo brancas, podiam ser lindas, educadas e inteligentes. Assim, os estereótipos empregados as mulheres negras (raivosas, feias, mal-educadas) eram minimamente abalados com a ajuda desses concursos.

Alguns artigos, poemas e apontamentos presentes na folha são escritos por mulheres. Um deles está presente no número 5, o poema “Luz e liberdade” assinado pela professora Maria Augusta dos Santos. O pequeno texto aborda a intelectualidade, a cultura e a educação como meio de exaltação da classe negra. Outro escrito da professora é encontrado no número 7 e chamava-se “Pelo progresso feminino”. Nele cita-se a pátria e as funções da mulher na sociedade que, segundo a autora, deveria ser uma boa mãe, que se sacrifica por seu filho, para que ele pudesse crescer e tornar-se um homem de bem, patriota, que caminhará em busca do progresso e da paz. Esse poema expressa como as mulheres negras eram vistas na sociedade paulista, a base central na vida de um homem, é aquela que educa, que cuida, que se casa. A mulher negra era vista como a responsável por toda uma estrutura, mantém o futuro “possível” ao cuidar de seus filhos e maridos.

Em diversos números do jornal campineiro são encontradas colunas, sem nome ou qualquer tipo de assinatura, onde se revelam casos de preconceito racial sofridos pela comunidade negra ou até mesmo lembretes diários de como a pessoa negra deve comportar-se diante da sociedade. Em específico, alguns números merecem destaque, como o exposto abaixo que denuncia alguns jornais da imprensa comum e anúncios policiais que utilizam de palavras atenuadas para noticiar casos relacionados às pessoas negras:

Lendo acatados jornais, não só daqui como de quase todo o Brasil, depreendemos que os trinta milhões de habitantes brancos que habitavam esse formoso torrão, iluminado pelo Cruzeiro do Sul, em sua totalidade não são nacionais. Porque? Indagarão surpresos os nossos leitores. É desejo dos noticiaristas e do escrevente policial, que sem cerimônia escrevem: "O nacional Fulano de tal, foi atropelado pelo auto;" "Beltrana e Siorana, nacionais, por motivos superfinos desavieram-se de razões, etc. etc. Com guia da polícia foi internado na Santa Casa o nacional Y" Não seria mais bonito, para não dar ideia de que predomina ainda alguma coisa do triste período porque passou o nosso

País, que foi o da escravidão, que se substituindo a palavra nacional por preto?  
(Getulino, 23 de set. 1923: n. 9, p. 1. grifo nosso)

De acordo com Reis (2017), a imprensa comum mantinha em seus jornais notícias sensacionalistas sobre a comunidade negra, fazendo com que imagens preconceituosas fossem relacionadas a classe. Esse comportamento era originário do período escravocrata, um exemplo é o jornal A Província de São Paulo criado em 1875, que mais tarde em 1880, torna-se o Estado de São Paulo (Estadão). Até 1884 o periódico ainda publicava anúncios de vendas e leilões de escravizados, além de denunciar escravizados fugitivos (SILVA, 2017: 306-311).

Em outros números do jornal há uma denúncia frequente sobre a violência policial proferida contra mulheres negras moradoras de um cortiço localizado no bairro do “Frontão”. Nesse trecho de Getulino, podemos notar a distinção que a polícia encarregada de lidar com as mulheres do cortiço fazem entre negras e brancas; persistindo assim, uma perseguição exclusiva às mulheres negras.

Aplaudimos com desassombro toda e qualquer ação da Polícia, mormente quando vem ela concorrer para o progresso de nossa terra. O mesmo apoio dispensado nas anteriores campanhas não podemos emprestar á que ultimamente iniciou a Polícia, contra as "pretas desocupas" (?) que foram "guindadas" pelos "diversos agentes que percorreram vários cortiços, no bairro do Frontão, prendendo as mulheres ali residentes que se ocupavam em nada fazer! Cremos que a intenção da Autoridade não é melindrar quem quer que seja quando se trata de estabelecer a ordem... Mas... segundo o noticiário dos jornais, parece que, unicamente por elas ser pretas, morar em cortiço e não ter ocupação, (o que não é verdade) é que lhes movem guerra. Conhecemos muitas brancas que também residem em cortiço e sem ocupação porque não se obriga a essas que procurem emprego? Para não parecer exclusivismo, perseguição mesmo seria digno de louvores se a Polícia fornecesse a imprensa uma nota com este sub-título: "A polícia está agindo contra o mulherio desocupado". (Getulino, 4 de nov. 1924: n. 15, p. 2. grifo nosso).

A denúncia permanece sendo exposta, mas nesse trecho abaixo a falta de oportunidades de emprego para mulheres negras também é apontada, visto que, os anúncios dos jornais sobre essas vagas, apareciam com o aviso: “prefere-se branca”; fazendo com que essas mulheres fossem tidas como desocupadas. Segundo Oliveira e Pimenta (2016) esse tipo de anúncio estava constantemente presente na imprensa comum e contribuíram para a manutenção de uma mentalidade preconceituosa contra a



população negra. Analisando *O Correio Paulistano* fundado em 1854 e *O Estado de S. Paulo* de 1890, é possível encontrar alguns anúncios onde claramente explicita-se “prefere-se branca”; “prefere-se estrangeira”; referindo-se a candidatas ao trabalho doméstico.

Voltamos ainda hoje a defender as nossas irmãs de cor, injustamente acoimados de vagabundas desocupadas, quando os tais anúncios inibitórios dos jornais terminados com aquela "ladainha" - Prefere-se branca - as impossibilitam procurar serviço... E grande e geral mesmo, a grita de falta de pagamento, criada, copeira e cozinheira, não só em Campinas, como em todo o interior, as quais vão para S. Paulo, onde seus afadigosos serviços são bem remunerados, gozando estas da regalia de aos domingos e feriados fazer uma só refeição tendo portanto tempo de cuidar de seus pobres, mas honestos lares... Si Campinas e todas as cidades que lutam com a falta de empregadas, adotarem o uso da Capital, cessa [...] (Getulino, 25 de nov. 1923: n. 18, p.1)

Nesse trecho é possível observar que o autor ou a autora da coluna considerava a capital de São Paulo um local com menos chances de algo parecido acontecer. Isso é visto em outros números do periódico, segundo consta no número 20 de 9 de dezembro de 1923, a *Light and Power* – conhecida como *Light São Paulo*, era a empresa responsável pela geração e distribuição de energia elétrica e transporte público por bondes na capital paulista – havia dispensado todos os seus funcionários estrangeiros devido a inúmeras greves e contratado apenas pessoas negras para o serviço. Essa atitude fez com que a comunidade negra campineira acreditasse que em São Paulo o preconceito racial era combatido e as oportunidades de emprego eram as mesmas.

Por outro lado, em 21 de setembro de 1924 no número 53 do jornal campineiro, *Benedicto Florencio* em seu texto “Os pretos em São Paulo” denuncia a capital paulista. A partir de uma carta assinada por *Bernardo Vianna*, a denúncia explica que o mesmo não consegue emprego na capital por ser preto, mesmo que chegue primeiro que os demais candidatos à vaga. Outras edições são feitas por *Florencio*, abordando a vida da comunidade negra na capital.

Há também no jornal campineiro textos, poemas e outros, a fim de dizer às mulheres como devem comportar-se na sociedade. Um exemplo é o texto assinado por *J. Augusto Marques*, onde sugere que as mulheres não imitem os cabelos das artistas do cinema mudo, apelidado como “cabelos á bebé”:

[...] Isto de cabelos á bébé é muito bonito para artistas da cena muda, jovens que, pela influência do meio, bebem e fumam, praticando toda a sorte de desatinos que a sua carreira artística requer, mais nunca para uma moça que sonha com um ideal mais santo, com um futuro mais risonho o qual seja o de colaborar como esposa na escala descente!" [...] E fazendo esse apelo às minhas gentis patrícias, o torno extensivo às senhoritas da minha raça, digo, as senhoritas de cor, que, também levadas pela influência da moda, já começam a se apresentar com os seus cabelos cortados á bébé, querendo também imitar artistas de cinema... [...]

Nesse trecho podemos observar que J. Augusto Marques não se dirige apenas as mulheres negras, mas à toda a classe mulheril. Essa diferenciação ocorre com o uso da palavra “patrícias” e logo depois “senhoritas de cor”. As críticas aos cabelos, roupas ou jeitos femininos estavam interligadas com a função social que a mulher visava exercer na sociedade. Aquelas que usam os “cabelos á bébé” bebem e fumam, mas aquelas que querem “um futuro mais risonho” não podem deixar influenciar-se pelas “bébés”. Ou seja, essa padronização da aparência feminina é um controle social sobre as mulheres, pois as mesmas devem exercer a função social imposta, manter-se íntegras, tornar-se esposas e mães.

### Considerações Finais

Com a análise dos dois periódicos podemos nos colocar em algumas questões centrais: as mulheres negras estavam sim presentes nos jornais, mas essa presença em maioria se dá apenas em segundo plano. Essas mulheres negras não possuíam voz ativa dentro dos editoriais dos jornais, sendo apenas colocadas como colaboradoras, aparecendo esporadicamente em algumas colunas. Elas são sempre postas em representação, ou seja, é sempre o homem negro que fala por ela. São poucos os relatos em autorrepresentação, quando elas falam por si mesmas.

Além da diferenciação de época entre O Menelik e Getulino – pois ambos foram criados em tempos históricos diferentes –, há também uma significativa diferença na presença de mulheres negras nos dois periódicos. Em O Menelik elas são colocadas prioritariamente como objetos, isso porque são sempre retratadas como algo de alguém, seja mãe, filha ou esposa. As mulheres que conseguem expor suas ideias em algumas colunas do jornal paulista majoritariamente falam sobre amor ou desilusões com o mesmo. Não cabe a nós decidirmos se esse era um espaço benéfico ou não, mesmo que falando apenas sobre amor, até aquele momento esse era o espaço dado a elas. Essas

poesias e poemas são a expressão da intelectualidade de mulheres negras, dessa maneira sabemos que essas mulheres pensavam e perpassavam por diversas questões, além dos problemas relacionados ao preconceito racial existente. Já em Getulino a mulher alcança um espaço de maior aparição, consegue expor sua opinião sobre assuntos predominantemente discutidos por homens, como o futuro da comunidade negra no Brasil. Além disso alguns textos presentes no jornal campineiro colocam a mulher negra como o alicerce da família. É ela quem cuida de seus maridos e filhos, logo é ela que prepara um futuro melhor ao dedicar-se a eles, pois cabe a eles as melhorias da comunidade.

Um aspecto interessante ao tratarmos desses dois periódicos, são os seus respectivos cabeçalhos: “Orgam mensal, noticioso, literário e critico dedicado aos homens de cor” encontrado no primeiro número de O Menelik, datado em 17 de outubro de 1915; e “Orgam para a defesa dos interesses dos homens pretos” cabeçalho de Getulino em 05 de agosto de 1923. Isso demonstra que os editores dos jornais estavam dispostos a exercer função exclusiva para os homens negros, mesmo que as mulheres também fossem leitoras dos jornais, a primeira vista e em primeiro momento o que se percebe é que a “elite” negra paulista não incluía as mulheres negras nesse espaço. Essa “elite” negra paulistana, não acontecia de forma econômica, mas sim por meio da educação e da escolaridade, estavam presentes nos jornais e desejavam ser vistos de uma maneira melhor por possuírem escolaridade. Nesses jornais era sempre colocado que os homens negros deveriam educar-se, enquanto as mulheres negras deveriam casar, ter filhos e cuidar da família.

Aqui podemos entender que esses “conselhos” dados às mulheres negras dedica-se a grupos sociais diferenciados, visto que para muitas o trabalho era a única opção de sustento da família e por isso acabaram sendo maioria no trabalho doméstico. Então, essa função de alicerce da família colocada sobre as mulheres negras ocorria por dois lados: permanecer em casa e cuidar de maridos e filhos, ou trabalhar e contribuir/ser a renda da família. Por isso, aquelas que – mesmo em minoria –, apareciam nos jornais como colaboradoras possivelmente pertenciam a uma camada social mais favorecida, que conseguiu estudar, em relação àquelas que precisavam trabalhar para sustentar a si e os seus. Mas entendemos que mesmo trabalhando, a mulher negra deveria seguir com algumas questões impostas, como o modo de vestir-se, comportar-se e deveria também almejar um futuro familiar.

Assim sendo, as mulheres negras tiveram pouco espaço na Imprensa Negra Paulista, foram apenas colocadas como colaboradoras, vistas apenas como tema-objeto, aquela que deveria ser enaltecida a partir da visão do outro e não de si mesma. Apesar do espaço pequeno, tudo que as mulheres negras escreveram nesses jornais têm sua significação, pois trata-se do entendimento, de suas palavras em assuntos que julgaram importantes para serem expostos. As mulheres negras no pós-abolição permaneciam como suas ancestrais, buscando meios de sobrevivência, seja pelo trabalho ou pela educação, sendo criticadas ou defendidas pelos homens negros, correspondendo ou não às expectativas impostas. Essas mulheres continuaram a exercer função primordial na luta de emancipação e liberdade de pessoas negras, mesmo que nos jornais da Imprensa Negra Paulista sua voz não tenha sido ouvida com tanto afinco.

### Referências

- BORTONCELLO, Sara Carolina Noce. **Gênero, Cor e Classe: a invisibilidade da mulher no Pós-abolição**. In: HISTÓRIA E DEMOCRACIA: PRECISAMOS FALAR SOBRE ISSO, 24., 2018, Guarulhos. Anais do XXIV Encontro Estadual de História – ANPUH-SP. Guarulhos, 2018.
- CARVALHO, Gilmar Luiz de. **A Imprensa Negra Paulista entre 1915 e 1937: características, mudanças e permanências**. Dissertação de Mestrado em História Econômica. São Paulo: FFLCH/USP, 2009.
- COSTA, Emília Viotti da. **A Abolição**. 9.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- DOMINGUES, Petrônio. **Os clubes e bailes blacks de São Paulo no pós-abolição: notas de pesquisa**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Lino Guedes: de filho de ex-escravo à "Elite de Cor"**. Bahia, Salvador: Afro - Ásia, n° 41, 2010.
- FERRARA, Miriam Nicolau. **A imprensa negra paulista (1915-1963)**. Dissertação de Mestrado em Sociologia. São Paulo: FFLCH/USP, 1986.
- FERNANDES, Florestan, 1920-1995. **A integração do negro na sociedade de classes: O legado da "raça branca"**. 5. ed. vol. 1. - São Paulo: Globo, 2008.
- GOMES, Flávio dos Santos. **Negros e política (1888-1937)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Mulher, corpo e maternidade**. In: Vários Autores, SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.), GOMES, Flávio dos Santos (org.).

**Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

MARQUES, Alexandre Kohlrausch. **Etiópia: Um Símbolo de Africanidade.** Pernambuco, Petrolina: Historien, n° 4, out/abr. 2011.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro.** São Paulo: Editora Ática, 1988.

OLIVEIRA, Kelly Cristina de; PIMENTA, Sonia Maria de Oliveira. **O racismo nos anúncios de emprego do século XX. Linguagem em (Dis)curso.** LemD, Tubarão, SC, v. 16, n. 3, p. 381-399, set./dez. 2016.

PEREIRA, Bergman de Paula. **O desenvolvimento do trabalho doméstico a partir da legislação trabalhista do Estado Novo.** In: TRABALHO, CULTURA E MEMÓRIA, 21., 2012. Campinas. Anais do XXI Encontro Estadual de História – ANPUH-SP. Campinas, 2012.

REIS, Ruan Levy Andrade. **Letras de fogo, barreiras de lenha - A Produção Intelectual Negra Paulista em Movimento (1915-1931).** Dissertação de Mestrado em História Social. São Paulo: FFLCH/USP, 2017.

\_\_\_\_\_. **"A quem me compreender" - A produção poética feminina nas páginas da Imprensa Negra Paulista (1915-1930).** Sobral, Ceará: Revista Historiar. Vol. 10, n° 8, jan/jun. 2018.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Nem Tudo Era Italiano - São Paulo e pobreza (1890-1915) - 2.ed.** São Paulo: Anablume Editora e Comunicação / FAPESP, 2003.

SANTOS, Rafael Fizon Eugenio dos. **A África na Imprensa Negra Paulista (1923-1937).** Dissertação de Mestrado em História. Niterói: ICHF/UFF: 2012.

SILVA, Lúcia Helena Oliveira; XAVIER, Regina Célia Lima. **Historicizando o Associativismo Negro: Contribuições e Caminhos da Historiografia.** Florianópolis: Revista Mundos do Trabalho, vol. 11, 2019.

SILVA, Juremir Machado da. **Raízes do conservadorismo brasileiro: a abolição na imprensa e no imaginário social.** 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro;** tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

## Virgens, prostitutas e as simbologias do corpo (Espírito Santo/ES, 2021)

Davi Santos Barros  
Universidade Federal do Espírito Santo  
davisantosbl8@gmail.com

O presente trabalho tem o objetivo de pensar o feminino na história, em que buscamos analisar a diversidade e a multiplicidade da sociedade romana, com as diferentes formas de percepção do corpo. Ao abordar uma discussão de relevância em termos de pesquisas historiográficas, é apresentado um eixo discursivo sobre a presença do feminino ao longo do tempo, especialmente na Roma Antiga. Em termos específicos, nosso propósito foi apresentar uma descrição e trajetória sobre como foram realizados os estudos acerca da mulher na Antiguidade, as características básicas do ofício da prostituição, as Vestais Virgens de Roma e os padrões de beleza cultuados pela sociedade, principalmente nas fontes de Catulo e Ovídio. Nesse sentido, abordaremos a questão da construção de uma literatura e como era idealizado o comportamento feminino. Como aporte teórico-metodológico, serão utilizadas duas autoras fundamentais para o entendimento, Danieli (2013), em *De virgens às prostitutas: a diversidade das representações do feminino na literatura trajânica* e Lourdes (1993), em sua obra, *Mulher, amor e desejo, segundo a literatura amorosa do Alto Império*.

**Palavras-chave:** Historiografia. Roma Antiga. Prostitutas. Virgens.

### INTRODUÇÃO

O objetivo do artigo é apresentar um levantamento historiográfico sobre a temática das virgens, principalmente as Vestais, as prostitutas e as simbologias do corpo feminino na Roma Antiga. Trata-se do fruto de um seminário relativo ao Corpo, Sexo e Poder nas sociedades clássicas e com desenvolvimento de um futuro projeto acerca da religião romana e sua relação com o controle e manipulação dos corpos, dado que há uma

profunda inter-relação estabelecida entre a Antiguidade, as crenças religiosas e as instituições políticas, sociais e domésticas. Sendo assim, o ponto desse estudo visa partir de como o enfoque religioso alcançar repercussão nos demais âmbitos da vida romana, bem como a divulgação de trabalhos referentes a este tema.

Esta produção mostra-se dinâmica, com aportes metodológicos diferentes e com um foco para o debate historiográfico. Os artigos base e ponto de partida são o de Danieli Menitti intitulado *De virgens às prostitutas: a diversidade das representações do feminino na literatura trajânica*, publicado em 2013, e Lourdes Feitosa em sua obra, *Mulher, amor e desejo, segundo a literatura amorosa do Alto Império*, do ano de 1993.

Previamente, apresento uma descrição e trajetória sobre como foram realizados os estudos acerca do feminino na Antiguidade, bem como as características básicas do ofício da prostituição e as mulheres, as Vestais Virgens de Roma, sacerdotisas do culto à deusa Vesta, e os padrões de beleza tão cultuados pela sociedade da época.

## ESTUDOS SOBRE O FEMININO NA ANTIGUIDADE

É preciso entender que escrever sobre a História das Mulheres é uma tarefa difícil, dado que, temporalmente, a historiografia voltou-se a estudar e dar foco a questões relacionadas à economia ou política, assim como os grandes personagens históricos, em sua maioria homens. Foi com o advento da corrente historiográfica denominada Escola dos Annales, no contexto da História Nova ou Nova História Cultural, que novas temáticas foram abordadas no ato de pesquisar-se a História. Neste ínterim, a Teoria Crítica Marxista, as Epistemologias feministas, a Psicanálise e o Pós-Modernismo, são outros exemplos que permitiram a formação de novas abordagens e, principalmente, influenciaram novos temas e ferramentas para se escrever história, fazendo com que mais pesquisas sobre as mulheres sejam feitas. É a partir do Annales que podemos falar de uma interdisciplinaridade entre a História e os demais campos da ciência. Foi uma renovação no fazer historiográfico.

Até por volta de 1960, a historiografia, de certa forma, negligenciava a figura feminina, ou seja, colocavam outros assuntos como mais importantes, visto que os interesses daquele período estavam voltados para o estudo de guerras e espaços políticos. Em vista disso, nesses ambientes as mulheres eram excluídas e raramente detinham

participação política, embora existissem exceções, como Cleópatra, Livia ou Penélope, mulheres mais célebres. Mesmo que existam pesquisas sobre essas mulheres contamos com uma metodologia de análise voltada não para suas importâncias individuais ou seus feitos, mas sim devido à sua relação com algum homem poderoso. Entretanto, com o passar das décadas, entre 1960 e 1980, devido à renovação promovida pelos Annales, os estudos feministas ganham espaço. Esses esclarecem o que aconteceu, paulatina e gradualmente, quem eram e quais atividades ou papéis sociais eram desempenhados pelas mulheres no corpo social e o contexto em que estavam inseridas (MENITTI, 2013, p. 02), bem como a influência e a participação nos lugares de poder e prestígio.

Para compreender a análise da diversidade de possibilidades para a construção de perfis femininos é preciso diferenciar e buscar compreender concepções e o funcionamento das esferas do público e do privado na sociedade romana e as relações articuladas entre essas duas esferas, visto que entender como se configuram essas duas esferas da vida, em Roma, são importantes para compreender a posição e o lugar ocupado pelas mulheres.

Consoante Danieli Mennitti em *De virgens às prostitutas: a diversidade das representações do feminino na literatura trajânica*, compreende que não existe uma “hierarquização de importância” entre essas esferas, pois é uma divisão flexível, maleável e interdependente (2013, p. 03). Sendo assim, a autora conclui que as mulheres embora tenham sido deixadas apenas a estudos e discursos reservados ao privado, também tiveram importante participação em outros espaços públicos.

As mulheres de uma estamento mais baixo, seja ela livre, liberta ou até mesmo escrava, podiam trabalhar como empregadas domésticas, damas de companhia, serem vendidas como prostituta ou escravas. Do mesmo modo, podiam trabalhar como cabeleireira, costureira, tecelã, perfumista, secretária, junto ao seu marido, ou poderiam trabalhar nos bordéis e tabernas pela cidade, servindo aos homens, cantando, dançando, atuando, como a Cytheris, amante de Marco Antônio, que jantou com Cícero em uma ocasião. Outros empregos são os de ama de leite, parteira, embora não adquirisse estatuto social por isso (BERALTO, 2019, p. 164).

Ou seja, a mulher romana, independentemente de sua condição social e o que fazia, não ficava apenas restrita às suas casas, mas também possuía uma vida ativa no



corpo social romano. Um exemplo da esfera privada pode ser visto com as mulheres mais ricas, que tinham como principal trabalho administrar o lar, as propriedades, seus escravos e receber convidados. Destarte, apesar de que, por direito, não tivesse voz, a mulher mais rica exercia alguma influência na política no âmbito privado. Essa era obrigada, legalmente, a ter alguém que defendesse os seus interesses, mas há relatos de que havia mulheres que administravam suas próprias finanças, possuía negócios, propriedades, por razão da morte do patriarca ou era divorciada. Há também as solteiras que podiam participar como atletas nos jogos e a possibilidade de frequentar academias, onde lutava como os gladiadores (BERALTO, 2019, p. 164).

Já um exemplo na esfera pública pode ser constatado na própria religião romana, o do culto à deusa Vesta, um dos cultos mais antigos de Roma, sendo unicamente feminino. O Aristófanes tem várias obras e peças sobre a participação feminina colocando-as como protagonistas, como *Lisístrata*, *As tesmoforiantes* e *Assembleia de Mulheres*. Assim, as Vestais, aquelas que cultuavam essa deusa, eram fundamentais nos ritos religiosos durante todo o calendário cívico, possuindo um lugar de destaque nas instituições religiosas e políticas, mas ainda assim, tendo que se “enquadrar em certos ideais de virtude, honra e moral, dada a sua posição diante da sociedade romana” (MENITTI, 2013, p. 04).

## O CULTO A DEUSA VESTA E AS VIRGENS

Na Roma Antiga, as Vestais eram sacerdotisas que cultuavam a deusa romana Vesta. Exclusivamente feminino, elas serviam por um período de 30 anos e durante esse tempo de sacerdócio deveriam se manter virgens e preservar a castidade, visto que, por serem considerados símbolos de pureza, qualquer forma de ir contra a esses valores era visto como um sacrilégio aos deuses romanos que cultuavam e a sociedade de um geral. O processo de seleção, era chamado *captio* e comandado pelo *pontifex maximus*, em que diversas eram as exigências para se tornar uma virgem Vestal, posto que os critérios variavam em apenas admitir meninas de 6 a 10 anos, sem qualquer categoria de deficiência física ou mental. Tanto que existem escritos que dizem que era um sacrilégio tornar vestal alguma mulher que fosse gaga ou tivesse algum grau de surdez. Em vista disso, no início dessa prática aceitavam-se apenas meninas de origem mais rica, ou seja, patrícias, mas

com o tempo isso mudou. Ao concluir o ritual, a menina escolhida, dentre as 20, conseguia sua emancipação do poder de seu pai, o *patria potestas*, mas a partir de agora era responsabilidade do *pontifex maximus*. Destarte, um novo estatuto jurídico vigorava sob a jovem, dado que ela não mais estaria unida legalmente a sua família romana, mas sim ao Estado e, conseqüentemente, a Roma. Ademais, a candidata selecionada a ser uma nova vestal era levada até a Casa das Vestais, conhecida como *atrium vestae*, um palácio de 3 andares e 50 cômodos, e só depois encaminhada e confiada no Colégio de Pontífices, o *Collegium Pontificum*, local dos membros mais altos do sacerdócio da religião romana.

Essas mulheres estavam ligadas diretamente à cidade de Roma, pois sua principal função era manter sempre aceso o fogo sagrado do Templo de Vesta, que indica a permanência de *Urbs* e do modo de vida, ou seja, deixar o fogo se apagar equivale a deixar o Império Romano sofrer a raiva dos deuses romanos. Sendo assim, sua função era extremamente importante e relevante para a continuidade da vida, tanto que o templo foi considerado o “lar sagrado da cidade” (*Vesta quasi focus urbis*) por Cícero e, também pelo autor, esclarece que possuem a função de proteger a chama inextinguível do lar público (*Virgines Vestales custodiunt ignem foci publici sempiternum*).

Consoante a mitologia, a deusa do fogo doméstico Vesta era irmã de Juno e Ceres, e a terceira filha de Saturno. Mesmo muito cortejada entre Apolo e Netuno, ela foi a única irmã que não se rendeu ao matrimônio, mantendo-se, portanto, casta e sedentária no Olimpo. Sua imagem e figura é representado pelas chamas do fogo e cultuada em meados de junho com coroas de flores e anos, animais sagrados que lhes eram dedicados, pois, há um mito, contado por Ovídio, de que foram os barulhos de um asno que a teriam salvado de um estupro, que romperia sua virgindade.

*De iuris pontificii*, livro de Caio Fábio Pictor, o mais antigo historiador romano que viveu por volta de 210 a.C., há por escrito as palavras reproduzidas por Aulo Gélio, um jurista, escritor e gramático latino, que o Pontífice Máximo deveria pronunciar ao consagrar uma jovem à (Vesta):

*Sacerdotem Vestalem quae sacra faciat, quae ius siet sacerdotem vestalem facere, pro Populo Romano quirilibus, uti quae optuma lege fuit, ita te, amata, capio.*

Eu te escolho, amada, como uma sacerdotisa Vestal, para cumprir os ritos sagrados. E assim a faço sacerdotisa vestal por direito, como que

assim escolhida por uma máxima lei, no interesse do povo Romano do Quirites.

Cabe ressaltar, então, que a virgindade e a castidade eram consideradas essenciais para as mulheres romanas e, particularmente, para as virgens vestais, pois quando uma vestal cometia uma infração ao seu voto ela era julgada com a pena máxima: a morte, pois se trata de um delito sexual de violação das obrigações religiosas. Em detrimento a essa pena haviam duas formas de aplicação, seja por decapitação ou o sepultamento vivo, onde a sacerdotisa vestal era enterrada viva, com um pedaço de alimento, geralmente pão, um pouco de água para beber, leite e óleo.

## A PROSTITUIÇÃO

Outro lado que diz respeito das mulheres romanas e suas posições no corpo social da Roma Antiga é a questão da prostituição, em que essa função entra no rol de profissões “absolutamente desprovidas de qualquer honra, assim como o eram também, por exemplo, os atores e gladiadores” (MENNITTI, 2013, p. 04).

A prostituição era legal, licenciada e chegou em um nível onde as prostitutas pagavam impostos sob os seus ganhos, sendo assim, era regulamentada até um determinado ponto devido aos motivos morais e de valores da época. Isso tudo para render alguns lucros, visto que elas eram registradas com os *edis*, magistrado que fazia a inspeção de bens e serviços públicos em Roma, onde ela dava seu nome, idade, local onde nascimento, e o nome utilizado quando ia para a prostituição, dado não ser utilizado o nome verdadeiro. Cabe ressaltar que, o oficial que cuidava da inspeção procurava influenciar a mulher a não entrar no ramo, quando ela era jovem. A *licentia stupri*, também conhecida como a “licença para a devassidão”, registrava o seu preço, favores e seu pseudônimo, que não poderia ser retirado.

Tanto que elas deveriam usar uma vestimenta diferente, geralmente algo mais florido ou transparente, visando se diferenciar e distanciar da imagem das outras mulheres, pois a prostituição, embora aceite, em simultâneo, era tida como vergonhosa. A maioria das prostitutas eram escravas, ex-escravas, ou livres por nascimento que estavam preteridas a esse *status*. Nesse sentido, não dispunham de uma posição social

gloriosa e proteções que eram dadas aos outros cidadãos sob a lei de Roma. Outrossim, até mesmo os homens de alto *status* social não eram impedidos de se relacionar com as prostitutas, livres para esse feito sem uma reprovação moral, porém deveriam ter moderação.

Com o título de “rainha das prostitutas imperiais”, Messalina, a imperatriz de Cláudio, receber essa titulação, pois ela, durante a noite e enquanto seu marido dormia, escapava da cama para visitar um bordel. Há fontes, como do autor Plínio, que relata a ocorrida “orgia épica”, onde Messalina desafiou uma veterana prostituta para uma maratona sexual de 24 horas e, por fim, a mulher de Cláudio foi vitoriosa após 25 homens de desafio, destacando a importância e destaque do lugar que o sexo e a prostituição ocupava na vida social romana.

No âmbito religioso, a prostituição também ocupava um papel central, principalmente no mês de abril, pois as mulheres participavam da cerimônia em homenagem e honra a Vênus. Nesse momento, as prostitutas e outras mulheres, como as casadas, estavam juntas no ritual de purificação e culto a *Fortuna Virilis*. Em 27 de abril, a deusa Flora era honrada e caracterizada pela realização de danças de cunho erótico efetuado por mulheres prostitutas, na frente de todo o público.

A Literatura da época fez referência frequente às prostitutas, sendo um exemplo os poemas e textos de Catulo e Ovídio que fornecem visões sobre elas, em *Poesias* e *Os Amores*, e *a Arte de Amar*, dos respectivos autores. Ademais, os bordéis também são conhecidos a partir de fontes literárias e mais ainda por evidências arqueológicas, sendo geralmente descritos como extremamente sujos, com um cheiro característico de ambientes com pouca ventilação e com fumaça.

## O PADRÃO DE BELEZA FEMININO

O padrão de beleza da época, o conceito ético de comportamento e a idealização da imagem feminina são temas recorrentes nas obras de Catulo e Ovídio: *Poesias*, *Os Amores* e em *A Arte de Amar*. Esses moldes seguem os valores aristocráticos, grupo social ao qual pertencem, e serviram como base para uma análise da concepção de feminilidade. São

poucos os registros da época escritos propriamente por mulheres, obras principalmente publicadas, sendo então a maioria escrita por homens que pertencentes à aristocracia romana. Então, as concepções apresentadas representavam o conceito de feminilidade e o papel que essas mulheres deveriam ocupar na sociedade, “segundo a ótica de homens pertencentes a um grupo rico detentor do poder” (FEITOSA, 1993, p.125). Catulo define que o padrão feminino deveria preservar e ter:

Estatura alta (86, 2, 115); loira cabeleira (64, 63, 72); olhos negros (43, 2, 36); nariz pequeno (43, 1, 36); língua elegante (43, 3, 36); dedos compridos (43, 2, 36); seios rosados (64, 64, 72); braços lisos (64, 332, 85) e membros nêveos (64, 364, 87). (FEITOSA, 1993, p. 125)

Além disso, não é apenas a beleza física que deve ser valorizada, mas também os comportamentos, conforme o lugar ocupado por elas no corpo social romano. Já para Ovídio, o conceito de beleza feminina é com:

Cabelos longos (A, 3, 3, 273), fino e loiro (A, 3, 1 O, 401), rosto nêveo (AA, 1, 3, 259), nêveos braços e selos (A, 2, 16, 343), nêvea mão (A, 2, 11, 330), talhe alto e perfeito (A, 2, 4, 303), cintura gentil, coxa refeita, juvenil (A, 1, 5, 246), roliça (A, 3, 7, 387), curvas mimosas (A, 1, 4; 242). (FEITOSA, 1993, p. 127)

Possuir elegância discreta (AA, 3, 98), saber ler poesias (AA, 3, 1 05), fazer voz melodiosa (AA, 3, 1 04), tocar e dançar (AA, 3, 105 e 1 08), praticar mil jogos (AA, 3, 108), dominar-se e ser alegre (AA, 3, 114). (FEITOSA, 1993, p. 128)

## OS POEMAS DE CATULO

Catulo define e discorre sobre diversas categorias de mulheres, como as virgens, prostitutas, as amantes e as mulheres casadas. Para ele, a mulher nos preparativos para se casar, nessa sociedade, precisa ter primeiro uma boa moral, e isso significa comportar-se de maneira recatada e pura, portanto, “a virgem, enquanto permanece pura é querida dos seus; mas quando seu corpo poluído perdeu a casta flor, já não é agradável aos rapazes e querida das raparigas” (FEITOSA, 1993, p. 126). A sociedade esperava que essa menina mantivesse sua castidade e, conseqüentemente, sua reputação para o casamento. Sendo

assim, a virgindade e a pureza sexual eram qualidades valorizadas, não só para as virgens vestais, mas consideradas vitais para a estabilidade da família e também do Estado Romano.

Quando casada, a mulher deve incorporar normas e comportamentos definidos socialmente para ser considerada uma boa esposa, em que está inserido que deve respeitar e obedecer ao seu marido assim como os seus pais. Ainda nisso, o papel importante e primordial da esposa é a procriação, sendo ser através dela que sairão os descendentes responsáveis pela continuidade de sua família, pois “sem ti nenhuma casa pode dar filhos nem se apoiar o pai na sua prole” (FEITOSA, 1993, p. 126). Uma vez na condição de casadas as mulheres daquela época não deviam esperar nenhum prazer do ato sexual, pois seu papel era procriar. Deveriam ser fiéis ao seu marido e aceitar a infidelidade deles, porque, no caso dos homens, isso seria uma prova de virilidade. Isso porque, os solteiros ou casados tinham liberdade para fazer sexo com prostitutas, dançarinas e até com outros homens, com a condição de que eles penetrassem o outro, e não o contrário. Ademais, o ato de penetrar deveria seguir a ordem social, o estamento, do cidadão romano. Quanto maior o seu estamento mais ativo o cidadão deveria ser.

Como dito, à medida que uma menina crescia ela era preparada e educada para servir primeiro ao seu pai e depois ao seu marido. O pai negociava o futuro casamento, cabendo ressaltar que um homem mais velho daria à moça uma segurança de vida, ou seja, estabilidade nos negócios. As meninas mais ricas poderiam ser educadas na arte, na dança, ensinadas a comandar a casa, administrar os escravos e cuidar do orçamento familiar. Um ponto existente numa relação considerada legítima e amplamente aceita é o sinal de compromisso, estabelecido entre o casal, o que era muito diferente da relação de um homem com uma prostituta. Nesta relação, com a profissional do sexo ou da dança, Catulo diz que não se pode estabelecer pactos e alianças, pois a prostituta “com suas ofertas inúteis e desonestas” é “aquela que vedes andar com descaramento” (FEITOSA, 1993, p. 127). Colocada então como um “ser sórdido que busca apenas o seu interesse pessoal e, principalmente, que se vende” (FEITOSA, 1993, p. 127).

Portanto, essas pontuações concretizadas pelo autor, referente ao casamento arranjado, a virgindade e a fidelidade são idealizadas unicamente para mulher, sendo assim, nota-se que as condições que elas viviam estavam pautadas num conjunto de

comportamentos no íterim do que era considerado valor e ética na sociedade. Era um imaginário discursivo masculino destinado à conduta feminina, em que vemos acima os interesses da aristocracia romana, preocupada em se beneficiar dessas normas, como em fazer do casamento um grande acordo econômico, que se estabelece, por exemplo, seus herdeiros e garantia, por fim, a continuidade do seu poder.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diversos são os autores fundamentais para compreender a temática das mulheres romanas e foram importantes para a historiografia. Jérôme Carcopino, estuda desde a esfera da vida privada dos romanos até as questões do cotidiano, em que ele associa o espaço doméstico como pertencente unicamente às mulheres, em que ambos sejam vistos e unidos de maneira intrínseca (MENITTI, 2013, p. 06). Já o trabalho de Finley, *As Mulheres Silenciosas de Roma*, de 1990, deu foco a escassez de documentos feitos e publicados pelas próprias mulheres, o que conseqüentemente resultou numa barreira para estudá-las. Nesse viés, esse apagamento feminino na historiografia acaba reafirmando diversas concepções masculinas acerca da condição feminina, sempre numa condição posição de inferiorizada e submissa aos homens.

Outro estudo é o ensaio de Paul Veyne, da coleção *A História da Vida Privada*, também de 1990, em que, consoante o autor, para que a mulher alcançasse uma “condição de menor submissão e dependência, era necessário então haver “quebras” ou “furos” na organização e estruturas sociais” (MENNITTI, 2013, p. 07). Na obra de Eva Cantarella, *Pandora’s Daughters — The Role & Status of women in Greek & Roman Antiquity* (1989), aborda-se uma temática diversa. O conteúdo da obra se debruça sobre as mulheres que confrontavam o sistema vigente e discordavam da situação, enquanto buscavam fazer ações e atitudes para que tudo o que viviam mudasse. Porém, é ressaltado que essas mudanças favorecem apenas as mulheres das elites romanas e que mesmo que elas possam ter se aproveitado dessas novas mudanças e ações, isso estava ligado a sofrimento de repressões no interior do corpo social. Já na historiografia nacional, um nome a ser destacado é a Lourdes Conde Feitosa, em que analisa como a sociedade romana constatava os atributos físicos, os comportamentos amorosos e éticos de mulheres romanas. Mas, como Feitosa diz, em *Mulher, amor e desejo, segundo a literatura amorosa do Alto*

*Império*, estas representações ficam restritas sob a ótica das elites romanas e não tanto dos demais estratos sociais (1993, p. 125).

Analisando também as abordagens de Catulo e o padrão de beleza escrito por Ovídio, percebemos semelhanças na idealização que elaboram da imagem feminina, realçando sempre seus aspectos físicos e comportamentais, valorizando a educação, a leitura, a elegância, entre outros. Segundo Ovídio e Catulo, a personalidade feminina é, portanto, marcada por uma ausência de discernimento e autocontrole, então, com base num pensamento e visão aristotélica, é necessário um direcionamento delas pelo homem, sendo um ser racional e conhecedor dos melhores caminhos. Sendo assim, é importante notar haver um discurso normativo sobre a sexualidade e a simbologia do corpo feminino ao todo, portanto não é correto se debruçar e tomar tais assuntos como verdadeiros e, consequentemente, únicos. Portanto, pensar o feminino na história é muito importante, e olhar para idade antiga onde a sociedade supostamente é organizada apenas por homens, foi nos apontando, de certa forma, uma desconstrução de narrativas. Assim, com o presente trabalho conclui-se a presença do não-dito: o feminino e sua atuação ao longo do período romano, as formas de convívio cotidiano, seu universo privado em Roma.

## REFERÊNCIAS

ALONSO, Ana Carolina. O Culto de Vesta a partir da Ab Urbe Condita de Tito Livio. In: **I Congresso Internacional de Religião, Mito e Magia no Mundo Antigo**, 2010, Rio de Janeiro. Cadernos de Resumos do I Congresso Internacional de Religião, Mito e Magia no Mundo Antigo < <http://neauerj.com/Anais/coloquio/cadernosresumos.pdf> > Acesso em 01/07/2021.

DA ROCHA, Mariana Beralto Santana do Amaral. A mulher aos olhos de Marcial. In: **Romanitas — Revista de Estudos Greco-latinos**, n. 13, p. 159–177, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/romanitas/article/view/23056>. Acesso em: 1 jul. 2021

FEITOSA, Lurdes Conde. Mulher, amor e desejo, segundo a literatura amorosa do Alto Império. **Clássica — Revista Brasileira De Estudos Clássicos**, vol. 2, p. 125–130, 1993

HORVAT, Patrícia. O templo de Vesta e a ideia Romana de centro do mundo. In: **Phoenix**, Rio de Janeiro: Sette Letras, pp. 280 – 291, 2007

MENNITTI, Danieli. De virgens às prostitutas: a diversidade das representações do feminino na literatura trajânica. IN: **VI Congresso Internacional de História (2013, Maringá)**. **Anais do VI Congresso Internacional de História**, Maringá, 25 a 27 de setembro de 2013, p. 1 – 12.



ROSA, Cláudia Beltrão. A Religião na *Urbs*. In: Mendes, Norma Musco; Silva, Gilvan Ventura da. **Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural**. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória, ES/: EDUFES, 2006, p. 137 – 159.

# O papel do governo provincial na dinâmica política da República: a atuação de Cícero como procônsul da Cilícia (51 – 50 a.C.)

Davi Santos Barros  
Universidade Federal do Espírito Santo  
davisantosb18@gmail.com

O presente artigo é fruto de nosso primeiro ano de pesquisa, em que analisaremos a atuação política de Marco Túlio Cícero na fase final da República romana, num contexto marcado por um acirrado conflito entre *populares* e *optimates*, facções republicanas que se opunham à época. Em termos específicos, nosso propósito discutiu como Cícero, durante o período que exerceu o governo da província da Cilícia, utilizou seu mandato como plataforma para fortalecer sua posição política na cidade de Roma, o que evidencia uma relação direta entre os governos provinciais e as disputas políticas na capital do Império. Para tanto, tomamos, como fonte textual, o epistolário de Cícero, em especial as cartas que escreveu aos seus familiares, nas quais descreve, dentre outras ações, sua atuação como procônsul da Cilícia, além de registrar as transformações da fase final da República romana que já anunciavam o Império. Quanto ao aporte teórico-metodológico, focamos na vida de Cícero, a República e sua crise, o gênero epistolar e as províncias mediante a aplicação de três conceitos básicos: o de *império*, o de *política* e o de *governador*.

**Palavras-chave:** Cícero. Cilícia. Epistolografia Ciceroniana. República romana.

## INTRODUÇÃO

O estudo da República Romana implica a compreensão de que sua estrutura política se encontrava vinculada aos ideais de *civitas* (cidadania, condição/direito de cidadão) e de *libertas* (liberdade), segundo os quais, ao participar da cidade, o indivíduo tornava-se um cidadão, deixando de ser um súdito, o que garantia a sua liberdade à medida que a cidade tomava o sentido de comunidade e formava-se o corpo cívico. Com a superação da realeza e a instauração do regime republicano, em 509 a.C., a despeito da

escassez de fontes, conclui-se que Roma passou a ser uma *liberas civitas* (cidade livre), uma comunidade de homens livres submetidos a um conjunto de leis, com livre associação entre “iguais”, de maneira que a *Res Publica* (república - forma de governo) era governada pelo *populus* (povo).

Após a Segunda Guerra Púnica (218 – 201 a.C.), ao eliminar um de seus rivais, Cartago, Roma passa por intensas transformações estruturais, especialmente do ponto de vista socioeconômico, conquistando territórios no ultramar e tornando-se uma potência em âmbito internacional. De uma pequena cidade, Roma pouco a pouco se transforma num império de amplas proporções, consolidando sua expansão e controle tanto da Península Itálica quanto da bacia do Mediterrâneo. É nesse contexto que o sistema republicano começa a entrar em colapso, pois a expansão imperial provoca um intenso desequilíbrio no regime fundiário e na convocação do exército, uma polarização de riquezas e um crescimento nítido das diferenças entre a oligarquia romana e população em geral, agravando, portanto, conflitos sociais já existentes desde a formação da *Urbs* (cidade de Roma). Ademais, as instituições políticas de Roma não se mostravam adequadas para governar um império que havia se ampliado em torno do Mediterrâneo. Do ponto de vista administrativo, a expansão imperial traz desafios para gerir territórios ampliados, o que gera contradições sociais e instabilidade política que marcam a fase final da República.

Dessa forma, o último século da República, em que observamos um acirramento do poder pessoal, concentração urbana, a proletarização dos camponeses, escravização em massa de populações vencidas em guerras e o aumento do conflito entre partidários e opositores do Senado, foi também o século de consolidação do imperialismo romano, processo que, segundo Guarinello (1994, p. 44), pode ser dividido em dois momentos: um período inicial, onde se buscava a defesa de Roma contra os seus inimigos, e um segundo, caracterizado pela anexação de novas terras e pela extração de tributos dos povos submetidos, o que conduziu à formação das províncias, do território exterior à Península Itálica. Esses territórios serão comandados por governadores, muitas vezes um ex-cônsul ou um ex-pretor, nomeados pelo Senado. Os governadores de província possuíam extensas atribuições militares, administrativas e judiciárias, tornando-se uma peça importante no sistema de exploração sistemática das regiões conquistadas (MENDES, 1988, p. 45).

Outrossim, governar territórios para além da cidade de Roma representava “para a aristocracia senatorial a possibilidade de aumentar extraordinariamente suas riquezas” (GUARINELLO, 1994, p. 36), visto que o Senado concedia aos magistrados os efetivos militares e os recursos do tesouro necessários ao desempenho de seu mandato. Muito embora os governadores de província não pudessem declarar guerra, fazer alianças ou definir a paz entre territórios, observamos que a administração das províncias nem sempre atendia ao interesse público propriamente dito, mas às ambições políticas dos próprios governadores, que se aproveitavam do cargo para fortalecer sua posição e, desse modo, interferir no jogo político em Roma, razão pela qual, mesmo distantes da *Urbs*, os governadores nunca deixavam de acompanhar a conjuntura da República e de intervir nos processos decisórios romanos.

Tal foi o caso, por exemplo, de Marco Túlio Cícero, um dos maiores oradores da Antiguidade, que entre 51 a.C. e 50 a.C., por designação de Pompeu, atuou como procônsul da província da Cilícia, na Ásia Menor. Sobre os anos de mandato como governador, Cícero nos legou um conjunto de cartas reunidas no seu epistolário.

Testemunho importante da vida pública e privada na Antiguidade, o gênero epistolar, em Roma, assim como na Grécia, foi um dos mais cultivados pela elite letrada. Embora muitas cartas sejam endereçadas a amigos e familiares, elas nos fornecem evidências valiosas sobre o contexto histórico e social da época, enquanto auxiliam na troca de informações. As epístolas são, pois, documentos valiosos para os pesquisadores, enquanto contêm dados culturais, econômicos e políticos, permitindo-nos assim conhecer um pouco melhor o dia a dia das sociedades antigas, com destaque para os integrantes das elites, os que mais escreviam cartas, embora a prática se encontrasse difundida pelo corpo social.

Segundo Giesen (2016, p. 56), a epistolografia ciceroniana caracteriza-se por ser uma correspondência verídica, plena de informações históricas. No entanto, após a morte do autor, as cartas de Cícero adquiriram um importante valor literário, ou seja, foram consultadas mais em virtude da sua forma do que do seu conteúdo. As *Cartas aos familiares* recolhem as epístolas enviadas e recebidas por Cícero entre 62 e 43 a.C. Neste artigo optamos por analisar apenas as epístolas oficiais e referentes ao período em que o autor esteve à frente do governo da Cilícia, num total de 14 cartas reunidas no Livro XV do seu epistolário.

Tendo em vista estas considerações, analisamos a atuação política de Marco Túlio Cícero na fase final da República, num contexto marcado por um acirrado conflito entre *populares* (facção de senadores romanos que se opunham aos *optimates*) e *optimates* (o partido da aristocracia na antiga Roma republicana), às duas facções republicanas que se opunham à época. Em termos específicos, nosso propósito discutiu como Cícero, durante o período que exerceu o governo da província da Cilícia, utilizou o seu mandato como plataforma para fortalecer sua posição política na cidade de Roma, o que evidencia uma relação direta entre os governos provinciais e as disputas que ocorriam na capital do Império. Para tanto, tomamos como fonte textual o epistolário de Cícero, em especial as *Cartas aos familiares*, nas quais o autor descreve, dentre tantas outras ações, sua atuação como procônsul da Cilícia, na Ásia Menor, além de registrar as transformações da fase final da República que já anunciavam o Império. Por meio das cartas, investigamos quais eram os desafios colocados a Cícero como governador da Cilícia e, mais que isso, como ele, na condição de governador, interferirá no jogo político em Roma.

Marco Túlio Cícero foi um orador, advogado e pensador romano nascido em Arpino, Itália, no dia 3 de janeiro do ano 106 a.C., que fez carreira política na República, galgando os diversos degraus do *cursus honorum* (curso honorífico ou caminho das honras), as magistraturas republicanas. Acerca do pro consulado de Cícero, na província da Cilícia, na Ásia Menor, durante os anos de 51 a 50 a.C., observa-se uma magistratura exercida a contragosto, porém com certa preocupação quanto aos problemas que afetavam os habitantes, dado que o mandatário conseguiu melhorar as condições da província mesmo diante de uma série de desafios, tais como ataques de povos vizinhos e desequilíbrio financeiro provocado pelo mau gerenciamento dos governadores que o antecederam. Nas cartas, percebemos também como Cícero busca se apresentar como um governador competente, o que certamente aumentaria o seu prestígio político, tendo em vista o eventual retorno a Roma, que ocorre em janeiro de 49 a.C.

Com o presente artigo pretendemos ainda contribuir para a execução do projeto de pesquisa denominado “Paisagens urbanas e rurais no Mundo Clássico: a construção do espaço entre a política e a cultura”, sob responsabilidade de nosso orientador, Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva, no âmbito do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (Leir/ES).

## EMBASAMENTO TEÓRICO: CONCEITOS FUNDAMENTAIS

Do ponto de vista teórico, foram utilizados três conceitos fundamentais para analisar o epistolário de Cícero: o de *império*, segundo Cartier (1989); o de *política*, segundo Moses Finley (1985); e o de *governador*, conforme proposto por Norma Mendes (1988). Na análise de Cartier (1989, p. 329), os impérios são construções políticas que podem ser encontradas em diversos períodos da história. Não obstante, a pluralidade de formações, os impérios almejam à soberania universal por meio da conquista de territórios ampliados. Em termos gerais, o Império Romano, resultante do movimento de anexação de regiões extra peninsulares transformadas em províncias, foi uma construção da fase republicana, tendo havido apenas alguns acréscimos suplementares na fase imperial.

Ao aplicarmos esse conceito, discutimos a maneira pela qual Roma administrou e dominou o extenso território que estava sob seu controle, o que se fez por intermédio dos governos provinciais, um aspecto importante da administração romana, que nem sempre recebe o devido valor pela historiografia. Antes do final do século II, o processo de anexação de territórios era efetuado lentamente e gradual (SANT'ANNA, 2015, p. 101), expandindo-se o sistema de dominação romana para além da Península Itálica, mas de modo um tanto ou quanto improvisado. No momento seguinte, as diretrizes da administração provincial são baseadas na *Lex Provinciae*, ou seja, num protocolo chancelado pelo Senado que estabelecia os direitos e deveres das províncias.

O segundo conceito que empregamos foi o de *política*, proposto por Moses Finley (1985), que, retomando o próprio Cícero, reflete sobre as relações entre o Estado e os cidadãos na Antiguidade. Consoante o autor, a política antiga era uma arena altamente competitiva, dando ensejo a toda sorte de conflitos, negociações, alianças e debates entre os agentes políticos, de maneira que a política, em Roma, se realizava mediante a interação direta entre os cidadãos que se dispusessem a participar do jogo político (FINLEY, 1985, p. 67 – 81). Notamos que Cícero foi um desses protagonistas da República em sua fase tardia. Seu pensamento político, entre outros elementos, caracterizava-se por uma forte defesa das instituições republicanas orientadas pelo *mos maiorum*, pelo “costume dos ancestrais”, como uma maneira de garantir a continuidade e o bom funcionamento da República.

A política dependia, assim, do desempenho dos cidadãos que se habilitassem a dela participar e deveriam reunir condições sociais e econômicas para atuar politicamente. Ao empregarmos o conceito de *política* tal como proposto por Finley,

compreendemos como Cícero buscava, durante seu mandato de governador de província, reunir condições simbólicas e econômicas para atuar como um agente político importante na cidade de Roma, visto que, mesmo distante do centro do poder, Cícero visou a obter prestígio entre a população nativa, mantendo a ordem, protegendo a província, efetuando obras públicas e distribuindo benesses (*donativa*), de maneira a aumentar o seu capital político.

Por fim, temos o conceito de *governador*, definido por Norma Mendes. Segundo a autora, os governadores eram “representantes da majestade do povo romano” cujas funções eram zelar pela administração das províncias, cuidar da defesa do território e exercer a justiça (MENDES, 1988, p. 44), razão pela qual os governadores de província desempenharam um papel de primeira grandeza na máquina pública romana, pois necessitavam assegurar e reforçar o domínio romano fora da Itália. Na condição de procônsules ou proprettores, os governadores exerciam um mandato que lhes conferia poderes bastante extensos, porém cabe ressaltar que “não existiu um sistema provincial unificado, nem uma homogeneidade de estatutos das cidades provinciais” (MENDES, 1988, p. 45).

Durante o exercício do cargo, os governadores não rompiam os laços que os mantinham unidos a Roma, mas antes buscavam aumentar o seu prestígio pessoal e reunir recursos para interferir na República, como vemos no caso de Cícero à frente da província da Cilícia, cujo mandato foi muito bem-sucedido, na medida que, ao término, não foi incriminado por nenhuma denúncia de corrupção, algo bastante comum à época. Nesse sentido, podemos afirmar que a passagem de Cícero pela Cilícia o capacitou ainda mais como uma liderança política importante na fileira dos *populares*.

Marco Túlio Cícero nasceu em Arpino, cidade situada no Lácio, região dos Montes Volscos, no ano de 106 a.C., e morreu em 43 a.C. Sua formação educacional teve início em Arpino e prosseguiu em Roma, onde chegou a ser aluno de Filon, um professor bastante respeitado na cidade, e do filósofo Diódoto, o que o levou a aprofundar seus estudos em filosofia e retórica. Conhecido como o maior dos oradores e pensadores políticos romanos, Cícero era dotado de atributos tanto literários quanto filosóficos, tendo cultivado uma diversidade de gêneros literários e circulado por vários domínios da atividade intelectual, a exemplo da poesia. Com o passar do tempo, seu talento literário foi aperfeiçoado, de maneira que Cícero se projetou como um mestre da eloquência latina.

Em Roma, um predicado importante na disputa pelo poder era a habilidade discursiva e, conseqüentemente, literária. Os cidadãos mais eloquentes tinham uma tendência a se destacar. Segundo Oliveira (2019, p. 09), em se tratando do uso da retórica na Antiguidade, “deve-se ter consciência dos temas e dos lugares-comuns sensíveis à sociedade, pois só por meio deles o discurso adquire sentido e cria a capacidade de persuadir”. Sendo assim, a epistolografia, um gênero literário bastante difundido, era determinado pelo contexto social e político onde o autor escrevia, além de reforçar diversos valores de diferentes grupos sociais, enquanto estabelecia uma tradição literária. Nesse viés, ao tratar da literatura latina entre 90 e 50 a.C., Levine (2005, p. 31) assinala que:

Embora este seja um período do qual uma quantidade substancial da literatura sobreviveu, em sua ampla quantidade de gêneros, mais de 75 por cento dela foi escrita por um único homem: Marcus Tullius Cicero. Cicero escreveu discursos, tratados filosóficos e retóricos, cartas e poesias, os quais, simplesmente, em quantidade superam todos os outros escritos existentes do período (LEVINE, 2005, p. 31).

O *corpus* epistolar ciceroniano consiste em cerca de 931 cartas, dentre as quais temos, também, a resposta de alguns de seus correspondentes. A divisão é habitualmente realizada em quatro grupos distintos: *Epistulae ad Atticum* (16 livros), *Epistulae ad familiares* (16 livros), *Epistulae ad Quintum Fratrem* (3 livros) e *Epistulae ad M. Brutum* (2 livros). Para esse estudo, utilizamos as *Epistulae ad familiares*, preservadas e editadas por Tiro, secretário de Cícero. As mais de 430 cartas são divididas em 16 livros e classificadas conforme os seus destinatários, abrangendo o período de 62 a 43 a.C. As epístolas ciceronianas nos informam com riqueza de detalhes aspectos do cotidiano do autor, de suas redes de relações, suas ideias, valores e interesses. As *Cartas aos familiares* são bastante variadas tanto no conteúdo quanto no estilo, informando-nos sobre situações importantes da história romana e da vida profissional e privada de Cícero.

Essas epístolas ciceronianas constituem uma das mais altas expressões epistolares de toda a literatura clássica. Sendo assim, para a execução deste artigo, foi selecionado um total de 14 cartas, presentes no Livro XV, sendo elas as correspondências “oficiais” de Cícero como governador da província da Cilícia, a saber: 99 (*Fam. XV 7*), 100 (*Fam. XV 8*), 101 (*Fam. XV 9*), 102 (*Fam. XV 12*), 103 (*Fam. XV 3*), 104 (*Fam. XV 1*), 105 (*Fam. XV 2*), 106 (*Fam. XV 14*), 108 (*Fam. XV 10*), 109 (*Fam. XV 13*), 110 (*Fam. XV 4*), 111 (*Fam. XV 5*), 112 (*Fam. XV 6*) e 118 (*Fam. XV 11*). Esse conjunto inclui dois relatórios de Cícero como



governador aos magistrados e ao Senado, uma troca de quatro cartas com M. Cato, cinco cartas com os Marcelo, duas com L. Paulo e, finalmente, uma carta com G. Cássio.

A edição da fonte foi publicada pela Gredos e contém uma introdução crítica e notas por José A. Beltrán, o tradutor. A introdução, bastante rica de informações, aborda toda a organização epistolar de Cícero, apresentando ainda o contexto histórico onde foram produzidas, intercalando aspectos da biografia de Cícero com seus escritos entre os anos de 62 e 43 a.C. Beltrán aborda também o estilo de Cícero, considerado único, bem como as circunstâncias da publicação do seu epistolário. Além disso, a edição traz também uma extensa bibliografia sobre Cícero e suas cartas.

Em conformidade com Teresa Malatian (2011, p. 204), no texto *Narrador, registro e arquivo*, utilizamos como fonte as cartas de Cícero, porém sempre confrontadas com as leituras referentes ao contexto, de modo a “alcançar uma percepção nuançada dos objetivos, conteúdos e implicações” das epístolas, com sugere a autora. Assim, a análise histórica da vida de Cícero foi feita com base na mais completa biografia de Cícero, ou seja, a obra *Cicero: a portrait*, escrita por Elizabeth Rawson (1975), que se baseia amplamente nas fontes disponíveis sobre a personagem e em sua própria correspondência, apresentando-o com muitas nuances. Consoante Rawson (1975, p. 279), a vida e a obra do “verdadeiro governante de Roma” nos últimos séculos da República compõem um quadro bastante complexo. Por relatar, em formato de carta, uma série de eventos cotidianos de Roma e da província a qual governava, a Cilícia, Cícero é bastante utilizado como fonte de evidências a respeito da vida cultural, social e política do último século da República, já na transição para o Império.

Para melhor compreender a fase republicana de Roma, consultamos a obra *The Cambridge Ancient History: The last age of the Roman Republic (146 – 43 B.C.)*, editada por Bowman, Champlin e Lintott (1992) (BOWMAN; CHAMPLIN; LINTOTT, 1992), em que foi possível obter informações sobre os acontecimentos que conduziram à formação do Império e à crise da República, anexação das províncias e os dilemas envolvidos na sua administração, dentre os quais um dos mais importantes era a extensão dos provinciais pelos governadores. Além disso, Norma Mendes (1988) e Henrique Modanez de Sant’anna (2015), autores, respectivamente, de *Roma Republicana* e *História da República Romana* foram fundamentais para compreender o processo de desarticulação do sistema republicano e as transformações socioeconômicas advindas da formação do Império.

A questão do Império Romano, do ponto de vista político-administrativo, encontra-se diretamente relacionada à posição das províncias como território de exploração para os romanos. Esse assunto foi discutido com base em Cartier (1989, p. 320), que reflete sobre a construção e manutenção de Impérios e as exigências impostas àqueles que o controlam, visto que a conquista é “uma condição necessária à constituição dos impérios”. Visto que império é “toda a organização hegemônica que transcenda os quadros étnicos ou políticos naturais e tenda para um certo tipo de dominação universal” (CARTIER, 1989, p. 318), compreendemos ser um processo dessa natureza o que ocorre com Roma sob a República, quando ocorre a criação de uma série de províncias, cuja exploração modifica as estruturas políticas, sociais e econômicas da própria *Urbs*, gerando disputas internas entre membros da elite e conflitos externos para garantir o controle e a melhor forma de exploração de um sistema que “reúne pela força populações e culturas sem qualquer elemento comum na origem” (CARTIER, 1989, p. 320). Quanto a isso, Guarinello (1994, p. 40) enfatiza que foi por meio do domínio de territórios no além-mar que o poder romano desenvolveu a ideia de exploração dos povos subjugados.

Já Finley (1985), em *Política no Mundo Antigo*, ao refletir sobre as articulações entre expansão imperial e distribuição interna do poder em Roma, nos permitiu entender que Cícero, como governador, fortaleceu sua posição como agente político na República, pois, para o autor, o exercício da política é conflituoso, já que implica um ambiente de competição e oposição.

Por fim, do ponto de vista metodológico, foi fundamental na interpretação da nossa fonte a leitura de obras referentes à História Antiga e à República Romana, bem como textos sobre epistolografia antiga e sobre a vida e obra de Cícero. Para a coleta do material, realizamos uma busca em plataformas de periódicos e no banco de teses e dissertações da Capes. Em suma, o artigo se desenvolveu basicamente em quatro etapas: 1) levantamento bibliográfico acerca do período republicano, enfatizando a crise da República; 2) estudo sobre a vida e obra de Cícero e sobre sua atuação como governador da Cilícia; 3) análise e interpretações das epístolas contidas nas *Cartas aos familiares* a partir do instrumental teórico; 4) síntese final e redação do relatório. Desse modo, por meio do embasamento teórico, da consulta à bibliografia e da metodologia de trabalho adotada na pesquisa, nos foi possível interpretar a fonte e a partir disso cumprir com os objetivos estabelecidos.

## A ATUAÇÃO DE CÍCERO COMO PROCÔNSUL DA CILÍCIA, A PARTIR DE SUAS CARTAS

Marco Túlio Cícero não nasceu em Roma, mas foi lá o palco centra de sua vida e carreira. O orador acreditava que a *Urbs*, na condição de capital do mundo então conhecido, lhe permitiu desenvolver uma intensa atividade política e que, apenas nesse ambiente, era possível alcançar o que mais importava para um membro da elite romana: ser visto. No decorrer da sua formação, Cícero, ainda jovem, percorreu diversos locais de modo a aprimorar sua educação. Em algumas ocasiões, esteve fora de Roma, como na época do exílio. Em outras, esteve longe da cidade por dever de ofício: primeiramente, quando foi questor na Sicília e, mais tarde, quando assumiu o proconsulado da distante província romana da Cilícia, na Ásia Menor, sendo esse período o foco da nossa pesquisa.

Devido à crise política romana que atingia a República na década de 50 a.C., Pompeu precisou pôr em prática uma série de medidas para reverter a situação. Uma delas foi a promulgação da *Lex Iulia de provinciis*, segundo a qual os ex-cônsules deveriam assumir o comando de uma província após a sua magistratura de modo a se ausentarem de Roma por certo período. Essa medida fez com que, em março de 51 a.C., o Senado atribuisse a Cícero o cargo de procônsul, incumbência que ele recebeu a contragosto.

Ao se tornar governador, Cícero levou consigo para a Cilícia seu irmão Quinto, que já havia governado uma província antes e com sucesso, o filho, o sobrinho, um grupo de pessoas mais próximas e escravos, como Tirão. A rota seguida por Cícero e sua comitiva rumo à Cilícia é de fácil compreensão devido à quantidade de cartas enviadas durante o trajeto, tanto para familiares quanto para amigos. Cícero deixou Roma em maio de 51 a.C. e chegou à província por Laodiceia em 31 de julho, como pode ser visto numa carta enviada aos cônsules, pretores, tribunos da plebe e Senado:

Desde a minha chegada à província no dia 31 de julho — não pude chegar mais cedo devido às dificuldades da estrada e da travessia marítima — compreendi que nada competia mais com as obrigações do meu cargo nem era do interesse do Estado que o atendimento de assuntos relativos ao exército e à intendência militar (*Fam. XV 2, 105, p. 437, tradução própria*).

A possibilidade de ser atacado pelos partos e a hipótese de ter o mandato prolongado por mais um ano eram os maiores pesadelos de Cícero ao chegar à Cilícia. A nomeação para o governo da província o obrigou a ausentar-se de Roma justamente num período em que havia uma notável efervescência política. A todo momento, Cícero sente

saudade da sua vida na capital, não acreditando haver razões para prolongar sua permanência na província, razão pela qual insistia com os amigos para que tudo fizessem de modo a ele não permanecesse na Cilícia para além do tempo inicialmente acordado. Ao partir, encarregou seu amigo, Célio Rufo, de enviar-lhe notícias de tudo o que ocorria na capital do Império. Mas também cultivou laços de amizade que impedissem sua recondução ao governo provincial, solicitando apoio a diversos políticos, como Gaio Cláudio Marcelo (*Fam.* 98), Lúcio Paulo (*Fam.* 102) e seu primo, Marco Cláudio Marcelo (*Fam.* 101), como é possível constatar por meio dos excertos abaixo:

Se você acrescentar apenas aos brilhantes méritos de seu consulado que ou alguém me substitua o mais rápido possível, ou o prazo que você fixou para mim por lei e o decreto do Senado não foi estendido, considerarei que consegui tudo graças a você (*Fam.* XV 9, 101, p. 430, tradução própria).

Dado que esta possibilidade foi tirada de mim por esta loteria provincial inesperada e imprevista, eu imploro fortemente que você se esforce para garantir que o delito de prorrogar meu ano de governo por algum tempo não seja cometido comigo para que, pelo menos, Vejo que governa o estatuto de cônsul de acordo com o prestígio de que goza. Se você fosse bem-sucedido, o acúmulo de favores recebidos de você no passado aumentaria consideravelmente (*Fam.* XV 12, 102, p. 431, tradução própria).

Quanto a mim, peço-lhe nesta carta o mesmo que nas anteriores: que use toda a sua energia para não ter estendido a mim um mandato provincial que o Senado e o povo queriam limitado a um ano. Peço-o com a insistência da convicção de que a minha sorte depende disso. Você conta com Paulo meu amigo muito devotado (*Fam.* XV 14, 106, p. 444, tradução própria).

Logo na primeira carta, quando nem ainda havia chegado a Cilícia, encontrando-se ainda na fronteira da Laodiceia com a Capadócia, em 18 de setembro de 51 a.C., Cícero já escreve aos mais altos escalões da República, os cônsules, pretores, tribunos da plebe e Senado.

Nessa carta, Cícero revela que não está a caminho da Cilícia porque quer ou deseja, razão pela qual utiliza essa sua passagem pela província como plataforma para recolher recursos materiais e simbólicos que fortaleçam sua posição política em Roma. Assim, logo de início, prepara uma espécie de relatório sobre a província, embora não pensasse que fosse sua obrigação (elaborar), mas acreditava ser correto transmitir aos romanos notícias daquilo que acontecia na Cilícia diante da gravidade pela qual passava a região, sob ameaça dos partos. Nessa mesma carta, Cícero declara ser de trato afável e honrado, de maneira que a Cilícia estaria segura em virtude do seu senso de justiça (*Fam.* XV 01, 104, p. 435), apresentando-se assim como um líder capaz de colocar ordem no caos que então estava instaurado, o que lhe permite fortalecer sua imagem como uma maneira

de alcançar fama na República, já que, como governador de província, se sairia muito bem.

Nota-se também, na carta, uma postura firme do emitente para com os destinatários, demonstrando, que embora não queira estar na província, aceitou ser governador movido pelo senso de dever e de justiça:

Agora, se minha autoridade tem algum peso entre vocês — especialmente em assuntos que vocês sabem por ouvir dizer, mas que quase tenho diante dos meus olhos —, eu o aconselho fortemente e aviso que vocês tomem medidas — antes tarde do que nunca — sobre essas províncias (*Fam.* XV 01, 104, p. 436, tradução própria).

Um dos objetivos do nosso estudo era analisar os desafios aos quais um governador de província se encontraria submetido, como aqueles encontrados por Cícero na Cilícia: problemas de gerenciamento do exército, dívidas e despesas acumuladas que levaram os soldados a amotinar-se, desorganização do sistema judiciário, sobretaxação e outros. Sendo assim, as epístolas de Cícero revelam sua preocupação com os dilemas que atingiam os habitantes da província, que vinham sofrendo com a má administração dos antecessores, interessados apenas em explorar as terras e a riqueza da região. Por conta de sua trajetória como advogado, que o levou a tratar de casos de corrupção envolvendo governadores de província, Cícero sabia dos males que um mau governo poderia causar tanto para a província quanto para sua imagem e para os interesses do Estado romano, o que o levou a dissociar-se dessas práticas.

Com a Cilícia em péssimas condições, exército desmoralizado e provinciais indignados, ansiando por justiça, Cícero buscou se afastar da imagem que os ex-governadores deixaram, pois, eles haviam sido responsáveis por praticamente levar a província à falência e empobrecer os contribuintes locais.

Buscando consolidar-se como um bom administrador e um estrategista militar competente, obtido na vitória sobre os partos, que celebrou com um triunfo, partos e numa expedição punitiva contra os bandidos cilicianos instalados no monte Amano, que aterrorizavam a província e não reconheciam a soberania de Roma, Cícero foi proclamado *imperator*, título este que, tradicionalmente, as tropas conferiam ao seu general depois de uma campanha bem-sucedida e que Cícero empregava inclusive no cabeçalho de suas cartas, como vemos em “Marco Cícero, *imperator*, saúda Caio Casio, pro-questor” (*Fam.* XV 14, 106, p. 442), certamente com o propósito de causar boa impressão no destinatário.

Interessado em projetar-se diante do Senado, Cícero chegou a solicitar que lhe fossem concedidas homenagens solenes ou mesmo uma *ovatio* em virtude dos seus feitos na Cilícia, o que, todavia, não aconteceu. Esse fato é relatado quando o orador escreve a Lúcio Paulo, externando seu desejo de que os senadores reconhecessem sua boa gestão na Cilícia:

Portanto, enquanto, por um lado, a importância de sua influência e posição — e, de minha parte, a grande honra e reputação a que aspiro — parece exigir que me dirija a você com extensa retórica, implorando que você veja pelo Senado para aprovar um decreto sobre minhas façanhas militares o mais honroso possível, porém não me atrevo a insistir no meu pedido [...] Agora, quando você detém o poder supremo e a autoridade máxima e quando nossa amizade é bem conhecida Por todos de vocês, imploro que providenciem para que o decreto mais honorário possível sobre minha campanha seja aprovado, e que seja feito o mais rápido possível. Que minha atuação é digna dessa honra e dessa gratidão, você pode saber pelos relatórios que enviei oficialmente a você, ao seu colega e ao Senado (*Fam. XV 13*, 109, p. 450 – 451, tradução própria).

O mesmo assunto também foi tratado em uma epístola enviada a Marco Catão, no final de 51 a.C. e início de 50 a.C., na qual, em meio a pedidos de apoio, é nítido como Cícero utiliza sua estadia na província como um palanque para se projetar como um gestor competente. Sempre exaltando seus feitos por livrar a população da Cilícia dos males que a afligiam, Cícero apresenta-se como uma espécie de salvador: “nessas cidades se celebraram assembleias concorridas nas quais livre numerosas populações de impostos desumanos, empréstimos de uma usura asfixiante e dívidas fictícias” (*Fam. XV 04*, 110, p. 451 – 452, tradução própria).

Ademais, pede voto a Catão, no Senado, para ser devidamente homenageado, buscando interferir no jogo político em Roma, como em “Agora, gostaria que se convencesse do seguinte: caso esses fatos sejam oficialmente comunicados ao Senado, consideraria que recebi o mais alto reconhecimento se o senhor apoiasse com seu voto que minha pessoa fosse homenageada.” (*Fam. XV 04*, 110, p. 456 – 457), e em:

Agora, depois da injustiça sofrida — aquela mesma injustiça que qualificou sempre de desgraça para a República, enquanto para mim não a considera assim, mas sim um sino de glória —, procuro obter dos mais distintos reconhecimentos possíveis o Senado e o povo romano. Por isso, mais tarde quis ser nomeado áugure, quando antes era indiferente, e por isso creio que hoje devo reivindicar a honra que o Senado costuma conceder em atos de armas e que no passado não tinha preocupado. (*Fam. XV 04*, 110, p. 458, tradução própria)

Ao exercer o governo da Cilícia, Cícero reuniu condições materiais e simbólicas para atuar na política romana, mostrando a preocupação em deixar sua marca na administração provincial:

Talvez você se pergunte por que dou tanta importância a isso não sei o quê, parabéns ou honra, do Senado. [...] Se já houve alguém que por caráter e, mais ainda, como me parece pelo menos fazer sentido, por discernimento e formação está longe de glória vã e aplauso popular, certamente sou eu. Que o meu consulado sirva de testemunho no decorrer do qual, como no resto da minha vida, busquei avidamente — admito — aquilo de que pudesse surgir a verdadeira glória, mas nunca pensando que a glória devesse ser buscada por si mesma. Assim, renunciei a uma província bem dotada e à firme possibilidade de vitória. (*Fam. XV 04, 110, p. 458, tradução própria*)

No final de um ano de mandato, Cícero deu por concluído o exercício do cargo no verão de 50 a.C., deixando imediatamente a província, já que se considerava em um “segundo exílio” (ÑACO, 1998, p. 162). Cabe ressaltar que a passagem de Cícero pela província da Cilícia nos chega apenas por uma única fonte: o epistolário do autor, que durante sua permanência na província trocou com amigos, familiares e figuras da política republicana diversas cartas nas quais fala dos problemas que enfrentou como governador.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa seção, gostaríamos de fazer algumas considerações a respeito daquilo que nos foi possível concluir com a pesquisa. Em primeiro lugar, confirmamos nossa suposição inicial de que Cícero utilizou sua passagem pela Cilícia como uma oportunidade para construir a imagem de um governante exemplar, numa tentativa de contornar a invisibilidade à qual estava sujeito por afastar-se da *Urbs*. Assim, ele escreve cartas aos amigos, aliados e familiares que haviam ficado em Roma com o propósito de conservar as suas redes políticas em Roma. Em função disso, Cícero não esteve muito preocupado em descrever o local onde estava ou descrever as curiosidades históricas, ou belezas naturais da província, concentrando-se nos problemas que precisou enfrentar, o que seria muito mais útil ao seu propósito de aumentar o seu prestígio político.

Por relatar, nas epístolas, uma série de eventos cotidianos de Roma e da província que governava, Cícero é constantemente consultado como fonte de evidências a respeito da vida cultural, social e política durante a fase final da República romana. Consideramos

importante estudar as cartas, tendo em vista que as descrições produzidas por ele sobre a Roma de seu tempo fornecem dados importantes para a História Antiga, em especial para a História Política da República.

Segundo Mendes (1988, p. 47), “a Roma republicana conseguiu realizar a unificação da *oikouménē*, extrapolando os limites da *pólis* (cidade-Estado) clássica e transformando-se em *cosmópolis* (cidade universal)”, o que gerou momentos de intensa turbulência política, fazendo com que Roma fosse vista como o melhor local para um político romano exercer o seu papel, buscando obter notoriedade nos debates então travados.

Contrariando sua vontade, mostramos como Cícero se afasta da *Urbs* nesse contexto, mas consolidar-se-á como um governador interessar-se não ser esquecido pelos romanos. Em nossas futuras pesquisas, aprofundaremos as reflexões desenvolvidas no decorrer deste primeiro ano mediante o estudo da maneira como Cícero constrói sua persona política nas epístolas, escrevendo sobre si e seus feitos na Cilícia. Para tanto, exploremos outro conjunto de cartas do autor, que nos trarão mais informações sobre o assunto.

## REFERÊNCIAS

CÍCERO, Marcus Tullius. **Cartas III, cartas a los familiares (cartas 1 – 173)**. Introducción, traducción y notas de José A. Beltrán. Madrid: Gredos, 2008.

BOWMAN, Alan; CHAMPLIN, Edward; LINTOTT, Andrew. (ed.). **The Cambridge Ancient History: The Last Age of the Roman Republic, 146–43B.C.** Cambridge: Cambridge University Press, 1992. v. IX.

CARTIER, Michel. Impérios. In: ROMANO, R. (dir.). **Enciclopédia Einaudi: Estado-guerra**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989, p. 318 – 329.

FINLEY, Moses. **A política no mundo antigo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

GIESEN, Katia Regina. **O epidítico como recurso para a representação dos contemporâneos na epistolografia de Plínio, o Jovem**. 2016. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) — Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

GUARINELLO, Norberto Luiz. **Imperialismo greco-romano**. São Paulo: Ática, 1994.

HARRISON, Stephen. The late Republican/Triunviral Period: 90 – 40 BC. In: LEVINE, D. S. (ed.), **A companion to Latin Literature**. Oxford: Blackwell Publishing, 2005.



MALATIAN, Tereza. Cartas. **Narrador, registro e arquivo**. In: PINSKY, Carla B.; Tania R. de (org.) *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 195 – 221.

MARTÍNEZ, Beatriz Antón. La epistolografia romana: Cicerón, Séneca y Plinio. *Helmantica: Revista de filología clásica y hebrea*, n. 47, p.105 – 146, 1996.

MENDES, Norma Musco. **Roma republicana**. São Paulo: Ática, 1988. p. 44 – 50.

ÑACO, Toni del Hoyo; MUÑIZ COELLO, Joaquín. Cicerón y Cilicia: diario de un gobernador romano del siglo I a.C. *Faventia*, v.22. n.º 1, p. 162 – 164. 2000.

OLIVEIRA, Alessandro Carvalho da Silva. *Qvid enim svm? O lugar do exilado na epistolografia ciceroniana*. 2019. Dissertação (Mestrado em Letras) — Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

RAWSON. Elizabeth. *Cicero: a portrait*. London: Allen Lane, 1975.

SANT'ANNA, Henrique Modanez. **História da República Romana**. Petrópolis: Vozes, 2015.

## Por uma história global: Os “Aditamentos” do padre Eckart e a circulação do conhecimento sobre a Amazônia colonial

Maurício José Quaresma Silva  
Universidade Federal do Pará  
mauriciosilva1881@gmail.com

Durante o período colonial, Espanha e Portugal assinaram diversos tratados diplomáticos, buscando o estabelecimento das fronteiras ultramarinas, principalmente na América ibérica. Nesse cenário, agentes demarcadores, membros da Igreja Católica e demais representantes da Coroa, trabalharam nas expedições da Comissão Demarcadora de Limites espanhola e portuguesa na região. Por outro lado, esses personagens produziram relatos de viagem com descrições acerca dos animais, das plantas, do clima, dos rios e das paisagens da Amazônia colonial, possibilitando o desenvolvimento do conhecimento científico sobre a região. Portanto, este artigo analisa, sob a perspectiva da História Global, os “Aditamentos” do padre alemão Anselm Eckart para a investigação acerca de como as interações entre os sujeitos históricos, que participaram da política de demarcação e ocupação do Vale Amazônico, contribuíram para a circulação do conhecimento sobre a natureza e a sociedade amazônica no Império português.

**Palavras-chave:** Anselm Eckart. História global. Relatos de viagem.

### INTRODUÇÃO

Desde o final do século XV, Espanha e Portugal iniciaram uma série de debates diplomáticos acerca das suas fronteiras ultramarinas na América. Em 1494, as Coroas ibéricas assinaram o Tratado de Tordesilhas, que resultou em uma suposta divisão do mundo em dois hemisférios: Ocidente e Oriente. Diante disso, Espanha apresentaria o domínio sobre os territórios ocidentais e, conseqüentemente, Portugal apresentaria o domínio sobre os territórios orientais. Entretanto, o acordo constituiu uma espécie de “exercício de projeção conceptual que não levava em conta nem os aspectos físicos e geográficos, nem a ocupação ameríndia do território” (KANTOR, 2007, p. 71). Dessa

forma, após o fim da União Ibérica em 1640, o Tratado de Tordesilhas tornou-se obsoleto, uma vez que não solucionou os problemas da dominação territorial das colônias no Ocidente e Oriente (FONSECA, 1991).

Ao longo do século XVI, a região hoje conhecida como Amazônia despertou interesse por parte de outras nações europeias, como os franceses, ingleses e holandeses, resultando em diversos conflitos pela posse dos territórios da região. Nesse cenário, enquanto os portugueses conquistavam e ocupavam o litoral norte da América do Sul, França, Holanda e Inglaterra rivalizavam com as monarquias ibéricas, realizando incursões “no Mar das Caraíbas e no norte do continente sul-americano, entre os deltas do Rio Orinoco, na atual Venezuela, e do Rio Amazonas” (REZENDE, 2006, p. 131). Diante dessas pressões, Espanha e Portugal tentaram estabelecer outros tratados, como o Tratado de Utrecht em 1713 “que determinou os limites entre as duas colônias, a renúncia da França de todo e qualquer direito de requerer a posse das ditas terras e concedeu a Portugal, definitivamente, a posse das terras do Cabo Norte” (PATELLO, 2011, p. 2).

Nesse contexto, o rei português D. João V e o rei espanhol D. Fernando VI iniciaram as negociações políticas para o estabelecimento de um novo acordo diplomático. Em 1750, as Coroas ibéricas assinaram o Tratado de Madri, que estabeleceu as diretrizes para o processo de ocupação das possessões espanhola e portuguesa na América ibérica. Logo, Espanha e Portugal selecionaram homens de ciência, como astrônomos, cirurgiões, desenhadores, engenheiros e médicos, para o trabalho nas missões da Comissão Demarcadora de Limites e, além disso, utilizaram as “fronteiras naturais”, ou seja, rios, lagos e montanhas, como referência para o processo de demarcação de limites na América (CORTESÃO, 1984). Desse modo, os chamados “comissários inteligentes” produziram descrições sobre a fauna, a flora, o clima, a hidrografia e a paisagem da Amazônia colonial, contribuindo para o desenvolvimento do conhecimento científico acerca da região (KETTLE, 2018).

Por outro lado, os administradores coloniais, entre eles governadores, ouvidores, secretários e outros oficiais da Coroa, e os religiosos, como bispos e padres da Igreja Católica, assim como os homens de ciência, registraram as suas percepções acerca dos elementos da natureza do Vale Amazônico, possibilitando a construção e a circulação do saber científico sobre a região, especialmente no Império português. Nesse cenário, o

diplomata português Alexandre de Gusmão, um dos principais personagens da assinatura do Tratado de Madri, intermediou o debate entre as Coroas espanhola e portuguesa e encomendou o Mapa das Cortes, que deveria fundamentar as discussões sobre o acordo de limites na América. Porém, após a morte de D. João V em 1750, D. José I assumiu o trono de Portugal e substituiu Alexandre de Gusmão por Sebastião José de Carvalho e Melo, o que alterou os rumos da política de demarcação na América ibérica (REIS, 1948).

No ano de 1751, a assinatura de um documento com instruções para os trabalhos das demarcações estabeleceu a formação de duas comissões, visando a definição de limites nas fronteiras meridionais do Estado do Brasil e nas fronteiras setentrionais do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Por isso, Sebastião José de Carvalho e Melo, secretário de Estado de D. José I, selecionou dois homens como chefes dos trabalhos das demarcações de fronteiras dos dois Estados que formavam os domínios portugueses na América: Gomes Freire de Andrade, que dirigiria os trabalhos ao Sul, no Estado do Brasil, e Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que dirigia os trabalhos ao Norte, no Estado do Grão-Pará e Maranhão. No entanto, após a morte de D. Fernando VI em 1759, as monarquias ibéricas suspenderam as negociações diplomáticas acerca das demarcações de fronteira no Vale Amazônico, o que conturbou o ambiente político e resultou nos conflitos territoriais entre as Coroas espanhola e portuguesa (SERRÃO, 1990).

Contudo, após a morte de D. José I e a saída de Sebastião José de Carvalho e Melo do governo, D. Maria I assumiu o trono português e reiniciou as negociações políticas com os diplomatas espanhóis sobre a questão das fronteiras ultramarinas na América ibérica. Em 1777, Espanha e Portugal assinaram o Tratado de Santo Ildefonso, que incorporou os princípios fundamentais do Tratado de Madri, entre eles o *uti possidetis* e as “fronteiras naturais” como referência para processo de demarcação. Logo, as atividades das comissões demarcadoras de limites espanhola e portuguesa na Amazônia ibérica intensificaram o fluxo de pessoas, entre elas oficiais militares, soldados, indígenas e africanos escravizados, as trocas comerciais entre portugueses, espanhóis e ameríndios, estabelecendo o comércio legal e, principalmente, ilegal na região e a circulação de informações, a partir de ofícios e periódicos acerca das conjunturas políticas europeia e americana na zona de fronteira, o que auxiliou no planejamento de demarcação e defesa do Vale Amazônico (BASTOS, 2017).

Diante disso, a historiografia tem procurado, nos últimos anos, novos métodos para a investigação histórica sobre as relações entre os seres humanos e o meio ambiente ao longo do tempo. Assim, o campo da História Global contribuiu para os estudos históricos acerca dos sujeitos dentro das redes e dos mecanismos de controle em variados universos culturais, econômicos, políticos e sociais. Nesse cenário, essas interações possibilitaram a construção dos impérios e a veiculação das relações em escala global, articulando os territórios da Europa, América, Ásia e África. Portanto, este artigo investiga a rede de interações entre os personagens do processo de demarcação e ocupação da Amazônia colonial e a circulação do conhecimento sobre a natureza e a sociedade amazônica entre diferentes partes do Império português, a partir da análise dos “Aditamentos” do padre alemão Anselm Eckart.

#### DAS MISSÕES RELIGIOSAS NO ESTADO DO GRÃO-PARÁ E MARANHÃO ÀS PRISÕES POMBALINAS EM PORTUGAL

Anselm Eckart nasceu em 04 de agosto de 1721 no Eleitorado da Mogúncia, localizado na província do Reino Superior. Em 1740, Eckart ingressou na Companhia de Jesus, realizou o noviciado entre 1740 e 1742, e estudou gramática em Mannheim e poesia e música em Alidelberg. Posteriormente, Anselm Eckart cursou a faculdade de teologia entre os anos de 1749 e 1752, de moral em 1752 no colégio jesuíta em Mainz e de língua portuguesa em Uberfort. No ano de 1752, a rainha de Portugal, D. Maria Ana, selecionou religiosos, entre eles o padre Eckart, para as missões religiosas no Estado do Grão-Pará e Maranhão. Diante disso, Eckart chegou na cidade de São Luís do Maranhão em 1753 e, em setembro do mesmo ano, migrou com o padre Gabriel Malagrida para a missão na aldeia de Pirauiri, localizada nas margens do rio Xingu, na qual iniciou o processo de aprendizagem da língua geral com o missionário da aldeia (SCHEFER, 2014).

Mas, qual é o conteúdo dos “Aditamentos” do padre Eckart? Em seus relatos de viagem, Anselm Eckart tratou da elaboração de um mapa da região pelo padre João Szluka, das dimensões geográficas, da duração das navegações e das diversas tempestades da região do rio Xingu. Em seguida, Eckart destacou os nomes das três missões da Companhia de Jesus na região: Itacuruça, Pirauiri e Aricarã. Nesse sentido, o padre Eckart abordou a densidade populacional e o livro de óbitos da aldeia de Pirauiri, que registrou um crescimento na taxa de mortalidade de crianças na aldeia entre 1747 e 1748, devido a

uma epidemia de sarampo na região. Por outro lado, Eckart discutiu a distância entre as três missões devido a extensão do rio Xingu. Além disso, Anselm Eckart tratou das relações com as populações indígenas Ariquena, Baré e Juruna e descreveu as suas impressões acerca dos elementos da fauna, como o pirarucu e a tartaruga, e da flora, entre eles o cacau, a cana, o cravo e a mandioca da região (PAPAVERO; PORRO, 2013; PORRO, 2011).

Entretanto, os padres Eckart e Malagrida dirigiram-se para a aldeia de Abacaxis, localizada nas margens do rio Madeira, na qual Eckart permaneceu entre os anos de 1754 e 1755. Diante disso, Anselm Eckart relatou a cópia do mapa do padre Szluka que apresentava a localização geográfica das casas, das missões e dos rios do Estado do Grão-Pará e Maranhão e, além disso, abordou as experiências de medo e perigo com as cobras, os jacarés e as onças da aldeia de Abacaxis. Nesse cenário, o padre Eckart destacou que

Antes da minha chegada na mencionada aldeia, um tigre havia estraçalhado um índio; toda a história estava registrada no livro de óbitos. Essa morte cruel foi considerada um castigo de Deus, porque o dito índio havia subtraído algumas coisas da igreja (que na língua da terra é chamada Casa de Deus), tendo até feito uma camisa do mantel do altar. Num local junto ao rio Xingú, dois índios foram mortos por um tigre quando adormeceram a céu aberto (PAPAVERO; PORRO, 2013, p. 98).

Diante disso, episódios como este do excerto acima reforçam os sentimentos de medo e perigo dos europeus e os comportamentos dos animais perante os seres humanos na região hoje conhecida como Amazônia. Por outro lado, Eckart informou que não encontrou nenhum caso, neste século ou nos dois anteriores, de um missionário ferido por um animal selvagem na região. Dito isso, os religiosos estabeleceram uma associação entre a natureza e a religiosidade, reforçando a ideia de que o Deus católico protegia os membros da igreja dos perigos vivenciados nos sertões da Amazônia colonial. Desse modo, os relatos acerca da ferocidade e crueldade das cobras, dos jacarés e das onças assustavam as pessoas da região, especialmente os europeus que desembarcavam no Vale Amazônico. Logo após, Anselm Eckart transferiu-se para a missão na aldeia de Trocano, localizada nas margens do rio Madeira, na qual Eckart desenvolveu relações conflituosas com o governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, principalmente em virtude do poder temporal dos religiosos sobre as aldeias da região, sendo isso determinante para a sua expulsão da Capitania do Grão-Pará em 1757 (KETTLE, 2015; PAPAVERO; PORRO, 2013).

Segundo o padre Eckart, Baré, Pama, Torá e Ariquena eram as principais nações indígenas da aldeia de Trocano. Então, Anselm Eckart apresentou as características da população indígena Ariquena, entre elas as orelhas longas que não lhes conferiam nenhum tipo de beleza. Por outro lado, Eckart descreveu as cachoeiras e as pedras ao longo do rio Madeira que interferiam na navegação em direção às minas de ouro do Mato Grosso. Além disso, o padre Eckart alertou que, em alguns pontos do rio, o percurso era estreito demais para a navegação de barcos largos, o que resultou na adaptação dos itinerários e equipamentos de navegação do rio Madeira. Logo, os mineiros abandonaram as embarcações largas e solicitaram a fabricação de barcos estreitos e longos chamados de ubás pelos indígenas da região, visando a conclusão do percurso do rio com segurança (PAPAVERO; PORRO, 2013).

Nesse cenário, Anselm Eckart abordou o transporte de uma rede de pesca da vila de Vigia, enviada do Pará em direção ao Mato Grosso; o costume da população local que utilizava tanto a flecha quanto a vara para a pesca dos peixes nos rios da região e o grupo de pescadores europeus do governador Mendonça Furtado que utilizava uma rede comum para a pesca dos peixes nas águas do rio Negro. De acordo com Eckart, o governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, presenteou com uma rede de dormir o juiz de fora de Portugal na aldeia de Mariuá, localizada nas margens do rio Negro, estabelecendo um laço político (PAPAVERO; PORRO, 2013). Nesse sentido, os membros da Igreja Católica, entre eles o padre Eckart, desenvolveram relações políticas e, em alguns casos, de amizade com os agentes demarcadores, indígenas, militares e oficiais da Coroa. Dessa maneira, um conjunto de informações, presentes e instrumentos circulavam pelos rios da Amazônia setecentista.

Além disso, a elevação da aldeia de Trocano à condição de vila pombalina nas margens do rio Madeira contribuiu para a construção de um local com provisões para a viagem dos garimpeiros das minas de ouro do Mato Grosso. Por outro lado, Eckart afirmou que rio Madeira abaixo, no qual se encontrava o percurso em direção ao rio Negro, os padres mercedários apresentavam duas missões que se caracterizavam pela madeira da região chamada ibirapinima na língua do país. Consoante Anselm Eckart, esse tipo de madeira caracterizava-se por ser pesada, malhada, manchada, rara, pois apresentava diferentes cores, como o preto, o vermelho e o amarelo, e de alto preço, devido a aquisição da madeira para a produção de cadeiras e poltronas. Durante a navegação em

direção ao rio Tocantins, o padre Eckart tratou das aldeias missionárias sob a administração temporal da Companhia de Jesus na região, entre elas as aldeias de Araticu, Aricarã e Guaricuru (KETTLE, 2015; PAPAVERO; PORRO, 2013).

Nesse contexto, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, iniciou a nova política de “renascimento” da Amazônia portuguesa que resultou na transformação das aldeias missionárias em vilas pombalinas e na supressão do poder temporal da Companhia de Jesus. Durante o período de aplicação da nova política de Pombal, o governador Mendonça Furtado, após a sua chegada na aldeia de Trocano, acusou os jesuítas de adestramento militar indígena, como uma forma de oposição ao controle territorial e político de Portugal na Amazônia, devido a posse de duas “peças de sinalização”. Por isso, o governador Mendonça Furtado escreveu uma carta para o Marquês de Pombal, relatando o episódio das peças de sinalização na aldeia. Entretanto, segundo Anselm Eckart, esses instrumentos auxiliavam na defesa da aldeia de Trocano contra os ataques dos índios da nação Mura. No ano de 1756, o governador Mendonça Furtado transferiu o padre Eckart para a cidade de Belém do Pará e, após a troca do nome da aldeia de Trocano para Borba-a-Nova, Eckart deslocou-se para a aldeia de Caetés, localizada próxima ao Atlântico, na qual observou o aspecto arenoso do solo e a água salgada da região (PAPAVERO; PORRO, 2013; ECKART, 1987).

Porém, a política antijesuítica do rei D. José I e do ministro Marquês de Pombal resultou na deportação de Anselm Eckart para Portugal em 1757. No ano de 1759, o governo josefino decretou a prisão do missionário alemão no Forte de Almeida e, em 1762, Eckart foi transferido para a prisão de São Julião da Barra. No ano de 1777, após a morte de D. José I e a saída do Marquês de Pombal do governo, o padre Eckart saiu do cárcere lusitano; regressou à Alemanha e escreveu a obra *Memórias de um jesuíta prisioneiro de Pombal*, que descreve as experiências dos padres da Companhia de Jesus e de Eckart durante o processo de expulsão dos jesuítas da região amazônica. Logo após a liberdade da prisão lusitana, Anselm Eckart entrou na Companhia dos padres jesuítas na Rússia e, anos mais tarde, morreu em 29 de junho de 1809 (SCHEFER, 2014).

## OS “ADITAMENTOS” DO PADRE ECKART E A CIRCULAÇÃO DO CONHECIMENTO NO IMPÉRIO PORTUGUÊS

De que forma os “Aditamentos” do padre Eckart contribuem para a circulação do conhecimento dentro do Império português? De autoria do padre alemão Anselm Eckart,



os *Aditamentos à descrição das terras do Brasil* constituem uma obra, de certa maneira, desconhecida e marginalizada nos estudos brasileiros acerca do período colonial. Contudo, os relatos de viagem do jesuíta alemão possibilitam a investigação histórica sobre os aspectos culturais, econômicos, naturais, políticos e sociais da Amazônia setecentista. Nesse documento, Eckart discutiu as suas observações acerca do mundo natural e da sociedade amazônica durante as missões religiosas nas aldeias missionárias do Estado do Grão-Pará e Maranhão entre 1753 e 1757. Portanto, essa obra do padre Eckart apresenta um aspecto etnográfico e histórico do período, embora seja adendos e correções em apêndice na obra *Descrição da América portuguesa por Cudena* (1780) de autoria de Gotthold Lessing e Christian Leiste.

Segundo Antonio Porro, Ernesto Feder (1945) reconstruiu com erudição a história dos “Aditamentos” de Anselm Eckart. Em 1780, Gotthold Lessing, curador da Biblioteca ducal de Wolfenbüttel, na Baixa Saxônia, encontrou e leu um manuscrito espanhol e uma tradução em alemão de autoria do navegador lisboeta Pedro Cudena. No entanto, o autor do documento chamava-se na verdade Pedro Cadena de Vilhasanti, filho de pai veneziano e de mãe ítalo-espanhola, que “servira de 1624 a 1639 nas capitanias do nordeste do Brasil, lutara contra os holandeses, foi Provedor da Fazenda de Pernambuco, Provedor-mor do Estado do Brasil e autor, anos depois, da ‘Relação diária do cerco da Bahia de 1638’” (PORRO, 2011, p. 577). Diante disso, o manuscrito de Pedro Cadena configura como um breve roteiro geográfico do litoral brasileiro, mas que não apresenta aspectos etnográficos e históricos em sua composição (PORRO, 2011).

Nesse contexto, Gotthold Lessing decidiu pela publicação do documento e, por isso, convidou Christian Leiste, reitor da Escola superior ducal de Wolfenbüttel e autor de um estudo sobre a história da América britânica, para realizar comentários e correções no texto. Entretanto, os intelectuais das províncias alemãs do século XVIII não apresentavam um conhecimento extenso sobre as colônias espanhola e portuguesa na América. Dessa forma, as alterações de Christian Leiste no texto de Pedro Cadena resultaram em diversos erros e fantasias na descrição acerca do Brasil. Posteriormente, Lessing e Leiste publicaram a obra com o título *Descrição da América portuguesa por Cudena* e, um ano após a publicação, reeditaram o livro como um volume das *Contribuições de Lessing para a História e a Literatura, dos tesouros da Biblioteca ducal de Wolfenbüttel*. Contudo, Gotthold Lessing não gostou do resultado da obra e, no mesmo ano, enviou o trabalho ao poliglota e publicista Cristoph Gottlieb von Murr, amigo de Anselm Eckart que publicou

em seu *Jornal da História da Arte e da Literatura* informações do missionário alemão sobre as línguas indígenas do Brasil, visando a incorporação de novas informações acerca da América.

Nesse sentido, Anselm Eckart escreveu um apêndice com os adendos e as correções para o livro de Gotthold Lessing. Em seguida, Cristoph Gottlieb von Murr publicou uma nova edição da obra com o título *Aditamentos à descrição das terras do Brasil de Pedro Cudena e às notas do senhor reitor Christian Leiste na Sexta Contribuição de Lessing para a História e a Literatura, dos tesouros da Biblioteca ducal de Wolfenbüttel*. Porém, Antonio Porro afirma que

ao avaliar a importância dos “Aditamentos” de Eckart para o conhecimento da sociedade colonial da Amazônia e dos contingentes indígenas a ela mais ou menos integrados, não se deve perder de vista a natureza circunstancial e sem estrutura própria da sua obra, feita de adendos e correções pontuais a texto de outro autor. Esta é a razão, sem dúvida, de ter sido completamente ignorada nos estudos antigos e modernos sobre a vida na Amazônia do século XVIII (PORRO, 2011, p. 578).

Diante disso, Anselm Eckart abordou, nos *Aditamentos à descrição das terras do Brasil*, as suas experiências durante as missões religiosas nas aldeias de Pirauri, Abacaxis, Trocano e Caetés no Estado do Grão-Pará e Maranhão entre os anos de 1753 e 1757. Logo, Eckart descreveu os modos de vida nos aldeamentos missionários, o equipamento material, a moradia, a pesca, o plantio, a alimentação, as crenças e os ritos funerários dos nativos da região. Na aldeia de Trocano, os índios da nação Ariquena apresentavam uma “estirpe de caciques” e, na aldeia de Caetés, uma *cunhã moacara*, viúva de um cacique, que não se casava de novo por não haver ninguém da sua dignidade. Além disso, o padre Eckart tratou do processo de despovoamento das aldeias de Abacaxis e Pirauri, que resultou da epidemia de sarampo na região, e do uso dos idiomas, uma vez que “observa que nos aldeamentos, onde geralmente são reunidas diferentes etnias, os índios se dirigem ao padre na língua geral, mas em suas casas falam cada um a sua língua” (PORRO, 2011, p. 578).

Por outro lado, Anselm Eckart discutiu a exploração indígena e os comportamentos negativos dos nativos da região, entre eles a irresponsabilidade dos chefes de aldeias que vendem os súditos em troca de uma garrafa de aguardente. Além disso, Eckart destacou o monopólio da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e a aplicação de impostos aos comerciantes de Belém que, após a proibição da servidão indígena devido a reforma pombalina, empenharam diversos objetos de valor,

como baixelas, joias e ouro, para o processo de aquisição da mão de obra africana. Nessa perspectiva, o padre Eckart descreveu o contraste entre as gestões das aldeias missionárias e do diretório indígena, as impressões acerca do governador Mendonça Furtado, a organização missionária, a política pombalina e o inventário da fauna e flora amazônica (PORRO, 2011).

Durante as missões religiosas nas aldeias missionárias do Estado do Grão-Pará e Maranhão entre 1753 e 1757, os membros da Igreja Católica estabeleceram relações políticas e, até mesmo, de amizade com os agentes demarcadores, indígenas, militares e oficiais da Coroa. Logo, essas redes de interação intra-imperiais entre os sujeitos contribuíram para a circulação do conhecimento a respeito do Vale Amazônico entre diversos pontos do Império português, o que nos possibilita uma abordagem voltada para o campo da História Global. Nesse cenário, Anselm Eckart desenvolveu relações com os diferentes personagens do processo de demarcação e ocupação do território da Amazônia colonial, entre eles os padres Antonio Meisterburg, Lourenço Kaulen e João Szluka, o astrônomo Ignácio Szentmartonyi, o governador Mendonça Furtado e o engenheiro João Schwebel.

No livro *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*, Mary Louise Pratt investiga as ferramentas ideológicas e semânticas utilizadas pelos viajantes europeus a partir dos anos de 1750, na criação de um novo campo discursivo, que despertou uma consciência planetária acerca das culturas e dos sujeitos do mundo colonial. Além disso, a autora relaciona a literatura de viagem aos diversos estágios da expansão do capitalismo e as conquistas dos territórios interiores da área colonial. Nesse sentido, Mary Louise Pratt analisa os relatos de viagem relativos aos continentes africano e latino-americano, propondo uma nova visão sobre as relações entre a metrópole e as colônias, entre o saber europeu e o saber nativo, entre visitantes e visitados, entre viajantes e *viajados* (PRATT, 1999). Portanto, a autora realiza uma observação crítica do período histórico por meio de uma perspectiva interativa e relacional, buscando uma abordagem voltada para o âmbito da História Global.

Por outro lado, Mary Louise Pratt apresenta dois conceitos fundamentais em sua obra: transculturação e zona de contato. Em primeira análise, as relações entre os saberes europeus e os saberes indígenas remetem ao conceito de transculturação, no qual os europeus utilizam as técnicas da cultura nativa e os indígenas incorporam as técnicas da cultura metropolitana. Em segunda análise, o conceito de zona de contato enfatiza as

dimensões interativas dos encontros coloniais, questionando como as relações entre os colonizadores e colonizados constituem os sujeitos coloniais em termos de interação e trocas no interior das relações assimétricas de poder (PRATT, 1999). Dessa forma, a autora discute questões que contribuem para a análise das interações entre o padre Anselm Eckart e os demais personagens da política de demarcação e ocupação da Amazônia colonial e, conseqüentemente, da circulação do conhecimento dentro do Império português.

Entre os anos de 1739 e 1755, o padre austríaco Roque Hundertpfundt trabalhou nas missões religiosas da Amazônia lusa e, nesse período, trocou correspondências com a rainha de Portugal, D. Maria Ana, informando a rainha sobre o trabalho missionário no Vale Amazônico. Contudo, D. Maria Ana estabeleceu relações com outros padres da Companhia de Jesus que atuavam no Estado do Grão-Pará e Maranhão, como os padres Francisco Wolf e Gabriel Malagrida, que lhe enviavam cartas acerca das missões religiosas na Amazônia colonial. No ano de 1749, Roque Hundertpfundt viajou para Lisboa como procurador da Vice Província do Maranhão e Pará e, após a sua chegada em Portugal, Hundertpfundt solicitou o envio de novos padres alemães para o trabalho missionário no Estado do Grão-Pará e Maranhão (ARENZ; PRUDENTE, 2019). Portanto, o padre Hundertpfundt articulou a chegada de missionários da Assistência Germânica da Companhia de Jesus no início da década de 1750.

Nesse cenário, o padre Roque Hundertpfundt voltou para o Vale Amazônico em 1750, trazendo os padres Lourenço Kaulen e Antonio Meisterburg. No ano de 1753, seis padres alemães, entre eles Anselm Eckart e João Szluka, desembarcaram na região amazônica. Diante disso, os padres *tapuitinga* atuaram nas missões religiosas da Capitania do Maranhão e da Capitania do Pará, especialmente nas aldeias missionárias ao longo dos rios Madeira e Xingu. Entretanto, após a morte da rainha D. Maria Ana em 1754, o rei D. José I e o secretário de Estado Sebastião José de Carvalho e Melo iniciaram o processo de articulação de uma política antijesuítica, visando a deportação dos padres jesuítas do Vale Amazônico. No ano de 1755, a Coroa portuguesa decretou a prisão e a deportação do padre Roque Hundertpfundt após a acusação de participação na conspiração dos habitantes do Pará contra a emancipação indígena (ARENZ; PRUDENTE, 2019).

Contudo, os padres alemães Anselm Eckart, Antonio Meisterburg e Lourenço Kaulen, da mesma forma que Roque Hundertpfundt, tiveram problemas com as novas políticas da Coroa portuguesa para o Estado do Grão-Pará e Maranhão. Durante o

processo de secularização das aldeias missionárias da região, o governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado escreveu diversas cartas que relatavam a oposição dos jesuítas em relação à supressão do poder temporal da Companhia de Jesus. Em primeira análise, o governador Mendonça Furtado acusou os jesuítas alemães da aldeia de Trocano, entre eles o padre Eckart, de adestramento militar indígena, como um modo de resistência ao domínio territorial e político de Portugal na Amazônia pombalina, devido a posse de duas “peças de sinalização” que, segundo Eckart, auxiliavam na defesa da aldeia de Trocano contra os ataques dos índios da nação Mura (ARENZ; PRUDENTE, 2019).

Por outro lado, o governador Mendonça Furtado acusou o padre Meisterburg “de influenciar Eckart para que este atrapalhasse a fundação da vila de Borba a Nova, de tentar monopolizar a produção de farinha dos índios em Abacaxis e de manifestar posição contrária à ordem de estabelecimento de escolas para o ensino da língua portuguesa aos índios” (ARENZ; PRUDENTE, 2019). Além disso, o governador Mendonça Furtado acusou o padre Kaulen, missionário da aldeia de Pirauiri, que posteriormente foi elevada à condição de vila sob o nome de Pombal, de retirar várias ferramentas da vila, queimar um conhecido lugar de pescaria e fabricação de canoas e ridicularizar o comandante da fortaleza de Gurupá (ARENZ; PRUDENTE, 2019). Dessa forma, Anselm Eckart desenvolveu relações de amizade com outros missionários da Companhia de Jesus e enfrentou conflitos políticos com os demais representantes da Coroa portuguesa no Vale Amazônico, estabelecendo uma rede de informação que contribuiu, de certa maneira, para a circulação do conhecimento.

No ano de 1753, o padre austríaco João Szluka produziu um mapa da região, que possibilitou a visualização das sedes da missão jesuítica no Estado do Grão-Pará e Maranhão, e o entregou ao padre Eckart. Diante disso, Anselm Eckart elaborou uma cópia do mapa e a enviou para os jesuítas alemães da Europa em 1754, visando a atualização das informações sobre a Amazônia colonial. Nesse contexto, o padre Eckart encontrou o astrônomo húngaro Ignácio Szentmartonyi, membro da comissão de limites portuguesa, na aldeia de Abacaxis, onde realizava a medição da altitude do polo para a demarcação das fronteiras do Vale Amazônico. Por sua vez, o engenheiro alemão João Schwebel produziu um desenho com as casas e as igrejas da cidade de Belém do Pará, mostrou para o padre Eckart e o enviou para o rei de Portugal (PAPAVERO; PORRO, 2013). Logo,

Anselm Eckart estabeleceu diálogos com os padres jesuítas e os homens de ciência, o que fortaleceu, de certo modo, a circulação do conhecimento dentro do Império português.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Logo, Anselm Eckart produziu relatos de viagem que nos permitem discutir aspectos culturais, econômicos, naturais, políticos e sociais que envolveram o processo de demarcação e ocupação do Vale Amazônico durante o século XVIII. Além disso, as descrições do padre Eckart sobre a natureza e a sociedade amazônica contribuíram para o desenvolvimento do conhecimento científico acerca da Amazônia colonial que, através das relações sociais e das correspondências oficiais, circulou entre diferentes partes do Império português. Nessa perspectiva, Fernando Torres-Londoño desenvolveu um artigo sobre a produção e a troca de correspondência entre os padres jesuítas e os seus superiores no século XVI, no qual resgata um texto inaciano elaborado gradualmente a partir da circulação de cartas entre os continentes europeu, asiático e americano (TORRES LONDOÑO, 2002). Dessa forma, várias pesquisas historiográficas destacam a importância dos religiosos para o conhecimento – e a circulação do mesmo – ao longo do período colonial.

Durante o século XVIII, agentes demarcadores, membros da Igreja Católica e oficiais do governo participaram das expedições da Comissão Demarcadora de Limites espanhola e portuguesa no Vale Amazônico. No entanto, as populações indígenas viabilizaram a política de demarcação e ocupação da região, uma vez que apresentavam o conhecimento sobre a fauna, a flora, o clima, a hidrografia e a paisagem da Amazônia colonial. Por isso, os “Aditamentos” de Anselm Eckart, que apresentam descrições acerca da natureza e da sociedade amazônica, resultaram das relações com os europeus e, principalmente, das trocas com os nativos da região. Logo, essas nações indígenas contribuíram para a formação do saber científico a respeito do Vale Amazônico, que circulou globalmente entre diversos pontos do Império português a partir dos relatos de viagem do padre Eckart.

Portanto, os “Aditamentos” de Anselm Eckart revelam que a política de demarcação e ocupação da Amazônia colonial possibilitou a interação entre diferentes personagens do período, entre eles administradores, homens de ciência e religiosos que trabalharam nas expedições de definição das fronteiras ultramarinas entre as monarquias

espanhola e portuguesa na América ibérica. Por outro lado, esses personagens escreveram relatos de viagem com informações acerca dos animais, das plantas, do clima, dos rios e das paisagens da região, contribuindo para o desenvolvimento do conhecimento científico acerca do Vale Amazônico. Dessa maneira, o padre Anselm Eckart estabeleceu, em alguns casos, relações de amizade com os agentes demarcadores e os membros da Igreja Católica e enfrentou, muitas vezes, divergências políticas com os oficiais da Coroa, o que contribuiu para a percepção da circulação do conhecimento no Império português e a análise do período histórico em questão por meio da História Global.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENZ, Karl Heinz; PRUDENTE, Gabriel de Cassio Pinheiro. Os padres “tapuitinga”: a atuação de jesuítas alemães na Amazônia pombalina, 1750-1757. In: MULLER, Jean Claude et al. (orgs.). *Dicionário de Língua Geral Amazônica [1756]*. Potsdam (Alemanha)/Belém (Pará): Universitätsverlag Potsdam/Museu Paraense Emílio Goeldi, 2019.

BASTOS, Carlos Augusto. Demarcações de limites e circulações nas fronteiras da Amazônia ibérica (c. 1780-c. 1790). In: *Revista Maracanan*, n. 16, Rio de Janeiro, 2017.

CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*. Lisboa: Horizonte, 1984.

ECKART, Anselm. Aditamentos à descrição das terras do Brasil. In: PAPAVERO, Nelson; PORRO, Antonio (orgs.). *Anselm Eckart, S.J. e o Estado do Grão-Pará e Maranhão (1785)*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2013.

ECKART, Anselm. *Memórias de um jesuíta-prisioneiro de Pombal*. São Paulo: Loyola, 1987.

FONSECA, Luis Adão da. *O tratado de Tordesilhas e a diplomacia luso-castelhana no século XVI*. Lisboa: Enapa, 1991.

KANTOR, Íris. Usos diplomáticos da ilha-Brasil. In: *Varia história*, v. 23, Belo Horizonte, 2007.

KETTLE, Wesley Oliveira. *Ciclopes e Profetas no Vale Amazônico: visões de Natureza no Tempo das demarcações (1750-1799)*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de

Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

KETTLE, Wesley Oliveira. “Comissários Inteligentes” na Amazônia Colonial. In: **Fronteiras:**

**Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v. 7, p. 58-83, 2018.

PATELLO, Cecília Cunha dos Santos. Relações na fronteira: os presentes enviados pelos governadores de Caiena e Belém e a proibição do comércio pelo Tratado de Utrecht (1713-1727

PORRO, Antonio. Uma crônica ignorada: Anselm Eckart e a Amazônia setecentista. In: **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 6, n. 3, Belém, 2011.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação**. Bauru: EDUSC, 1999.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Limites e demarcações na Amazônia brasileira**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

REZENDE, Tadeu Valdir Freitas de. **A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras**. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História Econômica. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

SCHEFER, Aline. Anselmo Eckart, jesuíta missionário e prisioneiro nas prisões pombalinas. Modelo de “vida exemplar”. In: **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, 2014.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal**. Lisboa: Verbo, 1990.

TORRES LONDOÑO, Fernando. Escrevendo cartas: jesuítas, escrita e missão no século XVI. **Revista Brasileira de História**, v. 22, São Paulo, 2002.



# Fé, devoção e peregrinação: Festa de São Sebastião de Lagoa de Roça – PB (2005-2020)

Edneide Salvador Gertrudes  
Universidade Estadual da Paraíba  
edneidesalvadorv@gmail.com

Este artigo apresenta uma análise da festa de padroeiro na cidade de São Sebastião de Lagoa de Roça na Paraíba, de 2005 a 2020. Estuda os principais aspectos sagrados e profanos da festividade, destacando a importância da tradição do evento para a cidade que envolve várias etapas: os preparativos iniciais para a festa, os grupos sociais envolvidos em sua realização, a reorganização espacial da cidade, os símbolos e rituais do sagrado que se fazem presentes na comunidade e, finalmente, seu encerramento festivo. Além de historiografia, utilizei *sites* e imagens para melhor compreendermos o tema pesquisado, destacando os pontos mais relevantes da festa durante os anos estudados. Para tanto, este trabalho fundamenta-se teórico-metodologicamente a partir de Certeau (1998), Pesavento (2003), Del Priore (1994).

**Palavras Chave:** Festa. Religiosidade. Práticas Culturais.

## Introdução

Analisando a realidade da crença predominante na cidade de São Sebastião de Lagoa de Roça, busco evidenciar quais práticas religiosas podem ser configuradas como sendo constituintes da religião católica por meio da festa do padroeiro São Sebastião. Partindo de 2005, ano em que a igreja se torna paróquia, pois antes, a igreja católica na cidade de São Sebastião de Lagoa de Roça estava ligada a cidade de Alagoa Nova. Em 2020 temos a data da última festa. Sendo a festa um evento que envolve rituais sagrados e profanos, muitas pessoas enxergam na festa do padroeiro como sendo o único momento

de distração para toda a família, assim como também espaço para rever os amigos e fortalecer a fé. Nessa perspectiva, a festa não somente serve como exercício religioso, mas também fortalece os laços na comunidade.

Como base na pesquisa historiográfica foi possível (re) construir como acontecia a festividade do padroeiro em anos passados, levando em consideração que estamos falando de uma festa centenária. Entender de que forma a festa compõe cultura da cidade e como interfere na construção das memórias do lugar ao passar do tempo. “História e memória são representações narrativas que se propõe uma reconstrução do passado e que se poderia chamar de registro de uma ausência no tempo.” (PASAVENTO, 2003, p. 57). Pois assim por meio das histórias da festa, costumes e tradições se faz evidente a relevância do evento para a cidade.

Para a população da cidade de Lagoa de Roça como é conhecida, a tradição é marcante na festa deste o simples fato de estar presente especialmente no encerramento mantendo antigas tradições como a “procissão no último dia”. Esta última etapa da festa é o espaço onde a igreja já não mais participa, se trata do lado profano da festa que ocorre logo após a celebração religiosa todos os dias ao final do evento.

### **História da festa de São Sebastião**

As festividades religiosas no Brasil marcam inúmeros momentos da história, adquirem ao longo dos anos novas formas, curiosidades, reinvenções. Elas fazem parte de uma tradição perpetuada há muito tempo que podem revelar elaborações de identidades locais, seus costumes, aspectos culturais. No Brasil, desde muito tempo, a festa religiosa é espaço de mistura do sacro com o profano. Como afirma Del Priore “Rugendas em visita ao Brasil no início no século de XIX, espantava-se com o número exagerado de festas, “tão excessivo” segundo ele “que absorvem mais de cem dias por ano”. Confirma-se, assim, a longa duração do espírito que mesclava festas profanas e religiosas.” (DEL PRIORE, 1994, p. 27).

Ainda segundo a autora, a festa é uma representação humana que aciona muitos sentidos e acarreta experiências socioculturais:

Mas mesma festa enava brechas de resistências, transculturalidades e utopias. Espaço de múltiplas trocas de olhares, de tantas leituras e de tantas funções políticas e religiosas, a festa e seu calendário transformaram-se, no período

colonial, na ponte simbólica entre o mudo profano e o mundo sagrado. (DEL PRIORE, 1994, p.27).

É o momento de aproximação de classes, memórias e representação de poder dentro do mesmo ambiente. Em meio às festividades é possível identificar diversidade de pessoas, grupos religiosos, devotos, pessoas da sociedade em geral. No presente, tratando-se das cidades do interior da Paraíba por terem relativamente poucos habitantes as festividades religiosas costumam concentrar muitas pessoas, sendo no espaço da festa religiosa o momento em que se costuma obter grande número de pessoas, como em São Sebastião de Lagoa de Roça onde o maior evento da cidade é a festa do padroeiro.

Oficialmente fundada em 1850, a igreja em louvor a São Sebastião abre as portas para uma longa caminhada da fé. A igreja tornou-se paróquia somente em 2005, anteriormente estava vinculada a cidade de Alagoa Nova, paróquia de Santa Ana. Em 1850 ocorre a inauguração sendo realizada a primeira missa na capela presidida pelo padre Santino Maciel de Ataíde, o território onde a igreja foi construída se deu de uma doação. Como salienta Santos:

No município havia um cruzeiro onde o povo rezava e pagava suas promessas. Depois foi construída uma capela que não passada de uma casa de taípa, coberta de palha, mal acabada e imprestável para o ofício religioso. Em 1832, o fazendeiro Sebastião Jose de Araújo e sua mulher Maria Joaquina de Araújo, de Boa Vista, fazem doação de um sítio em Lagoa de Roça para patrimônio de uma capela a ser construída ali, sob a invocação de “São Sebastião”. (SANTOS, 2001, p.51)

Tradicionalmente a festa segue uma tradição de ritos, que sofrem adaptações ao longo dos anos. O mais conhecido e mais esperado pelos fiéis é a procissão realizada no encerramento da festa, que acontece no dia 20 de janeiro. Todos os anos há expectativa pelos lagoarocences pois a festa do padroeiro é o principal evento da cidade e o mais populoso, o que faz movimentar as zonas urbana e rural nos primórdios aos dias atuais.

As festas do padroeiro davam vida ao lugar. Os moradores da zona rural, agricultores ou fazendeiros vinham todos para a festa, com suas famílias e agregados. As moças namoram, só de olhar, à distância. As ruas se enchiam de gente. O comércio se animava com a freguesia nova, que comprava o pouco que havia, depois de muito regatear o preço, pedindo sempre para fazer por menos. No último dia a procissão de encerramento chamava atenção do povo. Terminada a festa, todos voltavam aos seus afazeres, à espera de outra romaria igualmente alegre, daí a um ano. (SANTOS, 2001, p. 134)

O evento contribui dentre outros aspectos para o fortalecimento da economia local, pois os donos de lanchonetes, bares e outros enxergam no espaço da festa o momento para melhorar as vendas. Várias barracas são montadas aos arredores da igreja organizadas pela prefeitura no espaço da rodovia que é interditando durante a festa, comercializam comidas e bebidas, o que gera lucro aos pequenos negócios. Camelôs também circulam na festa, expõem seus produtos vendendo dentre os mais variados itens, brinquedos e artigos religiosos. Os parques vindos de outras cidades trazem também a movimentação de renda, principalmente pela procura das crianças que convencem os pais a usufruir do espaço.

A prefeitura interfere na organização dos espaços para preparação da festa fora da igreja. Aos artesãos é reservado um pequeno espaço de exposição para venda dos materiais confeccionados ao longo do ano. Estes materiais são produzidos por grupos sociais que participam das aulas de corte, costura, pintura e crochê disponibilizados pela prefeitura local. Ao chegarem à festa do padroeiro, os artefatos já possuem um espaço reservado para divulgação e venda.

A análise sobre a festa do padroeiro pode nos dizer sobre o lugar ou lugares da cidade. “O espaço é formado pelo movimento, como afirma Michel de Certeau “o espaço é um lugar praticado” (CERTEAU,1998, p.202). Sendo assim, as características que contribuem na formação da festividade estão associadas ao processo de acontecimentos que são esquecidos ou revigorados ao passar do tempo, sendo a festa do padroeiro um exemplo deste movimento construtor da cultura local. A organização da cidade perpassa por diversos fatores, a religião é um deles. A festa do padroeiro do município estudado, é principal movimento religioso da cidade marcado por momentos responsáveis pelo fortalecimento da memória local. O lugar da festa é espaço de lembranças que juntas contribuem para a formação da identidade do espaço, construindo uma identidade social como escreve CERTEAU, (1998, p.189):

Os lugares são histórias fragmentárias e isoladas em si, dos passados roubados à legibilidade por outro, tempos empilhados que podem se desdobrar mas que estão ali antes como histórias espera e permanecem no estado de quebra-cabeça, enigmas, enfim simbolizações enquistadas na dor ou no prazer do corpo.

É a partir do movimento da festa, das práticas, costumes e representações que é formada a identidade do local. As peças deste quebra-cabeças estão desmontadas, sem o papel do historiador estas histórias permanecem em peças a espera de alguém

interessando em montar. Ao se tratar da história cultural, o espaço é de grande relevância pois nele podemos encontrar muitos aspectos da cidade a partir dos olhos da pesquisa.

### Memórias da festa de São Sebastião

São Sebastião mais conhecido como protetor contra a fome, peste e guerra nasceu em Narbona na França no ano de 256 d.C. Foi soldado do exército romano morto em Roma por volta do ano de 287 em decorrência de sua devoção ao cristianismo. Tornou-se padroeiro da cidade de São Sebastião de Lagoa de Roça oficialmente a partir da inauguração da igreja em sua devoção em 1850.

A devoção a São Sebastião espalhou-se por todo Brasil desde a colônia, na Paraíba tornou-se ainda mais fervorosa no final do século XIX período de muitas epidemias e longos períodos de estiagem, dentre as doenças a epidemia de cólera se destacou na cidade causando destruições e preces a São Sebastião. “O cólera que se disseminou durante muito tempo na Paraíba, deixou nas brumas da sociedade, tristezas e medos de uma época na qual a medicina não estava tão avançada e as pessoas se viam ligadas a ter como solução sua fé (maioria católica).” (GUIMARÃES E SANTOS, 2019, p. 2). Muitas das cidades interioranas da Paraíba surgiram a partir de interseções para fins de doenças, sendo a fé o elemento utilizado em meio aos poucos conhecimentos médicos existentes na época.

Neste período já existia a igreja de devoção a São Sebastião, segundo Santos “O povo porém encontrou no templo o amparo para suas dores e conforto aos sofrimentos”. (SANTOS, 2002, p. 53). A igreja foi amparo das preces do povo esquecido pelo homem e lembrado por Deus. “A verdade é que a igreja de São Sebastião deve ser encarada pelo povo como algo muito mais que um templo religioso.” (SANTOS, 2002, p.53). Sendo a igreja de São Sebastião fonte de promessas que intensificam nos períodos atordoados por doenças.

Ao longo dos anos a festa adquire novas características e formatos, mesmo que a tradição seja mantida, como a procissão no último dia, mudanças podem ser vista levado em consideração que se trata de uma festa centenária. Em seus primórdios não havia na cidade eletricidade, os geradores ficavam por traz da igreja e garantiam a iluminação das ruas que ocorriam a festa. Nos eventos religiosos em comemoração ao padroeiro por traz há uma equipe que organiza para que tudo saia conforme programado, tratando de uma

grande festa a preparação se torna ainda maior, membros das pastorais da igreja se unem para divisão de tarefas para que cada pessoa contribua da melhor maneira possível na festa, cantando, vendendo, realizando a leitura na missa, ou de tantas outras maneiras de contribuição.

Os preparativos para a festa do padroeiro marcam um ciclo festivo que encerram ao término do evento. Muitas pessoas contribuem diretamente ou indiretamente para sua realização, os pequenos detalhes não passam despercebidos, pois o objetivo dos participantes é tornar a festividade maior, mais bonita, e perfeita a cada ano. Generosidade nunca falta por parte dos lagoarocense para tornar a festa do padroeiro o evento religioso mais forte da cidade.

São criados cartazes para divulgação da festa, espalhado pela cidade nos comércios, praças, redes sociais, e outros lugares que costumam ser de grande movimentação. “As imagens estabelecem uma mediação entre o mundo do espetacular e o do produtor, tendo como referência a realidade, tal como, no caso do discurso, o texto é mediador entre o mundo da leitura e da escrita.” (PASAVENTO, 2003, p.52). Deste modo as imagens trazem informações do objeto de estudo para além de um simples cartaz, fazendo o historiador observar outras fontes, para além dos escritos.

Nos anos mais atuais é comum o compartilhamento de festa nas redes sociais, não deixando de lado a divulgação inicial. Com o passar dos anos a festa adquire mais patrocinadores contribuindo assim para maior propagação do evento pois muitos comerciantes locais contribuem de alguma forma para ter seu estabelecimento comercial mais conhecido. Além disso a igreja criou os “padrinhos e madrinhas do andor de São Sebastião” são solicitadas contribuições financeiras para a compra das flores do andor por meio de uma conta bancária divulgada nas redes sociais e arrecadação na secretaria da igreja.

A cidade não possui espaço a parte para a realização da festa, a mesma acontece nas ruas principais da cidade onde fica localizada a igreja e a praça central, são montados brinquedos que garantem a diversão de crianças e adultos. A tradicional roda gigante, o carrossel, a barca, o tiro ao alvo, e outros brinquedos passam ocupar parte do espaço junto as barracas de comidas que são montadas para a festa.

Poucos dias antes do início o tráfego de carros, motos e demais transportes terrestres da cidade realizam percurso diferente, por traz das vias ocupadas. Dada a largada a primeira noite do novenário é iniciada uma carreata dedicada aos motoristas

partindo da capela de Santo Antônio no bairro Bela Vista em direção ao centro da cidade até a paróquia. Na abertura da festa fiéis conduzem seus transportes atrás da imagem cantado e louvado o Santo padroeiro que é carregado sobre um andor envolto por rosas. Ao chegar na igreja matriz o padre posiciona-se na lateral a igreja benzendo os carros dos devotos, aspergindo água benta simbolizando proteção divina para os motoristas que por ali passam. Uma fila gigantesca se forma para receber a benção de São Sebastião por intermédio do padre e ali são benzidos não apenas os motoristas que participam da carreata, mas os demais que por ali passam.

No que se refere a divisão de tarefas, as pessoas que possuem transportes acompanham a carreata de abertura, outros já aguardam na praça frente à igreja, as pessoas da zona rural costumam participar especialmente do encerramento, muitos pelas dificuldades de acesso a cidade no período noturno. Os homens costumam ser os responsáveis por levar a imagem de São Sebastião a igreja, assim como levá-la nos ombros na procissão de encerramento. As mulheres entre outras tarefas costumam cozinhar os itens vendidos nas quermesses.

A noite de abertura da festa é marcada por vários momentos especiais para os devotos de São Sebastião como a benção dos motoristas, a carreata, sempre marcadas por muita alegria e comemoração. A festa para muitos é o ponto de partida de mais um ano que acaba por iniciar sob as bênçãos do padroeiro. Além da benção dos motoristas antes da missa também ocorre o hasteamento das bandeiras dentre elas estão a do Brasil, do município e da Paraíba que são erguidas tradicionalmente pelas autoridades locais: padre, prefeito, vice-prefeito e outros.

Ao término de cada celebração a igreja permanece aberta para visitaçao da população e logo após é fechada dando início à segunda parte a festa, o lado profano. Neste momento nas ruas ligam-se caixas de som e aos poucos perde-se um pouco da identidade religiosa da festa do padroeiro dando uma segunda visão ao evento. Pelas ruas as pessoas passam a aglomerar-se em frente as caixas de som, além de irem para as barracas lancharem, ingerir bebidas alcóolicas, ou procurar diversão nos brinquedos montados pela rua.

No tocante as sociabilidades, há diversas particularidades durante a festa em São Sebastião de Lagoa de Roça, mesmo que esta apresente aspectos tradicionais de uma antiga cidade que parece ter congelado no tempo com suas bandas e suas maçãs do amor. Os mais velhos costumam voltar para casa após o término da celebração religiosa, os

jovens especialmente após a celebração encontram no espaço mundano da festa o momento da paquera. Muitos casais da cidade por sua vez, iniciam relacionamentos duradouros ou não durante a festividade. As crianças encantadas pelo parque enlouquecem os pais para comprar os ingressos, além das guloseimas espalhadas na festa: algodão doce, maçã do amor, e outros.

**Imagem 1** - Imagem da festa na rua



Fonte: Página da Prefeitura de São Sebastião de Lagoa de Roça no Instagram

Na imagem 1 temos a festa na rua momento que costuma reunir muitas pessoas, o lado profano o qual bebidas, comidas e músicas tomam conta da festa. A cidade é tomada pela festa, o espaço da praça e das ruas em que ela ocorre se torna pequeno para os jovens ficarem mais livres para desviarem dos olhares dos pais e da própria igreja representada pelos seus membros. Nos últimos dias é montado o chamado “pavilhão”, lugar com entrada restrita, este espaço é apenas para as pessoas que preferem alugar mesas e aproveitar a festa ao som de música ao vivo, com cantores locais. A estrutura montada torna-se uma espécie de restaurante composto por palco, mesas, cadeiras e grades para limitar o acesso dos curiosos. Acontecem leilões de comida, pratos como a famosa galinha. Podemos dizer que é o espaço para quem prefere a tranquilidade, estar com família



reunida, o espaço para “elite”. Os demais permanecem espalhados pelas ruas perambulando pela festa ou estacionados próximos as caixas de som.

Dentro da festa há vários quiosques que vendem comida, mesas são organizadas servindo também para contribuir no ganho destas famílias que ali trabalham. Ao mesmo tempo estes espaços também trazem conforto para os demais participantes da festa que muitas vezes não tem condições financeiras suficientes para alimentar-se no pavilhão, ficando então nos demais locais que vendem comidas, bebidas e ali reúnem a família para desfrutar das delícias ali apresentadas. Dentre as comidas mais comuns em festas interioranas estão a famosa batata frita, churrasco, cachorro quente, estão também a fava, o caldo de peixe, caldo de camarão, e outras comidas caseiras que sempre atraem bastante pessoas. Nas bebidas destacam-se a caipifruta, cerveja, além do famoso refrigerante.

Sendo a festa do padroeiro o principal evento religioso da cidade, chama atenção de muitas pessoas católicas ou não. Protestantes participam da festa na rua levando os filhos para brincar no parque, passeiam com a família, contribuem na dimensão do evento. Curiosos em geral passam pela festa desfrutando dos mais variados itens que ela oferece.

Chegando o dia vinte de janeiro, por volta das 5:10 da manhã a banda filarmônica São Sebastião junto a população percorre as principais ruas da cidade despertando a população para a chegada do dia mais esperado. Mais tarde, geralmente as 16:00 horas começa a missa campal em frente à igreja onde inúmeros fiéis participam emocionados, alguns pagando promessas. Por volta das 17:00 horas inicia a procissão por algumas ruas com trio elétrico cantando louvores a São Sebastião, rezando e rogando sua proteção, enquanto alguns homens carregam nos ombros o andor com a sua imagem.



Algumas pessoas costumam pagar promessas neste período caminhando descalços, agradecendo as graças recebidas.

### **Imagem 2-** Imagem da missa campal de encerramento

Fonte: Página da Paróquia de São Sebastião no Instagram

Na Imagem 2 podemos observar a imagem da missa campal de encerramento na preparação para procissão onde várias pessoas aglomeram-se próximo a imagem de São Sebastião, enquanto homens levam nos ombros a imagem. Como podemos observar pela quantidade de devotos a missa de encerramento é realizada na praça pública no centro da cidade. “Ou seja, neste dia a cidade “respira” religiosidade, na ocasião as comemorações começam cedo em honra ao santo padroeiro. Vale lembrar que neste dia é feriado municipal o que faz com que a presença de fieis seja numerosa. E ainda por cima, a cidade recebe muitos turistas que vem participar da festa.” (SILVA, 2019, p.17). Ao término da procissão, o ponto de chegada é o mesmo que ocorreu a partida. Em frente à igreja o padre realiza a bênção final logo após o céu é colorido pelos fogos de artifício. Neste momento a emoção dos fiéis é expressada por lágrimas misturados com sorrisos, que em alta voz louvam “Viva São Sebastião”. Encerra-se ali mais um ano da festa religiosa mais esperada pelos lagoarocenses.

Todos os anos, a festa se encerra com uma grande queima de fogos, restando apenas a festa social que continua por toda noite. Portanto, é a única festa social que permanece na cidade. Por isso, ela está consolidada no calendário da cidade, como também na memória dos lagoarocenses. (SILVA, 2019, p.17)

É justamente no encerramento da festa que as ruas da cidade recebem maior quantidade de fieis, pois a prioridade da participação é dada ao ápice, o maior momento que é selado pela missa de encerramento, procissão e fogos. É comum muitas pessoas principalmente da zona rural somente virem a festa no encerramento pois a tem como momento único e central. O sentimento de fé e devoção ao santo guerreiro sem dúvidas é o maior de todos os sentimentos visível e admirável neste evento tão importante para a cidade e região.

## Considerações finais

Este trabalho objetivou analisar a festa de São Sebastião de Lagoa de Roça como símbolo de tradição para a cidade e quem nela reside. Trata-se de um evento que ocorre desde o século XIX perpetuado fervorosamente pela população que dele participa até os dias atuais. Vimos a importância da festa para o fortalecimento da tradição local, observando que seus costumes e ritos são transmitidos, revigorados e adaptados adquirindo ainda mais grandiosidade em sua existência com o passar dos anos.

Na história da festa foram observados as tradições, costumes e aspectos do evento trazidos para os anos mais recentes, pois observando a grandiosidade do evento podemos compreender que as lembranças são fundamentais. “Toda consciência do passado está fundada na memória. Através das lembranças recuperamos consciência dos acontecimentos anteriores, distinguimos ontem de hoje, e confirmamos que já vivemos um passado.”. (LOWENTHAL,1998, p.75). Assim, nos costumes, preces e características da festividade foi possível observar a dimensão do evento para a cidade.

Os aspectos profanos que caminham lado a lado todos os dias de festa são relevantes para a cidade, especialmente por ser neste momento em que a economia consegue maior ênfase. Deste modo, a festa de São Sebastião na cidade de São Sebastião de Lagoa de Roça é símbolo de tradição e fé que envolve várias etapas e pessoas em sua realização, divulgação, concretização e encerramento festivo.

## Referências

- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. Editora Vozes, 3° ed. Ano 1998.
- GUIMARÃES, Beatriz Freire. SANTOS. Juvandi de Souza. *A influência da cólera na construção identitária de Esperança: Fé e patrimônio cultural*. I Semana Nacional de História da UEPB: História, Interdisciplinaridades e Culturas. Campina Grande, 2019.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Editora Revista dos Tribunais LTDA, 2° ed. Ano 1990.
- LOWENTHAL, David. *Como Conhecemos o Passado*. Proj. História, São Paulo, (17), nov. 1998.
- MATOS, Júlia Silveira; SENNA Kivanski Adriana. *História oral como fonte: problemas e métodos*. 2011.
- PASAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Autentica, 3° ed. Ano 2003.

PRIORE, Mary Del. **Festas e Utopias do Brasil Colonial**. 1º ed. Ano 2002.

SANTOS, Valter Araújo. **São Sebastião de Lagoa de Roça- Anotações para sua história**. Editora Solânea: Gráfica Fabrício, 2001. Ano 2001.

SCHWANZ, Angélica Kohls. **A imagem como fonte de pesquisa: o dito e o não dito na fotografia**. II Encontro Nacional de Estudos da Imagem. Anais, 2009 Londrina-PR.

SILVA, José Jorge Ramos. **Os vários aspectos dentro da festa de padroeiro de São Sebastião de Lagoa de Roça**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2019.

## CHINELOS CHILENOS: Como a imprensa brasileira viu a Reforma da Previdência Chilena

Alice Motta Nascimento Nogueira  
Universidade de Brasília  
alicemottannogueira@gmail.com

A reforma da Previdência no Chile em 1981 é um assunto que nunca esfriou no meio econômico mundial. Trazendo um modelo previdenciário inovador, o governo Pinochet se destacou também pelas medidas neoliberais implantadas na economia chilena. O modelo já passou por reformas para se adequar às atuais necessidades do país. O modelo inovador adotado na década de 80 do século XX gerou muita expectativa nos países latino-americanos e foi muito discutido na imprensa desses países, dentre eles, o Brasil.

**Palavras-chave:** Chile. Previdência Social. Pinochet. Imprensa.

### Introdução

A previdência social é de extrema importância para a manutenção do trabalhador após a sua aposentadoria. Há no mundo diversos modelos previdenciários que apresentam vantagens e desvantagens ao beneficiário. Nesse artigo irei mostrar como a imprensa brasileira viu todo o processo reformista chileno e as implicações dele no país.

O modelo de previdência social adotado hoje no Chile data da década de 80 do século XX e foi implantado durante o governo do general Augusto Pinochet que ficou no poder entre os anos de 1973 e 1990. O modelo de previdência adotado por Pinochet anteriormente era apenas teórico e é baseado nos estudos do economista liberal Milton Friedman.

O governo Pinochet fez reformas não somente na previdência, como em toda a economia do país adotando medidas liberais que diminuíram o controle do Estado sobre a economia o que possibilitou ao Chile nos anos iniciais do governo Pinochet se recuperar de uma crise que datava da Crise Econômica de 1929, após a quebra da Bolsa de Valores de Nova York. O país teve vários episódios de oscilações na economia que persistem até

os dias de hoje. O Chile possui hoje o maior crescimento econômico da região e o maior PIB.

As reformas na previdência chilena serviram de inspiração para economistas brasileiros desde as primeiras décadas de sua implementação. O modelo previdenciário brasileiro apresenta falhas significativas e o desejo de alterar os seus termos não é recente.

### A reforma da previdência chilena

Em 1980 o governo do Chile substituiu completamente o esquema coletivo público de previdência por um baseado na capitalização individual administrado pelo setor privado. O sistema iniciou em maio de 1981 e era obrigatório para todos os novos contratos. O novo sistema consistia em um plano universal que deveria abranger toda a população em idade de trabalho e que definia como contribuição obrigatória para o trabalhador uma taxa de 10% sobre seu salário. Além disso, o trabalhador poderia escolher entre três modalidades de resgate desse valor acumulado: programar a retirada total, remessas vitalícias mensais ou um plano misto que consistia na retirada parcial de um montante e no recebimento do restante em parcelas vitalícias.

Como a imprensa brasileira viu a reforma

Pouco se falou no Brasil a respeito da reforma da previdência chilena nos seus anos iniciais. Nos anos seguintes à implantação da nova previdência foi noticiado em jornais brasileiros o interesse por parte de economistas brasileiros em se inspirar no modelo chileno.

A primeira notícia brasileira que retratava a reforma do sistema previdenciário chileno foi uma nota do Correio Braziliense que noticiou a visita do Ministro do Trabalho e Previdência do Chile, José Piñera, às autoridades brasileiras. A visita teve o intuito de contar as boas novas para os vizinhos brasileiros e foi vista com bons olhos pela imprensa brasiliense. A nota data de 29 de julho de 1980.

Foram considerados positivos os encontros mantidos em Brasília pelo Ministro do Trabalho e Previdência do Chile, José Piñera, que recentemente visitou nosso país. Nos seus contatos com autoridades brasileiras ele afirmou que a filosofia que inspira a reforma que está procedendo nas relações entre Estado e os trabalhadores em seu país baseia-se fundamentalmente, em sistema aberto à decisão voluntariosa

dos trabalhadores de traçar seus próprios caminhos. (Correio Braziliense, 29 de julho de 1980).

Já no ano de 1981 uma notícia tomou conta dos principais jornais brasileiros: “Jair contra a privatização!”. Essa matéria demonstrava as preocupações do Ministro da Previdência Social brasileira, Jair Soares.

O ministro faz uma análise do sistema chileno afirmando: - Muito embora esta mudança, através do método de capitalização. Esta solução - disse - pode ter sido ideal para o Chile, posto que tira do estado um dos maiores encargos, ou seja, o custeio da Previdência Social. Mas, se analisando pelo lado brasileiro, tal alternativa se tornaria totalmente inexecutável e danosa, na medida em que suspende a cobertura do risco social, hoje caminho já trilhado pelo SINPAs na sua busca pela universalização da Previdência. (Jornal de Caxias, 08 de agosto de 1981).

Nos anos de 1990 jornais de diversos estados brasileiros noticiaram o contentamento de economistas brasileiros frente aos bons resultados apresentados pelas mudanças na previdência chilena. Foram ressaltados os méritos da previdência reformada, porém não sem deixar de apresentar alguns problemas que surgiram com o passar dos anos.

**Fundo de previdência do Chile sofre perda de 2,5%-** Sistema, que exige alta rentabilidade, tem falhas e governo acredita que solução é a abertura de investimentos para outros países. Depois de 14 anos rendendo mais de 10% ao ano, os fundos de previdência do Chile, base do modelo privatizado de aposentadoria no país, surpreenderam este ano com uma perda de 2,5%. As autoridades chilenas reconhecem que o sistema tem problemas e uma das saídas apontadas pelo governo é a abertura dos investimentos dos fundos para outros países. [...] A manutenção de uma alta rentabilidade nos fundos é vital para o sistema de previdência chileno, que se baseia na capitalização das contribuições feitas apenas pelos trabalhadores. Pelos cálculos da SAFF, é necessária uma rentabilidade real de 4% ao ano, para garantir um benefício equivalente a 70% do último salário... (Jornal do Brasil, 27/11/1991).

Com base nas reportagens fica claro que as opiniões no Brasil a respeito do novo modelo de previdência do Chile são controversas. Ao mesmo tempo em que são apontadas as falhas no sistema, é apontado também o desejo por trazer esse modelo para o Brasil.

Ainda no século XXI, o Brasil vê como proveitosos os resultados alcançados com a previdência chilena, fazendo ressalvas em relação aos problemas relatados e também às

necessidades locais da população brasileira, É importante que sempre se observe tais fatores, a fim de tornar o sistema previdenciário eficiente e de possível manutenção.

### Considerações finais

A Reforma da Previdência chilena entrou em vigor em 1981 em meio ao governo do General Pinochet. Essa reforma substituiu o antigo sistema previdenciário, que era gerido pelo Estado, por um gerido por empresas privadas.

Essa mudança gerou altos custos para o Estado no período de implantação, alguns deles foram passageiros e outros são fixos. Esses gastos, apesar de altos, são inferiores aos que o Estado chileno tinha quando a previdência era gerida somente pelo Governo.

Com base nas notícias brasileiras e internacionais, a nova previdência chilena foi bem recebida no cenário externo. Existia muita curiosidade em relação ao novo modelo que estava sendo implantado, pois era um modelo inédito de previdência.

O modelo de administração privada rendeu bons frutos na primeira década de vigência. As médias de rendimento esperadas para que a previdência fosse bem sucedida estavam sendo alcançadas e tudo indicava que o modelo seria exitoso.

Com o passar dos anos alguns problemas foram surgindo e medidas foram tomadas na tentativa de contorná-las. As médias de rendimento caíram e foi necessário investir o montante arrecadado no exterior, o que voltou a trazer bons frutos para o país.

Já no século XXI novos problemas chegaram ao Chile, mas dessa vez as consequências foram alarmantes. Com dificuldades financeiras, muitos idosos que dependem da aposentadoria tiveram problemas para equilibrar suas contas.

Tendo em vista todas as dificuldades financeiras enfrentadas pela população carente nos últimos anos, foram apresentadas diversas propostas de reforma no texto aprovado em 1981. O novo texto, que foi aprovado em 2018, aumentou a taxa de contribuição mínima para 15%, destes sendo 10% que permanecem sendo de responsabilidade do empregado e 5% que passam a ser responsabilidade do empregador. Essa contribuição extra é destinada para os auxílios de aposentadorias por invalidez que, por conta de limitações das mais diversas, não podem contribuir com a capitalização. Outras propostas de lei tramitaram também para reestruturar a previdência.



No Brasil a mudança da previdência é um assunto recorrente a décadas e um dos modelos mais citados é o chileno, uma vez que há um desejo latente por enxugar a máquina do Estado e transferir algumas responsabilidades para o setor privado. É necessário, primeiro de tudo, estudar uma forma de tornar o modelo chileno adequado para o nosso modelo econômico, uma vez que cada país tem necessidades específicas e para que um modelo de previdência dê certo, é necessário observar fatores como expectativa de vida, taxas de pedidos de auxílio doença e aposentadorias por incapacidade.

Como o Chile foi pioneiro na implantação de um sistema de previdência privada, que anteriormente era exclusivamente teórico, alguns problemas surgiram com o passar dos anos já era esperado. As modificações serão sempre necessárias para que o sistema se adeque às novas necessidades da população, pois fatores populacionais são variáveis e influenciam diretamente na previdência social e no sistema de pensões como um todo.

Apesar das dificuldades nesse artigo apresentadas, acredito que o modelo chileno é importante e relevante para o cenário internacional, com a devida melhora. Creio que é valioso para outros países seguirem seu exemplo assim como foi feito na Argentina, Peru, Colômbia, Uruguai e Bolívia. Mudar todo um sistema previdenciário de um país não é tarefa fácil, mas deve ser feito para que a previdência continue sendo sustentável visando sempre não prejudicar aqueles que dependem dela.

## Fontes

1. Correio Braziliense- Distrito Federal

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_03&pesq=Previdencia%20chile&pasta=ano%20198,29/07/1980](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_03&pesq=Previdencia%20chile&pasta=ano%20198,29/07/1980), página 3

2. Macías, Osvaldo; Proyecto de Ley Reforma Previsional, 23/08/2017

3. Jornal do Comércio - Rio de Janeiro

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568\\_18&PagFis=66056&Pesq=previd%c3%aancia%20chile](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_18&PagFis=66056&Pesq=previd%c3%aancia%20chile), 25/09/1992, página 14

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568\\_18&PagFis=66056&Pesq=previd%c3%aancia%20chile](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_18&PagFis=66056&Pesq=previd%c3%aancia%20chile), 03/04/1995, página 5

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568\\_18&PagFis=30789&Pesq=previd%20c3%aancia%20chile](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_18&PagFis=30789&Pesq=previd%20c3%aancia%20chile), 29/12/1995, página 10

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568\\_18&PagFis=66056&Pesq=previd%20c3%aancia%20chile](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_18&PagFis=66056&Pesq=previd%20c3%aancia%20chile), 18/03/1996, página 4

#### 4. Jornal do Comércio- Amazonas

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=170054\\_02&PagFis=49602&Pesq=previd%20c3%aancia%20chile](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=170054_02&PagFis=49602&Pesq=previd%20c3%aancia%20chile), 11/07/1992, página 5

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=170054\\_02&PagFis=49602&Pesq=previd%20c3%aancia%20chile](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=170054_02&PagFis=49602&Pesq=previd%20c3%aancia%20chile), 05/12/1995, página 2

#### 5. Jornal do Brasil- Rio de Janeiro

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_11&PagFis=156066&Pesq=p%20revid%20c3%aancia%20chile](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_11&PagFis=156066&Pesq=p%20revid%20c3%aancia%20chile), 27/12/1995, página 10

#### 6. Jornal de Caxias - Rio de Janeiro

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=882470&Pesq=%22previd%20c3%aancia%20chilena%22&pagfis=15417>, 10/08/1981, página 31

7. Jornal do Brasil, 27/11/1991, página 10 [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_11&PagFis=46978&Pesq=previd%20c3%aancia%20chile](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_11&PagFis=46978&Pesq=previd%20c3%aancia%20chile)

8. Arenas de Mesa, Alberto y Pamela Gana (2005) “Proyecciones del gasto fiscal previsional en Chile. Bonos de Reconocimiento: 2005-2038”, en Estudios de finanzas públicas (Santiago, Dirección de Presupuestos, Ministerio de Hacienda), diciembre. “The structural Pension Reform in Chile: Effects, comparisons with other Latin American reforms, and lessons”, (Oxford, Oxford of University Press), primavera.

9. Secretaria de Previdência, Ministério da Economia. Senado aprova Nova Previdência em segundo turno- PEC 6/2019- 23/10/2019

10. StB no Brasil, Salvador Allende um agente da KGB, 05/09/2019, publicado na revista polonesa Wprost (<https://www.wprost.pl/tylko-u-nas/129003/Salvador-Allende-agentem-KGB.html>) <https://stbno brasil.com/pt/salvador-allende-um-agente-da-kgb>

11. Secretaria de Previdência, Ministério da Economia. Previdência Social registra déficit de R\$ 13,6 bilhões em abril- 04/06/2019
12. Santander Trade - Economia do Chile <https://santandertrade.com/pt/portal/analise-os-mercados/chile/economia>

# A MULHER NA IDADE MÉDIA: SUBMISSÃO, ORDEM E AUTONOMIA – NOTAS TEÓRICAS PARA O DEBATE

Elias Pedro de Oliveira Neto  
Universidade Regional do Cariri (URCA)  
elias.pedro@gmail.com

Jamyly Alves dos Santos Siebra  
Universidade Regional do Cariri (URCA)  
jamyly.siebra@urca.br

O presente trabalho tem como objetivo trazer notas teóricas a respeito da ambivalência de atuação das mulheres dentro do contexto da Idade Média. Entende-se nesse sentido, que sempre foi notório o papel de submissão que foi outorgado à mulher no sentido de torná-la inferior ao homem, ainda que isso tenha sido efetivado no que tange aos aspectos sociais durante um determinado período de tempo. Foram várias as instituições, tanto políticas como religiosas, que debruçaram esforços para manter o ser feminino longe de atividades restringidas ao universo masculino, seja por meio da visão de que a fêmea possuía apenas a função de reprodutora sexual ou então que esta deveria seguir os preceitos religiosos e manter uma vida de obediência a Deus e ao pai/marido. A metodologia empregada, consiste na análise de livros e artigos tendo como fontes principais os livros – *A Mulher na Idade Média* – José Rivair Macedo, e *O Mito da Idade Média* – Regine Pernoud, em que nos debruçamos em averiguar através dos textos, os espaços ocupados pelas mulheres na sociedade medieval, bem como as suas vivências.

**Palavras-chave:** Mulher. Idade Média. Feminismo. Submissão.

## INTRODUÇÃO

A ideia de que a mulher é um ser submisso e vulnerável remonta aos tempos mais remotos e longínquos da ação humana. Diversos são os registros da supremacia masculina no desenvolvimento das civilizações.

O discurso com embasamento nas Escrituras Sagradas já coloca a mulher nesta lógica devido a imagem de Eva, fêmea gerada a partir da costela de Adão (segundo a tradição cristã), e posteriormente a ele, e que comete a prática do pecado original desvencilhando-se do paraíso e da obra de Deus e condenando seus descendentes assim como a si mesma e seu parceiro. A condição de condutora às práticas hereges e pecadoras já começa a ser gestada e associada aos indivíduos do sexo feminino.

Em oposição a esta ótica, surge a imagem da Virgem Maria, veículo de Salvação e de serviço a Deus, propondo ordem e submissão às práticas corretas da sociedade. A ideia seria a base da tradição destinada as mulheres do período medieval. O atendimento ao marido, bem como o exercício de esposa e mãe garantiriam uma posição de respeito dentro das relações sociais com o mundo exterior.

O presente trabalho tem por objetivo trazer notas teóricas para o debate a respeito da ambivalência de atuação das mulheres dentro do contexto da Idade Média, pois bem como ressalta Pires (2015), existiram as mulheres que não se guiavam pelos moldes impostos pela Igreja e as mulheres que suplantavam suas más tendências naturais ligadas à carne e se faziam santas.

Torna-se importante fazer o resgate de literatura sobre o tema em questão para a compreensão de que a repressão à mulher é um fenômeno não recente, mas que se perpetuou através dos séculos e se impôs na sociedade como uma construção cultural marcada por relações hierárquicas de poder que colocaram às margens da sociedade de direito os indivíduos pertencentes ao gênero feminino.

## A POSIÇÃO DELEGADA À MULHER NA IDADE MÉDIA

O discurso de submissão delegado à mulher no decorrer dos séculos sempre gerou uma hierarquia dentro do cômputo da sociedade e da família para com este membro de sua formação. O feminismo, ainda que tenha ganhado maior notoriedade no transcorrer do século XX e nos anos do século posterior como movimento de empoderamento e resistência da figura feminina contra os atos de abuso e misoginia, já podia ser identificado, ainda que com o pseudônimo de um embrião, na Idade Média.

Em partes e em contraste com o que muito se difunde, a Igreja desempenhou papel fundamental àquelas que buscavam instrução e autonomia frente aos preceitos de subordinação remetidos à mulher. Freiras, líderes religiosas e/ou revolucionárias do clero ostentavam revelia e incomodo à situação que lhes era inerente pelo curso natural das

coisas, despertando em si o desejo da independência e da conjuração feminil. O inconformismo frente ao mito de Gêneses que coloca a mulher como a causa e consequência (dado os castigos que remetem ao ato impuro) do pecado original, pode ser validado ao se notar que até mesmo dentro do contexto religioso.

[...] certas mulheres desfrutaram na Igreja, e devido à sua função na Igreja, dum extraordinário poder na Idade Média. Algumas abadessas eram autênticos senhores feudais, cujo poder era espeitado de um modo igual ao dos outros senhores; algumas usavam báculo, como o bispo; administravam muitas vezes vastos territórios com aldeias, paróquias (PERNOUD, 1977, p. 95).

Ou seja, as leis comuns do senso humano vão de encontro à ideia que era pregada nas abadias e conventos do período medieval, já que “as religiosas eram mulheres instruídas; aliás, entrar no convento [era] uma via normal para aquelas que [queriam] desenvolver os seus conhecimentos para além do nível corrente” (PERNOUD, 1977, p. 97). Segue, portanto, a influência que estas tinham no universo eclesiástico e para além dele, como prossegue Pernoud (1977, p. 101):

Nos atos notariais é muito frequente ver uma mulher casada agir por si própria, abrindo, por exemplo, uma loja ou um negócio, e isto sem ser obrigada a apresentar uma autorização do marido. Finalmente, os registros das derramas (nós diríamos os registros dos recebedores), quando nos foram conservados, como é o caso de Paris, no fim do século XIII, mostram uma multidão de mulheres que exerciam profissões: professora, médica, boticária, educadora, tintureira, copista, miniaturista, encadernadora, etc.

Entretanto, as ideias de Pernoud devem ser colocadas à luz do debate, já que, meramente, referem-se a mulheres que integravam uma classe mais nobre da sociedade.

A constatação de Pernoud é pertinente, mas deve ser considerada com reservas. Seus estudos direcionam-se para a situação da mulher nobre. Nada indica que na Idade Média a situação da mulher não nobre tenha sido melhor e relação aos séculos posteriores ao XV. Mesmo as mulheres da aristocracia, ao contrário do que a autora pensa, foram limitadas quanto à capacidade de atuação social, pois a chefia da família e o controle sobre o patrimônio cabiam aos homens (MACEDO, 1999, p. 40).

Em contraste ao apresentado por Pernoud, Chagas (2017) argumenta o caráter patriarcal da sociedade da idade média, justificando sua posição a partir da constatação de que os homens ocupavam posição privilegiada e de supremacia, enquanto que às mulheres era destinado um papel de passividade e submissão ao pai, marido, irmão, e outras figuras masculinas de seu convívio. Mais conflituosa ainda é a visão da autora a respeito das influências da igreja sobre as posições sociais de gênero, onde “as mulheres

eram retratadas como seres inferiores, muitas vezes mortas por não seguirem a imposição social da “obediência” aos homens” (CHAGAS, 2017, p. 3).

Lima (2010) traz à luz do debate a tradição judaica embasada no conteúdo da Bíblia, cuja vertente impunha proibições venéreas aos indivíduos do sexo feminino, como no caso em que “se a mulher trair o seu marido, ela será feita em objeto de maldição pelo Senhor”, ou como quando “se uma jovem é dada por esposa a um homem e este descobre que ela não é virgem, então será levada para a entrada da casa de seu pai e a apedrejarão até a morte” (LIMA, 2010, p. 4). Afora o conteúdo machista da crença, a mulher da idade média tornou-se um elemento de marginalização social condizente com os paradigmas e ideais machistas aos quais lhes foram impostos. Seja pela arrogância, autoritarismo ou expropriação de poder, isso acabou por transformar e transcender às gerações futuras a identidade misógina da civilização.

A sociedade feudal foi, sem dúvida, patriarcal e, para muitos autores, estaríamos falando de uma época histórica na qual as mulheres estavam obrigadas a circular exclusivamente na esfera privada. E, ainda assim, estaríamos falando de uma circulação somente permitida dentro dos limites da casa paterna, da casa marital ou do convento. Esta ideia está certamente reforçada pela grande difusão que as teorias misóginas alcançaram na Idade Média. Desde os primeiros momentos da História da Mulher, pode-se observar a insistência com que se recorre ao pensamento dos teóricos antigos e medievais sobre a condição feminina para afirmar a submissão da mulher medieval. Desta forma, são muito comuns as citações de fragmentos de Aristóteles, São Paulo, Santo Agostinho e São Tomás de Aquino. Este último foi realmente importante para a construção do discurso misógino do século XIII, na medida em que recuperou a parte mais radical do pensamento agostiniano com relação às mulheres. Em suas famosas Sumas Teológicas, São Tomás discorre sobre vários temas, que têm como centro de preocupação a construção teórica e filosófica da existência e da condição feminina (NASCIMENTO, 1997, p. 85).

A posição que foi deputada à mulher na Idade Média, especificamente na Europa, com seu intrínseco exercício de submissão na sociedade em questão, refletiu uma herança deixada, em parte, pelo então filósofo grego Aristóteles, que, em conluio com a tradição cristã e os ensinamentos bíblicos, encontrou amparo eclesiástico para a difusão de seus pressupostos de caracterização pertinentes ao macho e a fêmea a partir de uma visão encarnada de maldição e dependência desta última figura (FONSECA, 2012).

Os postulados de Aristóteles (384-322 a. C.) acerca da geração ou procriação das espécies animais, incluindo o gênero humano, foram de fundamental influência na formação do tradicional antifeminismo, não só na época em que foram elaborados, mas também, posteriormente, no pensamento medieval e moderno. [...] Em mais de um momento, médicos e comentadores discutiram acerca das mais derogatórias deduções que a fisiologia de Aristóteles havia estabelecido para o corpo feminino, principalmente aquelas

que a ele se referiam como uma espécie de corpo masculino deformado, ou cuja finalidade procriadora teria sido distorcida. É bastante conhecida a redução aristotélica da função da mulher na procriação como responsável pela contribuição da matéria prima apenas, semente inativa e informe, à espera do princípio formador e animador encontrado no sêmen do homem (FONSECA, 2012, p. 160-161).

A teoria aristotélica resume a fêmea somente ao papel de procriadora, receptora do sêmen do macho detentor da alma, enquanto que ela, como progenitora, exerce o papel de criação do corpo do ser na fase da gestação. Ainda que genitoras, na visão de Aristóteles, as mulheres também são responsáveis por seres tidos como sem alma, ou deformados, em virtude de sua tímida composição substancial em seu fluido orgânico “nutricional” para reprodução, que também é deficiente em calor (alma), gerando, por conseguinte, indivíduos do sexo feminino (FONSECA, 2012).

Aristóteles comenta sobre o sêmen masculino, uma espécie de resíduo nutricional em forma de sangue, de grande potência, obtido graças a uma especial preparação calorífera mais intensa no corpo do macho. Fala, em contrapartida, sobre o resíduo feminino, menos preparado nutricionalmente, expelido do corpo feminino em maior quantidade fluídica, como sangue, de valor potencial mais fraco por causa da menor quantidade de calor produzido em criaturas inferiores, como as fêmeas. [...] Aristóteles dá a entender que a contribuição da fêmea na geração, o seu fraco resíduo seminal, é responsável pela produção de machos deformados, isto é, de descendentes do sexo feminino, pois lhes faltam o princípio da alma, apenas encontrado, na sua inteireza, no sexo masculino. [...] A alma de cada corpo vivo é uma dotação do genitor, ao passo que o corpo, a parte física da criatura, vem da genitora, pois somente o sêmen masculino possui a capacidade de carregar a alma, essência de cada corpo em particular, a qual é impressa na matéria, dando-lhe forma (FONSECA, 2012, p. 162-164).

A tradição religiosa sempre fomentou a hegemonia masculina, seja em seus textos ou práticas. Lima (2010) destaca a posição de pensadores religiosos que sustentaram e deram suporte para a ideologia de submissão feminina e a figura defeituosa e conflitante relegada à mulher como ser meramente adicional e fosco dentro das relações entre o homem e Deus.

[...] para Santo Agostinho, os homens refletem o Espírito de Deus no corpo e na alma. A mulher, diferentemente, possui reflexos de Deus apenas na alma, pois seu corpo constitui obstáculo ao exercício da razão. Para São Tomás, a mulher foi criada mais imperfeita do que o homem mesmo no que toca à sua alma. Graciano, no século XII, principal fonte jurídica do Direito Canônico até nossos dias, baseando-se em Santo Agostinho e Santo Ambrósio, chega à conclusão de que Deus, ao criar primeiramente o varão, imprimiu somente nele a sua imagem (LIMA, 2010, p. 5).



Adicione-se ainda a crença de que a menstruação era tida como uma anomalia inoperante da geração de novos indivíduos, o que era tido como um castigo divino e demonstrador do poder da supremacia masculina.

Dentre outras superstições, o imaginário medieval conferia a ideia de que, se um homem tivesse sexo com uma mulher em estado de menstruação, estaria arriscando contrair a lepra. Esse aspecto fisiológico da mulher reprimia o seu completo desenvolvimento humano, tornando-a incapaz de igualar-se ao homem porque, diferente dele, o seu sistema corporal dava mostras da sua mais anômala inoperância: ter que se manter limpando periodicamente de uma espécie de água residual suja (FONSECA, 2012, p. 165).

As mudanças ocorridas na Idade Média em virtude de descobertas científicas acabaram por alterar a posição social das mulheres, quando estas passaram a utilizar de ervas medicinais para fabricação de substâncias e exercerem o papel de curandeiras e feitoras de partos. Entretanto, logo foram tidas como bruxas, a partir das determinações do Clero, o que foi fundamental para o início de um período denominado como caça às bruxas, como ficariam conhecidas as mulheres cuja revelia ficassem contrapostas aos dogmas cristãos (CHAGAS, 2017; CAMPOS, 2010).

## A SUBMISSÃO E A AUTONOMIA: A MULHER DO PERÍODO MEDIEVAL

A mulher da Idade Média experimentou de tudo um pouco, dado as multifacetadas que a sociedade lhe impunha ou então a necessidade de sobrevivência que lhe era exigida. Se a submissão lhe empurrou para o papel de dona de casa, esposa e mãe, restrita ao exercício do serviço entre as paredes de sua residência, esta estava à revelia do homem dominador; mas se as exigências e a busca pela instrução a tornaram uma “doidivana” contrária aos preceitos sociais e religiosos que a civilização da época sempre gestou a sua função na sociedade, esta, inconscientemente, estava sendo um embrião para os movimentos que se perpetuariam ao longo do tempo e que demonstrariam o empoderamento e a verdadeira capacidade revolucionária da mulher em mudar a sua realidade e a do seu raio de convívio para além dele.

Esta seção aborda, a partir de um contraste de realidades, o que os indivíduos do sexo feminino experimentaram durante a Idade Média a partir das ideias de submissão e subserviência aos postulados da época.

### 3.1 A RELAÇÃO CONJUGAL

A mulher submissa parte da ideia de respeito ao marido e do ser compromissado ao bom exercício das suas funções domésticas, bem como servir de exemplo à sociedade, transparecendo a ideia não somente dela, em si, estar conformada, mas também de aparentar o imaginário de uma família feliz e realizada. Essa ideia encontrou refúgio no sagrado e no profano, nos dogmas do Clero que determinavam o que podia ou não podia ser feito pelos homens e mulheres, enquanto membros da unidade familiar.

Este era o papel destinado socialmente à esposa na sociedade antiga: dar descendência legítima. Para assegurar essa legitimidade, necessário se fazia mantê-la submissa, obediente e principalmente fiel. Já ao homem, aconselhava-se fidelidade somente para mostrar a sua superioridade sobre seus desejos, como forma de dar provas de domínio de si. Destarte, a fidelidade do marido é bem diferente da exclusividade sexual exigida da mulher, baseada na necessidade de ter a certeza da paternidade dos filhos. Assim, a “fidelidade” do marido poderia ser somente aparente, o importante para a sociedade da época (e para as próprias esposas) era assegurar, às esposas legítimas, os seus privilégios e sua posição de respeito (LIMA, 2010, p. 2).

O texto de Lima (2010) destaca também um certo nível de cobrança ao homem/marido, como lido no parágrafo anterior, já que este deveria servir de exemplo e espelho à sua mulher/esposa, através do cumprimento de suas obrigações e fidelidade na relação conjugal, ainda que tais obrigações fossem superficiais e de caráter social, enquanto que, em se tratando do feminino, tais obrigações estavam enraizadas e intrínsecas a exclusividade sexual da mulher.

“Ruim com ele, pior sem ele”. Tal frase reforça a indissociabilidade do casamento e a necessidade da mulher aguentar “qualquer coisa” por parte do homem, pois ficar sem ele, é sempre pior. “Não se deve cortar cabelo com mulher menstruada, pois estraga o cabelo”. “Mulher menstruada não deve plantar nada, pois a planta morre”. Nestas frases, utilizadas corriqueiramente ainda no século XXI, reedita-se o mito da mulher impura que remonta as leis judaicas (LIMA, 2010, p. 8).

E não somente o Clero compactuou com que a realidade se tornasse tão expropriadora e egoísta para a sociedade feminil. As unidades do Estado também trataram de excomungar a mulher de papéis civis que passaram a ser restritos ao homem, sinônimo de indivíduo dotado de capacidade, domínio e racionalidade para a realização das coisas. E tal ideia não foi gestada na idade medieval, pois já vinha sendo praticada desde séculos anteriores.

Entre os romanos, ao menos no período do Império, prevaleceu a ideia da “inferioridade natural” das mulheres. Foram excluídas das funções públicas, políticas e administrativas. Suas relações limitavam-se à *domus*, a casa, governada pelo pai, pelo marido ou pelo sogro. [...] A liberdade dependia da posição que ela ocupava na sociedade. Entretanto, até mesmo quando era

juridicamente livre, tinha a autonomia pessoal limitada pelos interesses da família. (MACEDO, 1999, p. 9-10).

A passagem de Macedo (1999, p. 21-22) demonstra a relação marido-mulher existente na Idade Média.

[Os homens] não nutriam pelas suas esposas os mesmos sentimentos que tinham em relação às outras mulheres. A ordem social repousava no matrimônio. O sistema jurídico, que ligava, alienava, obrigava a reprodução da sociedade, especialmente na estabilidade dos poderes e das fortunas, não reservava espaço para a paixão, a fantasia ou o prazer. [...] Nada impedia que o marido procurasse encontrar o prazer fora da célula conjugal. [...] Os homens, pais ou maridos, reservavam o direito de castiga-las como a uma criança, a um doméstico, a um escravo. Era um direito de justiça inquestionável, primordial, absoluto.

Além de, muitas vezes, suportar a relação abusiva, a mulher que ficasse viúva teria de ver na sua trajetória no casamento o que seria determinante ao seu futuro. “Sendo mãe, quando viúva teria certa ascendência, ao menos moral, sobre os filhos. Não o sendo, apenas um destino era lhe reservado: o casamento místico com Cristo” (MACEDO, 1999, p. 24). A despeito desta última parte, provavelmente, a viúva seria destinada a um convento.

### 3.2 EM BUSCA DA AUTONOMIA

Para as mulheres, nem só por submissão foi marcada a Idade Média. Houveram aquelas que buscaram sua autonomia, mesmo diante de uma sociedade que pregava o contrário.

[...] existia um projeto feminino de construção de um lugar de acolhida para as mulheres da família, longe da ingerência masculina, a partir do qual elas podiam exercer um papel protagonista dentro da sociedade feudal, tal e como requeria sua condição de nobres. Neste ponto, temos que esclarecer que este projeto foi amplamente favorecido pelo evidente repúdio dos monges cistercienses em aceitar as fundações femininas, o que terminou por proporcionar aos mosteiros de monjas do século XII uma liberdade de ação jamais experimentada por outra ordem religiosa (NASCIMENTO, 1997, p. 87).

A respeito da resistência de monges em aderir a não subserviência feminina assim como aceitar mulheres em seus mosteiros, segue que “[...] constata-se que as religiosas desse tempo [...] são, na sua maior parte, mulheres extremamente instruídas, que poderiam ter rivalizado em saber com os monges mais letrados do tempo” (PERNOUD, 1977, p. 96).

A influência das instituições eclesíásticas na sociedade medieval contribuiu para uma moral que definia os papéis sociais ligadas ao gênero, a partir dos discursos religiosos, surgindo então, a figura da mulher comparada a Eva, responsável pelo pecado original, e à Virgem Maria, a santa e modelo do feminino a ser seguido, criando, assim, representações por meio dessas figuras, que se relacionam entre o poder e o imaginário (SILVA, 2014, p. 3).

A Igreja, ao buscar a mulher virgem para seu domínio, procurava deixá-la o mais distante possível das promiscuidades e mantê-la próxima dos dogmas religiosos. [...] ela [mulher] é vista como um ser dominado pelo homem, submissa e dedicada ao seu marido e sua família, ao contrário, pois, da mulher virgem, em relação à qual a preocupação da Igreja é deixar longe da sociedade para servir aos caminhos da religião (SILVA, 2014, p. 13).

### 3.3 A VISÃO DE MACEDO: SERVAS E CAMPONESAS NA IDADE MÉDIA

Não somente através da religião a vontade feminina conseguiu certo nível de independência da autoridade masculina. É o que se constata a partir da leitura da obra de José Rivair Macedo, *A Mulher na Idade Média*, de 1999. Servas e camponesas também tiveram sua vez, e em número expressivo, o que é deixado passar despercebido pela decifração da história. “Os documentos senhoriais registram a participação feminina em inúmeros serviços. Elas plantavam ervilhas, feijão, pescava, batia o trigo, ordenhava as vacas, tosquiava os carneiros. Apenas deixava de cultivar e lavrar a terra” (MACEDO, 1999, p. 27).

[...] as aristocratas rurais, da alta nobreza ou apenas castelãs, foram chamadas inúmeras vezes para o cumprimento de atividades reservadas aos homens. A constante ausência dos companheiros, afastados em viagens, peregrinações, cruzadas ou guerras privadas obrigavam as esposas a substituí-los na administração das posses da família. [...] Muitas mulheres, rompendo as disposições dos costumes, exerceram os direitos de um senhor feudal. Conseqüentemente foram verdadeiras líderes, mais ou menos poderosas, de acordo com a extensão dos domínios sob sua posse. Geralmente eram viúvas, tutoras dos filhos menores (MACEDO, 1999, p. 30-31).

Moças de 13 anos chegavam a ser recrutadas para serviço nas cidades, já que estas moravam nos arredores adjacentes aos centros urbanos. O recrutamento era mantido sob a relação serviços-favores, sem o comprometimento dos senhores em pagar um salário pela execução do serviço. Os parentes das criadas viam nesta ocasião, ao mandarem suas filhas para trabalharem em casas alheias, a oportunidade de se ter uma boca a menos para sustentar, também sendo sinônimo de segurança para o futuro das moças.

Saliente-se que

Uma particularidade a ser observada: as escravas eram exploradas quase que exclusivamente pelas mulheres livres. Elas deveriam ajudar, antes de tudo, a dona-de-casa. Quase todas as mulheres casadas possuíam ao menos uma delas. Quando casavam recebiam-nas como presente ou traziam-nas da casa paterna como parte do dote (MACEDO, 1999, p. 34).

Seria essa, ainda que exercessem um certo teor de independência, uma outra perspectiva de submissão com grande semelhança ao regime escravocrata? Cabe deixar claro que a troca de favores em detrimento dos serviços prestados delegavam as servas uma posição inferior aos seus “amos”, ainda que estas desfrutassem de certo grau de liberdade social à medida que buscavam a independência financeira.

Entretanto, não somente no espaço das residências familiares, a mulher passou a atuar em busca de novas possibilidades, ainda que de forma limitada:

Nas oficinas artesanais, as mulheres executavam tarefas ao lado de homens. O mestre do ofício orientava os aprendizes e administrava as funções dos “companheiros”. A esposa do mestre era responsável pela supervisão das aprendizes. Quando acabava o período de aprendizagem, as moças adquiriam um ofício próprio que lhes permitiria ganhar a vida (MACEDO, 1999, p. 35)

A ascensão social por meio do comércio também era possibilitada, desde que as mulheres fossem “parentes de pequenos ou grandes mercadores [sendo que na maioria dos casos, elas] foram levadas pelas circunstâncias a substituir ou auxiliar os homens. Atuaram nas atividades comerciais desde as pequenas transações até empreitadas de grande envergadura. As esposas colaboravam com o companheiro, as filhas ajudavam o pai, as viúvas davam continuidades aos negócios dos falecidos” (MACEDO, 1999, p. 37).

### 3.3.1 Heresia e ordem

Macedo traz em seu texto o aspecto herético que assumiram algumas mulheres da Idade Média. Entretanto, as mulheres passaram a fazer parte de um grupo de marginalizados da sociedade que foram excluídos da ordem social e mantidos à mercê da restrição e exceção.

A heresia, por exemplo, teve seguidores dos dois sexos. Grupos portadores de certas doenças, como os leprosos, ou de comportamentos anormais, suicidas ou loucos, ou ainda os estrangeiros, mendigos e errantes, foram indistintamente malvistas e marginalizados. Algumas vezes, contudo, os processos de marginalização atingiram diretamente grupos de mulheres e feiticeiras (MACEDO, 1999, p. 59).

“A perseguição às bruxas e aos heréticos nada tinham de histeria coletiva, mas, ao contrário foi uma perseguição muito bem calculada e planejada pelas classes dominantes, para chegar à maior centralização do poder” (GONÇALVES, 2009, p. 9).

Corroborando com a ideia de Chagas (2017) já exposta neste trabalho, Lima (2010, p. 5) retoma a posição de que, concomitantemente ao surgimento do Renascimento,

A medicina nascente da época, preocupada em se legitimar e deslegitimar as mulheres - que cuidavam do parto, alívio de doenças através de poções e ervas -, ratifica o pensamento cristão acerca das mulheres, reforçando a ideia de que o saber da curandeira era perigoso. A capacidade das mulheres de prepararem poções e ervas passou a ser associada à sua capacidade de associar-se ao mal. Diante da figura da mulher, que o imaginário cristão considerava maléfica, foi relativamente fácil estabelecer a caça às bruxas e, neste sentido, ao sexo feminino.

Assim sendo, o destino da mulher na Idade Média ou seria aderir aos padrões sociais de submissão e ordem, ou então viverem as margens da revelia e posição contrária.

Consideramos importante dizer que, apesar de o estereótipo medieval sobre a mulher ser majoritariamente relacionada à luxúria e ao pecado, havia paralelamente a imagem da santa, ou Ave, que contrasta completamente com a imagem da bruxa. Cria-se assim, neste período, uma oposição entre as mulheres que não se guiam pelos moldes impostos pela Igreja e as mulheres que suplantavam suas más tendências naturais ligadas à carne e se faziam santas. Percebemos neste último grupo a influência da imagem de Maria Madalena, como uma pecadora redimida pela religião. Assim, nem todas as mulheres se entregavam às práticas mágicas e de bruxaria (PIRES, 2015, p. 16).

Vale salientar que as mulheres perseguidas, consideradas bruxas e feiticeiras, eram queimadas e mortas segundo a vontade da Santa Inquisição.

O herege queimado na fogueira não é aquele que se desviava da leitura católica da palavra revelada, mesmo quando nisso estava contido o risco de cisma, nem mesmo era o indivíduo que oferecia alternativas à Igreja enquanto mediadora entre o sagrado e o profano, mas sim, o apóstata máximo, aquele que tinha pacto com diabo, o “alumbrado” que se comunicava com Deus e desdenhava dos sacramentos, sobretudo quando se achavam em situações que levavam outros com eles (SCHULZ, 2013, p. 19).

Além de um debate de forma geral a respeito do contexto em que viviam as mulheres na Idade Média, é importante deixar claro, ainda que de forma ríspida e tímida, nomes específicos de revolucionárias que em dentro de suas realidades contribuíram para a mudança de rumos das relações sociais. Poderia a atualidade ser diferentes caso a inexistência dessas mulheres tivesse sido efetivada, ou caso as mesmas não tivessem gritado com bravura a sua voz e fizessem ela atravessar o espaço mais longo do tempo: Casos assim são a da poetisa Cristina de Pisano, a mais célebre poetisa medieval de sua

época, que, através de seus textos, criticou a misoginia da literatura da época, predominantemente masculino, defendendo a ideia da emancipação feminina neste campo. Joana d'Arc também representou a força feminina que, por meio das armas e de sua fé, rompeu as barreiras ao revelar seus desejos aos contemporâneos (MACEDO, 1999).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito se percorreu até que a mulher viesse a adquirir sua autonomia em meio as conturbações históricas da sociedade. O legado deixado por muitas feministas merece destaque ao se ter a noção de que seus legados permanecem até hoje como influência a diversas seguidoras e adeptas à emancipação.

A partir das notas teóricas expostas aqui, é perceptível que desde os tempos da Grécia Antiga, pensadores de grande impacto intelectual desmembraram a mulher como indivíduo civil apto ao exercício de diferentes atividades, desde os campos políticos ao econômico, delegando estas funções ao homem, dominador, apto e sábio para gerenciar as atividades da sociedade. A tradição perpassou e foi ficando enraizada à medida que, concomitantemente, se gestara a imagem da mulher santa, comportada e esposa, dedicada às atividades do lar e mãe – a representação de Eva e da Virgem Maria foram artifícios utilizados tanto por líderes religiosos como políticos para convencer sobre a submissão feminina e a centralização do poder.

Entretanto, o espírito de luta e desejo por independência fizeram surgir mulheres com pensamentos e ideias diferentes àquelas já sobrepostas, propondo o início de novas formas de atividades femininas – algumas delas exercidas somente pela figura masculina. A mulher passou a assumir as atividades que envolviam a liderança da casa na tomada de decisões, atuou nos campos comerciais, assumiu papel como serva e camponesa – todas atividades ligadas ao universo masculino.

Houveram também aquelas, moças instruídas, que pretenderam buscar o seu empoderamento por meio da devoção e sacrifício, através dos conventos. Entretanto, isso não as eximia de serem grandes intelectuais aptas ao debate e resistentes para reforçar o movimento feminista medieval. Diferentes formas de se alcançar a igualdade de gênero passaram a ocupar lugar na agenda social da humanidade. Todas elas mostraram a mulher como um ser inquieto à sua realidade e sempre disposta a demonstrar sua capacidade como indivíduo comum e de igual competência na construção de uma sociedade mais justa e igual.

## FONTES

1. A Mulher na Idade Média (Disponível na biblioteca da Universidade Regional do Cariri - URCA).
2. O Mito da Idade Média (Disponível na biblioteca da Universidade Regional do Cariri - URCA).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHAGAS, L. A posição da mulher em diferentes épocas e a herança social do machismo no Brasil. In: Psicologia.pt: o portal dos psicólogos. 2017. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1095.pdf>>. Acesso em: 22 de out. 2018.

FONSECA, P. C. L. Fontes da misoginia medieval: ressonâncias aristotélicas no pensamento religioso medieval. In: MASSINI-CAGLIARI, G.; MUNIZ, M. R. C.; SODRÉ, P. R. (Ed.). *Série Estudos Medievais* 3. Araraquara: GT de Estudos Medievais/Unesp, 2012. p. 168-188. Disponível em: <<http://www.anpoll.org.br/gtestudosmedievais/phocadownload/fonteseedicoes3/pedro.pdf>>. Acesso em: 20 de out. 2018.

GONÇALVES, F. S. O clericalismo medieval na literatura: a cópula do feminino e o diabólico, um vislumbre da imagem precursora da bruxa em a demanda do Santo Graal. In: *Revista Veredas da História*. V. 2, n. 1. 2009. Disponível em: <<http://www.seer.veredasdahistoria.com.br/ojs-2.4.8/index.php/veredasdahistoria/article/view/10>>. Acesso em: 20 de out. 2018.

LIMA, R. L. O imaginário judaico-cristão e a submissão das mulheres. *Anais... Encontro Fazendo Gênero* 9. Florianópolis, 9 p. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277853385\\_ARQUIVO\\_comunicoraltrabcompletoGenero.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277853385_ARQUIVO_comunicoraltrabcompletoGenero.pdf)>. Acesso em: 21 de out. 2018.

MACEDO, José Rivair. *A mulher na Idade Média*. (Repensando a História Geral). 4ª ed. São Paulo: Contexto, 1999

NASCIMENTO, M. F. D. Ser mulher na Idade Média. In: *Textos de História*. Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB. v. 5. n. 1, p. 82-91, 1997. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/5807>>. Acesso em: 20 de out. 2018.

PERNOUD, Régine. *O mito da Idade Média*. *Edition du Seuil*. 1977.

PIRES, J. D. A. Visões sobre o feminino e o corpo na Idade Média. In: *Revista Feminino*. Vol.3, N.2 e 3, Maio - Dez. 2015. Disponível em: <<http://www.feminismos.neim.ufba.br/index.php/revista/article/viewFile/29/172>>. Acesso em: 20 de out. 2018.



SCHULZ, M. A grande virada da Inquisição: heresias, tribunais e judeus na Península Ibérica – séculos XV-XVIII. In: **Revista Tempo de Conquista**. N. 13. 2013. Disponível em: <<http://revistatempodeconquista.com.br/RTC-13.php>>. Acesso em: 24 de out. 2018.

SILVA, A. C. História das mulheres na Idade Média: abordagens e representações na literatura hagiográfica (século XIII). In: **Congresso Internacional de História (III, 2014: Jataí, GO)**. **Anais...** Jataí, 2014. 15 p. Disponível em: <[http://www.congressohistoriajatai.org/anais2014/Link%20\(14\).pdf](http://www.congressohistoriajatai.org/anais2014/Link%20(14).pdf)>. Acesso em: 21 de out. 2018.

# SERTÃO PATRIÓTICO: a propagação dos ideais nacionalista por meio da imprensa maranhense (1930-1945)

**Amanda Natália dos Santos Sousa**  
**Instituto de Ensino Superior Franciscano - IESF**  
**amandasousa8318@hotmail.com**

**Marcos Araújo Costa**  
**Instituto de Ensino Superior Franciscano - IESF**  
**contato.professormarcoscosta@gmail.com**

Durante o período do Estado Novo (1930-1945), a imprensa brasileira passou publicar textos de caráter patriótico e nacionalista com o objetivo de formar uma nação defensora de sua pátria. Nas publicações dos jornais maranhenses aqui analisados, encontram-se discursos que buscavam alcançar a população para os sentimentos patrióticos. Desse modo, o presente trabalho tem como objetivo analisar por meio dos discursos dos jornais maranhenses a disseminação dos ideais patrióticos repassados no sertão do Estado, bem como a formação do governo Vargas pela imprensa sertaneja. Como recurso metodológico, analisou-se por meio desses impressos como foi criada a imagem do presidente Vargas, assim, fez-se necessário a utilização de uma bibliografia diversificada que trabalhasse as categorias: imprensa, sertão e nacionalismo, tais como, Capelato (1988), Oliveira (2008), Barbosa (2007) e entre outros, bem como o uso de impressos jornalísticos. Os resultados da pesquisa evidenciam que os discursos dos jornais se tornaram importantes contribuintes na disseminação e construção dos ideais patrióticos aos maranhenses.

**Palavras-chave:** Estado Novo. Imprensa. Discurso. Sertão.

## INTRODUÇÃO

O período a ser trabalhado concentra-se entre os anos de 1930-1945, a escolha justifica-se pelo fato de se tratar de um momento em que o Brasil vivia a criação de uma

educação nacional patriótica que tinha como intuito disseminar a ideia de um nacionalismo e patriotismo. Nessa perspectiva, ao dirigirmos nosso estudo a analisar os discursos patrióticos, pretendemos, através dos mesmos problematizar com o auxílio dos jornais maranhenses, por esses serem considerados uma fonte indispensável para a construção desse trabalho. Buscamos, portanto compreender através dos discursos desses jornais de que modo esses foram utilizados como meio propagador dos ideais patrióticos aos maranhenses.

Nesse período os discursos mantinham a linha de pensamento segundo os princípios do presidente da República, no ideal de progresso, buscando por meio destes normatizar os maranhenses. Logo, existia uma relação entre o Estado e a imprensa, onde ambos estavam juntos no projeto de construir uma nação ideal. Sobre a importância desta pesquisa destacamos aqui que ela dará contribuições significativas para a historiografia local, visto que esta abre caminhos para novas perspectivas de pesquisa diante das múltiplas possibilidades que poderão surgir a partir desse viés, de problematizar o patriotismo através da imprensa maranhense.

Diante disso, procurou-se estudar as seguintes questões: de que maneira a disseminação dos ideais patrióticos por meio da imprensa contribuíram para a construção de uma nação patriótica? Como os jornais descreviam acerca da imagem do presidente? Como Vargas usa desses discursos para legitimar seu governo? Nessa perspectiva, este trabalho tem como objetivos: analisar a disseminação dos ideais patrióticos por meio dos jornais maranhenses; compreender o papel da imprensa em propagar os assuntos relacionados as lições de civismo, lições essas que contribuem para a construção de um sentimento nacionalista e patriótico.

### **Imprensa e História**

A partir das últimas décadas do século XX, os debates acerca do uso dos jornais como fonte de pesquisa para a escrita da história começaram a ser encarados com outras perspectivas. Através da “*revolução documental*” ou dos novos olhares de análises históricas difundidos pela *Escola dos Annales*, ou posteriormente chamada de Nova História, surgiu o interesse por novas fontes de pesquisa. Nesse compasso, os estudos históricos passam a andar por novos caminhos, onde novos objetos, enfoques e métodos, com novas fontes documentais tornam-se capazes de responder as diferentes problemáticas.

Logo as pesquisas realizadas na história abrem-se a múltiplas possibilidades acerca da noção de fonte histórica, que deixou de ser uma abordagem micro passando a ser uma discussão mais ampla. Assim estuda-se o operário, a mulher, a criança, as instituições, o mito, as mentalidades, aspectos do cotidiano, e as festas. Enfim passa a ser objeto de estudo questões antes ausente no campo da História tradicional, e não somente se utiliza das fontes primárias consideradas como documentos oficiais, logo esses não são mais vistos pelos historiadores como únicas fontes de investigação, diante disso os pesquisadores passam a não estar submetido apenas há esses documentos, mas um leque de possibilidades de fontes começa a fazer parte do campo historiográfico para se estudar uma sociedade ou os fenômenos desta.

A imprensa passa a ser objeto de estudo, onde para Vanessa Gelbcke (2011), através da imprensa temos acesso às ideias e às trajetórias dos intelectuais, à política, à economia, à cultura e à educação, nela encontramos projetos políticos, conflitos e experiências sociais, possibilitando o reconhecimento e a análise do passado por meio das páginas dos jornais. A imprensa como fonte de pesquisa nesse compasso vem sendo cada vez mais utilizada pelos historiadores, pois ela consegue a partir dos seus jogos de interesses registrar, comentar e participar do cotidiano das cidades.

No Brasil, alguns trabalhos foram realizados tendo os impressos como base de pesquisa, dentre eles destaca-se alguns estudos escritos na década de 1970, que privilegiaram os periódicos como fontes de pesquisa para o entendimento sócio político, como bem lembra Tania Regina de Luca (2005): “*O bravo matutino*, de Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado (1980) e *Getúlio Vargas e a Oligarquia Paulista*, obra de Vavy Pacheco Borges (1979)”. Para Maria Helena Capelato (1988, p.21) “[...] a imprensa oferece amplas possibilidades para isso. A vida cotidiana nela registrada em seus múltiplos aspectos, permite compreender como viveram nossos antepassados” – não só os ilustres, mas também os sujeitos anônimos.

Nesse sentido, a imprensa torna-se um terreno produtivo para conhecermos passado, pois “possibilita ao historiador acompanhar o percurso dos homens através dos tempos” (CAPELATO, 1988, p.13). Comporta uma diversidade de conhecimentos, não apenas para construção de uma história da imprensa, mas abrindo a historiografia para outras possibilidades de estudo, fugindo assim da historiografia tradicional. Desse modo, Márcia Janete Espig (1998) aborda que,

O jornal possui toda uma série de qualidades peculiares, extremamente úteis para a pesquisa histórica. Uma delas é a periodicidade: os jornais constituem-se em verdadeiros “arquivos do cotidiano”, nos quais podemos acompanhar a memória do dia a dia e estabelecer a cronologia dos fatos históricos. Outra é a disposição espacial da informação, que permite a inserção do acontecimento histórico dentro de um contexto mais amplo. (ESPIG, 1998, p.274)

Nota-se que é por meio da imprensa e dos discursos que nela estão veiculados e na repercussão das notícias, que a classe dominante revela os seus interesses. Pois segundo Maria Nascimento et. al (2006, p. 40) “nela podem-se observar as contradições existentes e o caráter político-ideológico disseminado pelo grupo social, pois a imprensa é rica em dados que permitem melhor compreender a sociedade, suas condições e suas manifestações.” A imprensa não é somente um meio de informações, também é porta-voz de opiniões, principalmente dos pensamentos da classe dominante.

Portanto, os jornais tornam-se instrumentos que nos possibilitam compreender os movimentos históricos, as ideologias e os conflitos de opiniões existentes, segundo Nascimento et. al. (2006, p. 40), “para alguns os períodos é a única fonte de reconstituição histórica, permitindo um melhor conhecimento das sociedades e de suas manifestações econômicas, culturais e políticas”. Para a historiografia, os jornais se tornaram presentes e foram produzidos por diversos espaços e instituições, inclusive pela Estado, que utiliza esse meio de divulgação para socializar as leis, as normas, os eventos cívicos com intuito de construir uma identidade nacional. Logo por meio de seu discurso os impressos “produzem estratégias e práticas tendentes a impor autoridade, uma deferência, e mesmo legitimar escolhas.” (CARVALHO, 2005, p.149 apud CALONGA, 2012, p.83).

O jornal, como meio de divulgador, também se constitui como meio de representação, pois segundo Maurilio Calonga (2012, p.85), “[...] os impressos são produtos forjados a partir de representações contextualizadas da realidade”. O que, invariavelmente, revelam formas simbólicas de luta pelo poder de representar, afirmando-se, com isso, a memória de um grupo. Para Roger Chartier o poder e a dominação estão sempre presentes nas práticas culturais, nas quais as representações não produzem falas neutras, ou seja, essas práticas e representações produzem estratégias para que assim um determinado grupo dominante possa impor sua autoridade a outro grupo e até mesmo seus discursos como o correto a ser seguido, é interessante ressaltar que um dos artifícios utilizado pelo Estado Novo para impor sua ordem e legitimar seu discurso de amor, progresso e nacionalismo foi por meio dos jornais. Conforme Chartier (1990):

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. (CHARTIER, 1990, p. 17)

Neste sentido, as várias representações sociais engendrariam em conflitos em torno das disputas de poder, portanto as representações do mundo social assim são construídas, embora o dominador esteja objetivando pela universalidade, pelo “bem comum” e um discurso fundamentado na razão, porém estão sempre movidos por interesses dos grupos que os forjam, e com os impressos não serão diferentes, logo tentam criar a todo momento representações.

Segundo Chartier, práticas e representações, caminham juntas, devido uma depender da outra para completar seu sentido. Assim, Chartier, coloca que as práticas e representações carregam ideias que se complementam e contribuem para formação de sentidos, ou seja, o desenvolvimento da prática recebe interpretações diferentes quanto a sua leitura aos olhos do sujeito, proporcionando a construção de diversas representações em torno de um mesmo objeto.

Chartier (1990, p.17) ressalta que “as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio”. A ideia de representação é colocada como relação de poder, ou seja, uma minoria obriga a maioria a seguir regras ou normas de acordo com seus interesses, impondo suas escolhas e condutas para tornar legítimo seu pensamento. Fato que pode ser verificado no interior de governos políticos que através de suas práticas criam suas próprias representações para convencer à sociedade as aceitá-las sem questionamentos.

Já para Sandra Jatahy Pesavento (2008):

As representações apresentam múltiplas configurações e pode-se dizer que o mundo é construído de forma contraditória e variada pelos diferentes grupos do social. Aquele que tem o poder simbólico de dizer e fazer crer sobre o mundo, tem o controle da vida social e expressa a supremacia conquistada em uma relação histórica de forças. Indica que esse grupo vai impor à sua maneira de dar a ver o mundo, de estabelecer classificações e divisões, de propor valores e normas, que orientam o gosto e a percepção, que definem limites e autorizam comportamentos e papéis sociais. (PESAVENTO, 2008, p. 41).

Podemos observar, que segundo Pesavento (2008) e Roger Chartier (1990), as representações estão ligadas ao interesse de um determinado grupo, interesses esses que nunca são imparciais, pois sempre existe um discurso legitimador por detrás, no qual

produz, desta forma, práticas sociais. Para que essa representação seja imposta nos interesses de determinado grupo eles tentam impor sua visão de mundo sobre os demais.

Desta forma a representação em torno da mensagem que se faz presente nos impressos cria poder simbólico para aqueles que o detém. Sobre poder simbólico Pierre Bourdieu (2001, p.14), afirma, “o poder simbólico acontece quando os homens ou grupos sociais dominam os outros através da imposição de classificações e hierarquizações do mundo, incorporadas e naturalizadas pelos indivíduos”.

O poder simbólico através de sua dominação simbólica é legitimador, pois por meio dos discursos e representações que são criados e forjados pelos meios de divulgações, faz com que soem como verdades absolutas. Torna-se, assim, fundamental, através dos jornais, “identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p.16). Por isso, o pesquisador deve ter noção de que um periódico, como fora ressaltado, está envolvido em um jogo de interesses, ora esses interesses se convergem, ora entram em conflitos.

Logo nem sempre o que está escrito nele é um relato verdadeiro, podendo ter por trás de sua fabricação, muitas vezes, alguém que defenda um posicionamento político, de um poder econômico, de interesses próprios, vindos de governantes, grupos que financiam esses jornais, anunciantes, leitores, grupos políticos e sociais, onde se escreve para um público alvo, portanto cabe ao pesquisador filtrar as informações contidas, percebendo o jogo de interesses e intenções próprias presentes nos impressos.

Os periódicos locais eram um dos principais meios de divulgação, não só de ideologias, mas também dos acontecimentos que ocorriam em Caxias, no Estado e até mesmo no Brasil. Por esse viés, para pensar a história do Maranhão durante a conjuntura política do Estado Novo é de suma importância nos atentarmos para o papel que a imprensa exerceu sobre a sociedade nesse período. O poder político em virtude do controle dos meios de comunicação, foi decisivo para a propagação dos ideais nacionalistas.

Os jornais maranhenses serviram como propagadores de valores, notícias e ações cívicas patrióticas. E por meio de seus artigos procurava educar seus leitores, disseminando práticas e valores, corroborando assim com a construção de um ideal nacional que se pretendia construir para o momento.

### **A disseminação dos ideais patrióticos por meio da imprensa Maranhense**

Marialva Barbosa afirma que “falar em imprensa no Brasil dos anos de 1930 é perceber as relações com o Estado” (BARBOSA, 2007, p. 109). Pois naquele período, segundo a autora, o Estado ocupava um espaço privilegiado nas publicações dos meios de comunicação. Nessa perspectiva Alcir Lenharo (1986) coloca que:

Vem do Estado a única voz que fala em nome de todos os brasileiros. O homem comum, os cavaleiros dos salões, o homem e a mulher do campo, o operário, o comerciante, são descaracterizados socialmente para serem recuperados na perspectiva de uma identidade que organicidade na Nação engendrada através da harmonia social foi alcançada. (LENHARO, 1986, p.34-35).

A imprensa e o Estado passaram a ser elemento central na busca pela propagação da ideologia do Estado Novo, logo esses meios começaram a ser controlados pelo governo que usava desses para transmitir a população seus projetos governamentais. Essa prática acontecia principalmente a partir dos anos de 1930, onde os jornais passam a divulgar discursos patrióticos como forma de legitimar o Estado Novo.

Para Maria Helena Capelato, a imprensa é entendida não como algo isolado da realidade a qual está inserida, mas que ela “representa, um instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social”, e muitas vezes as funções por ela desempenhadas atuam como uma força que dirige e orienta o meio social e político do qual participa, “pode se equiparar, ou mesmo ultrapassar as funções desempenhadas pelos partidos políticos” (CAPELATO, 1981, p.118).

Logo esses discursos, encontram-se delineados pelo contexto em que foram fabricados, “permeado no ponto de encontro ou desencontro dos interesses do Estado” (SOSA, 2006, p.111), e como consequência, das influências políticas e da luta pelo poder. Em sua análise acerca da imprensa, Ruy Barbosa em seu trabalho, *A imprensa e o dever da verdade* (1957, p.20) expõe que “a imprensa é a vista da Nação. Por ela é que a Nação acompanha o que lhe passa perto ou longe”.

Na concepção do autor, a imprensa se caracteriza como papel de porta-voz da sociedade, e que por meio da mesma essa sociedade se informa dos acontecimentos que ocorrem em suas épocas. Partilhando da ideia de que o jornal é visto como mensageiros de ideias Vinícios Gagliardo (2016, p.70) afirma que, “o jornalismo periódico, fruto de uma “ideia iminentemente civilizadora”, passou a ser responsável por difundir as artes, as ciências, as ideias, os saberes, em suma, o *progresso e a civilização*”.

Marialva Barbosa (2007, p.105), pontua que “no início da década de 1930 começou a surgir a noção de sociedade de massas, a qual definia o indivíduo por sua



desorientação”. Diante disso, o Estado passou a empenhar-se em orientar esses cidadãos, e para que alcançasse esse fim o governo vai perceber na imprensa um canal propício de divulgação de informações governamentais. Logo a imprensa será amplamente utilizada para transmitir os princípios doutrinários do seu regime político. Desde então, os jornais passaram a publicar discursos visando a união entre a nação, ou seja, é por meio desses discursos reproduzidos pelos jornais que se passa a disseminar a população os símbolos do Estado Novo.

Era comum nesses noticiosos a exaltação da figura de Vargas, como o protetor dos oprimidos, ou como aquele que levaria o país ao progresso. Portanto a construção dessa nova sociedade patriótica, “passava pelo argumento de que havia uma “situação de caos” neste país e que Getúlio, era “a imagem de Salvador”, (VIEIRA, 2017, p.110).

O uso dos jornais como fonte de divulgação das ideias governamentais de Vargas, proporcionaram a elevação de sua popularidade entre os brasileiros. A imagem de Vargas, por meio dos jornais, acabou contribuindo com a doutrina estadonovista (promover o progresso e a ordem do país) reforçando a representação positiva do líder político, tornando-se um personagem marcante no cenário político brasileiro, visto como o “pai dos pobres”.

Em diversas matérias publicadas pelos jornais maranhenses podemos perceber como essa prática ocorria, criava-se um mito acerca da imagem do presidente e dos deveres patrióticos que deveria ser cumprido para a construção de uma identidade nacional. Como é o caso do fragmento do jornal *Sangue Jovem* (Órgão das ideias liberais, que saía em apoio a Getúlio Vargas) de 1930 transcrito abaixo:

GETÚLIO VARGAS!  
 Eu te saúdo no horizonte da Pátria!  
 Tu representas o verdadeiro ideal do povo brasileiro!  
 E's tu, o candidato do povo, para o povo e pelo povo.  
 Brasileiros!  
 [...] Só Elle é capaz de soerguer nossa Pátria do jugo escravizador desta nefasta política. (JORNAL SANGUE JOVEM, São Luís, Maranhão, 17 de novembro de 1930, nº 01, p. 01).

Nesse trecho, é possível perceber características referentes às questões do discurso que tendia mobilizar os maranhenses para as obrigações vistas como patrióticas. Quando coloca que Vargas representa o ideal para o povo brasileiro, que proporcionaria a organização política e o alcance do progresso, e este governaria para o bem comum.

O jornal repassa a ideia de um presidente herói, que salvaria a pátria do “jugo escravizador”, logo a imagem construída sobre a figura de Vargas é carregada de

sentimentos nacionalistas, mostrando que ele governaria para todos os cidadãos sem fazer distinções de classes sociais, demonstrando que o governo varguista seria diferente dos governos anteriores, pois esse era do povo.

As mensagens em homenagem ao presidente eram sempre carregadas de sentimentos de gratidão pelos seus grandes feitos para com a nação. Vargas é representado como defensor dos direitos dos brasileiros, bem como foi assegurado ao mesmo o desenvolvimento e a harmonia do país. Um exemplo visível dessa prática é o texto do jornal *Nossa Bandeira* transcrito abaixo:

DR. GETULIO VARGAS

Festejamos hoje, na nossa escola, em 19 de abril, o aniversário natalício do grande brasileiro Dr. Getúlio Vargas, com modéstia reunião cívica.

Durante a semana, nossa professora nos fez compreender o culto que devemos prestar ao Dr. Getúlio Vargas, que tem feito pela grandeza e prosperidade do nosso Brasil.

Mesmo na modéstia posição de simples aluna da escola Berlamino de Matos prestei minha homenagem ao Benfeitor Brasileiro, pedindo a Deus que lhe dê toda sorte e felicidades. (JORNAL NOSSA BANDEIRA, São Luís, Maranhão, 28 de outubro de 1941, n°06, p.02).

Como pode-se observar, nos meios de comunicação era quase que diariamente evocado discursos que pautavam-se na exaltação a imagem do presidente, a ponto de sugerir a sua figura como a de um “benfeitor” que representava um homem caridoso que lutava pelo país, essa nota é em homenagem ao seu aniversário, onde durante a semana em comemoração à data natalícia a escola ficava encarregada de repassar aos alunos a importância de cultuar a figura do presidente, onde esse muito teria feito pela grandeza e prosperidade do país. Portanto cria-se o que Lúcia Oliveira denomina como “O mito Vargas” que é construído através de múltiplos jogos de imagens “que o mostram ora como homem comum, identificado com o povo, ora com o político eficiente, realizador de inúmeras reformas na ordem social, ora como verdadeiro líder, investido de dotes especiais”. (OLIVEIRA, 1982, p. 95-96).

A partir dos discursos nacionalistas empregados pela imprensa objetivava-se construir um novo cidadão. “Cidadão consciente de sua participação na obra máxima arquitetada pelo regime Vargas cujo ponto mais elevado seria a observância de todas as diretrizes do governo” (SOUSA, 2012, p.344). Os jornais publicavam também os discursos que orientavam as pessoas para o enaltecimento dos grandes símbolos heroicos fundadores da pátria, fazendo ressalva sobre a importância do servir a pátria. Nesse sentido, servir a pátria era sinônimo de nacionalismo, e diante disso o jornal *Aurora* (Periódico quinzenal estudantil. Publicava artigos primários e literários) de 1936 nos

mostra em suas páginas pequenos textos que retratam acerca do dever de servir a pátria e ser um cidadão patriota, dentre estes podemos destacar a seguinte mensagem:

Servir a pátria é ser no mundo elemento de concórdia e de progresso.  
 Servir a pátria é colaborar na implantação da ordem e do respeito às Leis, à Família e à Deus.  
 Servir a Pátria é dar de si antes de pensar em si.  
 Servir a pátria, é fazer brotar no cérebro da criança e no seu coração a cordialidade da Fé Cristã.  
 Servir a pátria é praticar a solidariedade humana visando a paz universal.  
 Servir a pátria é torna-la respeitada pelos povos, pelo cumprimento honroso de qual função que nos confiarem. (JORNAL AURORA, São Luís, Maranhão, 29 de setembro, de 1936, n°05, p. 03-08).

Observa-se por meio da mensagem, que servir a pátria era considerada uma prática de extrema importância, na qual o brasileiro devia servir como colaborador na construção do progresso do Brasil. Assim, servir a pátria é implantar a ordem e o respeito em todas as instituições sociais, onde as leis, a família e Deus, eram os responsáveis em transmitir o sentimento de nacionalidade nas pessoas, nutrindo assim os grandes valores de que a nação brasileira só cresceria mediante ao seu patriotismo, logo, o uso do Estado, da família e da Igreja serviram para disseminar essas ideias, visto que essas instituições são consideradas as mais importante de uma sociedade, visando à prosperidade comum e à grandeza de uma nação.

Com relação a familiar “a Pátria deveria ser tomada como uma extensão da família e esta, por sua vez, seria um dos principais alicerces daquela” (SOUSA, 2012, p. 341). Logo, a família não era somente a primeira escola do indivíduo, em que se ensinava as virtudes morais, de onde saíam formados para a sociedade, mas também era vista como o lugar na qual as pessoas adquiriam as principais virtudes de um cidadão patriota.

Em relação a nota, destaca-se, ainda, que o discurso do jornal imbuídos dos ideários estadonovista mostrava que servir a pátria deveria ser um ato de respeito e solidariedade, no qual os brasileiros deveriam servi-la sem antes pensar em si mesmos, sem pensar em suas limitações, pois o amor a nação devia ser em primeiro lugar, logo amar a pátria é querer vê-la grande e forte entre as nações.

Nesses jornais havia muito a presença da exaltação a Pátria, esta era comparada a uma mãe que deveria ser amada e respeitada, diante disso, destaca-se uma nota do jornal *Nossa Bandeira* (Jornal estudantil, que trazia artigos dos alunos das escolas primárias de São Luís) de 1939 que retrava acerca dessa questão:

PATRIA

Não podendo bem compreender o verdadeiro sentido daquilo que vem ser a pátria reconheço que, nesse termo, existe tudo o que nos fala ao coração. Assim como amamos e respeitamos a nossa Mãe, devemos amar e respeitar a nossa Pátria, que apresenta tudo que amamos.

No Brasil, minha querida Pátria nasci, e dela tenho muito orgulho.

Como, brasileiro, amo sinceramente a minha Pátria e pelo estudo e pelo trabalho hei de procurar sempre engrandecê-la. (JORNAL NOSSA BANDEIRA, São Luís, Maranhão, 07 de setembro de 1939, n.º2, p.04).

Diante da nota percebemos como era grande o sentimento de amor e respeito para com a pátria, onde ela é comparada à mãe, mãe de todo o país, e nela estariam todos em uma grande família. E como brasileiro, era dever amá-la e engrandecê-la através dos estudos e do trabalho, onde por meio de seu trabalho os cidadãos estariam contribuindo para a economia e o progresso do país, nesse período era pregado a ideia de que o trabalho enobrecia o homem e ninguém se furta a trabalhar, logo o trabalho dignifica o homem e o ajudaria na construção do progresso do país. Corroborando com a ideia de Aline Vaz de que “o trabalho no Estado Novo é fincado nos pilares de renúncia e sacrifício individual para a sobrevivência coletiva uma ordem universal para o bem-estar social e econômico e progresso do país” (VAZ, 2006, p.56).

O jornal além de publicar os ideais do governo varguista, também mostrava a população caxiense quem eram os amigos e os inimigos do governo, como se pode observar na nota publicada pelo jornal *Cruzeiro* em 1936, onde no mesmo trazia as características de um verdadeiro patriota e o não patriota, ou “os amigos ou inimigos do Brasil”:

#### O MOMENTO BRAZILEIRO

No cenário da política Nacional, neste momento, existem duas correntes: - os amigos e os inimigos do Brasil. Os primeiros vivem as claras, agem a descoberto, deixando *gregos e troianos* tomem conhecimento de suas atitudes.

Os outros, trabalham subterraneamente, e assediados pela imprensa, se excusam, negam, depistam e tervigersam.

Não é preciso nomealos porque os bons patriotas os distinguem. Nesta hora gravíssima para o mundo de ser considerada criminosa toda attitude que não tenha desempenho, a clareza das attitudes sãs.

Quem trazer pensamentos occultos no momento sóbrio em que vivemos, é porque urde planos de tradição.

Os homens de bem devem apontar como inimigos da Pátria. (JORNAL CRUZEIRO, Caxias, Maranhão, 23 de outubro de 1936, n.º 140, p. 03)

Observa-se no texto acima, como a imprensa representava o perfil de um patriota e quais eram as qualidades desses cidadãos, criando assim um modelo, exemplo, que deveria ser seguido por todos. Nessa perspectiva, o jornal busca construir e direcionar o seu discurso para a divulgação dos deveres patrióticos, como é o caso do discurso relatado. Logo tenta disciplinar os corpos mostrando quais os caminhos deve ser

seguidos pelos indivíduos, em se tratando do disciplinamento dos corpos, Foucault (1987) coloca que o corpo é pensado como algo que pode ser modelado conforme um padrão, em que esse investimento por relação de poder deve ser de acordo com os princípios daquilo que a sociedade dita como ideal e adequado.

Logo, o corpo é visto como um objeto que se investe, impondo poder, para que esse corpo se torne obediente, submisso conforme as ordens daquele que detém o poder sobre ele. O corpo é para Foucault como um objeto preso, “[...] no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações” (FOUCAULT, 1987, p. 132), ou seja, esses corpos deveriam agir conforme as regras ditadas pelo poder, como por exemplo, os discursos que são produzidos pelo governo, que tem como objetivo a normalização dos sujeitos, criar sujeitos normatizados para que estes não entrem em confronto e para que entendam que os mesmo devem agir em conformidade ao que lhe é empregado que seja.

Os jornais também se disponibilizavam a escrever sobre a importância de seu papel na construção da sociedade nos quais julgavam ser o melhor meio de orientação para a vida, como ressalta o artigo do jornal *Cruzeiro* de 25 de dezembro de 1943, e que diante dessa argumentação era dever dos cidadãos assinar o jornal de sua cidade, podemos perceber que a todo momento o jornal transparece no decorrer de suas notícias a importância de se formar um cidadão patriótico, pois sabemos que nesse momento tornava-se importante afirmar as questões acerca da identidade nacional, diante disso vemos uma das investidas do noticioso de afirmar essa ideia,

#### ASSINAR O JORNAL DE SUA TERRA É UM DEVER DE CIVISMO

O cidadão que presa o bom nome de sua terra, o que ama verdadeiramente a sua pátria, sempre guarda na sua consciência uma série de obrigações para com a Nação que lhe deu um patriotismo de vida. A primeira dessas obrigações é o zelo pelo conceito moral social, cívico e econômico das instituições da gleba ou do país, onde nasceu e está vivendo. [...] Assinar o jornal de sua terra não é fazer favor ao abnegado jornalista, é cumprir um dever de civismo, é cooperar para a defesa do município é fortalecer a economia da cidade e pugnar pelo engrandecimento do seu povo e pela harmonia de suas mais belas aspirações. A imprensa figura entre as instituições de maior projeção na vida de um povo, cujos interesses defende, cujas aspirações estimula, com incomparável eloquência, os jornais sustentam a opinião pública, nutrem os ideais e o amor pelas grandes e elevadas causas humanas (JORNAL CRUZEIRO, Caxias, Maranhão, 25 de dezembro de 1943, n°458, p.02).

Por meio dessa nota, percebe-se que dentro do discurso a imposição dada pelo jornal colocada aos caxienses em relação ao impresso onde era dever dos verdadeiros

brasileiros assinar o jornal de sua cidade. Assim, uma das obrigações era assinar o jornal de sua cidade, pois esses eram um dos principais meios de comunicação da época, O jornal passava a imagens de ser o detentor dos princípios de uma boa imprensa, sendo a defensora dos interesses da população, aquela que não omite a verdade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As publicações dos jornais aqui destacadas atuaram no sentido de mostrar os valores pregados por Vargas onde os brasileiros deveriam seguir para torna-se cidadãos patriotas. Por meio das páginas dos jornais aqui analisadas podemos observar que eles foram usados como meio de propagação dos ideais do governo de Getúlio Vargas, quando o mesmo por meio de seus discursos buscavam alcançar seus leitores para serem cívicos. Portanto, gerava uma busca por uma identidade nacional neste período criado a partir de um discurso que tinha como intuito despertar nos brasileiros o sentimento de nacionalismo.

Diante das discussões feitas através das análises dos jornais maranhenses, observa-se que esses impressos além de difundir a ideologia do Estado Novo na imagem do presidente, representando-o como o herói da nação, ou quer seja na exaltação aos símbolos nacionais, buscava-se educar com a ajuda desses elementos cívicos a população maranhense, logo, por meio de seu discurso nacionalista, contribuindo, assim, para o fortalecimento dos sentimentos nacionais.

Entendia-se que nesse momento existia a necessidade de criar na sociedade brasileira a intensificação do projeto de unidade nacional. Logo esse nacionalismo foi promovido pelo governo varguista, no qual a imprensa brasileira passou a ser um dos meios de propagar os discursos nacionalistas que remetiam aos deveres cívicos que os brasileiros teriam que seguir. Portanto, o incentivo repassado pelos jornais através de seus artigos, buscavam contribuir juntamente com o Estado para a construção da identidade nacional brasileira.

Por meio dessa relação criada entre o Estado e o povo, Vargas buscava construir uma nação ideal, segundo os deveres cívicos e patriótico. Por todo o Brasil Vargas buscara construir essa ideia de nação ideal, logo o Maranhão não ficou alheio a essa prática, são meios visíveis dessa investida de Vargas os discursos dos jornais maranhenses aqui analisados, que se disponibilizavam a produzir e reproduzir os discursos nacionalistas impostos pelo ex-presidente.

Nesse sentido, esses discursos almejavam educar a população maranhense nos princípios do regime do Estado Novo. Esses discursos buscavam mobilizar nas pessoas os sentimentos cívicos que, conseqüentemente, contribuiria para o sentimento de uma nação ideal, na qual todos os brasileiros deveriam se sentir pertencentes ao Brasil, pois como foi destacado na pesquisa, o governo varguista passa por um momento de legitimação, que desejava alcançar por meio dos ideais patrióticos. Portanto, constatou-se que o discurso desses jornais, no que diz respeito a disseminação do ideário patriótico levava em suas folhas informativas as ideias de como se construiria essa nação, buscando fomentar nas pessoas através das festas cívicas e das lições civismos quais caminhos elas deveriam seguir para que juntos se construísse a nação ideal brasileira.

#### REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900/2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CALONGA, Maurílio Dantielly. *O jornal e suas representações: objeto ou fonte da história?* Comunicação & Mercado/UNIGRAN - Dourados - MS, vol. 01, n. 02 – edição especial, p. 79-87, nov 2012.

CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

\_\_\_\_\_. *O Estado Novo: o que trouxe de novo?* In: FERREIA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida das Neves (orgs). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

\_\_\_\_\_. *Populismo na imprensa: UH e NP*. In: MELO, José Marques de (org.). *Populismo e comunicação*. São Paulo: Cortez, 1981. p. 118; FARO, J. S. *A comunicação populista no Brasil: o DIP e a SECOM*. (org.).

ESPIG, Márcia Janete. **O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado**. Estudos Ibero – Americanos. PUCRS, v, XXIV, n. 2, p. 269 – 289, dezembro 1998.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramalhate. 36 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1987.

GAGLIARDO, Vinicius Cranek. **Imprensa e civilização no Rio de Janeiro oitocentista**. – Franca: [s.n.], 2016.

GELBCKE, Vanessa Raianna. **A educação, imprensa e intelectuais: um estudo dos periódicos Gazeta do Povo e Diário da Tarde (1910-1930)**. X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. Curitiba: 2011.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. Campinas Papyrus, 1986.

LUCA, Tania Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, C. B. (org.) **Históricas**. São Paulo; Contexto, 2005.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; ZANLORENZI, Claudia Maria Petchak. **Imprensa no Brasil do Império à Primeira República**. Acervo, Rio de Janeiro, v. 19, nº 1-2, p. 37-52, jan/dez 2006.

OLIVEIRA, Lúcia L. **Estado Novo: Ideologia e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar 1982

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2ª Edição. Belo Horizonte: 2008.

SOSA, Derocina Alves Campos. **Imprensa e História**. Biblos, Rio Grande, 19: 109-125, 2006.

SOUSA, Marcos Paulo de. **A higienização da família e da infância na imprensa de Uberlândia do Estado Novo**. IX seminário nacional de estudos e pesquisas “história, sociedade e educação no brasil” Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos.



VAZ, Aline Choucair. *A escola em tempos de festa: poder, cultura e práticas educativas no Estado Novo (1937-1945)*. Belo Horizonte Faculdade de Educação da UFMG 2006.

VIEIRA, Gildson Nascimento Pereira. *O Herói inventado: A representação de herói em Getúlio Vargas em impressos pernambucanos durante a legitimação do Estado Novo (1937-1945)*. - Em tempos de Histórias. - Nº. 30, Brasília, Jan – Jul 2017.

#### FONTES HEMEROGRAFICAS

AURORA, São Luís, Maranhão, 29 de setembro, de 1936, nº05, p. 03-08

CRUZEIRO, Caxias Maranhão, 18 de abril de 1943, nº 433, p.01

\_\_\_\_\_. Caxias, Maranhão, 23 de outubro de 1936, nº 140, p. 03

\_\_\_\_\_. Caxias, Maranhão, 25 de dezembro de 1943, nº 458, p.02

NOSSA BANDEIRA, São Luís, Maranhão, 28 de outubro de 1941, nº06, p.02

SANGUE JOVEM, São Luís, Maranhão, 17 de novembro de 1930, nº 01, p. 01

\_\_\_\_\_. São Luís, Maranhão, 07 de setembro de 1939, nº02, p.04

## Atuação missionária de Paulo de Tarso: uma análise da comunidade cristã de Tessalônica (séc. I d.C.)

**Davi Taylor Pompermayer**  
**Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)**  
**davitaylorp@gmail.com**

No presente artigo, temos como objetivo principal tratar a respeito da configuração da cidade greco-romana como um espaço religioso plural. Assim, de forma específica, direcionamos nossa atenção para a comunidade de Tessalônica, utilizando como documentação textual a carta *1 Tessalonicenses* e o livro de *Atos dos Apóstolos*, a primeira escrita pelo próprio apóstolo Paulo e o segundo por um suposto Lucas, no qual o autor descreve os primeiros passos dados pelos judeus crentes em Jesus após a morte do Messias. Dentre as informações contidas na carta, temos as orientações de Paulo acerca do *ethos* apropriado para os crentes em Jesus daquela comunidade e dentre as informações contidas em *Atos*, temos, nas passagens referentes às viagens missionárias de Paulo pelo Oriente, o relato das ações de evangelização e os discursos que o apóstolo pronunciou diante do público judeu, assim como as reações que suscitou. Para auxiliar na leitura da fonte, utilizamos como metodologia a Análise de Conteúdo, tal como sistematizada por Laurence Bardin. Também empregados os conceitos de ‘História Urbana’, ‘cidade’, ‘representação’, ‘identidade’ e ‘conflito’ tratados por Assunção Barros, Roger Chartier, Tomaz Tadeu da Silva e Gianfranco Pasquino, respectivamente, uma vez que a narrativa de *Atos dos Apóstolos* exprime uma tensão entre Paulo e as comunidades judaicas já assentadas nas cidades do Oriente.

**Palavras-chave:** Cidade. Diversidade. Paulo. Tessalônica.

### Introdução

O Império Romano foi marcado por uma profunda diversidade social, política e mesmo cultural, diversidades cujas origens estão no próprio processo que presidiu a sua criação. Em sua composição, encontravam-se diversos povos antigos que, mesmo sob domínio de uma potência superior, mantiveram, em certa medida, suas características. O

Império estendia-se por dezenas de povos e comunidades que preservavam suas tradições culturais, alimentares, familiares, seu vestuário e suas moradias, seus modos de enterrar os mortos, suas crenças religiosas, em suma, suas culturas particulares (GUARINELLO, 2006, p. 14-16).

Assim, o Império Romano se apresentava como uma organização heterogênea, cosmopolita e com foco nas cidades, nas quais a diferenciação social era mais acentuada em comparação às zonas rurais. Analisar os mecanismos de abordagem da diferença social pressupõe o estudo das formas de reconhecimento em que o grupo se compreende e se fabrica como unidade (BUSTAMANTE, 2006, p. III). Assim, a identidade cultural serve de referencial para determinada aproximação ou oposição de um grupo diante do outro, sendo tal distinção particularmente importante quando se busca enfatizar uma relação de oposição entre culturas, de dominação e de resistência, como é o caso do judaísmo e do helenismo (RUPPENTHAL NETO, 2019, p. 179). Porém, relações culturais não são estáticas, mas dinâmicas, podendo ter suas fronteiras e aberturas reforçadas, desconstruídas e até reconstruídas de acordo com o resultado das interações.

Desta forma, e em virtude do caráter cosmopolita do Império Romano, torna-se imprescindível perceber as trocas materiais e simbólicas entre os diversos grupos presentes nas cidades. Assim, também, é perceptível que os judeus foram influenciados pelas culturas persa e helênica não somente pelo fato de estes povos terem, em determinado momento, exercido um domínio sobre os judeus, mas pelas trocas culturais que ocorriam no dia a dia (RUPPENTHAL NETO, 2019, p. 185). Desse modo, podemos afirmar que a relação entre os judeus e os gentios é antes uma história de influência mútua do que de um conflito perpétuo.

A região da Macedônia, de fala grega, onde se encontrava Tessalônica, se caracterizava por uma evidente diversidade cultural, possivelmente nos mesmos níveis de Atenas e Roma. Essa diversidade, muito provavelmente, se dava pela sua posição geográfica, local obrigatório de comunicação entre o Mar Mediterrâneo e o Ponto Euxino, ou Mar Negro. Os tessalonicenses da época romana, assim como os habitantes de outras cidades do Oriente, possuíam uma preocupação cotidiana com os dilemas éticos que tanto haviam marcado a história da filosofia, de maneira que a cidade era bastante propícia à difusão de novas correntes filosóficas e espirituais, a exemplo do cristianismo.

No início do cristianismo, as epístolas constituíram a principal modalidade de comunicação, de maneira que as epístolas paulinas são o mais antigo testemunho que

temos acerca da nova religião que surgia. O gênero epistolar é um recurso para o registro da linguagem, constituindo um gênero adaptável aos diferentes tipos de discurso: filosófico, religioso, literário e outros (DOS SANTOS, 2017, p. 100). O uso de epístolas, na Antiguidade, era bastante difundido, tanto em ambiente público quanto privado. O gênero é marcado por: um diálogo *in absentia*, já que os interlocutores se encontram distantes. Em geral, as epístolas iniciavam-se com uma saudação e eram finalizadas com uma fórmula de despedida, possuindo uma linguagem mais coloquial e um tamanho amiúde reduzido.

Atualmente, a divisão entre “carta”, tratada como um documento pertencente ao domínio privado, e “epístola”, voltada para o domínio público está descartada, uma vez que não se pode traçar uma linha divisória concreta entre ambos os tipos de correspondência na Antiguidade. Porém, a inexistência de vocábulos estritos que designassem cartas públicas e privadas não significa que não houvesse tal diferenciação, pois os próprios autores adotavam estilos distintos de acordo com a audiência. Ademais, a distinção entre público e privado não se relaciona relacionada com uma classificação das epístolas como literárias ou não literárias, mas se refere apenas à necessidade de adequação da linguagem epistolar ao público a que se destina (GIESEN 2016, p. 30).

O uso das epístolas por Paulo possui propósitos mais diretos: orientar e assistir as comunidades cristãs em seus dilemas cotidianos, oferecendo-lhes instruções práticas. O valor dado ao gênero epistolar no contexto em que Paulo produziu suas correspondências pode ter contribuído na preservação das epístolas e talvez na tentativa de seu agrupamento, visando à preservação das instruções do apóstolo, que, nas cartas, lançava os pilares do cristianismo. As epístolas de Paulo apresentam uma grande relevância como fonte para os estudos que procuram examinar a história dos cristãos primitivos do século I, sabendo-se que ele procurou responder a indagações e solucionar conflitos que atingiam as comunidades cristãs de sua época (DOS SANTOS, 2017, p. 152).

Ao se dirigir a determinada comunidade cristã, a exemplo de Tessalônica, Paulo argumenta a respeito das situações concretas por ela vivenciadas, proporcionando assim a diferenciação de uma epístola para a outra, embora as epístolas contivessem ensinamentos de caráter universal, tanto que se tornaram escritos canônicos do cristianismo.

A comunidade de Tessalônica, à época do envio da carta paulina, era muito influenciada por outras devoções religiosas, como o culto a Hermes, protetor dos

comerciantes, visto a grande importância comercial da cidade, e pelo mitraísmo, devido à forte proximidade com a Ásia Menor, região na qual o culto a Mitra era bastante difundido. Além disso, em Tessalônica, não era muito fácil, nos primeiros tempos, diferenciar os crentes em Jesus dos judeus não crentes. Nesse contexto, Paulo escreve aos tessalonicenses uma carta na qual expõe as linhas mestras dessa nova vertente da religião judaica, que se diferencia tanto do culto dos gentios quanto do judaísmo.

É importante ressaltar a diversidade existente, à época, dentro dos próprios grupos de judeus e gentios, não só em todo o Oriente, mas também na própria cidade de Tessalônica. Nos círculos judaicos, havia divergências entre as escolas de interpretação das Escrituras, fossem elas sustentadas por fariseus, saduceus ou essênios, mas nenhum desses grupos se tornou independente do judaísmo e constituiu uma religião própria (ARZANI, 2016, p. 72). Essa diversidade era verificada não apenas na Palestina, mas por toda a bacia do Mediterrâneo, uma vez que a dispersão dos judeus havia levado à fundação de comunidades judaicas por todo o Oriente e mesmo pelo Ocidente.

É neste ambiente plural que tem lugar a atuação missionária de Paulo. Inicialmente visto como uma vertente do judaísmo, o cristianismo, nos primeiros tempos, é difundido pela atuação direta dos apóstolos, dentre os quais se encontra Paulo, autoproclamado décimo-terceiro apóstolo, que começa a pregar a Boa Nova pelos núcleos urbanos do Oriente, entrando em contato direto com outros judeus, reunidos nas sinagogas, espaço no qual emprega um discurso centrado no caráter messiânico do ministério de Jesus que causava desconforto aos judeus mais tradicionalistas, apegados à lei mosaica.

### Conceitos fundamentais

Em termos teóricos, exploramos alguns conceitos fundamentais para melhor compreensão do assunto. O primeiro é o de *História Urbana* e o de *cidade*, de acordo com as reflexões de Assunção Barros (2007). Segundo o autor, é possível supor a cidade como um agregado de instituições sociais, como a família, que possibilitam a criação de um sentimento comum capaz de gerar solidariedade e identificação entre os seus membros (ASSUNÇÃO BARROS, 2007, p.15). Dessas associações primárias resultam vários grupos que exercem ou visam a exercer, controle sistemático e permanente sobre as decisões locais segundo uma lógica de competição pelo poder. Assim, nesta pesquisa, utilizaremos as reflexões do autor para compreender o caráter plural da cidade greco-

romana de Tessalônica e as razões de Paulo ter pregado nesse núcleo urbano, no qual já havia judeus e gentios exercendo suas respectivas crenças religiosas.

O segundo conceito a ser empregado é o de *representação*, formulado por Roger Chartier (1990). Segundo o autor, representações são construções sociais criadas de forma singular por diferentes grupos e em diferentes contextos, sendo necessário então, conectar os discursos emitidos com os grupos e/ou indivíduos que os produzem (CHARTIER, 1990, p. 17). Dessa forma, em nossa pesquisa, nos propomos a observar a maneira como o apóstolo Paulo interpreta, por meio da sua epístola, o mundo que o cerca segundo os princípios evangélicos, o que o leva a representar a Lei de Moisés e as tradições judaicas de forma ora conflituosa ora pacífica. Faremos isso tendo por base os ensinamentos de Paulo direcionados aos cristãos de Tessalônica.

Em seguida, utilizaremos o conceito de *identidade*. Segundo Tomaz Tadeu da Silva (2007), a necessidade de se afirmar como pertencente a um grupo, ou seja, de exprimir determinada identidade, resulta da necessidade de diferenciação diante dos demais grupos, que exprimem a alteridade. Dessa forma, identidade e diferença possuem uma estreita relação entre si, sendo produzidas a partir dos contatos entre os diversos grupos que compõem a sociedade, no contexto de uma operação por meio da qual se busca definir quais indivíduos pertencem a determinado grupo e quais não pertencem.

Contudo, identidade e diferença não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias, pois elas são disputadas (SILVA, 2007, p. 81). Assim, as formas de identidade e alteridade se modificam de um contexto para o outro, tornando-se imprescindível observar e analisar as diversas relações entre os grupos sociais, visando a compreender o processo de fixação de fronteiras entre “nós” e “eles”. Nesse sentido, em nossa pesquisa, nos propomos a analisar o ambiente da cidade greco-romana de Tessalônica como um ambiente conflituoso, no qual a atuação de Paulo, representante da recém-criada vertente dos judeus crentes em Jesus, deflagra mais um processo de delimitação de fronteiras religiosas.

Por fim, empregaremos o conceito de *conflito*, formulado por Gianfranco Pasquino. Segundo o autor, conflitos podem ser explicados como uma modalidade de interação entre indivíduos, grupos, organizações e coletividades que implica choques para o acesso e a distribuição de recursos escassos (PASQUINO, 1998, p. 225). Tais recursos podem corresponder a territórios, controle de cargos, relações de autoridade, riquezas e poder. Dessa forma, enfocaremos os conflitos de natureza religiosa presentes

na cidade de Tessalônica por meio da análise da epístola de Paulo aos Tessalonicenses e da narrativa contida em *Atos dos Apóstolos*.

### Movimento Urbano

Para Izidoro (2010, p. 79), o mito de Pentecostes legitima as comunidades cristãs da diáspora e as comunidades gentias, mas também acolhe ecumenicamente a comunidade de Jerusalém. É esse o contexto plural, variado e diversificado da experiência cristã no qual emerge o cristianismo paulino, sendo inegável a forte identificação de Paulo com as zonas urbanas do Oriente e seus lugares públicos. O apóstolo é o grande expoente nessa mudança geográfica na qual o cristianismo ultrapassa as comunidades aldeãs da Palestina e passa a atuar no contexto da *pólis*.

Desse modo, podemos interpretar as viagens de Paulo como uma continuação, em maior grau, dessa expansão inicial do cristianismo, que se difunde pelas principais cidades e regiões do Oriente grego e sírio, como: Chipre (At 13.4), Perge (Panfília) (At 13.13, At 14.24), Antioquia da Psídia (At 13.14, At 14.21, At 14.26, At 15.30, At 18.22), Icônio (At 14.1, At 14.21), Derbe (At 14.20, At 16.1), Listra (At 14.21, At 16.1), Atalia (At 14.25), Fenícia e Samaria (At 15.3), Jerusalém (At 15.4, At 21.15), Síria e Cilícia (At 15.41, At 18.18), Frígia (At 16.6, At 18.23), Mísia (At 16.7), Trôade (At 16.8, At 20.6), Neápolis (At 16.12), Filipos (At 16.12, At 20.6), Tessalônica (At 17.1), Bereia (At 17.10), Atenas (At 17.15), Corinto (At 18.1, At 20.2), Éfeso (At 18.19), Cesareia (At 18.22), Macedônia (At 20.3) e Mileto (At 20.15). Dessas, em Damasco (At 9.19), Jerusalém (At 9.26, At 15.4, 20.15), Chipre (At 13.4), Antioquia da Psídia (At 13.14, 14.26), Icônio (At 14.1), Listra (At 14.6), Filipos (At 15.12), Tessalônica (At 17.1), Bereia (At 17.10), Corinto (At 18.1, 20.2), Éfeso (At 18.19). Nessas localidades, Paulo entra em contato direto com outros judeus, relacionando-se com comunidades judaicas já existentes e fundando outras.

Ao chegar ao seu principal destino, as cidades de fala grega do Oriente, Paulo demonstra um padrão na sua atuação missionária. Via de regra, suas ações visavam a: 1) inserir-se em uma sinagoga dos judeus (At 9.20, At 13.5, At 13.14, At 14.1, At 16.13, At 17.1, At 17.10, At 17.17, At 18.4, At 18.19, At 19.8) onde, por meio de referências à lei mosaica e às Escrituras, defendia ser Jesus o Messias encarnado; e 2) promover a abertura da fé judaica aos gentios locais. A resposta dos judeus à pregação de Paulo raramente era positiva e acolhedora, principalmente após tomarem ciência da intenção do apóstolo em

expandir a fé judaica em Jesus para os gentios, fato que gerou diversos conflitos, não apenas verbais, mas também físicos.

### Paulo em Tessalônica

Após o episódio denominado Concílio de Jerusalém (At 15. 5-21), onde marca a aceitação pública da defesa de Paulo da não circuncisão dos gentios diante dos apóstolos e das colunas da Igreja, Tiago, Pedro e João, Paulo retorna a Antioquia com a resposta, e o respaldo, para suas ideias. Após isso, Paulo ainda passa por Síria, Cilícia e Licaônia, onde alicia Timóteo, e Filipo, primeira cidade onde não há registros de grandes reações violentas.

Em Tessalônica, próxima parada de Paulo, seus discípulos e acompanhantes, o enredo de conflitos com os judeus se repete. Lucas narra novamente um sucesso na empreitada de Paulo com os gentios e, em seguida, uma rejeição do acolhimento destes pelos judeus:

Após terem atravessado Anfípolis e Apolônia, chegaram a Tessalônica, onde havia uma sinagoga dos judeus. Segundo seus costumes, Paulo foi procurá-los. Por três sábados dialogou com eles, partindo das Escrituras. Explicou-lhes e demonstrou-lhes que era preciso que o Cristo sofresse e depois ressurgisse dentre os mortos. “E o Cristo, dizia ele, é este Jesus que eu vos anuncio”. Alguns dentre eles se convenceram e se uniram a Paulo e Silas, assim como grande multidão de adoradores de Deus e gregos, bem como não poucas das mulheres da sociedade. Mas os judeus, tomados de inveja, reuniram alguns indivíduos perversos dentre os que frequentavam a praça e, provocando aglomerações, tumultuaram a cidade. Foram então à casa de Jasão, à procura dos dois, para fazê-los comparecer perante o povo (At 17.1-5).

Paulo, mais uma vez, é visto como uma figura conhecida, temida e odiada pela comunidade judaica: “Não os tendo encontrado, arrastaram Jasão e alguns irmãos para diante dos politarcas, vociferando: “Estes são os que andaram revolucionando o mundo inteiro. Agora estão também aqui, e Jasão os recebe em sua casa. Ora, todos eles agem contra os decretos de César, afirmando que há outro rei, Jesus” (At. 17.6-7). Mesmo com a atuação de Paulo na sinagoga, o sucesso entre os judeus é menor, aliciando para si apenas “alguns entre eles” (At 17.4).

A fama do “sucesso” de Paulo em ganhar adeptos entre os gentios e o “afrouxamento” da Lei Mosaica proporcionado pelo apóstolo não deixaram de ser mal vistas pela maioria das comunidades judaicas do Oriente, mesmo após a decisão do Concílio de Jerusalém. Essa observação ratifica a ideia de existência de um eixo comum



do judaísmo que girava em torno dos seguintes elementos: centralidade na Torá, monoteísmo, identidade étnica reforçada pelas leis alimentares, circuncisão e guarda do sábado.

Além disso, o evento do Concílio de Jerusalém, quando analisado em conjunto com as demais relações conflituosas de Paulo com as comunidades judaicas, nos evidencia um caráter duplo e tênue: ao passo que Jerusalém, ao lado do Templo e da presença dos discípulos de Jesus e Tiago, desponta como local central do judaísmo, ainda há um distanciamento em relação às demais comunidades locais. As recomendações feitas à comunidade de Antioquia ou não chegaram às demais ou foram rejeitadas e ignoradas pelas comunidades das cidades do Oriente por onde Paulo passou após o Concílio.

O desconforto com a atuação de Paulo se intensifica mediante a acusação dos judeus de sedição da parte de Paulo e seu grupo contra Roma (At 17.7). A acusação gira em torno do termo *basileus*, “rei”, título possivelmente atribuído a Jesus, como vemos na expressão “rei dos judeus”. Apesar de Jesus ser mais conhecido como o *Christós*, ou seja, o “Messias”, a esperada personagem do imaginário judaico que traria consigo o reino de Davi, ela também era conhecido como “rei dos judeus”. O conflito aparentemente é resolvido com o pagamento de uma fiança em favor de Jasão e de outros detidos pelos judeus no lugar de Paulo.

Partindo da Tessalônica, Paulo e os seus se dirigem à Beréia. Aqui encontramos mais uma exceção no roteiro. O pseudo Lucas narra uma boa recepção aos visitantes proporcionada pelos bereanos, que, segundo o narrador, “eram mais nobres que os de Tessalônica”. Pois acolheram a Palavra com toda a prontidão, perscrutando cada dia as Escrituras para ver se as coisas eram mesmo assim. Por isso, muitos dentre eles abraçaram a fé, também dentre as mulheres gregas da alta posição, e não poucos homens” (At 17.10-12). Para estes, segundo o relato contido em *Atos*, as mudanças promovidas pelo discurso paulino não se mostram estranhas, mas antes são legitimadas pelas Escrituras.

Beréia representa um caso de maior sucesso do que Filipos, uma vez que não apenas mulheres, mas também os homens, via de regra mais hostis à pregação de Paulo, aceitam o discurso do apóstolo. Porém, mais uma vez, assim como em Listra (At 14.19), o “sucesso” de Paulo preocupa as comunidades vizinhas, no caso, Tessalônica: “Quando, porém, os judeus de Tessalônica souberam que também em Beréia tinha sido anunciada por Paulo a Palavra de Deus, para lá igualmente se dirigiram, para agitarem e perturbarem a multidão. Então, imediatamente, os irmãos fizeram Paulo partir em direção ao mar Silas

e Timóteo, porém, permaneceram” (At 17.13-14). Após o ocorrido, Paulo se aventura por Atenas antes de pregar na comunidade de Corinto.

## 1 Tessalonicenses

A denominada “1 Tessalonicenses” tem datação histórica de 49-50 d.C, considerada a primeira das epístolas paulinas. Paulo inicia a epístola apresentando a si mesmo, a Silvano e Timóteo (1Ts 1.1), seguido de uma saudação amigável e, possivelmente, apaziguadora (1Ts 1.2-10).

No segundo capítulo da carta, Paulo confirma parte das lutas ocorridas na cidade e ao mesmo tempo reafirma sua autoridade e sua mensagem como verdadeira:

Bem sabeis, irmãos, que não foi inútil a nossa estadia entre vós. Sabeis que sofremos e fomos insultados em Filipos. Decidimos, contudo confiados em nosso Deus, anunciar-vos o Evangelho de Deus, no meio de grandes lutas. Pois a nossa exortação nada tem de interações enganosas, de motivos espúrios, nem de astúcias. Uma vez que Deus nos achou dignos de confiar-nos o Evangelho, falamos não para agradar aos homens, mas, sim, a Deus, que perscruta o nosso coração. Eu não me apresentei com adulações como sabeis; nem com secreta ganância, Deus é testemunha! Tampouco procuramos o elogio dos homens, quer vosso quer de outrem, ainda que nós na qualidade de apóstolos de Cristo, pudéssemos fazer valer a nossa autoridade. Pelo contrário, apresentamo-nos no meio de vós cheios de bondade, como uma mãe que acaricia os filhinhos. Tanto bem vos queríamos que desejávamos dar-vos não somente o Evangelho de Deus, mas até a própria vida, de tanto amor que vos tínhamos. (1Ts 2.1-8)

Apesar das complicações narradas entre Paulo e os tessalonicenses, em Atos dos Apóstolos, a epístola indica uma visita de Timóteo à cidade para compreender o rumo da comunidade plantada por Paulo. Vale lembrar, que Timóteo e Silas não acompanham Paulo na sua fuga dos tessalonicenses em Beréia, mas ficam para tratar junto aos que chegaram causando tumulto.

Para além das questões de respaldo à autoridade do apóstolo e a possíveis ações pacificadoras e diplomáticas com os membros da comunidade, o apóstolo trata de orientações civis e religiosas, cuja fronteira de uma esfera para outra é tênue. Dentro da carta podemos separar dois grandes espaços dedicados a essas orientações. O primeiro no “capítulo 4:

Finalmente, meus irmãos, voz pedimos e exortamos no Senhor Jesus que, tendo ouvido de nós como deveis viver para agradar a Deus, e assim já viveis: todavia, deveis ainda progredir. Pois conheceis as instruções que vos demos da parte do Senhor Jesus. Porquanto, é está a vontade de Deus: a vossa santificação, que vos aparteis da luxúria, que cada qual saiba tratar a própria esposa com santidade e respeito, sem se deixar levar pelas paixões, como os

gentios, que não conhecem a Deus, Nessa matéria ninguém fira ou lese a seu irmão, porque Deus não nos chamou para a impureza, mas sim para a santidade. Portanto, quem desprezar estas instruções não despreza um homem, mas Deus, que voz infundiu o Espírito Santo. Não precisamos voz escrever sobre o amor fraterno; pois aprendestes pessoalmente de Deus a amar-vos mutuamente; e é o que fazeis muito bem para com todos os irmãos em toda a Macedônia. No porém, vos exortamos, irmãos, a progredir cada vez mais. Empenhai a vossa honra em levar a vida tranquila, ocupar-vos dos vossos negócios e trabalhar com vossas mãos, conforme as nossas diretrizes. Assim levareis vida honrada aos olhos dos de fora, e não tereis necessidade de ninguém. (1Ts 4.1-12).

E o segundo no “capítulo 5”:

Nós vos rogamos, irmãos, que tenhais consideração por aqueles que se afadigam no meio de vós, e velam por vós no Senhor. Tende para com eles amor especial, por causa do seu trabalho. Vicei em paz uns com os outros. Exortamos-vos, irmãos: admoestai os indisciplinados; reconfortai os pusilânimes, sustentai os fracos; sede pacientes para com todos. Vede que ninguém retribua o mal com o mal; procurai sempre o bem uns dos outros e de todos. Alegrai-vos sempre, orai sem cessar. Por tudo daí graças, pois está é a vontade de Deus a vosso respeito, em Cristo Jesus. Não extingais o Espírito; não desprezeis as profecias. Discerni tudo e ficai com o que é bom. Guardai-vos de toda espécie de mal. (1Ts 5.12-22)

### Considerações finais

Ao juntarmos a epístola paulina de tessalonicenses e ao episódio narrado em Atos dos Apóstolos, pelo suposto Lucas, conseguimos traçar algumas características e motivações das ações de Paulo e seus acompanhantes. A comunidade de Tessalônica aparenta possuir uma grande quantidade de membros, uma vez que possui uma sinagoga própria, reflexo da importância comercial da cidade e de seu grande número de habitantes. A crença cristã ganha força dentro da população pagã, característica marcante do movimento paulino. Segundo Meeks:

[...]um dos fatos mais evidentes relacionados ao movimento associado a Paulo e seus companheiros era o vigor da sua orientação missionária, que via no de fora um de dentro em potencial e que não queria interceptar a comunicação com ele. Sob este aspecto, o *ethos* do cristianismo paulino é significativamente mais aberto, dizem, do que o dos introvertidos grupos joaninos. Existe tensão na literatura dos grupos paulinos entre medidas necessárias para promover uma forte coesão interna, inclusive limites mais claros que separem cada um deles da sociedade mais ampla, e a intenção de continuar mantendo as interações normais e geralmente aceitáveis com os de fora. (p. 166, 1992)

Apesar dessa “flexibilização” promovida por Paulo, causa principal das reações contrárias dos grupos judeus, o apóstolo também descreve em sua carta formas de diferenciação baseados na “santidade” e na “pureza”, características que devem pertencer aos de “dentro”. Concordamos com Chartier (1990, p. 17), para quem “As percepções do

social não são de modo algum discursos neutros, mas produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.”.

É a partir desses contatos gerados pelo movimento paulino que as comunidades nascentes de seu movimento, ainda confundidas com sinagogas judaicas – e talvez ainda inseridas em algumas delas –, se inserem cada vez mais no mundo mediterrâneo e buscam ampliar os canais de comunicação com a sociedade (NOGUEIRA, 2018, p. 34).

Exemplo disso, é o esforço de Paulo em descrever uma ética do trabalho, entendendo a importância comercial de Tessalônica: “Empenhai a vossa honra em levar vida tranquila, ocupar-vos dos vossos negócios e trabalhar com vossas mãos, conforme as nossas diretrizes. Assim levareis vida honrada aos olhos dos de fora, e não tereis necessidade de ninguém.” (ITs 4.11-12). Os habitantes da cidade investiam tempo em questões como “como viver” e “por que viver?”. Nesse sentido, as orientações paulinas não visam apenas a questão teórica, mas a adequação prática da vida pública.

Além disso, os espaços de atuação do movimento paulino não eram restritos apenas à sinagoga dos judeus. Além do lugar de práxis da atuação paulina, a sinagoga dos judeus, o movimento ganhava força nas casas particulares, adaptadas para abrigar e receber os cultos e reuniões, mas também ocorrer em ambientes de trabalhos, algo comum nas celebrações politeístas.

Nesse sentido, concordamos com Izidoro em que:

Todo grupo sociocultural, ao demarcar seu lugar étnico-geográfico, cria certas particularidades inerentes a sua dinâmica interna e externa, tais como a alteridade, a comunhão e a autodefesa entre seus membros. Assim sucede pelo fato de se identificarem com a mesma história, religião, características físicas, territórios, língua, tradições etc., porém em um contínuo processo de tensão, assimilação, rejeição, resistência e trocas que o caracterizará na dinâmica com suas fronteiras. Assim certamente sucedeu com as comunidades cristãs primitivas. (p. 84, 2010)

Assim, é possível identificar o seguinte padrão na atuação missionária paulina: 1) a propagação, por Paulo e seus companheiros, de um novo discurso de natureza religiosa com o objetivo de gerar novas práticas na cidade; 2) a reação, por vezes, favorável, mas, na maioria das vezes, contrária a esse novo discurso por parte dos grupos judaicos já estabelecidos na cidade; e 3) a resolução do conflito mediante um novo posicionamento desses grupos, seja mediante o reforço das antigas concepções ou a aceitação de novas.

## Referências

A BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2017.

ARZANI, A. O estudo da formação da identidade dos primeiros cristãos e a importância da teologia. *Romanitas - Revista de Estudos Grecolatinos*, n. 8, p. 70-85, 2016

BARROS, J. A. *Cidade e História*. Petrópolis: Vozes, 2007.

BUSTAMANTE, R. M. C. Entre a unidade e a diversidade. In: SILVA, G. V; MENDES, N. M (org.). *Repensando o Império Romano*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006, p. 109-136.

CHARTIER, R. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1990.

DOS SANTOS, L, A, Z. **O discurso constituinte como determinante no uso de *Tópoi* e argumentos retóricos na construção das epístolas de Sêneca e Paulo**. 2017. Tese (Doutorado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

GIESEN, R, G. **O epítítico como recurso para a representação dos contemporâneos na epistolografia de Plínio, o jovem**. 2016. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

GUARINELLO, N. L. O Império Romano e nós. In: SILVA. G. V; MENDES, N. M (org.). *Repensando o Império Romano*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006, p. 13-20.

IZIDORO, J, L. *Fronteiras e identidades fluidas no cristianismo da Galácia*. 2010. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2010.

Meeks, W. A. *Os primeiros cristãos urbanos: o mundo social do apóstolo Paulo*. São Paulo. Edições Paulinas, 1992.

NOGUEIRA, P, A, S. *Narrativa e cultura popular no cristianismo primitivo*. São Paulo. Paulus, 2018.

PASQUINO, G. Conflito. In: BOBBIO, N. (org.). *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998, p. 225-230. v.1

RUPPENTHAL NETO, W. Uma invenção helenística: a construção da ideia de judaísmo em oposição ao helenismo no livro de 2 Macabeus. *Romanitas*, n. 14, p. 177-195, 2019.

SILVA, T. T. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2007.

## Sociabilidade e ativismo: um estudo do cotidiano dos afrodescendentes nas primeiras décadas do pós-abolição 1900-1920 (São Paulo/2020)

Bolají Alves Matos de Paula Xavier

Universidade Estadual Paulista - UNESP/Assis

[bolaji.alves@unesp.br](mailto:bolaji.alves@unesp.br)

O presente trabalho traz, como discussão principal, as formas como as populações negras, dentro de suas particularidades, se organizam e se posicionam contra o racismo sofrido, principalmente em um passado tão próximo da escravização de seus familiares e da falta de direitos de seus corpos. Utilizando a imprensa negra como marco revolucionário, o trabalho apresenta *O Menelik (1915-1916)* e *O Clarim d'Alvorada (1924-1933)* como mecanismos que auxiliaram na generalização de uma consciência racial que fosse contrária ao sistema branco vigente. A Cidade de São Paulo, durante a virada do século e, principalmente, no início do século XX, passa por reformas culturais, econômicas e sociais que estruturaram as máximas de uma nova era e, com o surgimento da Imprensa Negra, tais máximas se intensificam. Com foco nas populações negras, o conceito utilizado majoritariamente é o de Quilombo Urbano, termo cunhado por Beatriz do Nascimento que coloca as rodas negras de convívio como fundamentais para a construção de uma identidade negra sendo espaços de acolhimento e resistência.

**Palavras-chave:** Eugenia. Imprensa Negra. Socioativismo. Pós-abolição.

### Introdução:

A partir de 1888, com a abolição da escravatura no Brasil, as populações negras foram postas em condições de inferioridade social, econômica e política. Assim, desde o início do novo século XX, a situação das pessoas de cor só se agrava na cidade de São

Paulo. Sem estudos e sem habilidades não braçais, não conseguiram grandes empregos e bons salários, restando-os à região central da cidade que tinha aluguéis baratos e empregos rejeitados pelos paulistanos brancos. Dessa forma, bairros como Liberdade e Bela Vista (especialmente a região do Bexiga) serviram de moradia, emprego e perpetuação de uma identidade afro-brasileira, o Samba. Entretanto, as imigrações subsidiadas pelo governo brasileiro, com o principal intuito de estabelecer uma sociedade mais embranquecida e estabelecer os fundamentos da Eugenia que se iniciou no Século XX, fez com que as populações negras fossem afastadas dos novos pontos de referência comercial, cultural e social. Assim, as margens, tanto sócio-políticas quanto as margens epistemológicas fizeram com que as comunidades negras não se encaixassem nos clubes, nas organizações, nas sociedades brancas, fazendo com que fossem construídas sociedades negras que agregassem melhores os anseios de não serem mais segregados e que pudessem compartilhar ideias. Assim se estabeleceu a imprensa negra. Como aponta Ana Flávia Magalhães Pinto, o primeiro jornal negro foi *O Homem de Côr*, em 1833, no Rio de Janeiro e já tinha o intuito de registrar e acentuar as partes do que é ser negro, um corpo visível e, na época, com os entraves de uma política de Estado declaradamente e abertamente escravocrata e racista, em que via o corpo negro apenas como força braçal, enquanto o jornal mostrava que o impacto intelectual desses corpos deve ser visto. Em São Paulo, *O Menelik*, em 1915, estabelece-se como o primeiro jornal da cidade de São Paulo que propõe uma subversão em uma parcela da sociedade civil em geral contribuiu para a colocação de corpos negros como forma de se elevar socialmente e combater o sistema vigente, algo que foi se aprimorando até chegarmos nos movimentos negros estabelecidos a partir da década de 70. Dessa forma, as comunidades negras se mostram para pares, se comunicam, alinham ideais que prosperaram em maior envolvimento político e social em diversas camadas da sociedade civil, lugares que foram ocupados e conquistados pelas populações negras.

#### Contexto para o fim da escravização:

No começo do século XIX, com a demanda mundial de continuidade de trabalho, o café tornou-se o estimulante que os capitalistas desejavam e os operários precisavam e o Brasil ancora-se no mais novo produto do momento. Para isso, todas as energias foram



para os latifúndios, com cidades e tecnologias acerca do transporte do produto e da rapidez da produção e os investimentos e objetivos econômicos focados na lavoura. Essa prerrogativa deteriorou-se com o decorrer do século. Novas máquinas substituindo os cansados, mais produtos industrializados surgindo e já não havia estoques internos para serem supridos, a Inglaterra se une aos negociadores para que haja a troca de matéria-prima por produtos industrializados. Para tanto, no Brasil, as prerrogativas escravistas ainda eram positivas, tendo em vista os costumes imperiais de trabalho braçal como inferior e destinado aos inferiores, mas, com as pressões inglesas para se tornarem um país onde há demanda de consumo, o Brasil tomou decisões pontuais que entardecia a abolição.

Em 1850, a conhecida como “Lei Eusébio de Queirós” encerrava o tráfico intercontinental de escravizados, não podendo haver navios negreiros brasileiros nos portos, tal lei é uma resposta tardia à Lei inglesa *Bill Aberdeen*, de 1845. Em 1871, a “Lei do Ventre Livre” determinou que todos os nascidos de mulheres escravizadas a partir da data em questão, nasceria livre. A Lei dos Sexagenários, de 1885, apontava que os escravizados acima de 60 anos, a partir da data da lei, poderiam adquirir a alforria após mais três anos de trabalho como pagamento de uma indenização. Chega-se em 1888 com dois impasses que abalaram a economia e os costumes da população: É preciso a abolição da escravatura para que não haja retaliação internacional e, principalmente, para que não houvesse o derramamento de sangue que ocorreu durante a Revolução Haitiana (1791-1804). O medo da rejeição e da morte foram os motores, por parte da Coroa, para que houvesse uma declaração final sobre a abolição da escravatura, algo que abolicionistas e intelectuais lutaram por anos. Assim, em 1888, pelas mãos da, erroneamente colocada como heroína, Princesa Isabel, foi-se declarada a abolição da escravatura, com todos os escravizados livres constitucionalmente. Essa assinatura aumentou as expectativas do Brasil para com o cenário internacional, entretanto, os âmbitos político e social ainda continuam abalados. Por parte social, segundo o censo de 1872 pouco mais de 15% da população brasileira era composta por escravizados. Após a abolição, mais de 1 milhão de pessoas foram para as ruas, sem dinheiro, sem vestimentas extras, sem estudo ou preparo para o mundo liberal. Assim, as oportunidades de emprego remunerado foram reduzidas aos que tinham conhecimento do uso de ferramentas ou maquinários, além de habitações precárias foram sendo erguidas para acomodar os novos cidadãos.

## São Paulo moderna:

Em São Paulo, o processo de industrialização vinculado à valorização do café foi modernizando-se e os capitais agrários passaram a ser denominados como capitais industriais. Essa modificação de nomenclatura enfatiza-se como um processo de aumento de produções não latifundiárias para fazer crescer um mercado interno e potencializar o protecionismo financeiro conquistado durante o Convênio. Tal industrialização é estimulada e estimuladora de imigrações, com propagandas e remanejamento de terras em detrimento da população remanescente que tinha sido libertada. Como apontado por Maria T. S. Petrone em “História Geral da Civilização Brasileira”:

Para São Paulo, graças à riqueza criada pelo café, significava uma maior autonomia com relação a tão crucial problema, qual seja, o da mão-de-obra para a grande fazenda de café. Praticamente só São Paulo consegue manter a imigração subvencionada, isto é, traz imigrantes mediante o pagamento de sua passagem. Em decorrência dessa medida e da extinção da Inspetoria de Terras e Colonização, os últimos anos do século e os primeiros dos seguintes não se revelam nada favoráveis quanto à imigração. (PETRONE. 2004, p.98-99).

Ou seja, a forma com que São Paulo subsidia as imigrações e como esta eram apoiadas pelo suporte da União federal, a quantidade de imigrantes que desembarcaram no Brasil atingiu seu ápice em 1913, com mais de 192.000 imigrantes. Para Petrone, foi preciso o incentivo à imigração por dois motivos fortes: mão-de-obra para as lavouras e promover o povoamento em áreas mais afastadas, principalmente no Sul, onde o clima era propenso para os habitantes do continente europeu.

Com o início da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o colapso nas lavouras aconteceu e, por consequência, o índice de imigrações italianas retraiu e São Paulo passou a consentir, parcialmente, com as imigrações japonesas para suprir com as demandas das lavouras de café. Esse impulso do estado foi breve, sendo que, a partir de 1921, a União passou a subsidiar a onda migratória de europeus, principalmente a volta de italianos, portugueses e judeus, que foram as populações que se estabeleceram nas áreas urbanas do estado, enquanto japoneses e espanhóis ficavam no campo.

Durante o período estabelecido pela pesquisa (1900-1920), a cidade de São Paulo é o epicentro econômico (com a industrialização crescente nas áreas urbanas), social

(com a maior demanda de imigrantes se deslocando para o centro), cultural (com as manifestações modernas, principalmente após semana de arte moderna) e político (com o revezamento de cargo presidencial entre paulistas e mineiros, período marcado pelo termo “Política do Café-com-Leite”) do Brasil. Dessa forma, a concentração de pessoas na cidade fez com que o processo de gentrificação e marginalização fossem acentuados e marcados pelo fator racial. Após a abolição, os negros recém-libertos não tinham onde morar, restando-os casebres e cortiços no centro de São Paulo, onde havia poucos terrenos residenciais e crescentes empreendimento para empregá-los, como aponta Reinaldo da Silva Soares em “O Cotidiano de uma escola de samba”:

Nas primeiras décadas do século XX, uma grande quantidade de negros migrava do interior para a cidade de São Paulo, em busca de empregos, concentrando-se, principalmente, nos bairros do Bexiga, Barra Funda e Baixada do Glicério. Além de estarem situados próximos ao centro comercial da cidade, esses bairros proporcionam oportunidades de trabalho e moradias a baixo custo pela desvalorização dos terrenos situados em fundo de vale, sujeitos à inundação, ou em áreas muito íngremes. Um outro fator, de caráter étnico, também motivou esta aglutinação [...] (SOARES, 1999, p.12)

Essa necessidade de aquilombamento é parte do processo de valores civilizatórios afro-brasileiros incorporados a realidades dos transatlânticos brasileiros para uma tentativa de união e pertencimento, direitos esses que lhes foram removidos com o começo do tráfico de escravizados onde a separação dos iguais impedia rebeliões e resistências. Desse modo, as condições de trabalho e moradia fizeram com que a população negra se estabelecesse, criando vínculos sociais e culturais. Bailes, clubes, times de esportes começaram a surgir como contracultura, repudiando as discriminações que sofriam nos clubes mais distantes, e fizeram suas festas e celebrações à parte do calendário social paulistano mas, esse cenário se inverte na medida em que há o aumento da onda migratória.

### Eugenia e exclusão:

A população do Estado de São Paulo, em 1900, era de 2.279.608 habitantes, sendo que destes, 21% eram compostos por estrangeiros, tornando o estado uma miscelânea de

culturas. Esse fator, entretanto, é posto em prática para que haja maiores influências europeias nos trópicos, tentando reformar o cenário cultural e social do estado, algo que será explorado posteriormente. Assim, essa necessidade de ‘europeizar’ o país fez com que os imigrantes fossem incorporados na estrutura racista da sociedade, tanto pela falsa superioridade geográfica, quanto pela falsa superioridade racial sustentada pelo governo nacional. A rivalidade entre essas populações, principalmente em bairros que sofreram com a gentrificação social, causam estranhamento e divergências:

[...] o paternalismo servia como um instrumento de manutenção de relações raciais do tempo da escravatura. O negro só era aceito caso assumisse uma posição de subserviência em relação ao branco. Afirmar sua condição de inferioridade era pré-requisito para uma convivência não conflitiva com o branco, como demonstravam as atitudes das famílias mais abastadas em relação aos negros [...]" (SOARES, 1999, p.21-22)

Esse paternalismo é tido como a dominação sob um indivíduo ou uma população que é subjugada como incapaz ou impotente perante uma situação, fazendo com que as forças do dominante sejam introduzidas na mentalidade comum. Assim, a forma com que a mentalidade escravocrata se perpetuou foi através da limitação de liberdade do outro em detrimento do sucesso do combinado. Com isso, as comunidades europeias no Brasil perpetuaram e enriqueceram o racismo da sociedade.

No fim do século XIX, surgiu, na Inglaterra, uma nova forma de se analisar a sociedade e a criação de métodos para “melhorá-la”. Tal forma logo foi tomada como ciência por se basear nas constatações da Teoria da Evolução de Charles Darwin e chamada de Eugenia. Essa ‘ciência’ tinha como objetivo analisar os comportamentos humanos para entender como a sociedade tinha chegado até o momento. Nessa época, as migrações do campo para as cidades e as migrações em busca das melhores condições de trabalho que a Primeira Revolução Industrial torna possível fizeram com que a Inglaterra sofresse com superlotação de pessoas nas cidades e, por consequência, a falta de saneamento básico e melhores condições de moradia fizeram com que o país passasse por uma crise da saúde pública o que era visto como degradação da população inglesa. Francis Galton (1822-1911) aponta, com base na teoria de Darwin, que a busca pela hereditariedade resulta na seleção de indivíduos para melhorar a sociedade. Galton recebe apoio da classe cientista inglesa, já que Darwin, há pouco, tinha sido reconhecido pela classe com sua visão evolucionista e, em 1894, no Congresso Demográfico inglês,

aponta que era preciso colocar em prática as teorias relacionadas à “evolução humana”, como apontado por Valdeir Del Cont:

No Congresso Demográfico de 1894, Francis Galton chamou a atenção para o que ele considerava a decadência racial inglesa, o que revelava, em sua opinião, que em pouco tempo as classes menos dotadas suplantariam, em fertilidade (isto é, produziram mais indivíduos), as classes mais bem dotadas. Fato este que pedia não somente dos intelectuais, mas principalmente do Estado, uma série de medidas eugênicas de melhoramento da população através do estímulo aos casamentos dos melhores membros da sociedade e da restrição dos casamentos entre indivíduos menos dotados (Galton, 1988, p. 22-4). (DEL CONT, 2008, p.205)

A partir desse encontro, a ciência eugenista foi posta em prática. A separação das classes mais e menos dotadas foi acentuada e foi-se instituído dois processos distintos de fertilidade: a eugenia positiva que constava na promoção da união de casais dessas classes superiores e sua reprodução (já que Galton acreditava que fatores como inteligência eram de posse hereditária, não algo modificado pelo fator ambiental) e, a eugenia negativa que faziam processos para tornar casais inferiores inférteis, principalmente a esterilização feminina.

Esse processo ganhou força por parte do Estado e começou a ganhar notoriedade no globo. Antes de continuar, é interessante falar de dois processos eugenistas que ocorreram até o fim do século XX que influenciaram o Brasil nas políticas eugenistas próprias. O primeiro caso é nos Estados Unidos. O país, que sofria por conta dos conflitos raciais causados pela Guerra Civil estadunidense (1861-1865) com a vitória dos abolicionistas, assumem, especialmente o Sul segregacionista, as políticas de higienização urbana através da segregação racial. Dessa forma, ao mesmo tempo em que foram criados concursos de famílias exemplares que ganhavam prêmios por maiores pontuações adquiridas, as famílias pobres, rurais e não brancas, principalmente negras, sofriam com a esterilização, limitação de nascidos e as condições estatais que tinham brechas para aprisionamento dos corpos negros em massa, como a 13ª emenda que abolia a escravização e proíbe em todo o território nacional a servidão involuntária, exceto em caso de punição por crime. Somado a isso, as leis “Jim Crow” foram as forjadoras de políticas públicas no Sul dos Estados Unidos para segregação. O segundo caso remete à Itália em que, Cesare Lombroso, apoiado nos ideais evolucionistas, desenvolveu uma

teoria de como conseguir identificar e prender potenciais criminosos, tudo baseado pelas características físicas:

Ao partir do pressuposto de que os comportamentos são biologicamente determinados, e ao basear suas afirmações em grande quantidade de dados antropométricos, Lombroso construiu uma teoria evolucionista na qual os criminosos aparecem como tipos atávicos, ou seja, como indivíduos que reproduzem física e mentalmente características primitivas do homem. Sendo o atavismo tanto físico quanto mental, poder-se-ia identificar, valendo-se de sinais anatômicos, aqueles indivíduos que estariam hereditariamente destinados ao crime. (ALVAREZ, 2002, p. 679)

Esses momentos históricos marcaram as diretrizes políticas e administrativas que chegaram ao Brasil. Na década de 1910, as teses eugenistas chegaram no Brasil na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e, em 1917, as políticas eugenistas foram postas em prática por Renato Kehl através do pensamento de higienização social com a reurbanização dos centros, tido como parte da “eugenia positiva” pois havia indícios de educação higiênica e sexual. No mesmo processo de implementação da Eugenia, o pensamento científico de caracteres herdados foi adaptado, relatando que as mazelas sociais eram transformadas em venenos raciais, tornando-se parte da “eugenia negativa” pois há a necessidade de eliminação do caráter retrógrado da sociedade, o caráter não-europeu. Anteriormente a isso, em 1911, João Baptista de Lacerda, no Congresso Internacional das Raças, em Londres, afirmou que, através de políticas de controle de fertilidade, o traço de um passado negro e indígena no Brasil deixaria de existir em 100 anos. Entretanto, com a alta miscigenação da população, a degeneração social passou a ser um caminho de bem, já que as linhagens seriam embranquecidas e assim teríamos um país branco. Além disso, a “antropologia forense” de Lombroso enraizou o estereótipo de associar os fenótipos tidos como negativos com a predisposição ao crime:

[...] A substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, o acelerado processo de urbanização no Rio de Janeiro e em São Paulo e os ideais de igualdade política e social associados à constituição da República estabeleceram novas urgências históricas para as elites políticas e intelectuais no período, e para os juristas reformadores em particular. Sobretudo, o ideal das elites republicanas de construir uma sociedade organizada em torno do modelo jurídico-político contratual defronta-se com uma população que aparece aos olhos dessa mesma elite ou excessivamente insubmissa, [...]. Assim, o antigo medo das elites diante dos escravos será substituído pela grande inquietação em face da presença da pobreza urbana nas principais metrópoles do país. (ALVAREZ, 2002, p.693)

Com o governo brasileiro apoiando-se nas teorias de melhoramento da sociedade a partir do embranquecimento da nação, a imigração europeia torna-se o elemento essencial para reformulação da população nacional. Esse processo de imigração é narrado por Maria T.S. Petrone em “História Geral da Civilização Brasileira”:

[os imigrantes] Como artesãos, operários, empresários, participam da industrialização de São Paulo. Já em 1920 se registram 64,2% dos estabelecimentos industriais existentes no Estado como sendo de imigrantes, e cerca de dois terços dos habitantes da cidade de São Paulo são formados por estrangeiros e seus descendentes. (PETRONE, 2004, p.120)

Assim, há a segregação espacial e demográfica das populações negras, com a marginalização da população, a retirada de símbolos de aquilombamento dos centros e a segregação nos empregos e nas moradias:

Como pertencendo a um outro Brasil, são mantidos fora do mercado de trabalho e da vida política nacional negros, caboclos e brancos pobres, se mestiçando, alheios às grandes cenas da “vida nacional” e ausentes de sua história oficial. Apesar da ruptura determinada pela Abolição, com a modernização de aspectos do sistema produtivo, o país não oferecia a esses homens, principalmente aos “libertados”, alternativas para a reordenação de suas vidas a partir de uma nova posição na sociedade nacional, a não ser as construídas por eles mesmos. (MOURA, 1995, p.18)

Essa exclusão corroborou com a carência econômica e social da população negra, já que, com baixas taxas de empregabilidade para os homens e a hierarquia social perpétua nas casas em que mulheres negras trabalham, a falta de direitos básicos que foram garantidos com a higienização das cidades fez com que essas populações tivessem menos condições de moradia estável, acesso à escolarização e educação e, por consequência, tiveram menos possibilidades de acessar empregos e ter a possibilidade de ascensão social.

Enquanto o acesso à cultura, à educação, aos empregos e à ascensão social é colocado para os imigrantes como parte da política de embranquecimento da população nacional enquanto as mulheres negras abdicaram de seus lares para cuidar dos lares das mulheres brancas e essa exclusão sócio-político-econômico-cultural estruturou um novo conceito de família, já que o núcleo tradicional é desmanchado para a ter a possibilidade de ganhar dinheiro e tentar a elevação social. Desse modo, constrói-se os valores

civilizatórios afro-brasileiros, que concretizam novas formas de organização tanto com o intuito de afetividade quanto para o engajamento político.

### Imprensa Negra - suspiro de alívio:

A resistência dá lugar ao que Beatriz de Nascimento descreve como “quilombo urbano” (2006) em que a valorização da cultura negra, bem como a aproximação de pares afro descendentes, filhos da diáspora transatlântica, são os redutos de resistência cultural e política, que impactam o mundo do branco e fazem com que a presença negra seja vista, como no caso da escola de samba Vai-Vai que, até os dias atuais, têm seu barracão no bairro do Bexiga, conhecido como um bairro ítalo-brasileiro, mostrando que a figura negra existe e resiste no mundo branco.

Quilombo passou a ser sinônimo de povo negro, sinônimo de comportamento do negro e esperança para uma melhor sociedade. Passou a ser sede interior e exterior de todas as formas de resistência cultural. Tudo, de atitude à associação, seria quilombo, desde que buscasse maior valorização da herança negra.” (RATTS, 2006, p.124)

Nesse ponto de aquilombamento e resistência, tem-se a criação de periódicos negros. A primeira imprensa que se estabelece no Brasil pouco antes da Abolição da Escravização, com uma maioria de brancos abolicionistas que, por terem mais acesso à educação e cultura, fazem a linha de frente formal enquanto os negros abolicionistas faziam o papel de intelectualizar e conscientizar perante as atividades políticas, durante os anos de pré-1888, e atividades políticas e sociais durante a República. Como colocado por José Geraldo Marques, a resistência erguida estabelece a rede de conhecimentos e acolhimento, mostrando que há defensores da população negra na categoria acadêmica e burocrática:

Descontinuidade e resistência são, mais que palavras, os processos que construíram e constroem, até nossos dias, os encontros e desencontros dos negros com sua memória e a iminência, sempre presente, de sua destruição; com a construção de uma identidade comum, com a procura de uma expressão verbal, inclusive escrita, que não traia a diversidade cultural e linguística



extraordinária, que assumiu outras formas no Brasil, sem negar aquelas que foram trazidas da África. (MARQUES, 2012, p. 36)

Assim, a escrita de jornais voltados para a população negra resgata a identidade da comunidade, além de apontar que essa população tem direito de ser informada, de ter acesso à cultura, de ter direitos de cidadãos livres e republicanos.

Antes de 1808, quando a família Real Portuguesa chegou à colônia, não existia atividade de imprensa e, como aponta Ana Flávia Magalhães Pinto, a colonização em solo brasileiro se difere justamente por não haver necessidade de construir uma população, apontando que era uma colonização de exploração:

Diferentemente do que se passou em outras colônias americanas – a exemplo do Peru, do México e dos Estados Unidos -, onde a dominação colonial, em larga medida, foi assegurada graças a um investimento na imprensa escrita e na educação, como veículos para disseminar as ideias dominantes, a vasta faixa do império colonial português na América, que daria origem ao Brasil, só contaria com a imprensa pouco antes de sua independência política. (PINTO, 2014, p.23)

A imprensa negra brasileira tem ainda mais destaque na participação na luta contra o racismo no Brasil, colocando, a cargo de intelectuais negros na edição, as perspectivas de trabalho e as novas formas do corpo negro ser visto pela sociedade ainda não acostumada a ver a figura do negro liberta. Em São Paulo, com a virada do século e a entrada de imigrantes europeus na cidade, há uma crescente urbanização que contribui para a formulação cultural e intelectual do novo cidadão paulistano. Algo que Carlos Eduardo Gadelha Bacellar aponta é as novidades tecnológicas que construíram com uma nova classe intelectual que tinha no jornalismo uma nova possibilidade de associação:

Por intermédio das publicações periódicas, os intelectuais puderam exercer suas funções como formadores de opinião. Nos jornais e nas revistas, nas magazines de luxo, a atuação deles era intensa, através dos editoriais, das crônicas, das poesias, dos folhetins. Na busca constante de espaços para expressarem suas ideias, as revistas femininas também se apresentaram como um espaço ideal. (BACELLAR, 2008, p.20)

O primeiro jornal antirracista foi o pasquim *O Homem de Côr*, criado em 1833, em que há um movimento de reivindicação abolicionista para maior atenção à pauta racial. Como explicita Ana Flávia M. Pinto:

Em seu cabeçalho, reproduzido nos cinco números do jornal, de setembro a novembro de 1833, o que se vê é uma apresentação esquemática de um debate vivo ainda hoje: no lado esquerdo, a transcrição do parágrafo 14 do artigo 179 da Constituição de 1824, que diz: “Todo o Cidadão pode ser admitido aos cargos públicos civis, políticos e militares, sem outra diferença que não seja a de talentos e virtudes”; no direito, literalmente, reproduz-se um trecho de um ofício do Presidente da Província de Pernambuco, datado em 12 de junho de 1833: “O Povo do Brasil é composto de Classes heterogêneas, e debalde as Leis intentem misturá-las, ou confundi-las sempre alguma há de procurar, e tender a separar-se das outras, e eis um motivo a mais para a eleição recair nas classes mais numerosas” (HC, n.1, p. 1) (PINTO, 2014, p.17)

Esse apontamento leva em consideração que, a igualdade garantida pela legislação, é algo apenas figurativo, para os ativistas do pasquim, denunciando a falta de oportunidades trabalhistas e de demais direitos constitucionais para que houvesse representações em todas as esferas sociais. Antes da abolição, o medo de uma “onda negra”, de uma rebeldia contra o Império, resultado da escravização negro-africana e da resposta à hostilidade sofrida, fez com que a concepção de unicidade se construísse e torna-se permanente no combate às injustiças imperiais. Ana Flávia aponta que, por ser de cunho liberal, o jornal aglutinava vários grupos de pessoas, negras e não-negras, que tinham suas ideias contempladas pelo editorial e, assim, ajudavam com a perpetuação e divulgação do periódico.

O jornal *O Menelik* surgiu em 1915 e, durante um ano, até seu fim em 1916, serviu como ponto de mobilização e organização de um pensamento libertário para a população negra que ainda tinha muito recente a abolição. Seu nome, *O Menelik*, é em homenagem a um dos imperadores da Etiópia, que foi o primeiro país africano a lutar contra o colonialismo europeu. Menelique era o nome de um dos imperadores. Somado a isso, os italianos apelidavam os negros de “Menelik”, em tom pejorativo, por conta da época de invasão italiana na Etiópia que foi encerrada em 1941. Assim, mostra-se um ponto importante para a trajetória do periódico, seu nome era revolucionário, imponente. Contrapor o apelido pejorativo em potência é resgatar a história e promover uma ressignificação do que é ser negro em São Paulo. Seu fundador, Deocleciano Nascimento, era poeta e publicava seus textos literários em outros jornais e, por contar com seus dotes

literários, conseguiu se estabelecer em uma parcela social de negros intelectuais. Como coloca Gilmar Luiz de Carvalho: “Entende-se que o jornal visava promover discussões pertinentes ao cotidiano da cidade, mas restritas aos membros da classe, ao mesmo tempo em que divulgava temas culturais e literários.” (CARVALHO, 2009, p.76). Assim, o jornal tinha o intuito de se estabelecer nas comunidades negras da cidade, apontando as violências e construindo união e a possibilidade de reconstrução da história da população negra. Como aponta Carvalho:

Entendemos que *O Menelick* não foi apenas um marco entre os jornais da imprensa negra de São Paulo e do Brasil. [...] consideramos que o aspecto crítico de um jornal pode aparecer até na significação contida em seu título, em sua organização administrativa, na preocupação e no cuidado com os leitores [...] O jornal, mesmo de uma forma mais modesta, propunha a discussão dos temas que eram pertinentes à realidade do negro em São Paulo naquele momento. (CARVALHO, 2009, p.77)

Assim, o jornal, que foi o primeiro jornal negro da cidade de São Paulo, tem a capacidade de ser lido de forma mais positiva, colocando-o como fundamental para o nascimento formal de alguma instituição negra da imprensa que encara a elite dominante e subverte o sistema existente. É interessante ressaltar que a militância da população negra existe a partir do momento em que há um incômodo ao sistema vigente e há uma busca pela liberdade e subversão. Assim, precisa ser posto que, a primeira fase da Imprensa Negra de São Paulo é mais do que colocações de eventos, concursos de beleza e notícias de sociedades negras - que não são ruins, tendo em vista que, mostrar sociedades negras com conotações positivas em materiais impressos eram formas de resistência e ressignificação de símbolos - havia inícios de uma conscientização em massa e intuito de revolucionar as medidas reformas que falharam na falaciosa introdução do negro na sociedade.

Jayme Aguiar e José Correia Leite foram os fundadores do periódico *O Clarim D'Alvorada*. O primeiro, sendo responsável pela tipografia e, o segundo, partiu para o campo literário e, juntos, reivindicaram as pautas de abolição social e tomada de direitos para com a população negra. Sua primeira edição foi em 1924 e, até 1927, abordava as formas com que as comunidades negras se estabeleciam, encarregados de, constantemente, apontar em textos literários, a forma com que o negro se portava na sociedade paulistana, inclusive mostrando as violências que sofriam fora do ciclo cultural negro. Já em 1928, o jornal passou por uma reestruturação, alinhando-se à uma posição

mais ativa de combate ao racismo e tornando-se favorável “pelos interesses dos homens pretos: noticioso, literário e de combate”. Assim, torna-se um jornal mais incisivo e participativo em muitas reuniões da comunidade negra com foco na união de negros pelo bem-viver como, por exemplo, a divulgação do manifesto completo do Primeiro Congresso da Mocidade Negra (1928). O periódico, principalmente após as eleições fervorosas entre Getúlio Vargas e Júlio Prestes, une-se com os que discursavam prol a revolução do negro. No ano seguinte, com o nascimento da Frente Negra Brasileira, o jornal se alinha com os ideais da frente para que, juntos, pudessem proporcionar maior segurança à população negra paulistana. Correia Leite afirma que: “[...] é possível distinguir o Movimento Negro antes de 30 e depois de 30. este tomou outra feição. [...] Em 30 não se tinha ideia do nome, mas estava-se discutindo de como o negro poderia participar. Não queria ficar marginalizado [...] Eu e outros companheiros d’O Clarim da Alvorada participamos também. [...]” (CUTI, 1992, p. 91)

O jornal foi fundado em 1933, após divergências com o movimento da Frente Negra. Leite sempre afirmou que a questão do negro era além da política-partidária-ideológica:

Eu exponho a minha situação de não misturar minhas convicções políticas com as minhas ideias de movimento negro. [...] dentro do Movimento Negro, ninguém tinha de impor suas ideias, principalmente de ordem política. Então, eu digo serem as minhas convicções políticas republicanas, democráticas e socialistas. [...] (CUTI; LEITE, 1992, p.94).

A chamada segunda fase da Imprensa Negra de São Paulo já possibilita um maior entendimento de militância e união das populações negras. É importante frisar que as populações negras são plurais, ou seja, atendem às demandas distintas mas, como principal objetivo, as populações negras querem seus direitos conquistados e respeitados e é isso o que os jornais, tanto das fases brevemente citadas quanto a última fase que vai até 1963, colocam em seus textos, artigos, posicionamentos. É essencial para a comunidade negra, de forma resumida, a representatividade nas esferas sociais, econômicas e culturais e o surgimento de uma imprensa negra, ao passo que a imprensa era hegemonicamente branca e elitizada, tornando a luta mais organizada, mais bem disseminada e visível.

**Considerações finais:**

É importante ressaltar que as populações negras atuantes nos jornais são intelectualizadas não pela forma convencional, com graduação e especializações, mas sim, com estudos e ensinamentos obtidos durante as trajetórias dos indivíduos. Tal fato não deve ser colocado como 'mérito', tendo em vista que tal pensamento leva em consideração a aceitação e o nivelamento das populações negras às camadas brancas. Deve ser visto como resistência e mecanismo de apropriação de discursos, já que a imprensa negra, mesmo não tendo recursos e disponibilidades iguais aos jornais tradicionais, combatia o preconceito racial com notícias que enfatizavam feitos realizados pelos negros, não precisando ou almejando estar próximo ao que o branco ache confortável. A imprensa negra é incômoda porque é militante e é militante porque é incômoda. O incômodo é devido à subversão ao *status quo* vigente e a militância, colocada aqui como movimento de resistência e luta e não como organização político-partidária, é para colocar as populações negras para além da negatividade colocada nos jornais tradicionais. E a militância é vista como ato de rebeldia, já que as dinâmicas sociais de indivíduos não-brancos se tornaram negativas e era condenada.

**Referências bibliográficas:**

ALVAREZ, Marcos César. A criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais. *Dados*, v. 45, n. 4, p. 677-704, 2002.

BACELLAR, Carlos Eduardo Gadelha. 200 ANOS DE IMPRENSA NO BRASIL. Rio de Janeiro. 2008.

CARVALHO, Gilmar Luiz de. A imprensa negra paulista entre 1915 e 1937: características, mudanças e permanências. Dissertação (mestrado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letra e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2009.

CUTI; LEITE, José Correia et al. - E disse o velho militante José Correia Leite. Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

DE PAULA XAVIER, Juarez Tadeu; DE MATOS XAVIER, Patrícia Alves. A Invenção e a Reinvenção do Estereótipo dos Afrodescendentes: O Papel da Ciência, dos Cientistas e dos Meios de Comunicação na Formação e Articulação do Discurso da Intolerância. *Mídia e tolerância: a ciência construindo caminhos de liberdade*, v. 3, p. 109, 2002.

DEL CONT, Valdeir. Francis Galton: eugenia e hereditariedade. *Scientiae studia*, v. 6, n. 2, p. 201-218, 2008.

FERRARA, Miriam Nicolau. A imprensa negra paulista (1915-1963). *Ver. Bras. De Hist.* V.5 nº10. p, 197-207 - março/agosto. 1985.

JACINO, Ramatis. O trabalho do negro livre na cidade de São Paulo 1872-1890 Dissertação (mestrado) apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2006.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo; ARIZA, Marília Bueno de Araújo. Escravas e libertas na cidade: experiências de trabalho, maternidade e emancipação na cidade de São Paulo (1870-1888). In. BARONE, Ana; RIOS, Flávia (org.). *Negros nas cidades brasileiras (1890-1950)*. Intermedios, p. 117-142, 2019.

MARQUES, Jose Geraldo et al. *Imprensa e resistência negra: o projeto integracionista em discursos do Getulino*. 2008.

O Clarim da Alvorada. USP|Imprensa Negra Paulista (1903-1963). Disponível em: <<http://biton.uspnet.usp.br/impresnanegra/index.php/o-clarim-da-alvorada/>> Acesso em: 01/set./2020

O Menelik: orgam mensal, noticioso, literario e crítico dedicado aos homens de cor (SP) - 1915 a 1917. Acervo da Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=844829&pagfis=1>>. Acesso em: 20 de ago. de 2020

PETRONE, Maria Tereza S. Imigração. In FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira – Tomo III. O Brasil Republicano V.2. Sociedade e instituições (1889-1930)*. São Paulo: Difel, p.93-133, 1977.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. De pele escura e tinta preta: a imprensa negra do século XIX (1833-1899). 2006. 197 f. Dissertação (Mestrado em História) – (Departamento de História)- Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

RATTS, Alex, *Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*, São Paulo, Editora Imprensa Oficial do Estado de São Paulo e Instituto Kuanza, 2009.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Uma releitura do “lugar de negro” e dos “lugares de gente negra” nas cidades. In. BARONE, Ana; RIOS, Flávia (org.). *Negros nas cidades brasileiras (1890-1950)*. Intermedios, p. 23-48, 2019.

XAVIER, Patricia Alves de Matos. *Africanidades brasileiras na produção de conteúdo educativo para a televisão digital: uma contribuição para a educação das relações étnico-raciais*. 2014. 157 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/110879>>. Acesso em: 2o ago de 2020

# Onde está Wally? Uma História dos Animais do Paraná Provincial.

Luca Araujo de Oliveira Leite  
Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)  
luca.leite.o.018@gmail.com

Nos últimos anos os animais têm invadido o horizonte de interesse dos historiadores. Não obstante, ainda não se pode falar num campo de estudos sobre animais realmente bem estabelecido na historiografia brasileira. Uma vez que foi na modernidade em que grande parte dos antigos dogmas sobre o lugar do homem na natureza foram descartados e seu relacionamento com as outras espécies redefinido, esse período constitui uma generosa área de pesquisa para a História Ambiental produzir debates acerca do nosso relacionamento com o mundo natural. Dito isso, através de fontes oficiais do governo central e do Paraná provincial, buscamos verificar de que maneira as políticas ambientais do governo Imperial estavam presentes na Província do Paraná, através da análise da documentação referente à legislação oficial da época, presente em leis, decretos e decisões do Império, da Província e os relatórios destes presidentes. A partir disso, realizamos uma análise comparada entre a agenda ambiental do governo central e do Paraná provincial.

**Palavras-chave:** História Ambiental; História dos Animais; Província do Paraná; Brasil Império.

## INTRODUÇÃO

O interesse pelo meio natural e as preocupações com a relação entre os seres humanos e as outras espécies costumam ser vistos como fenômenos do tempo-presente. O naturalista inglês Eric Ashby destaca que a mudança de atitude do homem frente à natureza modificou-se imperceptivelmente através dos últimos 100 anos. Em outras palavras “a mais importante revolução na sensibilidade desde a Segunda Guerra Mundial”.



Entretanto, como procuraremos mostrar nesta pesquisa, existiu no Brasil do século XVIII e sobretudo no XIX uma expressiva tradição intelectual preocupada com o ambiente natural. Essa problemática levantada por Pádua (2004) tem um reflexo regional nesta pesquisa, onde buscaremos verificar de que maneira o Paraná Imperial e o governo central se dedicaram à problemática ambiental.

Estas últimas décadas foram marcadas por uma profunda mudança de nossa relação com o meio natural. Para compreendermos estas mudanças devemos questionar nosso passado moderno. Uma vez que foi na modernidade em que grande parte dos antigos dogmas sobre o lugar do homem na natureza foram descartados e seu relacionamento com as outras espécies redefinido. Dessa forma, esse período constitui um fértil terreno para a História Ambiental produzir este debate acerca do nosso relacionamento com o mundo natural.

A História dos Animais nesse sentido é um campo de estudo dentro da abordagem epistemológica da História Ambiental. O geógrafo Diogo Cabral é de uma sensibilidade ímpar e nos ajuda a ilustrar as nuances do conhecimento epistemológico ambiental:

É com razão, portanto, que alguns chamam essa nova corrente de “história dos mudos”. Mas, se muitos desses personagens subalternos não podiam falar em português, havia muitos outros, tão ou mais subalternos que eles, que não podiam falar *em absoluto* – pelo menos não com palavras. Seres não humanos como árvores, capins, formigas, onças, capivaras, montanhas, solos e rios, embora tenham participado ativamente daquela fantástica empresa que foi a América portuguesa, nunca puderam dar o seu próprio testemunho dos fatos. Evidentemente, nunca poderão. Todavia, uma coisa é certa: esses seres se movimentam. Ao se movimentarem, eles se “registram”, eles se “escrevem” em nós. “O transbordamento das coisas para fora delas mesmas, ao nosso encontro, nos outorga parte do próprio ritmo do mundo”, escreveu o geógrafo Eric Dardel. A natureza é percebida pelos humanos “na medida em que ela ‘vai passando’, ou seja, num processo temporal; daí o ‘livre movimento da matéria’ ser parte da nossa cognição, tanto quanto nós somos parte da natureza e a percebemos sensorialmente”. O mundo não humano “fala” simplesmente através de seu movimento. [...] Os não humanos, por mais “mudos” ou “silenciosos” que pareçam, possuem uma linguagem bem expressiva. Chamam e prendem continuamente a nossa atenção pelas impressões vivas que gravam em nossos sentidos, transmitindo-nos as condições dinâmicas de sua cognosociabilidade – e portanto, das nossas próprias possibilidades de existência e ação.

Outro trecho que corrobora com Cabral é o do historiador José Augusto Pádua:

Poder-se-ia usar a imagem de uma peça de teatro, em que o cenário serve de contexto passivo para o dinamismo contido na movimentação dos atores. A partir de certo momento, porém, o cenário começa a se movimentar e a se modificar de maneira intensa e surpreendente, forçando o reconhecimento da sua presença ativa. A peça passa a ser uma interação entre os movimentos do cenário e os movimentos dos atores. A diferença, em relação ao contexto científico contemporâneo, é que o cenário sempre esteve em movimento, tendo a mudança ocorrido na percepção subjetiva dos atores.

Essa analogia do teatro nos ajuda a compreender que nosso pressuposto de “ambiente” é na verdade uma configuração dinâmica, e não um plano de fundo imóvel que nos serve somente como referência. Nossa vida é moldada à base destas relações, deste “teatro”. Essa postura metodológica, de caminhar em terrenos epistemológicos não conhecidos, tem por fim recuperar um mundo histórico mais integral.

Em outras palavras, por fim,

os historiadores ambientais não estão interessados em como a saga humana foi, aqui e ali, “perturbada” por azares climáticos e outros eventos e desastres “naturais”, mas em demonstrar que aquele caminho foi, desde o começo e durante todo o percurso, contruído em conjunto com outros seres. Chuvas torrenciais, tsunamis e terremotos, tanto quanto massapés, serras gerais e angiospermas, não “mudam” a história; eles são história. Outra forma de dizer isso, talvez até mais elegante, é que os humanos não “transformam a natureza”, mas tomam parte, ao lado de outros seres no processo em que a socionatureza transforma a si mesma.

Dessa forma, nosso objetivo aqui é, portanto, construir narrativas, onde, as florestas, os animais, os rios, solos e montanhas sejam entendidos e estudados enquanto sujeitos históricos, capazes de escrever sua história vista de baixo. “Lucien Febvre costumava dizer: ‘a história é o homem’. Eu, por outro lado, digo: a história é o homem e tudo mais. Tudo é história: solo, clima, movimentos geológicos.”

A História dos Animais nesse sentido, segundo Regina Horta Duarte, é como o livro infantil “Onde está Wally?”. Em cada página há paisagens desenhadas com muitos detalhes e personagens, o desafio é encontrar Wally. Sempre demoramos muitos minutos para achá-lo mas depois que o achamos se torna óbvio, e nos surpreendemos “como não o tínhamos visto antes?”. Assim são os animais na história.

É impossível compreender os conflitos entre romanos e cartagineses sem considerar o papel de cavalos e elefantes. Assim como estudar a História da Saúde Pública sem levar em consideração os mosquitos e insetos transmissores de doenças, ou os

mamíferos hospedeiros de vermes contaminando as populações humanas. Vidas humanas e não-humanas estão constantemente entrelaçadas. O planeta Terra e o mundo natural continuariam a existir perfeitamente sem o *Homo Sapiens*, uma vez que o mundo natural de forma alguma é estático. Contudo as sociedades humanas não existiriam sem os outros animais. Nesse sentido a extinção de abelhas, onças, formigas e rinocerontes diz respeito diretamente a nós. Dito isso, a História dos Animais tem por fim dar voz a esses sujeitos apagados da historiografia. É nisso que pretende a presente comunicação.

Buscamos até este ponto, fazer uma contextualização teórica com a abordagem epistemológica escolhida. Assim, o Brasil Imperial é um momento de definição das primeiras bases jurídico-administrativas do então nascente Estado brasileiro. Posto isto, pensar as ações de exploração dos recursos naturais neste momento torna-se relevante na medida em que podemos compreender perspectivas da formação histórica brasileira e da postura do nosso Estado e sociedade frente ao mundo natural.

Pensando a relação dos colonos portugueses com o meio natural, verificamos que ao se instalarem ao longo da costa no século XVI, os portugueses foram com o passar dos anos, conquistando as matas e seus desafios, até o ponto de este modo de exploração se tornar inviável economicamente. Já em 1600, de acordo com os relatos de missionários jesuítas, muita da paisagem natural já havia sido completamente alterada e algumas espécies de aves não eram mais vistas (DEAN, 1996).

Dessa forma, em 1786 foi o ano em que foi publicado o primeiro ensaio escrito por um brasileiro com reflexões políticas amplas sobre os problemas ambientais do país, dando início a tradição ambiental brasileira. Trata-se do *Discurso histórico, político e econômico dos progressos e estado atual da filosofia natural portuguesa, acompanhado de algumas reflexões sobre o estado do Brasil*, de Baltazar da Silva Lisboa.

Seguindo essa linha de pensamento, em 1790, o patriarca da independência José Bonifácio, escreveu *Memória sobre a pesca das baleias, e extração do seu azeite, com algumas reflexões a respeito das nossas pescarias*. Este texto é interpretado por muitos como um texto ambientalista antes de seu tempo. Bonifácio profetizou nestas páginas a ruína da espécie, pela pesca indiscriminada das baleias no período de reprodução. Uma leitura superficial da obra nos comove com sua sensibilidade, a estratégia dos caçadores era atacar os filhotes. Linhas poéticas descrevem o amor das mães pelos filhos, trazendo-os entre as barbatanas para amamentá-los, sacrificando suas vidas em vão, para tentar defendê-los.

Essa maneira de caçar, muito comum entre os modernos, levava a queda brusca das populações de baleias, comprometendo as gerações futuras.

Ao lado dessas considerações de cunho sentimental, José Bonifácio salientava que “matar filhotes era um duplo desperdício. [...] eram magros ainda e geravam pouco azeite. As fêmeas em período de amamentação estavam igualmente mais magras.” Nesse sentido, defendia com ênfase, portanto a criação de uma série de novas armações entre o litoral de São Paulo e do Rio Grande do Sul.

Vale ressaltar que esta não é uma obra de preservação ambiental tal como a conhecemos hoje, mas sim um consultoria econômica sobre as maneiras de torná-las mais rentáveis a longo prazo. Entretanto, Bonifácio inovou ao alertar para a responsabilidade humana e romper com o pensamento predominante de uma natureza inesgotável (PODCAST AS QUATRO ESTAÇÕES, José Bonifácio e as baleias. Regina Horta Duarte, 2018).

O fato de que no final do século XVIII estarem sendo discutidas no país ideias que se aproximam da reflexão ecológica contemporânea, indica que estamos diante de um fenômeno intelectual instigante. Fato que depois de pouco mais de três séculos de exploração predatória e mau uso dos recursos naturais, a agricultura brasileira começa a dar sinais evidentes de que estava vivendo uma crise ecológica profunda.

A gênese desse grupo de críticos ambientais brasileiros tinha epicentros institucionais bem definidos. Ao longo dos séculos XVIII e XIX um grande fluxo de jovens oriundos da elite social do Brasil destinou-se a universidades europeias como Coimbra e Lisboa para realizar seus estudos universitários. Foi dentro dessa camada da elite que surgiram os primeiros críticos ambientais brasileiros. Jovens que tiveram contato e absorveram as concepções de filosofia natural, direito, economia e também o espírito pragmático e progressista que caracterizavam o Iluminismo europeu, podendo ser chamados de “geração ilustrada” luso-brasileira. Na Europa esses jovens tiveram contato com figuras que hoje conhecemos como os pais da ecologia moderna. Figuras como Domenico Vandelli, Lineu, Buffon, Charles Darwin e Humboldt. É relevante ressaltar que, a ecologia nasce nessa época a partir da preocupação com o fato de que tudo o que buscamos na natureza é finito (KRENAK, 2020) e nossos desejos são infinitos.

Surge do interior dessa elite intelectual, constituindo uma minoria dentro da minoria, os fundadores da crítica ambiental brasileira. Essa tradição crítica por sua vez encontrou sua expressão mais profunda e sistemática nas obras de José Bonifácio de Andrada e Silva. Suas reflexões e seu legado teóricos mais importantes, nesse sentido, foram o de estabelecer a existência de um nexos casual entre a produção escravista e a destruição do ambiente natural, enfatizando a reforma ambiental como instrumento de superação do passado colonial. Bonifácio pode inclusive ser considerado o fundador da crítica sistemática da destruição ambiental no Brasil (PÁDUA, 1997).

Em fala à Assembleia Constituinte e Legislativa do império do Brasil sobre a escravatura em 1823:

A Natureza fez tudo a nosso favor, nós porém pouco ou nada temos feito za favor da Natureza. Nossas terras estão ermas, e as poucas que temos roteado são mal cultivadas, porque o são por braços indolentes e forçados; nossas numerosas minas, por falta de trabalhadores ativos e instruídos, estão desconhecidas ou mal aproveitadas; nossas preciosas matas vão desaparecendo, vítimas do fogo e do machado da ignorância e do egoísmo; nossos montes e encostas vão-se esvalvando diariamente, e com o andar do tempo faltarão as chuvas fecundantes, que favorecem a vegetação e alimentam nossas fontes e rios, sem o que nosso belo Brasil, em menos de dois séculos, ficará reduzido aos páramos e desertos da Líbia. Virá então esse dia (dia terrível e fatal), em que a altrajada natureza se ache vingada de tantos erros cometidos.

A politização do tema ambiental atingiu seu ápice no Segundo Reinado (PÁDUA, 2004). Baseado nisso a pesquisa pretende destacar a seguir algumas reflexões sobre as políticas ambientais empreendidas pelo Governo Central, em especial em relação aos animais não-humanos. Tomaremos portanto, a Província do Paraná como espaço de nossas discussões, numa tentativa de compreender em que medida as decisões do Império ressoaram num contexto regional.

A vista disso, o recorte do tema será dos anos de 1854-1889, haja vista nossa proposta de compreender o papel dos sujeitos não-humanos dentro das políticas ambientais na Província do Paraná, em toda sua extensão. Nesse sentido, o Paraná se torna Província em 1854 quando é separado da província de São Paulo, e 1889 quando, após o golpe republicano, o Paraná se torna um Estado.

## METODOLOGIA

As fontes a serem utilizadas para a pesquisa tratam-se de fontes Primárias, Escritas, Oficiais e Seriais. A forma de apresentação é digital e, portanto de fácil acesso por meio dos sites do Arquivo Público do Paraná e na Câmara dos Deputados. Essas fontes consistem em um conjunto de normativas do Governo do Império do Brasil, que abrangem leis, decretos, decisões, cartas régias, alvarás e atos dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e dos Ministérios. Também compõe esse rol de fontes as Leis e Decretos do Governo da Província do Paraná e os Relatórios de Presidente de Província. Esse conjunto de legislações e normas serão fundamentais para compreender como foram entendidas as propostas ambientais do Governo Central nas percepções dos primeiros presidentes provinciais do Paraná. Documentos históricos que nos permitem verificar projetos políticos e agendas oficiais de um Estado.

A metodologia utilizada é proposta pela historiadora Fabíula Sevilha de Souza em seu artigo “Temas e Métodos para uma História Ambiental do Brasil Império”. E tem por objetivo examinar as possibilidades analíticas e temáticas de trabalho dentro da História Ambiental no período Imperial brasileiro. Dessa forma, a autora expõe ao leitor, de que maneira o meio natural foi encontrado nos documentos analisados, e nos é revelado que os temas principais podem ser elencados em sete grandes categorias: abastecimento, terras, caminhos e transportes, administração, extrativismo, agricultura e pecuária. Foi a partir deste relato que montamos as bases do que viria a ser a planilha de catalogação.

Levantados os documentos e montada a problemática, a catalogação dos documentos foi feita através de três planilhas: uma destinada as leis imperiais, outra destinada as leis da província do Paraná e uma terceira destinada aos relatórios dos presidentes. Nesse sentido, seguiremos para a análise, discussão e resultados do tema proposto, seguidas de nossas conclusões.

## RESULTADOS/DISCUSSÃO

O Império dos Sapiens sobre as criaturas inferiores, característico do início da modernidade, encontra ricos exemplos nos primeiros anos do Paraná Provincial. Todos as leis, decretos e medidas legais envolvendo os animais não-humanos seguem o caráter

utilitarista e antropocêntrico do homem moderno. Através de leis que diziam respeito aos matadouros, leis que incentivavam a inovação técnica em novos métodos de explorar o meio natural, leis em que o Império concede privilégio por alguns para que particulares iniciem a instalação de Companhias voltadas para pesca, salga e venda de peixes, garoupas, camarões, tartarugas, ovos de tainha, corais e pérolas, méros e baleias no litoral, leis que diziam respeito a importação de gado vacum, carneiros e raças cavалares afim de “melhorar” os animais do Império e aperfeiçoamento dos animais próprios para o trabalho.

A questão é durante esse período, a exploração dos animais e do meio natural, não a gerência, foi o tema dominante. Com efeito, a expressão “civilização humana” era simbolicamente sinônima à conquista da Natureza. A importação de animais em prol do melhoramento das raças, nesse sentido, tem um caráter essencialmente econômico desses sujeitos.

Em 1860, por exemplo, o Governo Central lançou uma cartilha onde estabelece novos valores para as tarifas alfandegarias e segue uma tabela com os novos números a serem executados. Na 1ª Classe da Tabela A, estão classificados os animais vivos ou dessecados, onde se encontram bichos como: abelhas em colmeia, aves - galinhas e outras domésticas, canários e outros de canto e luxo, papagaios araras e outros semelhantes, cisnes e outros grandes de luxo, pombos - bicho da seda em casulo, cães da Terra Nova e outros de luxo, e próprios para caça e gado, camelos e dromedários, coelhos e lebres, gado, labos e outras espécies ferozes, macacos - grandes, d'Angola e semelhantes, pequenos e de quaisquer outra espécie -, peixes dourados e outros pequenos de luxo e de quaisquer outra espécie, sanguessugas ou bichas, tartarugas, quaisquer outros não classificados e os animais dessecados próprios para museus e gabinetes de história natural.

A 4ª e 5ª Classes por sua vez, tratam dos produtos derivados de animais, seja para alimentação como para usos e gerais. Nesse documento, percebe-se no entanto a impressionante presença de animais em quase todas as ambientações do cotidiano humano. Sejam em tinteiros, agulhas, bengalas, anéis, copos, colheres, bolas de bilhar e outros jogos, palitos, pentes, facas, pulseiras e entre outros.

Em 1869, um documento do Império chama atenção. Na decisão N°513 de 6 de Novembro, o Governo Central concedeu a particular, isenção de direitos para importação de duas máquinas vindas da Europa. Com fins para a extinção das formigas em sua propriedade, haja visto a importância das máquinas para as lavouras. Warren Dean já

apontava para o problema das formigas durante a colônia. Chega a dizer que se nos primeiros 450 anos de Brasil, tivessem existido meios de combater as saúvas, sua agricultura e conseqüentemente sua história teriam sido muito diferentes (DEAN, 1996, p.123-124).

A ideia de que um inseto possa desviar os propósitos humanos é execrável, uma vez que isso questiona a própria hegemonia da nossa espécie. Especialmente para os Modernos. As formigas cortadeiras, saúvas no tupi, são mais comuns em florestas primárias e na terra nua. Na medida em que os colonos queimam, consomem e convertem as florestas em pastagens, esses invasores se aproveitaram do desmatamento e das clareiras abertas pelos lavradores à medida que essas ações afugentam seus predadores. Excelente para as saúvas e péssimo para os colonos, Toledo Rondon um funcionário colonial do XVIII se queixava de que as formigas comiam mais capim que o gado.

Nesse sentido estes equipamentos importados da Europa para extinguir estas formigas se insere na Modernidade, uma vez que a ciência natural nasce do Iluminismo, para trazer de volta o hegemonia da espécie humana. Os cientistas desta linha tinham como propósito, estudar o mundo natural para que “a Natureza, desde que conhecida, será dominada, gerida e utilizada a serviço da vida humana” (THOMAS, 2010, p.35). Essa frase é uma máxima epistemológica que marca todo o período moderno e compõe as estruturas do nosso universo contemporâneo.

Como salienta o botânico escocês William Forsyth, em 1802, num apelo à observação das lagartas “seria de grande utilidade familiarizar-se com a economia e a história natural de todos esses insetos, na medida em que, desse modo, estaríamos aptos a achar o método mais adequado de destruí-los” (THOMAS, 2010, p.35).

Ainda em 1869, a Província do Paraná proíbe o cultivo de abelhas dentro do quadro urbano, sob pena de multa por cada colmeia. As abelhas podem ser descritas como os únicos insetos domesticados nas Neoeuropas (CROSBY, 2011, p.197-199). Ao que tudo indica, elas chegaram tardiamente à América Latina, em muitos casos vindas da América do Norte não da Europa. Durante o período colonial, quando o açúcar era barato e abundante, a importação foi desestimulada. Entretanto, encontramos no relatório do presidente Adolfo Lamenha Lins em 1875, onde reforçava as principais culturas que interessavam animar para trazer riqueza para a Província, entre outras culturas, as abelhas.



Em 1874, em decreto imperial à respeito das escolas politécnicas: o curso de Ciências Físicas e Naturais estuda na 2ª Cadeira do 3º Ano a disciplina de Biologia Industrial. A descrição desta disciplina descreve os estudos em "agricultura em geral, e com aplicação ao Brasil; conservação das matas e corte de madeiras; criação e conservação dos animais úteis à nutrição do homem e à indústria." É evidente que a motivação para o estudo da Natureza foi de teor essencialmente prático e utilitário. Era de convicção dos modernos que, cada parte do mundo das plantas e animais tinha sido projetada para servir a um propósito humano.

Em meio à essas normas que visavam a exploração animal e do meio natural, haviam aquelas que buscavam a gerência desses recursos. A crença de que o desmatamento das bacias e dos manguezais provocava o secamento das nascentes, motivou a primeira tentativa governamental de conservação. Empreendida em 1862, o governo imperial investiu um modesto nível de recursos em um programa de reflorestamento. Nesse sentido, o reflorestamento das florestas da Tijuca, na capital do Império foi alvo de ricas pesquisas para a História Ambiental.

A respeito dos animais, a Câmara Municipal de Castro no Paraná proíbe a pesca nos rios do município, mediante o emprego de bombas de dinamite. Esse tipo de postura foi comum neste período e foram copiadas por Paranaguá e Ponta Grossa. A justificativa para esse tipo de lei era de que estas ferramentas perturbavam o ambiente e matavam mais animais do que o necessário. Em 1888 o Governo Central também tomará essas medidas proibindo a caça ou destruição de pássaros cantores ou matança de peixes por meio de dinamite, nos rios do município.

Nessa mesma linha de pensamento, o Império proíbe em 1881 uma série de comportamentos de cunho predatório nos rios.

A pesca fluvial fica sujeita a algumas regras. [...] É proibido nos rios navegáveis colocar quaisquer tipos de rede, cerca ou tapamento que impeça a passagem dos peixes. [...] É proibido lançar nas águas quaisquer drogas ou substâncias venenosas ou que embriaguem o peixe, sob pena de multa e prisão de até 3 meses. [...] É proibido pescar fora das épocas, estações e horários determinados pelo Governo, e assim empregar quaisquer tipo de pesca que prejudique o processo de repovoamento dos rios. [...] É proibido o uso das redes de arrastão ou quaisquer aparelhos semelhantes, por impedirem a repovoação dos rios. [...] As malhas das redes de pesca deverão ter estruturas menores que 30mm de abertura quando mergulhadas na água, sob pena de confisco e inutilização dos equipamentos.

Em 1882 o Império concede permissão por 10 anos a um particular para colher erva-mate em terrenos devolutos, entre os limites da Província do Mato Grosso e a República do Paraguai. Entretanto, o decreto deixa claro que:

O concessionário não poderá caçar nos terrenos de que trata a cláusula nem pescar nos rios ali existentes, sem licença da respectiva Municipalidade, determinando-se na mesma licença com precisão a época da caça ou pesca, de modo a não sofrerem diminuição alguma os animais respectivos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje, podemos dizer que a “História” deu lugar a várias “histórias”. Cada uma dessas histórias precisa de espaço para se desenvolver e traçar suas próprias narrativas. A História dos Animais propõem dar voz às narrativas de sujeitos historicamente subalternizados, devemos optar por ouvir e aprender com essas vozes. Por exemplo, os antigos *Sapiens* provavelmente não perceberam nenhuma conexão entre a caça anual aos mamutes – durante a qual eram mortos não mais de dois ou três – e o desaparecimento desses gigantes peludos. São dessas vozes do passado, que acessadas por nós historiadores através das fontes, que devemos “de algum modo, tirar, com o auxílio da razão imperfeita, o que nós valorizamos e devemos defender.” (WORSTER, 2012, p.384).

Marc Bloch definiu a história como a “ciência dos homens no tempo”. Estaríamos a ponto de romper com essa definição, ao propor uma história dos animais? Para Regina Horta, sim e não. Desde que Darwin escandalizou a sociedade vitoriana ao evidenciar a condição do *Homo sapiens* enquanto uma das espécies que integram a vida animal no planeta. Nesse sentido falar do humano implica recuperar nossa condição biológica e as dimensões materiais de nossa existência.

É mais do que tempo para que os historiadores abram seu campo de observação e escuta para os animais, e rompam de vez o injustificável silêncio que ainda predomina sobre eles. Uma história que não inclui os animais omite um ponto crucial da trajetória das sociedades humanas no planeta Terra. A história desses sujeitos no Brasil é de tamanha relevância para compreender a história do país como quaisquer outro documento escrito.

Se os europeus tivessem chegado ao Brasil dispondo da tecnologia do século XX, mas sem animais, não teriam provocado uma mudança tão grande quanto a que causaram

desembarcando cavalos, vacas, porcos, cabras, carneiros, asnos, galinhas, gatos, cachorros e outros bichos. Contudo os europeus não viajaram sozinhos. Trouxeram consigo além da bagagem cultural, uma bagagem biológica que grunhe, muge, relincha, late, grasna e rosna. Essa avalanche é capaz de se auto reproduzir e, nesse sentido, a capacidade e eficiência desta de alterar o meio natural é superior à de qualquer máquina que tenhamos até hoje concebido.

O gado trazido pelos europeus pisoteou a terra rumo as pradarias do interior, expandindo as terras da Coroa, e seu couro tornou-se matéria prima dos mais variados objetos de uso diário. Bois acompanharam o dia a dia dos engenhos de cana de açúcar e, junto com mulas e jumentos, cruzaram as montanhas e vales da região centro sul, transportando tropeiros e o “progresso”. No despertar da urbanização, cavalos encheram as alamedas das cidades e cães perambulavam pelas ruas. Penas de aves exóticas enfeitaram os chapéus das mulheres elegantes. Na década de 1950 o meio natural foi declarado inimigo da Nação por Juscelino Kubistchek quando atrapalharam o desenvolvimento e o progresso do país através da construção da rodovia transamazônica. Formigas ameaçaram acabar fim com a agricultura no Brasil. Corpos de animais circularam nos matadouros instalados nas cidades e no Norte a exploração de azeite de tartaruga iluminava a floresta.

Esses exemplos poderiam se estender quase indefinidamente, mas o que interessa é salientar que nunca estivemos sozinhos. A respeito de os documentos históricos serem uma produção humana, os rastros dos animais poderão ali ser encontrados por quem se interesse em identificá-los. O que mais impressionará o pesquisador, provavelmente, será a constatação de que eles sempre estiveram ali, até então num ponto cego de nossos olhares, assim como Wally.

## FONTES

1. Leis e Decretos do Brasil Imperial – Plataforma Online da Câmara dos Deputados.
2. Leis e Decretos do Paraná Provincial – Plataforma Online do Arquivo Público do Paraná.
3. Relatórios de Presidente de Província – Plataforma Online do Arquivo Público do Paraná.

## REFERÊNCIAS (BASEADO NA NBR 6022/2003)

CABRAL, Diogo de Carvalho. **Na presença da floresta: Mata Atlântica e história colonial.** Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

CROSBY, Alfred W. **Imperialismo Ecológico: a expansão biológica da Europa (900-1900)**. 2ª reimpressão. Trad. J. ARibeiro & C. A. Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DEAN, Warren, 1932-1994. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**; tradução C. K. Moreira; revisão técnica José Augusto Drummond. – São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DUARTE, Regina Horta. **História dos animais no Brasil: tradições culturais, historiografia e transformação**. HALAC – Historia Ambiental, Latinoamericana y Caribeña v.9, n.2 (2019) ● p. 16-44.

\_\_\_\_\_. **Onde estão os animais na história?** As Quatro Estações, 23/08/2019. Podcast. Disponível em <https://open.spotify.com/episode/3hAR4Aj2C9CDkVoYbV4q7c>. Acesso em: 28/07/2021.

\_\_\_\_\_. **José Bonifácio e as baleias**. As Quatro Estações, 25/02/2018. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/47L6sVkg3aRubnJP61yrBR>. Acessado em 29/07/2021.

PÁDUA, José Augusto. **Um Sopro de Destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)** – 2.ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

\_\_\_\_\_. **As bases teóricas da história ambiental**. São Paulo, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.

\_\_\_\_\_. (org). **Ecologia e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: IUPERG, 1987.

SOUZA, Fabíula Sevilha de. **Temas e Métodos para uma História Ambiental do Brasil Império** – Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH – São Paulo, 2011.

KEITH, Thomas. **O Homem e o Mundo Natural**. Trad. J. R. Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

WOSRTER, Donald. **Para fazer História Ambiental**. Estudos Históricos 4 (8), 1991.

\_\_\_\_\_. **A natureza e a desordem da história**. In: FRANCO, J. L. A. (Org.); SILVA, S. D. E. (Org.); DRUMMOND, J. A. (Org.); TAVARES, G. G. (Org.). (Org.). **História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. led. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, v. 1, p. 367-384.

## "PALAVRAS AMATORIAS, TORPES E DESONESTAS": o delito de solicitação no sertão das Jacobinas

Hortencia Lima Silva

Universidade do Estado da Bahia

E-mail: [contatohortencialima@gmail.com](mailto:contatohortencialima@gmail.com)

Resultado da investigação de um projeto de iniciação científica, o presente artigo tem a pretensão de analisar as denúncias do delito de solicitação encontradas para a freguesia de Santo Antônio de Jacobina (atualmente Jacobina-Ba) numa série documental denominada *Cadernos de Solicitantes*, resultante da Inquisição de Lisboa, que pode ser encontrada no acervo digital do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). Através da análise de pequenos casos, procuro resgatar alguns aspectos do cotidiano de mulheres e homens do século XVIII nos ambientes dedicados ao sacramento da penitência. Busco contribuir principalmente para o conhecimento e compreensão da história das mulheres que habitaram essa região. Inicialmente farei uma retrospectiva histórica, falando brevemente da criação do Tribunal do Santo Ofício português, em seguida, abordarei sucintamente as fontes utilizadas. No desenvolvimento, trabalharei a formação do espaço social e logo após, narrarei e analisarei alguns casos.

**Palavras-Chaves:** Inquisição. Delito de solicitação. América Portuguesa. Jacobina.

### Introdução:

O delito de solicitação está entre os crimes perseguidos pelo Tribunal do Santo Ofício que, de certa forma, mostram-se ainda bastante incipientes e lacunares dentro da historiografia inquisitorial, seja aqui no Brasil ou em Portugal, onde o tribunal de Lisboa estava sediado, pois as produções acerca da ação inquisitorial portuguesa centram-se de

maneira mais maciça na perseguição aos cristãos novos judaizantes. Essa discrepância em número de produções fica mais nítida, sobretudo, se formos considerar o número expressivo de documentação que o Arquivo Nacional da Torre do Tombo abriga no tocante aos padres solicitantes. O Tribunal do Santo Ofício foi entre 1536, quando foi fundado, até 1821, ano de sua extinção, o grande agente fiscalizador da vida social e religiosa dos habitantes da metrópole e de suas conquistas. Na aurora de sua existência, como argumenta Anita Novisnky (2019, p. 14), por motivos sociais, raciais e econômicos, tinha como seus principais alvos os cristãos novos judaizantes. O delito de solicitação, foco dessa produção, passou gradativamente a fazer parte da sua alçada em virtude da relevância que a confissão sacramental assumiu após o concílio tridentino.

Segundo Ronaldo Vainfas (1997, p. 228): “As fontes da Igreja e da Inquisição mostram-se, portanto, riquíssimas para aproximar o historiador das intimidades vividas no passado”. No que diz respeito à história das mulheres para a região supracitada, os números de pesquisas acerca dessa dimensão histórica são ínfimos. Logo, este trabalho pretende, além de outras coisas, contribuir para compreensão e o conhecimento da história das mulheres que habitavam a região do Sertão das Jacobinas. Lana Lage da Gama Lima (2017, p. 43), considera a documentação inquisitorial como uma fonte de preciosas informações acerca da vida cotidiana do período colonial, sobretudo no que diz respeito à relação entre clérigos e mulheres no confessionário.

Assim, buscando resgatar aspectos da intimidade entre confessor e penitente no Sertão das Jacobinas, este artigo irá analisar algumas denúncias localizadas na série documental denominada *Caderno de Solicitantes*, cuja busca se deu, primeiramente, através dos *Índices de Solicitantes*. Essa documentação está armazenada e disponível para *download* no acervo digital do *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. Ainda sobre essa série documental, como veremos adiante e como assinala o historiador luso Jaime Ricardo Teixeira Gouveia (2015, p. 365), ela “era uma espécie de cadastro que, no caso de futuras denúncias, concorreria para a presunção da culpabilidade e respectiva instauração de um processo inquisitorial”.

Segundo os estudos elaborados por Jaime Ricardo Gouveia (2014, p. 333) entre os anos 1640-1750 “No que diz respeito ao Brasil, unicamente 14,3% das denúncias originaram processos.” Ou seja, a maioria esmagadora das denúncias, por diversos motivos, permaneceram arquivadas. Ainda de acordo com ele (GOUVEIA, 2014, p. 852)

As acusações não “caíam em saco roto”. Eram registadas em cadernos onde ficavam arquivadas. Os réus eram então informados de que o seu nome constava do cadastro e de que a sua causa era arquivada à espera de novas provas que lhe acrescessem a culpa.

O delito de solicitação configura-se quando o confessor, durante a confissão sacramental, proferia para sua penitente palavras de cunho sexual e amoroso, convidando-a para manter com ele algum tipo de relação, ou até mesmo escrevia e enviava-lhe bilhetes, cartas, poemas e músicas declarando-se. Além disso, a solicitação podia ocorrer por meio de tocamentos, quando o sacerdote acariciava o corpo da penitente com ou sem o seu consentimento. Na maioria das vezes, essa relação se configurava no que atualmente designamos como assédio sexual. Contudo, Lana Lage da Gama Lima (2019, p. 251) argumenta que, além dos casos de assédio é possível nos depararmos com documentações que demonstram a existência de relações consensuais, nas quais haviam cumplicidade. Jaime Ricardo Teixeira Gouveia (2010, p. 28), por sua vez, acrescenta que o termo solicitação é insuficiente para designar todas as ações que ocorriam entre confessor e penitente dentro do confessional.

O delito de solicitação possuiu suas complexidades, não só no sentido da pesquisa, mas para a época, se não fosse pela contribuição dos agentes eclesiásticos as tentativas de erradicação e repressão desse delito teria sido bem mais difícil do que foi. Bruno Feitler (2013, p. 34) assevera que: “Para que esse sistema funcionasse, a instituição contou com a participação não só de oficiais inquisitoriais, mas também necessitou da estreita colaboração do clero e das autoridades administrativas locais”. No que tange às localidades mais longínquas dos centros urbanos, o acesso dos comissários do Santo Ofício era dificultoso, o que resultava em baixos números de denúncias das práticas consideradas heréticas. Assim, os párocos e missionários assumiram funções inquisitoriais, acolhendo e incentivando seus fiéis a realizarem as denúncias.

Os *Cadernos de Solicitantes* funcionavam como uma espécie de cadastro onde as denúncias ficavam arquivadas. A propósito, muitas eram as razões que culminaram no arquivamento de uma denúncia. Autoras como Lana Lage da Gama Lima Elisângela Ferreira (2013, p. 170) e Lana Lage Lima (1990, p. 595), elaboraram estudos buscando averiguar qual a influência que fatores socioeconômicos, étnico-raciais e de gênero

exerceram no arquivamento de denúncias. Elas puderam inferir que as mulheres que ocupavam posições sociais de vulnerabilidade, que não estavam sendo tuteladas por homens e que tinham origem africana ou indígena, geralmente eram descredibilizadas. Embora o número de denúncias encontradas para a região de Jacobina seja pequeno, a partir disso é possível observar sobre qual perfil os párocos que lá atuavam tinham como preferência. Além disso, perceber quais os termos e gestos que eles usavam para solicitar suas confitentes.

### A vila de Santo Antônio das Jacobinas

Para Héliida Santos Conceição (2018, p. 69) o que possibilitou o surgimento de determinadas vilas na região denominada Sertão das Jacobinas, foi a descoberta e prospecção de ouro. Partiu, em meados de 1701, de uma localidade denominada Pindobaçu, a primeira notícia da existência de ouro naquelas imediações. Depois que a coroa autorizou a prospecção deste minério, algumas daquelas localidades ganharam relevância política, como é o caso da vila de Jacobina. Segundo a autora, a descoberta do ouro aluvial despertou a ganância em muitas pessoas, somado a isso o fato de não haver fiscalização na região das minas contribuiu para que houvesse um surto de violência naquele ambiente. A criação da vila surge a partir da necessidade que se tinha de administrar a vida civil e a justiça naquelas imediações (CONCEIÇÃO, 2018, p. 73).

Ainda segundo Héliida Conceição (2018, p. 182), inicialmente a sede da vila de Santo Antônio de Jacobina ficava onde atualmente está localizada o povoado de Missão do Saí. A primeira ereção da vila data de 24 de junho de 1724 e essa região ficou conhecida como “Jacobina Velha”. Posteriormente, diante das reclamações do sesmeiro e coronel Garcia de Ávila Pereira e dos moradores daquela que viria a ser a Jacobina Nova, apenas um ano depois da sua criação, passou-se a cogitar a transferência da vila para as proximidades da missão de Bom Jesus da Glória. Este é o espaço social no qual ocorreram os casos que serão narrados a seguir e no qual estava sediada a Capela de São Miguel das Figuras, local que serviu de palco para as investidas dos sacerdotes.

As mulheres eram comumente os alvos preferenciais dos sacerdotes para suas investidas. Foi através dos róis de desobriga que Héliida Conceição (2018, p.123) pode



fazer um levantamento acerca da composição social daquela localidade. Segundo a autora, em 1718, as mulheres que já haviam atingido a idade púbere representavam 28,5% dos membros daquela freguesia. Em 1720 o percentual subiu para 32,7%. Nas duas ocasiões as mulheres escravizadas representavam maioria. Ela complementa que “a população masculina superava em 35,9% a feminina, ou seja, era quase três vezes superior, não se diferenciando muito de outras áreas de mineração com recente povoamento” (CONCEIÇÃO, 2018, p. 135). Ao que tudo indica, esse desequilíbrio demográfico se manteve nos anos que se seguiram.

### “Me acometeu em acto de confissão para atos desonestos”

Atendia na dita capela de São Miguel das Figuras o sacerdote Custódio Álvares da Costa. O religioso fora acusado por algumas mulheres de tê-las solicitado durante a confissão sacramental. Datam dos anos de 1752 e 1753, diante das várias denúncias contra ele, os requerimentos à mesa inquisitorial para que se desse início aos procedimentos necessários para que fossem abertos judicialmente o processo de creditação das vítimas e do delato e a abertura de um sumário de culpas (ANTT, TSO, IL, Cad. 29° de Sol., fl. 86-87). Felizmente as denúncias das solicitadas foram localizadas, no entanto o sumário de culpas não.

Em 1752, D. Ana de Góis denunciou o padre Custódio Álvares da Costa, pois ele a *solicitou ad turpia* no momento da confissão sacramental. D. Ana de Góis, era moça solteira e donzela, filha do tenente Manoel Pinto de Carvalho e de sua mulher, D. Mariana de Góes. A família residia no sítio dos Coqueiros na freguesia de Santo Antônio das Jacobinas. Custodio, segundo denunciou Ana, teria tido tratos libidinosos nos seus peitos (ANTT, TSO, IL, Cad. 29° de Sol., fl. 89). Elisângela Oliveira Ferreira (2013, p.170) argumenta que, geralmente, ao tratarem de maneira ilícita com mulheres consideradas brancas, os sacerdotes tinham um cuidado maior nas palavras e gestos usados para solicitá-las. Na perspectiva de Lana Lage G. Lima (2014, p.188), em comparação com as mulheres de origem humilde, as mulheres que procediam de famílias nobres e abastadas eram mais respeitadas. Contudo, pelo que se pode perceber, o padre Custódio não ficou nada intimidado com o fato de Ana ser mulher branca, com status social de dona, ser filha de

tenente e a patente de seu poder lhe trazer complicações. Como veremos adiante, o referido padre tinha o perfil de um solicitante contumaz, pois as fontes sugerem que ele não respeitava os votos de castidade, sendo acusado mais de uma vez por transgredir o celibato e profanar a confissão sacramental.

Hélida Conceição (2018, p. 101) analisa que, em virtude do amplo perímetro da freguesia de Santo Antônio das Jacobinas, a distância das paróquias influenciou o crescente número de uniões informais entre os moradores daquelas imediações, assim como também afetava a ida das pessoas a cumprir a desobriga anual. Ademais, a ausência de comissários por aquela região possivelmente afetava também o número de denúncias recebidas pelo Santo Ofício. Logo, os casos analisados nesta produção dizem respeito a um resultado parcial, pois além de ser um delito passível de subnotificação, podem existir outras denúncias arquivadas nos *Cadernos de Solicitantes* mas não catalogadas nos *Índices de Solicitantes*, nos quais nos baseamos.

Há também em nome de Escolástica Gonçalves da Costa uma outra denúncia contra o dito clérigo. No documento em questão a denunciante é caracterizada como mestiça forra e solteira, moradora na freguesia de Santo Antônio da vila da Jacobina, no sítio do Bom Jardim. Ela declarou que o dito padre, Custódio Álvares da Costa, a solicitou *ad turpia* durante a confissão, tendo com ela tratos ilícitos e ósculos. Além de solicitar Escolástica, Custódio ainda a persuadiu a não comentar o ocorrido com outro confessor (ANTT, TSO, IL, Cad. 29° de Sol., fl. 90). Não raro, os confessores usavam da chantagem como estratégia para que não fossem denunciados ao Santo Ofício ou aos seus pares. Diferentemente de Ana de Gois, Escolástica estava dentro do perfil preferencial dos sacerdotes para incorrer no delito de solitação, pois como concluíram Elisângela Ferreira (2013, p. 170) e Lana Lage Lima (1990, p. 595), mulheres que não estavam sendo tuteladas por homens e que eram oriundas de camadas sociais e grupos étnicos tidos na época como inferiores eram os principais alvos dos sacerdotes, pois elas eram vistas como desprotegidas.

No mesmo ano de 1752, o padre Custódio foi denunciado ao Santo Ofício por Francisca Maria do Espírito Santo, órfã de mãe e provavelmente de pai também, residente no Riacho Novo, freguesia de Santo Antônio das Jacobinas. Segundo ela conta, ele teria tido com ela tocamientos ilícitos. Ao confessar-se com outro confessor – o padre Antônio Rodrigues – e expor a situação para ele, o mesmo a obrigou a denunciar o confessor

solicitante no prazo de 30 dias. As informações a respeito da origem étnico racial e sobre o estado civil de Francisca não foram expressas na denúncia, mas por ser órfã e, aparentemente não ter ninguém que tutelava sua honra, ela fica numa situação de vulnerabilidade, assim, tornando-se um alvo fácil para o padre Custódio (ANTT, TSO, IL, Cad. 27° de Sol., fl. 183). Assim como aconteceu com Francisca Maria, o padre Antônio Rodrigues obrigou também a Antônia Maria de Azevedo, mulher casada e moradora no sítio de São Gonçalo Minas do Riacho Novo, a denunciar a solicitação experienciada na confissão sacramental. Antônia disse ao comissário que “o padre Custódio Alves da Costa, por duas vezes, na mesma confissão meteu a boca nos peitos desonestamente” (ANTT, TSO, IL, Cad. 27° de Sol., fl. 184). Como as fontes sugerem, padre Custódio era atrevido nas suas investidas, pois não contentava-se em solicitá-las apenas oralmente. Além disso, demonstrou ter um gosto eclético para escolher seus alvos, sendo as mulheres de posição social, estado civil e origem étnica distintas.

Aparentemente o padre Antônio Rodrigues cooperou com afinco na repressão ao crime de solicitação naquelas adjacências, pois foi ele também que redigiu a denúncia de Victoria Soares, mulher casada com João da Silva, ambos pretos forros e moradores na Canaveira. Ela relatou que tivera sido solicitada pelo padre coadjutor Antonio Francisco dos Santos, que estava em desobriga naquela localidade em virtude do falecimento do antigo pároco, padre Joseph Monteiro. Segundo declarou ela, ele “em desobriga me acometeu em acto de confissão para atos desonestos”. Antônio, segundo consta na denúncia, posteriormente mudou-se para sua pátria, em Portugal, infelizmente não há informações das razões que o levaram a mudar-se, mas a existência desta denuncia, possivelmente tenha corroborado com sua decisão (ANTT, TSO, IL, Cad. 27° de Sol., fl. 496).

Outros sacerdotes também foram denunciados naquela freguesia. Foi o caso do padre José da Silva Pimentel. Pela impossibilidade do franciscano frei Manoel da Santa Úrsula atender toda a população, durante a missão realizada nas cercanias da vila de Santo Antônio das Jacobinas, incluindo a capela de São Miguel das Figuras, o padre José da Silva Pimentel foi convocado para assumir com aquele missionário o posto de confessor. Na oportunidade, padre José solicitou *ad turpia* a Marcela, escrava de José Rodrigues Figueiredo. A solicitada, que era natural do reino de Angola, vivia entre brancos há mais de 14 anos. Segundo ela depôs, o padre referido a solicitou:

Dizendo-lhe palavras amatorias, torpes e desonestas, dizendo-lhe que havia de fornicar com ele antes que ele tornasse para a Vila e que o procurasse; e se assim lha não prometia a não havia de absolver; respondeu-lhe a negra que o dito lugar era para perdoar pecados e não para juntá-los e nem consultá-las; e não cessou o dito padre e continuando com vários delírios nesta maria ela se levantou sem absolvição e quase estúpida se foi para casa. (ANTT, TSO, IL, Cad. 27° de Sol., fl. 65).

O fato de Marcela ter advertido o confessor de que aquele local “era para perdoar pecados e não para juntá-los e nem consultá-las” demonstra que as mulheres não acatavam as investidas de maneira tácita, muito pelo contrário, reagiam, alertavam seus confessores que aquele ambiente não era para isso e que não queriam e ou que eram comprometidas. Por outro lado, a absolvição dos pecados representava para as penitentes a salvação de suas almas. Logo seu uso pelos clérigos como moedas de troca deixava as mulheres solicitadas diante de um verdadeiro impasse. O medo de não ter suas almas salvas ou serem punidas de alguma maneira obrigava as mulheres a ceder aos assédios dos religiosos ou até mesmo evitarem denunciá-los. Como argumenta Lana Lage da G. Lima (2019, p. 247)

Os sacerdotes tinham ainda a seu favor o grande prestígio e credibilidade de que gozavam como homens instruídos, numa sociedade de iletrados, sobretudo as mulheres. O medo do demônio e a incerteza quanto à identificação de suas manifestações em um mundo que considerava muitas doenças como frutos de vexações diabólicas também contribuíam para submetê-las a sacerdotes [...]

O padre João Miranda foi quem ouviu a denúncia da dita mulher e o responsável por escrever a seu rogo e em seu nome. Ao ouvir sobre o que ocorreu durante a confissão com Marcela, a repreendeu por ela não ter logo buscado outro confessor. Ela explicou que não o fez por ter ficado fora de si diante do sucedido. A solicitada tivera ficado tão atordoada que o redator da denúncia pensou que ela tivera cometido algum grave crime. João, em razão de naquelas imediações não haver comissário do Santo Ofício, sugeriu que ela fosse contar o ocorrido ao vigário da vara, ela contudo ficou temerosa, pois alegou que o incumbido das ações inquisitoriais era amigo de seu confessor. Ouvindo isso, João Miranda a advertiu de que diante dessa situação não se podia dar importância para laços filiais. Ele a convenceu sobre a necessidade dele quebrar o sigilo de sua confissão e poder levar o caso diante do Santo Ofício. Para Vainfas (1997, p. 260)

Abrigos de amantes, a igreja logrou converter-se, em certas circunstâncias, num dos raros espaços privados de conversações amorosas e jogos eróticos, os quais envolviam nada menos que os próprios confessores. E tudo isso, vale dizer, ocorria em absoluto segredo, protegido pelo sigilo do sacramento da penitência, constituindo, por isso mesmo, um espaço privado que por vezes nem os casais lograram usufruir em suas casas.

Como relatou Vainfas (1997, p. 227) na América Portuguesa, as pessoas gozavam de pouca ou nenhuma privacidade, sobretudo para questões íntimas. A igreja, sobretudo o espaço dedicado à confissão, por ser envolto a muito segredo, transforma-se em um espaço cheio de privacidade para as manifestações sexuais. Sobretudo quando as penitentes confessam situações mais íntimas, os padres, por fraqueza da carne, não conseguiam conter os seus desejos e assediavam suas fiéis.

Embora a solicitação ocorresse comum e majoritariamente com mulheres, há no rol de fontes encontradas uma solicitação masculina. A narrativa de Clemente nos chama atenção e não pode passar despercebida. O homem supracitado denunciou ao Santo Ofício o padre o padre Frei João de Santa Felícia, pois ele, enquanto esteve em missão na Capela de São Miguel das Figuras da freguesia de Santo Antônio de Jacobina o solicitou *ad turpia* durante a confissão tendo com ele tratos desonestos. Ao confessar-se com outro sacerdote, este não quis absolvê-lo sem que ele, dentro do prazo de 30 dias, denunciasse ao Santo Ofício o dito padre solicitante (ANTT, TSO, IL, Cad. 27° de Sol., fl. 164).

A solicitação masculina traz consigo algumas complexidades, isso porque, poderia incidir na ocorrência de dois delitos, além da solicitação, o pecado nefando da sodomia. Segundo Luiz Mott (2010, p. 188-189), a sodomia poderia ser imperfeita, quando havia apenas “molices”, tocamientos e o não derramamento de esperma no reto, ou a perfeita, quando havia a penetração e a ejaculação no orifício anal. Segundo Lana Lage G. Lima (2014, p. 205), entre os séculos XVI e XVIII, os clérigos sodomitas representam 9,6% dos sacerdotes processados pelo Santo Ofício português. Entretanto, no caso de Clemente, não há na fonte indicação de qual tipo de sodomia ele e João de Santa Felícia praticaram, isso em razão da expressão “tratos desonestos” poder designar qualquer coisa, desde tocamientos ilícitos até sodomia perfeita. A depender do tipo de sodomia praticada, a Inquisição adotaria uma postura mais branda ou mais severa com relação às penas.

## Considerações finais

As fontes analisadas sugerem que os sacerdotes que atuavam na região do Sertão das Jacobinas ouvindo as confissões da desobriga incorreram no cometimento de assédio contra suas penitentes. Diferente do que se pode notar em denúncias para outras localidades, os atuantes naquela freguesia eram deveras atrevidos, pois suas investidas não se resumiam apenas a cantadas, convites e galanteios orais. Além disso, tinham um perfil eclético como alvos, as mulheres eram de origem étnica e socioeconômica distintas. O número de fontes não é expressivo, mas a partir delas podemos penetrar naquela realidade social e observar as dinâmicas das relações entre confessores e suas penitentes. Para aquelas imediações, foram apurados oito casos, dos quais alguns resultaram na consumação de atos carnavais.

Para Delumeau (1991, p. 7) a Igreja Católica quis confortar os fiéis atestando-lhes o perdão divino e em troca queria deles uma confissão explícita. Era mediante essas confissões das questões mais íntimas, que “por fraqueza da carne” os padres transgrediram. Nenhuma outra religião atribuiu a confissão tanta importância quanto o catolicismo. No entanto, como discute Lana Lage G. Lima (2017, p. 44), “Segundo a Igreja, a confissão criava um ambiente propício à sedução dos sacerdotes, ameaçando a castidade clerical.” Segundo Vainfas (2011, p. 208):

Os solicitantes não pareciam cultivar, no entanto, quaisquer doutrinas heréticas. Eram tão somente padres mal afeitos ao voto de castidade, que se aproveitavam da raríssima privacidade assegurada pela confissão para seduzir mulheres ou rapazes que lhes aguçavam a libido.

Um corpo clerical despreparado e sem vocação, unido a uma sociedade que vivia sem privacidade alguma e um ambiente cheio de sigilo e a confissão dos segredos mais íntimos resultou em um dos delitos que a Inquisição mais teve trabalho na tentativa de erradicá-lo.

**ABREVIATURAS:**

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Cad. – Caderno

IL – Inquisição de Lisboa

Sol. – Solicitantes

TSO – Tribunal do Santo Ofício

**FONTES:**

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Índice 2º dos Solicitantes. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3928638>, acesso em 1 set. 2021.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Caderno 27º de Solicitantes (1744-1754), fl. 65, 164, 183, 184, 187, 469. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2318679>, acesso 1 set. 2021.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Caderno 29º de Solicitantes (1733-1759), fl. 87, 86, 89, 90. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3907937>, acesso em 1 set. 2021.

**REFERÊNCIAS**

CONCEIÇÃO, Héli da Santos. *O Sertão e o Império: as vilas do ouro na Capitania da Bahia (1700-1750)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

DELUMEAU, Jean. *A Confissão e o Perdão: as dificuldades da confissão nos séculos XIII a XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

GOUVEIA, Jaime Ricardo Teixeira. *A Quarta Porta do Inferno: A vigilância e disciplinamento da luxúria clerical no espaço luso-americano (1640-1750)*. Lisboa: Chiado Editora, 2015.

\_\_\_\_\_. A Inquisição na apuração do crédito e depuração do descrédito: autóctones, caboclos e reinóis em microscopia no espaço Luso-Americano (1640-1750). *Revista Ultramares*, Dossiê Inquisição Colonial Colonial, Nº 7, Vol. 1, Jan-Jul, 2015, p. 91-121.

\_\_\_\_\_. Vigilância e disciplinamento da luxúria clerical no espaço luso-americano, 1640-1750. *Análise Social*, p. 820-860, 2014.

FERREIRA, Elisângela Oliveira. “Mulheres de fonte e rio”: solicitação no confessionário, misoginia e racismo na Bahia setecentista. *Afro-Ásia*, 48 (2013), 127-171.

FEITLER, Bruno. A ação da Inquisição no Brasil: uma tentativa de análise. In: FURTADO, Júnia Ferreira; RESENDE, Maria Leônia Chaves de. (org). **Travessias inquisitoriais das Minas Gerais aos cárceres do Santo Ofício: diálogos e trânsitos religiosos no império luso-brasileiro (sécs. XVI – XVIII)**.1. ed. - Belo Horizonte : Fino Traço, 2013.

LIMA, Lana Lage da Gama. Penitentes e solicitantes: gênero, etnia e poder no Brasil colonial. In: NADER, Maria Beatriz (org.). **História, mulher e poder**. Vitória: EDUFES, 2006. p. 186-199.

\_\_\_\_\_. Relações cotidianas entre o clero e as mulheres no Brasil setecentista. In: SILVA, Marco Antônio Nunes da. & SEVERS. Suzana Maria de Sousa Santos (org.). **Estudos inquisitoriais: história e historiografia**. Cruz das Almas/BA: UFRB, 2019. p. 237-262.

\_\_\_\_\_. **A confissão pelo avesso: crime de solicitação no Brasil Colonial**. Tese de (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

NOVINSKY, Anita Waingort. *Análise crítica da historiografia sobre a Inquisição*. LIMA, Lana Lage da Gama. *Relações cotidianas entre o clero e as mulheres no Brasil setecentista* In: SILVA, Marco Antônio Nunes da. SEVERS, Suzana Maria de Sousa Santos.(Org.). **Estudos Inquisitoriais: História e Historiografia**. Cruz das Almas: Editora UFRB, 2019, p. 13-26, 237-262.

VAINFAS, Ronaldo. Moralidades Brasília: deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista. In: SOUZA, Laura de Mello (Org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 221-274.



\_\_\_\_\_. Trópico dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.



# RESENHAS





## Teoria crítica do direito e história: diálogos sobre o escravismo colonial

João Pedro Passos de Barros Borges  
Universidade Federal do Triângulo Mineiro  
passospbb@gmail.com

ERKERT, Jonathan. **Modos de produção no Brasil: escravidão e forma jurídica**. São Paulo: Ideias e Letras. 2018.

O livro de autoria de Jonathan Erik Von Erkert, doutor em Filosofia do Direito pela USP e mestre em Direito político e econômico pela Mackenzie, contribuiu para o debate da formação econômica brasileira e a caracterização do modo de produção capitalista por meio do livro *Modos de produção no Brasil: escravidão e forma jurídica*. A obra é tida como fundamental para a formulação de um pensamento jurídico que faz sua intersecção na teoria crítica do Direito, a partir das influências de Louis Althusser e Euvguiéni B. Pachukanis; sendo assim, é uma reflexão atrelada à crítica marxista da economia política.

Sob essa perspectiva, o debate sobre os aspectos econômicos da formação brasileira, visando o entendimento das relações de produção, é sempre presente pelo fato de que o passado não é o mito criador, mas sim aporte de reflexão no qual o historiador se debruça para questionar a respeito do que mudou na sociedade e o porquê. A História, contudo, não é monopólio do historiador; logo, outras áreas das ciências humanas e sociais trazem reflexões a partir do conhecimento histórico de seus objetos, e que são capazes de dar novos aportes para as discussões da História em si.

É nesse interregno da interdisciplinaridade, salutar ao pensamento crítico, que a *série Direito e crítica*, da editora Ideias e Letras, publicou produções acadêmicas orientadas por Alysson Leandro Mascaro com o intuito de demonstrar a importância de uma posição crítica do Direito. A partir disso, uma contribuição fundamental para a História é

observada no livro *Modos de produção no Brasil: escravidão e forma jurídica*, que faz balanços cautelosos e precisos sobre a historiografia brasileira e a crítica do Direito.

Nesse ínterim, a dissertação de mestrado de Erkert emerge como um livro que traz potencialidades e reflexões imprescindíveis, cujo principal norte é a questão: pode o escravizado ser tido como sujeito de direito? Com uma divisão do texto em três capítulos, o autor desenvolve os desdobramentos dessa pergunta de forma a suscitar possíveis respostas.

O primeiro debate travado é no campo da história, condizente com os debates da formação social do Brasil e se posicionando ao lado da tradição de Ciro F. S. Cardoso e Jacob Gorender; por conseguinte, no que diz respeito ao debate jurídico, a obra fundamenta-se basicamente nos autores Pachukanis, jurista soviético, e Louis Althusser. Nesse sentido, afirma-se uma análise de base filosófica calcada na compreensão da determinação do modo de produção e a partir do entendimento das formas sociais. Conclui-se que só com determinadas formas sociais pode-se caracterizar uma sociedade; sendo assim, o sistema escravista seria um modo de produção próprio.

Dessa maneira, a reflexão parte do pressuposto de que há documentos que comprovam que o escravo não era somente uma coisa renegada ao papel de produzir para além de subsistência e esse mais-trabalho (trabalho excedente) ser exportado para a metrópole. Interpretação essa que se baseia na primeira tradição marxista brasileira, localizada em Caio Prado Jr. que, em sua clássica obra *Formação do Brasil Contemporâneo*, argumenta que a formação social do país ocorre de modo desordenado, sem um planejamento para o desenvolvimento da nação para o seu povoamento, de tal maneira que da costa brasileira à interiorização em busca de minérios, tais movimentações foram fruto da busca de excedentes para Portugal. Sendo assim, o pensamento pradiano é um entendimento da pátria com angústia, de um país que nunca se planejou para si. Esse trauma da colônia é carregado pelo desenvolvimento consequente do Brasil, sendo um eterno exportador de produtos primários, de tal maneira que as relações escravistas são postas em uma posição secundária ao entendimento da formação social.

As análises de Caio Prado Jr. encontraram no campo da historiografia um confronto com aquilo que o Ciro F. S. Cardoso entendia como *brechas camponesas*, ou seja, registros de escravizados que não eram apêndice do processo de formação brasileira, os quais o produto explorado de seu trabalho seria sempre para o mercado externo; pelo

contrário, os escravizados tinham propriedades, permutavam mercadorias e acumulando *peculium* compravam sua liberdade, constituindo assim, um mercado interno na colônia. E aqui, o ponto nevrálgico da reflexão é o trabalho, pois a liberdade para trocar e circular mercadorias é a liberdade do sujeito de Direito na visão do jurista soviético; então, poderia o escravizado portar de uma subjetividade jurídica em um modo de produção que não é capitalista?

É nessa estatura da reflexão que Pachukanis assume um papel central, o autor que guia o pensamento crítico de Erkert e de Mascaro, e desenvolve reflexões sobre a *teoria geral do direito e marxismo*, afirmando que o Direito não é um fenômeno da norma positivada-lei, mas sim de uma possibilidade sem precedente histórico no qual o poder econômico e o poder político se diferenciam. Nessa perspectiva, todos os sujeitos passaram a se relacionar por meio da lei, afirmando radicalmente que não há direito no modo de produção feudal ou no escravismo, pois a força está nesses modos de produção; logo, não há igualdade jurídica, assim como quem detém o poder econômico é quem legisla, recordando da concepção de democracia na Grécia ou dos reis e nobres no feudalismo.

Assim sendo, o capitalismo é exclusivo em relação ao direito, pois somente nele os sujeitos se relacionam por meio de contratos, alçando subjetividade jurídica, a liberdade de ter propriedade, comprar mercadorias com dinheiro e reproduzir a circulação. Essa reflexão emerge do fato de que os juristas anteriores ao Pachukanis - dentro da tradição marxista - discutiam se a lei era neutra ou se era produto da luta de classes. Pachukanis, então, alça a reflexão para o porquê no capitalismo há a lei e não a força entre os sujeitos e conclui que — para que as mercadorias tenham valor, mesmo sendo diferentes —, os sujeitos que as produzem pelo trabalho abstrato tem de possuir a mesma igualdade que as mercadorias, e é essa a condição jurídica. Esse pensamento é necessário para a discussão historiográfica que o autor apresenta e demonstra a contribuição que a Filosofia do Direito pode dar à História.

A partir dessa lógica, ponderada sob a égide da tradição marxista, o autor pondera uma sociedade — escravista colonial — a qual não há igualdade, pois existe a submissão pela força. Contudo, também se considera a existência da circulação de mercadorias no mercado interno da economia autônoma dos escravizados. Assim, é notável que a liberdade em relação à produção que poderia fundamentar a argumentação sobre a

matéria do escravizado constituir subjetividade jurídica é ligada às vontades do proprietário, de modo que se permitia a produção a mais para o escravizado, dando-lhe terras e condições de produção, somente quando os preços estivessem em alta, intensificado a exploração do trabalho (mesmo que este seja de algum modo para um circuito fora da produção de excedentes) sendo uma condição relativa ao aspecto nuclear do escravismo colonial: a manutenção da submissão do escravizado que ocorria por negociações, para evitar outras formas de resistência, como fugas e revoltas.

Ademais, é a partir do ponto da reflexão que contraria a perspectiva de que o desenvolvimento brasileiro é fruto de uma formação social economicamente desordenada e se volta à relação senhor-escravo que se observa uma dinâmica de um modo de produção escravista, tese de Jacob Gorender. Autor que, a partir das reflexões de Ciro F. S. Cardoso sobre elementos camponeses no Brasil Colônia, nega a possibilidade de um *protocampesinato nas américas*, no sentido de não reconhecer a existência de relações de subjetividade servil como algo diferente do escravismo, mas sim como parte fundamental das manutenções das relações desiguais entre os senhores e os escravizados, afirmando a centralidade dessa relação para a dinâmica colonial.

Esse é um movimento paralelo ao movimento de Marx em *O Capital*, no qual o filósofo alemão contraria a economia política, que por sua vez, explicava os processos de acumulação pela troca de mercadorias, assim, quando Marx observa a produção das mercadorias e os fundamentos de sua existência, como átomo irredutível da sociedade, percebe que a exploração do trabalho assalariado fundamenta os processos de acumulação, a partir disso, discorre sobre leis tendenciais. Sendo assim, a partir de um entendimento de que os modos de produção são constituídos a partir de leis universais as quais podem ou não encontrar respaldo em outras organizações sociais, o autor constrói seu norte aportado em Gorender.

Gorender propõe que os escravizados e a manutenção das relações desiguais constituem uma dinâmica própria que se deriva em leis tendenciais da mesma forma que essas no capitalismo derivam da mercadoria. Logo, o escravizado não pode ser tratado como *coisa* nas relações do sistema colonial, mas como átomo do modo de produção escravista colonial, de modo que se permite uma relativa autonomia na negociação para a plantação em uma forma de trabalho semelhante ao camponês, mas o faz periodicamente em vista da dinâmica internacional dos preços e para manter a condição de cativo.

A conclusão difere da tese de Caio Prado Jr., que enxerga o país como uma empresa privada exportadora de mercadorias para a Europa, assim como a tradição que desemboca em Fernando Novais; o país não era uma empresa da metrópole, mas tinha autonomia nas suas relações de trabalho, pois era outro modo de produção: o modo de produção escravista colonial.

Por fim, é nesse intercâmbio entre a História e o Direito que o trabalho de Erkert traz à luz primeira a negação de que o escravizado porta subjetividade jurídica, tendo em vista a submissão a qual eram condicionados. Por conseguinte, conclui retomando um debate que prescinde de movimentos políticos e entendimentos marxistas: a reflexão sobre as origens do país. Essa é uma discussão rica e fértil, com muitas considerações advindas posteriormente dos autores trabalhados por Erkert, alguns até citados na obra como Fernando Henrique Cardoso e Fernando Novais.

Erkert, tal como Prado Jr. ou Gorender, nega a possibilidade de o Brasil ter uma origem feudal e, portanto, nega a teleologia hegeliana encontrada no seio das tradições marxistas que primeiro queria industrializar o Brasil, para que ele fosse plenamente capitalista, e depois lutar pela emancipação em uma revolução. O autor argumenta contrariamente a Prado Jr.; e Fernando Novais ao trazer a reflexão do Direito à tona e demonstrar que se o escravizado não porta de subjetividade jurídica, a sociedade não pode ser capitalista e logo, reforça e defende a possibilidade de um modo de produção diferente no início da formação social do Brasil.

## DISPONIBILIDADE, COMODIDADE E DEPENDÊNCIA: PERDAS E GANHOS, POR MAX JACQUES

**Adrian Marcelo Pereira da Silva**  
**Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)**  
**adrian.marcelo@estudante.ufcg.edu.br**

JACQUES, Max. Sobre perdas e ganhos. *In*: \_\_\_\_\_. **Comida no cotidiano**. São Paulo: Editora Contexto, 2021.

Os grandes centros cosmopolitas configuram-se enquanto verdadeiros complexos irradiadores e de expansão de hábitos culturais, sociais, de estilos de vida e de pensamentos. Se destacam pela dimensão quase que universal que propiciam ao indivíduo acesso imediato e profundo em culturas aos quais não está acostumado. O comer, ato cultural por excelência, se destaca nesse cenário pelo papel que ocupa no reconhecimento de identidades diferentes através do palato.

Max Jacques é pesquisador e chefe de cozinha, atuante no Instituto Brasil a Gosto, projeto que privilegia alimentos e saberes locais, e fomenta a transformação da culinária e da gastronomia em ferramentas cujo principal objetivo é tornar-se um auxílio às questões sociais, políticas e econômicas brasileiras. Em outras palavras, há aqui o entendimento da dimensão plural e heterogênea que a temática da alimentação oferece a quem por ela se dedica. O ato de se alimentar compreende não apenas o que se leva a boca, mas também a motivação, a(s) companhia(s), as escolhas e vários outros fatores recorrentes nos estudos sobre alimentação.

O livro *Cozinha no Cotidiano* (2021) é uma verdadeira homenagem ao legado da cozinha brasileira; o autor, como ele mesmo diz, se lambuza do Brasil. Não é, entretanto, um apanhado de memória de um passado morto, mas sim a celebração de culturas diversas que ainda vivem e anseiam para serem degustadas por todos os brasileiros. Em pouco menos de 130 páginas, Jacques consegue demonstrar amor pela cozinha enquanto reconhece o apagamento e o silenciamento de heranças indígenas, negras, dos saberes de nossas avós e mães frente à uniformização do gosto promovido pela indústria.



O capítulo que aqui será resenhado compõe uma obra que visa valorizar a culinária brasileira, transpondo a barreira do esquecimento histórico que se observa no cotidiano de toda a população. Trata-se, portanto, de discutir uma questão central que abrange as discussões e os mais variados estudos sobre a cultura alimentar contemporânea: os ganhos e as perdas oriundos do fenômeno da globalização. Ora, é possível observar um aumento crescente da importação de frutas nativas de outros países, por exemplo, disponíveis nos grandes supermercados brasileiros, bem como da exportação de víveres alimentícios produzidos no país para outros continentes. O alimento se consolidou como porta de entrada para se conhecer, através do paladar, outras nações e identidades.

Aliado à questão da transfusão de saberes e sabores ao nível mundial, destaca-se a evolução tecnológica e seus impactos positivos e negativos acerca do que comemos. A dinâmica do campo e da agricultura com essas novas tecnologias desdobraram-se em um papel que alia a obsessão por lucro das grandes indústrias e da necessidade de consumo. As *commodities*, produção destinada ao comércio, tomaram conta do país e materializaram sobre a imagem da soja, do milho, do algodão, entre outros, os ensejos de uma classe dominante que, sem pesar, passa a boiada nas terras para abrir caminho para a criação de gado ou da implantação de monoculturas.

A adoção do uso de produtos químicos para combate as pragas nas plantações têm uma origem muito menos romântica do que se é divulgado: surgiu nos campos de batalha, utilizados como verdadeiras armas químicas no período da Segunda Guerra Mundial (JACQUES, 2021, p. 44). Com o intuito de maximizar a produção e a seguridade frente às pragas e as intempéries da natureza, a prática agrícola adotou os mesmos protocolos táticos do campo de guerra com a introdução dos agrotóxicos nas grandes e, em menor nível, pequenas lavouras. O Brasil da segunda década do século XXI não vê nestes agentes químicos um desconhecido, mas sim um aliado (para muitos indesejados e ocultos), convidado a residir em terras brasileiras pela vontade de poucos indivíduos, cujos interesses estão muito aquém da vontade de alimentar o país.

A expansão das fronteiras geográficas e da ideia de globalização não é recente, muito pelo contrário. Encontra suas raízes no comércio da canela, do cravo, da pimenta, do açúcar e tantos outros produtos que serviram de mote para que grandes nações europeias invadissem, saqueassem e exterminassem culturas nas Américas, na Ásia e na África. A culinária brasileira hoje é constituída por milhares de culturas suprimidas pelo

jugo do colonizador branco; pela resistência das diversas etnias indígenas e africanas que puseram sua marca na nossa cultura alimentar.

Desfruta-se hoje de invenções estrangeiras já adaptadas ao paladar do brasileiro, tidas quase como que “naturais” a exemplo do famoso e “representante oficial da doçaria brasileira”, o leite condensado. Sua origem remonta ao final do século XIX, mas foi apenas na segunda metade do século XX que ganhou as casas brasileiras e integrou-se no cardápio de doces de festas infantis. Os enlatados supriram a demanda já antiga pela conservação de alimentos, aumentando sua durabilidade e proporcionando praticidade aos homens na guerra e, posteriormente, às donas de casa.

O mundo ao qual vivemos encontra-se em uma situação paradoxal sustentada pela gana incessante de lucro capitalista: nunca se produziu tanto, mas também nunca se viu tanta fome. A correlação de aumento da fome com o crescimento da população não explica esse fenômeno por si, como podem apontar alguns. Se considerarmos o caso brasileiro, a escassez de alimentos saudáveis é marcada pela desigualdade social e pela concentração fundiária.

Há uma barreira imposta, a da disponibilidade, que permeia o acesso entre alimentação adequada e a fome. Há milhões de sujeitos que estão sobre o jugo implacável da subalimentação. A fome não é caracterizada apenas pela ausência completa de alimentos, mas também pela qualidade e quantidade do que é consumido. Destaco aqui um ponto de fundamental importância no texto, muito bem colocado pelo autor, que é a de que só podemos falar de alimentação no conforto de nossas casas devido ao trabalho de muitos agricultores no campo, que ganham seu sustento através da produção agrícola.

A cozinha, peça tradicionalmente estranha ao sexo masculino e imbuída às mulheres pela estrutura patriarcal da sociedade ocidental, já não é mais fonte produtora de memórias, de aromas, de sabores, de alegrias; há muito o seu caráter poético e social se perdeu. Em seu lugar o micro-ondas reina soberano, visitado quase que diariamente por pratos prontos e congelados, sem vida e sem sabor, destinados apenas a preencher um vazio biológico que não alimenta de verdade.

A busca por nossa história originária nos leva a uma terra quase que paradisíaca, o próprio paraíso, talvez. O contato entre natureza e os homens que aqui habitavam baseava-se no princípio da harmonia: ela, sempre disposta a auxiliá-los em suas necessidades oferecendo seus frutos, suas folhas, suas propriedades medicinais; eles, sustentavam uma relação de troca e de cuidado para àquela responsável pela sua sobrevivência. A tecnologia

não é demarcadora apenas de um período temporal, mas também da substituição da consciência respeitosa em relação à natureza para a gana predatória das grandes indústrias capitalistas.

O consumo de alimentos oriundos do campo é ainda majoritário, mas concorre diretamente com alimentos “colhidos” de uma prateleira, pensados e produzidos para durar meses ou até anos. Não se trata de negar os benefícios da tecnologia, mas de entender que atrás de todas as perspectivas positivas encontram-se malgrados. Os famosos ultraprocessados, reconhecidos pelo Guia Alimentar da População Brasileira como produtos que devem ter seu consumo restrito, oferecem aporte energético para manter o trabalhador e a trabalhadora de pé durante todo o dia, mas não os alimenta visto que sequer consegue suprir as demandas biológicas do corpo pelos macros e micronutrientes.

Há que custo os ganhos da globalização, da interseção de culturas alimentares e da ampliação da produção de comida, afetaram e afetam não só o que comemos, mas também o que pensamos e praticamos? É um valor alto e exige muito, mais do que podemos pagar. Max Jacques traz brevemente em questão a situação em que estamos no tocante ao meio ambiente: biomas inteiros e os mares já mostram sinais de desgastes permanentes, tendo como principal algoz a ação predatória que é própria do sistema econômico vigente.

A promessa de autonomia e de agilidade tomou contornos difusos e nem tão emancipadores quanto se pode imaginar, segundo o autor do texto. Ele aponta para a situação de real dependência do consumidor com empresas e produtos tidos como “práticos”, “modernos”, “pop”. A prevalência de monoculturas de grãos e cereais é, talvez, a imagem mais representativa deste movimento chamado de “tecnológico” no âmbito da indústria agroalimentar. O meio ambiente, deste modo, encontra-se sob a égide de uma máquina que visa apenas sua destruição em detrimento daqueles que entendem que tudo que dá tem que receber em troca, mantendo uma relação harmônica entre o ser humano e a natureza.

Ao final do referido capítulo, Max Jacques não rejeita as novidades e sequer deixa de reconhecer os ganhos aos quais podemos aproveitar hoje. No entanto, busca a ponderação, por parte de seus leitores, em relação aos questionamentos possíveis e necessários acerca dos aspectos negativos da era tecnológica; o intuito da reflexão seria o

de transformar não apenas a forma do que e como comemos, mas também do que produzimos, divulgamos, rejeitamos e pensamos sobre a comida.

É dentro desse cenário que se objetiva a consciência crítica a respeito dos padrões alimentares, observando como o cenário tecnológico, político, social e econômico interferem no que chega à mesa — ou no que não chega — da população brasileira. A fome, aliás, é sintomática da era da tecnologia, cuja produção de víveres consegue alimentar com sobra todos os mais de sete bilhões de seres humanos no planeta.

Escrito durante a pandemia da COVID-19, iniciada ainda nos primeiros meses do ano de 2020, o autor demonstra preocupação genuína para a alimentação fora das cozinhas dos restaurantes e das cozinhas especializadas; nos mostra que o comer envolve muito mais que uma simples garfada. O pensamento deve ir ao prato, mas também para além dele: no campo, nas prateleiras de supermercados, nas feiras. A comida é parte fundamental da construção do nosso ser; um elemento crucial para a construção de identidades individuais e de grupos. O país do brigadeiro e da feijoada também o é da macaxeira, do cacau, do amendoim, do maracujá, do moquem, entre muitos outros legados culturais indígenas e africanos.

A degustação do Brasil resulta em um único caminho, sem retorno e sem atalhos, que não entrevê desistência, apenas resistência. O nosso país é o lugar de sobrevivência das etnias indígenas que resistem há séculos desde a chegada dos colonizadores europeus, bem como dos negros escravizados que aqui morreram e legaram grande parte de nossa própria cultura. Os temperos ameríndios e africanos conseguem a proeza de tornar mais digesto o que antes era apenas engodo. O respeito ao meio ambiente é toque final, mas não indispensável. O amor pela comida recai em gotas sobre um prato diverso, colorido e cheio de esperança por um mundo mais justo, sadio e de barriga cheia.

Em síntese, o capítulo aqui analisado não é apenas uma sumarização do que deu certo e do que deu errado, mas também de como somos dependentes. Essa dependência, vislumbrada nas centenas de preparos prontos e de sabor padronizado a que somos apresentados pela indústria alimentícia, é mancha que embranquece uma história multicolor. O embranquecer é neste caso seguir um padrão alimentar imposto por uma visão etnocêntrica sempre branca e europeia.

Dessa forma, a todos aqueles que se interessam pelas práticas alimentares, Max Jacques oferece um ponto de vista de um profissional, de um cidadão, de um filho e de um neto. Apesar de ser um capítulo curto, *Sobre ganhos e perdas* é grande o suficiente para que

o leitor tenha algo para mastigar após a leitura, com um sabor não muito agradável ao primeiro contato. Ao sentir o sabor amargo do esquecimento, o leitor deverá pensar consigo mesmo quais ingredientes lhes faltam, como contrabalancear o incômodo e torná-lo algo agradável ao seu paladar e da sua comunidade.

## De *obìnrín* à mulher: colonização britânica e a criação do gênero na sociedade Oyó-iorubá

Bruna Gonçalves Ferreira  
Universidade Estadual de Ponta Grossa  
bruna05ferreira09@gmail.com

OYĚWÙMÍ, Oyérónkè. Colonizando corpos e mentes: gênero e colonialismo. In: \_\_\_\_\_. **A Invenção das Mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. 1º ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021, p. 185-231.

O livro “*A Invenção das Mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*” de Oyérónkè Oyěwùmí, aborda a configuração do gênero nas sociedades iorubanas através da colonização. A autora explica que o gênero foi uma categoria criada pelos colonizadores, que inseriu uma hierarquia genérica dentro dessa comunidade. No mais, Oyěwùmí escreveu que os papéis de gênero não tinham espaço na sociedade Oyó iorubá antes da imposição do homem europeu.

A princípio, faz-se necessário apresentar a autora do texto a ser resenhado; Oyérónkè Oyěwùmí é socióloga e nigeriana de origem iorubá, formada nas universidades de Ibadan, na Nigéria, e de Berkeley nos Estados Unidos (EUA). Oyěwùmí é conhecida por desenvolver trabalhos sobre as questões de gênero e colonialismo no continente africano, e atualmente é professora universitária na Universidade de Stony Brook (EUA). Ademais, a obra em questão é o seu primeiro livro, publicado a partir de sua tese de doutorado em 1997, e recebeu a sua primeira tradução para o português do Brasil em 2021, pela editora Bazar do Tempo.

Em sua integralidade, o livro “*A Invenção das Mulheres*” contém 231 páginas divididas em cinco capítulos. Contudo, essa resenha se direcionará ao quarto capítulo da obra, intitulado “*Colonizando corpos e mentes: gênero e colonialismo*”. A escolha por esse capítulo se deu porque Oyérónkè Oyěwùmí trata da consolidação do gênero dentro do mundo do colonizado, e como isso ocorreu nas esferas políticas, econômicas, educacionais e religiosas. No mais, acredito que uma resenha pormenorizada do capítulo selecionado pode detalhar melhor os argumentos ou informações. No entanto, pretendo pontuar alguns argumentos da autora nos capítulos anteriores para que o leitor tenha uma maior compreensão do que será enfatizado a seguir.

O primeiro capítulo, intitulado “*Visualizando o corpo: teorias ocidentais e sujeitos africanos*”, Oyěwùmí discorre que as sociedades africanas não podem ser interpretadas seguindo a *cosmovisão* ocidental, onde as percepções do mundo são feitas a partir do *corpo*, principalmente no período pré-colonial. Ela entende que, a “(...) lógica cultural é, na realidade, uma “*bio-lógica*”” (Oyěwùmí, 2021, p. 16), onde a existência ou não existência de alguns órgãos determina a *posição social* nas sociedades ocidentais. A autora enfatiza que isso não acontecia na sociedade *Oyó-iorubá*, pois esta era guiada por uma *cosmopercepção* do mundo, onde os outros sentidos também são privilegiados, e não apenas a *visão*.

O segundo capítulo, intitulado “*(Re)constituindo a cosmologia e as instituições socioculturais Oyó-iorubás*”, a autora explica que um dos sentidos mais precisos para a sociedade *Oyó* era a *audição*, pois a partir dela consegue-se demarcar posições de *poder*. Isso se deve ao fato de que a hierarquia era demarcada pela *senioridade*, ou *etarismo*, no qual haviam diferenças ao se referir às pessoas mais velhas ou mais jovens na língua *iorubá*. Nas palavras da autora,

A senioridade é altamente relacional e situacional, pois ninguém está permanentemente em uma posição de uma idade maior ou menor; tudo depende de quem está presente em qualquer situação. A senioridade, ao contrário do gênero, é compreensível apenas como parte dos relacionamentos. Assim, não é rigidamente fixada no corpo, nem dicotomizada (Oyěwùmí, 2021, p. 83).

E, o terceiro capítulo “*Fazendo história, criando gênero: a invenção de homens e reis na escrita das tradições orais de Oyó*”, trata sobre as diferenças anatômicas entre as pessoas da sociedade *Oyó*, que recebiam nomenclaturas diferenciadas, porém isso se referia à reprodução dos seres, e não a uma hierarquia de gênero. Nesse sentido, os termos *obinrin* e *okünrin* são frequentemente, e erroneamente, traduzidos como *woman* e *man* no inglês (mulher e homem, respectivamente), isso se deve ao fato de que as sociedades ocidentais são dicotomizadas e generificadas, e leem o mundo não ocidental dessa forma. Assim, para se referir às pessoas, diferenciadas anatomicamente, da antiga *Oyó* pré-colonial a autora propõe

novos conceitos *anamacho*, *anfêmea* e *anassexo*. A necessidade de um novo conjunto de construtos surgiu do reconhecimento de que, no pensamento ocidental, mesmo

os chamados conceitos biológicos como macho, fêmea e sexo não estão livres de conotações hierárquicas (Oyěwùmí, 2021, p. 72).

Tendo pontuado os argumentos presentes nas divisões anteriores ao capítulo a ser resenhado, que se referem basicamente a cosmopercepção e a generificação dos corpos das sociedades iorubás, creio que será mais fácil de acompanhar o raciocínio da autora neste trabalho.

“*Colonizando corpos e mentes: gênero e colonialismo*” é o quarto capítulo do livro “*A Invenção das Mulheres*”, inicia-se discutindo aspectos referentes ao colonizado e ao colonizador, em que a autora explica que o colonizador *sempre* é homem, e o colonizado é interpretado pelo mundo da academia como pertencente ao sexo masculino. No entanto, Oyěwùmí propõe uma nova leitura sobre a criação do papel de gênero pela colonização ocidental do século XIX, como um fator hierarquizante no que viria a ser a Nigéria.

O mundo ocidental do século XIX, acreditava ser superior aos grupos colonizados, e nesse raciocínio, os nativos são lidos como *Outros*, corporificados e com necessidade de cristianização e civilização. As categorias humanas de superioridade e inferioridade são instaladas na empresa colonial através desse pensamento, onde brancos ocupam o topo da hierarquia e os povos racializados, nesse caso, negros africanos, seriam a base. Entretanto, a *raça* não deve ser, segundo Oyěwùmí, o único fator a ser levado em consideração para analisar a situação colonial, mas também o *gênero*, considerando que esse processo foi implantado a partir das diferenciações (do ponto de vista colonial) do sexo do colonizador.

Desse modo, a autora discorre que em alguns trabalhos acadêmicos é comum encontrar a tese de que as mulheres sofrem um duplo processo de colonização, imposto pelo colonizador e pelo colonizado. Oyěwùmí discorda dessas leituras, para ela, o que ocorreu durante o processo de colonização na Nigéria é um processo de dupla opressão de raça e de gênero sobre as mulheres. Nesse aspecto, a colonização se postulou enquanto uma inferiorização do nativo colonizado e estava intrinsecamente ligado à hegemonia masculina (Oyěwùmí, 2021).

Nessa esfera, a implementação do modo de vida ocidental através da colonização, se deu a partir da consolidação do *Estado do Patriarcado*, no qual as lideranças de anafêmeas em comunidades africanas foram desconsideradas pelos agentes coloniais, ao passo que, os líderes anamachos foram amplamente reconhecidos e apoiados pela colonização. Esse



aspecto é um dos sinais da redução das fêmeas africanas ao papel de *mulher*, que aos olhos do colonizador, não poderiam ocupar cargos políticos por conta de sua biologia, desse modo a generificação dos corpos africanos se torna um dos primeiros atos coloniais.

Outro fator importante para o domínio colonial europeu foi o alinhamento da *educação* com a *cristianização*, nas palavras de Oyěwùmí (2021, p. 195): “A escola era a igreja, e a igreja era a escola.”. Nesse sentido, o pensamento dos missionários não era de preservar as sociedades africanas, mas transformá-las e civilizá-las, conforme o molde europeu. Entretanto, a educação dos anamachos era priorizada, pois em primeiro lugar, a ideia era educar/criar *homens* que seguissem carreira missionária para cristianizar outros nativos e, em segundo lugar, torná-los herdeiros do mundo colonial (Oyěwùmí, 2021).

Mesmo que a educação de homens fosse prioritária, existiam algumas instituições voltadas à educação (ocidental) feminina, porém o viés era outro, elas eram educadas para se tornarem donas de casa. E, delas era esperado que se tornassem boas esposas e auxiliaadoras de acordo com os princípios cristãos.

Como o objetivo da cristianização era transformar as sociedades africanas, isso foi sentido em diversos aspectos dentro de algumas comunidades. Para os povos iorubás, a cristianização provocou consequências às *mulheres*, principalmente porque o cristianismo não admitia a *poligamia* e obrigava os homens cristianizados a escolherem apenas uma “*esposa*”, e as outras deveriam ser descartadas, bem como seus filhos. Para a autora, “Mulheres e crianças deveriam ser penalizadas por um conflito cultural que não era de sua própria autoria.” (Oyěwùmí, 2021, p. 207). De acordo com Oyěwùmí, a colonização jogou as mulheres africanas no fundo de uma história, que não foi escrita por elas.

A religião iorubá pré-colonial não era generificada, porém com o advento do cristianismo, pesquisadores de origem iorubana começaram a interpretar as divindades autóctones com o viés de gênero. Além disso, os orixás que eram vistos como mais poderosos eram interpretados como homens, e os orixás lidos como femininos eram, de alguma forma, os mais fracos e mais “nebulosos”.

Antes do período colonial, a *Terra*, para as sociedades iorubanas, não era algo a ser possuído, mas, um lugar onde eram cultivados os alimentos, de vivência familiar e passado de maneira hereditária sem distinção de sexo. Com a colonização isso mudou, a posse da terra passou a ser individualizada e apenas os homens poderiam se tornar proprietários, conforme os decretos do século XIX.

Dessa maneira, para privilegiar os homens das comunidades autóctones, a história pré-colonial de muitas comunidades, inclusive da iorubá, foi reinventada com configurações de gênero. Isso ocorreu para que as mulheres fossem excluídas e deixadas sem direitos, como o acesso à terra. Isso foi intitulado “*Direito Consuetudinário*”, mas que de nada tinha de costumeiro, era apenas uma repetição do padrão das sociedades ocidentais.

O trabalho assalariado foi outro fator implementado pelos colonizadores na África Ocidental, o advento da ferrovia foi um facilitador no transporte das riquezas extraídas da colônia. Nesse aspecto, muitos homens africanos foram contratados para trabalhar na estrada de ferro e em vários outros empregos trazidos pelo colonizador. Oyěwùmí explica que dentro das sociedades autóctones pré-coloniais, o trabalho era realizado tanto por anamachos quanto por anafêneas nas lavouras ou nos comércios.

No entanto, durante a colonização o *trabalho assalariado* se tornou um papel do gênero masculino, no qual o trabalho dos homens tinha valor de troca, enquanto o das mulheres possuía valor de uso. Essa distinção do valor dos trabalhos no campo da generificação se postulou devido ao pensamento ocidental de que as mulheres eram apêndices dos homens, ou melhor, dependiam deles monetariamente. Porém, esse pensamento não pode ser generalizado, porque os homens trabalhadores do mundo colonial recebiam um salário de “fome”, e frequentemente contavam com o trabalho das mulheres para complementar a renda da família.

Em suma, Oyěwùmí desenvolve em seu texto a criação das categorias de gênero no mundo colonizado, e aborda os fatores implementados pelos britânicos na invenção de um país africano com moldes e ideologias ocidentais. Em que, a educação e a cristianização agiram como um processo de civilização das sociedades autóctones, levando para elas valores ocidentais, principalmente no quesito gênero. Ademais, os preceitos cristãos extrapolaram o espaço religioso e ocuparam o lugar político, no qual apenas os homens poderiam deter o *poder*, este que não foi apenas percebido no âmbito administrativo, mas no familiar, onde o homem detinha a autoridade que era acompanhada pelo seu salário. Isso ocasionou na instauração do *Estado do Patriarcado* na Nigéria, que se perpetua até o período atual.

Para finalizar, a colonização criou e implementou as categorias de gênero nas sociedades africanas, principalmente na sociedade Iorubá, reduzindo as *obinrins* em

mulheres e depois reservando-lhes o espaço da marginalidade. Nas palavras de Oyěwùmí (2021, p. 230),

A colonização, além de ser um processo racista, também foi um processo pelo qual a hegemonia masculina foi instituída e legitimada nas sociedades africanas. Sua manifestação definitiva foi o Estado patriarcal.

Recomendo a leitura do capítulo resenhado, “*Colonizando corpos e mentes: gênero e colonialismo*” do livro “*A Invenção das Mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*”, para conhecer os estudos de gênero no âmbito decolonial, de uma autora referenciada e reconhecida na área. Bem como, para se ter acesso a uma leitura que vai na contramão da visão ocidental das relações de gênero.

#### Referências Bibliográficas:

OYĚWÙMÍ, Oyérónkẹ. *A Invenção das Mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Tradução de wanderson flor do nascimento. 1º ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

# PELOS CAMINHOS DO AUTORITARISMO NO BRASIL: UM CONTEXTO DO PASSADO NO PRESENTE

Edneide Salvador Gertrudes  
Universidade Estadual da Paraíba  
edneidesalvadorv@gmail.com

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo. Companhia das Letras, 2019.

“Sobre o autoritarismo brasileiro” trata desde o período colonial fazendo ligações com dados mais recentes sobre a história do Brasil. Tem 244 páginas, dividido em oito capítulos. O primeiro capítulo traz como foco o negro, o início dos preconceitos por este sofrido, associado ao período da escravidão no Brasil. No decorrer dos demais capítulos é destacado o surgimento da autoridade que a sociedade brasileira exerce sobre os negros, indígenas, mulheres, na política e outros correlacionando-os com fatores da contemporaneidade. A ligação entre presente e passado, fica visível durante toda a obra.

Durante o período escravocrata no Brasil, a posse de escravos não apenas estava restrita aos grandes latifundiários. O desejo de possuir um ou mais cativos estava ao alcance de qualquer um que tivesse condições para comprá-lo. Enquanto para o escravizado lhe restava apenas as restrições de liberdade, de expressar sua cultura, religião, e até mesmo o domínio do próprio corpo. Ao analisarmos as práticas e atitudes racistas na contemporaneidade se torna necessário observar as origens.

A escravidão no Brasil muito reflete aos tempos atuais, não como justificativa de tais preconceitos, mas como forma de análise destes. Os índices de violência contra os negros não se romperam com o fim da escravidão, perpassa séculos de desigualdades sociais presenciadas e noticiadas cotidianamente. Sendo o Brasil um país formado por hierarquias, estas estavam ainda mais autoritárias nos tempos da escravidão. Os detentores do poder exerciam diversas maneiras de submissão dos cativos por meio de privilégio os quais possuíam por intermédio de cargos.

Pesquisas no Brasil apontam que os jovens negros, pobres e moradores das periferias estão na lista dos que mais morrem assassinados no país, e muitos deles por policiais. As características que possuem levam muitos policiais a identificarem como criminosos, pois são raízes do preconceito que desde o período da colonização foram cultivadas e estereotipadas. No Brasil, não diferente de outros países possuem pessoas com maiores poderes aquisitivos, dos mais variados, dando-lhes poderes sobre os demais. O homem, por sua vez, considerado desde sempre o provedor, detinha o poder na casa e na sociedade. Este mandonismo exercido pelo homem, surgiu inicialmente na maioria das vezes no ceio da família que era repassado para os filhos homens o legado patriarcal e para as mulheres a submissão ao pai e posteriormente ao marido.

O autoritarismo brasileiro, dentre as mais variadas formas de poder, possui ligações com o financeiro. Por todo o país e principalmente nas pequenas cidades é comum existirem famílias que por gerações permanecem no poder político por muito tempo e mesmo quando saem seu nome é motivo de reverência por muitos. Enquanto colônia, era concentrada nas mãos dos portugueses a administração do país, que apenas foi alterado com a independência.

No período imperial, havia a figura detentora de poder, o rei. Ao longo do tempo está figura central foi sendo substituída por outros nomes, ligados por uma pequena elite. Além disso, ser próximo do rei traria benefícios como cargos que eram adquiridos e nomes elevados para aqueles a quem o imperador lhe destinava. A distância à educação pela maioria das pessoas durante a monarquia revela a divisão visível que existia naquele período onde a educação secundária e superior se restringia a elite, poucos negros conseguiam acesso educação primária, muitos não eram alfabetizados.

Já na contemporaneidade segundo a autora muitos políticos possuem sentimento de pertencimento ao cargo ao qual a população o elegeu. O mandonismo e patrimonialismo presente na sociedade brasileira brotou desde o início de sua história. Beneficiar-se de maneira incorreta invadiu o ambiente político do país, pois o anseio da concentração de poder e manutenção dos seus contribui na visão voltada para o Brasil como um país corrupto. Escândalos na política brasileira invadem a cada dia os meios de comunicação mostrando o que acontece no meio político, assim trazem as pesquisas que não deixam dúvidas. Golpes, lavagem de dinheiro, estelionatos, e outras formas de corrupção são apontados gerando desconforto na população.

Desigualdades sociais interferem diretamente na democracia, na sociedade brasileira muito se vê desde as raízes do mandonismo do passado que teimam assolar o presente junto ao racismo, patrimonialismo e demais maneiras de divisão tão ativas. Os direitos do cidadão em vários momentos não respeitados, refletem na realidade do país nascido pelas raízes do desequilíbrio, deste modo, as representações de poder por meio de cargos muito alimenta a conservação das hierarquias servindo em vários momentos como empecilho do progresso da igualdade. Laços patrimoniais vindos da colônia que permanecem na sociedade brasileira. Os problemas oriundos da corrupção, de desvio de direitos dos cidadãos impacta na democracia, afeta diretamente os altos índices da desigualdade social que no Brasil possui dados alarmantes. Tais dados arrastam-se todos os dias desgastando cada vez mais as chances de igualdade perante uma sociedade marcada pela divisão desde os primórdios.

Os índices não negam as altas taxas de desigualdades sociais, assim como os elevados número de violência sujando o país, acaba por destruir e conduzir para altos números de violência, algo que acaba por impactar na promoção do equilíbrio social. Os muitos tipos de violência urbana, no campo e outras constroem a imagem que o Brasil possui hoje. O racismo estrutural que impera no Brasil acarreta ainda mais desigualdades, racismo este que tem cor, gênero, sexo e endereço. Os muitos casos de assassinatos não teimam em dizer o quanto precisa-se lutar contra esta terrível imagem que o Brasil construiu e constrói ao longo dos anos.

Sabemos que há outras formas de violência e racismos quais possuem características já bem conhecidas no nosso país. Racismo, intolerância andam lado a lado neste preocupante contexto vivido diante das diversas formas de autoritarismo que podemos analisar. As raízes desses problemas sociais não podiam ser diferentes de uma sociedade formulada numa minoria que manda e numa maioria que obedece.

A história violência no Brasil também se deu pelo fácil acesso as armas de fogo, a falta de demarcação e respeito as terras indígenas, agravando o quadro de violência que desde a descoberta do território brasileiro sofre as consequências. Sendo os índios os primeiros a terem contato com o colonizador, foi também o primeiro a ser explorado e ter aos poucos a perda de seus bens. Assim como os negros, indígenas, as mulheres também carregam o fardo do preconceito e restrição de seus direitos, os quais lutam até hoje.

Quando o Brasil se depara com os colonizadores, vindos de uma sociedade repleta de valores e restrições enxergam no Novo Mundo a liberdade sobre os corpos das

mulheres indígenas que estavam expostos. Foi sendo então ao longo da história estereotipado no Brasil, a terra das mulheres de corpos bonitos que possivelmente estavam sujeitas a invasão, crescendo assim os índices e violência, estupro, feminicídio.

O estupro, por exemplo, ganha destaque aos donos de escravas que faziam destas objeto de prazer pois dominavam a vida do negro o qual não tinha nem o corpo respeitado. Trazendo para a atualidade, o machismo que vigora e se prolifera rapidamente tem muito para contar das raízes no país. Assim como são altos os números nas pesquisas de violência contra pessoas LGBTTTQ que são mortas no país. Estes índices estão em sua maioria relacionados as pessoas que estão à margem da sociedade, muitos casos que segundo a autora são negligenciados pelos poderes públicos que contabilizam apenas números, desconsiderando as vidas.

Muito desta violência ligada a intolerância está associada ao passado, pois durante o processo de catequização no país enquanto colônia queria-se introduzir no nativo a religião católica e seus dogmas. Os índios eram vistos como seres sem cultura, religião ou qualquer entendimento. Submetidos a catequização, quando tinham uma válvula de escape dos olhos dos doutrinadores voltam a realizar as práticas ligadas a crença que tinham mas que não era vista com bons olhos.

A intolerância religiosa, e tantas outras ganha destaque atualmente com o acesso as redes sociais pelo indivíduo preconceituoso, que esbanja seus atos por traz das redes. Rejeitar a diferença, o estrangeiro, é fato visível e enraizado na sociedade, ao lado da impunidade que afeta a permanência destas raízes plantadas no passado, mas que perpetuam nos dias atuais, fazendo cor, raça e gênero motivo de grandes discussões.

A história por sua vez, possui papel de revelar o oculto, desconstruir as verdades e sempre buscar mais esclarecimentos e brechas não apenas para entender o passado ou presente, mas para compreender as mudanças ocorridas na sociedade. Assim, a história acaba muitas vezes por inquietar muitos que dela tentam transmitir benefícios próprios, sendo também disputada pelo fato que pode abrir os olhos para realidades problemáticas. A história possui o poder de abrir novos caminhos, dar voz aos esquecidos, trazer para o centro os que estão a margem. Sua capacidade de lembrar possibilita reconstruir muitos feitos e fatos que tendem possuir uma história única de poucos avanços, a história então carrega nas lembranças e nas memórias diversas maneiras de lembrar e de esquecer.

Lilia Moritz Schwarcz possui graduação em História pela USP (1980), mestrado em Antropologia Social pela Unicamp (1986), doutorado em Antropologia Social pela USP (1993), livre-docência em Antropologia Social pela USP (1998) Titular em Antropologia Social, USP (2005). Atualmente é professora Titular do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo (2005), global scholar e professora visitante em Princeton (desde 2011), editora da Companhia das Letras, sócia do IHGB, membro do conselho da Revista Etnográfica (Lisboa), da revista Penélope (Lisboa), da Revista Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, da Revista Cadernos de Campo (FFLCH), membro do Advisory Committee for Human Rights Whatchs Americas Division. Edneide Salvador Gertrudes graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).



## Plínio Salgado e a direita brasileira no século XX: uma biografia política

Marconey de Jesus Oliveira  
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)  
marconeydeoliveira@gmail.com

BERTONHA, João Fábio. *Plínio Salgado: Biografia Política (1895-1975)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

Para que serve a biografia de uma figura política brasileira que flertou abertamente com o fascismo italiano e indiretamente com o obscurantismo do nazismo alemão? Neste trabalho, João Fábio Bertonha investiu algum tempo de sua carreira profissional, pesquisando, colhendo fontes, explorando e indagando sobre a vida política de Plínio Salgado. O autor esquadrinhou a história política de um personagem importante para século XX brasileiro, buscando conhecer suas motivações, os meandros de sua vida particular, suas inquietações, ânsias e realizações palpáveis.

*Plínio Salgado: Biografia Política (1895-1975)*, como o próprio título deixa explícito, trabalha a história da vida política do líder da Ação Integralista Brasileira (AIB). Salgado galgou sua notoriedade a partir da década de 1920, quando deixou o interior paulista e partiu para a cidade de São Paulo, refinando seu repertório intelectual e escrevendo para jornais e periódicos paulistanos. O livro desenrola-se em uma sequência organizacional cronológica, do nascimento de Plínio Salgado em São Bento do Sapucaí (SP), em 22 de janeiro de 1895, passando pelas agitações do quadro político da primeira metade do século XX, até sua morte em uma madrugada entre os dias sete e oito de dezembro de 1975, em São Paulo. Nessa cronologia não hermética, Bertonha nos apresenta um Salgado: escritor, político, aclamado Chefe Nacional da Ação Integralista, católico, conservador, exilado, desprestigiado e sua morte no ostracismo.

O historiador João Fábio Bertonha narrou a trajetória política de Plínio Salgado em quase 400 páginas. A escolha por um recorte político, da vida do personagem, não é bem explicitada na obra, porém, ao delinear uma possível justificativa, o autor considera que “[...] seu pensamento (Plínio Salgado) foi, provavelmente, um dos tópicos mais bem discutidos na história do integralismo e na direita brasileira” (p. 27). Compreendendo assim, uma falta na investigação do aporte político do Chefe da AIB.

Bertonha é historiador, professor da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e trabalha com o tema do integralismo desde sua iniciação científica em 1987. Sobre o assunto já se vão mais de trinta anos de estudos, escrevendo livros, artigos e outras publicações. A proposta de uma biografia de Plínio Salgado surgiu, segundo o autor, em 1994 quando cursava os créditos do doutorado na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), ideia essa que Bertonha colocou em *stand-by*, voltando alguns anos depois para a consecução desse projeto. João Fábio Bertonha é pesquisador de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), tendo apoio de financiamento para a produção dessa pesquisa.

Bertonha se propôs a escrever uma “biografia histórica”. Segundo o autor, “[...] há vários tipos de biografia, mas o que me proponho a escrever é, com certeza, uma biografia histórica, ou seja, a pensada e redigida segundo os padrões da disciplina histórica” (p. 26). Não há dúvidas que o Plínio Salgado de Bertonha foi construído sobre o rigor da compreensão histórica uma vez que sua investigação é baseada em fontes, as mais diversas e apropriadas, tendo o autor se debruçado em arquivos nacionais e estrangeiros para fazer uma análise mais profunda de seu personagem. Podemos afirmar que Bertonha seguiu a “regra de ofício” do historiador, demonstrado isso no decorrer da sua obra.

João Fábio Bertonha utilizou-se de variadas fontes. Além de livros e artigos publicados em jornais e periódicos pelo próprio Salgado, o autor debruçou-se na análise de um rico acervo de cartas concernentes ao biografado. As correspondências que Salgado trocava com seus pares integralistas, sobretudo quando ele estava no exílio em Portugal, também constituíram-se em ponto de apreciação para o autor. As fontes imagéticas são requisitadas pelo biógrafo, porém figuram no texto apenas como ilustração e não são analisadas como constituidora de um discurso próprio e esta é uma fragilidade do trabalho. Apesar de contar com um significativo leque de fontes, Bertonha lança mão do recurso da “possibilidade” para sugerir hipóteses ou preencher lacunas encontradas nas documentações, é comum encontrar no texto expressões como “talvez”, “parece”, “provavelmente” e “tudo leva a crer”, revelando o cuidado e preocupação do autor em não fazer afirmações infundadas.

Sobre o trabalho biográfico, o autor valeu-se de algumas influências teóricas consistentes – entre as quais ele menciona Carlos Avelar, Pierre Bourdieu e Benito Bisso Schmidt. Apesar dessa consistência teórica solicitada pelo autor, percebemos que ele não aprofunda as discussões sobre a escrita biográfica. Possivelmente, o fato de não aparecer

essa discussão mais teórica tenha sido uma demanda da editora buscando atingir um público para além do acadêmico. O livro tem uma linguagem propositalmente fluida e bem estruturada, dividido em quatro partes e treze capítulos nos quais as várias facetas da história política de Plínio Salgado vão se desenrolando.

Bertonha aponta que a construção da personalidade de Salgado não estava definida *a priori*, mas que foi sendo moldada a partir das influências, lealdades e até mesmo fruto da ingenuidade e inconsistência política que caracterizaram seu comando à frente da AIB, a partir de 1930. Para o biógrafo “[...] à revelia das memórias construídas a seu respeito, (Salgado) não nasceu talhado para o fascismo ou para a salvação nacional” (p. 20). É verdade que Bertonha esforça-se para não fazer de seu Plínio Salgado um personagem predestinado ou destinado a algo “glorioso”. Segundo o autor, o próprio Salgado “[...] se considerava um homem especial, alguém moldado pelo destino para vencer todas as vicissitudes da vida em direção a um futuro pessoal glorioso e para conduzir a Nação Brasileira à superação de seus problemas e dificuldades” (p. 177), alguém que nascera para ser um grande Chefe Nacional, talvez como Mussolini, de quem tinha tanta admiração.

Apesar do esforço de narrar a história da vida política de Plínio Salgado longe das predestinações, nas entrelinhas, Bertonha nos passa a sensação de que aquele jovem nascido em São Bento do Sapucaí no interior paulista tornar-se-ia um grande nome da direita conservadora brasileira. É possível perceber no texto que, entre os anos de 1910 a 1920, Salgado refinava sua intelectualidade e mostrava uma certa inquietação política. Também somos levados a entrever que muito do Plínio Salgado de 1932, ano da fundação da Ação Integralista Brasileira, foi fruto dessas inquietações da década anterior.

A simpatia de Plínio Salgado ao fascismo italiano está presente em quase todo texto de Bertonha. No quinto capítulo, o autor destaca um subtópico específico para trabalhar essas afinidades entre os integrantes da AIB e os ideais fascistas. Para Bertonha “[...] os líderes integralistas, em geral, não tinha nenhum problema em associar o integralismo ao fascismo, ainda que sempre ressaltando suas especificidades” (p. 149). O autor aponta que, para outros movimentos e grupos de ideias fascistas no exterior, o representante dessa política no Brasil era sem dúvidas do Integralismo. Essa análise, de uma inclinação aberta ao fascismo, é feita de maneira bem cuidadosa pelo biógrafo, Bertonha faz questão de explicitar que Plínio Salgado era, invariavelmente, um homem do seu tempo e como tal não pode ser analisado anacronicamente.

Sobre o Nazismo, segundo Bertonha, o Integralismo manteve uma relação mais complexa e ambígua se comparada a afinidade com o fascismo, porém não pode haver negativa de contatos e negociações entre os grupos. Questionado sobre a influência das ideias fascistas em Plínio Salgado, seu biógrafo deixa claro: “[...] ele não era fascista no sentido restrito da palavra, como cópia pura do modelo italiano” (p. 160). Se esse mesmo questionamento se estendesse para as influências do pensamento nazista, Bertonha aponta que apesar de sua simpatia ao *III Reich*, Salgado “[...] não compartilhava com estas duas características essenciais para a versão alemã do fascismo, ou seja, o racismo exacerbado e o antissemitismo” (p. 160). Porém, essas simpatias e ligações com o fascismo constituíram a carreira política de Plínio Salgado e marca, até os dias atuais, sua memória.

Um outro atributo lançado pelo biógrafo a Salgado é sua capacidade de fazer malabarismo político e retórico para estar no poder. Foi assim quando apoiou o golpe de Estado Novo proporcionado por Getúlio Vargas na década de 1930, quando saiu em defesa da posse de João Goulart no início de 1960 e quando usou do golpe militar de 1964 para se promover. Segundo Bertonha, seu biografado “[...] tornou-se uma figura capaz de aceitar todo e qualquer compromisso para conseguir algum poder, incluindo submissão aos governos militares” (p. 374). Nem sempre Salgado foi beneficiado com esses “acordos”, na ditadura do Estado Novo, por exemplo, viu-se ignorado, seu movimento posto na ilegalidade e teve que partir para o exílio em Portugal em junho de 1939. Mesmo ansioso pelo poder, e talvez por isso mesmo, Plínio Salgado mostrava-se ingênuo.

Sua “ingenuidade” e inércia, diante de alguns acontecimentos, lhe rederam opositores dentro da própria Ação Integralista. Miguel Reali, Severino Sombra e Gustavo Barroso foram nomes que marcaram oposição a Salgado. Muitas críticas eram levantadas sobre a liderança de Salgado, para Bertonha “[...] um líder deve não apenas conquistar eleitores e apoiadores, mas também tem de ter a capacidade de tomar decisão e conduzir, e essa faceta da liderança deixava a desejar na personalidade de Plínio Salgado” (p. 180). Mas qual era a base de apoio que assegurou o comando da Ação Integralista a Salgado? O carisma? Para o biógrafo o fator carisma traz vantagens e desvantagem, porém ele por se só não é responsável por assegurar uma liderança.

Ao narrar a trajetória política de Plínio Salgado durante boa parte do século XX, João Fábio Bertonha procurou articular indivíduo e sociedade. Não veremos no texto o chamado “paradoxo sanduiche” descrito como “um pouco de contexto, um pouco de existência individual e outra camada de contexto” (LORIGA, 1998, p. 248). Para Bertonha

“[...] é uma das tarefas mais difíceis para o biógrafo, a de equilibrar, na análise, o toque individual e o conjunto do sistema social, mas deve ser feita” (p. 27).

Em seu título, Bertonha nos promete uma biografia política de Plínio Salgado e assim cumpre o prometido. Pouco se vê, ao longo das quase 400 páginas, sobre a vida particular do biografado. Em alguns momentos do texto, o biógrafo ensaia aligeiradas entradas na vida privada de Salgado, porém retorna, o mais rápido possível, a narrativa do político. Em uma dessas entradas, Bertonha narra dois fatos que certamente seriam escandalosos sobre um personagem conservador e que tinha a defesa da moral como lema: “[...] Nos anos de 1950, ele teve pelo menos um caso extraconjugal, que foi, à época, cuidadosamente escondido pelo partido” (p. 288). E “[...] sua atração pela bebida não é exatamente uma novidade e muitos contemporâneos, incluindo seus simpatizantes, já mencionaram esse vício” (p. 362). Os casos extraconjugais, o alcoolismo e outros aportes da vida privada de Plínio Salgado pouco aparece no texto. Essa “fuga” do particular, nos parece ser uma escolha do próprio Bertonha.

*Plínio Salgado: Biografia Política (1895-1975)* é resultado de uma excelente pesquisa conduzida por João Fábio Bertonha. O autor propôs fazer uma biografia histórica, tendo como principal ponto de análise o aspecto político da vida de uma das figuras mais emblemáticas da direita conservadora brasileira. Nos seus últimos dias de sua vida, Salgado perdeu prestígio e angariou um ostracismo, sendo pouco lembrado. As memórias construídas sobre a figura política de Plínio Salgado variam entre o líder da Ação Integralista Brasileira (AIB) e suas simpatias e inclinações abertas aos ideais fascistas italianos. Para muitos, uma figura anacrônica. Para Bertonha um representante da cultura política brasileira. Apesar das lacunas, existentes em qualquer trabalho, esta pesquisa mostra-se de grande importância para aqueles que visam estudar temas como Integralismo, cultura política do século XX, direita conservadora e propriamente sobre biografias.

### Referências Bibliográficas

BERTONHA, João Fábio. *Plínio Salgado: Biografia Política (1895-1975)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

LORIGA, Sabina. "A biografia como problema". In: REVEL, Jacques. *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, 225-249.

## Antônio Gramsci: Discutindo uma escola unitária do trabalho em Gramsci (proposta, princípios, objetivos e papéis dos professores e alunos)

Autor: Gabriel Bezerra da Silva  
Universidade Estadual da Paraíba  
gabriel.bezerra@aluno.uepb.edu.br

Jesus (1985); a temática pedagógica ocupa indiscutivelmente um lugar central na prática e no pensamento Gramsciano, emergindo a “Educação” como instrumento necessário à luta entre as classes sociais pelo exercício do poder, ou pela “hegemonia”. Assim, o conceito de “educação” está vinculado organicamente à “hegemonia” e é fator importantíssimo para a compreensão e a solução das contradições existentes nas relações de classe. Mas uma vez, é o conceito-chave de “hegemonia” que vai possibilitar a Gramsci interpretar e conceituar o fato educativo de modo original, relacionando-o com as estruturas sociais. Explica que a educação deveria ser adotada pelos governantes na prática como uma forma de “libertação” dos indivíduos em todos os aspectos sociais, políticos e econômicos; e não uma educação que é limitada e reproduz as ideologias das classes dominantes, pois nessa perspectiva os dominados nunca terão uma “libertação” de fato e direito através da educação contra as classes dominantes.

Jesus (1985); não existe uma “educação” neutra no sentido de ser completamente desvinculada dos fatores ideológicos pertencentes a uma classe. Relata que os métodos/técnicos de ensino que são implantados nas escolas sejam elas públicas ou privadas possui seus objetivos ideológicos de contribuir de forma política e social na construção social dos valores dos indivíduos; assim havendo uma limitação de determinados conteúdos que são vistos como “poderosos” que ameaça o sistema políticos e as políticas públicas de ideologias de favorecimentos da burguesia/classes dominantes.

Jesus (1985); nos “cadernos”, Gramsci retoma o tema sobre os intelectuais, cujo conceito analisa sobre dois aspectos: o sociológico e histórico. No primeiro aspecto, o intelectual é definido pela função que desempenha na estrutura social, ou pelo modo como sua atuação está relacionada com a classe a que está vinculado. Pelo segundo aspecto, a definição leva em conta a função do intelectual dentro do processo histórico, isto é, em função da continuidade da classe. Explica nessa perspectiva a importância do

papel social dos professores que estão em duas funções; a de reproduzir as ideologias das classes dominantes ou as suas mesmas e a segunda função de abordar os conceitos sociais, políticos e econômicos e mostrar que a educação é a base de tudo, que conhecimento é poder e que através da educação libertadora que os indivíduos possuem mais oportunidades para ocupar lugares que são tidos como apenas de privilégio das classes dominantes. Portanto na maioria das vezes os professores são limitados de transmitir, passar esses conhecimentos que são vistos como libertadores, revolucionários pelos sistemas educacionais que adotam modelos de educação tecnicista; preparando os indivíduos quase que exclusivamente para o mercado de trabalho.

Jesus (1985); ao esboçar este projeto, um dos objetivos de Gramsci é explicar o funcionamento do sistema capitalista, caracterizar a “hegemonia” burguesa, reformular o conceito e a função dos intelectuais na história e na sociedade italiana, até então, comprometidos com a burguesia. Essa sua linha de pesquisa apresentará a marca de uma tendência oriunda do marxismo, a partir da II internacional (1889), que é a seguinte: desde esse evento, os teóricos marxistas passaram a se ocupar mais com tarefas construtivas, não ficando apenas a criticar a burguesia. Não resta dúvida de que esta tendência reforçada na III internacional (1919) e levada a todos os partidos comunistas, muito influenciou a Gramsci em toda sua atividade de líder político. Relata que os objetivos de Gramsci era explicar que a sociedade sofre influência direta das principais instituições que são: família, escola e igreja; que essas são regidas pelo estado que é o detentor de todo o poder social, político e econômico que assim os indivíduos são controlados através das leis executadas pelo estado; mas também pelos aparelhos ideológicos que seria as igrejas e escolas no papel social de conscientização e construção de valores de interesses próprios dos governantes através da superestrutura( escola, igreja) para manter as ideologias das classes dominantes e deixando os indivíduos limitados dos conhecimentos poderosos. Assim o papel social das escolas seria de legitimar as desigualdades sociais; e permitir uma educação democratizada por interesses do sistema capitalista para garantir uma qualificação profissional voltada para indivíduos preparados quase que exclusivamente para o mercado de trabalho; assim se conformando com as condições de trabalhos de infraestrutura e não “podendo” ocupar os cargos e vagas profissionais que envolve a superestrutura pelo capital cultural (intelectual).

Jesus (1985); Gramsci trata, de forma simples e objetiva, a questão da educação, da relação escola-educando e da função do processo educativo com referências aos



indivíduos e a sociedade. Embora, o que pretenda por seu marxismo, seja a construção de uma “nova sociedade” fundamentada em um novo conceito de indivíduo, é muito significativa e importante a maneira como é apresentada a educação individual ou “molecular”, em sua teoria. A educação, a nível “molecular”, visa a atingir o homem em sua individualidade, não simplesmente com um fim, mas como formação histórica. A escola e os outros aparelhos pedagógicos visam a criança, o indivíduo, o educando dentro desta perspectiva. É claro que o indivíduo vai ser educado, mas sua consciência vai se orientar para o coletivo, para o homem como totalidade social e histórica, ou seja, para a “humanidade”. Explica que a perspectiva Gramsciana pretendia com o seu marxismo a construção de uma “nova sociedade” onde os indivíduos teriam uma educação de fato e direito libertadora para serem indivíduos com uma visão mais ativista e revolucionária; no sentido de entender todos os seus direitos e deveres e lutarem por uma sociedade mais justa, igualitária e fazendo cobranças de forma coletiva em todas as demandas sociais para assim ser estabelecidas de fato e direito todos os papéis sociais do estado. Portanto seria uma educação não apenas para uma formação profissional e tecnicista; mas uma educação para a emancipação humana; onde a sociedade civil teria voz e força na influência de aprovação e reformulação das leis no sentido de uma visão laica e de direitos sociais, políticos igualitários para todos.

Jesus (1985); quando Gramsci afirma que essa “humanidade” se realiza pela “hegemonia”, ele a conceitua, em seu equivalente, o homem, pelos seguintes elementos que a constituem organicamente: 1) o indivíduo; 2) os outros homens; 3) a natureza. Explica nessa perspectiva que como os homens vivem em uma sociedade; deveriam tomar decisões, agir, pensar, interagir de forma coletiva para a melhoria de todos, e evitando vários caos e transtornos sociais. Assim não pensar de forma individualista e ver os demais como concorrentes, inimigos e que vão tomar seus “espaços”; portanto seria um processo de hegemonia contrário ao que foi construído pelo estado na consolidação de todas as instituições.

Jesus (1985); a educação “molecular” articula-se também organicamente com a educação “a nível de massa”, o que quer dizer que, em ambos os níveis, o objetivo hegemônico a atingir é o mesmo: a formação de uma consciência, através de uma cultura, expressão ideológica de toda a classe operária. Quando a luta travada pelo marxismo visa a substituição de cultura burguesa por uma cultura que não seja a expressão de uma sociedade dividida em classes, cada indivíduo passa a ser considerado como

representante da humanidade inteira e peça importante para a mudança que se quer efetuar. Relata a educação “molecular” como medida de forma contrária a hegemonia que foi construída pelo estado na implantação pelas instituições: escola, família e igrejas que influência os indivíduos nas ideologia das classes dominantes; assim a educação “molecular” faria o papel de hegemonia da sociedade em massa; já que a classe operária(trabalhadora) é a maioria para se opor a medidas, leis, pautas que são para prejudicar, retirar, reduzir seus direitos sociais que foram conquistados por lutas sociais constantes.

Jesus (1985); sabe-se que a condição principal para a “elaboração nacional e unitária de uma consciência coletiva homogênea”, objetivo primeiro proposto por Gramsci, é a existência de um centro irradiador de um modo de agir e de pensar homogêneos. Exige-se que haja e funcione este centro de difusão cultural, cujo modelo principal é a escola. Se, na sociedade marxista, a escola sempre desempenhou uma atividade essencial, com Gramsci, esta atividade é de tal modo repensada e privilegiada, daí os epítetos de “filósofo da educação” e de “pedagogo autêntico”, que se torna difícil determinar quem mais lucrou com suas contribuições pedagógicas: se o marxismo ou a própria ciência pedagógica. Explica que na perspectiva Gramsciana para de fato se consolidar a escola unitária nacional para trazer uma consciência coletiva; necessitada a construção de núcleos educativos para trabalhar um modo de pensar, agir nessas ideologias; e assim ser presente na cultura dos indivíduos. Trazendo para nossa realidade esses modelos de núcleos que foi pensado nas obras de Gramsci; seria a espécie de escolas nos modelos de centros filantrópicos, fundações do conhecimento de saberes dessa educação voltada para a humanidade.

#### REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

JESUS, Antônio Tavares de. *A educação como hegemonia no pensamento de Antônio Gramsci*. São Paulo: Dissertação (mestrado)-Universidade Estadual de Campinas, 1985. <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/252657>>. Acesso em: 13 jul. 2018.



RELATOS DE  
EXPERIÊNCIA





## Relato de Experiência: as animações japonesas como conteúdos pedagógicos e educativos na sala de aula presencial e online

Caius Costa Amaral de Sousa

Universidade Estadual de Londrina (UEL)

caius.costa.amaral@uel.br

Carlos Eduardo da Silveira Mazia

Universidade Estadual de Londrina (UEL)

carloosmazia@outlook.com

O presente trabalho se apresenta como um relato de experiência da Oficina intitulada “A História dos animes e seu papel no saber histórico” com os discentes do 6º ano do Colégio Aplicação em Londrina-PR na disciplina de História, no qual os animes foram utilizados como ferramenta didática no processo de consciência histórica e no desenvolvimento de conteúdos como: racismo e *bullying*. Isto posto, discutiremos as possibilidades do uso dessas animações nos processos educativos por meio de critérios teórico-metodológicos elaborados por Roger Chartier (1990) em relação ao conceito de representação; tais processos foram adaptados para a realização da oficina em modelo remoto, no qual partimos da concepção de que muitos alunos possuem um contato prévio com essas animações as quais fazem parte do seu universo cultural, esses aspectos foram observados pelo uso de imagens como fotos de perfis na plataforma *Google Meet* e por um questionário que foi disponibilizado. A conclusão, a que se chega, dessa forma é que o uso dos animes como ferramenta educativa potencializou o processo pedagógico aos temas correlacionados ao ensino de História.

**Palavras-chave:** Animes. Oficina acadêmica. Representação. Consciência histórica.

## Introdução

O presente relato é o resultado da oficina intitulada “A História dos animes e seu papel no saber histórico”, ministrada para as duas turmas do sexto ano do Colégio Aplicação, em Londrina-PR. Essas aulas só foram possíveis em razão de nossa participação no programa Residência Pedagógica (RP), com o apoio das bolsas disponibilizadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Previamente a uma descrição dos objetivos e da metodologia utilizada durante a oficina, é válido destacar a nossa escolha pela temática das animações japonesas e o contexto em que ocorreram as aulas.

A nossa participação no programa RP ocorreu em quase toda sua totalidade de maneira virtual devido a pandemia de covid-19 nos anos de 2020 e 2021. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional atualizada em 2021 na seção III, relacionada ao ensino fundamental, já abordava no artigo 32, parágrafo 4º a conjuntura e resultados que a pandemia provocou na educação, o documento relata: “o ensino fundamental será presencial, sendo o ensino de distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais” (LDB, 2020, p.24).

A oficina foi realizada no mês de outubro de 2021 no qual as aulas já estavam ocorrendo em um modelo híbrido, nesse modelo somente nosso professor supervisor e alguns alunos foram permitidos a irem à sala de aula de forma presencial. Nós, como estagiários, participamos por meio da plataforma *Google Meet*, sistema escolhido para o desenvolvimento das aulas nesse contexto pandêmico em que se exigiu aulas.

Durante nosso período de observação dessas aulas, percebemos que muitos dos alunos, principalmente nos anos iniciais do ensino fundamental, utilizavam como fotos de perfil personagens das animações japonesas, tal aspecto foi o principal fator que nos motivou a escolher trabalhar essa temática partindo de uma perspectiva histórica, tendo em vista que devido à globalização e à internet, atualmente muitos jovens têm acesso aos conteúdos produzidos em todas as partes do mundo. É válido destacar que a História Oriental, assim como a japonesa, é pouco trabalhada durante todo o percurso dos alunos no ensino fundamental e médio.

Dessa forma, acreditamos que a utilização dessa temática, partindo da realidade dos alunos, foi de extrema importância para o desenvolvimento de uma consciência histórica. O historiador Rüsen (1992) a define como:

A consciência histórica serve como um elemento de orientação chave, dando à vida prática um marco e uma matriz temporais, uma concepção do 'curso do tempo' que flui através dos assuntos mundanos da vida diária. Essa concepção funciona como um elemento nas intenções que guiam a atividade humana, 'nosso curso de ação'. A consciência histórica evoca o passado como um espelho da experiência na qual se reflete a vida presente, e suas características temporais são, do mesmo modo, reveladas (RÜSEN, 1992, p. 6).

A partir dessa definição, é possível inferir que a utilização das animações japonesas foi um meio para tentar construir com os alunos uma visão mais crítica e ampla acerca desses conteúdos. Buscamos realizar análises das representações de alguns aspectos da cultura nipônica e das características próprias da história dos animes. Além disso, ressalta-se que foram trabalhados temas pertinentes para o desenvolvimento dos alunos, como o preconceito e o *bullying*, haja vista a importância de debater tais assuntos em sala de aula como aponta a Lei de Diretrizes e Bases no artigo 32, item IV: "O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social" (LDB, 2020, p. 24). Nesse sentido, o presente relato se constitui em uma descrição da metodologia utilizada para a criação da oficina; uma apresentação dos principais temas abordados; uma breve exposição de alguns pontos que foram levantados pelos alunos durante as aulas e finalmente, os resultados obtidos.

## Metodologia

Nossa oficina foi dividida em duas etapas. Na primeira foi disponibilizado aos alunos um questionário na plataforma *Google Classroom*, contendo as seguintes questões: Você sabe o que é um anime?; você já assistiu a algum anime?; você gosta de assistir a animes?; caso tenha assistido animes, relacione os nomes daqueles que você se lembra. Caso nunca tenha assistido, escreva "não assisti"; caso tenha assistido animes, você aprendeu alguma coisa com eles?; caso tenha assistido animes e aprendido algo com eles, relacione alguns desses aprendizados. (Caso nunca tenha assistido, escreva "nunca assisti"; caso não tenha aprendido algo, escreva "não aprendi").

Por meio desse questionário tínhamos o intuito de fazer um levantamento das principais obras que os alunos já tiveram contato de desenvolvermos uma perspectiva de como eles assistiam aos conteúdos, e quais seriam suas principais observações a respeito de suas próprias experiências com os animes. Nessa primeira etapa, quarenta e dois alunos, divididos entre as duas turmas participaram do questionário, com os dados obtidos pautamos a construção da nossa oficina naquelas animações as quais eles tiveram mais contato: *Naruto*, *One Piece* e *Boku no Hero Academia* e também em seus aprendizados prévios com as animações citadas.

Dentre esses aprendizados expostos pelos alunos, ideias como a perseverança, a busca pelos seus sonhos e a força da amizade foram referenciadas mais de uma vez no questionário fornecido. Partindo desses aspectos, concordamos com Dayrell e Cerrano (2014) a respeito dos jovens, eles: “[...] se apropriam do social e reelaboram práticas, valores, normas e visões de mundo a partir de uma representação dos seus interesses e de suas necessidades; interpretam e dão sentido ao seu mundo. [...]” (DAYRELL; CERRANO, 2014, p. 104). Os alunos então se apropriariam das ideias transmitidas pelos animes buscando construir suas visões de mundo.

A segunda etapa da oficina foram as aulas em si. Nelas apresentamos nosso material em *slides* via plataforma *Google Meet* aos alunos que estavam em ensino remoto e para aqueles em sala de aula estávamos sendo transmitidos pelo *data show*. Foram utilizadas quatro aulas em cada turma do sexto ano para o desenvolvimento das atividades, nas duas primeiras aulas foram trabalhadas: a história dos animes, o conceito de representação e algumas características próprias dessas animações, assim como alguns aspectos da cultura nipônica.

Na terceira aula, foram abordados temas como: as características próprias da escrita japonesa; traçamos um panorama entre os animes e mangás com as comics ocidentais – HQs norte-americanas –; além de trabalharmos o tema do preconceito a partir da obra *One Piece* e do *bullying* com as obras *Naruto* e *Boku no Hero Academia*. A última aula consistiu em uma breve revisão dos principais temas abordados e a apresentação do produto final dessa oficina, um jornal que foi montado com textos dos próprios alunos.

## Relato de experiência

O interesse dos alunos em relação à cultura nipônica e cultura pop japonesa, pode ser descrito pela pesquisadora Cristiane Santo (2007) como:

O conjunto das manifestações culturais industrializadas produzidas no Japão. É um universo amplo [...]. A coisa não se limita aos mangás, aos animês e ao J-Pop, mas se estende à tevê, ao cinema, à moda e ao comportamento. A cultura pop japonesa mistura história com modernidade e tradições com modismos, e é isso que atrai a atenção do mundo para o país (JAPOP O PODER DA CULTURA JAPONESA, 2007).

Percebendo a curiosidade no que diz respeito ao conteúdo e à associação desse com a possibilidade do ensino historiográfico, pensamos em elaborar a aula a partir do uso de slides, dessa forma a iniciamos com uma breve introdução acerca do surgimento dos animes, situado a partir do conflito da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Visto que o conteúdo só é trabalhado no 9º do Ensino Fundamental, preferimos exibir o tema de maneira sucinta constando que se trata de um confronto entre dois blocos formados na época: Aliados (Grã-Bretanha, França, URSS e EUA) e Eixo (Alemanha, Itália e Japão) e o processo de derrota japonesa no qual resultou com os ataques nucleares dos norte-americanos.

Vale destacar o emprego de representações imagéticas ao longo de todos os slides, pois de acordo com o historiador Ulpiano T. Bezerra (2003):

As imagens não têm sentido em si, imanes. Elas contam apenas- já que não passam de artefatos, coisas materiais ou empíricas- com atributos físico-químicos intrínsecos. É a interação social que produz sentidos, mobilizando diferencialmente (no tempo, no espaço, nos lugares e circunstâncias sociais, nos agentes que intervêm) determinados atributos para dar existência social (sensorial) a sentidos e valores e fazê-los atuar (BEZERRA, 2003, p. 28).

Em outras palavras, procuramos tratar a imagem como objeto didático e não como puro conteúdo. Assim, no primeiro slide havia a presença de três imagens, a primeira relacionada a animação *Túmulo dos Vagalumes*, filme que aborda a época falada, a segunda e a terceira faziam alusão ao impacto de destruição de uma bomba atômica e a ilustração de uma, acompanhadas com as legendas dos dias dos ataques e as cidades as quais foram lançadas. A organização do slide é apontada a seguir:



## Imagem 1- O surgimento do anime

Fonte: Slide 1 aula, elaborado por Caius Amaral e Carlos Mazia (2021)

**• O SURGIMENTO DO ANIME**

**Contexto:**

- **A 2 Guerra Mundial (1939-1945)**
- **Aliados (Grã-Bretanha, França, URSS e EUA) x Eixo (Alemanha, Itália, Japão) → O Japão não estava derrotado quando a Alemanha se rendeu**
- **A guerra no oceano pacífico continua → EUA lançando bombas incendiárias em cidades japonesas**



**Túmulo dos Vagalumes**



**6 de Agosto ataque a HIROSHIMA**



**9 de Agosto ataque a NAGAZAKI**

Posteriormente, com essa breve ambientação do conteúdo escolhido, passamos a relacionar de maneira mais direta com a temática dos animes, explicando o quadro de proibição de animações americanas durante o conflito mundial, como *Betty Boop* e *Mickey Mouse*, expondo também que a produção de animes durante o período eram voltadas para a propaganda pró guerra. Com a derrota do arquipélago na 2ª Guerra, o país enfrentou uma série de crises econômicas e retornou a produzir animação somente a partir de 1958 com a recuperação econômica e o lançamento de *Hakuja Den* (A lenda da Serpente Branca) pela produtora Toei Animation. Como sublinhando no slide apresentado:

## Imagem 2- Pós 2 Guerra

**PÓS 2 GUERRA**

- O país enfrenta crises econômica e retorna a produzir animações somente a partir de 1958

Com o lançamento de “A lenda da Serpente Branca” os animes alcançam enorme sucesso e inicia uma fase mais comercial

Passa a surgir ai animes abordando temáticas amplas, como a relação da sociedade com a tecnologia



MANGA ENTERTAINMENT PRESENTS MAMORO OSHII'S GHOST IN THE SHELL BASED ON THE ORIGINAL MANGA BY MASAMUNE SHIROU

**GHOST IN THE SHELL**

IT'S FOUND ITS VOICE... NOW IT NEEDS A BODY

**AKIRA**

源氏鶏頭 大塚芳雄

Fonte: Slide 1 aula, elaborado por Caius Amaral e Carlos Mazia (2021)

Nesse processo de transformações de pós-guerra, o artista Ozamu Tezuka também apelidado de “Deus do Mangá” em seu país de origem, foi o grande responsável por revolucionar toda a indústria japonesa relacionada a esse domínio, com contribuições pioneiras na estética, temática, técnica e indústria. Inaugurando uma nova era a partir de 1960 nos animes, utilizando de ângulos inusitados, *closes*, olhos aumentados, expressivos e brilhantes, inspirados nas maquiagens das atrizes da Ópera Takazaruka. Nas palavras de Gravett (2006):

Ele foi o principal agente da transformação do mangá, graças à abrangência de gêneros e temas que abordou, à nuances de suas caracterizações, aos seus planos ricos em movimento e, acima de tudo, à sua ênfase na necessidade de uma história envolvente, sem medo de confrontar as questões humanas mais básicas: identidade, perda, morte e injustiça (GRAVETT, 2006, p. 28).

Ao falarmos de um dos principais trabalhos de Ozamu: *Kimba, o Leão Branco* e sua relação com o filme da Disney “*Rei Leão*”, ocorreu intensa participação por parte dos alunos, surgindo questionamentos e afirmações integrantes sobre seus mundos culturais, diante da associação que fizeram com os personagens presentes em ambos os filmes. Finalizamos esse primeiro momento de aula discorrendo sobre a presença dessas animações aqui no país, salientando que “o Brasil possui proximidade com as animações japonesas desde a década de 1960, mesmo antes do *boom* dessas produções as animações já haviam sido introduzidas no Brasil” (HAYAKAMA, 2008). Ademais, expomos também

o aumento do consumo desse tipo de animação, um fenômeno ainda em crescimento com o movimento de expansão da internet na contemporaneidade.

No segundo momento da aula os temas desenvolvidos foram as principais características presentes nos animes e sua relação com a sociedade japonesa. Dessa forma, essas produções são feitas a partir de três categorias: sexo (masculino, feminino), gênero (terror, comédia, ficção, fantasia etc.) e idade. Podendo ser uma junção de todas essas categorias anteriormente mencionadas, assim os animes se assemelhariam mais a iniciativas do cinema do que a desenhos ocidentais.

Os segmentos-bases se dividem, por sua vez, em três tipos principais: o “Kodomo” definido como gênero destinado a crianças especialmente, como *Pokémon* e *Hello Kitty*; o “Shojo”, caracterizado por ser um gênero direcionado a meninas jovens e adolescentes, sendo exemplos *Sailor Moon* e *Sakura Card Captorns* e o “Shonen” estilo mais famoso na atualidade, como notado pelo grande número de animes citados pertencentes a essa categoria no questionário feito, por sua vez são animações predominantemente para o público masculino jovem e seguem uma linha narrativa em que o personagem principal tem um sonho a ser alcançado desde pequeno, os maiores exemplos são *Kimetsu no Yaiba*, *One Piece*, *Naruto* e *Boku no Hero Academia*.

Após a explicação sobre as classificações presentes nos animes, foi abordado o conceito de representação elaborado pelo historiador Roger Chartier, a nossa intenção era fazer com que os alunos pensassem os animes a partir de representações históricas, ao passo que trazem consigo certas apropriações de alguns elementos. Isto é: “Configurações sociais próprias de um tempo e de um espaço”, e assim como “as estruturas do mundo social não são um dado objetivo” – tradicionalmente postuladas como “um bem real”, existindo por si mesmo – as representações também não são simples reflexos daquelas” (CHARTIER, 1990, p. 29).

Por meio do conceito apresentado, conjuntamente com o tema das animações japonesas, buscamos estabelecer um panorama da sociedade nipônica, destacando como muitos animes enfatizam a competitividade e a necessidade de destaque do indivíduo em relação aos outros. A sociedade nipônica enfatiza a necessidade de “ser alguém” e ocupar posições de destaque devido as suas interpretações culturais. Em outras palavras, os personagens dessas animações acabam por ser um refúgio inconsciente do japonês médio, que enxerga nos seus heróis suas possibilidades e afoga suas frustrações.

Imagem 3- Tudo que queríamos ser

**TUDO QUE QUERÍAMOS SER**

- Produtores de animes realizam pesquisas antes de suas produções, tentando entender os gostos de jovens. É por isso que seus personagens são: gentis, altos, corajosos, ricos, inteligentes, bonitos
- Os enredos refletiriam o estilo de vida, as aspirações e os sonhos do povo nipônico, resultando assim em maior identificação os personagens e o público
- Nos animes os personagens desenvolvem seus poderes, tudo isso sem necessariamente precisar se modificar ou ocultar sua aparência

**INTELIGENTE**                      **SORRIDENTE E FORTE**                      **ALTO**

Fonte: Slide 1 aula, elaborado por Caius Amaral e Carlos Mazia (2021)

Em contrapartida, enquanto os personagens dos animes podem errar, ter dúvidas e frustrações, a sociedade japonesa não permite tais atitudes, como é destacado por Faria em uma entrevista:

Então, o espectador acaba por encontrar nas personagens o seu outro, fazendo surgir uma afinidade com aquele herói que parece diferente e luta para ser comum. Com tudo isso, pode-se dizer que o herói do anime é um indivíduo que luta contra sua individualidade, a qual não é vista com bons olhos pela cultura nipônica. O emprego das ideias morais de altruísmo e auto-sacrifício por um bem maior, está impregnado nessa cultura, e assim também se sucede no anime. A luta do herói gira em favor do coletivo, do estar junto, superando suas próprias dificuldades para ser parte e defender uma sociedade, o grupo acima do indivíduo. Porém, ao mesmo tempo em que se empregam essas ideias de uma individualidade mal vista, o indivíduo japonês é incentivado por sua cultura a competir para estabelecer-se melhor do que os outros no âmbito social, através, principalmente, dos estudos e do trabalho. Os heróis nipônicos, ainda que com toda essa conduta de moral e ética profissional e de honra, são geralmente anti-heróis, têm dúvidas, erram, sofrem frustrações e até agem de forma moralmente distorcida. (FARIA, 2007).

Na segunda aula da oficina, tivemos como princípio abordar a temática do preconceito presente em uma saga de *One Piece* e tópico do *bullying* em *Boku no Hero* e *Naruto*. A escolha por esse assunto se deu pela importância de trabalhar essas questões no

ambiente escolar desde o primeiro momento da formação dos alunos. O uso de animes para explicar objetos essenciais para todo cidadão, possibilita que o processo de aprendizagem ocorra de maneira mais dinâmica, visto que as animações faziam parte do cotidiano e universo cultural de boa parte dos alunos. Em vista disso, definimos o conceito de preconceito como: juízo de valor sobre algo ou alguém que se pauta em uma opinião baseada na intolerância.

Logo após, associamos o tema à saga do arquipélago de Sabaody em *One Piece*, história que mostra os Homens-Peixe sendo segregados desde muito tempo, e sendo isolados em uma ilha submarina nesse mundo fictício. Ressaltamos que, mesmo tendo aspectos diferentes em suas aparências e habilidades, humanos e homens-peixes contêm o mesmo sangue na obra. Como conclusão, enfatizamos que nem tudo nas animações japonesas são lutas e poderes, muitas tratam sobre temáticas sérias e o preconceito se encaixa como uma delas, cabendo aos alunos e a todos defender a igualdade e respeito às diferenças.

Para finalizar, comentamos sobre o *bullying*, questão infelizmente ainda muito presente no contexto escolar, mais especificamente nos animes *Boku no Hero* e *Naruto*. Nos quais a agressão física e psicológica ocorre com ambos os personagens principais, excluídos por serem ou possuírem alguma forma de peculiaridade.

A violência escolar faz alusão a comportamentos agressivos e antissociais. Salientamos que o *bullying* pode ser um fator de risco para comportamentos geradores de violência na sociedade, destacando a importância de sinalizar colegas e professores ao verem algum aluno sofrendo esse tipo de agressão. Do mesmo modo que os heróis dessas animações superam esse conflito por meio da amizade, reforçamos a necessidade da aproximação com colegas ao perceber que esse está vivenciando o *bullying*. O *slide* de conclusão é mostrado a seguir:

Imagem 4- Conclusão

**Conclusão:**

-No caso de Boku no Hero e Naruto, os animes nos mostram como é ruim se sentir sozinho e não ter amigos. O bullying agride não somente **fisicamente**, mas **psicologicamente** aquele que sofre. Se conhecer alguém que sofra, aproxime-se dele(a) seja seu amigo. **BULLYING NÃO É BRINCADEIRA**



Fonte: Slide 2 aula, elaborado por Caius Amaral e Carlos Mazia (2021)

## Resultados observados

Buscando determinar os resultados dessa oficina, optamos por desenvolver uma avaliação diagnóstica que consistia na escrita de um pequeno texto de cinco a dez linhas, no qual os alunos deveriam comentar sobre sua experiência com os animes e se houve mudanças na maneira que passaram a assistir após a oficina. Esses textos foram enviados pelo *Google Classroom*,

Destacamos que essa não era uma atividade obrigatória, nesse sentido a participação dos alunos foi voluntária. Após o envio dos textos, fizemos uma organização desse material, confeccionamos um pequeno jornal e a partir da análise dos escritos, consideramos que a oficina proporcionou um pequeno desenvolvimento de uma visão mais crítica para com os conteúdos relacionados com as animações japonesas. Essa perspectiva é baseada em uma comparação com as primeiras respostas que obtivemos com o questionário prévio que foi enviado na primeira etapa de desenvolvimento.



Imagem 5- Jornal “A História dos animes e seu papel no saber histórico”

OCTUBRO 2021

**MINHA EXPERIÊNCIA VENDO ANIME**

EDIÇÃO 1



**"NUNCA DESISTA DOS SEUS SONHOS"**

BOM A MINHA EXPERIÊNCIA VENDO FOI MUITO BOA, EU SÓ TENHO LEMBRANÇAS BOAS SOBRE OS ANIMES. BOM O PRIMEIRO ANIME QUE EU VI, PONYO, É UMA ESTÓRIA QUE VEIO DO MAR DO STUDIO GHIBLI, MAIS O MEU ANIME PREFERIDO É BOKU NO HERO. MAIS EU JÁ VI OUTROS COMO FULLMENTAL ALQUIMISTA, ONE PUCH-MAN, ONE PIECE, DEMON SLAYER, ATTACK ON TITAN, BLACK CLOVER E NAGATORO SAM UM ANIME QUE É LEGENDADO. MAIS UMA COISA QUE EU APRENDI COM OS ANIMES É NUNCA DESISTA DOS SONHOS PORQUE EM VÁRIOS ANIMES VEMOS OS PROTAGONISTAS SENDO HUMILHADOS MALTRATADOS ELES NUNCA DESISTEM

**A IMPORTÂNCIA DOS ANIMES NA HISTÓRIA**

O QUE CONSEGUI OBSERVAR APÓS A OFICINA DE ANIMES, MESMO NÃO TENDO O COSTUME DE ASSISTIR, É QUE EXISTE UMA CRIAÇÃO DE PERSONAGENS E ACONTECIMENTOS DE UM MUNDO FORA DA REALIDADE, PARA QUE AS PESSOAS CONSIGAM TER UMA VISÃO DE COMO MUITOS ACONTECIMENTOS PODEM SER DIFERENTES SE EXISTISSE O MUNDO IMAGINÁRIO DOS HERÓIS. ESSES HERÓIS DE CARACTERÍSTICAS DIFERENTES, ESTÃO SE MODIFICANDO E SE APERFEIÇOCANDO COM O PASSAR DO TEMPO. E OS HERÓIS IMAGINÁRIOS TRANSMITEM UMA IMPRESSÃO DE UMA LIBERDADE DE SONHAR COM O MUNDO FORA DA REALIDADE



Fonte: Jornal “A História dos animes e seu papel no saber histórico”, elaborado por Caius Amaral e Carlos Mazia (2021)

### Considerações finais

A partir da análise da oficina pode-se concluir que o uso dos animes como ferramenta educativa potencializou o processo pedagógico dos alunos, possibilitando um desenvolvimento de ensino aprendizagem acerca de temas pertinentes no ambiente

escolar, como *bullying* e preconceito, de forma mais flexível. O uso de objetos pertencentes ao universo cultural dos alunos, resultou em uma comunicação mais acessível, dialogando diretamente com a evolução da consciência histórica por parte desses e com itens presentes na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional.

Percebemos a importância de ensinar os conteúdos a partir de questões relacionados ao cotidiano dos alunos, concebendo essa prática como caminho para uma educação mais interativa e colaborativa. Por fim, a atividade solicitada, cuja consequência promoveu o surgimento do jornal fez com que percebêssemos a assimilação do conteúdo ensinado, assim como um diálogo mais próximo entre professor e aluno.

## Referências

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Difel: Lisboa, 1990.

DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. Juventude e Ensino Médio: quem é este aluno que chega à Escola? IN: DAYRELL, Juarez, CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares. *Juventude e Ensino Médio: sujeitos e currículos em diálogo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

FARIA, Mônica. *Comunicação Pós-Moderna nas Imagens dos Mangás*. Porto Alegre: PUCRS, 2007. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social), FAMECOS, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.

GRAVETT, Paul. *Mangá- Como o Japão reinventou os quadrinhos*. São Paulo: Conrad, 2006.

HAYAKAWA, Sakiko. *Contexto do mangá e do anime no Brasil*. Embaixada do Japão no Brasil – notícias [09 de abril]. Disponível em: [https://www.br.emb-japan.go.jp/cultura/manga\\_anime.htm](https://www.br.emb-japan.go.jp/cultura/manga_anime.htm). Acesso em 01 de novembro de 2021.

JAPOPOP O Poder da Cultura Pop Japonesa, em 2007. Disponível em: <http://www.culturajaponesa.com.br/index.php/entrevistas/cristiane-a-sato/>.



BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/2021. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2021. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/572694/Lei\\_diretrizes\\_bases\\_4ed.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/572694/Lei_diretrizes_bases_4ed.pdf?sequence=1&isAllowed=y)

LUYTEN, Sonia M. Bide. **Mangá e animê**: Ícones da Cultura Pop Japonesa. In: Fundação Japão, São Paulo, 2014, p. 1-11. Disponível em: [https://fjisp.org.br/estudos-japoneses/artigo/manga\\_anime\\_sonia\\_luyten/](https://fjisp.org.br/estudos-japoneses/artigo/manga_anime_sonia_luyten/). Acesso em 01 de novembro de 2021.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, nº 45, 2003, p. 11-36.

RÜSEN, Jorn. El desarrollo de la competencia narrativa en el aprendizaje histórico. Una hipótesis ontogenética relativa a la conciencia moral. Tradução para o espanhol de Silvia Finocchio. Tradução para o português por Ana Claudia Urban e Flávia Vanessa Starcke. Revisão da tradução: Maria Auxiliadora Schmidt. **Revista Propuesta Educativa**, Buenos Aires, Ano 4, n.7, p.27-36. oct. 1992.

## Estágio Supervisionado – Entrevista com uma docente de História no Ensino Médio: Relato de Experiência (Campina Grande/PB, 2021)

**Paulo Ricardo Santos Macêdo**  
**Universidade Estadual da Paraíba - UEPB**  
**macedopaulo500@gmail.com**

O presente relato é o resultado parcial de uma culminância alternativa, por uma tentativa de suprir e preencher a ausência lacunar da prática presencial do estágio obrigatório em sala de aula, dentro do curso de licenciatura em História, visto que a pandemia da Covid-19 impossibilitou que se realizasse. O relato tem como finalidade apresentar de forma parcial, um pouco de uma entrevista realizada com uma docente no contexto do ensino remoto, especificamente lecionando no Ensino Médio, respondendo assim a perguntas comuns feitas pelo discente graduando, por meio de encontros/conversas em meios virtuais. O objetivo principal é entender como se deram as práticas educativas num contexto de pandemia, ensino remoto, e escolas públicas. Práticas educativas sobretudo ligadas a realização dos estágios obrigatórios. São relatos de relevância educacional pela perspectiva do professor em exercício e o discente em formação, a entrevista foi realizada unicamente por meios remotos, utilizo como principais fontes teóricas Silva (2007), Pimenta e Lima (2005), evidenciando as perspectivas e desafios contemporâneos que se ergueram no ofício da profissão.

**Palavras-chave:** Estágio. Relato. Entrevista. Pandemia.

### Introdução

O distanciamento social e o ensino remoto tornaram-se importantes objetos de investigação durante o decorrer da pandemia, as relações de ensino e aprendizagem e o ofício do professor se alteraram repentinamente, abrindo espaço para reflexões e

apontamentos sobre como foram tais experiências, privações, obstáculos e dificuldades durante esse período, tanto para alunos como professores, na medida em que ocorria a expansão do coronavírus pelo mundo. Em muitos dos casos tudo teve de ser reavaliado para que houvesse uma melhor adequação aos mais diferentes contextos e particularidades do alunado. Esse relato tem como objetivo apresentar uma breve perspectiva docente sobre como o ensino e seus métodos didáticos seguiram e se desenvolveram no decorrer da pandemia, da suspensão das aulas presenciais, das restrições e do distanciamento social.

Para a educação, foi um desafio particular, por lidar com milhões de estudantes das mais variadas modalidades e de diferentes níveis de ensino, da educação infantil ao superior. O distanciamento social, apesar das propostas de educação a distância que já vinham sendo desenvolvidas antes da pandemia, transformou-se em um grande desafio em função das transformações e adaptações exigidas em tão curto espaço de tempo. (NICOLINI e MEDEIROS, 2021, p. 284)

Sendo assim, o presente relato de experiência é fruto das aulas do componente curricular de Estágio Supervisionado em Ensino de História III, período 2021.1, do curso de graduação de Licenciatura plena em História, na Universidade Estadual da Paraíba, em 2021.

Os estágios supervisionados que, em virtude das circunstâncias que a crise sanitária acarretou, sofreram alterações drásticas nas dinâmicas antes desenvolvidas na prática do estágio obrigatório em sala de aula, as quais foram alteradas, obrigando assim que medidas alternativas fossem tomadas para que fosse cumprido, na medida do possível, e sobretudo virtualmente, os requisitos da disciplina.

Esse relato é o resultado da culminância alternativa de uma tentativa de suprir e preencher a ausência lacunar da prática presencial do estágio obrigatório em sala de aula, visto que a pandemia da Covid-19 impossibilitou que se realizasse. Inicialmente, a proposta desse relato de experiência foi de apresentar uma entrevista com um/a professor/a em sala de aula, no contexto do ensino remoto, especificamente que leciono no Ensino Médio, respondendo assim a perguntas feitas pelo discente graduando, a fim de cumprir o estabelecido para a elaboração do texto final, dinâmica essa feita por via de encontros/conversas em espaços virtuais, os ciberespaços:

[...] o ciberespaço, afigura-se também a configuração de, no mínimo, um novo espaço de significação ou de proximidade, chamado por Lévy de 'espaço do saber'. Esse novo sistema de agregação social precisaria, à semelhança do espaço tradicional, desempenhar as mesmas funções de proteção, compartilhamento simbólico e centro de atividades comerciais, administrativas, científicas e beneficentes. (LEVY, 2000. *apud.*, SILVA, 2012, p.7)

Para fins de preservação da identidade da professora entrevistada, ocultarei seu nome e demais dados pessoais que a possam identificar neste relato. Nesse sentido, a escolha da docente a ser entrevistada foi livre, de minha escolha, procurei assim uma profissional que eu não conhecia, para que a experiência da entrevista fosse mais desafiadora, estimulante e prazerosa.

A construção da narrativa do texto gira em torno de algumas perguntas sobre suas vivências enquanto professora, seus saberes, suas experiências enquanto graduanda no que se refere ao período em que realizou estágio supervisionado, e principalmente suas impressões e perspectivas sobre o ensino remoto em 2021.

Optei assim pela escolha de uma professora que nunca tive contato; a encontrei por meios digitais, nas listas de resultados de concursos públicos recentes, tanto no município em que resido, como de cidades circunvizinhas, a docente, que para minha imensa admiração estava sempre em primeiro lugar na disputa de vagas ao cargo de professor de História.

Foi assim que pensei comigo mesmo, que precisava contactá-la de alguma maneira para protagonizar essa entrevista, conhecer sua trajetória enquanto docente e profissional da área. E por fim, para minha imensa felicidade fui agraciado com seu aceite a essa proposta de entrevista.

Os “encontros” com a professora não foram exatamente encontros, quando consegui contactá-la via e-mail, combinamos que a elaboração deste trabalho seria da melhor forma pela qual a disponibilidade dela permitisse, visto que atualmente é professora em duas escolas, tanto do Município em que reside, quanto do Estado da Paraíba, além dos afazeres pessoais. Foi então, que repassei as perguntas propostas, e ela optou por respondê-las digitando no próprio documento, progressivamente, à medida que o tempo e a disponibilidade à permitisse, ao final eu faria a revisão do texto, sua adequação e correções que por ventura surgissem.

Finalmente, o texto subsequente é uma pequena parte da dinâmica de perguntas dirigidas ao docente em exercício no contexto do Ensino Médio da rede pública Municipal e da rede Estadual da Paraíba, perguntas e respostas que gravitam em torno da prática do estágio supervisionado e da sua experiência na docência, principalmente no contexto do ensino remoto, sem pretensões de ser analisado, mas sim inserido no presente relato.

### A entrevista – perguntas e respostas

#### 1. PERGUNTA: NO CURSO DE HISTÓRIA TEVE OPORTUNIDADE DE ESTAGIAR? RELATE COMO FORAM SEUS ESTÁGIOS.

RESPOSTA: Sim, pude estagiar e trabalhar durante as minhas graduações. O primeiro trabalho não foi bom, tanto que atrasou minha trajetória. Fui jogada, ainda sem estrutura como profissional, em uma escola da zona oeste de Natal-RN, com muitos problemas sociais, em um contexto de EJA – Educação de Jovens e Adultos, o qual eu não estava nem de longe preparada para enfrentar. Isso acarretou a minha desistência do ensino, atrasando em 10 anos a minha entrada no ambiente profissional. Acho esse um assunto muito sério. Temos o compromisso de preparar nossos educandos para o que irão enfrentar, seja em qualquer nível ou modalidade de ensino. E não fizeram isso comigo, poderia ter me tirado da minha profissão para sempre. Graças a Deus, pude retornar e exercer a profissão que me realiza. Em um segundo momento, na formação pedagógica, pude estagiar em dois contextos educacionais diferentes dentro da rede pública de ensino da Paraíba. Os meus estágios no Ensino Médio foram realizados em uma escola cidadã integral muito conceituada da cidade. E os estágios no Ensino Fundamental foram realizadas em escolas regulares, à época, que contavam com uma defasagem enorme, quanto à estrutura. As educadoras que me receberam, todas eram profissionais maravilhosas. A maior discrepância foi a estrutura mesmo. Ali, decidi que queria ser professora do modelo integral da Paraíba. Hoje, graças a Deus, dois anos após a conclusão dos estágios, sou professora efetiva no Município em que resido, e também no Estado da Paraíba.

#### 1.1 PERGUNTA: COMO FOI SUA RELAÇÃO COM AS DISCIPLINAS DE

EDUCAÇÃO, NO PERÍODO DA SUA FORMAÇÃO INICIAL (GRADUAÇÃO)?

RESPOSTA: Na minha primeira licenciatura, cursei todas as disciplinas teóricas da grade de educação. E gostava muito delas, tinha boas notas, participava. Tinha realmente aquela ideologia ainda, aquela inexperiência. Era uma jovem muito idealista, que achava que ia mudar muita coisa (risos). No entanto, com a realidade do primeiro contato com a escola pública brasileira, toda essa ideologia ruiu. Não tive estrutura emocional pra continuar na carreira. Fugí mesmo. Após dez anos tentando concursos fora da educação, sem sucesso, estudando muito e não vendo evolução, decidi voltar a estudar e concluir a licenciatura. Nessa nova experiência, refiz algumas disciplinas e fiz novas cadeiras. Pude, por fim, ter a experiência dos estágios e gostei de cada etapa. Acho que, dessa vez, me senti mais confiante e preparada para trilhar meu caminho profissional.

### Processo de atuação do docente

2. PERGUNTA: QUAL FOI A SENSACÃO NO SEU PRIMEIRO DIA DE AULA COMO PROFESSOR(A)?

RESPOSTA: Como professora mesmo, sem ser estágio ou substituição, foi de muito medo, ansiedade, insegurança, até pisar na sala. Depois dos 5 minutos iniciais, foi uma sensação de pertencimento e de gratidão. Após a aula, euforia, e depois entender os tropeços e melhorar pra próxima aula.

2.1 PERGUNTA: QUAIS FORAM OS MAIORES DESAFIOS QUANDO VOCÊ COMEÇOU A LECIONAR?

RESPOSTA: Primeiro, a insegurança. Depois, entender que nem tudo vai dar certo. Uma coisa é o planejamento, outra bem diferente é a execução. E a própria estrutura escolar, muito bancária, muito parada no tempo.

2.2 PERGUNTA: JÁ PENSOU EM DESISTIR DA DOCÊNCIA?

RESPOSTA: Já desisti quando estudante. Hoje, não cogito de forma nenhuma.

### 2.3 PERGUNTA: QUANTOS ANOS ATUA NA DOCÊNCIA EM HISTÓRIA?

RESPOSTA: Apenas 3 anos. Como efetiva, só esse ano de 2021.

### 2.4 PERGUNTA: QUAL A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA?

RESPOSTA: É essencial. Um professor deve pesquisar sempre, nossa formação deve ser contínua e ininterrupta e associada à pesquisa. A História na educação básica, assim como as demais ciências, nada mais é do que a apresentação de pesquisas para crianças e adolescentes. Tudo o que está no livro didático foi objeto de pesquisas naquela área. Então, acredito que a pesquisa depende do ensino para divulgar seus resultados e o ensino está associado à pesquisa para não se engessar, para estar atualizado.

### 2.5 PERGUNTA: VOCÊ SE CONSIDERA UMA PESQUISADOR(A)?

RESPOSTA: Como bacharela e como licenciada, eu sou uma pesquisadora.

### 2.6 PERGUNTA: ATUALMENTE, QUAL SUA CARGA HORÁRIA SEMANAL?

RESPOSTA: Oficialmente, seriam 70 horas semanais, mas com a COVID-19 e o ensino remoto, creio que trabalho 40 a 45 horas em média, juntando aulas, planejamento, estudo, preparação de aula, slide, atividades, tutoria, parte diversificada do integral, entre outros.

### 2.7 PERGUNTA: QUAIS ERAM OS MAIORES DESAFIOS QUE VOCÊ ENFRENTAVA ANTES DA PANDEMIA DA COVID-19?

RESPOSTA: A estrutura da escola, que era mais precária, exemplo: precisar aplicar uma prova e não ter como imprimir na escola ou não ter como passar um filme porque não tem uma extensão.

## Experiência de atuação do docente em 2020/2021

3. PERGUNTA: ANTES DA PANDEMIA VOCÊ JÁ FAZIA USO DAS FERRAMENTAS DIGITAIS? QUAIS E COMO? RELATE SUAS EXPERIÊNCIAS NA ÉPOCA.

RESPOSTA: Fazia, mas de forma esparsa. Apenas passar vídeos e slides, mas não em todas as aulas. Isso porque havia a dificuldade do equipamento da escola e os alunos também não se identificavam, especialmente com vídeos longos.

3.1 PERGUNTA: QUAIS FORAM OS SEUS MAIORES DESAFIOS NO ACESSO REMOTO?

RESPOSTA: Primeiro, obstáculos de estrutura: meu computador, a falta de um bom microfone, a questão da internet. Depois, dividir o tempo. A escola invadiu minha casa e, com isso, minha dinâmica e rotina familiar. Dar aulas com um filho chorando não é fácil. Por último, a falta de limites de alguns alunos e colegas, que acreditam que estamos à disposição 24h por dia, mandando mensagens e demanda de trabalho em horário que deveria ser de descanso.

3.2 PERGUNTA: QUAL SUA PERCEPÇÃO SOBRE O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NO ACESSO REMOTO?

RESPOSTA: Não é a mesma coisa. É mais difícil. É muito complicado manter a atenção do aluno no ensino remoto. Até a nossa própria concentração é prejudicada. E não há como ter o mesmo rendimento: o aluno não tem, muitas vezes, estrutura de internet, celular, computador, local de estudo, não contam com o mínimo para poder acompanhar as aulas de forma mínima. Fora os problemas sociais trazidos pela pandemia, a perda de familiares, tudo isso contribui para atrapalhar o processo ensino-aprendizagem.

3.3 PERGUNTA: COMO VOCÊ TEM FEITO PARA PROVOCAR A INTERAÇÃO COM OS DISCENTES?

RESPOSTA: Uso muito de recursos da gamificação: *Kahoot*, *Wordwall*, *Quizes*. Fora isso, tento aplicar um método simplificado, baseado no método socrático, de perguntar até eles responderem. Uso o chat como quadro, colocando as palavras-chave. Faço debates. Uso a análise de imagens e fotos da época estudada, obras de arte também. Tento usar



uma linguagem o mais coloquial possível, e durante as aulas dialogadas trabalho com o humor, brincadeiras, para que eles respondam, interajam.

3.4 PERGUNTA: EM TERMOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM, COMO TEM SIDO SUA ABORDAGEM E QUAL SUA AVALIAÇÃO SOBRE ELA?

RESPOSTA: A minha avaliação sempre é mais pela participação em sala do que exatamente pelos acertos em prova. No contexto atual, esse método foi prejudicado. Atualmente sigo assim como os demais professores o protocolo das escolas: atividades impressas e/ou atividades no Google Classroom. Não se aplica provas nem testes. Mas continuo a avaliar a participação nas aulas remotas pelo *Google Meet*.

3.5 PERGUNTA: COMO FOI A QUESTÃO DA EVASÃO EM 2020 E 2021?

RESPOSTA: Está sendo o maior problema das escolas. Muitos alunos precisam trabalhar para sobreviver e estão saindo da escola ou sem participar ou fazer as atividades.

3.6 PERGUNTA: QUAIS OS FATORES QUE ESTIMULARAM SUA MOTIVAÇÃO OU FALTA DELA?

RESPOSTA: Eu me motivo com a participação dos poucos alunos que assistem às aulas remotas pelo *Google Meet*. Eu me motivo por saber que essas dificuldades são transitórias e por poder explorar novas metodologias de ensino.

3.7 PERGUNTA: VOCÊ TEVE ALGUM SUPORTE EM TERMOS MATERIAIS DA GESTÃO ESCOLAR PARA ESTE NOVO MOMENTO?

RESPOSTA: O suporte das escolas é com relação às impressões das atividades.

3.8 PERGUNTA: VOCÊ RECORREU A CURSOS, WEBINAR OU AULAS ESPECÍFICAS REFERENTES A ESTA NOVA MODALIDADE DE ENSINO?

RESPOSTA: Sim, tanto a cursos que fui atrás espontaneamente, antes de assumir as turmas, quanto a cursos oferecidos pela SEECT – PB (Secretaria da Educação e da Ciência e Tecnologia da Paraíba).

3.9 PERGUNTA: VOCÊ TEM EM SUAS TURMAS DISCENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS? SE SIM, COMO ESTÃO OCORRENDO AS AULAS E O APOIO NECESSÁRIO A ESTES DISCENTES?

RESPOSTA: Sim, tenho alguns. A maioria não frequenta o *Google Meet*, fazem apenas as atividades impressas. Na escola municipal, os discentes contam com o acompanhamento de uma professora, uma coordenadora própria da Educação Especial, além de cuidadores quando fazem alguma atividade na escola, o que infelizmente não estão realizando devido à pandemia. As atividades são todas adaptadas para eles. No caso da ECI – Escola Cidadã Integral – em que trabalho, eu tenho dois alunos com necessidade especiais: um aluno surdo, e a sua irmã, que é surda e autista, ambos do Ensino Médio. Eles frequentam as aulas regularmente e contam com o acompanhamento de uma professora de Libras em todas as aulas e atividades realizadas. Realizam as atividades sem adaptação e se destacam nas notas e na participação.

3.10 PERGUNTA: DO SEU PONTO DE VISTA, O QUE OS ANOS DE 2020 E 2021 TEM POSSIBILITADO DE APRENDIZADO PARA VOCÊ ENQUANTO PROFESSORA?

RESPOSTA: Tem possibilitado aprender inúmeras coisas em todos os aspectos da minha vida, mas como profissional da educação aprendi a ter muita resiliência. A relativizar os resultados dos alunos, a olhar muito para o contexto familiar, de vida desses educandos. A colocar a minha disciplina como uma das, e não o centro da vida desse aluno. Aprendi também a dizer não, a compreender que não sou uma máquina, que devo sim ter um horário limite de trabalho. Aprendi a valorizar cada momento de lazer e com minha família.

3.11 PERGUNTA: DE QUE FORMA TODA ESTA DINÂMICA DE ENSINO REMOTO CONTRIBUI PARA SUA FORMAÇÃO?

RESPOSTA: Essa nova realidade me ajudou a abrir um leque metodológico das minhas aulas: recorrer à gamificação, estudar mais formas diferentes de trabalhar um mesmo conteúdo. Tenho tentado trabalhar de forma mais interdisciplinar, para poder prender a atenção dos alunos que não se identificam com a disciplina de História. Tento também relacionar a temática da aula à vida dos alunos, à sua realidade e ao lazer, como por exemplo relacionar futebol e táticas de guerra para estudar o Império Alexandrino. Usar o humor nas aulas para torná-las mais leves, brincar mais, não ficar tão preocupada em acertar tudo e passar todo o conteúdo do livro, mas sim em dar o suporte para que eles tenham a curiosidade de pesquisar e de se aprofundar. Por último, aprendi a ter mais empatia com os alunos, a rememorar minha adolescência e lembrar o quanto é difícil esse período para todos nós.

### 3.12 PERGUNTA: COMO PROFESSOR(A) DE HISTÓRIA, QUAL SUA MENSAGEM PARA NÓS, FUTUROS PROFESSORES(AS)?

RESPOSTA: Em primeiro lugar, tenham em mente que vocês, como todos os educadores, não devem ter a sua ciência, sua disciplina, como o centro da vida do educando. A História está no centro das nossas vidas, mas nem todos os alunos gostam dela. Apesar de parecer impossível para quem gosta de História como nós, é a realidade. A partir dessa premissa, também entendam que, em um país como o Brasil, o educador não tem como principal função o processo de ensino-aprendizagem da ciência que leciona. O educador e a educadora brasileiro(a) tem como principal obrigação mudar realidades. Vocês não vão conseguir mudar todas as realidades ou o sistema educacional como um todo. Vocês vão tocar apenas alguns dos seus alunos. Nem todos vão gostar ou seguir uma carreira na História, mas vocês devem se esforçar para que todos que forem possíveis serem tocados abram as mentes para o estudo e possam enxergar criticamente a desigualdade social e a exploração a que a maioria de nós está submetida.

Por último, e não menos importante, transformem a profissão de vocês em uma fonte de prazer. Muitos profissionais da educação adoecem devido ao descaso a que nossa classe é submetida, a desvalorização salarial e ao não reconhecimento da extrema importância que a educação tem. Não se deixem contaminar com essa precarização. Se orgulhem do ofício que escolheram e principalmente, divirtam-se.

Termino com duas citações que me acompanham desde a graduação e que me fizeram retornar, graças a Deus, às salas de aula: A primeira é: “Até que os leões tenham seus próprios historiadores, as histórias de caçadas continuarão glorificando o caçador”. De Eduardo Galeano, foi essa citação que me encaminhou para a História Social e para o estudo dos subalternos. E a segunda: “A história é, antes de tudo, um divertimento: o historiador sempre escreveu por prazer e para dar prazer aos outros. Mas também é verdade que a história sempre desempenhou uma função ideológica, que foi variando ao longo dos tempos”. Georges Duby, respondendo para que serve a História. E é isso mesmo, para nos divertirmos. Façamos História por puro deleite!

### Considerações finais

O estágio supervisionado em cursos de graduação é parte fundamental na formação individual dos graduandos, com o fito de conhecer e se adequar à realidade escolar e as relações cotidianas que ali se desenvolvem, são os primeiros contatos com a realidade profissional, o exercício da docência dentro da graduação.

O exercício de qualquer profissão é prático, no sentido de que se trata de aprender a fazer ‘algo’ ou ‘ação’. A profissão de professor também é prática. E o modo de aprender a profissão, conforme a perspectiva da imitação, será a partir da observação, imitação, reprodução e, às vezes, da reelaboração dos modelos existentes na prática, consagrados como bons. Muitas vezes nossos alunos aprendem conosco, observando-nos, imitando, mas também elaborando seu próprio modo de ser a partir da análise crítica do nosso modo de ser. Nesse processo escolhem, separam aquilo que consideram adequado, acrescentam novos modos, adaptando-se aos contextos nos quais se encontram. Para isso, lançam mão de suas experiências e dos saberes que adquiriram. (PIMENTA E GONÇALVES, 2005/2006, p.4)

A pandemia impossibilitou a todos nós, discentes em formação, de termos a vivência real de uma sala de aula, no âmbito da graduação e da prática do estágio, de viver e desempenhar tal função; porém, o processo de elaboração desse trabalho possibilitou a mim, ter uma compreensão da vida, experiências e dificuldades já vividas pelos docentes em exercício, conhecer trajetórias, percalços, tropeços, os prazeres do ofício, e os sentimentos de dever cumprido, a partir das experiências de outros profissionais, outras

perspectivas, outras realidades, entender que dificuldades virão, que a jornada é árdua e de muito estudo, mas que as benesses também existem.

Por fim, a exposição desse relato de experiência teve o objetivo de tentar transpor as barreiras as quais alunos de licenciatura tem passado em meio ao ensino remoto no que se refere aos estágios e a pandemia, como também, suprir a necessidade, mesmo que mínima, da prática presencial, com outras dinâmicas e atividades remotas. Como já afirmado, esse relato não tem a pretensão de trazer ou fazer uma análise dos relatos da docente entrevistada, mas sim expor e observar como se deram as relações de ensino e aprendizagem em um contexto tão difícil de restrições sanitárias aos quais todos nós estamos envolvidos.

### Referências

NICOLINI, Cristiano; MEDEIROS, Kênia Érica Gusmão. **Aprendizagem Histórica Em Tempos De Pandemia**. IN: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol 34, nº 73, p.281-298,

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência: diferentes concepções**. IN: \_\_\_\_\_: *Revista Poiesis Pedagógica*, UFG-CAC/Goiás, v. 3.

SILVA, Marcos. **ESPAÇO CIBERNÉTICO, CIBERCULTURA E PESQUISA ACADÊMICA**. São Cristóvão: Departamento de História/Universidade Federal de Sergipe, 2007).

## O Estágio Supervisionado no Ensino de História Remoto em Caxias - MA: um relato de experiência em tempos de pandemia

**Maykon Albuquerque Lacerda**  
**Universidade Estadual do Maranhão**  
**maykonalbuquerquelacerda@gmail.com**

**Kecianny Araújo Santos**  
**Universidade Estadual do Maranhão**  
**kecyanehsantos@gmail.com**

Por meio deste relato, refletiremos brevemente sobre as experiências didático-pedagógicas, oriundas do estágio supervisionado no componente curricular de História, do Centro Educa Mais Aluísio Azevedo, colégio público da cidade de Caxias, pertencente à Rede Estadual de Ensino do Maranhão. Assim, realizamos o estágio através do Ensino Remoto, durante o 1º semestre letivo de 2021, decorrente do atual contexto pandêmico e escolar vivenciado, especificamente em turmas de 1ª, 2ª e 3ª série do Ensino Médio, turno integral. Concomitantemente, este ensejo nos possibilitou percebermos o estágio enquanto espaço formativo mediante seus elementos teórico-práticos, na constituição da identidade docente. Assim, metodologicamente, realizamos uma pesquisa bibliográfica, com ênfase em: Santos (2017), Pimenta; Lima (2011), Freire (2000), Rios (2011), entre outros. Portanto, à luz do Ensino de História Remoto, o professor adotou uma nova postura didático-metodológica, por meio da incorporação das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação, ao processo de ensino-aprendizagem do alunado local.

**Palavras-chave:** Experiências didático-pedagógicas. Estágio Supervisionado. Ensino de História Remoto.

## Introdução

A princípio, refletiremos sobre às experiências didático-pedagógicas adquiridas ao longo do estágio curricular supervisionado no Ensino de História, da escola-campo Centro Educa Mais Aluísio Azevedo, pertencente à Rede Pública Estadual de Caxias, Maranhão. Por sua vez, este estágio ocorreu durante o 1º semestre letivo de 2021 (em meio ao contexto pandêmico da Covid-19 ainda vivenciado), nas turmas de 1ª, 2ª e 3ª série, integralmente.

Nisso, mediante a concretização desta etapa curricular obrigatória, instrumentalizamo-nos para a identificação dos elementos teórico-práticos, que compõem a identidade do sujeito-professor, durante o exercício da docência, tal como o percurso metodológico e inovador que se faz imprescindível, no saber e fazer pedagógico ao longo do Ensino Remoto Emergencial (ERE), adotado naquele semestre letivo (precisamente entre os meses de fevereiro a março de 2021).

Assim, metodologicamente, realizamos uma pesquisa bibliográfica, com ênfase em: Santos (2017), Pimenta; Lima (2011), Freire (2000), Rios (2011), entre outros. Desse modo, os caminhos da profissionalização, e operacionalização do estágio, visam atender às demandas da prática escolar em face aos percalços existentes, como a grande exclusão digital descortinada, por parte dos estudantes, via Ensino Remoto.

## A relevância do estágio supervisionado para a formação docente

Nesse contexto, os procedimentos didáticos, as práticas pedagógicas e os estágios supervisionados, têm por finalidade colocar o Licenciando, em contato direto com a iniciação à docência, para aquisição de uma experiência autêntica, e ao mesmo tempo, para comprovar saberes e aptidões para o exercício de sua profissão. Pois:

Ninguém nasce professor, este é um processo que se aprende na longa duração. Porém, é na formação inicial que tem início este processo, pois é no contexto dos cursos das Licenciaturas que os futuros professores (as) receberão os conhecimentos teóricos e práticos que lhes darão os fundamentos necessários para o exercício da docência (SANTOS, 2017, p. 54).

Isto é, o processo da docência é formativo, não vocacional, ou biológico. Pois, o mesmo deve ser exercitado e possibilitado, através da práxis pedagógica em prol da

transformação humana, e consciência crítico-reflexiva, no exercício do Magistério do professorado na Educação Básica. De modo, a rompermos com o paradigma da racionalidade técnico-instrumental, na qual o professor é considerado um repetidor de conhecimento, e o substituímos pelo paradigma da racionalidade prática, que vê o professor como mediador do processo de ensino-aprendizagem, diário e renovador. A fim de:

Oportunizar aos estudantes condições propícias ao desenvolvimento de sua prática docente, mediante observação, reflexão e proposição de soluções às situações que se apresentam na escola campo de estágio, relacionadas diretamente ao ensino-aprendizagem (RIOS, 2011, p. 38).

Nesse sentido, a formação do professor tem uma sistematização do fazer (a exemplo da, elaboração de planos de aula), uma orientação adequada (acompanhamento de professor supervisor ou tutor) e uma regulamentação própria (documentos institucionais, tais como: o regimento interno, carta de apresentação, ofício). Por outro lado, enquanto profissão, a mesma detém de parâmetros e saberes técnicos, experienciais e pedagógicos, que envolvem e subsidiam os saberes e os fazeres escolares, fomentando uma relação intrínseca entre o ensino e a aprendizagem, que efetivamente são complexos. Dessa forma:

Cabe ao estágio desenvolver atividades que possibilitem o conhecimento, a análise, a reflexão do trabalho docente, das ações docentes nas instituições, a fim de compreendê-las em sua historicidade, identificar seus resultados, os impasses que apresentam, as dificuldades (PIMENTA; LIMA, 2011, p. 55).

Dito isso, a educação se faz de forma contextualizada, pois se os saberes acadêmicos não tiverem uma carga de significância para o alunado, os mesmos não conseguirão internalizar os conteúdos histórico-escolares transmitidos e elaborados no cotidiano escolar da sala de aula. Nisso, o estagiário deve ao máximo, constituir uma ação docente diferente, incitando a rebeldia intelectual dos alunos (FREIRE, 2000). Logo, o sujeito aprende saberes durante sua formação, e se constrói na prática diária. Daí a importância dos saberes pedagógicos na formação inicial e continuada, à medida que:

[...] apresentam-se como doutrinas ou concepções provenientes de reflexões sobre a prática educativa no sentido amplo do termo, reflexões racionais e



normativas que conduzem a sistemas mais ou menos coerentes de representação e de orientação da atividade educativa (TARDIF, 2011, p. 37).

Por isso, o estágio não é prática docente, e sim reflexão da prática futura, ou melhor dizendo, o estágio é um espaço constitutivo da docência, que se renova e possibilita novos olhares, novas atuações, e ações docentes, dado à realidade de cada clientela estudantil atendida. E essa renovação, decorre de que a atividade docente sistemática e científica, toma objetivamente seu objeto: ensinar e aprender, de modo intencional e não casuístico. Sendo alicerçado nos quatro pilares educacionais, que são: os saberes da formação profissional, os saberes disciplinares, os saberes curriculares, e os saberes experienciais (TARDIF, 2011). Ademais, as atividades práticas permitem o licenciando a adentrar em um espaço que futuramente será seu ambiente de trabalho, exigindo deste o exercício reflexivo da atuação docente e do diferencial entre teoria e prática, ou seja, o que é apreendido e a aplicação na realidade escolar, com atores reais.

### **O estágio remoto no ensino de história do Centro Educa Mais Aluísio Azevedo, em Caxias – MA**

Adiante, este estágio ocorreu no Centro Educa Mais Aluísio Azevedo, que se trata de uma instituição escolar, de tempo integral, pertencente à Rede Estadual de Ensino do Maranhão. Dessa forma, a escola adota como modelo interno, o PDCA (Planejar, Desenvolver, Chegar, e Agir), como mecanismo de contribuição para a autonomia de seu alunado do Ensino Médio.

Logo, cabe reiterar que a referida instituição em face da Pandemia da Covid-19, adotou o Ensino Remoto Emergencial (ERE), via plataformas digitais, a exemplo do *Google Meet*, para ministrar aulas de História. E paralelo a isso, utilizamos o aplicativo *WhatsApp*, enquanto dispositivo de aproximação entre professores e estudantes, o que possibilitou uma logística de ensino atípico, marcado por inúmeros desafios escolares. Isto é, uma lacuna identificada, devido a impossibilidade de vivenciarmos o contato físico com o espaço escolar, e com os próprios alunos. Em outras palavras:

A vivência na escola diz respeito a um conjunto de atividades a serem desenvolvidas pelos estagiários (as) como trocas de experiências de vidas. Nesta vivência a atitude científica é fundamental para garantir maiores ou melhores opções nas tomadas de decisões. É importante nesta fase o

desenvolvimento de projetos relacionados à vivência escolar (SANTOS, 2017, p. 65).

Após isso, Santos (2017), cita as três fases que compõem o estágio, a *observação*, que consiste numa etapa de análise crítica de todo o contexto escolar, por meio de questionamentos levantados pelo professor-coordenador ao estagiário, no que tange à realidade física, burocrática-administrativa, e didático-pedagógica da escola-campo. Bem como, o *planejamento*, que se configura, sobretudo, no preparo das atividades docentes. À luz de que, conforme Pimenta e Lima (2011, p. 180), “A importância do planejamento que se revela não apenas como um momento ou evento, mas como uma atividade-eixo, como a espinha dorsal que sustenta e permeia todo o percurso do ensinar e do aprender”.

Com esse arcabouço, estagiamos no Centro Educa Mais Aluísio Azevedo, durante os meses de fevereiro a março de 2021. Logo abaixo (Tabela 1), encontra-se sistematicamente, as observações realizadas, nas aulas síncronas de História, seguindo o mesmo padrão metodológico, proposto pela gestão da escola-campo, em tempos de pandemia.

#### **Tabela 1 – Fase 01 do Estágio Remoto no Ensino de História**

##### **OBSERVAÇÕES NAS AULAS DE HISTÓRIA VIA ENSINO REMOTO**

Data: 26/02/21

Data: 05/03/21

Horário:

7h30 às 9h10

7h30 às 9h10

Turmas:

100, 101,102, e 103 – 1º ano do Ensino Médio

100, 101,102, e 103 – 1º ano do Ensino Médio

Conteúdo:

Ditadura Militar no Brasil

Introdução ao Ensino de História

INTERVALO

Horário:

10h20 às 12h00

10h20 às 12h00

Turmas:

300, 301,302, e 303 - 3º ano do Ensino Médio

300, 301,302, e 303 - 3º ano do Ensino Médio

Conteúdo:

Os Estados Unidos no sec. XIX

O Segundo Reinado no Brasil

INTERVALO

Horário:

15h21 às 17h00

15h21 às 17h00

Turmas:

200, 201,202, e 203 - 2º ano do Ensino Médio

200, 201,202, e 203 - 2º ano do Ensino Médio

Conteúdo:

O feudalismo e Formação dos Estados Nacionais, e o Fim da Idade Média, Renascimento e Reforma Protestante

Expansão Marítima Europeia

Observação:

A metodologia docente adotada constituiu-se por meio das aulas síncronas e roteiros de estudos (apresentação, explanação, e leitura compartilhada), em todas as aulas observadas. Além disso, a avaliação ocorreu de forma processual e contínua.

**Fonte:** Elaborado por Maykon Albuquerque Lacerda (2021).

Desta maneira, todas as fases do estágio foram cumpridas. Conforme retratado acima, percebemos que as aulas observadas ocorreram em dias letivos, integralmente. Onde a docente titular de História, aglutinou as turmas em uma mesma sala virtual, via *Google Meet*. Uma alternativa didático-pedagógica encontrada para manter a frequência dos alunos, e fomentar suas participações durante as explanações dos conteúdos históricos.

Daí percebemos a importância das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), no processo de ensino-aprendizagem. Pois, o Ensino de História, necessita incentivar uma interação e dinamização da prática do professor, bem como

ampliar sua interatividade em sala de aula. Para assim, possibilitar renovações em suas práticas metodológicas, com o uso das TDICs. Dessa forma, Boufleuer (1997), nos diz que:

A educação constitui uma interação que precisa ser coordenada e que suas tarefas de ensino e aprendizagem se relacionem, em grandes linhas, com a reprodução dos componentes simbólicos do mundo da vida: a cultura, sociedade e a personalidade. Acrescentamos a isso a perspectiva de que as interações educativas, para terem um bom êxito no cumprimento de suas tarefas, devem ter no mecanismo do entendimento o modo privilegiado de sua coordenação (BOUFLEUER, 1997, p.57).

A partir disso, é notório que a utilização das novas metodologias, dentro das salas de aula, contribuem positivamente na construção de alunos pesquisadores e reflexivos, ao abrir novas fronteiras no que diz respeito aos novos modelos educacionais que estão emergindo atualmente. É claro, sempre levando em consideração, a realidade social de cada aluno, e de cada escola, para que possamos aplicar ferramentas que contribuam e que não gerem desigualdades, mas sim equidade de aprendizagem.

No entanto, durante o estágio no Ensino Médio, identificamos alguns aspectos negativos, a exemplo de: ausência do uso do livro didático de História, durante às aulas síncronas, devido a referida escola estadual adotar uma Matriz Curricular Sintética, proposta pela Secretaria de Estado da Educação (SEDUC). No entanto, o livro por si só, não deve ser utilizado como único e principal material didático, uma vez que ele não se apresenta completo na sua proposta (nenhum material é). Assim sendo, compreendemos a importância de se buscar novos materiais que possam aprofundar o aprendizado, à medida que mescle sobre assuntos abordados de maneira superficial nos livros.

De modo especial, é imprescindível considerarmos a importância desse material no processo de ensino-aprendizagem, por se tratar de um produto popular, ainda mais se tratando de escolas públicas, onde o apoio às novas ferramentas que auxiliem o professor, ainda é uma realidade distante e pouco amparada pelas forças governamentais. Outro elemento negativo percebido foi a baixa frequência do alunado, nas aulas síncronas de História, sobretudo, nas 3ª séries, principalmente por se tratar de turmas cuja a maioria dos discentes eram advindos da zona rural da cidade. Isso nos leva a percebermos a ausência de recursos tecnológicos para que estes alunos pudessem ter acesso ao processo educacional. Assim, a única alternativa foi que o alunado da zona rural, sem acesso às TDICs, dirigia-se à escola, semanalmente, para o recebimento e entrega de atividades impressas, e posterior devolutiva.

### Imagem 1. Apresentação de *PowerPoint* sobre determinado conteúdo histórico

Foto: Autoria Própria (acervo particular de Maykon Albuquerque Lacerda, 2021).

Em contrapartida, tivemos alguns pontos positivos, como: a ampliação de um maior diálogo participativo e interativo entre professor-aluno. Por compreendermos que este seja o mais importante aspecto no processo de ensino-aprendizagem, assim o professor precisa criar um espaço em que o aluno se sinta instigado a comunicar-se, questionar-se, refletir-se, compartilhar saberes informais e formais, tendo em vista que: primeiramente, o discente não é uma “folha em branco”, o aluno possui uma vivência própria, portanto, obtém conhecimentos prévios apreendidos em seu cotidiano; em segundo lugar, o aluno é capaz de ouvir, internalizar, refletir, trocar e compartilhar saberes histórico-escolares, a depender das metodologias empregadas no ato do ensino de História.

Com isso, participamos na condição de estagiários, da escolha da unidade temática/conteúdo do componente curricular de História, ou melhor dos conteúdos alinhados com a atual Base Nacional Comum Curricular (2018). Especificamente, executamos a regência em uma única aula (Tabela 2), fruto dos prazos estabelecidos para conclusão do estágio remoto, à luz do calendário acadêmico institucional, que cumprimos a rigor.

Para além disso, segundo Circe Bittencourt (2008), a seleção dos conteúdos a serem ministrados é uma atividade de reflexão, pois se apresenta como “a base do domínio do *saber disciplinar* (grifo a autora)” (BITTENCOURT, 2008, p. 138). Os currículos, em geral, ainda dão profunda ênfase para os conteúdos ligados à uma história europeia, cuja a base não causa uma identificação com o alunado, uma vez que tais conteúdos são divergentes do seu contexto social. É nesse sentido que, o “saber disciplinar” do professor, torna-se imprescindível para que o aluno se compreenda como um sujeito no processo de ensino-aprendizagem. Assim, buscamos selecionar conteúdos próximos da realidade dos discentes. Segue abaixo nossa última fase:

#### Tabela 2 – Fase 02 do Estágio Remoto no Ensino de História

##### REGÊNCIA ÚNICA NA AULA DE HISTÓRIA VIA ENSINO REMOTO

**Horário:**

10h21 às 12h00

**Turmas:**

300, 301, 302, e 303 - 3º ano do Ensino Médio

**Conteúdo:**

O Trabalho Escravo Contemporâneo

**Metodologia:**

Aulas síncrona e Roteiro de estudo (apresentação, explanação, e leitura compartilhada).

**Avaliação**

Processual e contínua

**Fonte:** Elaborado por Maykon Albuquerque Lacerda (2021).

É essencial destacarmos que, o modelo de escola pública incorporado pelo Centro Educa Mais Aluísio Azevedo, visa o desenvolvimento dos estudantes em todas as suas dimensões: intelectual, social, cultural, física e emocional, através de diversas ações em tempo integral, envolvendo atores que influenciam diretamente na formação plena dos estudantes: família, educadores, gestores e a comunidade escolar como um todo. A fim de desenvolverem juntos, as competências que a vida e o mercado de trabalho exigem. Em outras palavras, incentivando uma educação voltada para o exercício da cidadania e do protagonismo juvenil, onde o estudante fortaleça a construção dos seus projetos de vida e visão de futuro. Isso estendido para o plano tecnológico-educacional, implica na seguinte consideração:

A tecnologia amplia as possibilidades de comunicação entre professores e alunos, ampliando as dimensões de espaço e tempo em que essa interação pode acontecer em suas formas síncrona ou assíncrona, que possibilitam modalidades comunicativas distintas. Então, não se deve esperar que com o advento da tecnologia haja uma revolução nas formas de ensinar, pois, a tecnologia está a serviço do homem e poderá ser usada de forma a desenvolver o individualismo e o isolamento, ou como promotora de comunicação e cooperação (PRANDINI, 2009, p.82)

E em meio a essas modalidades comunicativas, reiteramos que, a regência, consiste na aplicabilidade das experiências do aluno-estagiário, em sala de aula, objetivando desenvolver propostas e ações que extrapolem a reprodução de técnicas, de orientações e saberes diversos. De modo, a ajustarmos seus saberes e fazeres pedagógicos,

alinhados à legislação educacional específica, que rege a docência na educação básica. Porém, o estágio supervisionado para os licenciandos que ainda não exerceram o Magistério, pode ser tido como um ambiente que atrai uma:

[...] convergência das experiências pedagógicas vivenciadas no decorrer do curso e, principalmente, ser uma contingência de aprendizagem da profissão docente mediadas pelas relações sociais historicamente situadas (PIMENTA; LIMA, 2011, p. 12)

E por meio dessa convergência, oportunizamos a contextualização da realidade do estudante com o conteúdo ministrado, em prol de intencioná-lo e possibilitá-lo a um conjunto de transposições de saberes históricos, responsáveis pela formação de uma consciência plena e cidadã. Uma operação iniciada pelo docente, pois historicamente, “os valores culturais e políticos são transmitidos na escola a sujeitos que trazem consigo um conjunto de crenças, significados, valores, atitudes e comportamentos adquirido nos outros espaços educacionais” (GUIMARÃES, 2003 p. 90).

Logo, a escola é um enorme aparelho ideológico, elitista e bastante seletivo em sua essência, e exclui com muita naturalidade e facilidade, os sujeitos que não se encaixam em seu espaço institucional. Entretanto, cabe ainda ressaltar que esses sujeitos, estão cheios de saberes constituídos e apreendidos dentro de outros campos que não são os campos educacionais. Assim, o processo ensinar-aprender, é mais difícil quando o professor se distancia dos alunos, e não o compreende como sujeito dotado de conhecimentos e práticas sociais.

### Considerações finais

Conjunturalmente, através da disciplina estágio, o licenciando em História tem a oportunidade de desenvolver suas habilidades e competências na prática da docência, pois a regência em sala de aula, possibilita ao profissional da docência enxergar as nuances que permeiam a realidade do aluno, e a relação deste com o professor, a disciplina e a escola.

Ademais, a crise pandêmica da covid-19 fez emergir diversos problemas que envolvem os mais diversos setores ligados ao conjunto educacional. Ao partirmos do lugar

de fala em que estamos inseridos, ou seja, da escola que estagiamos três foram mais ascendentes e perceptíveis, respectivamente: 1ª. Educação debilitada; 2ª. Escolas carentes de estrutura física; 3ª. Falta de acesso às Tecnologias Digitais.

Portanto, concluimos pelas observações e a regência executada, que infelizmente no Brasil, ainda temos uma formação de professores dissociada da prática, e uma baixa atratividade da carreira do Magistério. E isso foi mapeado na atual conjuntura pandêmica, que vem descortinando às discrepâncias entre os agentes escolares, pais, alunos, e professores, pela ausência de infraestrutura escolar e incentivo de estudo, o que provoca a evasão, e a repetência educacional. Somado a isso, a falta de reconhecimento social, que configura na desvalorização docente, em termos de condições de trabalho, remuneração salarial, e ausência de formação continuada.

### Referências

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Conteúdos históricos: como selecionar. In: \_\_\_\_\_. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BOUFLEUER, José Pedro. Interesses humanos e currículo: paradigmas, tendências ou dimensões? **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre: FACED-UFRGS, 18(2): 97-108, jul./dez. 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 14. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GUIMARÃES, Selva. **Didática e práticas de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados**. Campinas, SP: Papirus, 2003.

LACERDA, Maykon Albuquerque. **Tabela 1 - Fase 01 do Estágio Remoto no Ensino de História**. Caxias-Maranhão, 2021. Disponível no Acervo Particular do Autor.

\_\_\_\_\_. **Tabela 2 - Fase 02 do Estágio Remoto no Ensino de História**. Caxias-Maranhão, 2021. Disponível no Acervo Particular do Autor.

PIMENTA, Selma Garrido. LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.



PRANDINI, R. C. Formação do formador para a atuação docente mediatizada pelas tecnologias da informação e comunicação. In: HESSEL, A.; PESCE, L.; ALLEGRETTI, S. **Formação online de educadores: identidade em construção**. São Paulo: RG Editores, 2009, p. 63-88.

RIOS, Maria de Fátima Serra. **Dimensão Prática nos Cursos de Licenciatura: organização técnico-pedagógica da UEMA**. São Luís: UEMA, 2011.

SANTOS, Sandra Regina Rodrigues dos Santos. A UEMA face às políticas educacionais: a institucionalização das DCNS para a formação de professores na Educação Básica. In: PORTO, Iris Maria Ribeiro; SILVA, Jackson Ronie Sá. (Org.). **Gestão Educacional e Formação de Professores: olhares, contextos e vivências**. 1 ed. São Luís: Editora UEMA, 2017, v.1, p. 54-74.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 12. ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2011.

## A monitoria na licenciatura em História – UFTM: contribuições para monitores e discentes (Uberaba/MG, 2021)

João Pedro Passos de Barros Borges  
Universidade Federal do Triângulo Mineiro  
passospbb@gmail.com

José Victor Andrade Prado  
Universidade Federal do Triângulo Mineiro  
jvictorprado2013@gmail.com

O presente relato de experiência busca compreender o papel da monitoria para a formação de discentes como futuros docentes e também compreender as ferramentas possíveis para auxiliar a adesão acadêmica dos ingressos. Desse modo, explora os instrumentos didáticos e as dificuldades enfrentadas que se localizam amiúde fora dos problemas meramente institucionais, tratando-se, portanto, das mazelas sociais. Como fundamentação teórica, as reflexões pretendidas se estabelecem por meio da comparação entre as propostas e entendimentos da prática de monitoria de outras universidades e relatos com a experiência deste trabalho. Assim, tem como norte localizar qual papel o monitor assume na relação entre discentes e docentes. De tal modo, durante a experiência foi possível observar o impacto positivo da presença constante do monitor no cotidiano acadêmico dos discentes. Dessa maneira, há o fortalecimento da constatação de que a monitoria para além de um sentido produtivista carrega consigo o vínculo social como substancial para a permanência estudantil e esse vínculo é propiciado pela relação monitor-discente. Esse vínculo torna-se possível por conta do entendimento entre as partes, o monitor compreende os anseios e angústias dos discentes, afinal, ele tem como ponto de partida a experiência como aluno da disciplina.

**Palavras-chave:** Monitoria. Educação. Ensino Superior.

## Introdução

A monitoria é uma prática vinculada a uma preparação para a docência de ensino superior. Como elabora Dantas (2015) no artigo “Monitoria: fontes de saberes à docência superior.”, muitos daqueles que chegam ao ensino universitário não possuem prática docente, nem algo que possa servir de aporte prático para essa formação. Dessa forma, a monitoria poderia servir para a melhoria da qualidade de ensino.

Desse modo, é uma experiência de ensino, que exige que o monitor lide com conteúdos acadêmicos. Como exemplo, esse relato de experiência se trata da disciplina de "História do Brasil Colonial", que corresponde a um curso de licenciatura em História na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Seus conteúdos se refletem no âmbito universitário através de debates historiográficos sobre a administração da colônia, o sentido dos fenômenos sociais e econômicos além da organização de apresentações de Seminários Temáticos que venham a trazer debates e explicações sobre as revoltas e as seguintes contestações coloniais nativistas: Revolta de Vila Rica, Revolta de Beckman, Guerra de Palmares, Conjuração Baiana, Guerra dos Mascates, Revolução Pernambucana, Conjuração Mineira e Guerra dos Emboabas; sendo as quatro primeiras trabalhadas pelos monitores que redigem o presente trabalho.

Disciplina essa que é do primeiro período do curso de História e conduz à uma futura experiência na sala de aula vivenciada como discente, e embora para o monitor represente em um primeiro momento o reforço e a reprodução desses conteúdos, em um segundo momento representa algo maior: a preparação para a docência e o intercâmbio entre o professor e o discente, ainda que esteja em uma posição de exposição e auxílio dos conteúdos tratados, o monitor passou pelas mesmas etapas da turma monitorada – teve que aprender a executar fichamentos, apresentações de trabalho, slides e leituras etc.

A disciplina de História do Brasil Colonial se estrutura a partir de um conjunto de materiais que dão ao aluno a capacidade de refletir sobre diferentes temas que correspondem à área. Esses textos se dividem em assuntos como as políticas indigenistas, o entendimento sobre a administração, a relação entre Estado e Igreja e, a partir desses

textos, os alunos entregam fichamentos. A disciplina, para além disso, oferece a partir de uma divisão em grupos da sala de aula, a organização e apresentação de trabalhos sobre as revoltas que ocorreram no período colonial, momento o qual o monitor se faz mais presente.

Contudo, o cenário não é típico, pelo contrário: se trata de uma pandemia a qual não há um preparo para lidar com a possibilidade de evasão, com a incapacidade de adaptação da leitura em telas e com o contato constante com aparelhos eletrônicos, nem com a falta de contato social entre os discentes. Assim sendo, essa experiência é parte de quem também teve que se adaptar a esse cenário pandêmico; logo, há todo um contato único com essa realidade, ao mesmo tempo que há também como consequência um novo modelo de vivência que dificulta ainda mais o desenvolvimento das atividades no âmbito acadêmico. A sensação de estranhamento acaba por intensificar as problemáticas de permanência estudantil na universidade.

A pergunta que fica é: qual o papel do monitor como aquele que pode ajudar os alunos que estão ingressando no ensino à distância? Quais as possibilidades e recursos didáticos para auxiliá-los a realizarem seu conjunto de atividades e concluir a disciplina? O questionamento é, fundamentalmente, a indagação daquele que se tornará docente e que por meio da monitoria auxilia o contato. Também, dúvidas repercutiram no aluno que antes de ser monitor - é discente e enfrentou vários desafios.

## O (Ser) monitor dos egressos na graduação

### 1.1 Papel do monitor

Na UFTM, há uma definição de como a instituição compreende a monitoria. Em um primeiro momento existe a definição de uma conexão entre teoria e prática, visando o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. Cabe, inclusive citar:

Modalidade de ensino e aprendizagem que contribui para a formação integrada do aluno nas atividades de ensino, pesquisa e extensão dos cursos de graduação. Ela é entendida como instrumento para a melhoria do ensino, através do estabelecimento de novas práticas e experiências pedagógicas que

visem fortalecer a articulação entre teoria e prática. Trata-se de uma atividade realizada concomitantemente com o trabalho do professor em sala de aula requerendo assim, uma participação mais ativa e colaborativa dos participantes no processo de ensino-aprendizagem. O trabalho da monitoria pretende contribuir com o desenvolvimento da competência pedagógica e auxiliar os acadêmicos na compreensão e produção do conhecimento. Trata-se de uma atividade formativa de ensino. Para o monitor, é um estímulo que exige comprometimento e responsabilidade. (UFTM, 2016)

Seguindo a relação entre teoria e prática, ela acaba exercendo, no que compete à disciplina em específico, o papel de auxílio aos novos estudantes que chegam no ambiente acadêmico já que o modelo conhecido na educação básica é completamente diferente do modelo encontrado na universidade. São universos distintos, e tal como qualquer diferenciação isso causa estranhamento; logo, a partir daí, podemos ir ao encontro de nosso primeiro questionamento que está interligado às dificuldades de se adaptar a cultura acadêmica na qual estamos inseridos:

[...] estar incluído na cultura acadêmica, é um grande desafio para muitos e um problema ainda pouco discutido e equacionado no entorno da estrutura acadêmico-administrativa da universidade. Essa situação se faz ainda mais problemática quando olhamos os estudantes no primeiro ano dos cursos de graduação. (RAMALHO, 2007, p. 15)

Além disso, é preciso pensar que alguns desses alunos que chegam na universidade se encontram em vulnerabilidade social, ou então não tiveram um ensino básico de qualidade. Diante disso, barreiras sociais tornam-se importantes causas no sentido da evasão e da dificuldade em se adequar com a estruturação de trabalhos, o ensino em sala de aula e a discussão de textos. Pensando nesse contexto, a aprendizagem do sujeito dentro desse contexto é dificultada visto que, além da adaptação às estruturas universitárias, há também a dificuldade em conciliar o trabalho com o curso e se dedicar aos estudos dos componentes curriculares obrigatórios, e a partir dessa problemática podemos encontrar uma função diferenciada e social para o monitor.

A tarefa de assistir os problemas vivenciados pelos alunos deve ser "compartilhada" com o monitor. Aí reside a oportunidade do monitor captar o andamento da disciplina, o ritmo de desenvolvimento dos alunos, seus interesses e a percepção da turma sobre o conteúdo e o método. Mais do que uma atividade informal, esse diagnóstico deveria ser sistematizado, permitindo, inclusive, se delinear processos de pesquisa-ação (NUNES, 2007, p. 52-53)

O monitor em conjunto com o docente pode ser importante em ações que sejam capazes de transformar a realidade em sala de aula, como promover um acompanhamento individual e especializado que não seria possível por parte do docente. Podemos citar também o mapeamento das dificuldades enfrentadas pelos discentes, e assim caracterizar a monitoria mais do que uma iniciação à docência, mas também uma atividade capaz de promover melhorias do ponto de vista social. A formação humana do monitor entra em questão tal como a do discente — além da promoção de saberes, há também a criação de vínculos, sendo esses importantes para que haja permanência estudantil (principalmente nos períodos iniciais). A monitoria possui um legado maior do que o crescimento pedagógico, ela fornece ao monitor o conhecimento das lacunas sociais existentes no ambiente universitário.

É necessário compreender o papel do monitor, e, por mais que pareça simples, é um processo difícil. Afinal, o monitor não é um professor, mas também não se caracteriza como aquele que é responsável por tirar dúvidas dos estudantes. O papel do discente que ingressa como aprendiz no programa de monitoria não pode ser encarado de modo tão reducionista e tecnicista. Dessa maneira,

A ação do monitor não pode, como às vezes sucede, se restringir a um help desk ou tira-dúvidas. Deve ir além, envolvendo também estratégias sistematicamente estruturadas com grupos de alunos, buscando, sob orientação do professor, coordenar momentos de estudo coletivo e de aprofundamento de temáticas de interesse de parte ou de toda a turma (NUNES, 2007, p. 54)

Sendo assim, a monitoria não é só uma reprodução laboral do conteúdo para os discentes, para que eles, por conseguinte, reproduzam para o professor e concluam a disciplina, mas também um processo que pensa o discente numa responsabilidade maior que contribua para a formação dos futuros professores. Em outras palavras, de oferecer os instrumentos e competências que estão por trás dos debates de como é fundamentada a disciplina para ajudar a formação desses outros discentes.

O contato com os estudantes se apresenta de muitas formas no EAD: podem ser por meio de mensagens privadas, grupos com todos os alunos da disciplina, por câmbio do professor ou dos grupos de trabalhos para apresentar. Assim, o monitor também pode

exercer auxílio para que o discente se acostume ao ambiente acadêmico na medida em que as atividades da disciplina exigem dele, de modo que se auxilia no processo de fichamento dos textos, leitura e organização e apresentação de trabalho.

Nesse ínterim, se faz necessária a compreensão do funcionamento da monitoria, que se divide em cinco monitores, a partir da autonomia que a universidade oferece para que o docente responsável organize suas atividades. Assim sendo, foi conversado entre o docente e os monitores a divisão da monitoria em grupos menores para facilitar a relação entre o monitor e o discente, como também houve a organização de uma planilha em Excel para que os monitores organizassem seus horários.

A divisão de grupos para os trabalhos sobre as revoltas se estruturou por ordem alfabética; logo, a partir desse momento se estabeleceram os contatos, ou seja, os alunos são procurados. Na experiência dada, eles já tinham se organizado em grupos e o trabalho restante foi manter contato, conhecer seus horários, suas rotinas, suas necessidades, se trabalham ou não, quais disciplinas estão cursando exigem menos trabalho diário e, nesse contato, organizar horários e colocá-los em planilhas.

Por conseguinte, entra em cena o contato com os grupos. O trabalho do monitor efetiva-se tanto de modo individual quanto coletivo, já que estabelecer horários fixados é funcional do ponto de vista da organização, mas falho quando se leva em consideração a rotina dos discentes que são estudantes-trabalhadores em sua maioria. O que pode ajudar é a flexibilidade do monitor diante das necessidades dos alunos, sempre pensando que a monitoria é também uma forma de assistir as condições de ensino-aprendizagem embutidas no contexto acadêmico. No período em que ocorrem as atividades é possível desenvolver questões correlacionadas ao conteúdo programático da disciplina, além de enxergar as lacunas de aprendizagem que esses discentes nos trazem. Tal como foi dito anteriormente, esses questionamentos vão da estrutura textual dos trabalhos até o conteúdo trabalhado em sala de aula.

Diante de tal exposição, o trabalho desenvolvido na monitoria de Brasil Colonial-UFTM possui uma organização pautada na flexibilidade de horários e de métodos. Com os alunos da Revolta de Beckman, por exemplo, há uma variedade de abordagens, que inclui o revezamento do estudo dos textos com o auxílio na construção do seminário obrigatório da disciplina. Diante da impossibilidade da participação coletiva completa, ocorre o uso progressivo da ferramenta de mensagens "WhatsApp" como forma de

aproximação com os discentes. Por meio dessa ferramenta, torna-se possível abarcar um maior número de conteúdos e até mesmo facilitar a criação de vínculos, uma vez que a ferramenta também possibilita uma aproximação pessoal entre os envolvidos no processo. Além do aplicativo de mensagens, os monitores têm conhecimento das atividades, vídeos, materiais complementares e textos a partir do acesso disponibilizado pela docente da plataforma “Moodle”, o que facilita no processo de compreensão daquilo que o discente tem de fazer.

Diante disso, nas monitorias respectivas a apresentação de trabalhos sobre Zumbi dos Palmares e a Conjuração Baiana as abordagens foram diferentes, dado que o primeiro grupo, de maioria jovem, não trabalhava, e o segundo grupo teve de lidar com a evasão que reduziu a divisão das designações pela apresentação devido ao trabalho. Assim, no primeiro caso há maior facilidade, até pela abundância de materiais em plataformas audiovisuais sobre o tema, passar aos discentes esses materiais e textos mais longos. Contudo, no segundo grupo, houve uma dificuldade de organização devido ao tempo ser menor pelo fato de os alunos trabalharem e assim, se preferiu por um texto menor e mais objetivo de uma autora que era referência na área.

O recurso da monitoria individual é outra alternativa que colabora para a resolução de problemas relacionados ao horário central das reuniões, visto que o consenso entre os discentes é difícil diante da relação trabalho-estudo. Levando em consideração a problemática da permanência estudantil, a aproximação individual contribui para que a permanência no curso seja possível. Alguns alunos podem encontrar dificuldade em lidar com os desafios propostos pela estrutura acadêmica. Os problemas de cunho pessoal tornam-se constantes e, sem o apoio dos docentes e monitores, a situação pode piorar ocasionando em uma possível evasão.

Nesse sentido, cabe sempre ressaltar, a partir das reflexões de Paulo Freire, que o processo educacional não pode ser uma educação de “modelo bancário”, mas sim uma educação que contemple a capacidade do discente desenvolver seu conhecimento em um exercício de diálogo, de modo que o bem-estar dos discentes e o incentivo a pesquisa sejam elementos fundamentais para o desenvolvimento da autonomia dos estudantes e de sua formação.

É importante destacar que o monitor reitera não somente o papel da aprendizagem como também exerce influência em relação à permanência estudantil.



Além dos problemas já citados que possuem ligação com a estrutura do ambiente acadêmico, existe também uma segunda problemática: vários alunos são oriundos de cidades vizinhas e não só carecem da família como também precisam de garantias mínimas de subsistência. Apesar do programa de monitoria não ser o responsável por garantir essa subsistência, pode auxiliar o discente como um ponto de apoio.

A premissa do desenvolvimento do presente trabalho é estabelecer a monitoria como um importante programa para as relações de aprendizagem e permanência estudantil nos primeiros períodos, e toda a experiência que é relatada e produzida possui como base esses dois objetivos. Socializar o conhecimento e estabelecer vínculos capazes de fornecer aos novos alunos o apoio que eles necessitam.

## 1.2 Elementos didáticos para a facilitação do ensino-aprendizagem

Os discentes já estabeleceram contato com diferentes manifestações de conteúdos acadêmicos. Logo, é necessária a pluralidade de mecanismos para atendê-los. Já foi mencionado o contato por meio do aparelho celular, assim, sobram elementos que vão da criatividade do monitor a estabelecer outros pontos. As reuniões com os grupos são um importante momento de contato, tanto pela descontração dada a carga de trabalho que as atividades impõem, quanto pela troca de experiências entre discentes do curso.

Essa troca é muito importante, mas os elementos didáticos não se finalizam na fala e na escrita. Para além disso, a monitoria pode oferecer instrumentos de apoio como a produção de material didático (desde slides sobre os trabalhos que os estudantes têm que apresentar, até referências seguras para a elaboração do Seminário e Trabalho de PCC — Prática como Componente Curricular). Atentar-se para o uso de séries disponíveis nas plataformas audiovisuais que são referências confiáveis e de um acesso diferente daquele que é tradicionalmente usado na academia que pode, inclusive, oferecer diálogo entre a produção acadêmica e o entretenimento de massa, auxiliando na compreensão dos estudantes em temas que podem vir a ser complexos nos primeiros períodos da graduação. Inclusive, tendo em vista o contexto social que foi desenvolvido e o estiramento que a transição entre o ensino médio e o superior provoca, conexões entre conteúdos os quais eram utilizados como referência no ensino básico em consonância com as leituras e debates facilita o entendimento e auxilia na diminuição da costumeira ansiedade apresentada nas etapas iniciais do ensino superior.

A confecção dos trabalhos é um ponto com dúvidas recorrentes. Elaborar fichamentos não é uma tarefa comum no ensino médio, e apesar da redação conter uma estrutura específica e requerer conhecimento prévio, o acesso a esses conteúdos de modo aprofundado é um privilégio ainda não concedido à totalidade dos estudantes. Sendo assim, cabe ao monitor buscar alternativas para socializar o conhecimento sobre essas produções. No tocante aos fichamentos e atividades finais, a apresentação de modelos e uma introdução aos princípios básicos do trabalho científico com foco na estrutura dos parágrafos tem obtido efeito positivo com os discentes da disciplina de Brasil Colonial - UFTM.

A produção acadêmica segue determinados modelos estruturais, e obtendo o conhecimento básico desses padrões torna-se mais fácil a associação entre o indivíduo e a cultura universitária. Além disso, conforme o programa de monitoria vai superando essa problemática ele é responsável por ser um extensor do docente. O professor universitário, que já é por si só sobrecarregado, enfrenta dificuldades no auxílio dessa parte operacional tão importante dos jovens discentes. Sob esse aspecto, cabe lembrar que:

[...] a ampliação na matrícula e no número de cursos não foi seguido pelo crescimento no número de professores. Isso sinaliza, de um lado, carência de docentes; de outro, aumento na carga dos professores existentes, seja assumindo outras turmas/disciplinas/cursos dentro da mesma instituição, seja em outras instituições. (NUNES, 2007, p. 45)

Diante dessa consideração de sobrecarga por parte dos docentes, fica mais clara a resposta para o que foi levantado acerca do papel do monitor. Ele é o responsável por ser um extensor do trabalho docente e da estrutura da disciplina. Não pode ser considerado como um mero tira-dúvidas e nem como professor, mas aquele que é responsável por prover uma extensão daquilo que é ofertado pelo docente em sua disciplina. O monitor não dá aulas, mas ele pode aprofundar tópicos importantes tratados em sala de aula, ou então apresentar conceitos que podem ser úteis aos discentes; o monitor não é um tira-dúvidas, mas é o responsável por orientar de forma segura na confecção dos trabalhos e na inserção desse discente na cultura acadêmica.

### 2.3 A relação do monitor com os conteúdos

Como destacado, a experiência do monitor é a de um discente que regressa a uma etapa da sua formação na intenção de se preparar para o desempenho da atividade docente em um futuro próximo, caracterizando a monitoria então como um ponto intermediário em sua trajetória. Assim sendo, é fundamental destacar que estes que escreveram esse relato de experiência não fizeram apresentações de trabalho sobre os conteúdos, e sim apresentações dos trabalhos que orientaram. Desse modo, é uma possibilidade de reencontro com os textos em uma primeira vista, tanto para a avaliação que leva ao concurso da monitoria, ou para tirar dúvidas.

É importante destacar o modo como foi o processo seletivo, que se divide em três partes: uma avaliação escrita, uma entrevista e o currículo escolar. Primeiramente a avaliação foi dissertativa e exigiu uma reflexão sobre a historiografia do Brasil Colonial, o que se apresenta em um primeiro momento como um retorno às reflexões e aos textos que compuseram toda a disciplina; por conseguinte, a entrevista se estruturava em reflexões sobre os discentes — ferramentas para a melhoria da monitoria, o papel do monitor e quais os objetivos de quem se inscrevia.

Nesse aspecto, a monitoria é um redescobrimento da vivência como discente, no papel daquele que acessa conteúdos que assistiu a outros colegas apresentarem. Desse modo, a busca por bibliografia e o acompanhamento da produção da apresentação configuram outra vivência da experiência de aprendizado.

A monitoria cumpre um papel de ensino-aprendizagem. Como exemplo, podemos citar a relação com o grupo de conjuração baiana, que não foi o tema de apresentação do monitor responsável enquanto estudante da disciplina. Assim, ele teve de se deparar com uma seleção bibliográfica, uma leitura e o desafio de primeiro aprender para depois fornecer os materiais aos discentes e orientá-los. No caso desse grupo de seminário, a referência acadêmica principal é uma tese de doutorado. Em se tratando de um grupo com grande evasão, em que metade de seus integrantes trabalham, passar a tese para leitura é uma impossibilidade. Recorreu-se a artigo da mesma pessoa que já se tem como especialista para abordar diferentes discussões e fazer pontes com possibilidades de debates para o grupo. Em suma, o papel do monitor é trazer um pouco de humanização pelas experiências em um cenário de ensino à distância, bem como o de levar ao professor essas experiências, e o docente trazer suas pontuações de maneira que toda essa

experiência possa ser o mais abrangente possível, abarcando o maior número de estudantes que puder.

#### 2.4 A relação dos monitores com discentes

Certas vezes o monitor cumpre o papel de mediador: cabe a ele identificar os interesses dos discentes com os quais mantém relação e mediar desejos com a realidade da disciplina. Esse tipo de situação é comum, tendo em vista que os integrantes da disciplina formam um grupo heterogêneo e carecem de abordagens distintas. Enquanto alguns discentes trabalham, outros possuem dedicação total ao estudo. Conciliar os interesses dessas pessoas que possuem realidades diferentes é um trabalho árduo. Cabe ao monitor, nesses momentos, deslocar esse entendimento de modo com que as necessidades de docentes e discentes sejam equilibradas, sendo necessário a prática da empatia. Convencer a parte interessada da realidade do outro é muito importante, e não só do ponto de vista do conflito em si, mas do papel que os próprios discentes podem desempenhar para diminuir a taxa de evasão na instituição e a formação de uma imagem acolhedora da instituição.

Essas necessidades ambíguas se manifestam no ponto de vista da aprendizagem também, enquanto para uns a monitoria serve como orientação para um "progresso" individual nos estudos, para outros ela significa a única chance de permanência no universo acadêmico. No caso específico da experiência de um dos monitores que escrevem esse relato, uma reunião individual com um integrante de um dos grupos orientados foi capaz de trazer novamente esperança para um discente que estava completamente perdido na universidade, afinal, ele trabalhava em turnos que tornavam impossível sua dedicação assídua nas atividades da faculdade. Ele também se queixava das dificuldades em conciliar um curso técnico que era responsável pela formação que garantia sua subsistência com a nova faculdade na qual havia se matriculado. A principal batalha para aqueles que ingressam no primeiro período não é terminar, mas sim ir adiante e cumprir o conteúdo programático. O percurso é longo, e tal como já foi relatado, envolve também uma luta constante para se manter. No entanto, existem atividades coletivas e é compreensível que haja desentendimentos entre os indivíduos envolvidos.

Nessas situações o monitor entra em cena, em primeiro plano para mediar o conflito e em segundo para compreender a realidade dos envolvidos. Diante das problemáticas

que vão surgindo, o monitor pode e deve participar ativamente da elaboração do trabalho, tendo em consideração sempre o fato de que a obra final é dos discentes. A busca por fontes confiáveis e a orientação segura das partes burocráticas dos trabalhos colaboram sempre para um desenvolvimento saudável da atividade discente. Conciliar e orientar, fugir da determinação e da resolução; a conciliação e a orientação demonstram a importância do monitor, mas a opção de não determinar e resolver os problemas dos discentes garantem a eles o protagonismo necessário nessa relação que se caracteriza como ensino-aprendizagem.

### Considerações finais

Primeiramente, é importante destacar que o papel do monitor dentro do ensino à distância consiste, em uma primeira instância, habilitar-se e separar materiais para estudo. Também é importante o contato, a conversa, conhecer aqueles que chegam e quais são suas necessidades para que se adaptem ao ensino remoto e à vida universitária.

Tal como já foi relatado anteriormente, o monitor não é professor, mas também não é um mero tira-dúvidas. Logo, sua caracterização central se dá pela forma de extensão do trabalho docente. A monitoria é a iniciação à docência em nível superior, e isso se dá em detrimento do seu caráter específico de mapear e participar ativamente da construção do que é desempenhado na disciplina. O monitor excede a territorialidade do docente tendo em vista que ele possui uma relação mais próxima com os discentes, algo que não é possível para os docentes dado a sua sobrecarga e as suas múltiplas obrigações com outros discentes e turmas. Aquele que exerce a monitoria deve se dedicar a todos os envolvidos, e, em certa medida, integrar-se a múltiplos universos. O monitor está sempre nos grupos de “WhatsApp” dos discentes, mantendo proximidade. Ele está presente no cotidiano desses sujeitos, e isso lhe permite uma participação para além da funcionalidade burocrática da monitoria.

O monitor é capaz de mapear o trajeto desenvolvido pelos discentes com excepcionalidade quando a atividade é desenvolvida com afinco. Ele não é professor, mas é responsável pelo efetivo desenvolvimento da atividade discente, visto que é capaz de conhecer os problemas de aprendizagem e sociabilidade desses sujeitos. Conhecendo os alunos e o professor, ele pode desenvolver uma atividade importante aliando os interesses de ambos. Essa criação de vínculos, essencial para o desempenho da monitoria, é capaz

de facilitar o desenvolvimento da disciplina, de modo que o discente não possui a mesma intimidade para levar ao professor suas reais necessidades e problemas. Dessa forma, a partir da diferenciação hierárquica, o monitor age de modo importante para levar essas demandas ao docente. Não agindo como professor, mas indo para além de seus limites burocráticos: ao transitar entre o docente e o discente o monitor acaba se firmando como uma extensão da atividade docente.

Os relatos de experiência levaram a concluir que muitas vezes há de se lidar com problemas que excedem ao monitor, como a evasão e os desafios do labor. No entanto, ainda são possíveis formas de contato e auxílio ao discente. Por fim, é nesse interregno que o monitor consegue trabalhar. Essa experiência, vale afirmar, foi fruto de uma interação amistosa com os colegas de curso ao mesmo tempo que buscou aprender para ensinar.

## Referências

DANTAS, O.M. **Monitoria**: fontes de saberes à docência superior. <https://doi.org/10.1590/S2176-6681/301611386>

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

NUNES, João Batista Carvalho. **Monitoria acadêmica: um espaço de formação**. In: SANTOS, Mirza Medeiros dos (Org.); LINS, Nostradamus de Medeiros (Org.). **A monitoria como espaço de iniciação à docência: possibilidades e trajetórias**. Natal: EDUFRN - Editora da UFRN, 2007. 103 p. cap. 4, p. 45-58.

# A MONITORIA NA LICENCIATURA EM HISTÓRIA- UFTM: CONTRIBUIÇÕES PARA MONITORES E DISCENTES (UBERABA/MG, 2021)

João Pedro Passos de Barros Borges  
Universidade Federal do Triângulo Mineiro  
passospbb@gmail.com

José Victor Andrade Prado  
Universidade Federal do Triângulo Mineiro  
jvictorprado2013@gmail.com

O presente relato de experiência busca compreender o papel da monitoria para a formação de discentes como futuros docentes e também compreender as ferramentas possíveis para auxiliar a adesão acadêmica dos ingressos. Desse modo, explora os instrumentos didáticos e as dificuldades enfrentadas que se localizam amiúde fora dos problemas meramente institucionais, tratando-se, portanto, das mazelas sociais. Como fundamentação teórica, as reflexões pretendidas se estabelecem por meio da comparação entre as propostas e entendimentos da prática de monitoria de outras universidades e relatos com a experiência deste trabalho. Assim, tem como norte localizar qual papel o monitor assume na relação entre discentes e docentes. De tal modo, durante a experiência foi possível observar o impacto positivo da presença constante do monitor no cotidiano acadêmico dos discentes. Dessa maneira, há o fortalecimento da constatação de que a monitoria para além de um sentido produtivista carrega consigo o vínculo social como substancial para a permanência estudantil e esse vínculo é propiciado pela relação monitor-discente. Esse vínculo torna-se possível por conta do entendimento entre as partes, o monitor compreende os anseios e angústias dos discentes. Afinal, ele tem como ponto de partida a experiência como aluno da disciplina.

**Palavras-chave:** Monitoria. Educação. Ensino Superior.

## INTRODUÇÃO

A monitoria é uma prática vinculada a uma preparação para a docência de ensino superior. Como elabora Dantas (2015), no artigo “Monitoria: fontes de saberes à docência superior.”, muitos daqueles que chegam ao ensino universitário não possuem prática docente, nem algo que possa servir de aporte prático para essa formação. Dessa forma, a monitoria poderia servir para a melhoria da qualidade de ensino.

Desse modo, é uma experiência de ensino, que exige que o monitor lide com conteúdos acadêmicos. Como exemplo, esse relato de experiência se trata da disciplina de "História do Brasil Colonial", que corresponde a um curso de licenciatura em História na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Seus conteúdos se refletem no âmbito universitário através de debates historiográficos sobre a administração da colônia, o sentido dos fenômenos sociais e econômicos. Além da organização de apresentações de Seminários Temáticos que venham a trazer debates e explicações sobre as revoltas e as seguintes contestações coloniais nativistas: Revolta de Vila Rica, Revolta de Beckman, Guerra de Palmares, Conjuração Baiana, Guerra dos Mascates, Revolução Pernambucana, Conjuração Mineira e Guerra dos Emboabas; sendo as quatro primeiras trabalhadas pelos monitores que redigem o presente trabalho.

Disciplina essa que é do primeiro período do curso de História e conduz à uma futura experiência na sala de aula vivenciada como discente, e embora para o monitor represente em um primeiro momento o reforço e a reprodução desses conteúdos. Em um segundo momento, representa algo maior: a preparação para a docência e o intercâmbio entre o professor e o discente, ainda que esteja em uma posição de exposição e auxílio dos conteúdos tratados, o monitor passou pelas mesmas etapas da turma monitorada – teve que aprender a executar fichamentos, apresentações de trabalho, slides e leituras, etc.

A disciplina de História do Brasil Colonial se estrutura a partir de um conjunto de materiais que dão ao aluno a capacidade de refletir sobre diferentes temas que correspondem à área. Esses textos se dividem em assuntos como as políticas indigenistas, o entendimento sobre a administração, a relação entre Estado e Igreja e, a partir desses textos, os alunos entregam fichamentos. A disciplina, para além disso, oferece a partir de uma divisão em grupos da sala de aula, a organização e apresentação de trabalhos sobre



as revoltas que ocorreram no período colonial, momento o qual o monitor se faz mais presente.

Contudo, o cenário não é típico, pelo contrário: se trata de uma pandemia a qual não há um preparo para lidar com a possibilidade de evasão, com a incapacidade de adaptação da leitura em telas e com o contato constante com aparelhos eletrônicos, nem com a falta de contato social entre os discentes. Assim sendo, essa experiência é parte de quem também teve que se adaptar a esse cenário pandêmico; logo, há todo um contato único com essa realidade, ao mesmo tempo que há também como consequência um novo modelo de vivência que dificulta ainda mais o desenvolvimento das atividades no âmbito acadêmico. A sensação de estranhamento acaba por intensificar as problemáticas de permanência estudantil na universidade.

A pergunta que fica é: qual o papel do monitor como aquele que pode ajudar os alunos que estão ingressando no ensino à distância? Quais as possibilidades e recursos didáticos para auxiliá-los a realizarem seu conjunto de atividades e concluir a disciplina? O questionamento é, fundamentalmente, a indagação daquele que se tornará docente e que por meio da monitoria auxilia o contato. Também, dúvidas repercutiram no aluno que antes de ser monitor - é discente e enfrentou vários desafios.

## O (SER) MONITOR DOS EGRESSOS NA GRADUAÇÃO

### PAPEL DO MONITOR

Na UFTM, há uma definição de como a instituição compreende a monitoria. Em um primeiro momento existe a definição de uma conexão entre teoria e prática, visando o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. Cabe, inclusive citar:

Modalidade de ensino e aprendizagem que contribui para a formação integrada do aluno nas atividades de ensino, pesquisa e extensão dos cursos de graduação. Ela é entendida como instrumento para a melhoria do ensino, através do estabelecimento de novas práticas e experiências pedagógicas que visem fortalecer a articulação entre teoria e prática. Trata-se de uma atividade realizada concomitantemente com o trabalho do professor em sala de aula requerendo assim, uma participação mais ativa e colaborativa dos participantes no processo de ensino-aprendizagem. O trabalho da monitoria pretende contribuir com o desenvolvimento da competência pedagógica e auxiliar os acadêmicos na compreensão e produção do conhecimento. Trata-

se de uma atividade formativa de ensino. Para o monitor, é um estímulo que exige comprometimento e responsabilidade. (UFTM, 2016).

Seguindo a linha entre teoria e prática, ela acaba exercendo, no que compete à disciplina em específico, o papel de auxílio aos novos estudantes que chegam no ambiente acadêmico já que o modelo conhecido na educação básica é completamente diferente do modelo encontrado na universidade. São universos distintos, e tal como qualquer diferenciação isso causa estranhamento; logo, a partir daí, podemos ir ao encontro de nosso primeiro questionamento que está interligado às dificuldades de se adaptar a cultura acadêmica na qual estamos inseridos:

[...] estar incluído na cultura acadêmica, é um grande desafio para muitos e um problema ainda pouco discutido e equacionado no entorno da estrutura acadêmico-administrativa da universidade. Essa situação se faz ainda mais problemática quando olhamos os estudantes no primeiro ano dos cursos de graduação. (RAMALHO, 2007, p. 15)

Além disso, é preciso pensar que alguns desses alunos que chegam na universidade se encontram em vulnerabilidade social, ou então não tiveram um ensino básico de qualidade. Diante disso, barreiras sociais tornam-se importantes causas no sentido da evasão e da dificuldade em se adequar com a estruturação de trabalhos, o ensino em sala de aula e a discussão de textos. Pensando nesse contexto, a aprendizagem do sujeito dentro desse contexto é dificultada visto que, além da adaptação às estruturas universitárias, há também a dificuldade em conciliar o trabalho com o curso e se dedicar aos estudos dos componentes curriculares obrigatórios, e a partir dessa problemática podemos encontrar uma função diferenciada e social para o monitor.

A tarefa de assistir os problemas vivenciados pelos alunos deve ser "compartilhada" com o monitor. Aí reside a oportunidade do monitor captar o andamento da disciplina, o ritmo de desenvolvimento dos alunos, seus interesses e a percepção da turma sobre o conteúdo e o método. Mais do que uma atividade informal, esse diagnóstico deveria ser sistematizado, permitindo, inclusive, se delinear processos de pesquisa-ação (NUNES, 2007, p. 52-53)

O monitor em conjunto com o docente pode ser importante em ações que sejam capazes de transformar a realidade em sala de aula, como promover um acompanhamento individual e especializado que não seria possível por parte do docente. Podemos citar também o mapeamento das dificuldades enfrentadas pelos discentes, e assim caracterizar

a monitoria mais do que uma iniciação à docência, mas também uma atividade capaz de promover melhorias do ponto de vista social. A formação humana do monitor entra em questão tal como a do discente — além da promoção de saberes, há também a criação de vínculos, sendo esses importantes para que haja permanência estudantil (principalmente nos períodos iniciais). A monitoria possui um legado maior do que o crescimento pedagógico, ela fornece ao monitor o conhecimento das lacunas sociais existentes no ambiente universitário.

É necessário compreender o papel do monitor, e, por mais que pareça simples, é um processo difícil. Afinal, o monitor não é um professor, mas também não se caracteriza como aquele que é responsável por tirar dúvidas dos estudantes. O papel do discente que ingressa como aprendiz no programa de monitoria não pode ser encarado de modo tão reducionista e tecnicista. Dessa maneira,

A ação do monitor não pode, como às vezes sucede, se restringir a um help desk ou tira-dúvidas. Deve ir além, envolvendo também estratégias sistematicamente estruturadas com grupos de alunos, buscando, sob orientação do professor, coordenar momentos de estudo coletivo e de aprofundamento de temáticas de interesse de parte ou de toda a turma (NUNES, 2007, p. 54).

Sendo assim, a monitoria não é só uma reprodução laboral do conteúdo para os discentes, para que eles, por conseguinte, reproduzam para o professor e concluam a disciplina, mas também um processo que pensa o discente numa responsabilidade maior que contribua para a formação dos futuros professores. Em outras palavras, de oferecer os instrumentos e competências que estão por trás dos debates de como é fundamentada a disciplina para ajudar a formação desses outros discentes.

O contato com os estudantes se apresenta de muitas formas no EAD: podem ser por meio de mensagens privadas, grupos com todos os alunos da disciplina, por câmbio do professor ou dos grupos de trabalhos para apresentar. Assim, o monitor também pode exercer auxílio para que o discente se acostume ao ambiente acadêmico na medida em que as atividades da disciplina exigem dele, de modo que se auxilia no processo de fichamento dos textos, leitura e organização e apresentação de trabalho.

Nesse ínterim, faz-se necessária a compreensão do funcionamento da monitoria, que se divide em cinco monitores, a partir da autonomia que a universidade oferece para que o docente responsável organize suas atividades. Assim sendo, foi conversado entre o

docente e os monitores a divisão da monitoria em grupos menores para facilitar a relação entre o monitor e o discente, como também houve a organização de uma planilha em Excel para que os monitores organizassem seus horários.

A divisão de grupos para os trabalhos sobre as revoltas se estruturou por ordem alfabética; logo, a partir desse momento se estabeleceram os contatos, ou seja, os alunos são procurados. Na experiência dada, eles já tinham se organizado em grupos e o trabalho restante foi manter contato, conhecer seus horários, suas rotinas, suas necessidades, se trabalham ou não, quais disciplinas estão cursando exigem menos trabalho diário e, nesse contato, organizar horários e colocá-los em planilhas.

Por conseguinte, entra em cena o contato com os grupos. O trabalho do monitor efetiva-se tanto de modo individual quanto coletivo, já que estabelecer horários fixados é funcional do ponto de vista da organização, mas falho quando se leva em consideração a rotina dos discentes que são estudantes-trabalhadores em sua maioria. O que pode ajudar é a flexibilidade do monitor diante das necessidades dos alunos, sempre pensando que a monitoria é também uma forma de assistir as condições de ensino-aprendizagem embutidas no contexto acadêmico. No período em que ocorrem as atividades, é possível desenvolver questões correlacionadas ao conteúdo programático da disciplina, além de enxergar as lacunas de aprendizagem que esses discentes nos trazem. Tal como foi dito anteriormente, esses questionamentos vão da estrutura textual dos trabalhos até o conteúdo trabalhado em sala de aula.

Diante de tal exposição, o trabalho desenvolvido na monitoria de Brasil Colonial - UFTM possui uma organização pautada na flexibilidade de horários e de métodos. Com os alunos da Revolta de Beckman, por exemplo, há uma variedade de abordagens, que inclui o revezamento do estudo dos textos com o auxílio na construção do seminário obrigatório da disciplina. Diante da impossibilidade da participação coletiva completa, ocorre o uso progressivo da ferramenta de mensagens "WhatsApp" como forma de aproximação com os discentes. Por meio dessa ferramenta, torna-se possível abarcar um maior número de conteúdos e até mesmo facilitar a criação de vínculos, uma vez que a ferramenta também possibilita uma aproximação pessoal entre os envolvidos no processo. Além do aplicativo de mensagens, os monitores têm conhecimento das atividades, vídeos, materiais complementares e textos a partir do acesso disponibilizado

pela docente da plataforma “Moodle”, o que facilita no processo de compreensão daquilo que o discente tem de fazer.

Diante disso, nas monitorias respectivas a apresentação de trabalhos sobre Zumbi dos Palmares e a Conjuração Baiana as abordagens foram diferentes, dado que o primeiro grupo, de maioria jovem, não trabalhava, e o segundo grupo teve de lidar com a evasão que reduziu a divisão das designações pela apresentação devido ao trabalho. Assim, no primeiro caso há maior facilidade, até pela abundância de materiais em plataformas audiovisuais sobre o tema, passar aos discentes esses materiais e textos mais longos. Contudo, no segundo grupo, houve uma dificuldade de organização devido ao tempo ser menor pelo fato de os alunos trabalharem e assim, se preteriu por um texto menor e mais objetivo de uma autora que era referência na área.

O recurso da monitoria individual é outra alternativa que colabora para a resolução de problemas relacionados ao horário central das reuniões, visto que o consenso entre os discentes é difícil diante da relação trabalho-estudo. Levando em consideração a problemática da permanência estudantil, a aproximação individual contribui para que a permanência no curso seja possível. Alguns alunos podem encontrar dificuldade em lidar com os desafios propostos pela estrutura acadêmica. Os problemas de cunho pessoal tornam-se constantes e, sem o apoio dos docentes e monitores, a situação pode piorar ocasionando em uma possível evasão.

Nesse sentido, cabe sempre ressaltar, a partir das reflexões de Paulo Freire, que o processo educacional não pode ser uma educação de “modelo bancário”. Mas sim uma educação que contemple a capacidade do discente desenvolver seu conhecimento em um exercício de diálogo, de modo que o bem-estar dos discentes e o incentivo a pesquisa sejam elementos fundamentais para o desenvolvimento da autonomia dos estudantes e de sua formação.

É importante destacar que o monitor reitera não somente o papel da aprendizagem como também exerce influência em relação à permanência estudantil. Além dos problemas já citados que possuem ligação com a estrutura do ambiente acadêmico, existe também uma segunda problemática: vários alunos são oriundos de cidades vizinhas e não só carecem da família como também precisam de garantias mínimas de subsistência. Apesar do programa de monitoria não ser o responsável por garantir essa subsistência, pode auxiliar o discente como um ponto de apoio.

A premissa do desenvolvimento do presente trabalho é estabelecer a monitoria como um importante programa para as relações de aprendizagem e permanência estudantil nos primeiros períodos, e toda a experiência que é relatada e produzida possui como base esses dois objetivos: socializar o conhecimento e estabelecer vínculos capazes de fornecer aos novos alunos o apoio que eles necessitam.

#### ELEMENTOS DIDÁTICOS PARA A FACILITAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM

Os discentes já estabeleceram contato com diferentes manifestações de conteúdos acadêmicos. Logo, é necessária a pluralidade de mecanismos para atendê-los. Já foi mencionado o contato por meio do aparelho celular, assim, sobram elementos que vão da criatividade do monitor a estabelecer outros pontos. As reuniões com os grupos são um importante momento de contato, tanto pela descontração dada a carga de trabalho que as atividades impõem, quanto pela troca de experiências entre discentes do curso.

Essa troca é muito importante, mas os elementos didáticos não se finalizam na fala e na escrita. Para além disso, a monitoria pode oferecer instrumentos de apoio como a produção de material didático (desde slides sobre os trabalhos que os estudantes têm que apresentar, até referências seguras para a elaboração do Seminário e Trabalho de PCC — Prática como Componente Curricular). Atentar-se para o uso de séries disponíveis nas plataformas audiovisuais que são referências confiáveis e de um acesso diferente daquele que é tradicionalmente usado na academia que pode, inclusive, oferecer diálogo entre a produção acadêmica e o entretenimento de massa, auxiliando na compreensão dos estudantes em temas que podem vir a ser complexos nos primeiros períodos da graduação. Inclusive, tendo em vista o contexto social que foi desenvolvido e o estiramento que a transição entre o ensino médio e o superior provoca, conexões entre conteúdos os quais eram utilizados como referência no ensino básico em consonância com as leituras e debates facilita o entendimento e auxilia na diminuição da costumeira ansiedade apresentada nas etapas iniciais do ensino superior.

A confecção dos trabalhos é um ponto com dúvidas recorrentes. Elaborar fichamentos não é uma tarefa comum no ensino médio, e apesar da redação conter uma estrutura específica e requerer conhecimento prévio, o acesso a esses conteúdos de modo aprofundado é um privilégio ainda não concedido à totalidade dos estudantes. Sendo

assim, cabe ao monitor buscar alternativas para socializar o conhecimento sobre essas produções. No tocante aos fichamentos e atividades finais, a apresentação de modelos e uma introdução aos princípios básicos do trabalho científico com foco na estrutura dos parágrafos tem obtido efeito positivo com os discentes da disciplina de Brasil Colonial - UFTM.

A produção acadêmica segue determinados modelos estruturais, e obtendo o conhecimento básico desses padrões torna-se mais fácil a associação entre o indivíduo e a cultura universitária. Além disso, conforme o programa de monitoria vai superando essa problemática ele é responsável por ser um extensor do docente. O professor universitário que já é por si só sobrecarregado enfrenta dificuldades no auxílio dessa parte operacional tão importante dos jovens discentes. Sob esse aspecto, cabe lembrar que

[...] a ampliação na matrícula e no número de cursos não foi seguido pelo crescimento no número de professores. Isso sinaliza, de um lado, carência de docentes; de outro, aumento na carga dos professores existentes, seja assumindo outras turmas/disciplinas/cursos dentro da mesma instituição, seja em outras instituições. (NUNES, 2007, p. 45).

Diante dessa consideração de sobrecarga por parte dos docentes, fica mais clara a resposta para o que foi levantado acerca do papel do monitor. Ele é o responsável por ser um extensor do trabalho docente e da estrutura da disciplina. Não pode ser considerado como um mero tira-dúvidas e nem como professor, mas aquele que é responsável por prover uma extensão daquilo que é ofertado pelo docente em sua disciplina. O monitor não dá aulas, mas ele pode aprofundar tópicos importantes tratados em sala de aula, ou então apresentar conceitos que podem ser úteis aos discentes; o monitor não é um tira-dúvidas, mas é o responsável por orientar de forma segura na confecção dos trabalhos e na inserção desse discente na cultura acadêmica.

## A RELAÇÃO DO MONITOR COM OS CONTEÚDOS

Como destacado, a experiência do monitor é a de um discente que regressa a uma etapa da sua formação na intenção de se preparar para o desempenho da atividade docente em um futuro próximo, caracterizando a monitoria então como um ponto intermediário em sua trajetória. Assim sendo, é fundamental destacar que estes que

escreveram esse relato de experiência não fizeram apresentações de trabalho sobre os conteúdos, e sim apresentações dos trabalhos que orientaram. Desse modo, é uma possibilidade de reencontro com os textos em uma primeira vista, tanto para a avaliação que leva ao concurso da monitoria, ou para tirar dúvidas.

É importante destacar o modo como foi o processo seletivo, que se divide em três partes: uma avaliação escrita, uma entrevista e o currículo escolar. Primeiramente, a avaliação foi dissertativa e exigiu uma reflexão sobre a historiografia do Brasil Colonial, o que se apresenta em um primeiro momento como um retorno às reflexões e aos textos que compuseram toda a disciplina; por conseguinte, a entrevista se estruturava em reflexões sobre os discentes — ferramentas para a melhoria da monitoria, o papel do monitor e quais os objetivos de quem se inscrevia.

Nesse aspecto, a monitoria é um redescobrimento da vivência como discente, no papel daquele que acessa conteúdos que assistiu a outros colegas apresentarem. Desse modo, a busca por bibliografia e o acompanhamento da produção da apresentação configuram outra vivência da experiência de aprendizado.

A monitoria cumpre um papel de ensino-aprendizagem. Como exemplo, podemos citar a relação com o grupo de conjuração baiana, que não foi o tema de apresentação do monitor responsável enquanto estudante da disciplina. Assim, ele teve de se deparar com uma seleção bibliográfica, uma leitura e o desafio de primeiro aprender para depois fornecer os materiais aos discentes e orientá-los. No caso desse grupo de seminário, a referência acadêmica principal é uma tese de doutorado. Em se tratando de um grupo com grande evasão, em que metade de seus integrantes trabalham, passar a tese para leitura é uma impossibilidade. Recorreu-se a artigo da mesma pessoa que já se tem como especialista para abordar diferentes discussões e fazer pontes com possibilidades de debates para o grupo. Em suma, o papel do monitor é trazer um pouco de humanização pelas experiências em um cenário de ensino à distância, bem como o de levar ao professor essas experiências, e o docente trazer suas pontuações de maneira que toda essa experiência possa ser o mais abrangente possível, abarcando o maior número de estudantes que puder.

#### A RELAÇÃO DOS MONITORES COM OS DISCENTES



Certas vezes o monitor cumpre o papel de mediador: cabe a ele identificar os interesses dos discentes com os quais mantém relação e mediar desejos com a realidade da disciplina. Esse tipo de situação é comum, tendo em vista que os integrantes da disciplina formam um grupo heterogêneo e carecem de abordagens distintas. Enquanto alguns discentes trabalham, outros possuem dedicação total ao estudo. Conciliar os interesses dessas pessoas que possuem realidades diferentes é um trabalho árduo. Cabe ao monitor, nesses momentos, deslocar esse entendimento de modo com que as necessidades de docentes e discentes sejam equilibradas, sendo necessário a prática da empatia. Convencer a parte interessada da realidade do outro é muito importante, e não só do ponto de vista do conflito em si, mas do papel que os próprios discentes podem desempenhar para diminuir a taxa de evasão na instituição e a formação de uma imagem acolhedora da instituição.

Essas necessidades ambíguas se manifestam no ponto de vista da aprendizagem também, enquanto para uns a monitoria serve como orientação para um "progresso" individual nos estudos, para outros ela significa a única chance de permanência no universo acadêmico. No caso específico da experiência de um dos monitores que escrevem esse relato, uma reunião individual com um integrante de um dos grupos orientados foi capaz de trazer novamente esperança para um discente que estava completamente perdido na universidade. Afinal, ele trabalhava em turnos que tornavam impossível sua dedicação assídua nas atividades da faculdade. Ele também se queixava das dificuldades em conciliar um curso técnico que era responsável pela formação que garantia sua subsistência com a nova faculdade na qual havia se matriculado. A principal batalha para aqueles que ingressam no primeiro período não é terminar, mas sim ir adiante e cumprir o conteúdo programático. O percurso é longo, e tal como já foi relatado, envolve também uma luta constante para se manter. No entanto, existem atividades coletivas e é compreensível que haja desentendimentos entre os indivíduos envolvidos.

Nessas situações o monitor entra em cena, em primeiro plano para mediar o conflito e em segundo para compreender a realidade dos envolvidos. Diante das problemáticas que vão surgindo, o monitor pode e deve participar ativamente da elaboração do trabalho, tendo em consideração sempre o fato de que a obra final é dos discentes. A busca por fontes confiáveis e a orientação segura das partes burocráticas dos trabalhos colaboram sempre para um desenvolvimento saudável da atividade discente. Conciliar e orientar, fugir da determinação e da resolução; a conciliação e a orientação

demonstram a importância do monitor, mas a opção de não determinar e resolver os problemas dos discentes garantem a eles o protagonismo necessário nessa relação que se caracteriza como ensino-aprendizagem.

### Considerações Finais

Primeiramente é importante destacar que o papel do monitor dentro do ensino à distância consiste, em uma primeira instância, habilitar-se e separar materiais para estudo. Também é importante o contato, a conversa, conhecer aqueles que chegam e quais são suas necessidades para que se adaptem ao ensino remoto e à vida universitária.

Tal como já foi relatado anteriormente, o monitor não é professor, mas também não é um mero tira-dúvidas. Logo, sua caracterização central se dá pela forma de extensão do trabalho docente. A monitoria é a iniciação à docência em nível superior, e isso se dá em detrimento do seu caráter específico de mapear e participar ativamente da construção do que é desempenhado na disciplina. O monitor excede a territorialidade do docente tendo em vista que ele possui uma relação mais próxima com os discentes, algo que não é possível para os docentes dado a sua sobrecarga e as suas múltiplas obrigações com outros discentes e turmas. Aquele que exerce a monitoria deve se dedicar a todos os envolvidos, e, em certa medida, integrar-se a múltiplos universos. O monitor está sempre nos grupos de “WhatsApp” dos discentes, mantendo proximidade. Ele está presente no cotidiano desses sujeitos, e isso lhe permite uma participação para além da funcionalidade burocrática da monitoria.

O monitor é capaz de mapear o trajeto desenvolvido pelos discentes com excepcionalidade quando a atividade é desenvolvida com afinco. Ele não é professor, mas é responsável pelo efetivo desenvolvimento da atividade discente, visto que é capaz de conhecer os problemas de aprendizagem e sociabilidade desses sujeitos. Conhecendo os alunos e o professor, ele pode desenvolver uma atividade importante aliando os interesses de ambos. Essa criação de vínculos, essencial para o desempenho da monitoria, é capaz de facilitar o desenvolvimento da disciplina, de modo que o discente não possui a mesma intimidade para levar ao professor suas reais necessidades e problemas. Dessa forma, a partir da diferenciação hierárquica, o monitor age de modo importante para levar essas demandas ao docente. Não agindo como professor, mas indo para além de seus limites

burocráticos: ao transitar entre o docente e o discente o monitor acaba se firmando como uma extensão da atividade docente.

Os relatos de experiência levaram a concluir que muitas vezes há de se lidar com problemas que excedem ao monitor, como a evasão e os desafios do labor. No entanto, ainda são possíveis formas de contato e auxílio ao discente. Por fim, é nesse interregno que o monitor consegue trabalhar. Essa experiência, vale afirmar, foi fruto de uma interação amistosa com os colegas de curso ao mesmo tempo que buscou aprender para ensinar.

#### 4 REFERÊNCIAS

DANTAS, O.M. **Monitoria: fontes de saberes à docência superior.** <https://doi.org/10.1590/S2176-6681/301611386>.

\_\_\_\_\_. Monitoring: source of knowledge for higher education teaching. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 95, p. 567-589, 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2004.

Sem autor. **MONITORIA.** Uftm.edu.br. Disponível em: <<http://www.uftm.edu.br/proens/dae/monitoria>>. Acesso em: 21 de out. de 2021.\

NUNES, J. B. C. **Monitoria acadêmica: um espaço de formação.** In: SANTOS, Mirza Medeiros dos (Org.); LINS, Nostradamus de Medeiros (Org.). **A monitoria como espaço de iniciação à docência: possibilidades e trajetórias.** Natal: EDUFRN - Editora da UFRN, 2007. 103 p. cap. 4, p. 45-58.

## **Desafios da Residência Pedagógica em tempos pandêmicos: perspectivas e análises a partir de uma escola pública de ensino básico da cidade de Caxias- MA**

**Kecianny Araújo Santos**

**Universidade Estadual do Maranhão**

**kecyanehsantos@gmail.com**

**Taylon Jefferson da Silva Machado**

**Universidade Estadual do Maranhão**

**aylonjefferson@live.com**

**Matheus Wilson Silva dos Santos**

**Universidade Estadual do Maranhão**

**1997mwss@gmail.com**

**Eloy Barbosa de Abreu.**

**Universidade Estadual do Maranhão**

**eloyabreucio@gmail.com**

O presente trabalho visa apresentar as atividades desenvolvidas a partir do Programa Residência Pedagógica (RP), em parceria com a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). As atividades foram realizadas em uma escola de Ensino Fundamental II da rede pública da cidade de Caxias – Maranhão. Entre os vários objetivos do Residência Pedagógica (RP) está o fortalecimento dos laços entre o ensino superior e o ensino básico. Diante disso, destacamos na escrita desse trabalho os mecanismos adotados pela escola-campo para melhor atender à comunidade escolar em tempos de pandemia, onde a falta

de acessibilidade às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) se apresentaram como obstáculos da ação pedagógica melhorar aprendizagem. Além desse aspecto, tratamos da necessidade do apoio familiar no processo ensino-aprendizagem, sobretudo no momento de isolamento social, considerando que o espaço de aprendizagem assumiu uma nova roupagem, devido ao contexto pandêmico e implementação do ensino remoto.

**Palavras-Chave:** Residência Pedagógica. Ensino Remoto. Família. TICs.

## INTRODUÇÃO

O Programa Residência Pedagógica (RP) é uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC) junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que consiste na intervenção docente nas escolas de ensino básico realizada por alunos de licenciaturas. Isso acontece sob orientação e supervisão dos educadores das Instituições de Ensino Superior (IES) e preceptores das escolas em que os residentes terão a oportunidade e contato direto com salas de aulas, para a aplicação de projetos pedagógicos. Os estudantes de licenciaturas podem participar do programa a partir da segunda metade do curso e contam com a realização de diversas atividades, como projetos de capacitação/formação, palestras, reuniões, planejamentos e etc., além da intervenção e regência na escola-campo.

Assim sendo, os residentes tendem a participar desse conjunto de atividades que propicia um contato direto com a realidade prática da docência em âmbito escolar, fator este que corresponde a um dos objetivos centrais do programa, que é oferecer aos licenciandos um aperfeiçoamento prático da docência e a imersão deste na escola, promovendo um encontro entre teoria e prática.

O curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Campus Caxias, desenvolve suas atividades a partir do subprojeto intitulado “A METODOLOGIA DE PROJETOS NO ENSINO DE HISTÓRIA – A residência pedagógica no curso de Licenciatura em História em Caxias - MA”. Logo, os objetivos do subprojeto, alinhados aos objetivos do Programa Residência Pedagógica (RP), consistiram na promoção da formação dos licenciandos em História através da prática docente; ampliação da relação entre ensino superior e básico e o intuito de

possibilitar aos discentes a oportunidade de ações pedagógicas através da produção de projetos metodológicos que visassem melhores condições didáticas.

A partir da observação dos objetivos descritos, foi ainda mais perceptível a necessidade de viabilizar aos residentes do Programa o contato com o “chão da escola” e, portanto, com o exercício da prática docente, por compreender que a prática possibilita aos formandos a aplicação dos elementos teóricos no espaço que exercerão suas atividades profissionais.

Entretanto, no início do ano de 2020, fomos impactados com uma crise pandêmica mundial em virtude do novo coronavírus, refletindo em um reajustamento das atividades do Programa à realidade na qual o sistema educacional experimentava desde então. O isolamento social, uso de materiais de proteção como máscaras e álcool em gel, além da necessidade de higienização das mãos com grande frequência durante o dia, passaram a ser atitudes comuns, frequentes e simples, mas com grandes impactos positivos no combate ao vírus SARS-Cov-2.

Diante disso, atividades corriqueiras sofreram mudanças significativas, como o fato de ir à escola para assistir às aulas e/ou lecionar. Dessa maneira, as instituições de ensino passaram por um processo de transição do ensino presencial para o remoto, que se mostrou difícil na maior parte dos casos, principalmente em escolas das cidades interioranas. Em Caxias, uma cidade do interior do Maranhão com grande representatividade histórica, cultural, econômica e social no cenário da região Nordeste, esse processo não se mostrou diferente da realidade do restante do país.

Destarte, esta produção tem por finalidade discorrer sobre as experiências no Programa como residentes de um colégio da rede pública de Caxias - MA diante da transição e inserção do ensino remoto decorrente da pandemia da covid-19. A partir disso, podemos afirmar que a Residência Pedagógica (RP) tem vários resultados positivos, dentre eles o fortalecimento dos laços entre o ensino superior e o ensino básico, além da possibilidade do contato dos licenciandos com o ambiente escolar.

## A TRANSIÇÃO DO ENSINO PRESENCIAL PARA O REMOTO

A presença da tecnologia digital em escolas públicas foi uma ideia distante durante muito tempo, sobretudo em decorrência da falta de recursos financeiros para o investimento na compra de equipamentos, além da própria infraestrutura das instituições de ensino. O contexto pandêmico deixou uma grande insegurança para as escolas, professores e alunos em todo o globo. No Brasil, o Ministério da Educação (MEC) resolveu, por meio da Portaria nº 343 de 17 de março de 2020, pausar e substituir o ensino presencial, propiciando a partir de então o ensino remoto, por intermédio das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), com as características do Ensino à Distância (EaD) – já comum em muitas instituições. Nessa modalidade de ensino, as tecnologias assumem um papel de grande importância à medida em que se tornam a ferramenta que garante o contato entre professor-aluno e aluno-aluno.

Objetivando a preparação dos professores na formulação de metodologias que visassem o ensino virtual, a Secretaria Municipal de Educação, Ciências e Tecnologias (Semect) organizou cursos de capacitação profissional para professores e gestores de escolas municipais da cidade de Caxias, por meio de Plataformas como o *Google Meet*. A finalidade era aprimorar conhecimentos dos profissionais da educação sobre o processo ensino-aprendizagem virtual, enfatizando também o uso e o acesso às plataformas escolhidas para a transmissão das aulas e atividades, bem como o aperfeiçoamento dos conhecimentos indispensáveis da informática.

Após os cursos de qualificação para o corpo docente da educação básica, o alunado da escola campo passou a ser atendido por meio do ensino remoto, conforme as orientações do Ministério da Educação (MEC) e Secretária Municipal de Educação, Ciências e Tecnologias (Semect) através das aulas síncronas, com intermédio do *Google Meet* (ferramenta adotada pela escola) e assíncronas, por meio de aplicativos para distribuição de atividades. Os alunos também tiveram a opção de ter acesso às atividades buscando-as na escola. É necessário destacar que essa alternativa só foi sugerida aos alunos em último caso, em situações de falta de acesso total à internet e aparelhos como celulares e/ou computadores.

Nesse sentido, dadas as condições de ensino, houve a possibilidade de um maior diálogo entre residentes e preceptores, o que permitiu análises mais aprofundadas referentes à passagem do ensino presencial para o remoto e como esse processo impactou os alunos da escola campo em que desenvolvemos nossas atividades. Percebeu-se que as dificuldades que permearam o processo ensino-aprendizagem, nesse período de transição, estiveram diretamente ligadas à falta de recursos tecnológicos tangíveis para os alunos (computador, telefone/celular, *tablet*, *iPad* e etc.), a falta de acesso à internet e a falta de acompanhamento dos pais.

Outrossim, o ensino remoto proporciona aos alunos o acesso às aulas independentemente do local, desde que se tenha em mãos aparelhos e conexão à internet, além de haver também a economia de tempo, tendo em vista que não há a necessidade do deslocamento até o ambiente escolar. Conforme destaca Alcione Araújo e Plínio Fahd (2020), “uma das ferramentas das TICs é a internet ambiente virtual de aprendizagem, que propicia recursos com a interação do educando com o educador, simultaneamente em diferentes espaços e regiões sendo um ensino igual para todos” (ARAÚJO, FAHD, 2020, p. 35).

Contudo, a uniformidade da interação proporcionada pelo uso dos suportes técnicos de comunicação de modo igualitário ainda é uma realidade distante de muitos no Brasil, apesar dos avanços, sobretudo no período pandêmico, é necessário tornar esse ensino popular a todas as classes. Os debates sobre o uso das TICs nas escolas ocorrem progressivamente, conforme destaca Barbosa:

O debate sobre os impactos sociais das TIC no sistema educacional não é recente e tem alimentado o fortalecimento de uma agenda para as políticas públicas no campo da educação. Inicialmente focados no provimento de infraestrutura de acesso, os programas de fomento ao uso das TIC no âmbito escolar têm como ponto de partida uma expectativa de profundas mudanças nas dinâmicas de ensino-aprendizagem – sobretudo na busca pela transformação das práticas pedagógicas e por um aumento do desempenho escolar (BARBOSA, 2014, p. 27).

Entretanto, cabe aqui ressaltar que o período pandêmico é atípico e, nesse processo, a introdução desses recursos no sistema de educação ocorreu de maneira repentina. Em decorrência da pandemia, as escolas tiveram um curto espaço de tempo para um preparo pautado principalmente na qualificação dos docentes, agora desafiados



a manusear novas ferramentas tecnológicas outrora distantes de suas realidades. Mas, e os alunos? Como foram preparados para as aulas remotas? Como foram sondados, se boa parte não tinha acesso à internet e nem aparelhos de comunicação?

Se, por um lado, existiu a preocupação para que os alunos não atrasassem ainda mais as aulas, e conseqüentemente tivessem menos prejuízos, por outro, essa modalidade de ensino remoto gerou aos alunos da escola a ausência de interatividade em relação aos conteúdos abordados, a ausência de intimidade com os colegas de turma e com o professor, pois o espaço virtual não proporciona esse contato, gerando uma retração dos estudantes.

Essa falta de interatividade se apresenta como um desafio no processo educacional, uma vez que a aprendizagem genuína ocorre no comunicar-se com o outro. Assim, por maior que sejam os avanços tecnológicos nessa era digital, nada poderá substituir o aprendizado através das relações humanas. Nesse sentido, o professor apresenta os fatos e instiga o pensamento reflexivo, enquanto o aluno modifica e reflete sobre esses fatores. Com isso, o professor cria possibilidades, por assim dizer, para a produção do conhecimento.

Ademais, é necessário a reflexão sobre outro elemento: as metodologias utilizadas pelos agentes pedagógicos no processo ensino-aprendizagem por meio do ensino remoto. Conforme asseguram Araújo e Fahd (2020):

É indispensável a criação de um espaço para se analisar e discutir as novas propostas educacionais, identificando as diferenças entre a prática pedagógica convencional e as reformulações da estrutura do ensino com os seus meios metodológicos, onde proporciona o educando a trabalhar com a construção do conhecimento. Sendo assim, ainda é necessária uma nova avaliação dos conceitos de ensinar e aprender, com a interação da tecnologia e a era digital ao alcance de todos sem distinção de classes, deve-se agir e modificar as metodologias e práticas de ensino, pois toda a aprendizagem é medida por instrumentos, e precisa-se utilizá-los como um facilitador de aprendizagem de qualidade, seja em qualquer ambiente (ARAÚJO, FAHD, 2020, p. 36).

As ações práticas metodológicas não podem mais ser pensadas sem a premissa de que os alunos e professores foram modificados, em relação aos seus modos de ensinar e aprender, pela inserção das Tecnologias da Informação e Comunicação no processo educacional. Desse modo, as metodologias convencionais citadas pelos autores devem

essencialmente ser repensadas no âmbito contextual, isso porque o uso de tecnologias digitais em sala de aula é uma ação que cresce bastante devido ao contexto do ensino remoto. Entretanto, o ponto de atenção está presente justamente em quais grupos sociais essas tecnologias estão alcançando e de que modo aqueles que não tiveram acesso às ferramentas tecnológicas serão afetados em seu processo de ensino-aprendizagem.

### A DESIGUALDADE SOCIAL NO ACESSO ÀS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICs)

O processo de ensino aprendizagem é constante, pois “nunca termina, trata-se de caminhos nos quais as descobertas acontecem constantemente, assim, professor e alunos podem se tornar receptivos para as mudanças que se fazem necessárias” (BEHRENS, 2015, p. 96) diante do constante processo de ensinar e aprender e vice-versa. Tal procedimento exige uma profunda colaboração de professores e alunos que vivenciam um novo contexto social, necessitando ainda mais aprender a inserir as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), como ferramentas para o ensino.

A educação “no início do século XXI apresenta novas perspectivas que impulsionam professor e alunos a vivenciarem processos que gerem autonomia para aprender, com criatividade e inovação e, assim, buscar a superação da reprodução no exercício da produção do conhecimento” (BEHRENS, 2015, p. 97). Marilda Behrens (2015) em seu texto intitulado *Metodologia de projetos* nos apresenta um paradigma ainda atual, enfatizando que as redes de ensino, em boa parte, contam com a colaboração de profissionais docentes que receberam uma formação tradicional e, sendo assim, ainda são relutantes quando o assunto é o uso das novas tecnologias da informação.

Entretanto, como já ressaltado, o advento da pandemia, ocasionada pela disseminação da doença Covid-19, modificou toda a lógica de funcionamento da sociedade e no campo educacional não foi diferente. Diante do novo cenário social, foram pensadas possibilidades de retorno e reestabelecimento do processo de ensino que garantisse os devidos cuidados sanitários estabelecidos pelo Organização Mundial da Saúde (OMS). Dessa forma, o ensino remoto com atividades síncronas e assíncronas passou a ser a nova realidade do cenário educacional e, em consequência disso, os aparelhos digitais, a exemplo de computadores, *tablets* e celulares, antes vistos como

capazes de “afetar nossa concentração e prejudicar seriamente nossa capacidade de aprender” (DIZZI, ENGSTER, PASSERO, 2017, p.3), ganharam o *status* de aliados essenciais no processo de ensino educacional. Por isso:

Reinventar-se com as ferramentas e os instrumentos tecnológicos foi uma alternativa inovadora para manter relações nos meios educacionais, isso porque os alunos e professores precisam dar continuidade e seus processos de ensino e aprendizagem. Visto que, os vínculos e as relações nesses momentos também se tornam essenciais para além do cumprimento de obrigações, a favor da saúde mental dos envolvidos (ARRUDA, SIQUEIRA, 2021, p. 2).

No início do contexto pandêmico foi necessário um longo momento de parada das atividades comerciais, educacionais e de serviços, afim de diminuir os índices de contágios e esse período ficou marcado pelas sensações de medo e ansiedade da população em geral. Nesse sentido, era necessário o retorno das atividades de modo remoto, especialmente as atividades relacionadas à educação.

No processo de retorno das atividades educacionais, a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) foi de suma importância para o efetivo estabelecimento da prática educativa aliada às metodologias de ensino. No contexto da escola-campo, localizada na periferia da cidade de Caxias – MA, as atividades na modalidade de ensino remoto funcionaram com a utilização das mais diversas Tecnologias de Informação e Comunicação. Desde plataformas digitais específicas para a transmissão de aulas até simples aplicativos de conversas foram usados na tentativa de que todos os alunos conseguissem o acesso às aulas e aos materiais. Entretanto, as professoras Juliana Arruda e Liliâne Siqueira apontam que:

Apesar de todo esse cenário de inserção das TIC e do uso das metodologias ativas, ressalta-se que existem dificuldades inerentes a interação *online*, visto que uma parte da população ainda não tem acesso à internet e equipamentos tecnológicos (*notebook, laptop, computador desktop*), o que dificulta a realização das atividades e os encontros virtuais entre alunos e professores em tempo real (ARRUDA, SIQUEIRA, 2021, p. 3).

A carência de tecnologias e de aparelho digitais, além do acesso a uma rede de internet, impossibilita que os estudantes de baixa renda tenham acesso ao necessário ensino remoto, como pontuado pelas autoras. Tal situação também foi vivenciada no contexto da escola-campo que desenvolvemos nossas atividades, pois se trata de uma instituição de ensino que atende uma

população com baixo poder econômico e, portanto, pouco dispõem de recursos para a aquisição de equipamentos tecnológicos, que tiveram uma alta dos preços durante a pandemia.

Em um estudo intitulado *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua* (PNAD Contínua), realizado em 2018 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 25% dos brasileiros não têm acesso à internet. Esse número corresponde a um total de 46 milhões de pessoas. Segundo as informações do estudo, a conexão via internet fixa teve um crescimento até 2018 e o celular é o aparelho mais utilizado para acessar a web, correspondendo um total de 99,2%. Contudo, o estudo também relatou que 5,7% das pessoas que participaram da pesquisa afirmaram que o aparelho necessário (seja ele qual for) para ter acesso à web não cabe no orçamento familiar, bem como o pacote de internet.

A PNAD divulgada em abril de 2021 aponta que cerca de 4,3 milhões de estudantes brasileiros já entraram na pandemia sem acesso à internet, dados da atualização de 2019. As razões são as mesmas apontadas acima, com uma nova ênfase para a qualidade e indisponibilidade dos serviços de internet. Segundo o IBGE (2021), 4,1 milhões do número geral de estudantes são alunos da rede pública de ensino, o que implica afirmar ainda mais a desigualdade no acesso aos aparelhos, na qualidade e indisponibilidade dos serviços de internet.

No Nordeste, 96,8% dos estudantes do ensino privado acessam a internet, enquanto na rede pública somente 77% dos alunos conseguem ter acesso. Portanto, a falta de recursos financeiros que viabilize o acesso a aparelhos como celulares, computadores, *tablets* e etc. impossibilita o acesso à internet, além de privar esses alunos de participarem de maneira efetiva do ensino remoto. Esse fator implicou no baixo acesso às aulas e na evasão escolar.

Atrelado a esse elemento, percebemos que essa nova dinâmica de ensino, proporcionada pela pandemia e pelo isolamento social, exige que haja uma unificação de forças mais sistemáticas entre escola e família. Como resultado, o contexto de ensino remoto reporta-nos que o professor não tem tanto controle da situação, como era costumeiro com o ensino presencial, no qual era possível acompanhar em tempo real, no mesmo espaço, as atividades realizadas pelos alunos. Nesse contexto, a família carrega a obrigação efetiva de acompanhar o aprendizado do filho e auxiliar o professor, uma vez que o espaço de aprendizagem mudou e as atividades são realizadas da própria casa dos estudantes.

## A IMPORTÂNCIA DA INSTITUIÇÃO FAMILIAR NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Observa-se que a trajetória educacional brasileira é marcada por uma busca de bases, parâmetros e alicerces para uma forma de ensino que seja uniforme e abrangente

ao mesmo tempo. Uniforme por se propor a estabelecer conteúdos que sejam trabalhados em todas as unidades de ensino do país de maneira padronizada e ligeiramente semelhante, como estabelecido pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Abrangente por seu dever de levar o ensino a todos os cidadãos brasileiros como garante a Constituição.

O primeiro ambiente de desenvolvimento da criança é a família, onde recebe muitas das influências das pessoas que a cercam, assim formando as primeiras relações de seu aprendizado, por assim dizer. Assim, “a família é o primeiro espaço de socialização infantil. É nela que se situam as primeiras relações infantis e é com essa família que a criança estabelece a construção de conceitos, de subjetividade” (OLIVEIRA *et al.* 2020, p. 3). A influência e o apoio da família para uma melhor qualidade de ensino nas escolas são pontos de fundamental importância, pois é nesse meio que o desenvolvimento das concepções sobre o espaço sociocultural e histórico acontece, ocasionando diretamente o desenvolvimento da sua concepção de socialização.

É nesse sentido que Tânia Resende e Gisele da Silva (2016) compreendem que a relação entre a família ocorre em diferentes níveis, dada a importância do suporte familiar no desenvolvimento e aprendizagem da criança e no fortalecimento das perspectivas sociais. A família é o núcleo ao longo da vida da criança, é o primeiro elo social responsável por todos os aspectos de sua educação. Como segunda parte social do desenvolvimento da aprendizagem, as escolas devem incentivar os pais a participarem da educação escolar para que possam se beneficiar da educação de seus filhos, através da cooperação entre a família e a escola, a aquisição de conhecimento e, assim, a aprendizagem será realizada com sucesso pelos alunos.

É imprescindível ressaltar que a escola sempre precisou do apoio familiar para realizar um ensino de melhor qualidade. Entretanto, não podemos fechar os olhos para uma realidade que ainda é distante. Uma grande parte dos pais costumam sobrecarregar a escola e não acompanhar o desempenho dos filhos em ambiente escolar, o que dificulta o trabalho dos profissionais da educação e impossibilita o uso de metodologia que priorizem a inserção e interação da família no contexto e enquanto instituição que age lado a lado com a escola. É nesse sentido que Reis (2007) destaca que “escola nunca educará sozinha, de modo que a responsabilidade educacional da família jamais cessará.

Uma vez escolhida a escola, a relação com ela apenas começa. É preciso o diálogo entre escola, pais e filhos” (REIS, 2007, p. 6).

As mudanças ocorridas na estrutura familiar, em especial a emancipação feminina – nas quais as responsabilidades, principalmente financeiras, foram divididas entre os membros da casa – interferiram na dinâmica escolar, influenciando severamente na transferência de tarefas para a escola, que antes era delegada à figura materna, responsável pelo espaço doméstico em que a criança estava inserida. É nesse sentido que se destaca a emancipação feminina como um dos fatores de maior impacto no processo de ampliação do papel da escola na sociedade.

Sobre a importância dos pais no processo de formação dos filhos, Piaget assevera:

Uma ligação estreita e continuada entre os professores e os pais leva, pois a muita coisa que a uma informação mútua: este intercâmbio acaba resultando em ajuda recíproca e, frequentemente, em aperfeiçoamento real dos métodos. Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola chega-se até mesmo a uma divisão de responsabilidades [...] (PIAGET, 2007, p. 50).

Como apontado por Piaget (2007), a intenção da instituição escolar em trazer as figuras paternas para próximo do processo de ensino-aprendizagem vivenciado pelos alunos é tornar perceptível que são essenciais no processo formativo, afim de que, em comunhão, possam ampliar as formas metodológicas de ensinar. Desta maneira, se a escola e a família têm as mesmas finalidades, devem caminhar juntas para superar dificuldades que fazem parte do caminho dos profissionais da educação e, assim, superar os desafios.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme proposto, essa breve discussão buscou destacar a transição do ensino presencial para o remoto em uma escola na periferia da cidade de Caxias, no Maranhão e,

de modo geral, refletir sobre o contexto educacional diante da pandemia da covid-19, apontando alguns desafios enfrentados pela escola, professores e alunos nessa nova realidade. Diante disso, destacamos as incertezas enfrentadas pela população em geral, que levou a estudos e produção de novas metodologias para a aplicação no ensino remoto, bem como a constituição de cursos qualificativos para docentes.

O Residência Pedagógica é um programa que permite um maior contato entre o licenciando e o ambiente escolar, palco de suas intervenções futuras. É nesse sentido que compreendemos a vivência no campo de atuação como algo que permite aos estudantes a observação do espaço que posteriormente será o seu espaço de trabalho, e também possam colocar em prática a teoria adquirida em âmbito universitário. Para além disso, o contato com o “chão da escola” permite uma reflexão de inúmeros elementos, dentre eles a percepção das divergências entre a teoria e a prática. Desta maneira, o diálogo existente entre a universidade e o espaço escolar permitiu aos residentes vivenciar a profissão docente de forma orientada, através da participação de reuniões pedagógicas, planejamento com o preceptor e interação com os alunos nas regências, dentro do permitido.

Sobretudo em decorrência do contexto de pandemia, essa vivência proporcionada pelo Programa rendeu muitas reflexões, em especial ao processo de ensino-aprendizagem que, de acordo com o artigo 205 da Constituição Federal, “é um direito de todos e dever do Estado e da família”, mas que, dependendo da situação e das condições do aluno, pode afetar de maneira negativa e gerar uma exclusão social. É nesse sentido que destacamos a importância da interação entre família e escola, uma vez que os objetivos de ambas as instituições se assemelham. É importante salientar que esse momento de crise também deixou à vista a fragilidade da escola e, sobretudo, do Estado, responsável por garantir direitos básicos e iguais a todos os cidadãos, por assim dizer, esse momento deixou em evidência as desigualdades sociais tão presentes e imensas em nosso país.

Portanto, consideramos que o contato com a escola, por meio do Programa Residência Pedagógica, permitiu que os residentes pudessem refletir sobre a realidade dos alunos e do processo ensino-aprendizagem, principalmente diante de uma crise de pandemia como a da Covid-19. Para além disso, esse momento foi ideal para estabelecer debates sobre a função e a importância da escola na atual sociedade, marcada pelo

progressivo avanço tecnológico e, principalmente, o papel do professor na formação dos indivíduos na era das informações, ou seja, em um momento no qual o acesso às informações é facilitado pelos aparatos tecnológicos conectados à internet.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A. L. de; FAHD, P. G. Perspectivas para o retorno das aulas presenciais. In: PAIVA JÚNIOR, F. P. (Org.). **Ensino Remoto em debate**. Belém: RFB Editora, 2020.

ARRUDA, J. S.; SIQUEIRA, L. M. R.de C. **Metodologias Ativas, Ensino Híbrido e os Artefatos Digitais: sala de aula em tempos de pandemia**. Revista Pemo, v.03, p.01, 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/4292>. Acesso em: 03 de set. de 2021.

BARBOSA A. F. (coord). **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras: TIC Educação**. Disponível em [http://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC\\_DOM\\_EMP\\_2013\\_livro\\_eletronico.pdf](http://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_DOM_EMP_2013_livro_eletronico.pdf). Acesso em: 04 set. 2021.

BEHRENS, M. A. **Metodologia de Projetos: aprender e ensinar para a produção do conhecimento numa visão complexa**. In: TORRES, P. L. (Org.). **Metodologias para produção do conhecimento: da concepção a prática**. 1ed. Curitiba: SENAR, 2015, v. 1, p. 217-268.

BRASIL. **Constituição Federal. Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Ministério das Comunicações, 1988.

DAZZI, R. L. S.; ENGSTER, W.; PASSERO, G. **Uma revisão sobre o uso das TICs na educação da Geração Z**. Revista Renote –Novas Tecnologias na Educação, v. 14, p. 1-8, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/renote/article/view/70652>.

OLIVEIRA, D. E. S. D. de; SUZUKI, A. C. ; PAVINATO, G. A. ; SANTOS, J. V. L. dos. **A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL E PARA O DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM: um estudo teórico**. Disponível em:



<[https://uniesp.edu.br/sites/\\_biblioteca/revistas/20200522115524.pdf](https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20200522115524.pdf)>. Acesso em: 05 ago. 2021.

OLIVEIRA, J. P. T. de. *A eficácia e/ou ineficácia do livro didático no processo ensino aprendizagem*. PUC-RIO Brasil, 2012.

PIAGET, J. *Para onde vai a educação?* Rio de Janeiro: José Olímpio, 2007.

REIS, R. P. In. *Mundo Jovem*, nº. 373. fev. 2007, p.6.

RESENDE, T. de F.; SILVA, G. F. A relação família-escola na legislação educacional brasileira (1988-2014). *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v.24, n.90, p.30-58, jan./mar., 2016.

SILVA, G. J.; MEIRELES, M. C. Orgulho e preconceito no ensino de História no Brasil: reflexões sobre currículos, formação docente e livros didáticos. *Crítica Histórica*, ano VIII, nº 15, julho/2017. P. 7-30.

SOUZA, M. E. do P. *Família/escola: a importância dessa relação no desempenho escolar*. Artigo apresentado ao Programa de Desenvolvimento Educacional - Universidade Estadual do Norte do Paraná, Santo Antônio da Platina, 2009.

## Estágio Supervisionado e o ensino de História: A Revista *Fon-Fon!* como recurso didático para entender a Primeira República Brasileira (Campina Grande/PB, 2021)

Eduarda Oliveira Silva  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
eduardaoliveira@ufrn.edu.br

O presente trabalho visa relatar as experiências obtidas no estágio supervisionado III do curso de licenciatura em História (UFRN/CERES). Partindo de um contexto extremamente sensível que é a pandemia do COVID-19, torna-se imprescindível a necessidade de refletir o ensino remoto até então vigente, sobretudo no que diz respeito da área de História, buscando solucionar possíveis problemas e também proporcionar ainda mais uma aprendizagem histórica consciente dos fatos. Para isso, utilizou-se de uma ferramenta bastante importante no âmbito das fontes, as revistas históricas, de modo a trabalhar o conteúdo Primeira República Brasileira. Através da revista *Fon-fon!* foi possível levantar metodologias como interpretação e reflexão dos fatos e das iconografias, além de ter possibilitado também um paralelo com a realidade atual, fazendo os alunos pensarem se de fato esse formato de governo atende as necessidades da população. A culminância dessa experiência aconteceu com a criação de uma revista pelos próprios alunos, com temas que versavam sobre cultura, política, saúde pública e meio social sobre a atual República.

**Palavras-chave:** Estágio Supervisionado. Primeira República. Ensino Remoto. Fontes Históricas.

### INTRODUÇÃO

A realização do terceiro estágio supervisionado do curso de licenciatura em História demonstrou ser crucial para a construção de experiências enquanto futura docente. Mesmo diante das adversidades impostas pelo ensino remoto, em decorrência da pandemia do COVID-19, o estágio pôde acontecer de forma exitosa, sobretudo porque a partir dos usos tecnológicos o ensino de História pode sim, se tornar possível. A

proposta inicial dessa regência foi ultrapassar as barreiras do ensino tradicional e colocar em prática metodologias que viabilizem o conhecimento histórico efetivo. O que seria, então, um conhecimento histórico efetivo? O que isso teria a ver com o ensino tradicional? Ambos casos estão fortemente ligados enquanto somente por um ensino concentrado em dialogar com as práticas metodológicas eficazes e também com fontes históricas, seria possível ocorrer uma construção de conhecimentos históricos efetivos. Só assim acontece uma ruptura com os ditames tradicionais, sobretudo com a forma de aprender através somente de questionários.

O estágio supervisionado referente a esse relatório aconteceu em uma turma do ensino médio regular, mais especificamente no terceiro ano. É comum encontrar nesse público um grande almejo em estudos que se canalizem para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), onde há uma grande ênfase em aprender técnicas para responder às questões de forma rápida, ocasionando assim uma mecanização do conhecimento. Pensando nisso, a proposta inicial desse estágio é tentar solucionar esse problema em potencial, tendo em vista a importância dos estudos históricos comprometidos com uma formação efetiva dos futuros cidadãos e cidadãs.

Nesse sentido, o estágio em questão ocorreu na Escola Estadual em Tempo Integral José Augusto (EETIJA) localizada na cidade de Caicó/RN, no bairro Penedo, situado no centro do município. Alguns aspectos dessa localização precisam ser considerados, como que a instituição comporta uma grande extensão territorial, e está circunvizinha de supermercados, lojas, casas, restaurantes, hotéis, prédios, pousadas e inclusive do Batalhão de Engenharia de Construção (1º BEC). Ainda sobre os aspectos, é preciso mencionar a presença de um grande ginásio poliesportivo. Supervisionado pelo professor e historiador Everaldo Dantas, a experiência ocorreu em três semanas, contabilizando 1 observação e 4 regências, acontecendo de forma exitosa pela plataforma *Google Meet*.

## O CAMPO DE ESTÁGIO: A ESCOLA

Em decorrência da pandemia do COVID-19, todas as instituições de ensino do Brasil adaptaram a forma de transmitir o conhecimento através de plataformas digitais. Infelizmente, um ano e meio depois, ainda se encontra a mesma situação, onde os alunos e professores utilizam de ferramentas *on-line* para aprender e ensinar. Em se tratando disso, uma das maiores dificuldades acometidas nesse percurso foi a falta de apoio por

parte dos pais, pois nem todos estão preparados para orientação das atividades feitas em casa. Somado a isso, pode-se citar também a falta de equipamentos como internet, celular, computadores que demonstram serem cruciais para ocorrer o ensino remoto.

Na perspectiva do estágio, é possível perceber e sentir uma maior dificuldade, tendo em vista a importante necessidade de estar presente na sala de aula, de vivenciar a experiência do ambiente escolar físico e também poder trocar experiências mais efetivas tanto com os alunos quanto com o professor tutor. De repente tudo ficou à mercê de contatos *on-line* ou ligações telefônicas, e muitas vezes nem sequer é possível ver o rosto dos alunos, pois muitos não querem abrir as câmeras. O cadastro de estágio, que antes era inevitável ir à escola colher as informações, hoje obtém-se muitas vezes pelo *WhatsApp*.

Com isso, o ensino remoto e toda a conjuntura política, econômica, social, de saúde pública e sobretudo educacional implora aos envolvidos e responsáveis pela educação brasileira aquilo que Paulo Freire outrora externou sobre acreditar que o conhecimento ainda salva. No estágio supervisionado III pôde ser possível observar algumas questões interessantes acerca das dificuldades e também da prática docente que certamente serão relevantes para a formação pessoal e profissional, além de ter mostrado de fato a resiliência por trás de um professor.

Para haver uma melhor contribuição no âmbito do estágio é preciso conhecer e reconhecer o espaço em que o futuro docente estará atuando. Somente através desse mapeamento, é possível tornar realidade as teorias e metodologias aprendidas durante as aulas acadêmicas. Sendo assim

A aproximação a realidade só tem sentido quando tem conotação de envolvimento, de intencionalidade, pois a maioria dos estágios burocratizados, carregados de fichas de observação, é míope, o que aponta para a necessidade de um aprofundamento conceitual do estágio e das atividades que nele se realizam (...). Conclui que o estágio, ao contrário do que se propugnava, não é atividade prática, mas teórica, instrumentalizadora da práxis docente, entendida esta como atividade de transformação da realidade. Nesse sentido, o estágio curricular é atividade teórica de conhecimento, fundamentação, diálogo e intervenção na realidade, esta, sim, objeto de práxis. Ou seja, é no contexto da sala de aula, da escola, do sistema de ensino e da sociedade que a práxis se dá. (PIMENTA, 2012, p. 45)

Em se tratando da caracterização do espaço em que ocorreu o estágio, a EETIJA como foi dito é uma escola de grande porte, ocupando territorialmente toda uma rua. Ao redor é possível encontrar diversos estabelecimentos, casas, pousadas e hotéis, o que torna uma instituição com boa localização. A EETIJA se destaca também por ser a única

escola estadual do município em Tempo Integral, além também de ter sido a responsável pela formação de milhares de indivíduos (incluindo alunos da zona rural, da zona urbana e também de cidades circunvizinhas), tendo em vista seus mais de 60 anos de fundação.

Sobre o corpo humano da instituição, a direção escolar é eleita por eleições bienais, tendo atualmente à sua frente a professora Nádir da Costa Nóbrega. Ao todo na escola trabalham cerca de 20 funcionários, destacando os professores e também os intérpretes de LIBRAS, e em relação à acessibilidade a escola detém rampas e outras ferramentas de inclusão. Sobre a equipagem escolar, a EETIJA comporta sala de informática, laboratório de ciências da natureza, biblioteca, sala dos professores e da diretoria, projetores, sala de vídeos, jogos interativos e quadros.

No que diz respeito à qualidade de ensino, a EETIJA demonstra ser bastante preparada e ativa, principalmente por seus convênios com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) que possibilitam o diálogo efetivo entre a academia e as escolas, como também à preparação dos alunos futuros docentes e a formação continuada daqueles professores que se encontram atuando em sala de aula. Um dos projetos notáveis entre às duas instituições é o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) que há anos é realizado de forma exitosa, tanto na área de História, como Matemática e Geografia.

No período em que estava havendo o contexto presencial de aulas, as atividades educacionais ocorriam de forma expositiva e dialogadas, com a utilização de alguns recursos didáticos como livros ou projetores. Na perspectiva da Escola em Tempo Integral ocorria também a oferta de disciplinas optativas (eletivas), onde os alunos optavam por algumas especialidades, estimulando assim a possibilidade de algumas atividades em outras potencialidades diferentes das comuns (português, matemática, história...). Entre as eletivas é possível encontrar desde aulas de dança, LIBRAS, música, e era comum ocorrer algumas feiras ou exposições sobre o que era produzido nessas disciplinas, de modo que os alunos pudessem compartilhar os saberes.

Agora com o ensino remoto muita coisa mudou, as escolas tiveram que se adaptar ao novo formato de aprender e ensinar. Assim como a maioria das instituições escolares do país, a EETIJA também passou a utilizar ferramentas tecnológicas ao seu favor, não deixando de haver dificuldades quanto ao uso delas, pois tanto o público docente quanto o discente não estava familiarizado com salas virtuais ou plataformas de aprendizagem. Nesse sentido, a escola passou a utilizar aquilo em que o alunado consegue lidar melhor,

que são as redes sociais, então através do *Instagram*, do *WhatsApp* e do *Facebook* acontecem maneiras de comunicação, como divulgações de aulas, convites para reuniões, prazos de envios de atividades e as próprias aulas, que acontecem em sua grande maioria na plataforma *Google Meet*. Não só os alunos, mas os pais se encontram também nesses ambientes virtuais, ocorrendo assim uma facilitação de diálogo.

Sobre o corpo discente da instituição, a EETIJA comporta um público eclético, pois há alunos tanto da zona urbana quanto da zona rural. Uma grande parte não tem acesso à internet ou meios de comunicação como celular ou computador, pois na sala de aula do referido estágio, dos quase 70 alunos que compõem o terceiro ano, apenas uma média de 40 comparecem às aulas virtuais. Ou seja, uma parte considerável, pelo menos dos alunos dessa série específica, recebe atividades impressas para realizar em casa.

## ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

O estágio supervisionado III ocorreu na turma do terceiro ano, com 5 intervenções de 40 min em cada aula. Na EETIJA, a direção escolar conjuntamente com os demais partícipes, resolveram agrupar todas as turmas em suas respectivas séries, de modo a tornar viável e ter uma melhor organização dos horários e atividades. Nesse sentido, o terceiro ano comportava cerca de 70 alunos, tanto do técnico quanto do ensino regular, sendo 25 alunos no B, 23 na turma A e 25 no técnico. O agrupamento facilita e muito a organização da sala, mesmo tendo essa quantidade alta, é possível ter o controle através das opções que o *Google Meet* oferece.

A primeira experiência foi quando houve a observação de sala, um momento importante para o mapeamento da turma e do professor, além de ser um espaço também de conhecer e se apresentar como estagiária. Nesse dia foi possível perceber um pouco sobre a relação do professor Everaldo com os alunos, uma interação bastante positiva de diálogos, mas também de uma significativa amizade. Neste dia de observação o professor estava resolvendo algumas questões passadas como atividade na aula passada, o assunto era Revolução Russa e os alunos foram bastante participativos no debate. Nos dias seguintes antes da regência de fato, houve bastante conversa com o professor, a fim de em parceria planejar a temática das aulas. Seguindo a lógica do livro didático, o próximo assunto seria a Primeira República Brasileira, então todo o estágio foi pautado no referido

tema, partindo desde problemáticas acerca do conceito República, até chegar aos demais contextos sobre urbanização, industrialização, imigração e políticas.

Nesse sentido, na primeira aula o assunto iniciou-se com a discussão sobre o conceito República, de modo a fazer pensar se sendo esse modelo de governo algo intencionado e projetado para o povo, porque então a sociedade brasileira viveria com altas taxas de desigualdades e pobreza? Para alimentar o debate, foi possível utilizar algumas charges presentes tanto no livro didático quanto na Revista *Fon-fon!* que ilustraram muito bem de forma exitosa essa percepção. Sem dúvidas, a utilização de charges como recurso didático e pedagógico suscita bastante debate, sobretudo crítico acerca da realidade. Os alunos demonstraram interesse, e citaram alguns exemplos de seu entorno que mostram que a República brasileira acabou se tornando excludente ao longo da história. A professora Alessandra Ferreira (2013) deixa explícito essa relevância ao mencionar que

Em virtude dessa amplitude que o âmbito escolar atingiu nas últimas décadas foram surgindo inúmeros trabalhos acadêmicos que se dedicavam, justamente, em fornecer subsídios teóricos aos professores das mais diversas licenciaturas e assim redimensionar a relação existente entre teoria e prática em sala de aula. Desses subsídios teóricos incorporados por alguns profissionais do magistério merecem destaque a introdução do uso da imagem em sala de aula, a música, a literatura, as histórias em quadrinhos entre outras linguagens que constituem ferramentas indispensáveis para que os alunos aprendam a ler e interpretar não apenas signos, mas principalmente o mundo ao seu redor. (FERREIRA, 2013, p. 5)

Em seguida, foi possível falar sobre os demais contextos referentes à Primeira República, como o domínio das oligarquias (sobretudo no Seridó, trazendo o exemplo próximo à realidade dos alunos, do Cel. José Bezerra de Araújo Galvão), a política dos governadores, a política do café com leite, crise cafeeira, o ciclo da borracha na Amazônia, o significado de modernidade por trás da República, imigração, urbanização e industrialização. Um ponto importante é sobre como o livro didático trabalhou o assunto referente à política do café com leite, pois o mesmo trouxe uma nova perspectiva, problematizando essa “antiga” denominação, e trazendo uma nova conceituação, que seria “café com política”, pois segundo os novos estudos houve uma introdução de estados nesse conjunto político, como Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul, além de São Paulo e Minas Gerais. Isso demonstra que o conhecimento acadêmico está chegando mais rápido nos livros didáticos.

Em se tratando das atividades propostas à turma, foi pensado dois tipos: uma que realizasse uma reflexão histórica sobre o assunto, a partir da prática, e a outra uma espécie de questionário, pois este último era uma metodologia que a organização da escola orientava aos professores. Utilizando a plataforma *Google Forms*, foi possível montar uma série de questões onde os alunos puderam exercitá-las pensando no ENEM, e na outra proposta foi pedido que, inspirados em algumas páginas da Revista *Fon-fon!*, com temáticas sobre imigração, política e o âmbito social do início do século XX, os alunos criassem uma pequena revista retratando aspectos da República na atualidade, de modo a fazer uma ponte de reflexão sobre algumas permanências que a história proporciona.

## A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E A ESCOLA

A partir do que foi visto na disciplina Estágio Supervisionado III sobre como se deu a Reforma do Ensino Médio e suas consequências e aquilo vivenciado no contexto de estágio, houveram algumas divergências que são válidas de se refletir. Primeiramente, é preciso que se compreenda um pouco a respeito de tal reforma, de modo que a partir disso possa ser possível enxergar as possíveis nuances.

Para essa análise, foi pensado em utilizar-se da perspectiva partilhada pelo pedagogo e doutor em educação Celso João Ferretti (2018), que levanta diversos argumentos que asseguram a referida reforma como um projeto questionável frente à proposta de melhoria à educação brasileira, sobretudo no que diz respeito a sua tênue ligação com os interesses políticos.

Antes de tudo é importante entender que a Reforma do Ensino Médio não é um projeto recente, pois há alguns anos a mesma vem carregando consigo a perspectiva autoritária e intervencionista de governantes alinhados com tal caráter. Além destes, o projeto também recebeu interesse de alguns setores da sociedade também congruentes com essas percepções, os empresários intencionados em tornar a educação pública brasileira um campo exclusivamente com fundamentação financeira. Para isso, há algum tempo, tal classe vem subornando o poder político brasileiro, e a Reforma do Ensino Médio demonstra ser o ápice dessas intervenções.

Nesse sentido, a proposta da Lei 13.415 idealizada por esses setores traz como justificativa alguns problemas recorrentes no panorama educacional brasileiro, como:



baixa qualidade do ensino médio, altas taxas de reprovação e abandono escolar e infraestrutura precária. Os redatores de tal lei esquecem que por trás desses entraves há muitas outras consequências, que certamente não decorre tão somente de uma reforma. Segundo Ferretti,

Como indicam os índices publicados na grande mídia, é correta a avaliação feita pela Lei a respeito da baixa qualidade do Ensino Médio (problema que, no país, não se restringe a essa etapa da educação básica e vem se arrastando por longo tempo). Todavia, a segunda justificativa, que se apresenta com uma forma de resposta à primeira, é equivocada por atribuir o abandono e a reprovação basicamente à organização curricular, sem considerar os demais aspectos envolvidos. (FERRETTI, 2018, p. 26)

Além disso, o mesmo autor ainda salienta que o fato de haver um grande afastamento de jovens das escolas decorre de outros fatores alheios, como: gravidez na adolescência, violência familiar, violência escolar, ausência de diálogos efetivos entre a família e a instituição. Então, porque as intenções em melhorar a qualidade do ensino brasileiro não são baseadas nesses outros problemas, quase sempre excluídos dos interesses governamentais? Por que não se concentrar em equipar as escolas, moldar seu aparato estrutural? Valorizar os professores? Todos os esforços feitos estão atrelados à mudança do currículo e torná-lo um verdadeiro manual da engrenagem trabalhadora, um grandioso documento pautado em evidências científicas e também em anos de experiência.

Com a pandemia e o decurso do ensino remoto, as propostas alinhadas com o empresariado e a percepção de uma educação bancária ganharam mais notoriedade. O historiador Vítor Lins realizou uma análise pertinente em pleno auge da crise sanitária, demonstrando que a História não é só pensar o passado, onde o mesmo afirma que

Por fim, não sabemos o que acontecerá no futuro, pois a experiência relativamente bem sucedida das aulas remotas já está fascinando a cabeça de muitos empresários do ramo da educação, principalmente do Ensino Superior, gerando demissões em massa, já que, com a nova realidade, prevista para o restante de 2020, substitui as aulas presenciais por turmas virtuais que necessitam de bem menos mão-de-obra. (OLIVEIRA, 2020, p. 9)

Na escola em que foi realizada o estágio, mesmo tendo ficado à mercê da Reforma, pouco se percebeu a prática das propostas curriculares, sobretudo agora no ensino remoto. As aulas de História seguiram a lógica do ensino sem a percepção da lei, utilizando livros didáticos e sua ordem cronológica dos assuntos. Quando havia aulas

presenciais e a oferta de disciplinas eletivas, era mais perceptível uma maior movimentação na escola e uma vivência mais efetiva.

## PROBLEMÁTICA IDENTIFICADA

Em se tratando das problemáticas vivenciadas no estágio, o ensino remoto em sua configuração atual precisa ser reavaliado, sobretudo se as escolas brasileiras resolverem adaptar tal formato ao ensino tradicionalmente acontecido de forma presencial. Há muito o que se trabalhar, como: a formação e adaptação dos professores e também dos alunos ao mundo tecnológico, disponibilização dos meios necessários para a realização das aulas, repensar a sobrecarga de trabalho por parte dos docentes, proporcionar formações continuadas e aumento salarial, e pensando na perspectiva da disciplina de História: tornar possível um ensino voltado para a consciência histórica e crítica.

Como foi dito anteriormente, é preciso que não se normalize um ensino médio voltado exclusivamente para o ENEM, onde os alunos apenas treinam questões e como fazer uma boa redação no mínimo tempo possível. Além disso, essa noção também solidifica a ideia de um ensino médio canalizado apenas para o âmbito acadêmico, pautado em realizações muitas vezes das famílias dos alunos, excluindo totalmente os verdadeiros anseios da classe juvenil.

Para se ter uma noção desse panorama exposto, segundo uma pesquisa realizada por FROZZA e SOPELSA (2007) sobre o que significa o ensino médio para os alunos de uma determinada instituição, muitos dos que responderam ao questionário, afirmaram ser “...uma preparação para a faculdade, para um ensino superior. E com isso buscar uma preparação profissional. (Aluno 4)” ou que seria “...de extrema importância, no trabalho, mais tarde vai ser exigido. Vou precisar dele para entrar numa faculdade para melhorar de vida. (Aluno 10)” (2007, p.276).

Através desses discursos, pode-se perceber que de fato a proposta da Reforma do Ensino Médio já estava enraizada no seio cultural da sociedade, e que ela apenas solidifica uma percepção que infelizmente alimenta um sistema excludente e em grande medida responsável pela ideia de que os indivíduos devem viver e morrer em prol do trabalho.

Segundo o professor MENEZES (2018), a Reforma do Ensino Médio vem justamente dar uma “nova”, porém antiga roupagem ao ensino médio, de quando a educação brasileira, nos meandros do século XX, era pautada nos modelos tecnicistas.

Além disso, e pensando na perspectiva da experiência do estágio, “os percursos de sentido profissionalizante, além de não especificados na nova lei, também não orientam as escolas sobre como adequá-los, por exemplo, a perspectivas de demanda regional” (2018, p. 112).

### CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Mesmo diante de tantas dificuldades, o estágio supervisionado III orientado pela professora Simone Costa e apoiado pela supervisão do professor Everaldo Dantas demonstrou ser de suma importância para o crescimento pessoal e profissional como futura docente. Esse primeiro contato com alunos do ensino médio com certeza deixou marcas de um público singular e desafiador, além de uma grande responsabilidade em orientar uma faixa etária por vezes indecisa quanto ao futuro que lhes espera.

A vivência também pode ser considerada decisiva para a formação, tendo em vista que, somente agora, foi possível enxergar quais são as opções didáticas que mais chamaram atenção, e sem dúvidas o esforço maior será sempre de transmitir e proporcionar uma conscientização histórica alinhada com a criticidade acerca da realidade.

Certamente ainda há muitos desafios a serem superados, muitas pendências a serem resolvidas enquanto professora de História. Somente através das experiências é que dificuldades *à posteriori* podem ser melhor solucionadas, e aqui está a grande importância dos estágios nas licenciaturas assim como um excelente apoio dos professores e de toda a comunidade docente.

Os tempos não são os melhores para quem deseja ser professora ou professor. O que mantém, certamente, a chama acesa em seus corações, é a grande necessidade de ser útil para a vida (e a formação pessoal e profissional) de alguém, pois aquilo que é compartilhado entre professores e alunos são coisas ainda sem conceitos ou nomeações precisas, vai além da sala de aula, dos muros escolares e dos melhores livros...

### REFERÊNCIAS

FERREIRA, Alessandra. A inserção das tirinhas e charges nas aulas de História: uma estratégia de ensino que promove a reflexão crítica em sala de aula. **XXVII Simpósio Nacional de História/ANPUH: Conhecimento histórico e diálogo social**. Natal/RN, 2013.

FERRETTI, Celso João. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. In: **Ensino de Humanidades: estudos avançados**. v. 93, nº 32, São Paulo, 2018.

FROZZA, Neli Angélica; SOPELSA, Ortenila. A significação do ensino médio para os jovens alunos. In: **Revista Roteiro**, v. 32, nº 2, Joaçaba, p. 265-290, jul-dez de 2007.

MENEZES, Luís Carlos de. Ensino Médio: etapa conclusiva de uma educação em crise. In: **Ensino de Humanidades: estudos avançados**. São Paulo, nº 32, 2018.

OLIVEIRA, Vítor Lins. O ofício do historiador nos tempos da pandemia do coronavírus. In: **Anais do XIX Encontro de História da ANPUH**. 2020, online [www.encontro2020.rj.anpuh.org](http://www.encontro2020.rj.anpuh.org). Acesso em 27 de Out. de 2021.

PIMENTA, Selma Garrido. **Estágio e docência**. Selma Garrido Pimenta; Maria Socorro Lima; revisão técnica José Cerchi Fusari, - 7. ed. - São Paulo: Cortez, 2012.

REVISTA FON-FON. **Empresa Fon-Fon e Selecta**. Rio de Janeiro: 1907/1958. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: jul. 2021.

# RELATO DE EXPERIÊNCIA EM SALA DE AULA: DONA DULCE - UMA QUEIMADENSE À FRENTE DE SEU TEMPO

Ewerton Rafael Raimundo Gomes  
Universidade Estadual da Paraíba  
ewertonrafael08@gmail.com

Nailde da Silva Costa  
Universidade Estadual da Paraíba  
naildecosta824@gmail.com

A partir das experiências em sala de aula, na disciplina de tópicos especiais em história do Brasil, desenvolvemos este artigo com a proposta de abordar a temática das sensibilidades, buscando analisar o contexto em que a figura de Maria Dulce Barbosa está inserida, principalmente no processo de emancipação da cidade de Queimadas-PB. Metodologicamente, traremos a imagem construída ao longo dos anos de Dulce Barbosa que representa a quebra de paradigmas impostos pela sociedade do início da primeira metade do século XX. O ser feminino era tido como algo exclusivo do lar, feito exclusivamente para ser mãe e esposa. Portanto, por meio dos estudos de CALVINO (1990), LOPES (2006) e TATAGUAÇU (2017), destacamos mulheres como Dona Dulce – assim popularmente conhecida entre os cidadãos de Queimadas-PB – como as mulheres lutaram para que suas vozes fossem ouvidas, buscaram representar o direito de ser cidadãs, votantes e participantes da sociedade em que estavam inseridas.

**Palavras-chaves:** História Local. Feminino. Sensibilidade. Dulce Barbosa.

## INTRODUÇÃO

O presente relato de experiência tem como proposta, trabalhar a questão do feminino na cidade de Queimadas e o seu empoderamento e posteriormente suas conquistas, a partir da problemática sobre a importância de Maria Dulce Barbosa, uma mulher à frente de seu tempo, ativista social e participante assídua da política local, uma mulher filantropa e grande “matriarca” da educação queimadense.

Temos como finalidade abordar, partindo da trajetória de Maria Dulce Barbosa, a participação das mulheres na sociedade, principalmente no contexto local, e debater sobre a importância de se trabalhar ludicamente as questões feministas e a sua relevância para ampliar os horizontes de discussão acerca dessa temática. Trazendo assim, como José Adilson Filho (2019) problematiza, que é difícil separar a escrita da história local das emoções individuais, ou seja, a partir do estudo de Maria Dulce Barbosa, ou Dona Dulce como a conhecemos em Queimadas, é difícil retirar a parte do mental e emocional, a partir do estudo dos escritos em relação a ela, ou seja, não conseguimos assim sermos imparciais em relação aos seus estudos ou não demonstramos emoções em nossos escritos.

Tomando por base as fontes bibliográficas obtidas, como também nos sites de professores queimadenses, iremos abordar como a imagem de Maria Dulce Barbosa foi importante para a nossa cidade, tanto em contextos políticos como educacionais, e a representatividade de uma mulher em ocupar esses espaços em um tempo na História do Brasil que vem a ser perpassado pela ditadura militar. Dona Dulce passara por este momento da História brasileira e ainda continuou com seu protagonismo educacional na cidade de Queimadas.

O que me leva a promover esse debate sobre Dulce Barbosa é a escalada de casos de feminicídio que a cidade de queimadas registra. Tal ocorrência é reflexo de uma cidade com alto grau de machismo e misoginia, por isso devemos buscar ainda mais o debate sobre a questão do ser feminino, suas lutas, conquistas para, através disso, ludicamente alcançar uma criticidade cidadã para o maior respeito com o ser mulher, a empatia e conscientemente a prática da não violência e abusos que os homens poderão fazer ou presenciar no futuro ou até mesmo no cotidiano.

A discussão sobre Dulce Barbosa se torna importante na cidade de Queimadas, pois, ela foi uma grande cidadã da sociedade queimadense, sendo muito atuante no âmbito da política, sendo vereadora três vezes e a primeira prefeita da cidade, e conseqüentemente do Estado da Paraíba. Além disso, ela foi uma grande ativista social e uma grande mestra da educação, fundando em sua cidade natal, uma escola com seu nome, daí se adentra também a importância de se estudar o local com uma visão da memória e patrimônio no quesito de mostrar ao alunado uma cultura material e imaterial, no caso a própria Dulce Barbosa e a sua escola como riquezas desta cidade.

## AS SENSIBILIDADES DA FIGURA DE DULCE BARBOSA

O caminhar para chegarmos numa sociedade igualitária é uma luta diária para todos os envolvidos na construção social de um povo. Na cidade de Queimadas- PB, são perceptíveis os passos lentos em direção ao novo, os índices de feminicídios na localidade é algo de extrema preocupação, mulheres e adolescentes são vítimas das mentalidades retrógradas que não conseguem enxergar o feminino como parte primordial da construção do ser enquanto agente fomentador de opinião.

Maria Dulce Barbosa é uma marca do pioneirismo da mulher no cenário político de sua época, carregando consigo o legado de ser a primeira vereadora da cidade de Campina Grande – PB, primeira mulher a ser eleita prefeita do pequeno município de Queimadas-PB. Mulher que sempre lutou pelos seus ideais, buscando visibilidades para os menos abastados, uma ousadia sem igual era nítida na pessoa de Dona Dulce, fez seu nome no âmbito político, realizando façanhas que apenas os homens detinham este direito, num cenário majoritariamente masculino, Dulce Barbosa trilhou uma estrada que muitas mulheres puderam caminhar.

Outro ponto fundamental na trajetória de Maria Dulce Barbosa é sua contribuição significativa no cenário educacional no município queimadense, sendo ela a criadora do primeiro colégio secundarista da cidade, secretária de educação de Campina Grande-PB na gestão de Elpidio de Almeida, nos anos de 1955 a 1959. Ocupou o cargo de professora e posteriormente de diretora do Colégio José Tavares, situado na cidade de Queimadas.

O legado deixado por Dona Dulce perdura até os dias atuais, sempre lembrada com ternura pelos seus conterrâneos. Escolas carregam seu nome, desfiles cívicos prestam homenagens a grande filha da cidade. O nome de Maria Dulce Barbosa é entoado com grande respeito e admiração pelos moradores da cidade. Seja de forma oral, ou escrita, a memória e legado de Dona Dulce irá permear os filhos deste solo que a teve como grande defensora. Como Antônio Carlos Ferreira Lopes (2006) vem a dizer:

Certamente lhe causa orgulho saber que, na batalha da vida, é detentora de tão grandiosas vitórias apesar, das derrotas e que o imaginário popular desde a criança até o mais idoso lhe vê como a incansável, inteligente, guerreira, destemida e inesquecível Dulce Barbosa. (Lopes, 2006, p.142)

## VIDA E IMPORTÂNCIA DE MARIA DULCE BARBOSA PARA QUEIMADAS-PB

A grande Maria Dulce Barbosa foi uma importante cidadã da cidade de Queimadas, vizinha a região metropolitana e ao qual já foi distrito de Campina Grande, onde participou assiduamente da vida política, também sendo uma grande educadora da cidade, como também uma grande ativista local das causas sociais. A partir de agora, apresentarei a sua biografia.

Dulce Barbosa nasceu na cidade de Queimadas no dia onze de agosto de 1915, descendendo dos fundadores e pioneiros habitantes desta cidade, advindos de uma antiga sesmaria chamada Capivara. Coursou o ensino fundamental em Campina Grande, no colégio da Sagrada Família. Teve formação no curso normal no colégio das Neves em João Pessoa, esta formação aconteceu nos anos 30. Já em 1937, com a criação do colégio José Tavares, ela foi chamada para ser professora, logo após, assumiu a direção do colégio.

Dulce Barbosa ingressou na carreira política no ano de 1935, pelo Partido Progressista (PP) de Argemiro Figueiredo, onde representou Queimadas ao lado de Veneziano Vital, na chapa de vereador. Em 1947 foi eleita a primeira vereadora de Campina Grande, ao qual se torna um marco de sua época, pois como sabemos, mulheres neste tempo histórico dificilmente ocupavam tal cargo, principalmente atuavam na política, e assim se repetiu tal feito em 1951, 1955 e como dizem Adriano Araújo e Emmanuel Sousa (2017) no blog: Retalhos Históricos de Campina Grande “em 1959 sofreu seu primeiro revés político, mas, assumiu a cadeira de vereadora diversas vezes naquela legislatura”. Foi secretária de educação da cidade de Campina Grande no segundo mandato de Elpídio Josué de Almeida, dos anos de 1955 a 1959. Desta forma, este período na trajetória de Dona Dulce, merece destaque para construção de seu mandato como vereadora em 1951, com os seguintes dizeres de Antônio Carlos Ferreira Lopes (2006):

No dia 03 de outubro de 1951, Dulce Barbosa foi eleita mais uma vez vereadora de Campina Grande pela UDN, para o período 1951-1955, com 1.087 votos e teve o apoio de Argemiro de Figueiredo que para candidato a prefeito foi derrotado por Plínio Lemos. Essa legislatura ficou marcada pela oposição acirrada por Dulce Barbosa e mais alguns colegas vereadores fizeram ao então prefeito Plínio Lemos. (Lopes, 2006, p. 140-141)

Na imagem a seguir, apresento Maria Dulce Barbosa no 4º Congresso Nacional dos Municípios, no Rio de Janeiro em setembro de 1956 da qual ela veio a participar e da qual teremos personagens importantes para este momento que Maria Dulce estava vivendo, onde temos da esquerda para direita: Noaldo Dantas, Benedito Mota, Dulce



Barbosa, Oliveira Oliveiros e Euclides Ribeiro.



Figura 1: Maria Dulce Barbosa no 4º Congresso Nacional dos municípios no Rio de Janeiro em 1956. (Acervo de Ezequiel Lopes, 2013)

No ano de 1962 Dulce Barbosa veio a se tornar a primeira prefeita eleita do Município de Queimadas. Ela ainda tentou se candidatar mais duas vezes para prefeita de Queimadas, em 1969 e 1976, onde foi derrotada em ambas. De certo, estas suas derrotas seriam advindas de uma grande mudança que a cidade estava passando em seu cenário político.

Assim Maria Dulce Barbosa caracteriza-se por sua grande importância na representatividade do feminino na área política, por sua participação em uma época onde as mulheres, mesmo com grandes conquistas como o voto, ainda não tinham grande participação na política, e mesmo assim quando se tinha, a vitória era sempre incerta e rara, adentrando assim não apenas como importante para o local, para a cidade de Queimadas, mas para todo o território nacional.

Maria Dulce Barbosa também tem sua grande importância para a cidade de Queimadas e o olhar para a mesma, em sua resistência ao governo militar durante a ditadura de 1964 a 1985 com a redemocratização, a referida atuou na resistência contra a censura, fazendo assim uma oposição local a ditadura militar, tinha grande voz na cidade em relação às diretas já, ou seja, ao voto direto do povo para a escolha do presidente da República no Brasil, como também era assídua na cidade em suas falas em prol da redemocratização. Em relação a isso, trazemos uma reportagem do Jornal da Paraíba publicada em um domingo, no dia trinta e um do mês de agosto do ano de 2003.

JORNAL DA PARAÍBA PARAÍBA, DOMINGO, 31 DE AGOSTO DE 2003

# Sevy Nunes

« Linha direta com a coluna: svenunes@pornews.com.br »

**DAQUELA** mulher especialíssima, que é **MARIA DULCE BARBOSA** foram festejados em sua amada Queimadas na sua tradicional residência, repleta de recordações de família e momentos históricos de sua vida política. Amigos e familiares contribuíram para aquela ocasião tão especial lembrando "estórias" e incidentes interessantes de suas campanhas e carreira políticas desde a sua primeira eleição para Câmara de Vereadores de Campina Grande em 1947, quando então as mulheres foram admitidas à vida política após a queda do Estado Novo. Após três legislaturas como vereadora eleita Prefeita do então município de Queimadas, tornando-se em 1963 a primeira mulher Prefeita do Nordeste e uma entre as primeiras mulheres eleita Prefeita em todo o Brasil.



**AO** - lado da querida aniversariante Dulce Barbosa esta colunista muito feliz.

**DULCE**

**TAMBÉM** liderou a oposição política local contra a Ditadura Militar em prol do movimento nacional pela re-democratização política tendo continuidade na pessoa de sua sobrinha, Emília Correia Lima, hoje ocupando o elevado cargo de diretora do Departamento de Produção Habitacional na Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, que veio de Brasília participar desse encontro festivo.

**Toque do Dia**  
"VIDA SIMPLES, PENSAMENTO ELEVADO"

**VALE**

**RESALTAR** a forma carinhosa de minha amiga Lourdes Barbosa Correia Lima, que foi a organizadora daquela amorosa comemoração, que na verdade foi prestigiadíssima, contando com a presença da Banda do Colégio fundado por elas, as duas irmãs, cujo viver tem sido grandioso... Quem veio da Inglaterra participar também deste encontro familiar foi Germana, filha de Lourdes B. Correia Lima, que desde que casou reside em Londres e vem também matar saudades da terrinha...

**OS DISCURSOS**

**E HOMENAGENS** foram seguidos de comensais, com churrasco e feijoada, culminando com um delicioso bolo decorado com a reprodução de um retrato e bolinhas da primeira campanha política que elegu Dulce para a Câmara de Vereadores de Campina Grande em 1947. Antes de apagar as velinhas, os brindes e parabéns comoveram a querida aniversariante, que emocionada agradeceu o carinho e a presença de todos que lhes foram parabenizar.



Figura 2: Comemoração de seu aniversário ao lado de Sevy Nunes do Jornal da Paraíba, em 2003. (Acervo de Ezequiel Lopes, 2015)

Logo depois destas suas lutas partidárias, dona Dulce dedicou-se ao magistério, tendo como profissão de professora, ensinando a disciplina de história e passou a administrar escola a qual fundou e deu o seu próprio nome, o Ginásio Comercial Dulce Barbosa, sendo ele o primeiro educandário local com ensino ginásial, ao qual nos dias de hoje se denomina por fundamental II. Essa escola foi fundada em meados da década de 1960 e para lá, ela dedicou todo o resto de sua vida, permanecendo sempre numa luta por uma educação de qualidade e acessível para todos.

A figura de Dona Dulce se carrega de suma importância também no que se refere nas vias do campo da educação, por se tratar de uma grande influência local para o ramo. Ela se notabilizou por ser uma grande educadora, gestora e diretora, uma força imponente, e de uma garra e carinho enorme, além de uma inteligência rara.

Veio a falecer justamente no dia Internacional da mulher, no dia 8 de março de 2013, dona Dulce veio a ter um infarto, e devido a sua idade, que era de 96 anos, não veio a aguentar tal acontecimento. Abaixo temos algumas imagens de reportagens sobre a morte de Maria Dulce Barbosa publicada no Jornal da Paraíba, no sábado do dia nove de março do ano de 2013, reportagens da qual, em imagem, ilustram também a presença de

personalidades políticas em seu velório.



Figura 3: Homenagem da Câmara Municipal de Campina Grande retratado pelo JP. (Acervo de Ezequiel Lopes, 2015)



Figura 4: Reportagem do Jornal da Paraíba sobre a morte de Dulce Barbosa com a presença de personalidades políticas. (Acervo de Ezequiel Lopes, 2015)



A morte de uma grande mulher queimadense aconteceu coincidentemente em um dia que é destinado e marcado para a reflexão do que é ser mulher, de ser mulher em uma sociedade que mata, violenta e agride física e psicologicamente uma mulher a cada cinco minutos, sendo assim, ser mulher numa sociedade machista e misógina é uma luta constante. Mas é também um dia em que se reflete sobre todas as lutas que as mulheres tiveram que travar ao longo do tempo em detrimento dos seus direitos, das quais elas não se tinham, por viverem em sociedades mais desiguais quanto ao gênero, classe social e etnia-raça, e conseqüentemente refletir sobre os seus direitos alcançados, e quais ainda querem conquistar, pois com toda a evolução que tivemos enquanto sociedade, ainda caminhamos lentamente para a redução da desigualdade de gênero enquanto sociedade.

Assim, podemos perceber a importância de se falar e perceber a vida e história desta grande mulher queimadense, que muito contribuiu para esta cidade, e pensar a mesma como uma personagem que teve uma grande representatividade em ocupar um cargo que até então, e posteriormente viria a ser ocupado apenas por homens. Assim, pensando historicamente o papel feminino e os locais sociais, que muitas vezes são negados às mulheres, e que está em um período com um discurso na questão do local, como do nacional, veio a quebrar este ciclo, pelo menos uma vez, de homens ocupando a cadeira da prefeitura municipal de Queimadas-PB. Neste sentido, a imagem abaixo vem justamente legitimar esta fala.

Figura 5: Galeria dos prefeitos de Queimadas, de 1962 a 2017. (Acervo de Ezequiel Lopes, 2015)



## CONCLUSÕES

A partir do estudo e análise sobre a vida e representatividade de Maria Dulce Barbosa em torno do estudo do local da minha cidade Queimadas na Paraíba, na perspectiva da memória e do patrimônio, de viés imaterial, analisando as sensibilidades, o local social e importância que ela teve para a cidade, “o local é onde estamos nossos afetos e paixões, onde estão inscritos os aspectos mais significativos de uma vida” (FILHO, 2019, p.180), destaco a protagonista como uma mulher de grande força e representatividade para a cidade de Queimadas e para as mulheres que aqui vivem, podemos assim, trabalhar.

Desta forma, devemos estudar e garantir que através de local e de nossos patrimônios, sejam eles materiais ou imateriais, como considero ser a pessoa de Maria Dulce Barbosa para a cidade de Queimadas tanto nós, como alunos em sala de aula, possamos ver de perto de seu convívio social também existem meios, locais, monumentos pessoas que são portadoras de contextos e identidades que por eles o alunado se perceberá mais como ser ativo de sua localidade, como um cidadão crítico e que pensar problemáticamente as questões que os permeiam.

Com isto, os debates acerca da presença e vida política de Maria Dulce Barbosa vem a nos ajudar a apresentar as problemáticas sobre o ser mulher, sobre suas conquistas e batalhas ao longo tempo, e principalmente a falta das mulheres na política, adentrando para o âmbito do local, demonstrando para o alunado, ao se trabalhar a mesma em sala de aula, que nas localidades também existem histórias passíveis de estudo e observação, que cada localidade existe a sua riqueza particular de memória e patrimônio.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. Companhia das Letras, 1990. 1º ed. [Le città, invisibili, 1972] Tradução: Diogo Mainardi.

FILHO, José Adilson. *A História Local em tempos de globalização*. In: Limites no horizonte do tempo: textos em História Local. Flávio Carreiro de Santana e Luíra Freire Monteiro (orgs.). João Pessoa: ideia, 2019. P 177 – 188.

LOPES, Antonio Ferreira. *Queimadas seu povo, sua terra*. Queimadas, 2006.

REZENDE, Antônio Paulo de Moraes. *Cidade e Modernidade: registros Históricos do amor e da solidão no Recife dos anos 1930*. História: Cultura e sentimento – outras histórias do Brasil. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Cuiabá: Editora da UFMT, 2008. P. 45 – 72.

RIBEIRO, Renilson Rosa. *O saber(histórico) em parâmetros: O ensino da História e as reformas curriculares das últimas décadas do século XX*. Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ensino Superior do Seridó - Campus de Caicó. V.05. N. 10, abr./jun de 2004.

### SITES UTILIZADOS

<https://youtu.be/x92trVFivdg>. Acessado: 19/08/2021.

<https://tataguassu.blogspot.com/search?q=dulce>. Acessado:19/08/2021.

<http://tataguassu.blogspot.com/2017/03/todos-os-prefeitos-de-queimadas.html>  
Acessado: 19/08/2021.

<https://www.tre-pb.jus.br/imprensa/noticias-tre-pb/2021/Agosto/201cmulheres-paraibanas-em-foco201d-homenageia-a-professora-maria-dulce-barbosa>Acessado: 19/08/2021.

<http://cgretalhos.blogspot.com/2013/03/relembrando-maria-dulce-barbosa.html#.YX-GiJ7MLrf>. Acessado: 19/08/2021.

<http://tataguassu.blogspot.com/2015/03/maria-dulce-barbosa.html>.Acessado: 19/08/2021.

<https://www.queimadas.pb.gov.br/portal/noticias/geral/maria-dulce-barbosa-sera-matrona-do-futuro-instituto-historico-e-geografico-de-queimadas> Acessado: 19/08/2021.

# PANDEMIA E ENSINO REMOTO EMERGENCIAL: EXPERIÊNCIAS DO ESTÁGIO DE REGÊNCIA NO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA DE ENSINO NA ZONA RURAL.

Elias Pedro de Oliveira Neto  
Universidade Regional do Cariri (URCA)  
elias.pedro@urca.br

Com a pandemia causada pela COVID – 19, muitas mudanças foram feitas na estrutura da sociedade, e todos os setores foram afetados. Este trabalho estuda como setor específico a educação e como essa instituição foi afetada desde o início da pandemia, tendo como objetivo principal apresentar como se deu a experiência do estágio de regência do ensino fundamental II da escola da Zona Rural João Batista de Figueiredo, da cidade de Jardim, no interior do Ceará. Neste trabalho, são apresentadas as experiências que foram realizadas durante o período de estágio de regência com as turmas do 6º ao 9º ano e como se deram todos os processos de metodologias aplicadas com os alunos para desenvolvimento de realização dos estudos das disciplinas de História e Geografia. Também são apresentadas as dificuldades encontradas no decurso do estágio até a finalização do mesmo.

**PALAVRAS – CHAVE:** Ensino Remoto. Ensino Público. Ensino de História. Zona Rural.

## INRODUÇÃO

O presente trabalho tem o objetivo de apresentar como se deu a experiência do ensino remoto na Escola de Ensino Fundamental João Batista de Figueiredo, na Zona Rural da cidade de Jardim, no interior do Ceará. A intenção deste trabalho é abordar, das mais variadas formas, como se deu a experiência da realização do estágio de regência e como foram utilizadas as metodologias de ensino com os alunos para desenvolvimento das aulas remotas do ensino fundamental II. É importante entender que há grandes disparidades sociais no que tange o ensino remoto.

O trabalho está dividido em dois momentos. No primeiro – “*A experiência do Estágio Regencial remoto*” – análise de forma geral como se desenvolveu a experiência e como o auxílio da professora foi essencial para entender como se daria as formas do estágio, e como era a situação da escola, do ensino e dos alunos diante do contexto da pandemia. No segundo momento – “*Aulas Remotas: novas metodologias de ensino*” – abordo como as metodologias aplicadas durante o ensino puderam atender as demandas do que estava sendo proposto durante a realização do estágio. Foram discutidas neste tópico quais metodologias se aplicariam melhor no desenvolvimento dos alunos.

Com a pandemia causada pela COVID-19, muitas mudanças foram feitas dentro das estruturas sociais, o que acabou causando grandes impactos em muitos setores e principalmente no setor educacional. Uma nova modalidade de ensino teve de ser adaptada a realidade dos estudantes. A pandemia causou uma série de restrições, afetando milhões de estudantes que tiveram de migrar do ensino presencial para o ensino remoto emergencial. Sem os meios tradicionais de ensino, alunos e professores tiveram que buscar novos parâmetros para atender as demandas educacionais.

As ferramentas de ensino à distância foram vistas como uma possibilidade para a não - proliferação do vírus. Porém, várias lacunas de diversas naturezas foram criadas para atender as requisições que foram impostas por conta da pandemia. Com esse cenário inesperado, uma portaria autorizada e publicada pelo Ministério da Educação – MEC, concedeu a utilização das tecnologias de informações e comunicações em todos os seguimentos de ensino, medida que foi pensada para conter os prejuízos educacionais causada pela pandemia (LEITÃO *et al.* 2020). As desigualdades sociais sempre estiveram presentes no meio social. No contexto pandêmico, pôde-se perceber com maior clareza como essa teoria se aplicou na prática da realidade de muitos. Levando em consideração o ensino, as disparidades sociais no Brasil ficaram bem mais claras no decorrer dessa pandemia que existem não só entre redes de ensino, mas também entre alunos que fazem parte da mesma rede escolar e mais precisamente as desigualdades que existem entre alunos da mesma sala de aula (CRUZ, *et al.* 2020).

Segundo Ruchel *et al.* (2020), a adaptação a todo o processo surgiu em várias partes, tanto dos alunos como de professores que tiveram de desenvolver habilidades para tal prática.

Quando se fala em adaptação, é importante considerar que se tratam de dois movimentos diferentes ocorrendo simultaneamente: o primeiro, em relação aos alunos, que se veem isolados e sozinhos, distantes dos seus



grupos sociais, tendo que desenvolver habilidades como autonomia de estudo, domínio de tecnologias e autodisciplina. Por outro lado, professores que necessitam reaprender a planejar, dentro de uma nova realidade, já que não se trata apenas de inserir as tecnologias no planejamento, mas reformular completamente as suas práticas e metodologias, considerando a distância, o tempo, os recursos e, inclusive, a carga emocional implicada no contexto (RUCHEL *et al.* 2020. P. 05).

Segundo Vieira e Ricci (2020), a desigualdade é marcante quando partimos para o princípio de analisar as condições de acesso às tecnologias para atender as necessidades de muitas crianças e pais. Os mesmos ainda reiteram que

[...] enquanto algumas crianças têm acesso à tecnologias de ponta, possuem acesso ilimitado à internet e recebem em casa o apoio dos pais/responsáveis, tantas outras ficam à margem deste processo, seja pela falta de equipamento tecnológico adequado em casa, seja pelo fato de os responsáveis dedicarem-se à outras preocupações, seja por estes não terem a formação escolar adequada para orientá-los em relação à realização das atividades ou, ainda, por situações de extrema pobreza e vulnerabilidade social (VIEIRA; RICCI, 2020. P. 03).

Adaptar-se se tornou uma palavra casual na vida das pessoas. Assim como professores e alunos, pais também tiveram que tomar conta dos espaços de conhecimentos para poder conseguir se reorganizar e ressignificar suas rotinas. Pressão psicológica, desgaste emocional e físico, preocupação de muitos pais em relação a aprendizagem dos filhos, foram os fatores que se enquadraram neste novo modelo. Além do mais, tiveram que assumir o papel de professor dentro de casa e ainda arcar com as responsabilidades do dia-a-dia (MEDEIROS *et al.*, 2020).

Este tipo de aprendizagem se mostrou/mostra muito desafiador para ambas as partes na qual a dúvida paira sobre muitas questões que envolvem a aprendizagem e o ensino, principalmente para pais de crianças que tem os filhos no início da vida escolar. Segundo Cruz *et al.* (2020), muitos riscos de acentuação de elevada desigualdade de aprendizado entre alunos brasileiros são altos. Na palavra da mesma, o ensino online pelo qual professores e alunos foram submetidos, tem uma tendência de ter um maior grau de elevação para aqueles estudantes que já possuem um desempenho mais aprimorado.

## A EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO REGENCIAL REMOTO

Muitas questões foram levantadas quando se tratou da realização de um estágio remoto. Perguntas como: “como será o estágio? Será que vai funcionar? Será que minha internet irá funcionar bem? Será que vou ter um retorno positivo no estágio? Será que os

alunos irão se atentar para as questões a serem estudadas?”. Este desafio, no entanto, passou a ser enfrentado por todos aqueles que se encontram em finais dos cursos de licenciatura e que tiveram de migrar de um estágio presencial para um estágio de forma remota.

Muitas dúvidas foram sendo lançadas no decorrer do planejamento semanal de aulas sobre como se daria tanto a questão de ensinar, quanto do aprender dos alunos nesta nova modalidade de ensino. Em um primeiro momento, para entender todas as demandas do município em relação ao ensino remoto, foi realizada uma conversa com a professora efetiva da disciplina de História e Geografia, na qual foi essencial para orientação de como se daria a efetivação do estágio com as turmas. Foram disponibilizadas as turmas do 6 ao 9 ano da Escola de Ensino Fundamental João Batista de Figueiredo, na qual a mesma é lotada.

O impacto para entender como estava funcionando a questão do ensino remoto se deu logo de início na primeira conversa, pois, por ser uma escola localizada na Zona Rural, a realidade das aulas era diferente do que se imaginava. Vários fatores foram questionados em relação as aulas durante a conversa, pois uma boa parcela dos alunos não possuía todas as tecnologias necessárias – computador, celular, internet e sinal de rede de telefonia para a realização das mesmas. Neste sentido, abriram-se várias incógnitas em como fazer a realização da aula de uma forma que permitisse a participação de uma boa parte dos alunos. A realidade que se passava na Zona Rural era completamente diferente da realidade da Zona Urbana, em que, pelo menos maioria dos alunos, conseguiam ter uma aula via ferramenta do *Google Meet*, diferente da Zona Rural, em que não tinha possibilidade desta realização. As aulas aconteciam apenas via *WhatsApp*, se tornando assim um desafio ainda maior. Com a falta de rede de cobertura de telefonia na localidade, a comunicação com as turmas era dificultosa, uma vez que nem todos os alunos tinham acesso à internet em casa, e muito menos celular para a realização das aulas.

As disparidades sociais no âmbito educacional se tornaram ainda maiores quando foi perceptível analisar as diferenças entre os alunos que: *“enquanto um tinha acesso à internet e uso do celular, outro teria que se deslocar até a escola no respectivo dia da aula para poder realizar a atividade que seria impressa e entregue pela diretora, e posteriormente enviado pela mesma para a professora – isso quando era viável”*. Outra questão que foi observada, foi em relação ao dia da aula. Em uma aula que era ministrada em um dia da semana, muitos dos alunos só conseguiriam entregar a atividade proposta no estágio no final de semana, por exemplo,

e isso se dava devido à falta de recursos que os mesmos não possuíam. Observa-se neste sentido como as diferenças são visíveis, o que acabou se tornando um desafio para a realização do ensino remoto propriamente dito.

Durante todo o período de estágio, entender a realidade do aluno e abrir possibilidades de ensino e aprendizagem foi muito desafiador, isso por não acompanhar de “perto” o desenvolvimento dos mesmos e vindo à tona antigas perguntas como: “*Será que está havendo aprendizado ou estão apenas empurrando com a barriga?*” – como diz um antigo ditado popular. Perguntas como essa foram frequentes durante o período de realização do estágio, muitas respondidas, outras deixando mais dúvidas.

A sociedade fala sobre professores inovadores, mas não pensa na possibilidade de “inovação” por parte da maioria das famílias brasileiras que não tem acesso a pelo menos uma renda mínima para ter o alcance às inovações impostas pela sociedade. Esta foi uma realidade que não foi diferente na Escola de Ensino Fundamental João Batista de Figueiredo, em que tentar inovar como por exemplo a realização de uma aula online via *Google Meet* se tornava inviável para os alunos. Tratar essas adversidades do ensino como normal, está bem distante da realidade.

No decorrer do desenvolvimento do estágio, pôde-se enxergar que não são todos os pais que estão presentes e conectados aos alunos, e isso se dá também devido a muitos deles não serem alfabetizados ou precisarem ir para a colheita para sustentar a família, o que acaba envolvendo nesse aspecto várias questões socioeconômicas por ser uma localidade de baixo poder aquisitivo, tanto econômico quanto social.

## AULAS REMOTAS: NOVAS METODOLOGIAS DE ENSINO

Ao longo do estágio, foram utilizadas três metodologias diferentes. Essa proposta foi vista como forma de entender em qual situação o aluno conseguiria desenvolver melhor o seu conhecimento sobre o conteúdo que estaria sendo ministrado, e assim poder melhorar a prática do estágio de maneira que fizesse com que os alunos se adequassem às aulas da melhor maneira.

De início, foi pensado como se daria esta realização, pois era necessário criar metodologias que pudessem alcançar boa parte dos alunos. Neste sentido, em um primeiro planejamento, foram realizadas gravações dos conteúdos referentes ao que a professora tinha orientado. Pensando nessa possibilidade de gravações, os vídeos foram

postados no YouTube com o propósito de atingir pelo menos boa parte dos alunos e, em seguida, uma atividade domiciliar para fixar o conteúdo estudado junto ao livro didático. A proposta de vídeo teve justamente o intuito de fazer com que os alunos pudessem ter uma explicação mais ampla do conteúdo. Porém, ao analisar tanto as questões resolvidas, quanto ao número de visualizações dos vídeos, os resultados não foram os melhores esperados, pois não conseguiu atingir o número de alunos que continha em sala, o que acabou por fazer mudanças na metodologia de ensino.

A segunda proposta se deu por desenvolver um PDF com atualidades sobre o conteúdo que estava sendo ministrado, que fizesse com que os alunos pudessem desenvolver seu próprio pensamento sobre questões atuais – locais, regionais e nacionais. Ficou evidente como muitos dos alunos conseguiram desenvolver bem o pensamento, assim como desenvolver suas próprias críticas. O desenvolvimento dos alunos na segunda proposta teve mais produtividade, uma vez que os mesmos conseguiram se atentar tanto no que o livro didático apresentava, quanto as atualidades que foram montadas em PDF. Foi perceptível como a metodologia II pôde alcançar um maior nível em pelo menos maioria dos alunos, e isso se deu devido a facilidade de ter acesso, uns pelo o celular, outros que iam até a escola para ter acesso ao texto impresso e devolvido pela diretora, que enviava os arquivos com a resposta dos alunos.

O terceiro método aplicado junto aos alunos, foi trabalhar com os mesmos em forma de jogo, de modo que todos pudessem participar das atividades que foram propostas como forma de revisão de conteúdo para a avaliação posterior. O jogo realizado foi em formato de *quiz*, um enviado via link na internet para aqueles que tinham acesso, e outro em formato de PDF com todo o conteúdo que foi trabalhado nas semanas anteriores com os alunos das quatro turmas. Diante desse método, foi nítido observar como os alunos conseguiram interagir junto ao *quiz* e tirar possíveis dúvidas sobre algumas questões aplicadas no conteúdo, e ao final do estágio, foi realizada uma avaliação que se deu por meio da plataforma *Google Forms*, para aqueles que tinham acesso aos meios digitais, e um arquivo em PDF para ser distribuído na escola. Assim, foi possível avaliar o conhecimento dos alunos em ambas as disciplinas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização do estágio remoto em meio a uma pandemia foi sem dúvidas um obstáculo muito desafiador. Trabalhar com o ensino por meio de ferramentas digitais diz muito sobre como o país precisa melhorar em todos os sentidos, no que diz respeito a educação. Muitas questões ainda precisam ser revistas diante desse quadro educacional. As demandas educacionais em meio a uma pandemia, pelas experiências acima citadas, afetaram a forma de aprendizagem dos alunos. Em muitos dos relatos, tanto de pais quanto de professores em conversas cotidianas, foi perceptível a defasagem do ensino dentro desse contexto. Nas questões em que envolve os exercícios escolares, houve uma acentuada queda.

As experiências realizadas na Escola de Ensino Fundamental João Batista de Figueiredo, trouxeram aspectos de como observar e entender como é a realidade da escola da Zona Rural e ajudaram a perceber todos os desafios enfrentados para se chegar a um resultado “positivo”, tanto por parte dos alunos quanto dos professores.

Um desafio enquanto estagiário, foi pensar nas possibilidades de ensino que poderiam ser desenvolvidas para fazer com que a aprendizagem pudesse fluir de maneira que os alunos acompanhassem os estudos que seriam propostos durante a realização do estágio. Os processos de desenvolvimento de ensino tinham que se adaptar à realidade dos alunos. Portanto, as metodologias aplicadas não poderiam fugir da realidade dos mesmos.

É dificultosa a aprendizagem remota, pois as questões socioeconômicas do Brasil ainda precisam ser resolvidas. A falta de oportunidade de acesso a essas tecnologias ainda é uma realidade presente. A relação entre teoria e prática ainda são questões a serem desenvolvidas com maior precisão, pois muitos desafios são enfrentados tanto por alunos, assim como para pais e professores. Por fim, é importante considerar que as questões de ensino remoto público ainda necessitam de muita atenção. É preciso alcançar metas de ensino que possam fazer com que os recursos ofertados por professores e gestão escolar possam chegar aos alunos.

## REFERÊNCIAS

CRUZ, Priscila *et al.* Ensino a distância na Educação Básica frente à pandemia da Covid-19. São Paulo, 2020. p 01 a 19.

LEITÃO, Luciene Araújo *et al.* A educação escolar pública e privada em tempos de pandemia na cidade de Rio Branco - Acre: notas de diário de campo. Amazônia, 2020. p 01 a 06.

MEDEIROS, A. Y. B. B. V. de; PEREIRA, E. R.; SILVA, R. M. C. R. A. Desafios das Famílias na Adaptação da Educação Infantil a Distância Durante a Pandemia de Covid-19: Relato de Experiência. Ead em Foco, v. 10, n. 3, e1051, 2020.

RUCHEL, Gian Eligio Soliman; TREVISAN, Mariana Borba; PEREIRA, Josei Fernandes. *Ensino Remoto no Contexto de uma Instituição Privada*. Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. 2020. Observatório Socioeconômico da Covid – 19. P. 01 a 14.

VIEIRA, Leticia; RICCI, Maíke C. C. A Educação em Tempos de Pandemia: Soluções Emergenciais pelo Mundo. Observatório do Ensino Médio em Santa Catarina – OEMESC. Editorial de Abril – 2020. Santa Catarina – SC.

## Arte de esculpir jovens pesquisadores: um relato de experiência sobre a formação em pesquisa no IFMA

Angela Maria Ribeiro da Silva

Instituto Federal de Educação,  
Ciência e Tecnologia do Maranhão  
– IFMA, Campus Buriticupu.

angelaadm259610@gmail.com

Francisca Márcia Costa de Souza

Instituto Federal de Educação,  
Ciência e Tecnologia do Maranhão  
– IFMA, Campus Buriticupu.

francisca.souza@ifma.edu.br

Este relato de experiência tem como objeto discorrer sobre a trajetória de pesquisa no Instituto Federal do Maranhão. Neste aspecto, jovens pesquisadores podem vivenciar diversas experiências e desafios em grupos de estudos e pesquisas e na iniciação científica e tecnológica. Neste contexto, no trabalho de memória, que consiste em lembrar e esquecer, faremos usos de registros acadêmicos pessoais na tecitura desta narrativa memorialista. Para tanto, delimitamos o percurso acadêmico-científico relacionado à elaboração do primeiro projeto de pesquisa desenvolvido no projeto de pesquisa-extensão “Esculpindo projeto de pesquisa”, destinado a jovens pesquisadores e servidores do IFMA e de professores do município de Buriticupu (MA). Mais tarde, durante a pandemia, o projeto passou a ser chamado de “Esculpindo Jovens pesquisadores”, no sentido de criar oportunidades de formação, de participação e permanência de estudantes na iniciação científica no IFMA. As experiências nesses dois projetos são as tramas deste relato. Nesta tecitura, a construção de cada etapa do projeto confunde-se com os caminhos e descaminhos trilhados na formação em pesquisa. Sendo assim, o relato é sobre esses primeiros passos na construção de um projeto de pesquisa, das primeiras ideias

gerais à finalização do projeto durante a pandemia de COVID-19: “Marielle Franco entre o Passado e o Presente: A política como Guerra no Brasil (2018)”.

**Palavras-Chaves:** Esculpir. Ciência. Juventude. IFMA.

## Introdução

Em 2017 iniciei na pesquisa científica no Instituto Federal do Maranhão. O projeto desenvolvido foi “Bolsa de Desenvolvimento Institucional- BDI”, com a duração de um ano (2017-2018). Seu objetivo principal era traçar o perfil dos pesquisadores do IFMA, Campus Buriticupu, em termos de publicação científica, formação acadêmica e profissional do servidor, participação e organização de eventos científicos, orientações e atividades de apoio dentre outros requisitos que eram investigados sobre os oitenta e oito servidores, o projeto foi a primeira experiência em pesquisa científica.

Ao entregar o relatório final da pesquisa, um documento sistemático, trabalhoso e cheio de detalhes, percebi que algo ainda me faltava, por exemplo, ainda não participava de grupo de estudos ou pesquisas, o que poderia significar uma rede de apoio ainda maior e mais consistente. No entanto, tinha adquirido uma bagagem teórica no meu referido projeto e passei a ter uma consciência muito maior da pesquisa na formação de um estudante. Essa consciência de que algo ainda faltava foi somada à curiosidade de entender melhor as tramas de um projeto de pesquisa.

A vontade era entender como era escrito, como os projetos eram criados para serem desenvolvidos por jovens pesquisadores. Com isso, cursando a Graduação de Tecnologia em Gestão Pública, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão-IFMA, Campus Buriticupu, cursei a disciplina “Teoria Política”. Ela despertou vários questionamentos. Aprendi sobre as tramas da política e do poder. A leitura de texto científico e o diálogo com os autores despertou ainda mais o interesse e a curiosidade em entender como a política atual se desdobrava em ações que poderiam chegar ou não até a comunidade que nasci por exemplo.

Com o encerramento da disciplina, fui tomada de grande inquietação. O espaço de debate e novas descobertas parecia se encerrar com o fim da disciplina. Neste sentido, tomada por uma incitação inédita, certa bagagem teórica e desejo de produzir



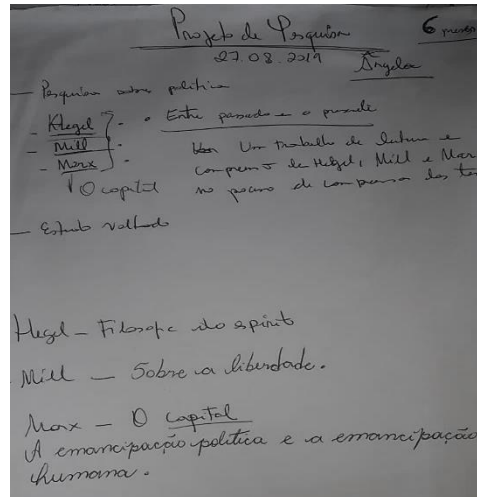
conhecimento, busquei junto ao Departamento de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação do campus mais informações sobre a iniciação científica. Buscava informações gerais sobre editais, pesquisas desenvolvidas no campus, servidores pesquisadores e suas linhas de pesquisas. Contudo, algumas perguntas nortearam minha busca: como participar de projetos de iniciação científica? como elaborar um projeto de pesquisa mesmo ainda sem experiência concreta de escrita científica?

No Departamento de Pesquisa, tive uma longa conversa sobre a pesquisa no campus, bem como fui convidada para fazer parte do projeto de pesquisa-extensão “Esculpindo Projeto de Pesquisa”, constituído a partir de oficinas de tecer projetos de pesquisas voltados para editais do IFMA. O projeto era desenvolvido desde 2018, mas foi somente em 2019 que comecei a participar dele efetivamente.

### **Esculpindo projeto de pesquisa**

Com a minha entrada no projeto “Esculpindo Projeto de Pesquisa” em 2019, o projeto adquiriu nova roupagem. Admitindo em sua nova edição apenas estudantes, com o intuito de orientá-los na construção de seu primeiro projeto de pesquisa, de desenhar e chegar ao objeto de pesquisa a partir de técnicas e teoria de pesquisa, mesmo que de maneira artesanal. Em grupos de oficinairos, numa relação mestre e aprendiz, foram admitidos estudantes com pouca ou nenhuma experiência no campo de escrita científica e suas respectivas técnicas.

Figura 1: Primeiras anotações para iniciar as leituras no intuito de desenvolver o projeto de pesquisa.



Fonte: Anotações da primeira reunião de pesquisa na oficina “Escupindo projeto de pesquisa”. Primeiros esboços, mapa de temas e chuva de palavras. Registro de 27/08/2019. Buriticupu, Maranhão, Brasil. Foto: Angela Maria.

Na primeira reunião, a motivação principal parecia vir dos livros de política. A descoberta dos livros e dos autores foi fundamental nesses primeiros passos. A experiência de leitura dos textos de políticas foi utilizada primeiramente para pensar uma área de conhecimento que tivesse afinidade. Além disso, o interesse em ler e discutir textos mais densos também são elementos de formação em pesquisa, pois demonstram algum conhecimento e técnicas de leitura e de interpretação.

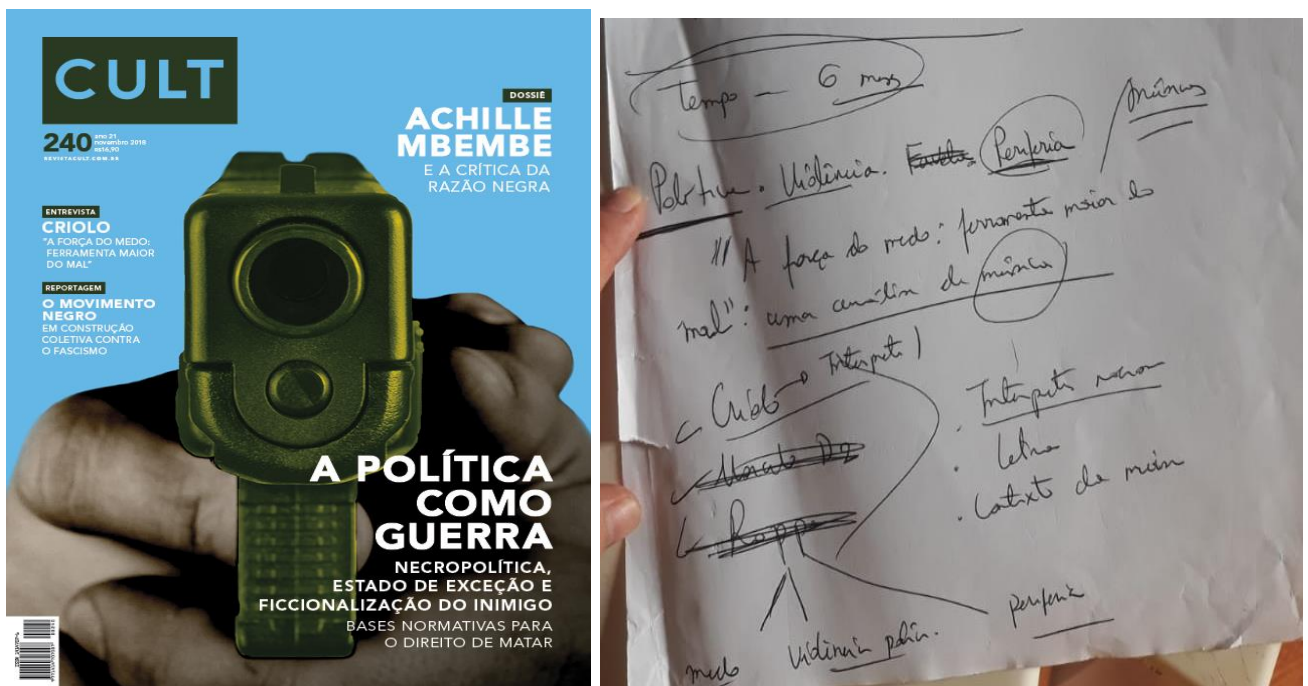
Partindo desse ponto, houveram várias outras oficinas, umas sobre orientações de leituras, com temáticas diversas como literatura, arte, política, outras acerca da escrita científica com uso de textos técnicos. Assim, fui me familiarizando ainda mais com textos e a escrita científica. À medida que discutia, lia e também escrevia, a nuvem de incerteza ia aos poucos se dissipando. A ansiedade diante do novo cenário ainda inexplorado pela a estudante foi dando espaço para criações, discussões e liberdade.

Nas reuniões semanais do coletivo por exemplo, era discutidos os textos indicados durante a semana. Ainda estava em busca de um objeto de estudo, que realmente contemplasse tanto o viés inicial inclinado à política quanto as demandas locais de

pesquisa em minha cidade. Esses pontos deveriam dialogar de forma dinâmica. Não poderia constituir um objeto de pesquisa somente a partir do meu olhar, as leituras e as indicações da minha orientadora deveriam compor essa colcha de retalhos até chegarmos ao objeto. O interessante é pensar que a cada oficina me descobria nesta caminhada, me surpreendendo ao longo das orientações.

De todas as indicações de leituras, sempre tem uma que lhe prende, e a contemplada foi uma revista da CULT, ed.240, a qual houve maior identificação pela sua temática, o escrito trazia textos sobre toda a corrida presidencial 2018 no Brasil, e outras formas de manifestações sobre o cenário político vivido, como à entrevista com o cantor Criolo, sobre o lançamento da música "Boca de Lobo". Além disso, o primeiro contato com os escritos de Achille Mbembe, autor ainda desconhecido pela graduanda. Foi pós leitura dessa revista, inspirado em sua capa, que surgiu o primeiro título do projeto, que se intitulava: "A força do medo, ferramenta maior do mal": a política como guerra no Brasil (2018), o sentimento era de euforia devido ao acúmulo de leituras existia uma confusão interna sobre o que seria estudado envolvendo a política e o surgimento do primeiro título mostrava a direção inicial desse estudo.

Figura 2: Estudo de textos diversificados e assimilação de métodos de estudos que auxiliaram na construção na delimitação do tema.



Fonte: Ed.240 Revista CULT. A Revista inspirou desde a sua capa aos textos. Daí surgiram várias ideias e o primeiro título da pesquisa (2019).

Após o tema delimitado e as leituras realizadas, iniciou-se o processo de escrita do projeto, que buscava produzir um entrelaçamento entre arte e política de acordo com as indicações de leituras diversificadas. Escrita essa que surge ainda de forma muito inocente em seu primeiro escrito, em busca de seu estilo e identidade acadêmica dentro da pesquisa. Segundo Debora Diniz (2013, p.13) “Não importa que venha a ser uma voz tímida. Eu, particularmente, gosto de autoras tímidas. Elas são cautelosas[...]”, a autora, salienta em seu escrito “Carta de uma orientadora: o primeiro projeto de pesquisa”, que a primeira experiência de um texto científico, ainda é uma voz que irá ganhar fôlego com o exercício, uma voz ainda iniciante, que se descobre a pequenos suspiros a sua verdadeira identidade como escritora.

Nessa perspectiva, o processo de escrita foi um período de seis meses com leituras, recortes, correções dentre outras atividades que pudessem desenvolver o texto e pesquisadora dentro do coletivo, com a proposta de projeto pronta, as atividades que foram designadas e desenvolvidas foram apresentações em eventos científicos em busca de aprimorar o conhecimento, serem avaliadas e recolher as críticas e informações que pudessem acrescentar ao projeto. Diante do exposto o objetivo desse relato é trazer a experiência de construção do primeiro projeto de pesquisa, evidenciar a trajetória da pesquisadora com o objeto de pesquisa e as inúmeras metamorfoses que foram feitas ao longo do tempo ainda relatar a importância das apresentações em eventos científicos que contribui para o desenvolvimento do objeto e na desenvoltura do pesquisador.

### Esculpindo Jovens pesquisadores

O projeto “Esculpindo Jovens Pesquisadores” extrapolou as questões técnicas relacionadas à produção de um projeto de pesquisa, consistindo em uma experiência mais ampla de formação em pesquisa a partir da percepção mais profunda de uma cultura científica.

Com o projeto de pesquisa pronto a primeira apresentação foi no II Seminário Interdisciplinar de História das Mulheres, Gênero e Sexualidade na Universidade Federal do Maranhão - UFMA em São Luís, a qual surgiu a necessidade de adaptar o projeto, de maneira que se encaixasse com a temática do evento, no início o projeto fazia uma abordagem entre arte e política e para adaptar ao evento precisaria falar da história de

mulheres. Dessa forma, o projeto passa por um processo de metamorfose, o estudo se manteve-se no campo político referente ao ano de 2018, no entanto foi acrescentado Marielle Franco e as disputas políticas em torno da personagem. O escrito passou à intitula-se "Marielle Franco entre o passado e o presente. A política como guerra na eleição 2018 (Brasil)", no qual a pesquisadora se identificou e continuou com a nova roupagem do projeto. Vale ressaltar que nesse mesmo período, parte da orientadora a submissão do projeto no edital Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica - PIVIC no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão -IFMA Campus Buriticupu, o qual foi aprovado.

Figura 3: Primeira apresentação em eventos científicos no II Seminário Interdisciplinar de História das Mulheres, Gênero e Sexualidade, na Universidade Federal do Maranhão- UFMA; São Luís - MA, 2019.

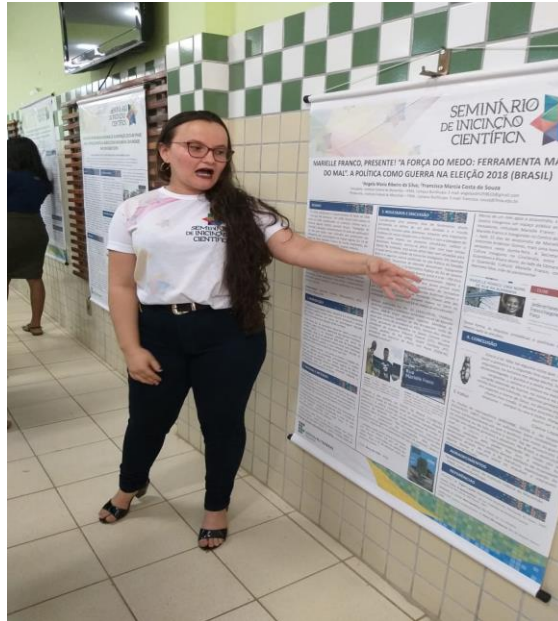


Apresentação do projeto "Marielle Franco entre o Passado e o Presente. A política como guerra na eleição 2018 (Brasil)". II Seminário Interdisciplinar de História das Mulheres, Gênero e Sexualidade, na Universidade Federal do Maranhão- UFMA; São Luís - MA, 2019.

Com a institucionalização do projeto outras etapas a serem desenvolvidas foram as apresentações em eventos científicos como forma de explicar a pesquisa mesmo no início e foi um dos meios adotados pelo coletivo Esculpindo Projeto de Pesquisa para nortear as jovens pesquisadoras a se aprofundarem na temática além de desenvolver-se com a postura de pesquisadora divulgando o conhecimento obtido e aprimorando-se com dicas e críticas ou referências que devam contemplar a pesquisa, como por exemplo, a

mudança de adaptação ao evento que ajudou a estudante a encontrar um novo caminho de estudo melhor delimitado.

Figura 4: Apresentação no Seminário de Iniciação Científica (2019)



Fonte: Apresentação do Projeto "Marielle Franco entre o Passado e o Presente. A política como guerra na eleição 2018 (Brasil)", no Seminário de Iniciação Científica-SEMIC (2019), IFMA, Campus Buriticupu, Buriticupu, Maranhão, Brasil. Foto: Thays Millena

A Segunda apresentação do projeto foi no Seminário de Iniciação Científica-SEMIC (2019), no qual foi uma apresentação oral na modalidade pôster o que possibilitou a pesquisadora apresentar ao público que vinha conhecer o trabalho várias vezes, além da banca examinadora que alguns avaliadores passavam para escutar sobre o projeto e visualizar alguns registros deixando a contribuição a forma de organizar o banner dar dicas de novas referências que devam ser adicionadas.



Figura 5: Apresentação durante a Pandemia no “ I Congresso Internacional Virtual de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação – I CONINP, do Instituto Federal do Ceará- IFCE.



Fonte: Apresentação Projeto de Pesquisa - "Marielle Franco entre o Passado e o Presente. A política como guerra na eleição 2018 (Brasil). Congresso Internacional Virtual de Pesquisa, Pós - graduação e Inovação do IFCE. Disponível em: <https://youtu.be/Biosf-uZ6Y4>

Com a Pandemia foi preciso se reinventar as formas de pesquisa mesmo com a precarização do acesso à internet e poucos equipamentos é preciso buscar novos meios de pesquisa, nesse intuito os eventos online foram uma das possibilidades que surgiram nesse período como a participação em congressos internacionais devido à distância é impossível de participar no entanto o modo remoto foi possível apresentar o projeto “Marielle Franco entre o passado e o presente: a política como guerra na eleição 2018 (Brasil)”, adquirindo uma nova experiência em participar mesmo que de forma remota de um Congresso Internacional.

Figura 6: Apresentação do projeto no Dia Internacional da Mulher (2021)



Fonte: Roda de Conversa “Meninas na Ciência: Como começar na Iniciação Científica?”, no 08.M Jornada IFMA intercampi, Dia Internacional da Mulher 2021.

A apresentação na roda de conversa “Meninas na Ciência: Como Começar na Iniciação Científica?”, foi explanado em primeiro momento a apresentação sobre a trajetória da pesquisadora na pesquisa antes do projeto “Marielle Franco”, como forma de inspirar meninas a participar de Iniciação Científica e demonstrar alguns caminhos que podem ser trilhados pelas interessadas na pesquisa científica. Em segundo momento foi exposto a trajetória do objeto de pesquisa e a conclusão da pesquisa via busca no google utilizando três comandos: Marielle Franco; Morte de Marielle Franco; Marielle Franco e as eleições 2018. Analisando como em cada comando a personagem era vista, as diferentes faces de Marielle exploradas pelas mídias, essa metodologia foi adotada devido a Pandemia que impossibilitou o acesso a fontes de pesquisas físicas.

Como pode-se observar a construção do objeto e suas metamorfoses é algo necessário na pesquisa científica, o processo de pesquisa é algo constante e o que antes



era suficiente, hoje precisa se modificar, onde atualmente o projeto faz mais uma transformação diante do desafio da escrita de uma Monografia para a conclusão da graduação de Tecnologia em Gestão Pública, e passa a configura-se "Entre Marielle Franco e a política como arma de guerra: percepções sobre segurança pública em Buriticupu – MA, na eleição 2018 (Brasil)", adotando uma nova abordagem no contexto da Segurança Pública, vale ressaltar que as readaptações são formas de aprofundar o conhecimento nada é deixado para trás, é apenas melhorado e alcançando uma maior profundidade.

### Considerações Finais

No primeiro momento, a minha participação no projeto de pesquisa-extensão "Esculpindo Projeto de Pesquisa" foi como alguém que se descobre, observa, questiona, pensa e escreve. A experiência do projeto foi desafiadora porque pude colocar-me como alguém que elabora algo, pude perceber inclusive meu valor e meu potencial. O projeto ganhou contorno, forma e vida nas oficinas. Ele foi se desenvolvendo e aos poucos de uma simples ideia ou angústia, o projeto ganha cara, cor e forma. No processo de criação, as orientações técnicas e teóricas, bem como a escrita acadêmica são fundamentais. Contudo, depois que guardamos os livros e apagamos a luz da sala, as conversas depois disso também ajudam bastante, as orientações não param, ganham outros contornos, as "conversas informais" são ainda refugio e desvenda saberes que possa serem explorados e adaptados pela teoria na volta a criação.

Para além das oficinas, o projeto "Esculpindo Jovens Pesquisadores" trouxe mais robustez para o projeto e significado da ciência para minha vida. As participações em eventos científicos possibilitaram, inclusive, o acesso a projetos com temáticas diversas e aprimoramento do que estava sendo desenvolvido por mim, o que se tornou imprescindível para a continuidade do trabalho.

Por fim, ao construir o meu projeto, senti que deixei de ser somente espectadora ou executora de projetos prontos e passei a ser o protagonista, da concepção das ideias à execução da pesquisa. Isso não aconteceu da noite para o dia, é um processo gradual, não é linear, mas zigue-zagueante, pois a escrita acadêmica é um processo constante de aprendizado, demora meses até anos para desenvolver uma identidade na escrita, é um

processo que vem sendo copilado através da atividade dentro dos projetos que participei. Sendo responsável com as leituras, fazendo pesquisa em um grupo, ouvindo outros pesquisadores, sendo ouvida, participando e apresentando minha pesquisa em eventos científicos. Contudo durante todo esse período que se concretizou em anos, fiz morada no coletivo e nele aproveitei todos os momentos de aprendizados que foram compartilhados em orientações e pelos integrantes do grupo e participei de todas as oportunidades que surgiram oferecendo conhecimento. Nesse sentido, o coletivo presente nos projetos foi peça principal para iluminar meu caminho e clarear as ideias.

### Referências

RODRIGUES, Carla; AIRES, Suely. Devir-negro: a leitura de Achille Mbembe no Brasil. *Revista Cult*. Disponível em <<https://revistacult.uol.com.br/home/dossie-leitura-de-achille-mbembe-no-brasil/>> Acesso em 01/11/2021.

DINIZ, Débora. *Carta de uma orientadora: o primeiro projeto de pesquisa*. 2. ed. rev. Brasília: Letras Livres, 2013. 108p

FRANZ, Kafka. *A metamorfose*. 14<sup>o</sup> ed. Tradução de Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LISPECTOR, Clarice. O Mineirinho. In: *Para não esquecer*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

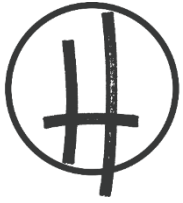
MBEMBE, Achile. *Necropolítica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.



# ENTREVISTAS







## OS EXCLUÍDOS DO SÉCULO XVII NO BRASIL COLONIAL

Elvira Gabrielly Santos da Silva

Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)

elviragabrielly@gmail.com

Gustavo Rollnic D'Amorim

Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)

gustavorollnic@gmail.com

Entrevista com o professor Dr. Bruno Miranda- UFRPE.

Entrevista realizada no dia 14/11/2020 através do Google Meet, sua duração é de uma hora e quarenta minutos e quarenta e seis segundos.

Dados do Entrevistado:

Dr. Bruno Miranda é um historiador especializado em História do Brasil Colonial e desenvolve pesquisas sobre este tema com o foco em: História Militar, História Moderna, História Indígena, expansão ultramarina portuguesa e neerlandesa durante os séculos XVI e XVII e paleografia portuguesa. Ele fez graduação e mestrado na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recebeu o título de doutor em na Universiteit Leiden. Atualmente, trabalha como professor adjunto do Departamento de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Também é integrante dos programas de pós-graduação em História da UFPE e UFRPE e é editor-chefe da Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

Informações coletadas pela plataforma do currículo Lattes.

Legenda: o sinal [...] indica as pausas na fala do entrevistado.

Elvira Gabrielly: — No cenário atual, é perceptível que alguns mitos historiográficos sobre o Brasil Colônia estão presentes no imaginário social brasileiro, um deles é de que o colonialismo holandês acarretaria melhores resultados para a colônia brasileira. Por que a imagem de Maurício de Nassau ainda permanece como a de um herói entre o senso comum dos pernambucanos?

Prof. Bruno Miranda: “Nassau é um mito. Um governador ‘esclarecido’ que veio para cá e trouxe uma corte. Ele ficou muito mais conhecido pela corte e representações pictográficas feitas à mando dele no Brasil do que por qualquer outra coisa. Foi visto mais como uma pessoa tolerante e [...] conciliadora do que como um colonizador. Me parece mais uma construção fantasiosa e um desejo dos brasileiros de ter o destino alterado (risos) caso uma figura como ele tivesse permanecido por aqui. [...] Já escutei diversas vezes: ‘se os holandeses tivessem ficado, seria melhor para a gente [...] veja o exemplo do que temos no governo de Nassau’. A questão é que esse é um recorte bem específico: de 1637 a 1644; é um recorte da presença holandesa voltado para o governo de Nassau. Se esquecem de que ele é um conquistador como qualquer outro português seria, com projetos de dominação do território, que fazia uso da mão de obra escrava e que se envolveu no tráfico de escravos. Inclusive, atualmente nos Países Baixos, vêm se discutindo a participação direta de Nassau no tráfico de escravos, que é algo meio que deixado de lado pela historiografia. Quando se falava de Nassau, tanto aqui, quanto nos Países Baixos, usualmente se falava dele como um mecenas, um homem esclarecido, que trouxe cientistas, que trouxe pintores. Não se mostrava o outro lado de Nassau, um governante e militar, um homem que estava aqui para ganhar dinheiro, ficar rico, pagar suas dívidas e poder construir seu palácio nos Países Baixos. Nassau construiu um palácio ao lado do parlamento dos Países Baixos, uma localização privilegiada. Ficou conhecido como o “palácio do açúcar”, porque boa parte da construção deste palácio foi financiada com o dinheiro que ele recebia pelo seu trabalho como governador do Brasil. Hoje, lá funciona um dos principais museus dos Países Baixos, a Casa de Maurício (ou Mauritshuis). Nassau veio para cá com salário de coronel do exército das Províncias Unidas, além de um novo soldo, como governador do Brasil holandês, e com uma percentagem do botim (era o que ele recebia pelos saques feitos nos territórios do Brasil). Então ele vem para conquistar.

Cabe retomar a questão do tráfico de escravos. Por um certo momento, muito breve, os holandeses tiveram algumas dúvidas sobre sua participação no tráfico de

escravos. Essas dúvidas foram colocadas de lado ao se perceber que no Brasil, para cuidar da cana de açúcar, para plantar e para fazer os trabalhos pesados era necessário o uso da mão de obra escrava. Daí essas ressalvas humanísticas foram deixadas de lado e os holandeses entraram de cabeça no comércio e no tráfico de escravos. O tráfico tornar-se-ia um dos principais negócios da Companhia das Índias Ocidentais. Mesmo quando a primeira Companhia faliu, na década de 1670, a segunda [Companhia das Índias Ocidentais] teve no tráfico de pessoas um de seus pilares. Ela atuou até o século XVIII.

Por isso, reitero que a atitude dos holandeses em relação aos povos e das regiões que eles conquistaram sempre foi a atitude de povos colonizadores. É só a falta de conhecimento do público brasileiro sobre a relação dos holandeses com os povos com os quais eles se relacionaram para achar que a situação seria melhor se eles tivessem permanecido por aqui. O Suriname hoje é um país extremamente pobre e com grande desigualdade social. É um país de colonização holandesa e com vínculos com a escravidão. Só no século XX, década de 70, que eles fizeram um processo de independência, mas as mazelas coloniais permaneceram. [...] As ilhas de Aruba e Curaçau fazem parte do Reino dos Países Baixos, mas ainda assim, nitidamente, a gente sabe, analisando o perfil social da população, que há desigualdade e que os descendentes dos escravos estão numa posição mais fragilizada em relação aos brancos. A colonização holandesa na Indonésia também não foi positiva. Eles têm problemas sociais seríssimos e os holandeses foram brutais no processo de descolonização, ocorrido ao fim da Segunda Guerra Mundial. [...] não são muito bons os exemplos da colonização holandesa quando comparamos com a colonização portuguesa. Na minha cabeça é o seguinte: colonizador é colonizador. Não existe colonialismo bom. [...] Só que Nassau virou um mito, porque obviamente ele tinha certos talentos. A Companhia poderia ter enviado um comerciante como governador, uma pessoa só ligada ao comércio, que não tivesse preocupada em conciliar com os locais. Nassau agia com diplomacia, tentou negociar com a população local pois sabia que precisava dos portugueses [...] para “tocar” a colônia. Então tomou uma atitude muito menos agressiva. Mas isso apenas por um período, pois quando Nassau chega em 1637, ele vai expandir a colônia. Chega em janeiro, se não me engano, e em fevereiro já está marchando em direção a Porto Calvo para expulsar os portugueses do território. Queria apaziguar a colônia e “tocar” o negócio do açúcar. Em 1638, tenta tomar Salvador. Fracassa, volta para o Recife, onde fica até mais ou menos 1640, quando os portugueses começam o processo de independência em relação ao império espanhol e assinam uma

trégua com os holandeses. Os holandeses, antes de chegar a comunicação da paz assinada com Portugal, expandem a colônia mais uma vez... para Sergipe, ao sul, e para o norte, tomando o Maranhão. Conquistam também Luanda, em Angola, principal centro do tráfico de escravos do lado da África ocidental. [...] Ou seja, dão um golpe sabendo que a trégua já havia sido assinada. Nassau sabia que a Companhia precisava apaziguar a colônia, incentivou a vinda de colonos... inclusive judeus; tentou mitigar os problemas religiosos entre católicos, judeus e calvinistas. Daí ficou a imagem de Nassau como tolerante. Uma tolerância que já existia nos Países Baixos [...] aliás, o próprio regimento da Companhia das Índias Ocidentais falava que era necessário [...] reduzir os problemas de religião, por assim dizer, pois eles precisavam de uma colônia funcional. Então Nassau não é tudo que pintam dele. É um cara da época dele. Esta participação dele no tráfico de escravos, que hoje poderia chocar a gente, era comum naquele período. Só que os historiadores hoje estão começando a desencravar e mostrar: “olha, esse cara que vocês apontam como um grande humanista, estava envolvido no tráfico de escravos, inclusive dando golpe na própria Companhia”, porque a Companhia das Índias Ocidentais era um empreendimento colonial, sabe Elvira, e como todo o empreendimento colonial era muito custoso, então a Companhia bancava tudo. Quem fizesse comércio por fora da Companhia estava onerando o cofre da Companhia; e Nassau fez isso. Talvez tenha até sido por isso que ele tivesse uma relação muito difícil com a Companhia. Se falava que era por conta dos excessos dele, dos custos que ele trazia com a corte no Brasil. Então tem um pouco desse lance de ele ter sido... um pouco mais tolerante com a população católica e judia, e ter trazido os artistas [...] isso tudo ajudou a construir o mito do Nassau. É um mito que tem conexão com um momento em que os brasileiros começam a pensar o que é o Brasil e quais são as nossas origens. Daí quando se pensa nas nossas origens, dizem: “olha, tudo o que deu errado aqui no Brasil é culpa dos portugueses” [...] e se fazem as comparações e são levantados os questionamentos [...] “e se fossem os holandeses? Como seria? Ah seria melhor!” Então ficou algo meio polarizado, um partido dos holandeses e um partido dos portugueses [...] cada um colocando as virtudes de um e de outro povo. É mais um desejo do que poderia ser do que efetivamente o que foi. Mais ou menos nesse sentido.”

Elvira Gabrielly: –Existia a possibilidade da mulher, após a morte do marido, administrar as posses da família?

Prof. Bruno Miranda: – Olha, [...] eu não sou um cara que pesquisa a história das mulheres, então eu não saberia te responder isso. Mas pelo o que eu li sobre as mulheres aqui na colônia holandesa [...], a gente vê que elas tinham certas liberdades que as portuguesas não tinham no mundo católico. Inclusive, pelo que se vê nas fontes portuguesas, eles ficavam horrorizados, escandalizados pelo fato de que as mulheres holandesas participavam das festas [...] não só participavam, elas bebiam também, tanto quanto os homens. Elas tinham certa liberdade, elas circulavam na cidade... [...] a portuguesa rica, ficava lá encastelada na casa grande, saía pouco [...] era de casa para a igreja [...] andava coberta e era carregada de liteira. Mas imagino que a mulher [...] portuguesa, não rica, também circulava nos espaços. É só a gente procurar nas fontes que a gente vai ver. E tem casos interessantes de portuguesas, no Brasil holandês, que pareciam ter tido certas liberdades. Um deles é o caso de Ana Paes, que era uma senhora de engenho, portuguesa. Ela perdeu o marido português quando os holandeses atacaram o Recife. Ele participava da defesa do povoado. Depois de um tempo, Ana Paes se casou com um holandês e esse holandês se envolveu em alguma trama e foi preso. Foi remetido aos Países Baixos e faleceu. E ela se casou com outro holandês. Ela parecia bastante ciente do que queria. Tocava o negócio da família. Quando acabou a ocupação holandesa ela foi embora [...] foi para os Países Baixos constituir família lá e lá a gente perdeu a história dela. Então assim, o problema é que: para estudar a história das mulheres a gente não tem muita fonte. A gente tem pouquíssimos registros, sobretudo registros escritos pelas mulheres. [...] A gente tem algumas fontes que a inquisição “aqui e acolá” vai soltar alguma coisa sobre uma mulher [...] A gente tem pouca informação para falar sobre as liberdades [...], mas algumas [fontes] deixaram vestígios de suas trajetórias [...] a história da Capitania de Pernambuco, por exemplo, tem uma figura muito conhecida que é a de Brites de Albuquerque, esposa de Duarte Coelho. Depois da morte dele, ela tocou o negócio da família. [...] Pode ser um mito fundacional da história da Capitania de Pernambuco, com algum um floreio [...], mas assim... Eu não seria o cara mais indicado para falar sobre a história das mulheres [...] elas aparecem na documentação que pesquiso sobre o Brasil holandês [...] por exemplo: muitas holandesas esposas de soldados ficam nos Países Baixos cuidando da família, enquanto os maridos viajam para servir nos trópicos. Algumas delas vão aos escritórios da Companhia procurar informações sobre os maridos



[...] às vezes o camarada morreu e ainda não chegou a notícia, às vezes ela precisa da ajuda de alguém e ela vai reclamar, por exemplo [...] vai na Companhia das Índias Ocidentais e deixa o registro de que quer receber os salários do marido. Então a gente tem, assim... esporadicamente algumas informações. Mas eu não sou um cara que pesquisa isso, então a minha resposta é muito picotada e não seria útil para o que você está me perguntando.

Elvira Gabrielly: –Existem diversas discussões sobre a condição do escravo dentro dos navios negreiros, mas pouco se menciona sobre os trabalhadores pobres que também estavam ali presentes. Quais eram as condições de vida e de trabalho dos marujos/marinheiros que estavam dentro dos navios que transportavam o açúcar entre outros produtos para a Europa?

Prof. Bruno Miranda: – A vida no mar é extremamente dura. [...] Estamos falando do século XVII, em que o trajeto médio de navio, por exemplo, de Texel, porto que fica próximo de Amsterdã, para o Recife, leva mais ou menos três meses. [...] E aí [...] tem uma série de questões que a gente tem que pensar. Uma das mais importantes é a alimentação [...] no primeiro momento, todo mundo que embarca recebe certa quantidade de alimentos para comer... ao longo da viagem. Cabe a você fazer um racionamento de certos alimentos, enquanto outros são distribuídos diariamente, a partir da quantidade disponível no estoque. No primeiro mês ainda se tem uma fartura e quantidades regulares, mas a partir de um determinado momento, a comida já começa a estragar e escassear. Então... a fome é algo rotineiro entre as tripulações das embarcações. É normal também ficar desidratado, porque a água, depois de um tempo, apodrece. Então os navios precisam planejar paradas para fazer “aguada” [...] também precisam parar em locais para coletar frutos, para caçar.... Mesmo que navegação no século XVII [...] já estivesse bem avançada e se conseguisse realizar as rotas muito bem, ainda existia [...] o fator da imprevisibilidade. Se você não pega o vento certo... Ou se você errou a coordenada, vamos dizer assim, [...] se não tem vento, o navio vai parar e esse atraso vai se refletir diretamente na alimentação. [...] se você pegar o diário de qualquer pessoa que navegou naquele período ela vai falar que passou sede, que passou fome, que gente morreu no trajeto. Se você não consome alimentos frescos, você começa a ter uma série de problemas por causa da falta de vitaminas. Então escorbuto, por exemplo, era um problema seríssimo que acometia toda pessoa que navegava. [...] Naquela época, já sabiam que o consumo, por exemplo, de limão ajudava a combater o escorbuto, mas não se tinha uma noção de que era uma vitamina [...] se tinha noção que era necessário consumir alimentos frescos e que

esses impediam a doença. [...] era uma associação. Por isso que eles precisavam fazer as paradas. Mas sempre faltava comida.

O trabalho também era duro, [...] tinha que ficar limpando o tempo inteiro a embarcação, ou do contrário, facilitava a propagação de doenças. Levantar vela, recolher vela... puxa canhão, armar canhão... Então é uma atividade contínua, pesada e entediante. [...] E... você imagina... são muitas pessoas em uma embarcação, algumas delas armadas, então era preciso controlar essa gente. Por isso que existiam códigos de conduta muito rígidos para deixar essa turma na linha... porque sempre existia o risco de motim. Se a turma não estivesse satisfeita com a alimentação, se a turma estivesse achando que estava sendo colocada para trás, que os oficiais estavam se alimentando muito melhor do que eles (o que era normal) podia acontecer um motim. Então existia um código de conduta que reprimia violentamente todo tipo de ação. Motim era passível de pena capital (pena de morte), mas também... se praguejasse tinha punição; roubar o pão do colega podia render uma mão encravada no mastro.... Então, a vida dos marítimos era muito dura, esses caras ficavam muito... enrijecidos, vamos dizer assim, com essas lides... para completar, a expectativa de vida não era das maiores. Esses marujos faziam o trajeto três meses para chegar aqui; de Portugal para o Brasil demorava bem menos, de dois meses ou um mês e meio; era mais rápida a viagem, mas ainda assim é muito tempo; a gente não tem essa noção. Imagina passar tanto tempo no mesmo lugar... Bom, estamos passando por uma quarentena, ficando uns meses em casa, mas imagina ficar em um navio no meio do mar, [...] com o sol na cabeça, com pouca comida, desidratando; a comida era, por uma questão de necessidade, desidratada para durar mais. Também era salgada. Então era uma alimentação ruim, dura, salgada; e tinha pouca água disponível e você trabalhava e suava muito [...] imagina as condições de trabalho nessa situação. Eram bem difíceis. Não era um passeio!

Elvira Gabrielly: – Essa conversa sobre a vida marítima me lembrou um pouco dos piratas retratados nos filmes “hollywoodianos”, quem eram essas pessoas que faziam parte da pirataria?

Prof. Bruno Miranda: – Olha... Claro, nos filmes é tudo muito glamouroso, mas quem vai se arriscar no mar é porque não tinha muita oportunidade em terra. Ninguém iria se arriscar a [...] uma vida tão dura no mar se tivesse oportunidade em terra. Então... muito possivelmente para a gente falar de um perfil social dessas pessoas, devemos pensar que é gente das camadas mais baixas que se arriscam nos serviços. “Aqui e acolá” você

pode encontrar um cara que era aventureiro [...] “ah, eu quero viver no mar, viver de atacar outras embarcações, de roubar”. Você vai encontrar o aventureiro. Mas possivelmente, o perfil mesmo da pessoa que está no mar é de alguém sem oportunidades. Não era algo fácil... piratas eram punidos com morte quando capturados. Então ninguém ia fazer isso se não fosse por extrema necessidade. [...] Então, pelo perfil que a gente observa, desses marítimos, é um perfil, de certa forma, um pouco parecido com o dos soldados daquele período. Despossuídos. Você vai encontrar, contudo, gente que tinha alguma ocupação. Um sapateiro... Um pedreiro... Algum cara que por alguma situação de vida perdeu tudo, ou ele precisou sair do canto em que vivia para procurar alguma ocupação; nem sempre essa pessoa encontrava emprego e acabava embarcando em um desses navios, para servir, fosse como força de colonização ou fosse como pirata.

Quando pesquisei os soldados, por exemplo, vi que são grupos parecidos em termos de origem social. Mas logo no começo, eu caía na cilada da preconceção. Eu pensava que esses caras eram todos mercenários, que estavam ali vendendo a sua força, [...] vendendo violência, vendendo o serviço da guerra, por assim dizer. Mas aí eu analisei a história individual de alguns e vi que um era padeiro, outro era pedreiro, outro marceneiro, um era camponês... de repente tiveram de abandonar sua terra por causa da guerra e foram impelidos a buscar trabalho em algum lugar. Às vezes, um dos únicos serviços que restava para o cara estava no porto. Podia ser ali carregando e desembarcando sacas [...], mas o serviço mais disponível era nas tripulações das naus [...] com a mortalidade no mar tão grande, as tripulações estavam sempre desfalcadas. Então sempre tinha vaga... era um trabalho disponível, um trabalho que as pessoas conseguiam arrumar.

Elvira Gabrielly: –Durante o período inicial da colonização, vários indígenas foram levados para a Europa por diversos motivos. Essa prática ainda estava presente durante o século XVII?

Prof. Bruno Miranda: – Estava sim. Olha [...] para a gente pensar essa relação dos indígenas [...] com os europeus tem que ter em mente que no início da colonização, tanto os portugueses, como os franceses, precisavam dos indígenas para tudo no território. Os portugueses e os franceses só estavam ali na costa com as feitorias. O grosso da população do Brasil era a população indígena e eles tinham grande poder militar. Então os portugueses, franceses e, posteriormente, os holandeses, precisavam forjar alianças com essas populações. E nesse processo de forjar alianças, alguns dos indígenas eram levados

para a Europa, de maneira a aprender os modos e costumes dos europeus e a língua dos europeus, de forma que eles pudessem servir como intérpretes [...] no retorno para a Europa... E pudessem circular entre os indígenas e formar alianças [...] para os europeus. Mas isso, obviamente, é uma parte dessa visão. A gente tem que pensar também que os indígenas também procuravam os europeus para fazer alianças, seja para fazer alianças contra outros povos indígenas ou contra outros povos europeus. Era assim que alguns indígenas observavam [...] a potencialidade de fazer aliança com os franceses para expulsar os portugueses ou fazer alianças com os holandeses para expulsar os portugueses de seus territórios. A gente pode observar casos fantásticos na documentação. No século XVII tem um caso muito emblemático de um grupo de indígenas [...] os holandeses tentaram ocupar Salvador em 1624 e em 1625 eles foram cercados e expulsos de Salvador. E no retorno para a Europa [...] eles precisaram fazer uma aguada e enterrar os mortos [...] e eles pararam na Capitania da Paraíba, uma área de indígenas Potiguar. Alguns desses indígenas receberam os holandeses e os ajudaram a enterrar os seus mortos e forneceram alimentos. Um grupo desses indígenas seguiu com os holandeses para os Países Baixos. Entre esses indígenas tem um camarada chamado Antônio Paraupaba. Ele embarcou junto com Gaspar Paraupaba, seu pai, e outros indígenas. Todos foram para os Países Baixos em 1625 e passaram um tempo lá aprendendo a língua e os costumes dos holandeses. Eles voltaram para o Brasil no início da ocupação da Capitania de Pernambuco com o objetivo de servir de intérpretes para a Companhia das Índias Ocidentais. Para os holandeses, o objetivo era pegar esses índios e usar como intérpretes. Para os índios, o objetivo era forjar alianças com outros europeus e expulsar os portugueses do território. Até porque os índios que receberam os holandeses na Paraíba foram massacrados pelos portugueses décadas antes. Alguns tiveram que fugir para o interior, mas não se esqueceram do episódio. Esses índios que voltam para o Brasil tinham interesse próprio, uma agenda própria, que é forjar a aliança com os holandeses e se vingar e vencer os portugueses. Aí a gente tem que lembrar de outro aspecto: antes da presença holandesa aqui, esses índios potiguaras que estavam da [...] Capitania da Paraíba até Itamaracá mais ou menos, [...] entraram em muitos conflitos com os portugueses. Os portugueses quando se estabeleceram no território fizeram alianças com esses indígenas e na medida em que foram estabelecendo os engenhos de cana de açúcar começaram a explorar intensamente a mão de obra indígena até o ponto em que esses indígenas se rebelaram e não viam mais motivos para fazer alianças com os

portugueses. No século XVI, os portugueses organizaram várias expedições militares para escravizar e submeter esses indígenas. E depois, obviamente, esses indígenas guardaram na memória a violência que seus antepassados sofreram [...] e enxergavam na chegada dos holandeses uma possibilidade de dar o troco [...] não só dar o troco, mas também livrar o território e retomar o que era deles. [...] Então a gente tem que pensar nesses dois lados [...] a gente usualmente vai enxergar a história da colonização pela ótica do português. E [...] o legal desse período holandês é poder encontrar documentos que trazem o lado indígena, principalmente textos de índios alfabetizados lá nos Países Baixos. Enquanto eu estava esperando a entrevista começar, eu estava lendo aqui uma declaração dada por Pedro Poti, que foi um desses índios que embarcou com Paraupaba para os Países Baixos [...] ele falava da situação dos indígenas no Rio Grande do Norte em 1631. Poti e Paraupaba tentavam costurar alianças com os indígenas lá do Rio Grande, índios do sertão chamados genericamente de “tapuias”. Agiam em favor dos holandeses, mas, antes de tudo, agiam com o interesse próprio...

Elvira Gabrielly: – Como eram as relações entre os negros e os indígenas durante esse período? Visto que ambos os grupos foram vítimas do etnocentrismo cultural e da escravização portuguesa.

Prof. Bruno Miranda: – Aí é outra pergunta extremamente difícil, sobretudo por causa das fontes. A gente tem pouquíssimas fontes, ou eu desconheço [...]. Falando sobre a minha experiência ao trabalhar o Brasil Holandês, eu vi que os portugueses não tinham plena confiança em suas tropas de negros e indígenas. Podia ser uma coisa momentânea da guerra contra os holandeses, mas eles usavam tropas de índios em posição de vantagem em relação aos negros, com medo de eclodir alguma rebeldia entre os primeiros, que contavam com gente escravizada mobilizada emergencialmente para fazer guerra ao holandês. Os portugueses estimulavam disputas e os queriam divididos. De qualquer forma, é difícil saber como se dava o dia a dia entre eles. Inclusive tinha tropa com mestiços, com negros e índios, todos juntos. Mas isso não significa que viviam em comunhão. Essa gente foi mobilizada, por exemplo, para fazer guerra aos negros dos mocambos de Palmares. Negros e índios mobilizados para acabar com Palmares! Nem sei se podemos falar que havia comunhão ali contra o português e contra a escravidão, pois a escravidão era algo enraizado e comum em algumas sociedades africanas. Não é correto apontar que se viam como oprimidos que deviam se unir contra o colonizador branco. Os negros dos mocambos de Palmares lutavam por liberdade, por

uma vida menos dura e com menos violência, mas isso não os impediu de possuir escravos... pode parecer contraditório, mas não era uma luta contra o sistema escravista como alguns irrefletidamente apontam...

Gustavo Rollnic: – Após a reconquista de Portugal sobre o domínio holandês, abriram-se mais espaços para exploração portuguesa devido à fuga dos indígenas convertidos ao Calvinismo ou esta fuga tornou-se um problema para a coroa portuguesa?

Prof. Bruno Miranda: – Olha... Se abriu, de fato, uma frente, porque os portugueses começam, na segunda metade do século XVII um processo de interiorização da conquista. Talvez se não fosse a chegada dos holandeses no litoral eles tivessem iniciado mais cedo esse processo, mas esse processo não está relacionado somente a uma reação... ou como uma punição aos indígenas que aderiram ao lado holandês. Inclusive, os portugueses já avançavam no sertão da Bahia, no chamado Sertão de Rodelas, e terminaram se envolvendo numa série de conflitos chamados, genericamente, de Guerra dos Bárbaros... ele ocorre no chamado... “sertão de dentro”, que é uma parte mais interiorana, pras bandas da Bahia, e no “sertão de fora”, que é a zona mais aproximada do sertão da Paraíba, Rio Grande e Ceará. E é um processo que vai resultar posteriormente [...] no início da colonização dos territórios do que hoje é o Piauí, e sobretudo na ocupação do interior do Rio Grande, do Ceará, da Paraíba, do interior de Pernambuco. Mas assim, não foi de imediato, não foi um processo uniforme, até porque depois da expulsão dos holandeses em 1654, os portugueses tiveram que resolver o problema dos negros dos mocambos de Palmares – a quem eles chamavam de “os outros holandeses”. Então, eles passaram a fazer uma série de intervenções nesse território no sul da Capitania de Pernambuco... Paralelamente estavam participando de conflitos no interior do Rio Grande, Paraíba, Pernambuco, e mais para dentro no sertão da Bahia. Um conflito que ocorre por pelo menos 50 a 60 anos após a saída dos holandeses.

Há, todavia, uma justificativa ao ataque das populações indígenas do Rio Grande e Ceará por conta da adesão e das alianças com os holandeses. É bem conhecida a fala do padre Antônio Vieira que denuncia índios de posse de bíblia na língua dos “hereges” holandeses, usando mosquetes e outras coisas do norte da Europa. Então tem um pouco de “guerra justa” na retórica dos que avançam contra os índios daquele sertão. Mas é um processo que iria acontecer, invariavelmente, porque era um processo de expansão. Inclusive, no pós-guerra holandesa, os portugueses se viram com um problema: o que fazer com a gente mobilizada para a guerra holandesa? Como remunerar esse pessoal?

Então [...] conceder um pedaço de terra no interior não conquistado aos indígenas é uma forma de remunerar e ao mesmo tempo de levar mais colonos para o interior [...] mobilizar essa gente que estava na guerra de Pernambuco, nas guerras do açúcar, e direcionar essa gente para ocupar o interior.

Gustavo Rollnic: — Quem eram esses holandeses que chegaram ao Brasil?

Prof. Bruno Miranda: — Nós temos uma carência de estudos que tratem sobre as pessoas que vieram do norte da Europa para cá. A gente chama de “holandês”, por que é um termo mais conhecido na boca do povo, mas em Portugal, além de holandês, costumava-se chamar de neerlandês, que é um termo mais apropriado, porque [...] aqueles territórios que faziam parte do império espanhol compunham províncias... essas províncias que se rebelaram contra os espanhóis formaram uma república: a República das Províncias Unidas. Uma delas é a província da Holanda, que é a mais conhecida, a mais rica, onde fica Amsterdã, um dos principais centros econômicos daquele período. Terminou que os habitantes das Províncias Unidas passaram a ser designados como... holandeses, mas a gente não está fazendo justiça à diversidade de grupos, pessoas, inclusive de religiões professadas naquelas províncias, uma vez que os calvinistas nos Países Baixos compunham mais ou menos 1/3 da população; lá também tinha católico, por volta de 1/3 da população. A outra terça parte era composta de judeus, outros credos protestantes etc. O calvinismo não chega a ser oficialmente a religião de estado, mas todos os cargos oficiais estavam na mão de calvinistas. Os Países Baixos compõem-se de conjunto de províncias com similaridades em termos culturais, mas temos até mesmo línguas distintas dentro da República. E mais, o projeto de colonização da Companhia das Índias Ocidentais não podia ser realizado somente com as pessoas das Províncias. Não havia gente suficiente... contaram, e muito, com imigrantes. Gente do norte da Europa procurava trabalho nos Países Baixos. Sobretudo gente dos chamados “estados alemães”, pessoas do Báltico, do reino da Suécia, do reino da Dinamarca, da Inglaterra, da Irlanda, da Escócia, da França; gente das províncias chamadas de “obedientes”, ou seja, aquela região que hoje corresponde grosso modo à Bélgica: Valônia e Flandres. Então não dá para falar somente em “holandeses” no Brasil... Quando a gente coloca isso na ponta do lápis, numericamente falando, que foi o que eu fiz, a gente vê que o exército da Companhia das Índias Ocidentais é diverso, [...] mais ou menos 1/3 dele é de gente das Províncias Unidas [...] o restante é de gente das Províncias Obedientes (Flandres e Valônia), dos Estados Alemães, da Irlanda,

da Escócia, da Inglaterra, da Suécia e da Dinamarca. Ou seja, pessoas de várias partes da Europa.

Gustavo Rollnic: — Já havia um sistema carcerário no século XVII? como funcionava esse sistema?

Prof. Bruno Miranda: — Olha, é algo que não pesquisei, mas aqui ou acolá aparece algo nas fontes que uso. Os holandeses tinham, no caso do Brasil holandês, que é minha praia, cadeias e casas de trabalho forçado [...] inclusive, tinha gente que atuava como “pré-polícia”; eram as pessoas encarregadas de manter a ordem nas ruas e reprimir confusões. Todas as grandes fortificações tinham uma acomodação dedicada a encarcerar. Então quem fazia confusão, quem desobedecia, promovia desordem, ou era condenado ou acabava preso. [...] Porém, como no Brasil holandês boa parte da população norteamericana que vivia aqui era composta de soldados, eles estavam submetidos a um código de conduta das tropas. [...] Existia uma justiça militar e uma justiça civil. Inclusive, era uma confusão danada, às vezes, o camarada cometia um delito de esfera civil, mas os oficiais queriam julgar ele, e a justiça civil também [...] aí ficava aquela confusão... a quem caberia punir. As punições, inclusive, eram severíssimas. Muito castigo físico, pena capital etc. Claro que nem sempre se aplicava, porque era necessário um pouco de bom senso. [...] Se você for olhar o código, vai entender o que estou dizendo: se o camarada “praguejou”, podia ter sua língua queimada com ferro quente; se falta com respeito a um oficial, toma chibatadas; penas pecuniárias por beber aos domingos, no horário do culto etc. Então os comandantes tinham que ser um pouco... cuidadosos na administração da punição de seus subordinados para evitar conflitos. Tinham que fazer uma leitura da situação. Mas voltando a tua pergunta, existia sim uma “cadeia”, mas não um sistema prisional bem delineado, que é uma coisa bem posterior.

Gustavo Rollnic: — Os povos indígenas tiveram a influência de outras religiões sejam elas africanas ou europeias?

Prof. Bruno Miranda: — Este é um processo bem estudado por historiadores brasileiros. [...] Os indígenas tinham suas próprias crenças, mas no violento processo de colonização lhes foi imposta a religião católica, ou a religião protestante, no caso dos holandeses. Na fase em que os Calvinistas vieram, era uma coisa mais dialogada, porque os Holandeses precisavam demais daqueles aliados indígenas, então eles sabiam que eles não poderiam “empurrar muito”. Mas no lado católico, quando eram só os portugueses,



ou... alguns fragmentos de franceses aqui ou acolá, o aldeamento era um espaço de conversão forçada. Os jesuítas fizeram o primeiro plano de aldeamento e promoção da catequese entre esses indígenas. E os indígenas, [...] sobretudo do litoral brasileiro, passaram por um processo de catequização [...], mas aquele aprendizado... do credo católico nem sempre era aquilo que os padres desejavam, então tinha influência das crenças indígenas... naquilo que eles aprendiam. Tem um antropólogo chamado Eduardo Viveiros de Castro que tem um texto bem legal chamado “O Mármore e a Murta”. A murta é uma planta arbustiva, e este arbusto você consegue cortar... no formato que você quer, só que o arbusto cresce e ele sai da forma que você desejava depois de um tempo. O mármore não, você esculpe o mármore e ele vai ficar na forma que você quer. Então os padres, quando iam catequizar os índios, queriam esculpir um mármore [...], mas não estavam esculpindo um mármore, estavam cortando uma murta. Então aquele aprendizado dos indígenas era [...] reelaborado pelos indígenas. Então tem aquilo que o Ronaldo Vainfas chama, num livro chamado “A Heresia dos Índios”, de catolicismo tupinambá. O que era esse catolicismo tupinambá? Era uma reelaboração do catolicismo à maneira dos indígenas. [...]

Alguns indígenas da costa do Brasil faziam a comunicação com os espíritos, que os padres chamavam de “santidades”. Para os padres aquilo era uma “santidade falsa” [risos] daí... na comunicação com os espíritos, alguns grupos usavam um chocalho, chamado Maracá [...] ele era utilizado como uma espécie de intermediário entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos ou dos espíritos. Para alguns indígenas não existia uma distinção muito clara do que era o mundo dos vivos e dos mortos, as coisas estavam em “simbiose contínua”. Assim o maracá era o instrumento de comunicação que os Xamãs ou Pajés usavam para se comunicar com os espíritos. Uma vez passando pelo processo de... conversão, os indígenas passaram a associar o maracá com os santos dos católicos. As imagens, para quem são dedicadas as preces, na cabeça de alguns índios, era o maracá. Então há uma reelaboração ali.

Tem um episódio muito conhecido estudado por Vainfas, chamado de a Santidade de Jaguaripe, no qual um grupo de indígenas foge de um engenho do Recôncavo da Bahia e funda sua igreja. Lá eles vão instituir um papa..., a mãe de Deus (uma indígena) e vão fazer esse Catolicismo Tupinambá. A gente só conheceu isso porque a Inquisição foi atrás de portugueses que estavam lá no meio. [...] Então, os indígenas vão se converter, mas não da maneira que os católicos queriam. A mesma coisa podemos falar em relação aos que se

convertem ao calvinismo. Eles vão converter os indígenas, mas depois estão lá no Conselho da Igreja Reformada reclamando: “eles continuam nus, ‘fulano’ continua rezando o terço...” etc. Então, de fato, é um processo de reelaboração. Temos a mesma coisa nas populações africanas que vieram para o Brasil. Mas eu nunca pesquisei isso e não poderia te responder com qualquer acuidade. Agora é importante pensar que esse é um processo de mão-dupla. Talvez alguns padres tenham passado por um processo de reformulação do seu credo enquanto tentavam catequizar índios. Um caso conhecido é o de Francisco Pinto, que andou pregando pelo nordeste do Brasil. Ele se aproximou tanto dos indígenas a ponto de ser considerado por eles um Xamã, [...] para o horror da igreja. Quando esse padre foi assassinado por um grupo indígena rival, os indígenas guardaram os ossos dele para cultuar. Esse padre é conhecido pela capacidade de falar a língua indígena, porque para você convencer e converter, é necessário conhecer bem a língua. [...] Os índios eram povos de uma oralidade extraordinária e prezavam muito o falar... Então para você converter um povo de tradição oral, você tem que falar tão bem quanto ele, conhecer as expressões idiomáticas e tal. E esse padre era muito bom nisso..., mas parece que ele foi além de ser bom no falar e no convencer, parece que ele começou a adotar mais do que deveria os costumes dos indígenas..., para o horror da igreja. Então é um processo de duas vias. Esta história é extraordinária [...] eu particularmente acho fantástica... essas trocas. [...] Obviamente é um processo de violência cultural, mais um dos elementos da colonização. Mas é possível enxergar essas... trocas, essa dinâmica de trocas.

Gustavo Rollnic: — Quais os maiores desafios ao fazer História voltada ao Brasil enquanto colônia, principalmente para uma história vista de baixo?

Prof. Bruno Miranda: — Bom, aí a gente volta para a dificuldade das fontes, [...] no meu caso eu escolhi um caminho ainda mais difícil, porque fui trabalhar o Brasil holandês. Precisei aprender outra língua..., aprender a ler os manuscritos holandeses do século XVII. Comecei esse processo ainda na minha graduação, por volta do ano de 2000... comecei a ter minhas primeiras aulas de holandês e só comecei a usar, de verdade, no meu doutorado no ano de 2007 [...]veja quanto tempo foi necessário para começar a trabalhar! Assim, trabalhar com documentos do Brasil colonial, primeiro que exige leitura paleográfica, então já tem essa barreira. A gente tem que conhecer bem essa escrita muito diferente da atual. Para piorar, fazer a história vista de baixo é outro desafio, porque as

fontes disponíveis usualmente não são fontes que nos dão informação sobre os grupos subalternos. Geralmente nós temos fontes administrativas, fontes... “duras”, voltadas às questões governativas e aqui e acolá, nas entrelinhas, a gente consegue encontrar os grupos e sujeitos “ordinários” [...] então é muito difícil. Para mim, tive o ônus de ter que trabalhar com uma língua diferente. Por outro lado, uma vez que o período holandês é muito documentado e a Companhia das Índias Ocidentais registrava tudo o que se passava na colônia, eu tive acesso a muita informação relativa à gente ordinária. Uma série de documentos em particular é riquíssima, as Atas Diárias do governo da Companhia no Brasil. Tudo o que era relativo ao governo do Brasil era discutido nessas atas pelos membros do governo..., mas era tudo mesmo, desde um navio que partia para fazer uma expedição; ou o comandante de tropa pedindo mantimentos para fazer um ataque ou dinheiro para pagar os soldados. Mas também tinham coisas triviais, como um soldado pedindo dispensa do serviço, porque já tinha se esgotado o tempo do contrato dele; uma mulher de um soldado que pedia uma pensão porque o marido morreu; ou que pedia para se deslocar para a fortificação para morar junto com o marido; então tem coisas do dia a dia, do cotidiano e que nos ajuda a escrever essa história das pessoas comuns. Então... também foram encontrados alguns diários e relatos de outros viajantes que nos ajudam muito a olhar a história por um outro viés [...]. Contudo, a grande dificuldade continua sendo a natureza das fontes, que são majoritariamente burocráticas e que dão pouco espaço às questões de interesse para quem estuda a história dos grupos subalternos. Às vezes, quando alguns grupos aparecem, estão sendo incriminados; são informações sobre soldados que se amotinaram ou desertaram; repressão a negros fugidos etc. Pelo lado português é mais difícil de se fazer história vista de baixo, pelo menos do período em que estudo, por conta das fontes. É como eu falei, o período holandês é o mais registrado, então temos um pouco mais de profusão de fontes que nos permite estudar sobre quase tudo. Aí cabe ao historiador ser inventivo [...] tem que ser criativo no processo de construção da escrita e persistente, porque é muito importante procurar em vários arquivos. A nova geração de historiadores já tem uma vantagem: boa parte dos acervos estão sendo digitalizados e o acesso, antes muito restrito, hoje está cada vez mais fácil. Até mesmo a transcrição tem se tornado cada vez menos uma barreira, [...] porque hoje já existe até um *software* de transcrição chamado *Transkribus*. Esse *software* faz o reconhecimento de caracteres gráficos manuscritos e ajuda a transcrever documentos. Então, o que está acontecendo: vários arquivos europeus estão usando esse *software* para

transcrever todos os acervos que eles têm... e estão disponibilizando gratuitamente na internet. [...] Quando você já tem acesso a tudo isso transcrito, fica mais fácil buscar o que você quer... A documentação está aí na rede, basta fazer a triagem... Quando fui pesquisar os soldados, eu já tinha lido alguns trabalhos que diziam que não era possível fazer um estudo sobre a gente de guerra da Companhia das Índias Ocidentais porque a documentação estava dispersa. Eu passei 4 anos fazendo isso: reunindo, compilando e dando forma a uma narrativa. Então é possível sim estudar história vista de baixo..., porém é necessário persistência, criatividade e saber procurar. Por isso a gente tem o Projeto Resgate, que elaborou índices e ementas de documentos em arquivos europeus... essas são ferramentas que nos ajudam a pesquisar [...] então hoje vocês estão numa situação melhor do que a da minha geração, por exemplo. O acesso está mais fácil. Na época que eu estava pesquisando o Brasil holandês, tive que conseguir uma bolsa para estudar fora. Tinha pouca coisa na rede.



